BALANÇO GERAL

2017

RELATÓRIO CONTÁBIL

GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Carlos Mauro Benevides Filho

COORDENADORES DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Luiz Jarbas de Mesquita

Paulo Amilcar Proença Sucupira

CONTADORIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Maria Dolores Pereira

CONTADORIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Rosa Liduina Teixeira Diógenes Nogueira

ORIENTADORES DE CÉLULA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Cícero Alexandre de Aquino Braz
Fabrízio Gomes Santos
José Vinício Coelho Sampaio
Neuton Tavares de Oliveira
Paulo Sérgio Rocha

EQUIPE DE INFORMÁTICA

André Sales Alcântara
Antônio Gomes Lima
Árisson Pontes Leal
Francisco Anderson Alencar de Lima
Francisco Flávio Souza
Iram Carvalho do Nascimento
Ivan Romero Teixeira
José Rodrigues Oliveira Targino
Marco Aurélio Soares de Oliveira
Paulo Dehon Nunes Moreira
Rafael Meireles Caetano
Sávio Machado de Araújo
Wilson Gomes de Oliveira Júnior

COLABORADORES

CONTADORIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Angelo Garcia Bezerra
Fábio Silva Duarte
Franklin Alves Ferreira
Francisco das Chagas da Silva
Lilian Castelo Campos
Maria de Fátima Abreu Dantas
Maria Eliete Ferreira
Raimunda Jorge de Medeiros
Saulo Moreira Braga
Soraya Nunes Nântua
Tereza Magna Lima Pereira
Waldir Meireles Conde

CONTADORIA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Carlos Augusto Carvalho de Figueiredo
Eumardônio Mendonça Barbosa
José Garrido Braga Neto
Maria Edilza de Assis Sousa
Maria Irinéa de Paiva Picanço
Nágela Maria Fernandes Cavalcante
Sandra Valda Nogueira dos Santos
Talvani Rabelo Aguiar
Ubirajara Araújo Filho
Vânia Maria Campos da Silva
Vânia Maria da Silva

DÍVIDA PÚBLICA

Fernando Antônio Melo Fontenele
Márcio Cardeal Queiroz da Silva

CONTROLE FINANCEIRO

Fernando César Ferreira de Queiroz
Lourival Anchieta Júnior
Luana Emídio da Silva
Maria Bernadete Almeida Sombra
Raymundo Mendes Soares Júnior
Roger da Fonseca Mendes
Roselena Moreira da Silva Melo

CONTROLE OPERACIONAL

Francisco Ary Saraiva dos Anjos
Francisco Ernane de Freitas
Guilherme França Moraes
Jane Mary Rocha
José Airton do Nascimento Sousa
Maria das Dores da Silva
Mário César Lemos Queiroz

CÉLULA DE PLANEJAMENTO

Antonio Carlos Nogueira de Oliveira Santana
Leonardo Batisti de Faria
Takeshi Cardoso Koshima
Uelsivanda Barbosa da Silva

ÍNDICE

Apresentação **23**

Notas Explicativas **24**

CAPÍTULO I

1. DO ORÇAMENTO 38

1.1. Orçamento Geral 38

1.2. Orçamento da Administração Direta 47

1.3. Orçamento da Administração Indireta 49

CAPÍTULO II

2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 50

2.1. Da Administração Direta 50

2.1.1. Receita Orçamentária 50

2.1.1.1. Receitas Correntes 51

2.1.1.2. Receitas de Capital 77

2.1.2. Despesa Orçamentária 85

2.1.2.1. Despesa Orçamentária por Tipo de Crédito 85

2.1.2.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo 89

2.1.2.2.1. Despesas Correntes 89

2.1.2.2.2. Despesa de Capital 104

2.1.2.3. Despesa Orçamentária por Grupo 107

2.1.2.4. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91 111

2.2. Da Administração Indireta 114

2.2.1. Receita Orçamentária 114

2.2.2. Despesa Orçamentária 118

CAPÍTULO III

3. DA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 132

3.1. Consolidação Orçamentária da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE). 132

3.1.1. Receita Orçamentária 132

3.1.1.1. Receitas Correntes 133

3.1.1.2. Receitas de Capital 134

3.1.2. Despesa Orçamentária 134

3.1.2.1. Despesa Correntes 135

3.1.2.2. Despesas de Capital 135

3.1.2.3. Despesa Orçamentária Consolidada por Função 136

3.1.2.4. Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação 137

3.1.2.5. Despesa Orçamentária por Grupo 140

CAPÍTULO IV

4. DOS BALANÇOS GERAIS 141

4.1. Balanços da Administração Direta 141

4.1.1. Balanço Orçamentário 141

4.1.2. Balanço Financeiro 158

4.1.3. Balanço Patrimonial 165

4.1.4. Demonstração das Variações Patrimoniais 193

4.1.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante 196

4.1.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa 199

4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) e Fundos. 206

4.2.1. Balanço Orçamentário 206

4.2.2. Balanço Financeiro 214

4.2.3. Balanço Patrimonial 221

4.2.4. Demonstrações das Variações Patrimoniais 230

4.2.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante 232

4.2.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa 236

4.3. Balanços Consolidados 242

4.3.1. Balanço Orçamentário Consolidado 242

4.3.2 Balanço Financeiro Consolidado 252

4.3.3 Balanço Patrimonial Consolidado 258

4.3.4. Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas 273

4.3.5 Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada 275

4.3.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada 279

4.4. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista 287

CAPÍTULO V

5. DA GESTÃO FISCAL **288**

5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal 288

5.1.1. Demonstrativo da Despesa com Pessoal 288

5.1.2. Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida 291

5.1.3. Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores 292

5.1.4. Demonstrativo das Operações de Crédito 292

5.1.5. Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar 293

5.1.6. Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal 295

CAPÍTULO VI

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 298

ANEXOS

- Relatório do Controle Interno **301**

- Balanços e Demonstrativos da Administração Direta

- Anexo 12 - Balanço Orçamentário - Administração Direta 469
- Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados 472
- Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados 472
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Direta 473
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Direta 474
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Direta 476
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - Administração Direta 478
- Anexos 1, 2, 10, 11, 16 e 17- Administração Direta 484

- Balanços e Demonstrativos Consolidados das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos

- Anexo 12 - Balanço Orçamentário - Administração Indireta 523
- Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados 526
- Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados 526
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Indireta 527
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Indireta 528
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais -Administração Indireta 530
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - Administração Indireta 532
- Anexos 1, 2, 10, 11, e 17- Administração Indireta 538
- Fundo de Desenvolvimento Industrial Ceará - **FDI** 563

- Demonstrações Financeiras Lei 6.404/76 - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Balanços e Demonstrativos Consolidados - Administração Direta +Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos 583

- Anexo 12 - Balanço Orçamentário - Administração Direta e Indireta 591
- Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados 594
- Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados 594
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Direta e Indireta 595
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Direta e Indireta 596
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Direta e Indireta 598
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - Administração Direta e Indireta 600

- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido - Empresas Estatais Dependentes 606
- Anexos 1, 2, 10, 11, 15 e 17 - Administração Direta e Indireta 607
- Relação dos Órgãos Integrantes da Administração Direta 685
- Relação dos Órgãos Integrantes da Administração Indireta 687
- Relação das Fontes de Recursos 689

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Provisões Matemáticas Previdênciarias	33
Tabela 2 -	Demonstrativo da Consolidação do Orçamento Por Poder	39
Tabela 3 -	Fontes de Recursos Previstas na Lei Orçamentária	41
Tabela 4 -	Demonstrativo da Consolidação do Orçamento Por Grupo de Despesas	42
Tabela 5 -	Demonstrativo da Consolidação do Orçamento Por Função	42
Tabela 6 -	Demonstrativo do Orçamento Por Categoria Econômica e Tipo de Administração	43
Tabela 7 -	Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta Por Órgão	44
Tabela 8 -	Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta Por Órgão	45
Tabela 9 -	Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta Por Categoria Econômica e Grupo de Despesas	47
Tabela 10 -	Demonstrativo Dos Órgãos Com Maior Parcela de Recursos no Orçamento da Administração Direta	48
Tabela 11 -	Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta Por Categoria Econômica e Grupo de Despesas	49
Tabela 12 -	Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista Com a Realizada, Por Categoria Econômica	50
Tabela 13 -	Demonstrativo da Receita Tributária	52
Tabela 14 -	Demonstrativo Comparativo da Receita Tributária - 2016/2017	53
Tabela 15 -	Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2006 a 2017	54
Tabela 16 -	Demonstrativo da Arrecadação ICMS Por Segmento-Valores Brutos - 2016/2017	56
Tabela 17 -	Demonstrativo da Receita e da Aplicação Dos Recursos do FECOP	59
Tabela 18 -	Demonstrativo Comparativo das Despesas do FECOP Por Função de Governo - 2016 / 2017	60
Tabela 19 -	Demonstrativo Comparativo Das Transferências Constitucionais da União Valores Nominais -2016/2017	73
Tabela 20 -	Demonstrativo Das Origens dos Recursos do FUNDEB do Estado do Ceará	75
Tabela 21 -	Demonstrativo Dos Recursos Transferidos ao FUNDEB Pelo Estado do Ceará	76
Tabela 22 -	Demonstrativo do Resultado do FUNDEB no Estado do Ceará	76
Tabela 23 -	Demonstrativo Comparativo da Previsão Com a Arrecadação da Receita de Operações de Crédito	78
Tabela 24 -	Demonstrativo da Evolução Das Operações de Crédito em Relação à Receita Total-2014 a 2017	79
Tabela 25 -	Demonstrativo da Evolução da Receita de Operações de Crédito Interna e Externa - 2014 a 2017	81
Tabela 26 -	Demonstrativo da Captação Das Operações de Crédito e Sua Finalidade	83
Tabela 27 -	Demonstrativo Das Liberações Anuais Das Operações de Crédito e o Seu Limite de 16% da RCL - 2014 a 2017	84
Tabela 28 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada X Realizada Por Tipo de Crédito	85
Tabela 29 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada, Por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica	86
Tabela 30 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada, Por Poder e Órgão	87
Tabela 31 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada Por Poder e Categoria Econômica	88
Tabela 32 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada, Por Categoria Econômica e Grupo	89
Tabela 33 -	Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida - RCL, Conforme Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Sem Pensionistas (Resolução nº 2.230/10-TCE)	90
Tabela 34 -	Demonstrativo Das Nomeações de Novos Servidores -Arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal	91
Tabela 35 -	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Conforme Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000	92
Tabela 36 -	Demonstrativo da Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida - 2013 a 2017	93
Tabela 37 -	Demonstrativo Dos Juros e Encargos da Dívida	94
Tabela 38 -	Demonstrativo Das Transferências Aos Municípios	95
Tabela 39 -	Demonstrativo da Base de Cálculo da Quota Parte do ICMS Aos Municípios	95
Tabela 40 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada do Grupo " Outras Despesas Correntes"	96
Tabela 41 -	Demonstrativo Das Receitas e Despesas Com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (Art.212 da Constituição Federal)	97
Tabela 42 -	Demonstrativo da Despesa Com Educação x Receita Líquida de Impostos- 2014 a 2017	99
Tabela 43 -	Demonstrativo do Gasto com Saúde, Conforme EC nº 29, de 13/09/2000	101
Tabela 44 -	Demonstrativo da Despesa Com Saúde x Receita Líquida de Impostos - 2013 a 2017	103
Tabela 45 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada da Categoria “Despesas de Capital”	104
Tabela 46 -	Demonstrativo Dos Investimentos Nos Programas de Governo de Maior Relevância	105
Tabela 47 -	Demonstrativo da Amortização da Dívida	107
Tabela 48 -	Demonstrativo da Despesa Orçamentária Por Grupo da Administração Direta	107
Tabela 49 -	Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa Orçamentárias, Por Fonte de Recursos	109
Tabela 50 -	Demonstrativo Comparativo da Previsão de Metas Fiscais Com a Realização, de Acordo Com os Arts. 4º, e 5º da LRF	110
Tabela 51 -	Demonstrativo do Comportamento do Resultado Nominal em relação à Meta - Período 2012 a 2017	111
Tabela 52 -	Demonstrativo da Despesa Orçamentária Com Aplicação na Modalidade 91,Conforme, Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de Outubro de 2005	113
Tabela 53 -	Demonstrativo da Receita Orçamentária (Agrupamento de Fontes) da Administração Indireta	114
Tabela 54 -	Demonstrativo Comparativo Entre Receita Orçamentária Prevista e a Realizada (Categoria Econômica) da Adm. indireta	115
Tabela 55 -	Demonstrativo da Receita Consolidada Dos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID (Origem de Recursos)	116
Tabela 56 -	Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro FUNAPREV (Origem de Recursos)	116
Tabela 57 -	Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Origem de Recursos)	117
Tabela 58 -	Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVID (Origem de Recursos)	117
Tabela 59 -	Demonstrativo da Receita do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP (Origem de Recursos)	118
Tabela 60 -	Demonstrativo Comparativo Entre a Despesa Autorizada e a Realizada (Fonte de Recursos)	119
Tabela 61 -	Demonstrativo Comparativo Entre a Despesa Fixada e a Realizada (Tipo de Crédito) da Administração Indireta	120
Tabela 62 -	Demonstrativo da Despesa Orçamentária (Categoria e Grupo) da Administração Indireta	120
Tabela 63 -	Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal do FUNAPREV e PREVMILITAR (Categoria e Grupo)	121
Tabela 64 -	Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do FPP (Fonte de Recursos)	121
Tabela 65 -	Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro FUNAPREV (Poder e Fonte de Recursos)	122

Tabela 66 -	Resumo Das Despesas do Fundo de Previdência FUNAPREV	123
Tabela 67 -	Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Poder e Fonte de Recursos)	123
Tabela 68 -	Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVID (Poder e Fonte de Recursos)	123
Tabela 69 -	Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal (Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID)	124
Tabela 70 -	Resumo Das Despesa Dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID	125
Tabela 71 -	Demonstrativo da Despesa Realizada do Grupo " Outras Despesas Correntes" da Administração Indireta	125
Tabela 72 -	Demonstrativo da Despesa Realizada no Grupo "Investimentos" da Administração Indireta	126
Tabela 73 -	Demonstrativo Dos Créditos do FDI	127
Tabela 74 -	Demonstrativo da Despesa Realizada Por Função da administração Indireta	128
Tabela 75 -	Demonstrativo da Despesa Realizada Das Principais Entidades Por Categoria Econômica	130
Tabela 76 -	Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Receita Prevista Com a Realizada Por Categoria Econômica	132
Tabela 77 -	Demonstrativo da Consolidação Das Receitas Correntes	133
Tabela 78 -	Demonstrativo da Consolidação Das Receitas de Capital	134
Tabela 79 -	Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Despesa Fixada Com a Realizada Por Categoria Econômica	135
Tabela 80 -	Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada Por Função	136
Tabela 81 -	Demonstrativo da Despesa do Estado Por Órgão e Modalidade de Licitação	138
Tabela 82 -	Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Grupo Consolidada	140
Tabela 83 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Adminstração Direta (Conforme MCASP, 7ª edição)	142
Tabela 84 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar não Processados-Anexo 1 da Aministração Direta	143
Tabela 85 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados-Anexo 2 da administração Direta	143
Tabela 86 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Direta (Conforme Lei nº 4.320/64)	144
Tabela 87 -	Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias da Administração Direta	145
Tabela 88 -	Demonstrativo da Receita Orçamentária Com Deduções e Restituições da Administração Direta	146
Tabela 89 -	Demonstrativo do Quociente da Execução Orçamentária da Administração Direta	146
Tabela 90 -	Demonstrativo do Produto Interno Bruto a Preço de mercado - Ceará e Brasil - 2003 a 2017 (*)	150
Tabela 91 -	Análise dos Indicadores Fiscais	153
Tabela 92 -	Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada da Administração Direta	155
Tabela 93 -	Demonstrativo da Composição da Receita Realizada da Administração Direta	156
Tabela 94 -	Composição da Dotação Atualizada da Administração Direta	156
Tabela 95 -	Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa Por Tipo de Crédito da Administração Direta	157
Tabela 96 -	Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores da Administração Direta	157
Tabela 97 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro da Administração Direta	159
Tabela 98 -	Demonstrativo do Quociente do Resultado Financeiro da Administração Direta	160
Tabela 99 -	Demonstrativo da Despesa Realizada Por Função Administração Direta	160
Tabela 100 -	Demonstrativo do Cálculo Dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta	162
Tabela 101 -	Demonstrativo do Cálculo Dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta	163
Tabela 102 -	Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) da Administração Direta	163
Tabela 103 -	Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) da Administração Direta	164
Tabela 104 -	Demonstrativo Dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados da Administração Direta	165
Tabela 105 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial da Administração Direta	166
Tabela 106 -	Demonstrativo do Superávilt Financeiro da Administração Direta	167
Tabela 107 -	Demonstrativo do Imobilizado da Administração Direta	168
Tabela 108 -	Demonstrativo Dos Valores de Bens Adquiridos Pelos Fundos	170
Tabela 109 -	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa da Administração Direta	171
Tabela 110 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Direta	172
Tabela 111 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Direta	173
Tabela 112 -	Demonstrativo do Quociente da Situação Financeira da administração Direta- 2016/2017	173
Tabela 113 -	Demonstrativo Das Ações Ajuizadas Para Cobrança da Dívida Ativa	175
Tabela 114 -	Demonstrativo da Evolução do Montante de Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa 2009 a 2017	175
Tabela 115 -	Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo da Administração Direta	176
Tabela 116 -	Demonstrativo de Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo da Administração Direta	176
Tabela 117 -	Demonstrativo de Créditos a Longo Prazo da Administração Direta	177
Tabela 118 -	Demonstrativo de Valores Restituíveis da Administração Direta	178
Tabela 119 -	Demonstrativo de Ajustes de Exercícios Anteriores da Administração Direta	179
Tabela 120 -	Demonstrativo Dos Superávits ou Defícits de Exercícios Anteriores da Administração direta	180
Tabela 121 -	Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro da Administração Direta	181
Tabela 122 -	Demonstrativo da Composição da Dívida Fundada Estadual - 2014 a 2017	185
Tabela 123 -	Demonstrativo do Contrato nº 003/97 STN/COAFI - Detalhes do Refinanciamento Com a União	186
Tabela 124 -	Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada Por Credor	188
Tabela 125 -	Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada Por Moeda	189
Tabela 126 -	Demonstrativo da Evolução do Serviço da Dívida Pública Estadual	191
Tabela 127 -	Demonstrativo Dos Limites da Dívida Pública e Das Operações de Crédito	193
Tabela 128 -	Demonstrativo da Síntese Das Variações Patrimoniais da Administração Direta	194
Tabela 129 -	Demonstrativos Dos Órgãos Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação e Depreciação da Adm. Direta	195
Tabela 130 -	Demonstrativo da Dívida Flutuante. da Administração Direta	196

Tabela 131 -	Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Não Processados na Dívida Flutuante da Administração Direta	197
Tabela 132 -	Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Processados na Dívida Flutuante da Administração Direta	197
Tabela 133 -	Demonstrativo Das Obrigações a Serem Adicionadas Aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Adm. Direta	198
Tabela 134 -	Composição Dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta	198
Tabela 135-	Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Direta	200
Tabela 136 -	Composição Dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa da Administração Direta	201
Tabela 137 -	Demonstrativo Dos Ingressos de Valores Restituíveis da Administração Direta	202
Tabela 138 -	Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis da Administração Direta	203
Tabela 139 -	Demonstrativo Dos Valores a Repassar da Administração Direta	203
Tabela 140 -	Demonstrativos Dos Valores a Receber da Administração Direta	204
Tabela 141 -	Demonstrativo Das Saídas de Caixa a Regularizar da administração Direta	205
Tabela 142 -	Demonstrativo Das Saídas de Caixa Regularizadas da Administração Direta	205
Tabela 143 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Indireta (Conforme MCASP, 7ª edição)	207
Tabela 144 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Não Processados-Anexo 1 da Administração Indireta	208
Tabela 145 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados-Anexo 2 da Administração Indireta	209
Tabela 146 -	Demonstrativo da Receita Orçada e Realizada Por Categoria Econômica da Administração Indireta	209
Tabela 147 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Indireta (Conforme Lei nº 4.320/64)	210
Tabela 148 -	Demonstrativo do Superavit/Deficit Orçamentário Das Entidades da Administração Indireta	211
Tabela 149 -	Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada da Administração Indireta	211
Tabela 150 -	Demonstrativo da Composição da Receita Realizada da Administração Indireta	212
Tabela 151-	Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada da Administração Indireta	212
Tabela 152 -	Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa Por Tipo de Crédito da Administração Indireta	213
Tabela 153 -	Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores da Administração Indireta	213
Tabela 154 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro da Administração Indireta	215
Tabela 155 -	Demonstrativo Dos Depósitos de Diversas Origens Por Órgão da Administração Indireta	216
Tabela 156 -	Demonstrativo da Disponibilidade Para o Exercício Seguinte da administração Indireta	217
Tabela 157 -	Demonstrativo do Cálculo Dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Indireta	218
Tabela 158 -	Demonstrativo do Cálculo Dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Indireta	219
Tabela 159 -	Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo da Administração Indireta (Ingressos)	220
Tabela 160-	Demonstrativos Dos Valores Pendentes a Curto Prazo da Administração Indireta (Dispêndios)	220
Tabela 161 -	Demonstrativos Dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados da administração Indireta	221
Tabela 162 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial da Administração Indireta	223
Tabela 163 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro Por Fonte da Administração Indireta	224
Tabela 164 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Indireta	225
Tabela 165 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro Por Entidade da Administração Indireta	225
Tabela 166 -	Demonstrativos Dos Valores Restituíveis da Administração Indireta	226
Tabela 167 -	Demonstrativo da Variação no Saldo da Conta Ajustes de Exercícios Anteriores da Adm. Indireta	227
Tabela 168 -	Demonstrativo Dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores da Administração Indireta	228
Tabela 169-	Demonstrativo Dos Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores da Administração Indireta	229
Tabela 170 -	Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro da Administração Indireta	229
Tabela 171 -	Demonstrativo da Síntese Das Variações Patrimoniais da Administração Indireta	230
Tabela 172 -	Demonstrativo Dos Òrgãos Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação, Depreciação e Amortização da Adm. indireta	232
Tabela 173 -	Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta	232
Tabela 174 -	Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Não Processados da Dívida Flutuante da Administração Indireta	233
Tabela 175 -	Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante da Administração Indireta	234
Tabela 176 -	Demonstrativo Das Contas Com Atributo "P" a Serem Excluídas Dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Administração Indireta	234
Tabela 177-	Demonstrativo Das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas Aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Administração Indireta	235
Tabela 178 -	Composição Doss Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta	235
Tabela 179 -	Resumo da Demonstração Dos Fluxos de Caixa da Administração Indireta	237
Tabela 180 -	Composição Dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa da Administração Indireta	238
Tabela 181 -	Demonstrativo Dos Ingressos de Valores Restituíveis da Administração Indireta	239
Tabela 182 -	Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis da Administração Indireta	240
Tabela 183 -	Demonstrativos Das Saídas de Caixa a Regularizar da Administração Indireta	241
Tabela 184 -	Demonstrativo Das Saídas de Caixa Regularizadas da Administração Indireta	242
Tabela 185 -	Demonstrativo do Balanço Orçamentário Consolidado	243
Tabela 186 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1 Consolidada	244
Tabela 187 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo 2 Consolidada	245
Tabela 188 -	Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas	246
Tabela 189 -	Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada Consolidada	247
Tabela 190 -	Demonstrativo da Composição da Receita Realizada Consolidada	247
Tabela 191 -	Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada Consolidada	248
Tabela 192 -	Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa Por Tipo de Crédito Consolidadas	248
Tabela 193 -	Demonstrativo Das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas	249
Tabela 194 -	Demonstrativo da Composição Das Diferenças Entre as Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas	250
Tabela 195 -	Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores Consolidado	251
Tabela 196 -	Demonstrativo do Balanço Financeiro Consolidado	253

Tabela 197 -	Demonstrativo do Cálculo Dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis Consolidado	255
Tabela 198 -	Demonstrativo do Cálculo Dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis Consolidado	256
Tabela 199 -	Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo Consolidados (Ingressos)	257
Tabela 200 -	Demonstrativos dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios)	257
Tabela 201 -	Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Consolidados	258
Tabela 202 -	Demonstrativo do Balanço Patrimonial Consolidado	260
Tabela 203 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro Por Fonte Consolidado	261
Tabela 204 -	Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado	262
Tabela 205 -	Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado Por Fonte de Recursos (Administração Direta e Indireta)	263
Tabela 206 -	Demonstrativo do Imobilizado Consolidado	264
Tabela 207 -	Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo Consolidados	267
Tabela 208 -	Demonstrativo do Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo Consolidados	267
Tabela 209 -	Demonstrativo Dos Créditos a Longo Prazo Consolidado	268
Tabela 210 -	Demonstrativo Dos Valores Restituíveis Consolidado	269
Tabela 211 -	Demonstrativo Dos Ajustes de Exercícios Anteriores Consolidados	270
Tabela 212 -	Demonstrativo Dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores consolidados	271
Tabela 213 -	Demonstrativo Dos Lucros e Prejuízos de Exercícios Anteriores consolidados	271
Tabela 214 -	Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro	272
Tabela 215 -	Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas	273
Tabela 216 -	Demonstrativo Dos òrgãos e Entidades Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação e Depreciação Consolidados	275
Tabela 217-	Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada	276
Tabela 218 -	Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Não Processados da Dívida Flutuante Consolidada	277
Tabela 219 -	Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante Consolidada	277
Tabela 220 -	Demonstrativo Das Contas Com Atributo “P” a Serem Excluídas Dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante Consolidada	278
Tabela 221 -	Demonstrativos Dos Órgãos Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação e Depreciação Consolidados	278
Tabela 222 -	Composição Dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada	279
Tabela 223 -	Resumo Das Demonstrações Dos Fluxos de Caixa Consolidadas	280
Tabela 224	Composição Dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados	282
Tabela 225 -	Demonstrativo Dos Ingressos de Valores Restituíveis. Consolidados	283
Tabela 226 -	Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis Consolidada	284
Tabela 227 -	Demonstrativo Dos Valores a Repassar Consolidados	284
Tabela 228 -	Demonstrativo de Valores a Receber Consolidados	285
Tabela 229 -	Demonstrativo Das Saídas de Caixa a Regularizar Consolidadas	286
Tabela 230 -	Demonstrativo Das Saídas de Caixa Regularizadas Consolidadas	286
Tabela 231-	Anexo 1-Demonstrativo da Despesa Com Pessoal-LRF	289
Tabela 232 -	Demonstrativo da Despesa Com Pessoal - Consórcios Públicos-LRF	290
Tabela 233 -	Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida-DCL-LRF	291
Tabela 234 -	Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores-LRF	292
Tabela 235 -	Anexo 4 -Demonstrativo das Operações de Crédito- LRF	293
Tabela 236 -	Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Dos Restos a Pagar-LRF	294
Tabela 237 -	Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - LRF	296

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico - I	Consolidação do Orçamento Por Poder	39
Gráfico - II	Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta Por Categoria Econômica e Grupo de Despesa	47
Gráfico - III	Receitas Correntes X Receitas de Capital X Receitas Intraorçamentárias	51
Gráfico - IV	Evolução da Arrecadação ICMS - Ceará - 2006 a 2017	55
Gráfico - V	Comparativo do ICMS Com o IPCA no Período de 2006 a 2017	55
Gráfico - VI	Participação do ICMS no PIB do Ceará - 2003 a 2017	57
Gráfico - VII	Demonstrativo Das Despesas do FECOP Por Função de Governo	61
Gráfico - VIII	Evolução da Receita Patrimonial - 2011 a 2017	72
Gráfico - IX	Evolução da Receita do FPE - 2011 a 2017	74
Gráfico - X	Evolução Das Perdas do FUNDEB - 2012 a 2017	77
Gráfico - XI	Comparativo da Previsão Com a Arrecadação da Receita de Operação de Crédito - 2014 a 2017	79
Gráfico - XII	Evolução Das Operações de Crédito - 2014 a 2017	80
Gráfico - XIII	Participação Das Operações de Crédito em Relação à Receita Total - 2014 a 2017	80
Gráfico - XIV	Evolução da Receita de Operação de Crédito Interna e Externa - 2014 a 2017	81
Gráfico - XV	Liberações Anuais Das Operações de Crédito e o Seu Limite de 16% da RCL - 2014 a 2017	84
Gráfico - XVI	Despesas Realizadas Por Tipo de Orçamento	86
Gráfico - XVII	Despesa Realizada Por Poder	88
Gráfico - XVIII	Despesa Com Pessoal X Receita Corrente Líquida- 2013 a 2017	93
Gráfico - XIX	Despesa Com Educação X Receita Líquida de Impostos - 2013 a 2017	100
Gráfico - XX	Despesa Com Saúde X Receita Líquida de Impostos - 2013 a 2017	103
Gráfico - XXI	Despesa Orçamentária Por Grupo	108
Gráfico - XXII	Demonstrativo Das Despesas Por Função (Adm. Indireta)	129
Gráfico - XXIII	Trajetória do Resultado Orçamentário - 2012 a 2017	147
Gráfico - XXIV	Evolução do PIB Brasil X PIB Ceará - 2003 a 2017	151
Gráfico - XXV	Comparativo da DCL/RCL (%) Dos Estados - 2017	152
Gráfico - XXVI	Garantias X Receita Corrente Líquida	153
Gráfico - XXVII	Dívida Consolidada X Receita Corrente Líquida	154
Gráfico - XXVIII	Despesa Por Função	161
Gráfico - XXIX	Evolução da Cotação do Dólar Fim de Período	184
Gráfico - XXX	Evolução da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL - 2014 a 2017	187
Gráfico - XXXI	Composição da Dívida Fundada Estadual - 2014 a 2017	188
Gráfico - XXXII	Saldo Devedor da Dívida Fundada Por Credor	189
Gráfico - XXXIII	Dívida Pública do Estado do Ceará - Saldo Devedor Por Moeda em 2017	190
Gráfico - XXXIV	Capacidade de Pagamento Anual da Dívida Pública-Limitada 11,5% da RCL Período 2014 a 2017	192
Gráfico - XXXV	Trajetória do Resultado Orçamentário Consolidado - 2011 a 2017	244

RELATÓRIO CONTÁBIL

Apresentação

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art.88, inciso XVI, da Constituição Estadual, diz respeito à prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta anualmente à Augusta Assembléia Legislativa, *in verbis:*

Art.88. Compete privativamente ao Governo do Estado:

XVI - prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior.

Integram o Balanço Geral as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2002.

O Balanço Geral é composto de dois volumes e um relatório contábil. O primeiro volume contém os balanços e demonstrativos da Administração Direta. O segundo engloba os balanços e demonstrativos - consolidados e por entidade das autarquias, fundações e fundos e ainda as demonstrações financeiras das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Por seu turno, o relatório contém as explicações e a análise das execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, distribuídas em capítulos, tendo como objetivo facilitar o manuseio e dar melhor configuração aos dados e informações.

O Balanço Geral é um instrumento legal imprescindível à sociedade, porquanto lhe permite acesso às informações que identificam a origem e a destinação dos recursos públicos, que visam melhorar a qualidade de vida do povo cearense, bem como a avaliação do desempenho da gestão pública.

Em cumprimento à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, de nº 12.509, de 06/12/95, acompanha a Prestação de Contas o parecer do Controle Interno que evidencia o cumprimento da legislação vigente quanto à forma de apresentação das demonstrações contábil, financeira e fiscal.

Notas Explicativas

01. Contexto Operacional

O presente relatório tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Ceará, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Camilo Sobreira de Santana, durante o exercício de 2017, em função das ações governamentais desenvolvidas, tomando por base as informações contábeis contidas no seu Balanço Geral.

Essas informações foram extraídas do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR que, contempla os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sempre em observância aos Princípios de Contabilidade e, de forma gradativa, às novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Pública - NBCASP.

O S2GPR é gerenciado pela Secretaria da Fazenda, através da Coordenadoria do Tesouro Estadual - COTES e da Coordenadoria de Gestão Financeira - COGEF que, por sua vez, vêm cumprindo as determinações das legislações financeira, orçamentária e fiscal, e demonstrando a transparência de seus atos através da divulgação periódica de relatórios das execuções da Receita e Despesa Orçamentárias.

O Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR foi implantado no exercício de 2012, sendo o Ceará o primeiro Estado a assumir as responsabilidades inerentes a este desafio das NBCASP.

O Governo do Ceará também implantou o novo Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) e colocou em prática, de forma parcial, as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público - NBCASP, dando um passo importante no processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IPSAS).

As Células de Contadorias de Administração Direta e Indireta, CECAD e CECAI , respectivamente, vinculadas à COTES, coordenam e acompanham as execuções orçamentária, financeira, contábil e patrimonial de 32 órgãos integrantes da Administração Direta e 8 Descentralizadas, incluindo todos os Poderes e o Ministério Pùblico, 12 Autarquias, 7 Fundações, 29 Fundos Especiais, 2 Empresas Públicas e 08 Sociedades de Economia Mista. Em atendimento à portaria nº 589/STN, de 27/12/01, as estatais CODECE, COHAB, ETICE e EMATERCE realizaram suas execuções orçamentárias no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, sem prejuízo da Lei nº 6.404/76.

02. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Balanço Geral do Estado foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público, conforme o

disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as leis de finanças e orçamento público, com as normas e princípios contábeis, e com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, " os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentária, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos".

A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14.10.2005. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo. Quando da apropriação da obrigação em vigor em um órgão ocorre uma despesa intra-orçamentária que, no momento do recebimento em outro órgão, registra-se uma receita intraorçamentária.

Os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2017, são: a Portaria nº 840 de 21.12.2016, e a Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e também a Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016 que aprovou a 7º edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

As demonstrações contábeis de acordo com o MCASP 7ª edição, e pelo qual elenca-se as seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

O S2GPR gera e emite os relatórios das demonstrações contábeis dos anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei nº 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente.

Por força da Resolução TCE nº 3.303/2006, os órgãos da Administração Direta apresentam suas prestações de contas anuais de forma individualizada.

03. Resumo das Principais Práticas Contábeis

03.01. Execução Orçamentária

Na contabilização da execução orçamentária foram utilizados os regimes de caixa e de competência para as receitas e despesas, respectivamente, em conformidade com o Art. 35, da Lei nº 4.320/64, e o inciso II do Art. 50 da Lei Complementar nº 101/200. Os valores relativos ao reconhecimento e a mensuração dos créditos tributários a receber no exercício seguinte relativos a 2017 foram registrados no Subgrupo de "Créditos a Curto Prazo".

03.02. Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas.

A padronização dos registros contábeis das entidades das esferas de governo, envolvendo a Administração Direta e Indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

03.03. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário apresenta detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão inicial atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

As receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções: restituições, retificações e deduções para o FUNDEB (Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001). As repartições de receitas entre os Entes da Federação continuam como despesas não sendo registradas como dedução.

03.04. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte:

A estrutura desta demonstração contempla os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recursos (destinação vinculada ou destinação ordinária). O detalhamento das vinculações foi feito de acordo com as características específicas do Estado.

03.05. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A estrutura desta demonstração contempla os termos que evidenciam a classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em "circulante" e " não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, além do grupo de contas do patrimônio líquido.

3.06. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo a Lei nº 4.320/64, art. 104, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A estrutura desta demonstração, são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e estão divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

03.07. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

03.08. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Conforme regras dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 7ª - MCASP a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido será obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes organizadas na forma de sociedades anônimas e para os entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas.

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade e complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF) - Lei Complementar nº 101/2000 art. 4º § 1 e º§ 2º - integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob forma de sociedades anônimas. No estado do Ceará existem duas empresas que reúnem essas características, COHAB e CODECE.

04. Incentivos Fiscais - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI

Os incentivos fiscais do Estado do Ceará são evidenciados, conforme programa do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, registrando os créditos a receber no grupo do Circulante de Curto Prazo e os de Longo Prazo Não Circulante do Balanço Patrimonial, com as devidas deduções dos prováveis valores de fundo perdido, conforme as normas legais e contratuais inerentes ao FDI.

Com relação ao Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos - PROADE foram contabilizados nos grupos do Ativo Circulante e Não Circulante da Unidade Gestora 190001 (Secretaria da fazenda do estado do Ceará) os benefícios concedidos às sociedades empresárias enquadradas no Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos - PROADE.

Junto com os anexos dos órgãos da Administração Indireta está a relação das empresas beneficiadas pelos programas PROAPI, PROVIN e PROADE com seus respectivos CNPJ e valores concedidos, conforme recomendação 53 do TCE/CE das contas de Governo de 2016 a qual determina que a Secretaria da Fazenda proceda ao detalhamento nas Notas Explicativas, referente ao Balanço Patrimonial, as Contas Créditos a Receber e a Conta Concessão de Empréstimos e Financiamentos das empresas beneficiadas pelo PROAPI, PROVIN e PROADE onde se deve destacar o nome de cada empresa, CNPJ e o respectivo valor.

05. Dívida Ativa Estadual

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo Circulante e Não-Circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo " Dívida Ativa Estadual", fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, órgão responsável pela gestão da mesma.

Os Valores relativos à **Provisão de perdas** que existem para o recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa do Estado, ou seja, aqueles que apresentam significativa probabilidade de não realização a SEFAZ recebeu da Procuradoria-Geral do Estado - PGE informação de que não havia, até o ano de 2017, estudos específicos sobre a provisão de perdas relacionadas com a dívida ativa tributária e não tributária.

Todavia, em atenção à solicitação da SEFAZ através do Ofício nº 02/2018 para o Procurador e às recomendações emanadas do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Ceará, iniciaram-se, ainda no final de 2017, estudos sobre o tema, visando o ano de 2018.

Conquanto essa avaliação ainda seja incipiente, progrediu-se na fixação de parâmetro para a determinação de um resultado, tendo-se concluído, neste primeiro exame, que se poderia eleger, como critério para a provisão de perdas, o prazo prescricional. Assim, débitos que, por seus dados cadastrais, insinuam a consumação prescrição, notadamente aqueles ainda não objeto de ajuizamento, serão contados como perda provável.

A Procuradoria-Geral do Estado informou ainda que manterá permanente estudo com o objetivo de aprimorar a metodologia de apuração e a definição de novos critérios para a indicação da provisão de perdas.

Foi registrado na Contabilidade, em 2017, o montante de R$ 258.917.838,99 de débitos com provável prescrição 110.061 inscrições sendo reconhecidas as perdas apuradas conforme critério definido pela PGE.

06. Publicação de Dispositivos Legais na esfera estadual e federal, no decorrer do exercício:

- Lei nº 16.200, de 23 de fevereiro de 2017, instituiu no âmbito da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado, o Fundo Penitenciário do Estado do Ceará – FUNPEN/CE, com a finalidade de viabilizar a execução de programas, ações, atividades e projetos, visando à consolidação da política penitenciária do Estado do Ceará.

- Lei nº 16.211, de 17 de abril de 2017, altera a Lei nº 12.860 de 11 de novembro de 1998 e promove, por leilão, a alienação do direito à cessão dos créditos do extinto Banco do Estado do Ceará - BEC, ratificado pelo Bradesco, enquanto sucessor daquela instituição financeira.

- Lei nº 16.228, de 17 de abril de 2017, altera a Lei nº 15.243 de 06 de dezembro de 2012 que estabelece regras para a distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB com profissionais do grupo ocupacional do magistério – mag, da educação básica.

- Portaria STN nº 896 de 31 de Outubro de 2017 que estabelece regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no exercício de 2018, em atendimento ao § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

- Lei nº 16.230, de 27 de abril de 2017, altera a Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007 que altera a estrutura da Administração Estadual, promove a extinção, criação e fusão de órgãos.

- Lei Complementar 159 de 19/05/2017, institui o regime de recuperação fiscal dos estados e do distrito federal e altera as leis complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

- Portaria STN nº 495, de 06 de junho de 2017 aprova a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

- Lei nº 16.259, de 09 de junho de 2017, dispõe sobre a anistia de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e com o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCD, e do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Ceará (DETRAN), inscritos ou não em Dívida Ativa do Estado.

- Lei nº 16.273, de 20 de junho de 2017, institui o Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça.

- Instrução Normativa nº 002, de 20 de junho de 2017, dispõe sobre a fiscalização do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no âmbito da jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE-CE, relativamente ao Relatório Resumido de Execução Orçamentário (RREO)) e Relatório de Gestão Fiscal.

- Lei nº 16.279, de 04 de julho de 2017, estabelece vedação à Concessão de Anistia ou Remissão Tributárias pelo período que indica.

- Lei nº 16.284, de 07 de julho de 2017, autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de Crédito Interna junto ao Banco do Brasil S/A, referente ao Projeto Amortização da Dívida Pública Estadual no Biênio 2017 a 2018, destinada ao pagamento da Amortização da Dívida Pública Estadual do Biênio 2017 a 2018, com a consequente manutenção da capacidade de investimentos do Estado previstos no PPA e na LOA.

- Lei nº 16.289, de 20 de julho de 2017, autoriza a transferência de recursos financeiros por meio de regime de parceria para organizações da sociedade civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012, Leis Estadual nº 16.212, de 17 de abril de 2017.

- Emenda Constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017, extingue o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.

- Lei nº 16.320, de 11 de setembro de 2017, institui novo Sistema Financeiro de Conta Única no Âmbito do Estado do Ceará.

- Portaria STN nº 766, de 15 de setembro de 2017 dispõe sobre a alteração do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 8ª edição, aprovado pela Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017.

- Portaria STN nº 767, de 15 de setembro de 2017 dispõe sobre regras gerais acerca das atribuições, da composição e do funcionamento da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), responsável por subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas referidas no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

- Portaria nº 896, de 31 de outubro de 2017 estabelece regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no exercício de 2018, em atendimento ao § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

- Lei n.º 16.372, de 11.10.17, autoriza o Chefe do Poder Executivo do Estado do Ceará a alterar a denominação da Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARÁPORTOS, para Companhia de Desenvolvimento do Complexo

Industrial e Portuário do Pecém S.A. - CIPP S.A., mantendo-se sua personalidade jurídica e atuação como sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica, de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa.

- Lei n.º 16.425, altera o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 16.084, de 27/07/2016, e estabelece a condução da política fiscal para os próximos exercícios e a avaliação do desempenho fiscal dos exercícios anteriores.

- Lei n.º 16.427, de 05.12.17 autoriza o Poder Executivo e a Companhia de Habitação do Ceará – COHAB, Sociedade de Economia Mista e Empresa Estatal Dependente a repactuar o valor de até R$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) junto ao Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, com garantia da União as dívidas decorrentes de financiamentos obtidos com recursos do citado Fundo, derivadas de operações contratadas até 1º de junho de 2001, nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

- Lei n.º 16.428, de 05.12.17 autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei n° 9.496, de 11 de setembro de 1997, e ao amparo da Medida Provisória n° 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

- Lei n.º 16.449, de 12.12.17 **au**toriza a criação de Fundo Rotativo nos Complexos Penitenciários e/ou Estabelecimentos Provisórios e de Execução Penal do Sistema Penitenciário subordinado à Secretaria da Justiça e Cidadania-SEJUS

- Resolução COGERF nº 17, de 24 de novembro de 2017, estabelece procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, para o encerramento do exercício financeiro de 2017.

- Portaria nº 1.049, de 13 de dezembro de 2017, confere à Secretaria do Tesouro Nacional a atribuição de definir os conceitos das variáveis utilizadas na metodologia de análise da capacidade de pagamento, como também os procedimentos a serem adotados na obtenção de seus respectivos valores e na apuração da suficiência das contragarantias oferecidas, e resolve estabelecer os Conceitos e Procedimentos a que se refere o art. 14 da Portaria MF nº 501, de 2017.

07. Provisões Matemáticas Previdenciárias

No exercício de 2017, foi procedido o registro contábil das provisões atuarial matemáticas do regime próprio de previdência social estadual, o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC, relativos aos dos servidores públicos civis e militares dos fundos de previdência dos servidores civis (FUNAPREV e PREVID) e servidores militares (PREVMILITAR).

A avaliação atuarial foi realizada pelo quadro técnico de atuários da Coordenadoria de Gestão Previdenciária - CPREV da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG.

07.01. Fundo Financeiro - FUNAPREV

Dados e principais hipóteses da Avaliação Atuarial de 31/12/2017, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme Portaria MPS nº 403/2008:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE e TCE, para fins de avaliação atuarial;
- Idade Média dos Segurados do FUNAPREV em 31/12/2017: Ativos, 50,5 anos; Inativos, 69,9 anos; Pensionistas: 67,5 anos;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014;
- Apuração das obrigações do FUNAPREV frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

07.02. Fundo Financeiro - PREVMILITAR

Dados e principais hipóteses da Avaliação Atuarial de 31/12/2017, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme Portaria MPS nº 403/2008:

- Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial;
- Idade Média em 31/12/2017: Ativos do RPPS, 37,5 anos; Inativos, 62,0 anos; Pensionistas: 56,6 anos;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014 (o plano de custeio militar não tem por finalidade primordial a constituição de reserva financeira - LC/CE nº **123/2013, art. 10, §1º);**
- Das obrigações do PREVMILITAR frente aos atuais segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

07.03. Fundo Previdenciário - PREVID

Dados e principais hipóteses da Avaliação Atuarial de 31/12/2017, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme Portaria MPS nº 403/2008:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE e TCE, para fins de avaliação atuarial do SUPSEC;
- Idade Média dos Segurados do PREVID em 31/12/2017: Ativos, 34,8 anos; Aposentado, 44,4 (invalidez); e Pensionistas, 31,3 anos;
- Segregação da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014;
- Apuração das obrigações do PREVID frente aos atuais segurados ativos, aposentado, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas;
- Taxa Real de Juros Atuariais de 4,5% a.a., conforme a Política de Investimentos do SUPSEC para o exercício de 2018.

TABELA 01

Provisões Matemáticas Previdenciárias

(R$ 1,00)

TÍTULOS	FUNAPREV	PREVMILITAR	PREVID
Provisão para Benefícios Concedidos	113.161.964,17	39.401.147,12	6.422.331,01
Aposentadorias,/Pensões/Outros Benefícios Concedidos	55.168.742.952,33	17.691.769.218,32	6.836.281,20
Contribuições dos Inativos	-1.250.290.445,86	-233.090.915,15	-318.997,30
Contribuições dos Pensionistas	-600.115.249,59	-91.873.557,95	-94.952,89
Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	-426.890.521,07	0,00	0,00
Cobertura de Insuficiência Financeira	-52.778.284.771,64	-17.327.403.598,10	0,00
Provisão para Benefícios a Conceder	0,00	0,00	-291.838.378,79
Aposentadorias,/Pensões/Outros Benefícios Concedidos	83.662.706.806,30	40.296.056.650,32	2.368.676.465,89
Contribuições do Ente	-8.474.192.102,78	-3.982.299.052,27	-1.640.894.282,93
Contribuições dos Inativos	-8.963.266.622,53	-2.261.171.959,32	-902.928.835,96
Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	-3.874.377.628,72	0	-116.691.725,79
Cobertura de Insuficiência Financeira	-62.350.870.452,27	-34.052.585.638,73	0
Provisões Atuariais para Ajuste do Plano Previdenciário	0	0	636.947.500,96
Ajuste do Resultado Atuarial Superávitário	0	0	636.947.500,96
Total da Provisão para Benefícios Previdenciários	113.161.964,17	39.401.147,12	351.531.453,18

Fonte: SEPLAG/CPREV

Nota: Provisões Matemáticas Previdenciárias relativas aos planos Financeiro (FUNAPREV e PREVMILITAR) e Previdenciário (PREVID).

08. Parceria Público-Privada - PPP

O Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas referente ao Anexo 13 do RREO objetiva tornar transparente o cumprimento do limite das despesas com parcerias público-privadas. De acordo com a Lei nº 11.079/2004, os Estados não podem ultrapassar o percentual de 5% da Receita Corrente Líquida com despesas derivadas de contratos com parcerias público-privadas.

O governo estadual possui dois projetos em execução sob a modalidade de Parceria Público-Privada (PPP), a PPP Castelão e a PPP Vapt Vupt.

Destacando cada um dos projetos PPP do Estado, temos que o primeiro contrato de PPP do Estado do Ceará na modalidade de concessão administrativa foi firmado em 26 de novembro de 2010, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 7 de dezembro de 2010, com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) ARENA CASTELÃO OPERADORA DE ESTÁDIO S.A., composta pelas empresas Galvão Engenharia S/A, Serveng Civilsan S/A e BWA Tecnologia de Informação Ltda. Em 2014 foi realizada a transferência do controle acionário da concessionária Arena Castelão Operadora de Estádio S.A. que passou da Galvão Engenharia S.A. para a BWA Tecnologia de Informação Ltda, situação societária atual da SPE.

O contrato, com prazo de 96 meses (o equivalente a oito anos), tem como objeto a (i) construção do edifício central, (ii) construção, operação e manutenção do estacionamento, em cada uma de suas etapas, e (iii) construção e manutenção da Secretaria do Esporte, seu extrato foi publicado no DOE em 7 de dezembro de 2010.

O valor global original do contrato se deu no valor de R$ 518.606.000,00, sendo R$ 486.940.599,15 o valor do investimento e R$ 407.000,00 o valor original da contraprestação mensal. A PPP está em operação há sete anos, entrando em seu oitavo e último ano, visto que seu término está previsto para o início de dezembro de 2018. O contrato já sofreu seis reajustes. Atualmente o valor da contraprestação mensal máxima é de R$ 599.102,63. Em 2017 foi desembolsado o valor de R$ 6.254.042,61 para este contrato.

O segundo contrato de PPP assinado pelo Estado do Ceará, também na modalidade de concessão administrativa, foi firmado em 1º de novembro de 2013 com a SPE CEARÁ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO S/A, composta pelas empresas Construtora Marquise S.A. e o Shopping do Cidadão Serviços e Informática S.A.

O contrato, cujo extrato foi publicado no DOE em 13 de novembro de 2013, com um prazo contratual de 15 anos, tem como objeto a concessão administrativa dos serviços VAPT VUPT, destinados à construção, implantação, operação, manutenção e gestão de 5 (cinco) UNIDADES, sendo 3 (três) unidades localizadas no Município de Fortaleza - Unidades Centro, Messejana e Antônio Bezerra, 1 (uma) localizada no Município de Juazeiro do Norte e 1 (uma) localizada no Município de Sobral, do Programa VAPT VUPT de Atendimento Integrado ao Cidadão do Governo do Estado do Ceará.

Atualmente, estão em funcionamento as unidades de Juazeiro do Norte, a unidade de Messejana, a unidade de Sobral e a unidade de Antônio Bezerra. Também está em funcionamento, desde o início do contrato, a Central Administrativa que funciona como um escritório gestor das unidades em funcionamento. A unidade que seria localizada no bairro Centro da cidade de Fortaleza ainda não teve sua implantação iniciada.

O valor global original do contrato, em 2013, foi de R$ 640.622.000,00 e valor original da contraprestação mensal (com as cinco Unidades em execução, além da Central Administrativa) seria o montante de R$ 3.681.736,93 com as cinco unidades em operação. A PPP está em operação há pouco mais de quatros anos e seu contrato sofreu três reajustes. O valor da contraprestação mensal máxima atualizado é de R$ 3.968.133,91, (com quatro Unidades em execução - Juazeiro, Messejana, Sobral e Antônio Bezerra). Em 2017 foi desembolsado o valor de R$ 44.255.269,87 para este contrato.

Há ainda a PPP Hospital Regional Metropolitano contratada, porém sua execução, até o momento, não foi iniciada. A PPP Ponte Estaiada terá seu contrato anulado pela Secretaria da Infraestrutura, em atendimento ao Acórdão nº 1988/2016 do Tribunal de Contas da União (TCU).

09. Declaração ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Para fins de explicação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na qualidade de financiador de operações de crédito junto ao Estado do Ceará, referente a reembolso de pagamentos relativos a projetos da operação BNDES ESTADOS executados em 2014 e 2015, que a princípio foram feitos com recursos da fonte da operação de crédito BIRD/PforR, declara-se que, para elaboração do Balanço Geral do Estado do exercício de 2016, foi adotado o seguinte procedimento contábil e financeiro:

Nos pagamentos de despesas dos exercícios de 2014 e 2015, após a liberação do recurso no exercício de 2016, da fonte 47-BNDES/ESTADOS não vinculada a um projeto específico, ocorreu a emissão de documento financeiro e contábil (Nota de Movimentação Financeira - NMF) no Sistema de Gestão Governamental Por Resultados - S2GPR (Sistema Financeiro e Contábil do Governo do Estado do Ceará), por meio da qual se fez a transferência contábil e financeira dos recursos da conta nº 0919/006/00002154-2 do BNDES/ESTADOS (Fonte 47) para a conta nº 0919/006/00002247-6 da Operação de Crédito BIRD-PforR (Fonte 69), contas de titularidade do Estado do Ceará na CEF.

Esta operação não feriu, portanto, o Art. 32, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 em virtude da demonstração em balanço de que as operações de crédito não excederam as despesas de capital dos exercícios de 2014 e 2015.

10. Finanças Públicas - Estado do Ceará

No Balanço Geral estão demonstrados os resultados alcançados pelo Estado do Ceará no exercício de 2017 e se constitui na prestação de contas do 3º ano do mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Camilo Sobreira de Santana.

O Governo do Estado do Ceará, com muita firmeza e perseverança, procura consolidar avanços e lança novas bases para o desenvolvimento estadual. Em conjunto, preserva os princípios de gestão financeira e fiscal, que possibilitam as diversas realizações.

A atuação do governo vem sendo pautada pela continuidade do crescimento econômico aliada à distribuição de riqueza e inclusão social. O desafio está em superar as desigualdades sociais e econômicas do estado. Para a superação desse desafio, o Governo vem atuando por meio de Gestão Pública por Resultados - GPR, com foco no efetivo alcance de objetivos e resultados no âmbito das políticas públicas, condicionando, para tanto toda a estrutura de planejamento, orçamento e os processos decisórios.

11. Outras Informações de Esclarecimentos

Tratando-se de controle do patrimônio do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão responsável pela gestão patrimonial do Estado, utiliza o Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI, que tem a finalidade de efetuar um controle corporativo de todos os bens imóveis de uso do Estado, de sua propriedade ou locados, e o Sistema de Gestão da Frota - SIGEF, que está sendo customizado com novas funcionalidades em um escopo mais amplo, abrangendo aspectos inerentes ao controle de uso e controle de custos de aquisição, operação e manutenção da frota.

Os Demonstrativos que abrangem "execução orçamentária" serão apresentados de três formas: a) execução Orçamentária da Administração Direta; b) execução Orçamentária da Administração Indireta; e c) execução Orçamentária Consolidada das duas Administrações.

O Capítulo IV demonstra a consolidação dos Balanços Gerais da Administração Direta com a Indireta sob os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial, abrangendo toda Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes. Estas últimas apresentam as demonstrações orçamentárias que foram executadas no S2GPR, obedecendo também à Lei nº 6.404/76.

Através da Lei nº 16.230, de 27 de abril de 2017, o Governo alterou a estrutura da Administração Estadual, promoveu a extinção dos seguintes órgãos: Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará–IDECI;

Secretaria de Relações Institucionais e a Casa Militar passou a integrar a estrutura organizacional do Gabinete do Governador.

11. Providências Referentes às Recomendações do TCE Constantes do Parecer Prévio das Contas do Governo do Exercício de 2016

Anualmente, o Governador do Estado encaminha a prestação de contas de governo ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), em cumprimento ao estabelecido no art. 76, inciso I, da Constituição Estadual de 1989, e no art. 42 da Lei Estadual nº 12.509/1997. Em 2017, o TCE/CE elaborou o Relatório Técnico da análise das contas do Governo do Estado Ceará de 2016, sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, e expediu 55 (cinquenta e cinco) recomendações a serem observadas pelo Poder Executivo.

Para tratamento das recomendações exaradas naquele relatório, foi instituída, por meio da Portaria nº 01/2017, publicada em 18 de agosto de 2017, a Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - **PASF Contas de Governo**, composta por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e coordenada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo nos termos do art. 6º do Decreto nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos

A Comissão do **PASF Contas de Governo** realizou o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2016.

Considerando a existência de mais de uma recomendação tratando de uma mesma causa particular e ainda de diversas recomendações tratando de matéria similar, optou-se, para efeito de melhor organização e desenvolvimento do raciocínio lógico, por desenvolver as manifestações agregadas por assunto, tendo o cuidado de dar tratamento a todas as questões suscitadas pelo TCE.

O Relatório produzido pelos integrantes do PASF foi encaminhado a cada um dos conselheiros do TCE, por meio de ofícios da Controladoria a Ouvidoria Geral do Estado, e integra o Relatório do Controle Interno reproduzido após estas Notas Explicativas.

CAPÍTULO I

1. DO ORÇAMENTO

1.1. Orçamento Geral

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2017, aprovado pela Lei nº 16.199 de 29/12/2016, foi elaborado em conformidade com o disposto no Artigo 203, § 3º, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, de nº 16.084, de 27/07/2016.

Além da Legislação Estadual, o Orçamento foi elaborado obedecendo aos ditames da Legislação Federal, destacando-se a Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001 e suas alterações, Portaria nº 42, de 14/04/1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007 todas da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e das funções e subfunções de Governo.

A Lei Orçamentária para o exercício de 2017 compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado e estima os seus valores, conforme segue abaixo:

(R$ 1,00)

- Orçamento Fiscal	18.303.591.349,00
- Orçamento da Seguridade Social	6.553.751.944,00
- Orçamento de Investimentos das Empresas	204.678.735,00
TOTAL	25.062.022.028,00

FONTE: SEFAZ/SEPLAG

A despesa está discriminada por ordem de função, subfunção, programa de governo, projeto e atividade, região, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Destarte, a Receita Total para o exercício de 2017 foi estimada no mesmo valor da Despesa Total, em R$ 25.062.022.028,00 cabendo aos poderes estaduais os seguintes valores:

TABELA 02

Demonstrativo da Consolidação do Orçamento Por Poder

(R$ 1,00)

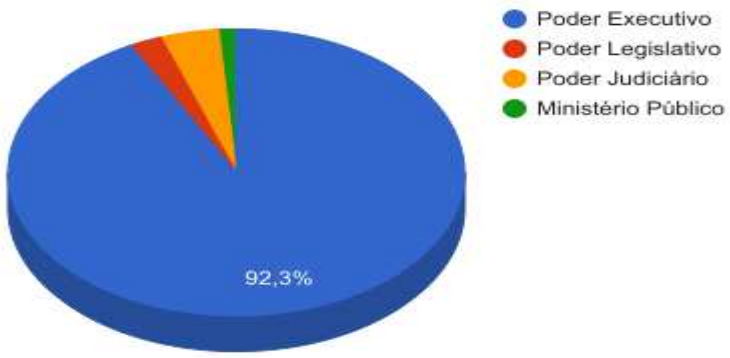
PODERES	FONTE TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	PART.%
Poder Executivo	14.098.687.775,00	9.008.256.850,00	23.106.944.625,00	92,20
Poder Legislativo	557.166.559,00	8.485.232,00	565.651.791,00	2,26
Poder Judiciário	894.889.249,80	131.458.831,00	1.026.348.080,80	4,10
Ministério Público	344.172.532,00	18.905.000,00	363.077.532,00	1,45
TOTAL	15.894.916.115,80	9.167.105.913,00	25.062.022.028,80	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD
Nota 1: Exclui Modalidade 91;
Nota 2: Inclui as empresas independentes;
Nota 3: Inclui Reserva de Contingência.

Os grupos de despesas utilizados estão estruturados conforme demonstrativo a seguir, sendo que o valor de R$ 150.516.743,00, se refere à Reserva de Contingência.

GRÁFICO I

Consolidação do Orçamento Por Poder



Fonte: SEFAZ/CECAD

A classificação por fonte de recursos busca a melhor identificação da origem do recurso segundo seu fato gerador. Representa um mecanismo integrador entre a receita e a despesa, exercendo um duplo papel na execução orçamentária.

Os recursos são originários do Tesouro ou de Outras Fontes. Os chamados **"Recursos do Tesouro"** são aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

Os "Recursos de Outras Fontes" são aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está sob responsabilidade desses órgãos e entidades, mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores.

Desde 2016 o código para a "Fonte de Recursos" são constituídos de 5 (cinco dígitos (XYYZZ), observando-se as especificações e tabela a seguir:

- 1º dígito **(X) -** para identificar se é Tesouro do exercício corrente (1) ou de exercício anterior (3); Outras Fontes do exercício corrente (2) ou de exercício anterior (6);

- 2º e 3º dígitos (**YY) -** representado praticamente os códigos existentes atualmente 00, 10, 50, 70… com exceção das operações de créditos e convênios;

- 4º e 5º dígitos **(ZZ) -** espécie de subfonte para detalhamento. Em princípio, utilizado mais para operação de crédito (para detalhar o organismo financiador) e para convênios (para detalhar o tipo de administração).

TABELA 03

Fontes de Recursos Previstas na Lei Orçamentária

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	GRUPO DE FONTE
1.00.00	Recursos Ordinários	Tesouro
1.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE	Tesouro
1.10.00	Recursos Provenientes do FECOP	Tesouro
1.12.00	Alienação de Bens	Tesouro
1.44.00	Indenização pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás	Tesouro
2.03.00	Recursos Provenientes da Contribuição Social do Servidor	Outras Fontes
2.04.00	Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	Outras Fontes
2.05.00	Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	Outras Fontes
2.06.00	Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar	Outras Fontes
2.07.00	Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	Outras Fontes
2.11.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Outras Fontes
2.14.00	Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	Outras Fontes
2.15.00	Depósitos Judiciais - PIMPJ	Outras Fontes
2.16.00	Medida Compensatória Ambiental	Outras Fontes
2.29.00	Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autencidade	Outras Fontes
2.46.37	Operações de Crédito Internas - CPAC MAMV - CEF	Outras Fontes
2.46.38	Operações de Crédito Internas - CPAC MAMV - Maranguapinho	Outras Fontes
2.46.39	Operações de Crédito Internas - CPAC MACV - BB	Outras Fontes
2.46.45	Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	Outras Fontes
2.46.47	Operações de Crédito Internas - BNDES/ESTADOS	Outras Fontes
2.46.56	Operações de Crédito Internas - Tesouro/CEF	Outras Fontes
2.46.71	Financiamento de Estatais não Dependentes	Outras Fontes
2.48.47	Operações de Crédito Externas - Refinanciamento	Outras Fontes
2.48.48	Operações de Crédito Externas - Tesouro	Outras Fontes
2.48.57	Operações de Crédito Externas - KFW	Outras Fontes
2.48.58	Operações de Crédito Externas - BIRD	Outras Fontes
2.48.59	Operações de Crédito Externas - BID	Outras Fontes
2.48.64	Operações de Crédito Externas - FIDA	Outras Fontes
2.48.65	Operações de Crédito Externas - CAF	Outras Fontes
2.48.67	Operações de Crédito Externas - MLW	Outras Fontes
2.48.69	Operações de Crédito Externas - PFORR	Outras Fontes
2.50.00	Recursos Provenientes do FUNDEB	Outras Fontes
2.51.00	Complementação da União dos Recursos do FUNDEB	Outras Fontes
2.70.00	Recursos Diretamente Arrecadados	Outras Fontes
2.70.01	Recursos Diretamente Arrecadados	Outras Fontes
2.76.00	Recursos Provenientes do FIT	Outras Fontes
2.79.00	Transferências ao Fundo de Defesa Civil	Outras Fontes
2.80.80	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	Outras Fontes
2.80.81	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Indireta	Outras Fontes
2.82.82	Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	Outras Fontes
2.82.83	Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	Outras Fontes
2.86.86	Convênios com Órgãos Municipais - Administração Direta	Outras Fontes
2.86.87	Convênios com Órgãos Municipais - Administração Indireta	Outras Fontes
2.88.88	Convênios com Órgãos Privados - Administração Direta	Outras Fontes
2.88.89	Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	Outras Fontes
2.91.00	Recursos Provenientes do SUS	Outras Fontes
2.92.00	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	Outras Fontes

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 04

Demonstrativo da Consolidação do Orçamento Por Grupo de Despesas

(R$ 1,00)

GRUPO	FONTE TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	PART.%
Pessoal e Encargos Sociais	7.624.667.966,00	2.881.358.837,00	10.506.026.803,00	41,92
Juros e Encargos da Dívida	460.386.752,00	20.000,00	460.406.752,00	1,84
Outras Despesas Correntes	6.986.135.698,00	1.866.886.618,00	8.853.022.316,00	35,32
Investimentos	556.267.272,00	3.536.427.296,00	4.092.694.568,00	16,33
Inversões Financeiras	110.844.927,00	3.332.000,00	114.176.927,00	0,46
Amortização da Dívida	102.353.000,00	879.081.162,00	981.434.162,00	3,92
Reserva de Contingência	54.260.500,00	0,00	54.260.500,00	0,22
TOTAL	15.894.916.115,00	9.167.105.913,00	25.062.022.028,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD
Nota 1: Exclui Modalidade 91(R$ 1.012.170.702,00);
Nota 2: Inclui as empresas independentes(R$ 204.678.735,00).

Das 28 funções de governo, de acordo com a Portaria nº 42, de 14/04/1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Lei de Orçamento alocou recursos em 26, cabendo à Função Saúde a maior parte 13,15%, exceto a Função Encargos Especiais que ficou com 18,97%. O Tesouro representa a parcela mais expressiva, 63,42%, conforme está demonstrado a seguir:

TABELA 05

Demonstrativo da Consolidação do Orçamento Por Função

(R$ 1,00)

CÓDIGO	FUNÇÃO	TESOURO (A)	OUTRAS FONTES (B)	TOTAL (A)+(B)	PART.%
01	Legislativa	557.166.559,00	1.867.645,00	559.034.204,00	2,23
02	Judiciária	894.889.249,00	131.458.831,00	1.026.348.080,00	4,10
03	Essencial à Justiça	403.722.001,00	27.735.000,00	431.457.001,00	1,72
04	Administração	1.348.262.867,00	146.310.560,00	1.494.573.427,00	5,96
06	Segurança Pública	1.882.756.635,00	313.652.536,00	2.196.409.171,00	8,76
08	Assistência Social	183.153.630,00	25.528.452,00	208.682.082,00	0,83
09	Previdência Social	1.535.555.000,00	1.505.260.107,00	3.040.815.107,00	12,13
10	Saúde	2.405.699.314,00	889.164.353,00	3.294.863.667,00	13,15
11	Trabalho	51.556.427,00	15.348.706,00	66.905.133,00	0,27
12	Educação	1.285.074.781,00	1.666.776.309,00	2.951.851.090,00	11,78
13	Cultura	87.595.628,00	52.612.000,00	140.207.628,00	0,56
14	Direitos da Cidadania	491.583.569,00	100.219.601,00	591.803.170,00	2,36
15	Urbanismo	63.282.889,00	222.042.028,00	285.324.917,00	1,14
16	Habitação	35.655.583,00	23.433.791,00	59.089.374,00	0,24
17	Saneamento	73.490.127,00	653.278.740,00	726.768.867,00	2,90
18	Gestão Ambiental	122.055.085,00	122.600.149,00	244.655.234,00	0,98
19	Ciência e Tecnologia	77.804.342,00	177.628.035,00	255.432.377,00	1,02
20	Agricultura	225.341.347,00	257.885.842,00	483.227.189,00	1,93
21	Organização Agrária	9.929.389,00	6.592.000,00	16.521.389,00	0,07
22	Indústria	38.982.159,00	12.164.033,00	51.146.192,00	0,20
23	Comércio e Serviços	29.754.816,00	76.298.795,00	106.053.611,00	0,42
24	Comunicações	1.695.871,00	18.938.452,00	20.634.323,00	0,08
25	Energia	12.672.143,00	33.461.296,00	46.133.439,00	0,18
26	Transporte	245.687.660,00	1.582.224.914,00	1.827.912.574,00	7,29
27	Desporto e Lazer	16.744.484,00	15.413.000,00	32.157.484,00	0,13
28	Encargos Especiais	3.760.544.060,00	992.954.495,00	4.753.498.555,00	18,97
99	Reserva de Contigência	54.260.500,00	96.256.243,00	150.516.743,00	0,60
TOTAL GERAL		15.894.916.115,00	9.167.105.913,00	25.062.022.028,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD
Nota 1: Exclui Modalidade 91 (R$ 1.012.170.702,00);
Nota 2: Inclui as empresas independentes (R$ 204.678.735,00).

O Orçamento inicial por fonte, categoria e tipo, para o exercício de 2017, foi aprovado com os valores demonstrados a seguir:

TABELA 06

Demonstrativo do Orçamento Por Categoria Econômica e Tipo de Administração

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	DIRETA	INDIRETA	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	18.551.930.288,00	2.337.640.266,00	20.889.570.554,00
Receita Tributária	13.038.727.838,00	635.836.271,00	13.674.564.109,00
Receita de Contribuições	0,00	554.909.600,00	554.909.600,00
Receita Patrimonial	248.382.678,00	94.923.498,00	343.306.176,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	13.082.834,00	49.043.477,00	62.126.311,00
Transferências Correntes	7.486.138.638,00	815.428.318,00	8.301.566.956,00
Outras Receitas Correntes	646.655.993,00	187.499.102,00	834.155.095,00
Dedução Rec Corrente - FUNDEB	-2.881.057.693,00	0,00	-2.881.057.693,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.867.630.292,00	100.142.447,00	3.967.772.739,00
Operações de Crédito	3.077.321.792,00	0,00	3.077.321.792,00
Alienação de Bens	22.030.000,00	0,00	22.030.000,00
Transferências de Capital	758.198.500,00	100.142.447,00	858.340.947,00
Outras Receitas de Capital	10.080.000,00	0,00	10.080.000,00
TOTAL DA RECEITA	22.419.560.580,00	2.437.782.713,00	24.857.343.293,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	42.533.362,00	969.637.340,00	1.012.170.702,00
TOTAL	22.462.093.942,00	3.407.420.053,00	25.869.513.995,00
DESPESAS CORRENTES	12.820.889.950,00	8.003.602.422,00	20.824.492.372,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.767.503.749,00	4.670.173.242,00	11.437.676.991,00
Juros e Encargos da Dívida	460.281.752,00	125.000,00	460.406.752,00
Outras Despesas Correntes	5.593.104.449,00	3.333.304.180,00	8.926.408.629,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.781.719.501,00	1.209.041.622,00	4.990.761.123,00
Investimentos	2.704.265.412,00	1.190.884.622,00	3.895.150.034,00
Inversões	98.444.927,00	15.732.000,00	114.176.927,00
Amortização da Dívida	979.009.162,00	2.425.000,00	981.434.162,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.260.500,00	0,00	54.260.500,00
TOTAL	16.656.869.951,00	9.212.644.044,00	25.869.513.995,00

Fonte: SEFAZ/CECAD
Nota 1: Inclui Modalidade 91 (R$ 1.012.170.702,00);
Nota 2: Exclui as empresas independentes (R$ 204.678.735,00) .

O orçamento por tipo de Administração totalizou em 2017, no valor de R$ 25.869.513.995,00, incluindo o valor de R$ 1.012.170.702,00 referente a Previsão Inicial das receitas Intraorçamentárias e excluindo a quantia de R$ 204.678.735,00 consignada na LOA de 2017 para as empresas estatais independentes.

Na sequência, demonstra-se o orçamento inicial da despesa de 2017, por órgão, com e sem a modalidade 91.

TABELA 07

Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta Por Órgão

(R$ 1,00)

ORGAO	ABREVIATURA	LOA (A)	MOD (91) (B)	VR LÍQUIDO (A-B)
010001	ASSEMBLÉIA	432.370.373,00	20.782.060,00	411.588.313,00
020001	T CONTAS	84.163.645,00	7.515.410,00	76.648.235,00
030001	TCM	82.767.611,00	11.969.955,00	70.797.656,00
040001	T JUSTICA	1.030.286.334,00	135.397.085,00	894.889.249,00
060001	DPGE	136.410.789,00	18.319.616,00	118.091.173,00
080001	SEINFRA	617.610.889,00	3.536.566,00	614.074.323,00
100001	SSPDS	70.132.017,00	843.341,00	69.288.676,00
101021	POL CIVIL	410.943.722,00	41.115.872,00	369.827.850,00
101031	P M CE	1.370.065.512,00	175.752.269,00	1.194.313.243,00
101041	BOMBEIRO	165.915.107,00	20.564.190,00	145.350.917,00
101071	P FORENSE	77.323.234,00	6.267.651,00	71.055.583,00
101081	AESSP	14.823.249,00	120.780,00	14.702.469,00
110001	GAB GOV	24.995.718,00	411.412,00	24.584.306,00
120001	VICE GOV	6.835.504,00	32.706,00	6.802.798,00
130001	PGE	68.355.440,00	8.490.971,00	59.864.469,00
140001	C MILITAR	11.786.248,00	96.000,00	11.690.248,00
150001	PGJ	391.881.027,00	47.408.495,00	344.472.532,00
170001	CONS EDUC	5.110.186,00	142.758,00	4.967.428,00
180001	JUSTICA	455.193.728,00	26.908.409,00	428.285.319,00
190001	SEFAZ	671.641.739,00	90.480.546,00	581.161.193,00
191011	ENCARGOS	5.261.457.380,00	8.283.467,00	5.253.173.913,00
210001	SDA	346.361.291,00	3.680.064,00	342.681.227,00
220001	SEDUC	2.624.233.089,00	163.856.401,00	2.460.376.688,00
225001	CED	4.608.621,00	160.000,00	4.448.621,00
270001	CULTURA	102.095.489,00	887.861,00	101.207.628,00
290001	SRH	378.002.589,00	994.614,00	377.007.975,00
300001	SEGOV	61.334.565,00	91.612,00	61.242.953,00
310001	SECITECE	215.755.084,00	323.055,00	215.432.029,00
360001	SETUR	384.843.487,00	3.304.310,00	381.539.177,00
410001	CGE	28.392.486,00	1.993.006,00	26.399.480,00
420001	SESPORTE	22.496.397,00	181.913,00	22.314.484,00
430001	SCIDADES	640.038.407,00	809.976,00	639.228.431,00
460001	SEPLAG	152.029.864,00	8.377.746,00	143.652.118,00
461031	EGPCE	2.788.469,00	25.000,00	2.763.469,00
470001	STDS	214.591.976,00	8.014.008,00	206.577.968,00
470104	SEAS	0,00	0,00	0,00
510001	SEAPA	7.870.653,00	21.656,00	7.848.997,00
530001	CGD	8.223.371,00	51.000,00	8.172.371,00
540001	SRI	3.016.301,00	58.412,00	2.957.889,00
550001	SPD	11.424.251,00	77.000,00	11.347.251,00
560001	SDE	25.190.446,00	26.101,00	25.164.345,00
570001	SEMA	33.503.663,00	43.000,00	33.460.663,00
TOTAL		16.656.869.951,00	817.416.294,00	15.839.453.657,00
Fonte: SEFAZ/CECAD				

TABELA 08

Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta Por Órgão

(R$ 1,00)

EXERC	ORGAO	ABREVIATURA	LOA (A)	MOD (91) (B)	VR LÍQUIDO (A-B)
2017	010101	FUNDO ASS	6.617.587,00	-	6.617.587,00
2017	040101	FERMOJU	129.952.594,00	1.170.000,00	128.782.594,00
2017	040301	FUNSEG	2.676.237,00	-	2.676.237,00
2017	060101	FAADEP	22.600.001,00	229.923,00	22.370.078,00
2017	080101	DER	708.536.940,00	5.326.324,00	703.210.616,00
2017	080301	DETRAN	598.620.000,00	45.043.612,00	553.576.388,00
2017	081201	DAE	26.093.221,00	1.989.980,00	24.103.241,00
2017	100601	FDS	96.000,00	-	96.000,00
2017	100607	FDS PC	566.000,00	-	566.000,00
2017	100608	FDS PM	864.000,00	-	864.000,00
2017	100609	FDS CB	9.000.000,00	-	9.000.000,00
2017	100610	FDS C PM	912.000,00	-	912.000,00
2017	100611	FDS C BOM	912.000,00	5.000,00	907.000,00
2017	100612	FDS SEJUS	576.000,00	-	576.000,00
2017	100615	FDS C PM JNORTE	912.000,00		912.000,00
2017	105001	FDC	29.011.000,00	-	29.011.000,00
2017	130101	ARCE	25.332.498,00	2.430.288,00	22.902.210,00
2017	130201	FUNPECEPGE	8.530.000,00	-	8.530.000,00
2017	150201	FDID	8.000.000,00	-	8.000.000,00
2017	150301	FUNSIT	405.000,00	-	405.000,00
2017	150401	FESMP	600.000,00	-	600.000,00
2017	150501	FERMOMP	9.600.000,00	-	9.600.000,00
2017	190401	JUCEC	9.426.074,00	1.101.074,00	8.325.000,00
2017	210101	EMATERCE	107.018.379,00	385.000,00	106.633.379,00
2017	210301	IDACE	25.257.961,00	1.490.776,00	23.767.185,00
2017	211101	ADAGRI	16.260.454,00	1.555.918,00	14.704.536,00
2017	211301	FEDAF	2.589.254,00	-	2.589.254,00
2017	240301	E S P	31.398.181,00	31.000,00	31.367.181,00
2017	240344	R TEOFILO	1.517.912,00	-	1.517.912,00
2017	240401	FUNDES	2.258.974.738,00	74.521.035,00	2.184.453.703,00
2017	240424	HEMOCE	54.711.406,00	-	54.711.406,00
2017	240479	HPM	22.645.231,00	50.000,00	22.595.231,00
2017	240494	MICRO BATU	13.497.336,00	2.000,00	13.495.336,00
2017	240564	D.PRIMEIRA	22.137.474,00	2.000,00	22.135.474,00
2017	240634	D.OITAVA	20.469.703,00	2.000,00	20.467.703,00
2017	241081	PRIM DERES	48.121.786,00	2.000,00	48.119.786,00
2017	241281	H G F	326.282.552,00	35.000,00	326.247.552,00
2017	241291	H MESSEJ	199.983.669,00	16.000,00	199.967.669,00
2017	241301	H G C C O	86.257.449,00	12.000,00	86.245.449,00
2017	241311	A SABIN	108.517.083,00	5.170,00	108.511.913,00

2017	241321	HSMM	13.519.128,00	10.000,00	13.509.128,00
2017	241331	H S J	23.393.020,00	-	23.393.020,00
2017	241501	C E O	6.842.435,00	-	6.842.435,00
2017	241521	IPCC	6.634.755,00	2.000,00	6.632.755,00
2017	241531	LACEN	23.329.784,00	88.000,00	23.241.784,00
2017	241561	CIDH	3.048.266,00	1.000,00	3.047.266,00
2017	241581	D LIBANIA	3.011.770,00	1.075,00	3.010.695,00
2017	241591	MEIRELES	2.206.227,00	-	2.206.227,00
2017	241621	C BENFICA	1.813.887,00	-	1.813.887,00
2017	270401	F E C	39.000.000,00	-	39.000.000,00
2017	290101	SOHIDRA	67.920.143,00	600.052,00	67.320.091,00
2017	300101	FUNTELC	8.553.110,00	506.752,00	8.046.358,00
2017	310101	FUNECE	236.713.599,00	27.788.789,00	208.924.810,00
2017	310201	UVA	77.612.919,00	8.953.134,00	68.659.785,00
2017	310301	URCA	105.052.322,00	12.326.928,00	92.725.394,00
2017	310401	FUNCEME	12.806.390,00	891.636,00	11.914.754,00
2017	310501	FUNCAP	133.317.654,00	134.216,00	133.183.438,00
2017	310601	NUTEC	14.431.314,00	1.179.301,00	13.252.013,00
2017	420101	FUNDEJ	9.343.000,00	-	9.343.000,00
2017	430401	IDECI	8.436.412,00	21.000,00	8.415.412,00
2017	460101	ISSEC	103.614.631,00	2.045.684,00	101.568.947,00
2017	460201	ETICE	44.766.679,00	336.000,00	44.430.679,00
2017	460301	IPECE	12.081.499,00	17.193,00	12.064.306,00
2017	460401	FUNAPREV	2.480.257.405,00	-	2.480.257.405,00
2017	460501	PREVMILITA	552.226.195,00	-	552.226.195,00
2017	460601	COHAB	13.483.478,00	19.000,00	13.464.478,00
2017	460701	PREVID	97.970.163,00	-	97.970.163,00
2017	470101	FECA	2.191.452,00	-	2.191.452,00
2017	470201	FEAS	64.876.795,00	-	64.876.795,00
2017	470301	FUNDART	2.448.000,00	5.000,00	2.443.000,00
2017	470401	FCE	10.000,00	-	10.000,00
2017	470501	FEICE	1.020.000,00	-	1.020.000,00
2017	480101	CODECE	6.894.259,00	25.000,00	6.869.259,00
2017	480201	FDI	13.090.000,00	-	13.090.000,00
2017	480401	FIES	776.196,00	-	776.196,00
2017	490101	SEMACE	73.511.437,00	4.396.548,00	69.114.889,00
2017	550101	FEPAD	960.000,00	-	960.000,00
		TOTAL	9.212.644.044,00	194.754.408,00	9.017.889.636,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

A seguir vem a distribuição de receitas e despesas consignadas pela LOA às Administrações Direta e Indireta.

1.2. Orçamento da Administração Direta

A Administração Direta incluindo a modalidade 91 e com a dedução para o FUNDEB teve sua Receita Orçamentária inicial estimada no valor de R$ 22.419.560.580,00 e a Despesa Total em R$ 16.656.869.951,00, sendo que este último corresponde a 64,38% do Orçamento Geral do Estado no total de R$ 25.869.513.995,00. A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Categoria Econômica e Grupo, conforme os dados a seguir:

TABELA 09

Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta Por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

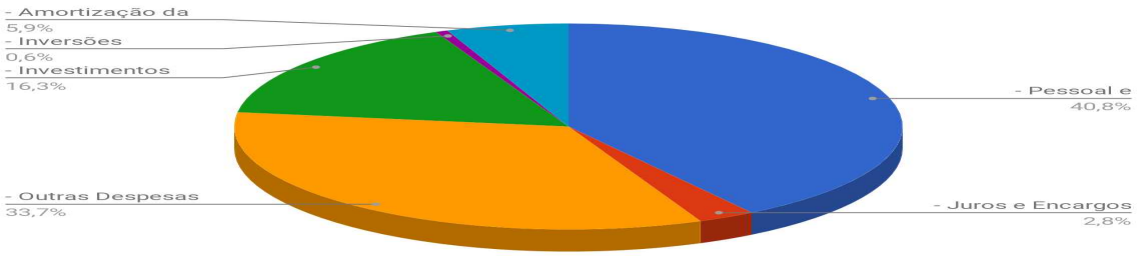
(R$ 1,00)

CATEGORIA/GRUPO	VALOR	PARTIC. %
DESPESAS CORRENTES	12.820.889.950,00	76,97
- Pessoal e Encargos Sociais	6.767.503.749,00	40,63
- Juros e Encargos da Dívida	460.281.752,00	2,76
- Outras Despesas Correntes	5.593.104.449,00	33,58
DESPESAS DE CAPITAL	3.781.719.501,00	22,70
- Investimentos	2.704.265.412,00	16,24
- Inversões	98.444.927,00	0,59
- Amortização da Dívida	979.009.162,00	5,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.260.500,00	0,33
TOTAL	16.656.869.951,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO II

Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta Por Categoria Econômica e Grupo de Despesa



Fonte: SEFAZ/CECAD

Na tabela anterior estão incluídas somente as fontes de recursos de nºs 1.00.00,1.00.02, 1.01.00, 1.10.00, 1.12.00, 1.14.00, 1.14.01, 1.44.00, 2.07.00, 2.11.00, 2.14.00, 2.14.01, 2.16.00, 2.46.36, 2.46.37, 2.46.38, 2.46.39, 2.46.43, 2.46.45, 2.46.52, 2.46.53, 2.46.54, 2.46.55, 2.46.56, 2.46.68, 2.48.40, 2.48.47, 2.48.48, 2.48.57, 2.48.58, 2.48.59, 2.48.63, 2.48.64, 2.48.65, 2.48.67, 2.48.69, 2.50.00, 2.51.00, 2.73.01, 2.73.02, 2.76.00, 2.80.80, 2.82.82, 2.82.90, 2.86.86, 2.88.88 e 2.95.00, da Administração Direta que se encontram descritas no final do Relatório.

Os Encargos Gerais do Estado estão representados por uma unidade orçamentária sob controle da Secretaria da Fazenda, porém, têm o seu orçamento desvinculado dessa. Para esta unidade foi fixado o valor de R$ 5.253.173.913,06, representado 33,17% do Orçamento da Administração Direta.

TABELA 10

Demonstrativo Dos Órgãos Com Maior Parcela de Recursos no Orçamento da Administração Direta

(R$ 1,00)

ORGAO	VALOR	PARTIC. %
01 - SEFAZ - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	5.253.173.913,00	33,17
02 - SEDUC	2.460.376.688,00	15,53
03 - P M CE	1.194.313.243,00	7,54
04 - T. JUSTICA	894.889.249,00	5,65
05 -SEC. DAS CIDADES	639.228.431,00	4,04
06 - SEINFRA	614.074.323,00	3,88
07 - SEFAZ	581.161.193,00	3,67
08 - SEJUS	428.285.319,00	2,70
09 -ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	411.588.313,00	2,60
10 - SETUR	381.539.177,00	2,41
11 - SRH	377.007.975,00	2,38
12 - POL CIVIL	369.827.850,00	2,33
13 - PGJ	344.472.532,00	2,17
14 - SDA	342.681.227,00	2,16
15 - SECITECE	215.432.029,00	1,36
16 - STDS	206.577.968,00	1,30
17 - BOMBEIRO	145.350.917,00	0,92
18 - SEPLAG	143.652.118,00	0,91
19 - DPGE	118.091.173,00	0,75
20 - SECULTTCM	101.207.628,00	0,64
SUBTOTAL	15.222.931.266,00	96,11
OUTROS ÓRGÃOS	616.522.391,00	3,89
TOTAL	15.839.453.657,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota: Exclui a modalidade 91 (R$ 817.416.294,00)

No decorrer do exercício de 2017, foram realizadas alterações no Orçamento inicial da Administração Direta, através da abertura de créditos adicionais, modificando o valor da Despesa, que finalizou com R$ 18.544.507.555,50.

1.3. Orçamento da Administração Indireta

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita da Administração Indireta, para o exercício de 2017, em R$ 3.612.098.788,00 sendo previsto para as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes o montante de R$ 3.407.420.053,00; e para as Empresas Controladas o total de R$ 204.678.735,00, enquanto as despesas das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes foram fixadas no montante de R$ 9.212.644.044,00; e para as Empresas Controladas o total de R$ 204.678.735,00. Na previsão da receita das Indiretas está incluída a Receita Corrente Intraorçamentária no montante de R$ 969.637.340,00.

As fontes previstas no orçamento inicial da Administração Indireta são formadas com recursos diretamente arrecadados, Operações de Crédito, Convênios Federais, Municipais, Privados e Internacionais, de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 11

Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta Por Categoria Econômica e Grupo de Despesas

(R$ 1,00)

CATEGORIA/GRUPO	VALOR	PART. %
DESPESAS CORRENTES	8.003.602.422,00	86,88
- Pessoal e Encargos Sociais	4.670.173.242,00	50,69
- Juros e Encargos da Dívida	125.000,00	0,00
- Outras Despesas Correntes	3.333.304.180,00	36,18
DESPESAS DE CAPITAL	1.209.041.622,00	13,12
- Investimentos	1.190.884.622,00	12,93
- Inversões Financeiras	15.732.000,00	0,17
- Amortização da Dívida	2.425.000,00	0,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
- Reserva de Contingência	0,00	0,00
TOTAL	9.212.644.044,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

O orçamento da Administração Indireta, relativo a tabela acima, se refere às despesas com recursos próprios e Transferências do Tesouro das Autarquias, Fundações, Fundos e das Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

Foi excluído o Orçamento das Empresas Independentes no valor de R$ 204.678.735,00.

CAPÍTULO II

2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Da Administração Direta

2.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária da Administração Direta para o exercício de 2017 foi prevista em R$ 22.462.093.942,04, incluíndo a modalidade 91 e com a dedução do FUNDEB, e teve seu valor ajustado até o final do ano para R$ 23.211.691.087,30. Sua realização atingiu a cifra de R$ 21.720.618.288,97, resultando numa arrecadação a menor de R$ 1.491.072.798,33 em comparação com a previsão final. A receita realizada representa, portanto 93,58% da receita prevista.

A Receita Orçamentária tem como principal componente a categoria "Receitas Correntes" no total de R$ 22.212.151.350,58, incluídas as receitas intraorçamentárias no valor de R$ 207.461.303,89, por estarem incluídas nesta rubrica o ICMS e o FPE que são as duas principais fontes de receita do Estado e juntas somaram R$ 17.277.564.100,23, representando 77,78% da sua categoria.

TABELA 12

Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista Com a Realizada, Por Categoria Econômica

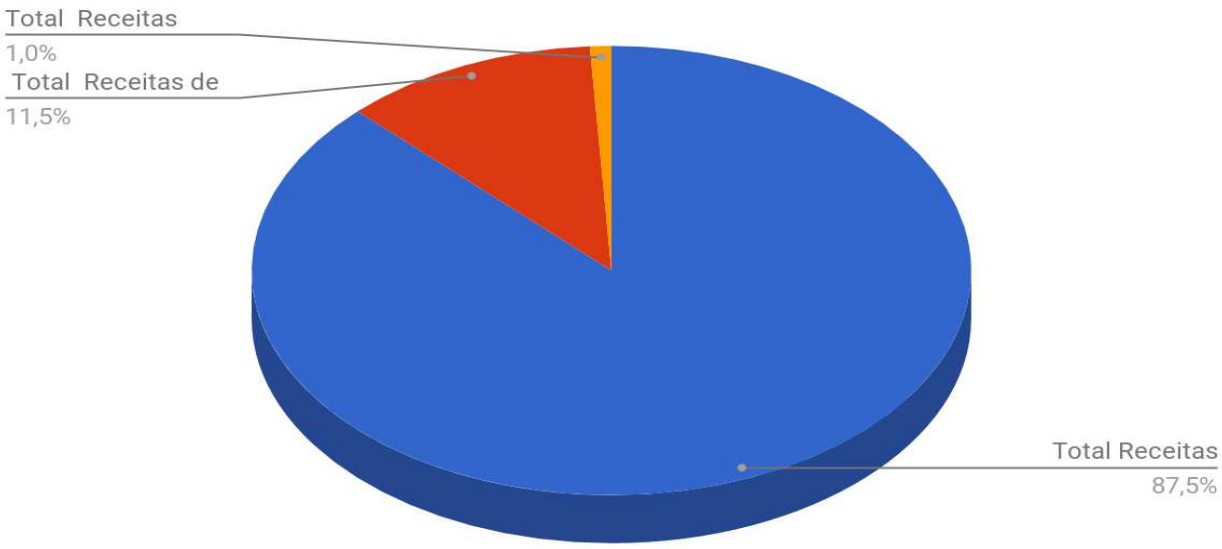
(R$ 1,00)

RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISTA (A)	REALIZAÇÃO (B)	REALIZ.%(B/A)	PARTIC.% (B/TOTAL B)
1-Receitas Correntes Sem Deduções	21.740.228.257,14	22.004.690.046,69	101,22	89,05
1.1 Tributária	13.130.945.446,03	13.157.686.472,14	100,20	53,25
1.2 Patrimonial	266.044.891,00	307.384.352,81	115,54	1,24
1.3 Serviços	14.062.834,00	14.321.126,49	101,84	0,06
1.4 Transferências Correntes	7.581.653.276,75	7.888.792.134,45	104,05	31,92
1.5 Outras Receitas Correntes	747.521.809,36	636.505.960,80	85,15	2,58
1.6 (-) Deduções	2.881.057.693,00	2.990.197.387,72	103,79	12,10
1.6.1 Deduções P/ Formação do FUNDEB	2.881.057.693,00	2.935.348.237,60	101,88	11,88
1.6.2 Restituição de Receitas	0,00	54.849.150,12	100,00	0,22
Total Receitas Correntes Líquida	18.859.170.564,14	19.014.492.658,97	100,82	76,95
2-Receitas de Capital Sem Deduções	4.273.586.781,39	2.498.722.066,04	58,47	10,11
2.1 Operações de Crédito	3.507.144.853,38	2.051.078.860,99	58,48	8,30
2.2 Alienação de Bens	22.187.800,00	4.890.259,44	22,04	0,02
2.3 Transferências de Capital	734.174.128,01	442.094.422,79	60,22	1,79
2.4 Outras Receitas de Capital	10.080.000,00	658.522,82	- 100,00	0,00
2.5 (-) Deduções	0,00	57.739,93	100,00	0,00
2.5.1 Restituição de Receitas	0,00	57.739,93	100,00	0,00
Total Receitas de Capital Líquida	4.273.586.781,39	2.498.664.326,11	58,47	10,11
3- Receitas Correntes Intraorçamentárias Sem Deduções	78.933.741,77	207.461.303,89	262,83	0,84
3.1 (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1 Restituição de receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Receitas Correntes Intraorçamentárias Líquida	78.933.741,77	207.461.303,89	262,83	0,84
4.Total Receitas Sem Deduções (1+2+3)	26.092.748.780,30	24.710.873.416,62	94,70	100,00
5.Total das Deduções (1.6+2.5+3.1)	2.881.057.693,00	2.990.255.127,65	103,79	0,00
6-Total Receitas Líquidas (4-5)	23.211.691.087,30	21.720.618.288,97	93,58	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO III

Receitas Correntes X Receitas de Capital X Receitas Intraorçamentárias



Fonte: SEFAZ/CECAD

2.1.1.1. Receitas Correntes

Acham-se agrupadas nesta Categoria Econômica as Receitas Tributárias, Patrimoniais, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, apresentando uma arrecadação de R$ 22.212.151.350,58, incluídas as receitas intraorçamentárias, e participa com um percentual de 89,89% da Receita Orçamentária, tendo sido superior à previsão orçamentária em 1,80%. A apuração da Receita Corrente Líquida encontra-se na análise da Despesa com Pessoal.

Da Receita Tributária

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2017 que consta na Lei Orçamentária Anual – LOA, levou em consideração um cenário, com base nas expectativas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em síntese, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2017, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária e a inflação abaixo especificadas:

Variáveis macroeconômicas projetadas para 2017	(em %)
Taxas de Inflação esperada	6,00
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Nacional	0,35
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Estadual	1,00

Fonte: LDO 2017

A tabela a seguir apresenta o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, de R$ 13.131 bilhões, contido no comparativo da Receita Orçada com a arrecadada, no exercício de 2017, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas.

TABELA 13

Demonstrativo da Receita Tributária

(R$ 1.000)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTA (A)	REALIZADA (B)	REALIZ. % (B/A)	PARTIC. % (B/TOTAL B)
Impostos	13.119.037.237,03	13.107.414.090,79	99,91	99,62
- ICMS	11.134.295.591,03	11.193.454.804,07	100,53	85,07
- IPVA	786.265.000,00	817.484.851,26	103,97	6,21
- ITCMD	242.336.099,00	92.833.297,84	38,31	0,71
- IRRF	956.140.547,00	1.003.641.137,62	104,97	7,63
Taxas	11.908.209,00	50.272.381,35	422,17	0,38
TOTAL	13.130.945.446,03	13.157.686.472,14	100,20	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Findo o exercício de 2017 procedeu-se o confronto entre os valores estimados e os realizados com o foco de se avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades.

A receita tributária efetivamente arrecadada em 2017 atingiu R$ 13,158 bilhões, ultrapassando o valor previsto em 0,20%, o que representa um resultado satisfatório.

Ressalte-se que a previsão referente a arrecadação do imposto de renda retido na fonte – IRRF, incidente sobre os rendimentos pagos pelo Estado, suas Autarquias e Fundações seguiu a previsão do Governo Federal. Para 2017 a previsão do IRRF foi de R$ 956,1 milhões, tendo sido efetivamente arrecadado R$ 1.004 bilhão, apresentando crescimento de 4,97%.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infraestrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário.

DA EXECUÇÃO DA RECEITA

A arrecadação tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2017, atingiu na sua realização o montante de R$ 13,158 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 85,07% da Receita Tributária. O IPVA contribuiu com 6,21%, o ITCD com 0,71% e as taxas 0,38%. Ressalte-se que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações – IRRF, cuja participação foi de 7,63%.

A receita tributária obteve um crescimento nominal de 4,17%, comparado ao exercício de 2016, atingindo o valor de R$ 13,158 bilhões, conforme demonstrado abaixo.

TABELA 14

Demonstrativo Comparativo da Receita Tributária - 2016/2017

(R$1.000)

RECEITA REALIZADA	2016 (A)	2017 (B)	VAR. % (B/A)	PARTIC.% (B/TOTAL B)
Impostos	12.584.168	13.107.414	4,16	99,62
ICMS	10.341.956	11.193.455	8,23	85,07
IPVA	694.229	817.485	17,75	6,21
ITCMD	652.250	92.833	-85,77	0,71
IRRF	895.733	1.003.641	12,05	7,63
Taxas	47.307	50.272	6,27	0,38
TOTAL	12.631.475	13.157.686	4,17	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

DESEMPENHO DA RECEITA DE IMPOSTOS EM VALORES NOMINAIS

O conjunto dos impostos arrecadados no exercício de 2017 receita tributária excluído o valor das taxas - representou 99,62% da receita tributária, alcançando o valor de R$ 13.107 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 4,16%, comparado com 2016, conforme demonstrado na tabela acima.

IPVA

A arrecadação do IPVA em 2017 foi de R$ 817,485 milhões, com crescimento nominal de 17,75%. Vale salientar que desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, que em sua composição leva em consideração os valores e marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, bem como a depreciação do veículo ao longo dos anos. Dentre os fatores que influenciaram para o incremento de arrecadação apresentado destacam-se: redução da inadimplência

devido ao maior esforço de cobrança e a regularização de créditos fiscais, o aumento de licenciamento de novos veículos e a alteração da legislação do IPVA que majorou a alíquota dos veículos com maior potência e cilindrada.

ITCD

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD, em 2017, foi de R$ 92,833 milhões, apresentando redução de 85,77%, quando comparado com 2016. Esse decréscimo foi ocasionado por inventário atípico em 2016. O ITCD corresponde a 0,71% da receita tributária. A arrecadação do ITCD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens, da maior divulgação do ITCD nas operações de doações de bens e valores, além da implantação de novas regras e funcionalidades no sistema do ITCD.

ICMS

Especialmente decorrente do desenvolvimento econômico que o Estado vem apresentando e das ações promovidas pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, a arrecadação do ICMS, principal tributo estadual, em 2017, respondeu pelo ingresso R$ 11,193 bilhões, correspondendo a 85,07% da receita tributária, apresentando um crescimento nominal de 8,23% quando comparado com o exercício de 2016. Vale ressaltar que pela primeira vez a arrecadação do ICMS cearense ultrapassa os R$ 11 bilhões.

Ressalte-se que por meio da Lei n° 16.177/2016 houve a alteração da alíquota do ICMS vigente no estado do Ceará. A alteração majorou a alíquota interna (modal) do ICMS de 17% para 18%, com vigência a partir de 1º de Abril de 2017;

No exercício de 2017, as evoluções das taxas do PIB nacional e local apresentaram trajetórias ascendentes, o Banco Central (estimativa FOCUS) divulgou o crescimento do PIB nacional de 0,98% e o IPECE um crescimento do PIB estadual de 1,5%. O crescimento do ICMS do Estado do Ceará (8,23%) alcançou um bom resultado, tendo o produto tributário ultrapassado o crescimento da base econômica nacional e estadual.

Nos últimos exercícios a arrecadação do ICMS apresentada na tabela abaixo, e no gráfico abaixo, obteve o seguinte desempenho:

TABELA 15

Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2006 a 2017

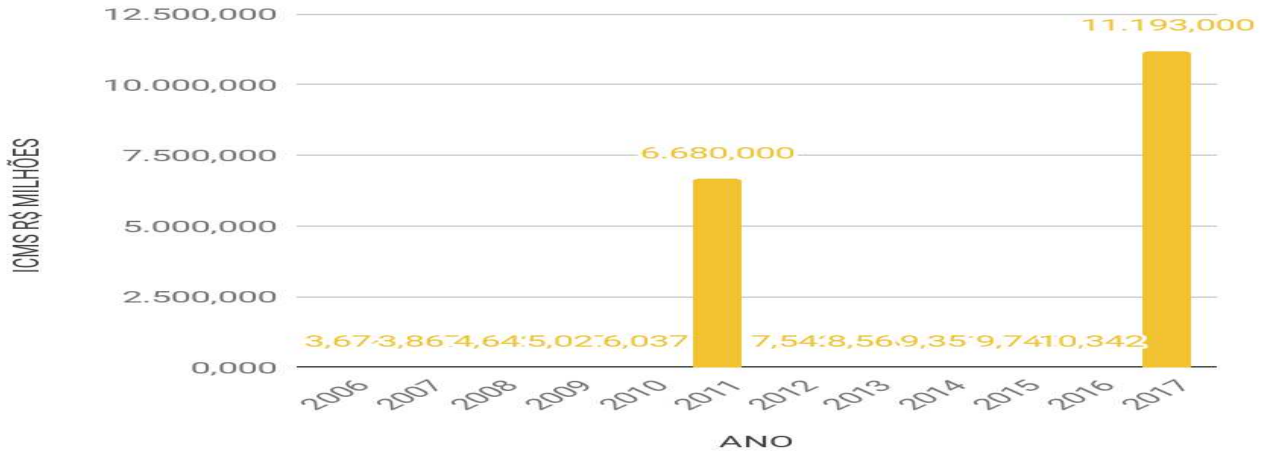
ANO	ICMS R$ MILHÕES	REALIZAÇÃO
2006	3,674	
2007	3,867	5,25%
2008	4,642	20,04%
2009	5,027	8,29%
2010	6,037	20,09%
2011	6.680	10,67%
2012	7,542	12,89%
2013	8,566	13,57%
2014	9,351	9,17%
2015	9,746	4,22%
2016	10,342	6,11%
2017	11.193	8,23%

Fonte: SEFAZ/ADINS

GRÁFICO IV

Evolução da Arrecadação do ICMS - Ceará - 2006 a 2017

(R$ milhões)

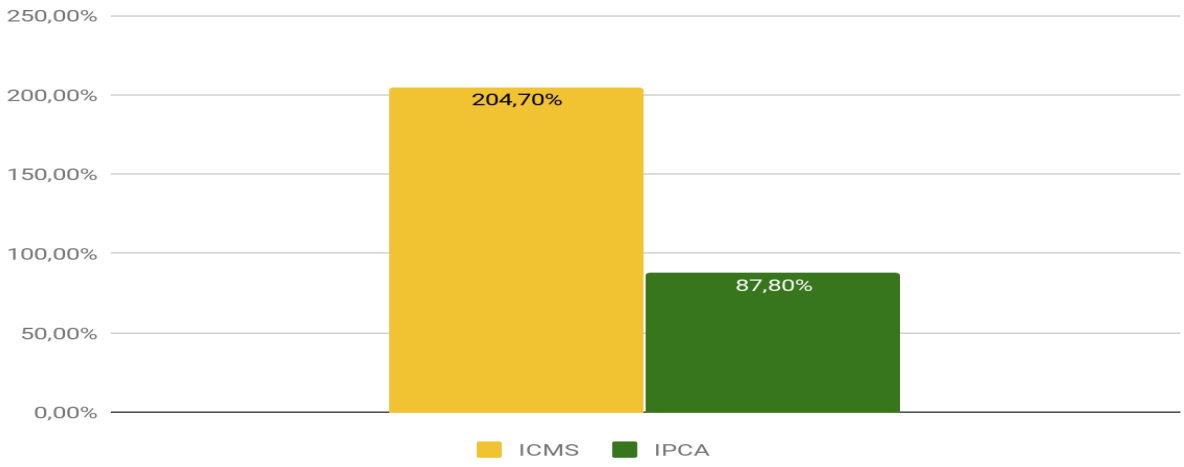


Fonte: SEFAZ/ADINS

A arrecadação do ICMS apresentou, no exercício de 2017, em comparação ao exercício de 2016, um crescimento nominal de 8,23%. Se procedermos a um comparativo da evolução do ICMS anual, com base o ano de 2017, com a arrecadação de 2006, levando-se em consideração também o crescimento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA, observa-se uma evolução de 87,8% do IPCA e de 204,7% do ICMS, o que evidencia um bom comportamento da arrecadação.

GRÁFICO V

Comparativo do ICMS Com o IPCA no Período de 2006 a 2017



Fonte: SEFAZ/ADINS

TABELA 16

Demonstrativo da Arrecadação do ICMS Por Segmento -Valores Brutos - 2016/2017

(R$ 1.000)

SEGMENTOS	(A) 2016	(B) 2017	VAR.%(B)/(A)	PART.%(B)/(TOTAL B)
Industrial	2.030.127	2.135.389	5,18%	19,08%
Serviço de Comunicação	696.014	696.440	0,06%	6,22%
Comércio Atacadista	1.880.028	2.053.759	9,24%	18,35%
Comércio Varejista	1.379.911	1.532.830	11,08%	13,69%
Energia Elétrica	1.211.723	1.247.274	2,93%	11,14%
Combustível	2.311.358	2.551.452	10,39%	22,79%
Demais Segmentos	317.563	443.823	39,76%	3,97%
FECOP	515.232	532.488	3,35%	4,76%
TOTAL ICMS	10.341.956	11.193.455	8,23%	100,00%

Fonte: SEFAZ/ADINS

A arrecadação do ICMS especificada pelos principais segmentos econômicos evidencia que no exercício de 2017, todos apresentaram crescimento.

O segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 22,79% do total do ICMS, apresentou crescimento nominal de 10,39%, comparativamente ao exercício de 2016. Um fator relevante que teve impacto no crescimento da arrecadação do ICMS do segmento de Combustível foi o reajuste pelo Governo Federal dos valores do preço dos combustíveis e o acompanhamento de forma sistemática do valor de ou substituição tributária pelo Preço médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) nas operações com combustíveis.

O segmento industrial com uma participação no ICMS total de 19,08% apresentou crescimento nominal de 5,18%, totalizando um montante arrecadado em 2017 de R$ 2,135 bilhões.

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes que atuam no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 18,35% e 13,69% respectivamente na arrecadação do ICMS global do Estado e obtiveram como resultado da arrecadação uma expansão de 9,24% para o comércio atacadista e de 11,08% para o comércio varejista.

A arrecadação do segmento energia elétrica apresentou participação no ICMS total de 11,14% e variação positiva de 2,93% no exercício de 2017 quando comparado com o exercício anterior, resultante do crescimento do consumo de energia.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 6,22% da participação global, apresentando crescimento nominal de 0,06%, Um fator que merece destaque no segmento comunicação é a corrosão de sua base, em razão do surgimento de novos aplicativos gratuitos de envio de dados, imagens e vozes.

A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza – FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2017 quando comparado com 2016 de 3,35%, representando 4,76% do ICMS total.

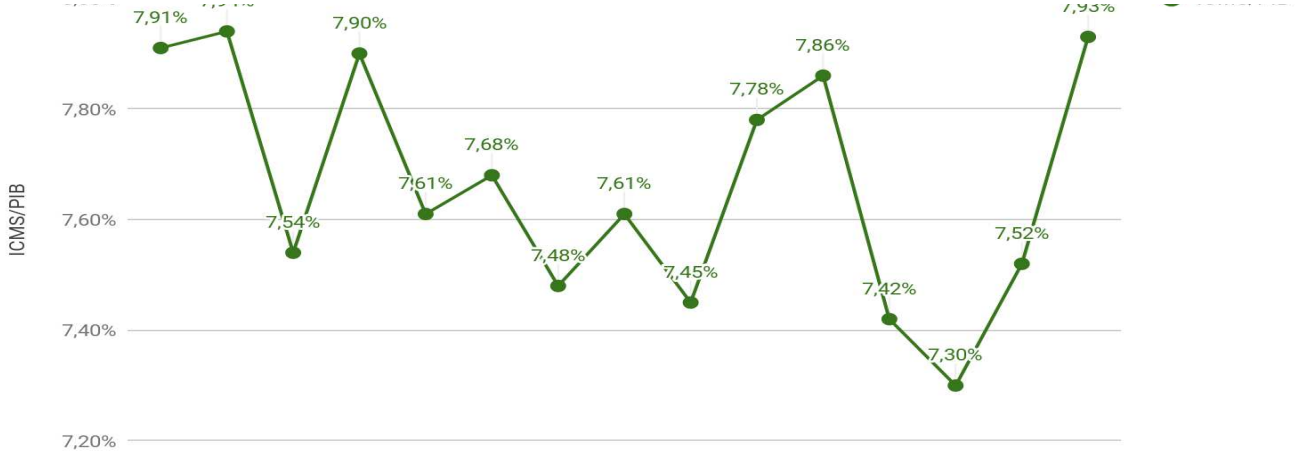
PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB ESTADUAL

Um ponto de destaque que pode ser feito é quando se compara a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território – Produto Interno Bruto – PIB. No gráfico a seguir, constata-se uma oscilação da participação do ICMS no PIB variando no mínimo 7,30% e no máximo 7,94%. Em 2017 a participação do ICMS no PIB foi de 7,93%. Pode-se inferir com estes resultados, que a arrecadação do ICMS cearense no exercício de 2017 atingiu uma boa eficiência pela superação que se evidencia do crescimento da arrecadação em relação a sua base tributária, em grande parte contida na medição do PIB cearense.

Dentre os fatores que estão influenciando na boa performance do ICMS está a regularização de créditos fiscais e a política de redução do ICMS sobre produtos selecionados que tem contribuído para a ampliação da base de incidência do imposto e por conseqüência aumento da arrecadação.

GRÁFICO VI

Participação do ICMS no PIB do Ceará - 2003 a 2017



Fonte: SEFAZ/ADINS

COMPARATIVO ICMS CEARÁ X ICMS BRASIL

Com o objetivo de oferecer uma visão comparativa da performance da arrecadação do ICMS do Estado do Ceará no contexto federativo foram extraídos dados da arrecadação total do ICMS por Unidade da Federação, incluindo a dívida ativa, multas e juros e estornos contábeis, nos exercícios de 2016 e de 2017, do Boletim do ICMS editado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS. O total do ICMS Brasil atingiu o montante de R$ 444,9 bilhões, apresentando uma variação nominal positiva de 7,4%, quando comparada com o exercício de 2016 cuja arrecadação foi de R$ 414,3 bilhões. O crescimento nominal da região nordeste neste mesmo período foi de 9,78%.

O ICMS arrecadado no Estado do Ceará, no exercício de 2017, apresenta um crescimento de 8,80% em relação a igual período de 2016, tendo apresentado o 4° lugar em termos de crescimento em relação aos Estados da Região Nordeste. Esse resultado (8,80%) sobrepujou a variação obtida pelo ICMS Brasil (7,40%), oferecendo a conclusão de que o Estado do Ceará no período considerado obteve resultados mais satisfatórios do que a média nacional.

Como conseqüência desta performance, o Estado do Ceará alterou a participação do ICMS do Estado no total do Brasil apresentando um aumento nessa participação. No ano de 2016 esta participação era de 2,52%, passando para 2,55% no exercício de 2017.

A posição do Estado do Ceará em termos de volume arrecadado, é de 3ª posição no Nordeste e no contexto nacional posiciona-se na 10ª colocação, passando a fazer parte dos “Top Ten” das grandes unidades federadas arrecadadoras de todo o Brasil.

EXECUÇÃO DO FUNDO DE COMBATE À POBREZA - FECOP

TABELA 17

Demonstrativo da Receita e da Aplicação Dos Recursos do FECOP

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA %
ICMS Adicional FECOP	541.909.983,00	532.435.336,13	98,25
Multas e Juros de Mora do ICMS	0,00	1.439.701,11	100,00
Outras Receitas	0,00	312.029,90	100,00
Restituições Diversas	0,00	2.209,19	100,00
Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	1.366.827,39	100,00
Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	23.198.092,00	6.456.303,90	27,83
Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	247.364,52	100,00
TOTAL	565.108.075,00	542.259.772,14	95,96

APLICAÇÃO NO ÓRGÃO	VALOR	PART. %
SEINFRA	39.100.011,47	6,88
DER	1.000.000,00	0,18
CEE	193.200,00	0,03
SEJUS	112.424,00	0,02
SDA	76.142.541,91	13,39
EMATERCE	11.365.015,28	2,00
IDACE	5.364.655,99	0,94
SEDUC	213.529.107,14	37,55
FUNDES	85.170.699,55	14,98
SECULT	4.052.927,01	0,71
SRH	5.355.214,46	0,94
SOHIDRA	25.667.614,77	4,51
SECITECE	742.566,90	0,13
UVA	537.528,29	0,09
FUNCAP	8.795.700,00	1,55
SESPORTE	330.029,74	0,06
SEC. CIDADES	25.771.042,04	4,53
COHAB	494.084,04	0,09
IPECE	198.660,00	0,03
STDS	21.543.806,98	3,79
FEAS	41.077.310,39	7,22
SPD	2.159.950,00	0,38
TOTAL	568.704.089,96	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota: Receitas do FECOP pelo valor líquido.

Conforme tabela anterior, a SEDUC foi a que mais se destacou com os recursos do FECOP (37,55%), seguido do FUNDES (14,98%) e SDA (13,39%).

De acordo com a tabela a seguir , as despesas com os recursos do FECOP apresentaram um decréscimo em termos nominais de 0,44% em relação ao exercício anterior. Das despesas do FECOP, por função de governo, destaca-se no exercício de 2017 o gasto com a Função Educação, correspondente a 39,22% do total das despesas empenhadas. Os gastos nessa função, nesse exercício, apresentou um incremento em termos nominais de 17,40%. Vale enfatizar, que os gastos na função Cultura , em 2017, cresceram 310,17%.

TABELA 18

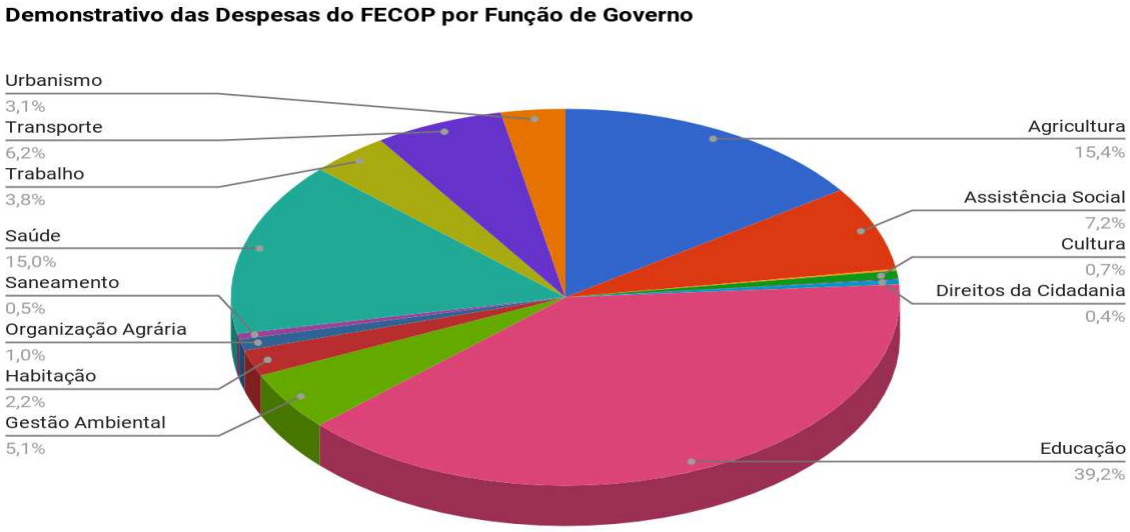
Demonstrativo Comparativo Das Despesas do FECOP Por Função de Governo - 2016 / 2017

(R1,00)

FUNÇÃO	(A) 2016	PART.%	(B) 2017	PART.% (B/TOTAL)	VAR. % (A/B)
Adminstração	0,00	0,00	198.660,00	0,03	
Agricultura	77.182.697,69	13,51	87.407.557,19	15,37	13,25
Assistência Social	45.314.948,65	7,93	41.077.310,39	7,22	-9,35
Ciência e Tecnologia	1.156.517,33	0,20	742.566,90	0,13	-35,79
Cultura	988.097,76	0,17	4.052.927,01	0,71	310,17
Desporto e Lazer	0,00	0,00	330.029,74	0,06	0,00
Direitos da Cidadania	2.053.114,00	0,36	2.272.374,00	0,40	10,68
Educação	189.998.378,72	33,26	223.055.535,43	39,22	17,40
Gestão Ambiental	50.482.416,71	8,84	28.725.601,08	5,05	-43,10
Habitação	10.696.378,57	1,87	12.789.555,89	2,25	19,57
Organização Agrária	5.899.275,18	1,03	5.464.655,99	0,96	-7,37
Saneamento	22.023.566,06	3,86	2.840.178,08	0,50	-87,10
Saúde	88.189.098,32	15,44	85.170.699,55	14,98	-3,42
Trabalho	22.813.954,52	3,99	21.543.806,98	3,79	-5,57
Transporte	26.424.861,95	4,63	35.416.365,02	6,23	34,03
Urbanismo	28.009.688,55	4,90	17.616.266,71	3,10	-37,11
TOTAL	571.232.994,01	100,00	568.704.089,96	100,00	-0,44

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO VII



Fonte: SEFAZ/CECAD

Ressalte-se que, no Estado do Ceará, a operacionalização do FECOP é, como fonte de recursos, o que facilita a sua aplicação pelas diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

O legislador cearense esclareceu, de uma vez por todas, a operacionalização do FECOP como fonte de recursos, conforme se observa da leitura do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 37/2003, redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 21 de maio de 2009, *in verbis:*

Art. 1º (...)

§ 3º Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por código próprio, denominado "Recursos Provenientes do FECOP".

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades executores e a operacionalização é feita como fonte de recursos.

No exercício de 2017, as despesas com recursos do FECOP reduziram em 0,44 % em comparação com o exercício de 2016.Vale enfatizar que, em 2017, foram aplicados dos recursos supramencionados 76,79 % nas funções: Educação (39,22%), Agricultura (15,37 %), Saúde (14,98 %) e Assistência Social (7,22 %), juntas somaram R$ 436.711.102,56. O

FECOP encerrou o exercício de 2017 com uma disponibilidade no valor R$ 48.598.468,80. Esse montante ficou distribuído da seguinte forma: Na Secretaria da Fazenda ficou na conta corrente nº 706.115-9/FECOP o valor de R$ 4.994,34 e em aplicação de CDB a importância R$ 26.531.802,02. Nas diversas contas de convênios ficaram saldos de contrapartidas nos órgãos da administração Direta no valor de R$ 17.266.787,61 e na Administração Indireta a quantia de R$ 1.245.173,48. Nas contas de empréstimos ficou um saldo de contrapartida no valor de R$ 3.205.109,74. Ficou ainda, o valor de R$ 344.601,61, em numerários em trânsito.Os saldos de contrapartidas são recursos que foram debitados da conta corrente nº 706.115-9/FECOP e creditados nas respectivas contas dos convênios e empréstimos.

- Lei Complementar nº 148, de 24 de dezembro de 2014, altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000, cria o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social.

Em cumprimento ao Art. 58, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que discorre: "*A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judiciais, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições"*, procedem-se, a seguir, comentários sobre as ações desenvolvidas no exercício de 2017.

REALIZAÇÕES DE 2017

A política fiscal adotada pelo Estado fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária, a ampliação da sistemática de substituição tributária e o fortalecimento do monitoramento fiscal. As ações realizadas em 2017 de forma detalhada foram:

I. AÇÕES GERAIS

1. Por meio da Lei n° 16.177/2016, DOE de 27/12/2016, foi alterada a Lei n° 12.670/96, que trata, dentre outros assuntos, da alíquota do ICMS vigente no Estado do Ceará. A alteração majorou a alíquota interna (modal) do ICMS de 17% para 18%, com vigência a partir de 1º de Abril de 2017;

2. Atualização dos valores de referência (pauta fiscal) relativos à venda a consumidor final de cervejas, refrigerantes, energéticos, isotônicos, águas minerais, águas adicionadas de sais e gelo, para efeito de cobrança do ICMS por Substituição Tributária, conforme alterações em 2017 da Instrução Normativa nº 42/2016, de 24/06/2016;

3. Atualização dos valores de referência (pauta fiscal) relativos à venda a consumidor final de abacaxi, alho, alpiste, amendoim, batata, cebola, maçã, maracujá, painço, pêra, pimenta-do-reino, tangerina, uva e outros para efeito de cobrança do ICMS por Substituição Tributária, conforme Instrução Normativa nº 47, de 11/08/2017;

4. Estabelecimento do regime de substituição tributária com carga líquida nas operações com água mineral e água adicionada de sais, envasadas em embalagens retornáveis com capacidade entre 10 (dez) e 20 (vinte) litros, conforme Decreto nº 32.314, de 25/08/2017;

5. Estabelecimento da fórmula de cálculo da margem de valor agregado ajustada (MVA ajustada) utilizada na formação da base de cálculo do ICMS em regimes de substituição tributária, disciplinados por Convênios e Protocolos ICMS e pela legislação tributária estadual;

6. Atualização da legislação tributária, referente a sistemática atribuída às operações com peças, componentes e acessórios para veículos possui conexão com a dinâmica estabelecida pelo Protocolo ICMS nº 22, de 14/03/ 2008;

7. Alteração da tributação das operações internas e de importação com os produtos da cesta básica, referente a base de cálculo do ICMS, por meio da Lei nº 16.177, de 27/12/2016, alterou o inciso I do art. 43 da Lei nº 12.670, de 27/12/1996, com efeitos a partir de 01/04/2017; bem como a instituição da alíquota de 12% (doze por cento) para as operações realizadas com contadores de líquido (NCM 9028.20) e medidor digital de vazão (NCM 9026.20.90);

8. Redefinição das penalidades pelo descumprimento de obrigações tributárias (principal e acessória); os juros de mora nos recolhimentos em atraso; e a redução das multas, por meio da Lei nº 16.258, de 09/06/2017;

9. Definição dos procedimentos a serem adotados pelos estabelecimentos atacadistas e varejistas localizados no Estado do Ceará, que possuam em estoque, no dia 31/05/2017, qualquer dos seguintes produtos, cujo imposto não tenha sido pago por substituição tributária: a) equipamentos e materiais elétricos, hidráulicos, sanitários, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telefonia, eletrodomésticos e móveis; b) produtos de informática; c) ferragens e ferramentas; d) artigos de vestuário, por força do Decreto nº 32.261/2017;

10. Alteração, por força do Decreto nº 32.260/2017, do regime de substituição tributária com carga líquida do ICMS nas operações com material de construção, ferragens e ferramentas, para dispor sobre a modificação dos percentuais;

11. Adequações, por força do Decreto nº 32.239/2017, do regime de substituição tributária nas operações com produtos especificados, para prever sobre a aplicação do regime nas operações com equipamentos e materiais elétricos, hidráulicos, sanitários, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telefonia, eletrodomésticos e móveis, produtos de informática, ferragens, ferramentas e artigos de vestuário, quando tais mercadorias forem típicas da atividade econômica correspondente à CNAE-Fiscal principal do contribuinte enquadrado nas disposições do ato.

II. FUNDO DE EQUILÍBRIO FISCAL DO ESTADO DO CEARÁ - FEEF

O Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do Ceará - FEEF instituído, conforme as normas legais Convênio ICMS nº 42, de 03/05/2016, pela Lei Estadual nº 16.097, de 17/07/2016 e Decreto nº 32.013 de 16/08/ 2016, que é constituído pelo encargo correspondente a 10% do incentivo ou benefício concedido às empresas contribuintes do ICMS. No exercício de 2017, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017 o FEEF arrecadou para o Tesouro Estadual o valor de R$ 71,116 milhões.

III. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL - REFIS - 2017

Trata-se de um Programa de Recuperação Fiscal no âmbito do Estado do Ceará destinado a promover a regularização de créditos, mediante anistia dos créditos de natureza tributária oriundos do ICMS, IPVA e ITCD, bem como os créditos não tributários do DETRAN, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, já parcelados ou não.

O objetivo desta Lei nº 16.259, de 09/06/2017 foi de proporcionar ao contribuinte inadimplente com o Estado, condições favoráveis à regularização dos débitos, de forma que se possa readquirir a normalidade das obrigações tributárias. A arrecadação alcançada com os recolhimentos efetivos no período de junho a dezembro de 2017 foi de R$ 357,433 milhões.

IV. REDESIM

Implantação, com colocação em produção da REDESIM, que consiste no sistema integrado que permite a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia. A implantação foi concluída, após a fase de teste e de homologação que foram executadas pela JUCEC Ceará e a SEFAZ.

V. MÓDULO FISCAL ELETRÔNICO - MFE

O Estado do Ceará, como signatário do Ajuste SINIEF 11/10, está implementando o Cupom Fiscal Eletrônico (CF-e), documento fiscal eletrônico que substituirá, dentre outros, o Cupom Fiscal emitido pelo ECF, para as operações dos contribuintes varejistas.

O Cupom Fiscal Eletrônico (CF-e) é um documento fiscal, em formato arquivo XML com assinatura digital, gerado por equipamento (hardware), baseado no padrão SAT – CF-e, e enviado ao Fisco com a assinatura digital do contribuinte.

O Projeto Módulo Fiscal Eletrônico – MFE contempla implantação e operacionalização do novo modelo de emissão de documentos fiscais de operações de venda ao consumidor pela Solução do Módulo Fiscal Eletrônico – MFE e solução de inteligência fiscal, contemplando serviços de disponibilização, implantação, integração, adequação, operacionalização, suporte técnico e operacional da infraestrutura tecnológica necessária à operação pela SEFAZ desse novo modelo operacional, do programa PSNVD - Sua Nota Vale Dinheiro e Solução de Inteligência Fiscal.

Nesse ano de 2017 iniciou-se a obrigatoriedade dos primeiros setores econômicos para utilização do MFE e emissão de CF-e (Instrução Normativa 10/2017), com várias soluções já implantadas e recebendo os documentos fiscais via serviços na *web* de forma automática. A SEFAZ conta com uma base de milhões de registros de operações já nesses primeiros meses de operação e espera-se avançar com aumento gradual no número de estabelecimentos usuários obrigados.

Entre as soluções já implantadas no projeto MFE destacam-se as seguintes:

- Gestão Fiscal e Operacional;
- Gestão de Homologação;
- *Dashboards;*
- Portal CF-e;
- Aplicativo Comercial SEFAZ;
- Monitoramento Infraestrutura / MFE.

Os primeiros fabricantes de MFE homologados são Elgin e Tanca. Já estamos providenciando a homologação de mais dois fabricantes, sendo estes a Daruma e a Sweda.

Em 2017 a Secretaria está finalizando e ajustando mais soluções do projeto MFE que entrará em produção em dezembro de 2017 e em janeiro/2018:

- Integrações finais com os sistemas corporativos;
- CRex (motor de regras) nova versão;
- Integrador Fiscal com Validador de Pagamentos Eletrônicos.

Um projeto de complexidade como o MFE os principais benefícios são:

- Maior controle fiscal nas operações de varejo com consequente aumento de receita;
- Menores custos e melhorias na automação dos lojistas;
- Desburocratização de processos;

- Participação maior da comunidade no programa de educação fiscal.

VI. AÇÕES DE MONITORAMENTO

A atividade de Monitoramento Fiscal consiste na verificação do cumprimento das obrigações tributárias e confere ao contribuinte a espontaneidade no recolhimento dos tributos.

Os contribuintes monitorados pela Sefaz no período de janeiro a dezembro de 2017 corresponde a 5.499 com a ação do agente fiscal. No período supracitado foram arrecadados espontaneamente, incluindo principal, multa e juros, os valores conforme discriminação a seguir:

Principal	Multa	Juros	Total
201.510.754,43	7.869.171,24	6.829.501,21	216.209.426,88

Monitoramento Virtual

Realização do Monitoramento Virtual, por meio do Sistema de Gestão Tributária (SIGET), relativo às NF-e que não foram registradas no Sistema de Trânsito de Mercadoria (SITRAM), quando na entrada da mercadoria no Estado Ceará. Esta ação gerou entrada de R$ 41,216 milhões no Erário Público até dezembro de 2017.

VII. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Autos de Infração Lavrados

a) Trânsito de Mercadorias

Lavrados 10.306 Autos de Infração no período de janeiro a dezembro de 2017, na Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, no valor principal total corrigido de R$ 10,14 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R$ 21,11 milhões;

b) Fiscalização de Empresas

Das ações fiscais realizadas, resultou no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de Auto de Infração, no valor principal corrigido de R$ 680,70 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R$ 2,074 bilhões.

Autos de Infração Pagos em 2017

No período de janeiro a dezembro de 2017, os Autos de Infração pagos totalizaram R$ 221,78 milhões, incluindo principal, multa e juros, representando uma efetiva cobrança, bem como, demonstrando uma excelente recuperação do crédito tributário, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Principal	Multa	Juros	Total
Empresas	168.702.324,94	92.857,66	32.407.141,26	282.902.323,86
Trânsito de Mercadorias	8.634.390,71	06.091,90	454.123,48	17.594.606,09
TOTAL	**177.336.715,65**	**98.949,56**	**32.861.264,74**	**300.496.929,95**

* Ressalta-se que nos valores recolhidos de Auto de Infração estão incluídos os inscritos em Dívida Ativa.

VIII. AÇÕES DECORRENTES DA GESTÃO FISCAL DO MACROSSEGMENTOS ECONÔMICOS

a) Recuperação do ICMS, referente ao enquadramento inadequado de unidades consumidoras na classe de Produtor Rural, tratada pela norma tributária como sujeita à não-incidência. A recuperação do ICMS no período de janeiro a novembro 2017 importou em R$ 5 milhões;

b) Ações relacionadas ao incremento da arrecadação:

Setorial	Ações	Arrecadação Jan a Nov/2017	Previsão Receita Dez/2017	Observações
Combustíveis	Atualização dos valores do PMPF da Gasolina, Etanol, Óleo Diesel e GLP	R$ 1,0 milhão	R$ 1,8 milhão	Elevação do PMPF dos combustíveis no exercício de 2016.

	Monitoramento Fiscal	R$ 42,0 milhões	R$ 0,00	Falta de recolhimento de ICMS da entrada de gás natural úmido, referente a estorno de crédito decorrente da aplicação indevida do quoeficiente de estorno, bem como da utilização de credito indevido do transporte de gás natural.
Energia e Comunicação	Monitoramento Fiscal	R$ 22,2 milhões	R$ 1,5 milhão	Falta de recolhimento referente ao DIFAL, em operações interestaduais com bens de ativo e consumo, ICMS sobre demanda e aplicação indevida de isenção/não incidência no setor de energia elétrica.
		R$ 4,0 milhões	R$ 0,00	Recuperação de ICMS relativo a operações com energia elétrica no mercado de curto prazo e encargos de uso do sistema de transmissão.
		R$ 3,5 milhões	R$ 1,0 milhão	Recuperação de ICMS no mercado livre de energia

IX. AÇÕES DA GESTÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR

1) Ações da Gestão da Substituição Tributária

O gerenciamento dos contribuintes inscritos no Cadastro Geral da Fazenda de outras UF's, que remetem mercadorias a consumidores finais resultou no recolhimento de R$ 82,56 milhões, no período de janeiro a outubro de 2017, obtendo-se um incremento de receita no percentual de 124,90%;

Resultado das ações de monitoramento/fiscalização 2017, referente notificações e autuações o montante de R$ 299.13 milhões. Deste montante foram pagos R$ 46.64 milhões;

Várias ações foram tomadas ao longo do ano no intuito de recuperar valores de ICMS-ST não efetivados pelos contribuintes deste núcleo. Destacam-se:

a) Foco no segmento: Este ano foi verificado o segmento empresas que praticam venda porta a porta para ter como meta a excelência de monitoramento e fiscalização, desta forma foi possível atingir os seguintes resultados: R$ 30 milhões recuperados e mais de R$ 76 milhões em autos lavrados ainda não pagos;

b) Adequações das cobranças SITRAM x RETIDO: Consiste em comparar os valores retidos de ICMS ST em notas fiscais com os valores calculados no Sistema SITRAM. Resultado: R$ 2 milhões recuperados e expectativa de mais um milhão a recuperar. Trata-se de um trabalho contínuo;

c) Publicação da Instrução Normativa nº 43/2017 que incorporou ao seu texto legislativo o percentual do FECOP ao cálculo da MVA Ajustada, garantindo com isso um incremento de arrecadação anual na ordem de R$ 3 milhões;

d) Mudança no Protocolo ICMS nº 46/00 (Trigo), a qual proporcionou que o Estado não só evitasse de ter um prejuízo iminente como possibilitou ganhos reais na arrecadação desse segmento na ordem de mais 20%;

e) Foram realizadas diversas análises de processos de ressarcimento, restituição e outros no período de janeiro a meados de novembro de 2017, tendo totalizado 732 processos. Faz-se importante destacar as diferenças entre os valores solicitados que totalizaram R$ 73,37 milhões, sendo que os valores efetivamente deferidos correspondeu a R$ 39,56 milhões. Essa diferença se deve ao correto enquadramento da legislação vigente frente ao requerido pelo contribuinte, portanto o impacto positivo decorrente da análise dos ressarcimentos evitou um desembolso aos cofres públicos na ordem de R$ 33,81 milhões.

2) Ações da Gestão do Comércio Exterior

Dando continuidade a implantação e melhorias do Sistema de Controle das Operações de Comércio Exterior – SISCOEX, em 2017 foram implantados no módulo de Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira (GLME), as condicionantes para validação da GLME, inserção de link com o VIPRO para verificação dos Atestados de Não Similaridade. Atualmente a GLME-e está sendo utilizada para operações contempladas com benefício do FDI/PROVIN, desembaraçadas no Ceará.

O desenvolvimento do SISCOEX para inclusão das demais modalidades de GLME ficou suspenso para dedicação dos técnicos da TI para aprimoramento da calculadora do ICMS Importação.

Foram realizadas 250 ações de monitoramento fiscal no SIGET com valor de notificações de R$ 1,25 milhões. Paralelamente estão sendo desenvolvidas 15 ações fiscais restritas para constituição do crédito tributário, oriundas de operações de importação, exportação indireta, SUFRAMA, drawback e admissão temporária. Destas ações, o montante já constituído do crédito tributário devido de janeiro a novembro/2017 foi de R$ 7,38 milhões, com R$ 88 mil já recolhidos aos Cofres do Estado.

X. AÇÕES DA COORDENADORIA DE PESQUISA E ANÁLISE FISCAL

No período de janeiro a novembro de 2017, foram concluídas 15 ações fiscais tendo os seguintes resultados:

Ações Fiscais de Auditoria Fiscal com a lavratura de 44 Autos de Infração com o lançamento de R$ 93,73 milhões de ICMS e multa.

Foram analisados 147 Processos Administrativo-Tributários com vistas a reconstituição do crédito tributário nulo em esfera administrativa.

De acordo com a Lei nº 8.137/90, que define os crimes contra a ordem tributária e os estabelece como crimes de ação penal pública, foram enviados ao Ministério Público do Estado do Ceará, no período de janeiro a outubro de 2017, os autos de infração que configuram, em tese, crimes contra a ordem tributária, para apreciação e providências que se fizerem necessárias.

No mesmo período citado anteriormente, foram encaminhados um total de 231 Representações Fiscais, originadas de 423 autos de infração lavrados contra contribuintes do Estado do Ceará, todos com trânsito em julgado na via administrativa e devidamente inscrito na Dívida Ativa Estadual.

Referidas Representações Fiscais resultaram em supressão de receita tributária de ICMS, no valor de R$ 90,69 milhões, que, acrescida dos valores correspondentes às penalidades pecuniárias legais, totalizaram um montante devido ao Estado do Ceará de R$ 178,85 milhões, assim distribuídos:

Representaçõ es Fiscais	Autos de Infração	ICMS Devido (R$)	Multa (R$)	Total (R$)
231	423	90.699.024,44	88.152.472,41	178.851.496,85

Nota: Vale salientar que os valores demonstrados apresentam-se em seus **valores nominais** (valores da época da autuação).

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS EM 2018

1) Implantação do novo Sistema IPVA, com objetivo de aprimorar os controles e permitir melhorias nos serviços prestados aos contribuinte e aos Municípios do Ceará;

2) Integração do Sistema ITCD com a Receita Federal do Brasil e os Cartórios, permitindo o aperfeiçoamento dos controle e possibilitando agilidade na cobrança do imposto;

3) Implantação das novas funcionalidades do Sistema Informatizado de Gestão Tributária (SIGET) com novos indicadores e cruzamentos de informações fiscais;

4) Cobrança de ICMS DIFAL não contribuinte sobre Softwares de prateleira;

5) Inclusão do frete cobrados pelos correios na base de cálculo do ICMS DIFAL não contribuinte;

6) Conclusão dos módulos de GLME Drawback, isenção e regimes especiais do Sistema de Controle das Operações de Comércio Exterior - SISCOEX;

Taxas

As receitas provenientes das Taxas, orçadas em R$ 11.908.209,00, totalizaram na sua realização, R$ 50.272.381,35, representando apenas 0,38% da Receita Tributária.

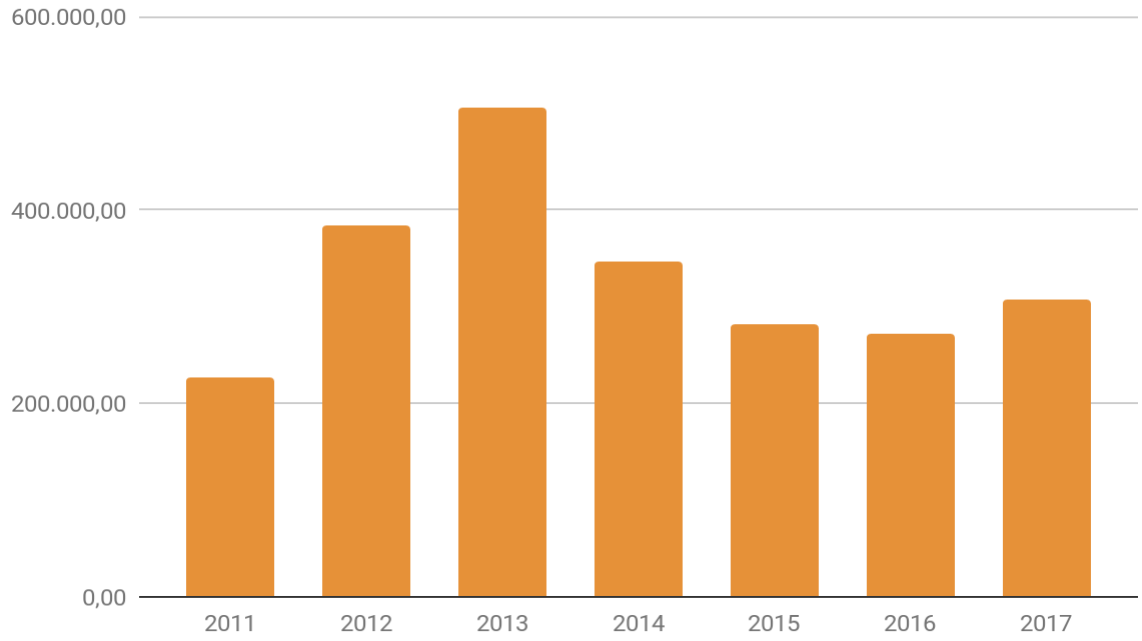
Nesta Fonte de Receita, as Taxas pela Prestação de Serviços, em 2017, somaram R$ 31.362.043,50, e cresceram 7,40 %, se comparado com o exercício de 2016.

Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial, prevista em R$ 266.044.891,00 no exercício de 2017 atingiu a quantia de R$ 307.384.352,81, correspondendo a 1,40% das Receitas Correntes. Esta fonte de receita é formada basicamente pelas Receitas de Valores Mobiliários que representa 93,24%.

GRÁFICO VIII

Evolução da Receita Patrimonial - 2011 a 2017



Fonte: SEFAZ/CECAD

Receitas de Serviços

As Receitas de Serviços, no ano de 2017 tiveram uma previsão orçamentária, no valor de R$ 14.062.834,00, atingindo a cifra de R$ 14.321.126,49, ficando acima da sua previsão em 1,84%. Em comparação com o exercício de 2016 esta receita reduziu em termos nominais 6,01%.

Transferências Correntes

As Transferências Correntes, com previsão final de R$ 7.581.653.276,75, atingiu o montante de R$ 7.888.792.134,45, superior à sua previsão em 4,05%. Tal receita representa 35,85% das Receitas Correntes.

No que diz respeito às transferências constitucionais da União feitas ao Tesouro Estadual, no exercício de 2017, estas somaram R$ 6.372.127.906,10, e em relação ao exercício anterior teve um decréscimo nominal de 2,91%, conforme demonstrado na tabela seguinte. No que se refere a estas transferências, a de maior representatividade foi a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que totalizou R$ 6.084.109.296,16, com uma redução nominal de 4,12%, comparado com 2016.

O FPE participou com 77,12% das Transferências Correntes e 27,65% das Receitas Correntes (excluídas as receitas intra-orçamentárias). Em 2017, essa receita apresentou uma variação negativa de 4,12%, e a principal causa foi a redução da transferência da União decorrente da repatriação de recursos não declarados depositados no exterior, conforme estabelece a Lei nº 13.254/2017 cuja arrecadação foi R$ 18.923.487,76, representando 0,31% do FPE.Vale Ressaltar que em 2016, foram transferidos o montante de R$ 659.260.292,87 referente a repatriação.

Vale ressaltar a transferência da CIDE que atingiu a cifra de R$ 62.168.441,90 com um acréscimo nominal de 36,79% se comparado ao valor transferido em 2016.

As Transferências de Recursos do FUNDEB referentes ao retorno, contidas em Outras Transferências Multigovernamentais, em 2017, somaram R$ 1.126.421.748,16 (172401) e participaram com 14,28% das Transferências Correntes. Em comparação com o ano anterior essa receita cresceu 3,47%.

TABELA 19

Demonstrativo Comparativo Das Transferências Constitucionais da União -Valores Nominais -2016/2017

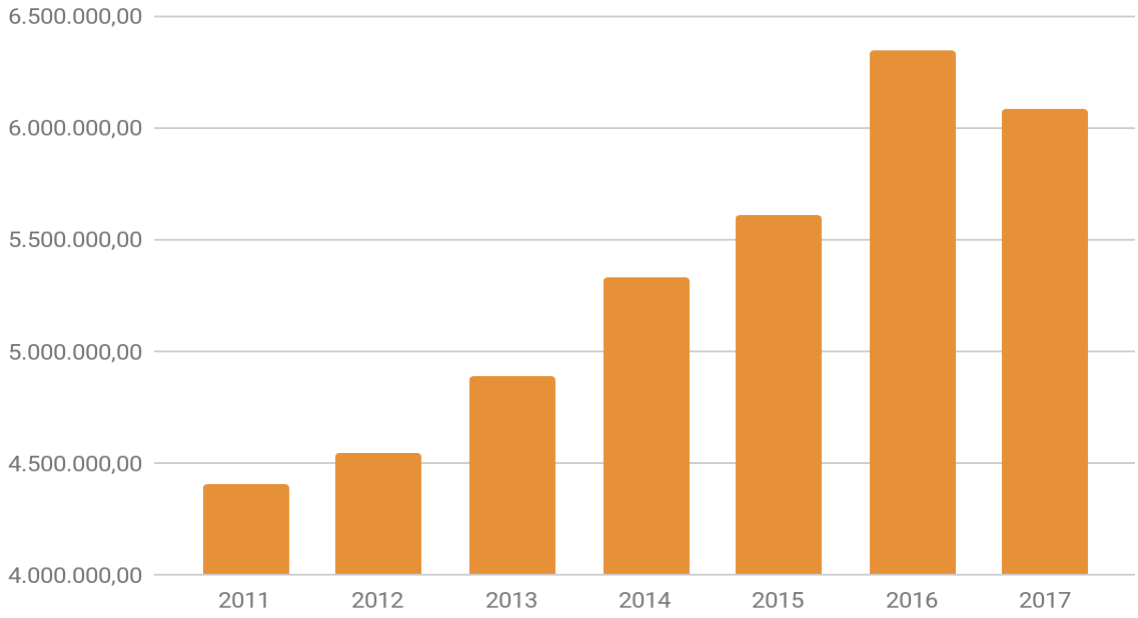
(R$ 1,00)

RECEITAS	(A) 2016	(B) 2017	VAR. % (B/A)	PARTIC.% (B/TOTAL B)
FPE-Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	6.345.216.365,16	6.084.109.296,16	-4,12	95,48
CIDE-Cota Parte da contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	45.449.281,60	62.168.441,90	36,79	0,98
FEP-Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo	12.923.051,91	16.803.726,76	30,03	0,26
Royalties	9.220.423,28	9.459.958,73	2,60	0,15
IPI-Cota Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados	30.536.312,01	33.171.137,52	8,63	0,52
Transferência Financeira do ICMS-Desoneração-L.C. Nº 87/96	23.821.346,28	23.821.346,28	0,00	0,37
FEX-Auxílio para Fomento Exportações	520.796,25	1.239.095,76	137,92	0,02
CFEM-Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais	1.766.059,20	1.739.489,01	-1,50	0,03
FNDE-Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação	93.550.910,60	139.615.413,98	49,24	2,19
ISO-Cota Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro	905,67	0,00	-100,00	0,00
TOTAL	6.563.005.451,96	6.372.127.906,10	-2,91	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO IX

Evolução da Receita do FPE - 2011 a 2017



Fonte: SEFAZ/CECAD

Com relação ao FUNDEB, as receitas que compõem a sua base de cálculo foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados à formação do FUNDEB foram registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014.

As Tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo.

A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.

TABELA 20

Demonstrativo Das Origens Dos Recursos do FUNDEB do Estado do Ceará

(R$ 1,00)

ORIGEM DO RECURSO	VALOR	PART. %
ICMS EST	546,325,709.27	38.19
FPE	309,139,724.28	21.61
FPM	220,344,948.11	15.40
IPI EXP	1,685,458.94	0.12
ITR	97,766.95	0.01
ITCMD	3,613,303.36	0.25
IPVA	43,600,990.25	3.05
ICMS LEI 87/96	1,613,847.00	0.11
RETORNO	1,126,421,748.16	78.73
COMPL UNIÃO DE EXERCÍCIO ANT	8,953,403.46	0.63
COMPL DA UNIÃO DO EXERCÍCIO	295,329,513.71	20.64
TOTAL DO COMPL DA UNIÃO	304,282,917.17	21.27
TOTAL	1,430,704,665.33	100.00

Fonte: Dados coletados no sistema DAF do Banco do Brasil S/A.

Nota: A Complementação da União de Exercícios Anteriores refere-se ao valor R$ 49.113.188,51, conforme Portaria Interministerial nº 6, de 21 de julho de 2016, e ao valor R$ 40.159.785,05, conforme Portaria nº 565, de 20 de abril de 2017.

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar nº 87/96, foram registrados como dedução da respectiva Receita Orçamentária, conforme discriminado a seguir:

TABELA 21

Demonstrativo Dos Recursos Transferidos ao FUNDEB Pelo Estado do Ceará

(R$ 1,00)

FONTES	VALOR	PART. %
ICMS ESTADUAL	1.608.690.567,75	54,62
FPE	1.216.821.858,93	41,32
IPI EXP	4.975.670,45	0,17
ITCMD	14.263.898,46	0,48
IPVA	85.831.972,85	2,91
ICMS LEI 87/96	4.764.269,16	0,16
Multas e Juros s/ Penalidades-DEA	9.858.910,78	0,33
TOTAL	2.945.207.148,38	100,00

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e Repasse da SEFAZ/CE;
Nota 1: Valores computados pelo regime de caixa;
Nota 2: Nos repasses realizados em 2017, constam repasses complementares de 2016: ICMS - R$ 32.231.902,87, IPVA-R$ 554.474,02, ITCD - R$1.050.176,67;
Nota 3: Parcela da receita arrecadada em 2017 foi repassada ao FUNDEB em 2018: ICMS-R$ 46.880.548,46, IPVA - R$ 664397,26, ITCD - R$ 7.203.911,12;
Nota 4: Os recursos transferidos ao FUNDEB, em 2017, foram contabilizados como dedução da receita orçamentária, salvo o valor de R$.9.858.910,78, que foi empenhado na natureza de despesa 337092 - Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado (UG 191011), referente regularização do parcelamento dos valores de multas e juros punitivos arrecadados no período de 2007 a 2013 e que estão vinculados ao FUNDEB;
Nota 5: Os repasses de multas e juros punitivos do ICMS, IPVA e ITCD realizaram-se em atendimento à Resolução nº 1571/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará -TCE-CE, reiterada pelas Resoluções nº 906/2013 e 69/2014, as quais tratam dos ajustes nos repasses ao FUNDEB do exercício 2007 e posteriores, conforme Nota Explicativa nº 02/2014, a qual esclarece a base de cálculo dos recursos destinados ao FUNDEB.

O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei nº 11.494/2007.

TABELA 22

Demonstrativo do Resultado do FUNDEB no Estado do Ceará

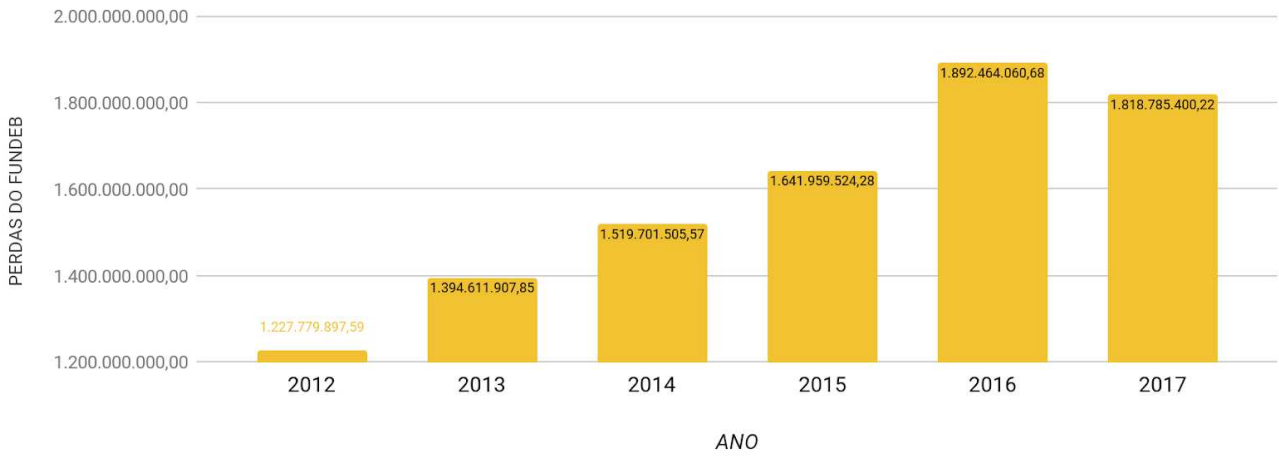
(R$ 1,00)

DESCRIÇÃO	VALOR
Transferências do Estado	-2.945.207.148,38
Retorno	1.126.421.748,16
Perda do Estado	-1.818.785.400,22

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO X

Evolução Das Perdas do FUNDEB - 2012 a 2017



Fonte: SEFAZ/CECAD

Outras Receitas Correntes

Esse grupo de receitas em 2017, teve uma previsão no valor de R$ 747.521.809,36 alcançou a cifra de R$ 636.505.960,80, inferior ao previsto em 14,85%. Em 2017, esse grupo apresentou um decréscimo em termos nominais de 30,26 % em relação ao exercício anterior. O item Multas e Juros de Mora participou com R$ 208.685.756,31, equivalente a 32,79% do total do grupo. Os demais itens: Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas atingiram um montante de R$ 427.820.204,49, representando 67,21% da rubrica Outras Receitas Correntes.

Destaca-se nesta Rubrica, em 2017, o registro da receita de Depósitos Judiciais (EC 94/2016) no valor de R$ 95.242.040,58.

2.1.1.2. Receitas de Capital

A Categoria Receitas de Capital, no ano de 2017, atingiu o montante de R$ 2.498.722.066,04, correspondendo a uma participação de 10,11% do total da Receita Orçamentária. As receitas com maior participação nessa categoria foram as Operações de Crédito com valor de R$ 2.051.078.860,99 e Transferências de Capital com R$ 442.094.422,79 representando 82,09% e 17,69%, respectivamente.

Em 2017 as Receitas de Operações de Crédito apresentaram um acréscimo nominal de 84,83%. As receitas de Operações de Crédito Internas foram as responsáveis por esse acréscimo, pois apresentaram uma variação positiva em termos nominais de 512,18% se comparado com o exercício anterior. Em 2017 as Operações de Crédito Internas alcançaram a cifra de R$ 1.220.422.981,59 contra R$ 199.357.614,93, do exercício de 2016. Com relação às Operações de Crédito Externas, em 2017, apresentaram uma redução de 8,75% em termos nominais, se comparado com o exercício anterior.

O conceito de operação de crédito, evidenciado pelo item III do art.29 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

As operações de crédito previstas na Lei nº 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Resolução do Senado Federal n° 43/2001, são compostas em operações que integram a dívida flutuante e operações da dívida fundada ou consolidada, sendo classificadas em interna ou externa.

A Tabela e seu respectivo gráfico a seguir, apresentam um comparativo entre a previsão das receitas das operações de crédito do orçamento em relação a sua efetiva arrecadação para o período de 2014 a 2017.

TABELA 23

Demonstrativo Comparativo da Previsão Com a Arrecadação da Receita de Operações de Crédito

(R$ 1.000)

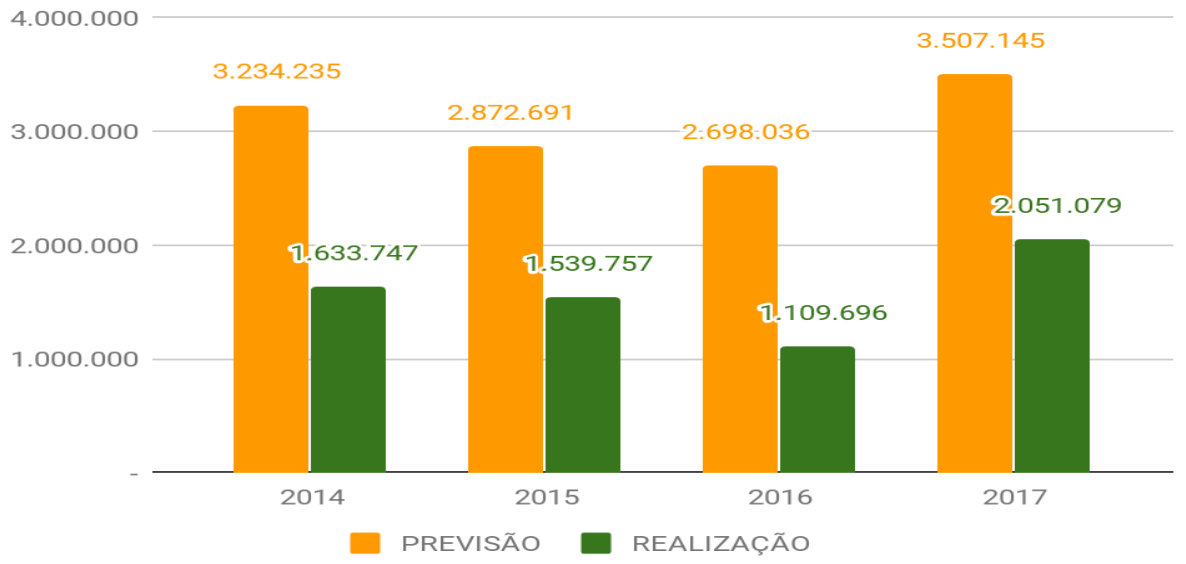
ANO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	% REALIZADO (B/A)	VARIAÇÃO % REALIZADO ANO ANTERIOR
2014	3.234.235	1.633.747	50,51%	37,23%
2015	2.872.691	1.539.757	53,60%	-5,75%
2016	2.698.036	1.109.696	41,13%	-27,93%
2017	3.507.145	2.051.079	58,48%	84,83%

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XI

Comparativo da Previsão Com a Arrecadação da Receita de Operação de Crédito - 2014 a 2017

(R$1.000)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

A participação das Operações de Crédito em relação à receita total (sem deduções), nos últimos quatro anos, encontra-se demonstrada na tabela e gráficos a seguir:

TABELA 24

Demonstrativo da Evolução Das Operações de Crédito em Relação à Receita Total - 2014 a 2017

(R$ 1.000)

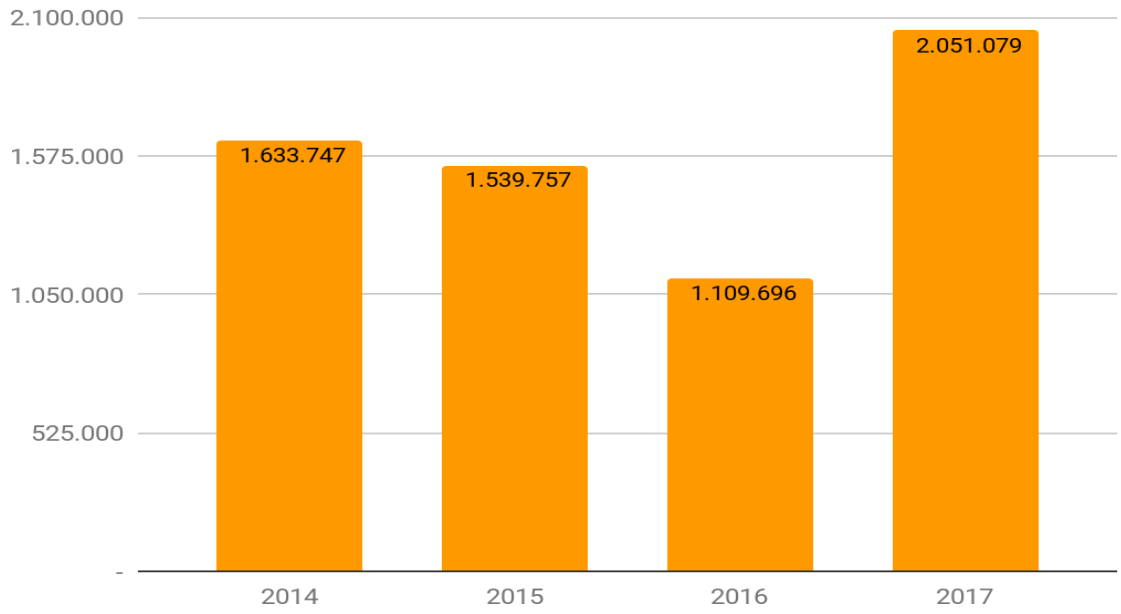
ANO	VALOR LIBERADO	RECEITA TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
2014	1.633.747	20.995.912	7,78
2015	1.539.757	21.119.322	7,29
2016	1.109.696	23.874.696	4,65
2017	2.051.079	24.710.873	8,30

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XII

Evolução Das Operações de Crédito - 2014 a 2017

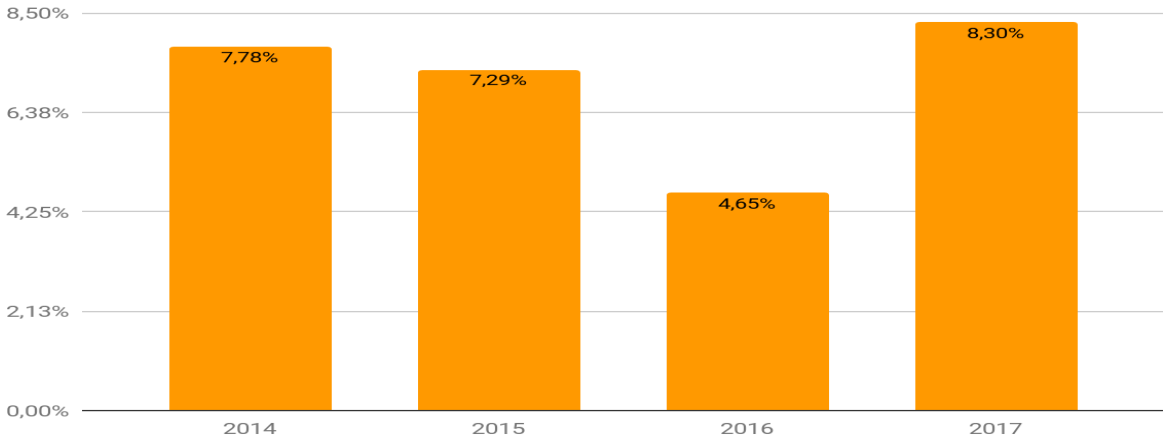
(R$1.000)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XIII

Participação Das Operações de Crédito em Relação à Receita Total - 2014 a 2017



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Quanto à classificação em receitas de operações de crédito interna e externa, comparando-se o ano de 2017 com os anos de 2016 e 2015, verifica-se que houve um crescimento significativo da captação de recursos em operações internas e uma redução no montante arrecadado com operações externas. O principal motivo da elevação das receitas de operações de crédito internas foi decorrente do contrato de financiamento da Amortização da Dívida Pública assinado com o Banco do Brasil S/A, no montante de R$ 1.150.000.000,00, que representa 94,23% da receita de operação interna e 56,07% de toda a receita de operação de crédito do Estado. Quanto a captação externa, o volume captado se manteve praticamente estável nestes últimos três anos. Em todo caso, em 2017, o montante total captado de R$ 2.051.078.860,99 foi superior ao ano de 2016 em 84,83%, influenciando diretamente no aumento do Estoque da Dívida Consolidada. Ressalta-se que cerca de 59,5%, R$ 1.220.422.981,59, referem-se às operações de crédito internas e 40,5%, R$ 830.655.879,40, às operações externas. Observe a tabela e gráfico a seguir:

TABELA 25

Demonstrativo da Evolução da Receita de Operações de Crédito Interna e Externa - 2014 a 2017

(R$1.000)

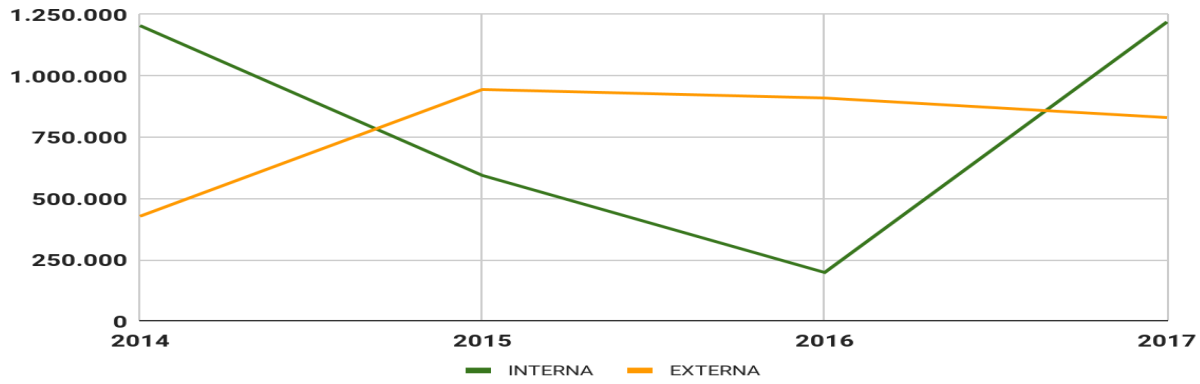
ANO	INTERNA	EXTERNA	TOTAL	VARIAÇÃO ANO ANT %
2014	1.205.363	428.384	1.633.747	37,23%
2015	594.840	944.917	1.539.757	-5,75%
2016	199.358	910.338	1.109.696	-27,93%
2017	1.220.423	830.656	2.051.079	84,83%

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XIV

Evolução da Receita de Operação de Crédito Interna e Externa - 2014 a 2017

(R$ 1.000)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2017 E SUA DESTINAÇÃO (FINALIDADE)

As captações realizadas pelo Estado do Ceará de operações de crédito em 2017, mediante contratos celebrados com instituições financeiras e com organismos multilaterais de crédito, tiveram várias finalidades de investimentos.

Pode-se destacar, conforme citado no item anterior, a operação de crédito, contratada com o Banco do Brasil S/A, referente ao projeto Amortização da Dívida Pública Estadual no Biênio 2017 a 2018, destinada ao pagamento da amortização da dívida pública estadual do biênio 2017 a 2018, com a consequente manutenção da capacidade de investimentos do Estado previstos no PPA e na LOA. Esta operação teve todo seu recurso liberado, R$1.150 milhões, no próprio ano de 2017, representando mais da metade de toda a receita de operação de crédito arrecadada no ano.

Complementando as operações de crédito internas, evidencia-se a operação BNDES ESTADOS com receita de R$ 28,7 milhões e a operação VLT Pró-Transporte, com a CAIXA, com recursos da ordem de R$ 11 milhões.

Analisando-se as operações externas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento é o responsável por 19,10%, R$ 391,8 milhões, de toda a receita de operação de crédito, destacando-se a operação referente ao Programa Viário de Integração Logística do Ceará - CEARÁ IV - 1ª e 2ª Fase, que se destina à continuação da execução do programa rodoviário do Estado, cujo desembolso superou R$ 246 milhões, representando cerca de 12% do total das receitas. Complementando as operações realizadas como o BID, verifica-se que os programas PRODETUR Nacional, PROARES II e III e o Pólos Regionais - Cidades II desembolsaram recursos da ordem de R$ 145 milhões, representando 7,09% do total de recursos liberados.

Quanto a outro importante credor externo do Estado, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, apresenta-se o Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico - PforR, com o objetivo de promover avanços sociais e modernizar as instituições no Estado, que desembolsou o equivalente a R$ 252 milhões, participando com 12,30% do montante total. Outra operação com o BIRD, como Projeto São José III, desembolsou em torno de R$ 26 milhões, que representa 1,27% do total.

Observe a tabela a seguir:

TABELA 26

Demonstrativo da Captação Das Operações de Crédito e Sua Finalidade

(R$1.000)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		CREDOR	VALOR
INTERNA	FINALIDADE		1.220.423
Promoradia/Prosaneamento	Urbanização e Saneamento	CEF	13.433
VLT Pró-Transporte	Mobilidade Urbana	CEF	10.967
Estações Metrô Fortaleza	Mobilidade Urbana	CEF	242
CPAC Maranguapinho	Urbanização	CEF	2.601
CPAC Minha Casa Minha Vida	Moradia	CEF	7.337
Centros de Educação Infantil	Infraestrutura	BNDES	5.617
BNDES Estados - Subcrédito A	Execução do Plano de Investimentos PPA	BNDES	28.695
Porto Pecém - Correias TSID - 2ª Etapa	Infraestrutura	BNDES	1.530
Amortização da Dívida Pública	Infraestrutura	BB	1.150.000
EXTERNA			830.656
Proares II	Reformas Sociais	BID	8.792
Prodetur Nacional	Turismo	BID	68.924
Pólos Regionais - Cidades II	Desenvolvimento Urbano	BID	62.369
Prog. Rod. Ceará IV - 1ª Fase	Infraestrutura Rodoviária	BID	219.732
Prog. Rod. Ceará IV - 2ª Fase	Infraestrutura Rodoviária	BID	26.665
Proares III	Reformas Sociais	BID	5.361
Proj. São José III	Desenvolvimento Rural	BIRD	26.141
PforR	Apoio Crescimento Econômico	BIRD	252.381
PROMOTEC II	Desenvolvimento Tecnológico	MLW	49.656
Prog. Valorização Turística	Turismo	CAF	76.487
Proj. Paulo Freire / FIDA	Reduzir a Pobreza Rural	FIDA	33.825
Kfw Saneamento	Saneamento Básico	KFW	323
Total			2.051.079

Fonte: SEFAZ/CEDIP

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - DO LIMITE DE 16% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interna e externa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, em seu art.7º, I, vem tratar do limite ao montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida.

Como visto anteriormente, em 2017, as receitas de operações de crédito internas e externas totalizaram um montante de R$ 2.051.078.860,99. Ao compararmos este montante em relação à receita corrente líquida, chega-se a um percentual de 11,54%, inferior aos 16% previsto no normativo, sendo este último ano o maior comprometimento registrado nos últimos quatro anos, voltando ao patamar anotado no ano de 2014, influenciado diretamente pela operação de crédito Amortização da Dívida Pública contratada com o Banco do Brasil no valor de R$ 1.150 milhões. Observe tabela e gráfico a seguir:

TABELA 27

Demonstrativo Das Liberações Anuais Das Operações de Crédito e o Seu Limite de 16% da RCL - 2014 a 2017

(R$1.000)

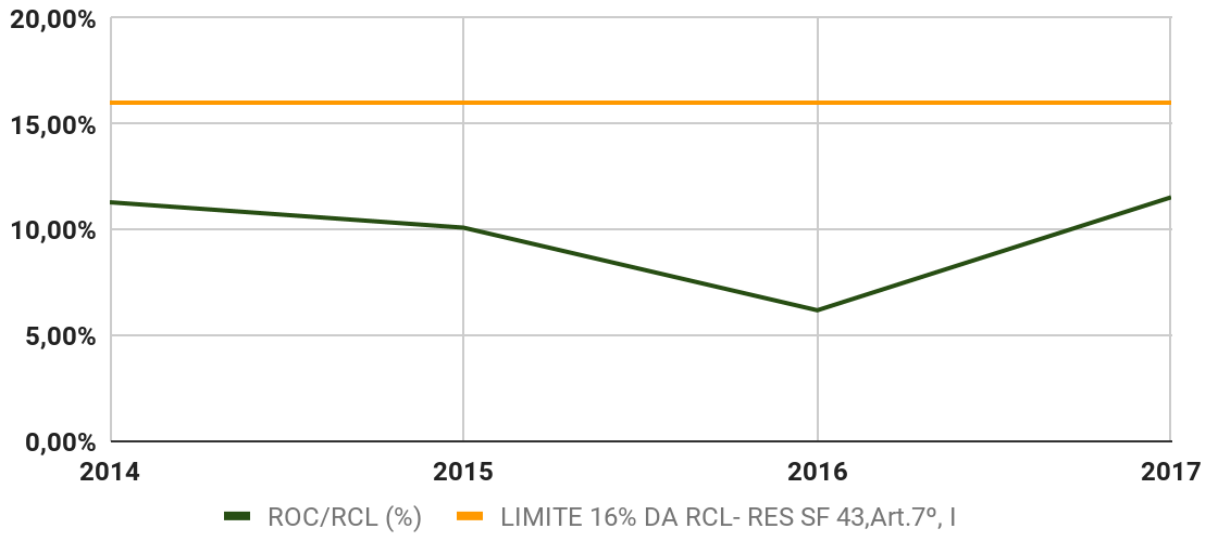
ANO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	RCL	ROC/RCL (%)	LIMITE 16% DA RCL- RES SF 43,Art.7º, I
2014	1.633.747	14.418.478	11,30%	16,00%
2015	1.539.757	15.176.440	10,10%	16,00%
2016	1.109.696	17.831.937	6,20%	16,00%
2017	2.051.079	17.779.472	11,54%	16,00%

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XV

Liberações Anuais Das Operações de Crédito e o Seu Limite de 16% da RCL - 2014 a 2017

(R$1.000)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Alienação de Bens

A Alienação de Bens, no ano de 2017, somou o montante de R$ 4.890.259,44, com uma participação de 0,20% no total da Receita de Capital. Do valor arrecadado 73,81% refere-se a receita de Alienação de Bens Móveis. Essa receita apresentou em 2017 um acréscimo nominal de 14,43% em comparação com o exercício anterior.

Transferência de Capital

Esta subcategoria, em 2017, alcançou a cifra de R$ 442.094.422,79 , e decresceu em termos nominais 24,09%. Vale ressaltar que 95,19% dessa receita são Transferências de Convênios. Esse grupo de receita nos últimos exercícios tem sido o segundo grupo mais relevante , participando, em 2017 , com 17,69% no total das despesas de capital.

Outras Receitas de Capital

Para o grupo Outras Receitas de Capital, no ano de 2017, foi previsto o valor de R$ 10.080.000,00, e foi arrecadado o montante de R$ 658.522,82, participando ,somente, com 0,03% no total de sua categoria.

2.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada pela Administração Direta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2017 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R$ 15.678.152.683,50 correspondendo a 84,54%, da despesa final fixada, que foi R$18.544.507.555,50, inclui a Despesa Intraorçamentária.

2.1.2.1. Despesa Orçamentária por Tipo de Crédito

TABELA 28

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada X Realizada Por Tipo de Crédito

(R$ 1,00)

CRÉDITOS	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	REALIZ. (A-B)	PART.%
Ordinários e Suplementares	18.542.557.975,54	15.676.318.878,04	2.866.239.097,50	99,99
Ordinários Especiais	1.949.579,96	1.833.805,46	115.774,50	0,01
Ordinários Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	18.544.507.555,50	15.678.152.683,50	2.866.354.872,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

TABELA 29

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada, Por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica

(R$ 1,00)

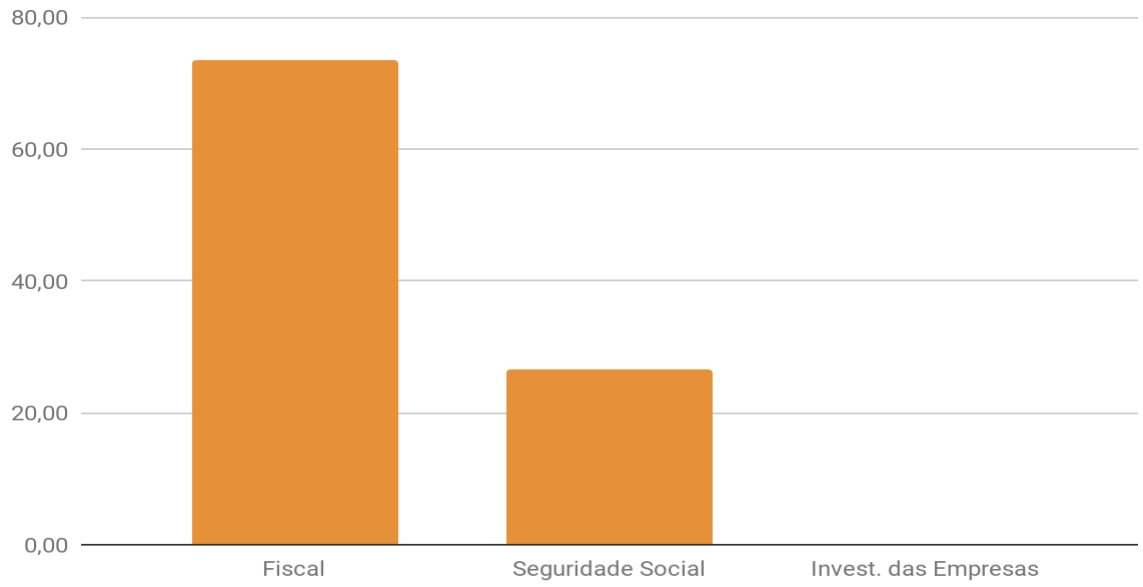
ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	REALIZ.% (B/A)	PARTIC.% (B/TOT.B)
Fiscal	18.172.865.136,94	15.431.639.956,63	84,92	98,43
Corrente	13.017.815.983,50	12.718.518.796,59	97,70	81,12
Capital	5.155.049.153,44	2.713.121.160,04	52,63	17,31
Seguridade Social	371.642.418,56	246.512.726,87	66,33	1,57
Corrente	345.701.164,80	226.216.464,61	65,44	1,44
Capital	25.941.253,76	20.296.262,26	78,24	0,13
TOTAL	18.544.507.555,50	15.678.152.683,50	84,54	100

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XVI

Despesa Realizada Por Tipo de Orçamento

(R$ 1,00)



Fonte: SEFAZ/CECAD

A participação dos poderes do Estado, com seus respectivos órgãos, e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada na tabela seguinte.

TABELA 30

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada, Por Poder e Órgão

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	SALDO (A-B)	REALIZ.%	PART.% (B/TOTAL B)
PODER LEGISLATIVO	630.393.350,37	621.601.411,86	8.791.938,51	98,61	3,96
Assembleia Legislativa	437.908.212,69	433.782.660,33	4.125.552,36	99,06	2,77
Tribunal de Contas do Estado	135.139.452,03	130.624.366,11	4.515.085,92	96,66	0,83
Tribunal de Contas dos Municípios	57.345.685,65	57.194.385,42	151.300,23	99,74	0,36
PODER JUDICIÁRIO	1.090.577.285,89	1.089.921.446,38	655.839,51	99,94	6,95
Tribunal de Justiça	1.090.577.285,89	1.089.921.446,38	655.839,51	99,94	6,95
MINISTÉRIO PÚBLICO	406.860.029,22	393.855.825,15	13.004.204,07	96,80	2,51
Procuradoria Geral da Justiça	406.860.029,22	393.855.825,15	13.004.204,07	96,80	2,51
PODER EXECUTIVO	16.416.676.890,02	13.572.774.000,11	2.843.902.889,91	82,68	86,57
Defensoria Pública Geral do Estado	140.924.141,96	132.199.626,52	8.724.515,44	93,81	0,84
Secretaria da Infraestrutura	841.255.528,10	336.841.391,90	504.414.136,20	40,04	2,15
Sec. da Segurança Pública e Defesa Social	70.083.621,22	67.922.917,39	2.160.703,83	96,92	0,43
SSPDS-Polícia Civil	424.975.264,95	419.555.919,13	5.419.345,82	98,72	2,68
Polícia Militar do Ceará	1.443.368.449,65	1.424.265.088,50	19.103.361,15	98,68	9,08
Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	176.469.818,30	169.105.231,28	7.364.587,02	95,83	1,08
Perícia Forense do estado do Ceará	81.663.438,06	77.774.795,79	3.888.642,27	95,24	0,50
Academia Estadual de Seg. Pública do Estado	24.895.988,52	18.128.474,38	6.767.514,14	72,82	0,12
Gabinete do Governador	145.224.327,09	140.118.046,67	5.106.280,42	96,48	0,89
Gabinete do Vice-governador	13.495.010,05	13.225.368,35	269.641,70	98,00	0,08
Procuradoria Geral do Estado	71.827.305,81	69.749.823,39	2.077.482,42	97,11	0,44
Casa Militar	3.519.466,10	3.515.751,33	3.714,77	99,89	0,02
Conselho Estadual de Educação	5.490.925,42	5.149.519,66	341.405,76	93,78	0,03
Secretaria da Justiça e Cidadania	536.772.423,51	483.966.206,34	52.806.217,17	90,16	3,09
Secretaria da Fazenda	748.901.904,39	731.117.185,65	17.784.718,74	97,63	4,66
-Encargos Gerais do Estado	6.161.320.533,43	4.928.826.826,58	1.232.493.706,85	80,00	31,44
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	424.633.818,25	349.992.374,66	74.641.443,59	82,42	2,23
Secretaria da Educação	2.855.858.736,52	2.719.191.946,41	136.666.790,11	95,21	17,34
-Centro de Educ.à Distância do Estado do ceará	4.608.621,00	3.111.960,05	1.496.660,95	67,52	0,02
Secretaria da Cultura	91.754.033,00	71.906.183,59	19.847.849,41	78,37	0,46
Secretaria dos Recursos Hídricos	349.872.148,43	280.916.021,88	68.956.126,55	80,29	1,79
Casa Civil	102.942.491,75	100.128.491,84	2.813.999,91	97,27	0,64
Secretaria da Ciência , tec. Educação Superior	212.439.779,66	97.067.626,37	115.372.153,29	45,69	0,62
Secretaria do Turismo	359.905.010,89	159.194.866,73	200.710.144,16	44,23	1,02
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	30.608.337,40	25.044.643,54	5.563.693,86	81,82	0,16
Secretaria do Esporte	24.480.150,30	16.409.718,34	8.070.431,96	67,03	0,10
Secretaria das Cidades	631.994.131,97	364.040.323,79	267.953.808,18	57,60	2,32
Secretaria de Planejamento e Gestão	91.989.331,00	80.765.822,70	11.223.508,30	87,80	0,52
-Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	3.172.507,00	2.999.190,31	173.316,69	94,54	0,02
Sec. do Trabalho e Desenvolvimento Social	173.999.050,54	147.026.037,88	26.973.012,66	84,50	0,94
-Sup. do Sistema Est. de Desenv. Socioeducativo	76.962.780,40	73.382.166,45	3.580.613,95	95,35	0,47
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura	6.635.505,28	6.361.452,10	274.053,18	95,87	0,04
Controladoria-Geral da Disc. dos Órgãos de Seg. Pública	10.002.233,57	9.514.933,96	487.299,61	95,13	0,06
Secretaria de Relações Institucionais	423.984,82	423.462,54	522,28	99,88	0,00
Secretaria Especial de Politicas Sobre as Drogas	10.384.761,00	8.093.499,02	2.291.261,98	77,94	0,05
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	3.686.795,73	3.457.641,08	229.154,65	93,78	0,02
Secretaria do Meio Ambiente	60.134.534,95	32.283.464,01	27.851.070,94	53,69	0,21
TOTAL	18.544.507.555,50	15.678.152.683,50	2.866.354.872,00	84,54	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Os "Encargos Gerais do Estado", demonstrado na tabela anterior, representa uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda, em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, como: o Serviço e Amortização da Dívida Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP, Pensões Especiais, Indenizações e Restituições e outras.

TABELA 31

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada Por Poder e Categoria Econômica

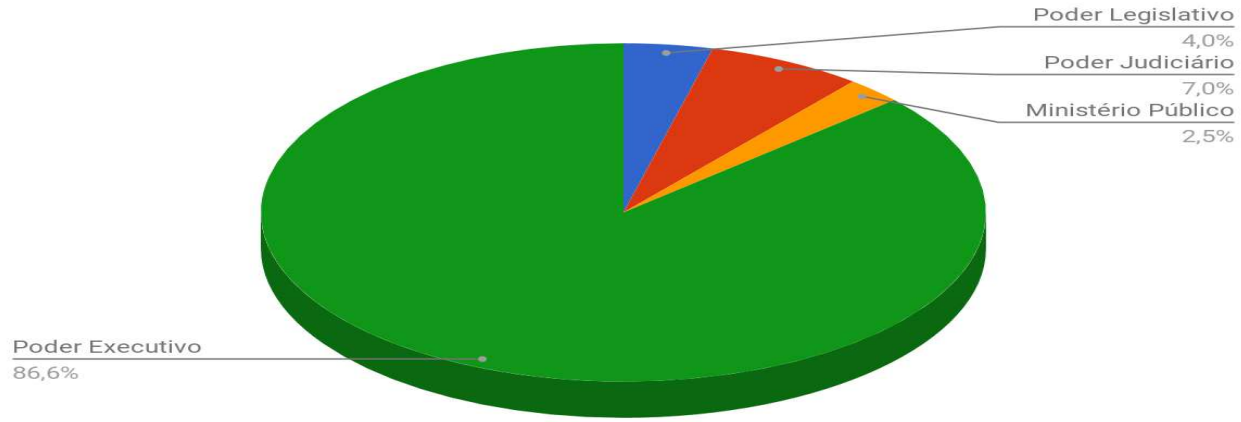
(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	REALIZ.% (B/A)	PART. % (B/TOT. B)
Poder Legislativo	630.393.350,37	621.601.411,86	98,61	3,96
Despesas Correntes	619.576.115,68	613.545.987,04	99,03	3,91
Despesas de Capital	10.817.234,69	8.055.424,82	74,47	0,05
Poder Judiciário	1.090.577.285,89	1.089.921.446,38	99,94	6,95
Despesas Correntes	1.090.547.285,89	1.089.921.446,38	99,94	6,95
Despesas de Capital	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	406.860.029,22	393.855.825,15	96,80	2,51
Despesas Correntes	394.560.029,22	393.654.907,43	99,77	2,51
Despesas de Capital	12.300.000,00	200.917,72	1,63	0,00
Poder Executivo	16.416.676.890,02	13.572.774.000,11	82,68	86,57
Despesas Correntes	11.258.833.717,51	10.847.612.920,35	96,35	69,19
Despesas de Capital	5.157.843.172,51	2.725.161.079,76	52,84	17,38
TOTAL	18.544.507.555,50	15.678.152.683,50	84,54	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XVII

Despesa Realizada Por Poder



Fonte: SEFAZ/CECAD

2.1.2.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada, por categoria e grupo, da Administração Direta, está demonstrada da seguinte forma:

TABELA 32

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada, Por Categoria Econômica e Grupo

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	SALDO (A-B)	REALIZ. % (B/A)	PART.% (B/TOTAL B)
Despesas Correntes	13.363.517.148,30	12.944.735.261,20	418.781.887,10	96,87	82,57
Pessoal e Encargos Sociais	6.708.512.445,06	6.520.918.945,61	187.593.499,45	97,20	41,59
Juros e Encargos da Dívida	472.030.202,46	452.097.969,17	19.932.233,29	95,78	2,88
Outras Despesas Correntes	6.182.974.500,78	5.971.718.346,42	211.256.154,36	96,58	38,09
Despesas de Capital	5.180.990.407,20	2.733.417.422,30	2.447.572.984,90	52,76	17,43
Investimentos	2.960.693.890,81	1.596.173.070,51	1.364.520.820,30	53,91	10,18
Inversões Financeiras	159.765.011,61	148.671.258,71	11.093.752,90	93,06	0,95
Amortizações	2.060.531.504,78	988.573.093,08	1.071.958.411,70	47,98	6,31
TOTAL	18.544.507.555,50	15.678.152.683,50	2.866.354.872,00	84,54	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

2.1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes, realizada pela Administração Direta para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa, alcançaram o montante de R$ 12.944.735.261,20, correspondendo a 82,57% da Despesa Orçamentária.

Pessoal e Encargos Sociais

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R$ 6.520.918.945,61, é o grupo mais representativo dentro das Despesas Correntes, representando 41,59%.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, da tabela seguinte, com o total da Despesa de Pessoal do Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida . A razão disto é que nesta última estão incluídos os valores empenhados na rubrica Pessoal e Encargos da Administração Direta e Indireta e calculada nos moldes do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

TABELA 33

Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida - RCL, Conforme Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Sem Pensionistas (Resolução nº 2.230/10-TCE)

(R$ 1,00)

DESPESA LIQUIDADA COM PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL (Últimos 12 meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.826.519.418,56	548.229.635,02	1.065.943.769,58	362.255.037,16	10.802.947.860,32
PESSOAL ATIVO	6.163.518.852,13	436.059.258,88	964.074.330,20	319.504.744,38	7.883.157.185,59
PESSOAL INATIVO	2.095.002.860,32	101.869.439,38	101.869.439,38	42.750.292,78	2.341.492.031,86
- Tesouro	957.813.235,33	0	0	0	957.813.235,33
- Servidor	406.330.230,31	48.684.175,81	48.684.175,81	15.983.465,02	519.682.046,95
- Patronal	730.859.394,68	53.185.263,57	53.185.263,57	26.766.827,76	863.996.749,58
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACÃO (art. 18, § 1º da LRF)	567.997.706,11	10.300.936,76	0	0	578.298.642,87
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19,§ 1º da LRF) (II)	1.286.747.669,26	103.626.551,17	107.678.517,28	47.587.139,10	1.545.639.876,81
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	114.487.915,70	0	0	2.141.077,89	116.628.993,59
Despesas de Exercícios Anteriores	35.070.128,57	1.757.111,79	5.809.077,90	2.695.768,43	45.332.086,69
Inativos com Recursos Vinculados	1.137.189.624,99	101.869.439,38	101.869.439,38	42.750.292,78	1.383.678.796,53
DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP (III) = (I - II)	7.539.771.749,30	444.603.083,85	958.265.252,30	314.667.898,06	9.257.307.983,51
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.779.471.739,21	17.779.471.739,21	17.779.471.739,21	17.779.471.739,21	17.779.471.739,21
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	16.902.308,24	16.902.308,24	16.902.308,24	16.902.308,24	16.902.308,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCLA (VI) = (IV - V)	17.762.569.430,97	17.762.569.430,97	17.762.569.430,97	17.762.569.430,97	17.762.569.430,97
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP sobre a RCL (III /VI*100)	42,45	2,5	5,39	1,77	52,12
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	49	3	6	2	60
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF: 95% do Limite Máximo)	46,55	2,85	5,7	1,9	57
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF: 90% do Limite Máximo)	44,1	2,7	5,4	1,8	54

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas Liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas Empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, são consideradas liquidadas no encerramento do exercício.
2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio da Previdência;
3. Exclui "PENSIONISTAS", conforme Resolução nº 2.230/10 - TCE;
4. O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (FPP);
5. Do total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo, R$ 55.795.146,09 se referem às despesas de pessoal dos Consórcios de Saúde Pública efetuadas com recursos estaduais;
6. Todos os consórcios apresentaram a Prestação de Contas do RGF - Gasto com Pessoal de acordo com a Tabela 1.5 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcio Públicos - Portaria STN nº 274/2016;
7. Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública Geral do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesas com Pessoal.

Como demonstra a tabela anterior, o Estado cumpriu o que estabelece o inciso II, do Art.19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, de não exceder 60% da Receita Corrente Líquida com Despesa de Pessoal e Encargos, tendo comprometido, em 2017, 52,12%.

No Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, tabela acima, estão apropriadas as despesas com inativos em cada Poder e no Ministério Público.

Os repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social estão apropriados no Pessoal Ativo de cada Poder e Ministério Público.

Estão incluídas na Despesa de Pessoal as despesas relativas a mão-de-obra, constantes de contratos de terceirização e inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do quadro de pessoal da Instituição, classificadas no elemento 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

A despesa supramencionada está regulamentada pelo Poder Executivo através da Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/SEAD/SECON nº 01, de 21 de junho de 2006. Na despesa com pessoal não estão computadas as despesas com pensionistas por força da Resolução nº 2230/10/TCE.

Comparando-se, o valor da Despesa com Pessoal de todos os poderes do exercício de 2017 no valor R$ 9.257.307.983,51 , com a do exercício de 2016 no valor de R$ 8.876.746.319,56, houve um acréscimo nominal de 4,29%.Vale mencionar que, em 2017, foi utilizada a RCL ajustada no valor de R$ 17.762.569.430,97 para cálculo da despesa com Pessoal, ocasionando um acréscimo maior , se comparado com a despesa de pessoal de 2016 .

A tabela a seguir evidencia as nomeações de novos servidores públicos estaduais , no exercício de 2017.

TABELA 34

Demonstrativo Das Nomeações de Novos Servidores -Arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal

Órgão/Entidade	Denominação-Cargo	Quantidade
Polícia Civil	Inspetor de Polícia Cívil	62
	Delegado de Polícia Cívil	19
	Escrivão de Polícia Cívil	60
Polícia Militar	Soldado Pronto	2685
	1º Tenente	4
Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	Soldado Pronto	2
Polícia Forense do Estado do Ceará	Auxiliar de Perícia	3
	Médico Perito Legista	1
	Perito Criminal	1
Secretaria da Justiça e Cidadania	Agente Penitenciário	4
Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado	Auditor de Controle Interno	3
Secretaria das Cidades	Analista de Desenv.Organizacional	1
	Analista de Desenv. Urbano	3
Agência Reg. de Serviço Pub. Del. do Est. do Ceará-ARCE	Analista de Regulação	1
Junta Comercial do Estado do Ceará-JUCEC	Administrador	1
	Advogado	3
	Procurador Autárquico	1
Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará	Fiscal Estadual Agropecuário	1
Fundação Universidade Estadual do Ceará	Assist. de Adm. e Tec. em Contabiliadde	95
	Nível Superior-ANS	32
	Professor Assistênte	3
Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú	Professor adjunto	18
	Professor Assistênte	4
Fundação Universidade Regional do Cariri	Professor Assistênte	15
	Professor Auxiliar	4
	Professor adjunto	11
TOTAL GERAL		3037

Fonte: SEFAZ/CECAD

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que, em 2017, realizou 3.037 nomeações de novos servidores, conforme está demonstrado na tabela anterior. A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2017, um custo adicional de R$ 26.734.415,87. Vale ressaltar que o impacto orçamentário-financeiro para o exercícios de 2017-2018 é de R$ 149.919.921,37 e para 2018-2019 é de R$ 8.479408,19.

TABELA 35

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Conforme Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000

R$ 1,00

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
I - RECEITAS CORRENTES	2.131.116.549	2.150.181.834	1.862.002.337	1.916.251.930	1.986.934.535	2.258.880.725	1.839.514.180
Receita Tributária	1.302.961.517	1.051.055.852	1.078.848.290	1.068.610.060	1.059.249.007	1.270.812.529	1.123.938.824
ICMS	947.236.964	810.648.782	818.673.360	843.500.715	814.190.611	1.015.217.926	940.659.118
IPVA	225.796.674	113.704.912	108.760.440	92.074.331	94.101.597	80.570.690	26.595.551
ITCD	3.340.027	2.772.327	3.298.785	3.584.555	8.980.084	11.319.212	10.163.811
IRRF	72.285.527	75.339.949	83.968.916	69.543.828	69.004.648	94.035.176	73.476.927
Outras Receitas Tributárias	54.302.326	48.589.881	64.146.788	59.906.630	72.972.068	69.669.525	73.043.417
Receita de Contribuições	3.243.604	44.664.339	44.738.734	44.876.932	51.790.416	49.543.077	49.489.637
Receita Patrimonial	37.707.927	36.166.185	45.547.618	39.756.680	34.430.608	45.289.784	34.359.615
Receita Agropecuária	1.030	952	607	694	1.264	1.357	1.150
Receita Industrial							
Receita Serviços	2.744.652	3.198.641	4.964.208	4.984.768	6.218.965	6.638.918	6.210.627
Transferências Correntes	734.076.582	977.996.249	644.830.129	713.563.213	782.962.881	740.482.101	567.585.043
Cota-Parte do FPE	534.064.670	682.381.650	429.030.055	513.681.130	585.415.238	538.951.905	413.512.405
Transferências da L.C. 87/1996	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112
Transferências da L.C. 61/1989							
Transferências do FUNDEB	99.273.423	196.816.533	126.177.194	117.320.657	124.765.542	121.106.434	49.213.863
Outras Transferências Correntes	98.753.377	96.812.953	87.637.767	80.576.314	70.796.990	78.438.650	102.873.663
Outras Receitas Correntes	50.381.238	37.099.616	43.072.752	44.459.582	52.281.392	146.112.959	57.929.283
II - DEDUÇÕES	611.375.728	547.528.442	555.145.283	539.011.658	547.561.935	547.196.817	570.276.656
Transferências Constitucionais e Legais	349.188.233	271.375.789	243.499.028	258.187.804	240.761.598	250.405.029	279.146.459
Contrib.para o Plano de previd.do Servidor	3.243.604	44.664.339	44.738.734	44.876.932	51.790.416	49.543.077	49.489.637
Contrib.p/o Custeio das Pensões Militares							
Compens.Financ. entre Reg.Previdência	555.426	2.428.633	2.876.799	2.522.313	3.375.951	2.670.615	2.951.514
Ded.de Rec.para a formação do FUNDEB	258.388.466	229.059.680	264.030.723	233.424.609	251.633.970	244.578.096	238.689.047
III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	1.519.740.821	1.602.653.392	1.306.857.054	1.377.240.271	1.439.372.600	1.711.683.908	1.269.237.524

	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA
I - RECEITAS CORRENTES	1.916.065.234	1.859.037.239	1.944.853.633	2.015.511.942	2.649.745.590	24.530.095.729	24.332.937.370
Receita Tributária	1.109.306.984	1.119.774.258	1.156.721.233	1.183.973.481	1.348.101.272	13.873.353.307	13.821.013.124
ICMS	939.195.952	962.639.132	986.320.958	1.028.306.969	1.074.956.428	11.181.546.916	11.134.295.591
IPVA	19.165.193	15.992.698	14.644.793	12.397.541	13.392.414	817.196.833	786.265.000
ITCD	1.792.700	3.847.949	3.544.808	4.808.514	34.713.386	92.166.158	242.336.099
IRRF	76.529.927	72.251.643	83.376.512	75.677.937	157.023.690	1.002.514.679	956.140.547
Outras Receitas Tributárias	72.623.212	65.042.837	68.834.161	62.782.521	68.015.355	779.928.721	701.975.887
Receita de Contribuições	50.576.159	50.866.535	51.654.691	50.225.351	139.247.822	630.917.296	600.409.600
Receita Patrimonial	29.905.648	24.192.452	28.384.246	22.608.691	45.640.412	423.989.866	360.977.037
Receita Agropecuária	1.533	800	1.121	1.075	762	12.344	
Receita Industrial							
Receita Serviços	11.814.587	6.031.017	7.485.873	14.276.718	8.771.816	83.340.791	70.588.895
Transferências Correntes	663.911.400	614.876.473	656.434.602	676.964.793	934.621.029	8.708.304.494	8.542.889.712
Cota-Parte do FPE	471.133.405	395.072.474	444.533.931	462.840.592	613.491.841	6.084.109.296	5.757.788.822
Transferências da L.C. 87/1996	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	23.821.346	23.821.346
Transferências da L.C. 61/1989							
Transferências do FUNDEB	118.736.876	138.886.846	114.454.438	88.837.531	135.115.330	1.430.704.665	1.475.140.764
Outras Transferências Correntes	72.056.007	78.932.042	95.461.120	123.301.558	184.028.746	1.169.669.186	1.286.138.780
Outras Receitas Correntes	50.548.925	43.295.705	44.171.868	67.461.832	173.362.478	810.177.630	937.059.003
II - DEDUÇÕES	539.598.032	513.553.024	526.143.884	543.221.226	710.011.305	6.750.623.989	6.687.708.670
Transferências Constitucionais e Legais	242.029.797	242.614.410	235.474.584	254.824.313	284.015.042	3.151.522.084	3.174.521.274
Contrib.para o Plano de previd.do Servidor	50.576.159	50.866.535	51.654.691	50.225.351	139.247.822	630.917.296	600.409.600
Contrib.p/o Custeio das Pensões Militares							
Compens.Financ. entre Reg.Previdência	2.750.499	2.525.252	2.667.124	3.085.032	4.427.214	32.836.372	31.720.103
Ded.de Rec.para a formação do FUNDEB	244.241.577	217.546.826	236.347.485	235.086.529	282.321.229	2.935.348.238	2.881.057.693
III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	1.376.467.203	1.345.484.215	1.418.709.749	1.472.290.716	1.939.734.285	17.779.471.739	17.645.228.700

Fonte: SEFAZ/CECAD

A Receita Corrente Líquida - RCL, no valor de R$ 17.779.471.739,21 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduções, no mês de referência (Dezembro) e nos 11 meses anteriores.

A RCL é referência para a fixação dos limites das despesas com pessoal, das despesas previdenciárias, das garantias, da dívida consolidada e das operações de crédito. Isto significa que quanto mais aumentar a RCL, mais poderão se expandir os valores das despesas que estão a ela referenciadas.Vale informa que, em 2017, para o cálculo da despesa com pessoal foi utilizada a Receita Corrente Líquida Ajustada no valor R$ 17.762.569.430,97.

TABELA 36

Demonstrativo da Despesa Com Pessoal x Receita Corrente Líquida - 2013 a 2017

(R$ 1000)

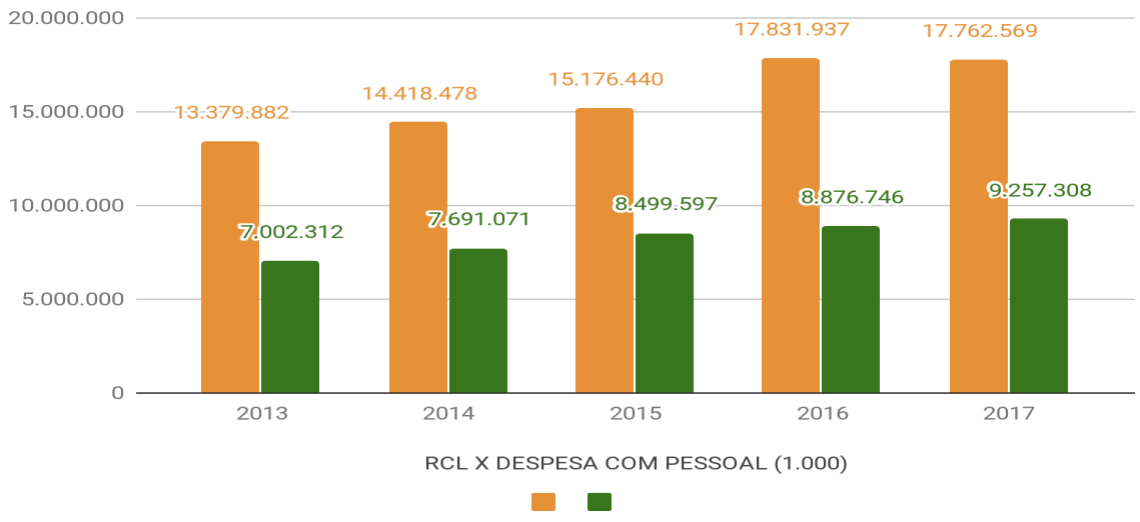
ANO	RCL (A)	DESP. COM PESSOAL (B)	REALIZ.% (B/A)
2013	13.379.882	7.002.312	52,33
2014	14.418.478	7.691.071	53,34
2015	15.176.440	8.499.597	56,01
2016	17.831.937	8.876.746	49,78
2017	17.762.569	9.257.308	52,12

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XVIII

Despesa Com Pessoal X Receita Corrente Líquida- 2013 a 2017

(R$ 1000)



Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 37

Demonstrativo Dos Juros e Encargos da Dívida

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2016 (A)	2017 (B)	VAR. % (B/A)
Juros da Dívida Interna			
-Juros Sobre a Dívida Por Contrato	270.654.781,58	249.564.375,96	-7,79
-Juros Sobre a Dívida Por Contrato-Lei 9496	44.492.936,36	35.279.925,13	100,00
TOTAL	315.147.717,94	284.844.301,09	-9,62
Encargos pela Honra de Avais, Garantias,Seguros e Similares			
-Juros Sobre a Dívida Junto a União -COHAB	0,00	27.350.918,76	100,00
TOTAL	0,00	27.350.918,76	100,00
Outros Encargos da Dívida Interna			
-Out. Enc. Sobre a Dív. Por Contrato	8.610.823,78	22.121.313,04	156,90
-Out. Enc. Sobre a Dív. Por Contrato-Lei 9496	1.239.274,45	632.695,99	100,00
TOTAL	9.850.098,23	22.754.009,03	131,00
TOTAL JUROS E ENCARGOS DA DÍV. INTERNA	324.997.816,17	334.949.228,88	3,06
Juros da Dívida Externa			
-Juros Sobre a Dívida Por Contrato-Para Educação-Emp. 4591	48.148,90	0,00	-100,00
-Juros Sobre a Dívida Por Contrato	88.694.888,19	109.004.694,59	22,90
TOTAL	88.743.037,09	109.004.694,59	22,83
Outros Encargos da Dívida Externa			
-Out. Enc. Sobre a Dív. Por Contrato-Para Educação-Emp. 4591	2.019,88	0,00	-100,00
-Out. Enc. Sobre a Dív. Por Contrato	8.891.204,18	8.144.045,70	-8,40
TOTAL	8.893.224,06	8.144.045,70	-8,42
TOTAL JUROS E ENC. DA DÍV. EXTERNA	97.636.261,15	117.148.740,29	19,98
TOTAL GERAL	422.634.077,32	452.097.969,17	6,97

Fonte: SEFAZ/CECAD

De acordo com tabela acima, os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2017, somaram R$ 334.949.228,88, representando 25,88% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 3,06%.

Os Juros e Encargos da Dívida Externa, no ano de 2017, atingiram a cifra de R$ 117.148.740,29, representando 9,05% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 19,98%.

Outras Despesas Correntes

O grupo de despesas "Outras Despesas Correntes", executadas em 2017 somaram R$ 5.971.718.346,42.

As transferências constitucionais e legais repassadas aos municípios, em 2017, conforme Art.158 da Constituição Federal, somaram R$ 3.151.522.083,95, participando com 52,77% na composição do grupo.

TABELA 38

Demonstrativo Das Transferências Aos Municípios

(R$ 1,00)

TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	TOTAL
Distribuição de Receitas	
-Transferências a Municípios-ICMS	2.691.415.007,92
-Transferências a Municípios-IPVA	429.706.260,36
-Transferências a Municípios-IPI	8.292.783,82
-Transferências a Municípios-Royalties	6.565.921,38
-Transferências a Municípios-CIDE	15.542.110,47
TOTAL	3.151.522.083,95

Fonte: SEFAZ/CECAD

A cota parte do ICMS pertencente aos municípios é calculada, no percentual de 25% sobre a receita bruta do ICMS, e somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB devido pelos municípios, no percentual de 20% sobre a sua cota parte já líquida das restituições.

TABELA 39

Demonstrativo da Base de Cálculo da Quota Parte do ICMS Aos Municípios

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ICMS	10.660.966.995,35
Multas e Juros de Mora do ICMS	39.465.119,71
Dívida Ativa do ICMS	70.733.205,25
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS	6.401.543,44
TOTAL	10.777.566.863,75
(-) Restituições	11.855.415,52
TOTAL	11.855.415,52
BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS DEVIDA AOS MUNICÍPIOS	10.765.711.448,23

Fonte: SEFAZ/CECAD

A Tabela a seguir demonstra os principais componentes do grupo de Outras Receitas Correntes.

TABELA 40

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes"

(R$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZ. (A)	PARTIC. % (A/TOT. A)	REALIZ. (B)	PARTIC. % (B/TOT. B)	REALIZ. % (B/A)
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	280.000,00	0,00	280.000,00	0,00	100,00
Transferências a Municípios	3.247.448.205,84	52,52	3.223.315.630,16	53,98	99,26
Transferências a Municípios-Fundo a Fundo	999.724,19	0,02	999.724,19	0,02	100,00
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	356.319.513,09	5,76	323.361.134,92	5,41	90,75
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	778.820,00	0,01	745.000,00	0,01	95,66
Execução de Contrato de Parceria Público-Privada-PPP	42.894.418,22	0,69	42.669.277,47	0,71	99,48
Transferências a Instituições Multigovernamentais	9.891.735,00	0,16	9.858.910,78	0,17	99,67
Aplicações Diretas	2.484.176.571,88	40,18	2.334.378.247,25	39,09	93,97
-Auxílio Financeiro a Estudantes	5.140.118,94	0,08	4.949.335,99	0,08	96,29
-Material de Consumo	194.254.453,81	3,14	181.512.712,66	3,04	93,44
-Premiações Culturais , Artíticas, Científicas, Desportivas e Outras	39.177.462,87	0,63	38.057.618,80	0,64	97,14
-Material , Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuíta	21.457.924,11	0,35	21.192.974,47	0,35	98,77
-Passagens e Despesas Com Locomoção	17.002.934,03	0,27	16.121.805,73	0,27	94,82
-Outras Desp. de Pessoal Dec.de Contrato de Terceirização	100.081.990,52	1,62	92.755.033,03	1,55	92,68
-Serviços de Consultoria	23.593.433,37	0,38	11.284.789,09	0,19	47,83
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	130.255.076,20	2,11	126.086.115,62	2,11	96,80
-Locação de Mão-de-Obra	565.206.093,31	9,14	527.409.264,34	8,83	93,31
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	843.060.725,10	13,64	794.383.821,87	13,30	94,23
-Subvenções Econômicas	1.042.500,00	0,02	1.042.500,00	0,02	100,00
-Obrigações Tributárias e Contributivas	152.447.257,37	2,47	151.634.872,36	2,54	99,47
-Auxílio-Alimentação	173.652.794,11	2,81	164.479.412,34	2,75	94,72
-Indenizações e Restituições	123.229.591,82	1,99	115.109.742,22	1,93	93,41
-Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	4.155.079,35	0,07	1.324.982,88	0,02	31,89
-Outros	90.419.136,97	1,46	87.033.265,85	1,46	96,26
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	40.185.512,56	0,65	36.110.421,65	0,60	89,86
TOTAL	6.182.974.500,78	100,00	5.971.718.346,42	100,00	96,58

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota: "Outros" Compõem-se:Sentenças judiciais, auxílio financeiro a pesquisadores, despesas de exercícios anteriores, diárias civil e militar, outros benefícios assistenciais, pensões especiais e auxílio transporte.

TABELA 41

Demonstrativo Das Receitas e Despesas Com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

(Art.212 da Constituição Federal)

(R$ 1,00)

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) **RECEITAS DO ENSINO**

DESCRIÇÃO	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% (B) / (A)
(I) Receita Bruta de Impostos e Transferências	19.121.361.733,04	19.447.116.118,92	101,70
- Impostos (ICMS + IPVA + ITCD + IRRF)	13.119.037.237,03	13.094.864.289,98	99,82
- Receita de Transferências Constitucionais e Legais (FPE + IPI + LC 87/96 + IOF-OURO)	5.835.134.124,00	6.141.101.779,96	105,24
- Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos	167.190.372,01	211.150.048,98	126,29
(II) Transf. Constitucionais e Legais (25% DO ICMS + 50% DO IPVA + 25% DO IPI)	3.150.742.272,23	3.129.413.787,33	99,32
(III) TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS	15.970.619.460,81	16.317.702.331,59	102,17
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (25% DE III)		4.079.425.582,90	

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS PREVISTAS (C)	RECEITAS REALIZADAS (D)	% (D) / (C)
(IV) Receitas Destinadas ao FUNDEB	3.002.895.782,76	3.063.037.530,46	102,00
20% (ICMS + IPVA + IPI Deduzidas as Transferências Constitucionais)	1.796.624.367,16	1.821.033.769,06	101,36
20% (ITCD + FPE + LC 87/96)	1.206.271.415,60	1.242.003.761,40	102,96
(V) RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.495.126.573,00	1.437.595.805,22	96,15
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.091.604.165,00	1.126.421.748,16	103,19
Complemento da União ao FUNDEB	383.536.599,00	304.282.917,17	79,34
Receita de Restituições ao FUNDEB		202.109,30	
Receita de Aplicação de Recursos do FUNDEB	19.985.809,00	6.689.030,59	33,47
(VI) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-1.911.291.617,76	-1.936.615.782,30	101,32

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E)	DESPESAS EMPENHADAS (F)	% (E) / (F)
(VII) Pagamento de Profissionais do Magistério	1.189.255.539,93	1.189.255.539,93	100,00
- Ensino Fundamental e Médio	901.112.976,99	901.112.976,99	100,00
- Outras (Adm. Geral e EJA)	288.142.562,94	288.142.562,94	100,00
(VIII) Outras Despesas	221.059.368,47	217.474.801,52	98,38
- Ensino Fundamental e Médio	201.245.508,01	198.957.017,09	98,86
- Outras (EJA, Ensino Profissional e TI)	19.813.860,46	18.517.784,43	93,46
(IX) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (VII + VIII)	1.410.314.908,40	1.406.730.341,45	99,75

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB	15.290.363,58
-(X) FUNDEB 60%	8.447.110,93
- FUNDEB 40%	6.843.252,65
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	0,00
- (XI) FUNDEB 60%	0,00
- FUNDEB 40%	0,00
(XII) TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	15.290.363,58

CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (G)	DESPESAS EMPENHADAS (H)	% (H) / (G)
Educação Infantil	5.196.587,36	4.591.661,79	88,36
- Creche	3.014.020,67	2.663.163,84	88,36
- Pré-escola	2.182.566,69	1.928.497,95	88,36
Ensino Fundamental	164.766.010,35	164.565.231,13	99,88
- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	137.197.505,84	137.197.505,84	100,00
- Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	27.568.504,51	27.367.725,29	99,27
Ensino Médio	1.686.111.421,09	1.669.964.744,57	99,04
- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	965.160.979,16	962.872.488,24	99,76
- Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	720.950.441,93	707.092.256,33	98,08
Ensino Superior	68.559.347,19	66.484.434,25	96,97
Ensino Profissional não Integrado ao Ensino Regular	119.833.459,20	113.743.124,58	94,92
- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	19.813.860,46	18.517.784,43	93,46
- Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	100.019.598,74	95.225.340,15	95,21
Outras (Adm. Geral, EJA, Ed. Especial, TI, Des. Científico, Formação RH, Juros e Amort)	890.279.311,14	879.661.509,38	98,81
(XIV) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE	2.934.746.136,33	2.899.010.705,70	98,78

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE	VALOR
Resultado Líquido das Transferências do Fundeb	-1.936.615.782,30
Despesas Custeadas com a Complementação do FUNDEB no Exercício	313.895.179,47
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB até o Bimestre	6.689.030,59
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos	
Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	
Cancelamento, no Exercício, de RP Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	1.228.891,29
Total das Deduções Consideradas para Fins do Limite Constitucional	-1.614.802.680,95
(XV) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	4.549.548.817,27
(XVI) MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((XV) / (III) x 100) %	27,88

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SAL. EDUCAÇÃO
Saldo Financeiro em 31 de Dezembro de 2016	37.163.415,47	5.357.691,59
(+) Ingresso de Recursos até o Bimestre	1.430.906.774,63	55.611.090,02
(-) Pagamentos Efetuados até o Bimestre	1.451.577.030,26	57.642.514,37
- Orçamento do Exercício	1.372.256.834,14	55.728.698,61
- Restos a Pagar	79.320.196,12	1.913.815,76
(+) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos até o Bimestre	6.689.030,59	640.651,82
(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2017	23.182.190,43	3.966.919,06

FONTE: SEFAZ / CECAD

1. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício;
2. Despesas correspondentes aos órgãos: SEDUC, CED, CEE, FUNCAP, FUNECE, GAB GOV, SECITECE, URCA e UVA;
3. No item "Outras" correspondem às Subfunções: Administração Geral, Desenvolvimento Científico, Formação de Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial;
4. O Saldo Financeiro de Recursos do FUNDEB, no Exercício de 2017, constam os valores bloqueados pela Justiça no valor de R$ 17.295.561,34;
5. Não inclui as despesas com Inativos e Pensionistas.

Conforme demonstrado na tabela do Gasto com Educação em 2017, o Estado aplicou 27,88% da Receita Líquida de Impostos - RLIT na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, conforme estabelece o art.212 da Constituição Federal, que prevê o mínimo de 25%. Portanto, foi aplicado 2,88% da RLIT acima do índice definido. Em valores nominais representa R$ 470.123.234,37.

De acordo com a emenda nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - FUNDEB, o Estado, no ano de 2017, aplicou no ensino fundamental, médio, educação especial e educação de jovens e adultos o seguinte: 20% do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação e Lei Complementar nº 87/96 (deduzidas as transferências constitucionais).

Em 2017, os ingressos de recursos do FUNDEB são referentes às transferências de recursos do FUNDEB e as restituições do FUNDEB no montante de R$ 1.430.704.665,33 e R$ 202.109,30, respectivamente.

O valor dos Restos a Pagar do FUNDEB inscritos no exercício de 2017 foi de R$ 38.472.554,01 e sua disponibilidade financeira de R$ 23.182.190,43. Referida disponibilidade encontra bloqueada, parcialmente, pela Justiça. Então, se deduzir o valor total dos Restos a Pagar de R$ 38.472.554,01 do saldo financeiro existente de R$ 23.182.190,43, resulta na quantia de R$ 15.290.363,58, a qual representa o quanto ficou de Restos a Pagar sem disponibilidade financeira do FUNDEB, que está demonstrada na tabela anterior do MDE no tópico "DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB".

TABELA 42

Demonstrativo da Despesa Com Educação x Receita Líquida de Impostos-2014 a 2017

(R$1,00)

ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM EDUCAÇÃO	REALIZAÇÃO %
2013	12.527.321.260	3.479.087.841	27,77
2014	13.638.612.595	3.765.223.631	27,61
2015	14.403.056.728	3.857.488.411	26,78
2016	16.266.219.135	4.335.674.522	26,65
2017	16.317.702.332	4.549.548.817	27,88

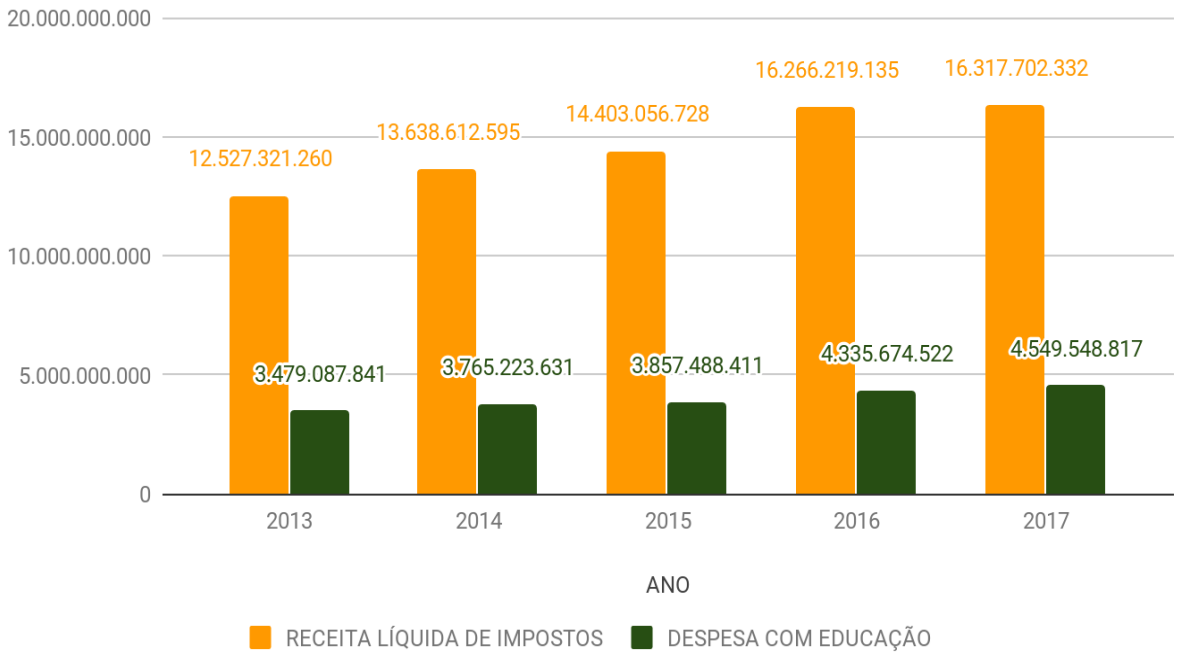
Fonte: SEFAZ/CECAD

Existe uma diferença a maior de R$ 17.168.179,54 entre o Saldo Financeiro do Gasto com Educação do exercício 2017, o qual está apresentado no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Anexo 8), e o valor da disponibilidade de caixa bruta do FUNDEB, fontes 50 e 51, do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RGF (Anexo 5) do 3º quadrimestre/2017. Essa diferença refere-se aos valores de bloqueios judiciais através de mandado judicial no montante de R$ 17.295.561,34; pagamentos contabilizados e não debitados da conta vinculada ao FUNDEB no exercício corrente, no valor de (R$ 129.413,99) e o valor de R$ 2.032,19, relativo a saldo pendente de regularização de exercícios anteriores pela Secretaria de Educação.

GRÁFICO XIX

Despesa Com Educação X Receita Líquida de Impostos - 2013 a 2017

(R$ 1,00)



Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 43

Demonstrativo do Gasto Com Saúde, Conforme EC nº 29, de 13/09/2000

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

(R$1,00)

APURAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	VALOR ORÇADO	VALOR REALIZADO
1. RECEITAS		
Receita de Impostos Líquida (I)	13.286.227.609,04	13.306.014.338,96
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	242.336.099,00	92.166.157,85
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços - ICMS	11.134.295.591,03	11.181.546.918,96
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	786.265.000,00	817.196.832,74
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	956.140.547,00	1.002.514.679,32
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	81.332.810,02	103.096.415,60
Dívida Ativa dos Impostos	74.524.171,00	84.821.678,19
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	11.333.390,99	24.671.656,30
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	5.835.134.124,00	6.141.101.779,96
Cota-Parte FPE	5.757.788.822,00	6.084.109.296,16
Cota-Parte IPI-Exportação	53.523.956,00	33.171.137,52
Desoneração ICMS (LC 87/96)	23.821.346,00	23.821.346,28
Deduções de Transferências Constitucionais (III)	3.150.742.272,23	3.129.413.787,33
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	2.707.101.308,23	2.691.414.743,15
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	430.259.975,00	429.706.260,36
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	13.380.989,00	8.292.783,82
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (IV = I + II - III)	15.970.619.460,81	16.317.702.331,59
2. DESPESAS		
DESPESAS CORRENTES	3.371.399.335,95	3.194.859.396,92
Pessoal e Encargos Sociais	758.249.983,17	713.029.243,43
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Outras Despesas Correntes	2.613.149.352,78	2.375.933.086,78
Outras Despesas Correntes (Execução dos Consórcios Públicos)		105.897.066,71
DESPESAS DE CAPITAL	208.676.597,58	65.740.237,42
Investimentos	208.134.914,08	65.206.674,68
Inversões Financeiras	-	-
Amortização da Dívida	541.683,50	533.562,74
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	3.580.075.933,53	3.260.599.634,34
3. DESPESAS NÃO COMPUTADAS		
Despesas com Inativos e Pensionistas	163.864,00	108.527,51
Despesa com Assistência à Saúde que não Atende ao Princípio de Acesso Universal (Despesa do ISSEC)	94.228.155,00	88.939.493,77
Despesas Custeadas com Outros Recursos	976.252.492,86	777.703.142,82
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	834.169.924,97	751.879.294,41
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS (Executados pelos Consórcios Públicos)		18.606.492,59
Recursos de Operações de Crédito	126.043.406,00	-
Outros Recursos	16.039.161,89	7.217.355,82
Outras Ações e Serviços Não Computados (Despesa da Escola de Saúde Pública)	4.431.418,73	2.760.653,32
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)	1.075.075.930,59	869.511.817,42
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (VII = V - VI)	2.505.000.002,94	2.391.087.816,92
Valor mínimo legal de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (12%)		1.958.124.279,79
Percentual Aplicado (Despesas/Receitas - VII/IV)		14,65

Fonte: SEFAZ/CECAD

Notas: **1) A despesa total (Linha 2) corresponde aos órgãos: Fundo Estadual de Saúde, Escola de Saúde Pública e ISSEC;**

2) Excluídas as seguintes despesas para fins de limite em "Despesas não computadas" (linha 3):

- **Elementos de despesas com inativos e pensionistas;**
- **Despesas dos órgãos: Escola de Saúde Pública e ISSEC;**
- **Despesas com recursos vinculados.**

3) No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE;

4) Na modalidade 'Transferências aos Consórcios Públicos' estão computados apenas os valores informados pelos consórcios públicos.

Conforme está demonstrado na Tabela anterior , em 2017, o Ceará aplicou 14,65%, nas ações e serviços públicos de saúde acima em 2,65%, do limite estabelecido pela Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, estabelece que os Estados, devem aplicar no mínimo 12% da Receita Resultante de Impostos e Transferências. Portanto, o Estado aplicou acima do percentual estabelecido a quantia R$ 432.963.537,13.

É importante mencionar que, do total aportado pelo Estado a Consórcios Públicos de Saúde (R$ 106.312.654,81), referente às transferências feitas pelo FUNDES na modalidade "transferências a consórcios públicos", foram incluídas as despesas executadas nos consórcios públicos no total de R$ 105.897.066,71, conforme declaradas pelos respectivos consórcios:

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Acaraú	R$ 5.404.616,31
Consórcio Público de Saúde da Microrregião da Ibiapaba	R$ 5.564.815,47
Consórcio Público de Saúde da Microrregião do Crato	R$ 4.488.318,52
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crateús	R$ 5.297.425,34
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte	R$ 5.387.379,22
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá	R$ 5.831.883,32
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Maracanaú	R$ 1.919.566,41
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Aracati	R$ 4.496.793,42
Consórcio Público Interfederativo do Vale do Curu - CISVALE	R$ 5.299.119,22
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Baturité	R$ 5.222.172,27
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Camocim	R$ 6.207.641,89
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte	R$ 4.142.423,32
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Iguatu	R$ 5.819.003,69
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Russas	R$ 5.144.247,62
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Sobral	R$ 4.091.609,95
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Brejo Santo	R$ 5.870.230,05
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá	R$ 6.246.094,28
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Icó	R$ 7.046.202,20
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Cascavel	R$ 3.911.607,31
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Canindé	R$ 3.385.297,21
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Itapipoca	R$ 5.120.619,69

TABELA 44

Demonstrativo da Despesa Com Saúde x Receita Líquida de Impostos - 2013 a 2017

(R$ 1.000,00)

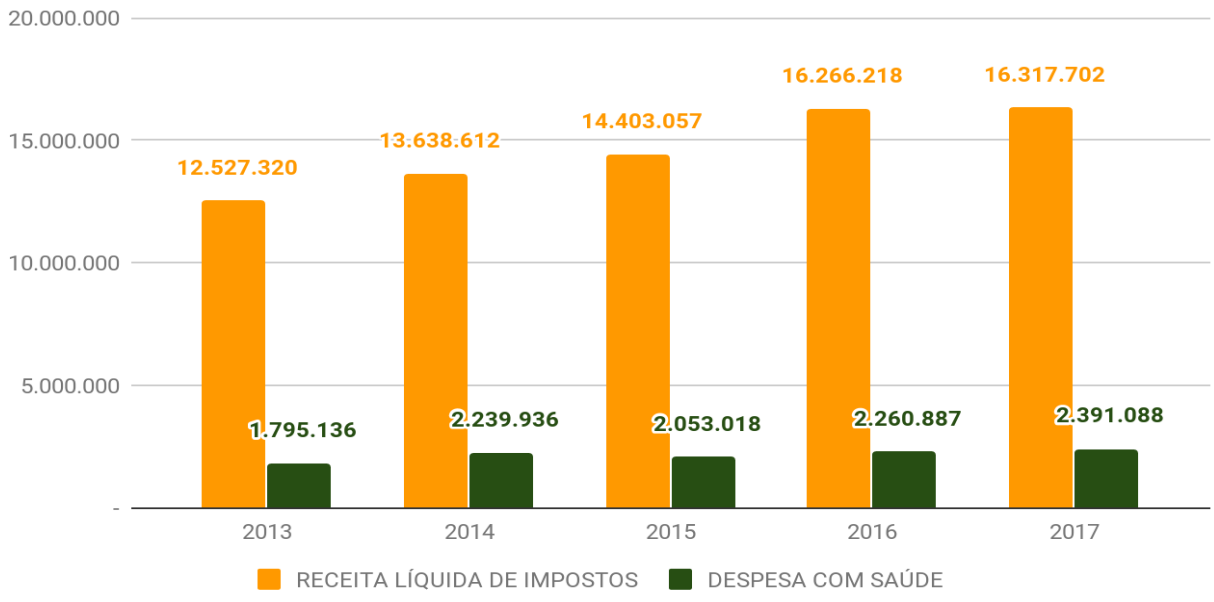
ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM SAÚDE	REALIZAÇÃO %
2013	12.527.320	1.795.136	14,33
2014	13.638.612	2.239.936	16,42
2015	14.403.057	2.053.018	14,25
2016	16.266.218	2.260.887	13,90
2017	16.317.702	2.391.088	14,65

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XX

Despesa Com Saúde X Receita Líquida de Impostos - 2013 a 2017

(R$1.000,00)



Fonte: SEFAZ/CECAD

2.1.2.2.2. Despesa de Capital

As Despesas de Capital são gastos realizados pela administração pública cuja finalidade é criar ou adquirir bens de capital. No exercício de 2017, estas despesas atingiram a soma R$ 2.733.417.422,30, representando 17,43% da Despesa Orçamentária. Comparando-se a execução desse exercício com 2016, essa categoria teve um incremento de 16,76% em termos nominais.

TABELA 45

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada da Categoria "Despesas de Capital"

(R$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO (A)	PARTIC. %(A/TOT. A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTIC. %(B/TOT. B)	REALIZ.%(A/B)
Investimentos	2.960.693.890,81	57,15	1.596.173.070,51	58,39	53,91
Transferências a Municípios	116.844.386,73	2,26	78.260.535,94	2,86	66,98
Transf. a Instituições Privadas Com Fins Lucrativos	137.764.528,54	2,66	104.881.302,87	3,84	76,13
Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	900.000,00	0,02	0,00	0,00	0,00
Execução de Contrato de Parc. Público -Privada-PPP	7.840.035,01	0,15	7.840.035,01	0,29	100,00
Aplicações Diretas	2.694.723.726,99	52,01	1.404.082.605,92	51,37	52,10
-Material de Consumo	5.719.689,36	0,11	3.988.831,75	0,15	69,74
-Serviços de Consultoria	119.523.875,00	2,31	81.597.507,57	2,99	68,27
-Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	154.043.043,91	2,97	77.329.360,66	2,83	50,20
-Contribuições	932.806,13	0,02	632.806,13	0,02	67,84
-Subvenções Econômicas	11.978.796,94	0,23	8.867.398,52	0,32	74,03
-Obras e Instalações	1.806.520.191,57	34,87	866.802.280,93	31,71	47,98
-Equipamentos e Material Permanente	362.811.423,46	7,00	189.394.211,81	6,93	52,20
-Aquisição de Imóveis	50.966.079,09	0,98	35.842.260,28	1,31	70,33
-Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	2.888.422,00	0,06	0,00	0,00	0,00
-Indenizações e Restituições	46.720.660,23	0,90	22.600.491,94	0,83	48,37
-Outros	132.618.739,30	2,56	117.027.456,33	4,28	88,24
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	2.591.213,54	0,05	1.108.590,77	0,04	42,78
-Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	139.790,00	0,00	91.739,79	0,00	65,63
-Obrigações Tributárias e Contributivas	2.199.459,86	0,04	764.887,30	0,03	34,78
-Obras e Instalações	251.963,68	0,00	251.963,68	0,01	100,00
Aplicações Diretas Entre Orçamentos-Consórcio Público	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-Obras e Instalações	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	159.765.011,61	3,08	148.671.258,71	5,44	93,06
Aplicações Diretas	159.765.011,61	3,08	148.671.258,71	5,44	93,06
-Aquisição de Imóveis	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	159.745.011,61	3,08	148.671.258,71	5,44	93,07
-Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações	2.060.531.504,78	39,77	988.573.093,08	36,17	47,98
Aplicações Diretas	2.060.531.504,78	39,77	988.573.093,08	36,17	47,98
-Enc. pela Honra de Avais , Garantias, Seg.e Similares	129.008.967,10	2,49	128.840.529,39	4,71	99,87
-Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.931.522.537,68	37,28	859.732.563,69	31,45	44,51
TOTAL	5.180.990.407,20	100,00	2.733.417.422,30	100,00	52,76

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota:"outros" compõem-se :auxílios, despesas de exercícios anteriores, locação de mão-de-obra, outros serviços de terceiros pessoa física, passagens e despesas com locomoção, sentenças judiciais e diárias civil.

- Investimentos

Programas de grande porte, concluídos e os a concluir pelo Governo do Estado. A tabela a seguir evidencia os principais: Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou R$ 1.596.173.070,51 participando com 58,39% de sua categoria. Os elementos Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, respondem pelo montante de R$1.056.196.492,74, correspondendo a 66,17% do grupo.

TABELA 46

Demonstrativo Dos Investimentos Nos Programas de Governo de Maior Relevância

(R$ 1,00)

PROGRAMAS DE GOVERNO	VALOR	PART. %
Oferta Hídrica Para Múltiplos Usos	264.003.394,91	16,54
Infraestrutura e Logistica	165.988.987,65	10,40
Desenvolvimento e Consolidação do Destino Turistico Ceará	140.872.824,66	8,83
Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural	137.156.730,85	8,59
Mobilidade Urbana	126.221.240,17	7,91
Ensino Integrado a Educação Profissional	92.130.198,07	5,77
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural	87.150.712,74	5,46
Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana	78.048.135,58	4,89
Gestão e Desenvolvimento e da Educação Básica	70.744.517,51	4,43
Desenv. da Prod.Científica, da Dif. Tecnológica, e da Cult. de Inovação	61.850.041,55	3,87
Segurança Pública Integrada	57.520.344,09	3,60
Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário	39.958.389,89	2,50
Revitalização de Áreas Degradadas	34.331.534,07	2,15
Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos	27.222.006,33	1,71
Habitação de Interesse Social	23.769.597,06	1,49
Proteção Social Básica	20.941.745,06	1,31
Resíduos Sólidos	19.378.523,49	1,21
Acesso e Apredizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada	16.601.639,72	1,04
Fortalecimento Institucional dos Municípios	12.842.639,48	0,80
Ceará Mais Verde	9.140.279,22	0,57
Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania	8.260.035,01	0,52
Gestão Fiscal e Financeira	7.749.478,69	0,49
Modernização da Gestão Fiscal	7.733.266,10	0,48
Inclusão e Equidade na Educação	7.284.918,49	0,46
Desenvolvimento da Agropecuária Familiar	6.367.994,22	0,40
Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	6.181.572,98	0,39
Promoção do Acesso e Fomento a Prod.e Dif. da Cult. Cearense	5.995.550,46	0,38
SUBTOTAL	1.535.446.298,05	96,20
Outros	60.726.772,46	3,80
TOTAL	1.596.173.070,51	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Em 2017, o Estado realizou, apenas, 53,91% do valor autorizado no montante de R$ 1.596.173.070,51 para as ações de investimento, face à sua dependência de recursos externos, porém, o valor realizado representa 58,39% do total das despesas de capital. Se comparado com o valor dos investimentos de 2016, que foi de R$ 1.391.082.305,65, esse grupo de despesas, em 2017, cresceu 14,74% em termos nominais. É importante mencionar que, foram investidos com recursos das fontes 100.00-recursos ordinários e 100.00-Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados-FPE, o montante de R$ 346.203.963,31, o que corresponde a 21,69% do total dos investimentos.

- Inversões Financeiras

No grupo Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R$ 148.671.258,71. A execução da despesa nesse grupo, em 2017, foi toda no item Constituição ou Aumento de Capital de Empresa. Esse grupo , em 2017, apresentou uma variação negativa de 6,06% em termos nominais.

Destaca-se, que os valores repassados para aumento de capital, no exercício de 2017, foram realizados para as empresas: METROFOR (R$ 132.545.486,00) e CAGECE (16.125.772,71). Vale enfatizar, que os repasses ao METROFOR foram realizados pela SEINFRA (R$ 91.895.720,28) e pela Secretaria das CIDADES (R$ 40.649.765,72), enquanto para a CAGECE os repasses foram realizados, somente , pela Secretaria das CIDADES.

- Amortização da Dívida

De acordo com a tabela seguinte a Amortização da Dívida Interna somou R$ 679.136.892,94, representando 24,85% das Despesas de Capital. Confrontando-se essa despesa com o exercício de 2016, verifica-se um acréscimo nominal de 44,17%.

Quanto à Amortização da Dívida Externa, esta somou R$ 309.436.200,14, representando 11,32% das Despesas de Capital. Conforme tabela a seguir, esta despesa ateve um incremento de 2,03% em termos nominais em comparação com 2016.

TABELA 47

Demonstrativo da Amortização da Dívida

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2016 (A)	2017 (B)	VAR. %(B/A)
Dívida Interna			
-Principal da Dív. Cont. Resgatado-Lei:9496	63.935.191,93	68.453.204,00	7,07
-Principal da Dív. Cont. Resgatado	407.116.369,57	481.843.159,55	18,36
-Pagamento da Dívida Junto a União - COHAB	0,00	128.840.529,39	100,00
TOTAL	471.051.561,50	679.136.892,94	44,17
Dívida Externa			
-Principal da Dív. Cont. Resgatado P/ Educ. Emp.-4591/BIRD	17.374.179,29	-	-100,00
-Principal da Dív. Cont. Resgatado	303.291.119,57	309.436.200,14	2,03
TOTAL	320.665.298,86	309.436.200,14	-3,50
TOTAL GERAL	791.716.860,36	988.573.093,08	24,86

Fonte: SEFAZ/CECAD

2.1.2.3. Despesa Orçamentária por Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 10, § 6º da Lei nº 16.084, de 27 de julho de 2016.

TABELA 48

Demonstrativo da Despesa Orçamentária Por Grupo da Administração Direta

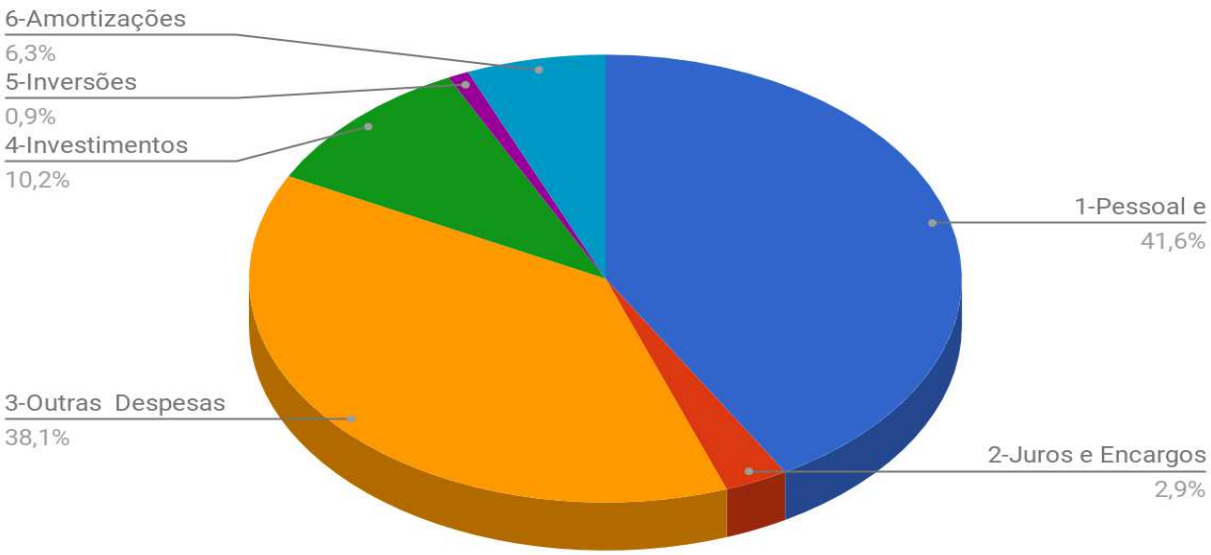
(R$1,00)

GRUPO DE DESPESA	2016 (A)	PART. % (A/ TOT. A)	2017 (B)	PART. % (B/ TOT. B)	VAR. % (B/A)
1-Pessoal e Encargos Sociais	6.178.582.054,85	42,24	6.520.918.945,61	41,59	5,54
2-Juros e Encargos da Dívida	422.634.077,32	2,89	452.097.969,17	2,88	6,97
3-Outras Despesas Correntes	5.684.169.718,22	38,86	5.971.718.346,42	38,09	5,06
4-Investimentos	1.391.082.305,65	9,51	1.596.173.070,51	10,18	14,74
5-Inversões Financeiras	158.269.966,04	1,08	148.671.258,71	0,95	-6,06
6-Amortizações	791.716.860,36	5,41	988.573.093,08	6,31	24,86
TOTAL	14.626.454.982,44	100,00	15.678.152.683,50	100,00	7,19

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XXI

Despesa Orçamentária Por Grupo



Fonte: SEFAZ/CECAD

O grupo de despesa mais representativo foi Pessoal e Encargos Sociais com 41,59% do total da Despesa Orçamentária.

TABELA 49

Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa Orçamentárias, Por Fonte de Recursos

(R$ 1,00)

FONTE	FR	RECEITA	PART.%	DESPESA	PART.%
Tesouro		17.300.528.131,27	79,65	12.784.232.396,15	81,54
- Recursos Ordinários	1.00.00	11.890.980.921,90	54,75	10.665.055.310,49	68,02
- C. Parte do Fundo de Part. dos Estados	1.01.00	4.867.287.437,23	22,41	1.730.144.264,01	11,04
- Recursos Provenientes do FECOP	1.10.00	542.259.772,14	2,50	389.032.821,65	2,48
Cota Parte da Cont. do Salário-Educação	2.07.00	56.237.009,76	0,26	58.394.120,94	0,37
Cota Parte da Cont. Interv. no Dom. Econômico	2.11.00	62.458.097,59	0,29	15.542.110,47	0,10
Alienacao de Bens	1.12.00	4.890.259,44	0,02	1.012.005,67	0,01
Recursos Proveniente de Dep. Judiciais	2.14.00	104.498.839,32	0,48	0,00	0,00
Medida Compensatoria Ambiental	2.16.00	40.279.030,93	0,19	21.608.662,62	0,14
Ind. P/ Extração do Petróleo, Xisto e Gás	1.44.00	26.408.763,98	0,12	6.565.921,38	0,04
Recursos Proveniente do FUNDEB	2.50.00	1.133.312.888,05	5,22	1.096.419.728,93	6,99
Compl. da União aos Recursos do FUNDEB	2.51.00	304.282.917,17	1,40	313.895.179,47	2,00
Recursos Provenientes do FIT	2.76.00	20.074.706,08	0,09	6.255.058,96	0,04
Operações de Crédito		2.059.072.273,82	9,48	771.465.900,05	4,92
- Op de Crédito Internas - Cpac Mcmv - CEF	2.46.37	7.337.200,72	0,03	7.337.200,72	0,05
- Op de Crédito Internas - Cpac Maranguapinho	2.46.38	2.601.267,35	0,01	1.966.670,36	0,01
- Op de Credito não Condicionada	2.48.40	0,00	0,00	4.412,40	0,00
- Op de Credito Internas - BNDES	2.46.45	7.147.614,96	0,03	9.996.835,47	0,06
- Op de Credito Internas - BNDES/Estados	2.46.47	28.695.199,24	0,13	12.261.100,64	0,08
- Op de Credito Internas - Tesouro/BB	2.46.54	1.157.334.890,01	5,33	89.485.300,59	0,57
- Op de Credito Internas CEF	2.46.56	24.641.699,32	0,11	24.579.247,78	0,16
- Op de Credito Externas - Tesouro	2.48.48	0	5,33	25.352.732,79	0,16
- Op de Credito Externas - Tesouro/KFW	2.48.57	323.168,75	0,00	323.168,75	0,00
- Op de Credito Externas - Tesouro/BIRD	2.48.58	26.300.595,72	0,12	136.683.552,33	0,87
- Op de Credito Externas - Tesouro/BID	2.48.59	392.025.625,40	1,80	151.487.296,48	0,97
- Op de Credito Externas - Tesouro/FIDA	2.48.64	33.824.966,66	0,16	40.703.596,07	0,26
- Op de Credito Externas - Tesouro/CAF	2.48.65	76.486.576,25	0,35	40.979.286,62	0,26
- Op de Credito Externas - Tesouro/MLW	2.48.67	49.656.013,97	0,23	49.656.013,97	0,32
- Op de Credito Externas - PforR	2.48.69	252.697.455,47	1,16	180.649.485,08	1,15
Convênios		608.575.371,56	2,80	602.761.598,86	3,84
- Conv. Órgãos Internacionais	2.80.80	4.405.714,60	0,02	4.369.800,61	0,03
- Conv. Órgãos Federais	2.82.82	600.297.226,00	2,76	595.132.158,89	3,80
- Conv. Órgãos Municipais	2.86.86	3.868.761,69	0,02	3.259.639,36	0,02
- Conv. Órgãos Privados	2.88.88	3.669,27	0,00	0,00	0,00
TOTAL		21.720.618.288,97	100,00	15.678.152.683,50	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Pela análise na tabela anterior, constata-se que os maiores dispêndios do Estado em 2017, originaram-se das fontes do Tesouro e de Recursos provenientes do FUNDEB que somaram R$ 14.194.547.304,55, e representaram 90,53% da Despesa Orçamentária. Ressalta-se que nos valores das despesas com Recursos Ordinários, fonte de recursos: 1.00.00, constam os recursos de Saldos de Exercícios Anteriores, fonte de recursos: 1.02.00, no valor de R$ 638.278,55.

TABELA 50

Demonstrativo Comparativo da Previsão de Metas Fiscais Com a Realização, de Acordo Com os Arts.4º, § 1º e 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal

(R$1.000)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	%(B)/(A)
1. Receita Total	25.865.271	28.344.303	1,10
1.1. Receitas Correntes (I)	21.897.498	25.804.851	1,18
1.1.1. Receita Tributária	11.991.050	13.873.776	1,16
1.1.2. Receita de Contribuição	1.485.625	1.665.813	1,12
1.1.3. Receita Patrimonial	343.330	424.175	1,24
1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)	225.626	353.936	1,57
1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais	117.704	70.239	0,60
1.1.4. Transferências Correntes	7.146.589	8.708.304	1,22
1.1.5. Receita de Serviços	81.423	106.477	1,31
1.1.6. Demais Receitas Correntes	849.481	1.026.305	1,21
1.1.7. Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (III)	0	2.935.348	
Receitas Fiscais Correntes (IV) = (I-II-III)	21.671.872	22.515.567	1,04
1.2. Receitas de Capital (V)	3.967.773	2.539.452	0,64
1.2.1. Operações de Crédito (VI)	3.077.322	2.051.079	0,67
1.2.2. Amortização de Empréstimos (VII)	0	0	
1.2.3. Alienação de Ativos (VIII)	22.030	16.429	0,75
1.2.4. Transferência de Capital	858.341	471.261	0,55
1.2.5. Outras Receitas de Capital	10.080	683	0,07
Receitas Fiscais de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	868.421	471.944	0,54
Receitas Não-Financeiras (X) = (IV+IX)	22.540.293	22.987.511	1,02
2. Despesa Total	25.815.254	23.430.690	0,91
2.1. Despesas Correntes (XI)	20.824.493	20.952.113	1,01
2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	11.437.677	11.023.337	0,96
2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XII)	460.407	452.098	0,98
2.1.3. Outras Despesas Correntes	8.926.409	9.476.679	1,06
Despesas Fiscais Correntes² (XIII) = (XI-XII)	20.364.086	20.500.015	1,01
2.2. Despesas de Capital (XIV)	4.990.761	2.478.577	0,50
2.2.1. Investimentos	3.895.150	2.467.740	0,63
2.2.2. Inversões Financeiras	114.177	199.223	1,74
2.2.2.1. Concessão de Empréstimos (XV)	13.872	49.199	3,55
2.2.3. Amortização da Dívida (XVI)	981.434	989.275	1,01
Despesas Fiscais de Capital² (XVII) = (XIV-XV-XVI-XX)	2.098.237	1.440.103	0,69
Reserva de Contingência (XVIII)	54.261	0	0,00
(-) Programas de Infra-estrutura (XIX)	0	-1.177.662	
Despesas Discricionárias/Não-Primárias-Rp2 (XX)	1.897.218	0	0,00
Despesas Não-Financeiras (XXI) = (XIII+XVII+XVIII)	22.516.584	21.940.118	0,97
Resultado Primário (XXII) = (X-XXI)	23.709	1.047.393	44,18
RESULTADO NOMINAL	1.750.830	371.025	0,21

Fonte: SEFAZ/CECAD
Notas: 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERH, CEGÁS, CEARAPORTOS, METROFOR, CEASA;
2) Deduzidas as despesas discricionárias;
3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo "Inversões Financeiras";
4) Resultado Nominal = Dívida Fiscal Líquida (2017) (R$ 8.146.084.434,45). - Dívida Fiscal Líquida (2016) (R$ 7.775.059.293,02);
5) Despesa pelo valor empenhado;
6) A "Previsão" foi extraída do Demonstrativo da LOA 2017.

De acordo com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal , para 2017, projetadas na Lei Orçamentária Anual nº 16.084, de 27 de julho de 2016, alterada pela Lei nº 16.425 de 30 de novembro de 2017.

A meta de Resultado Primário fixada através da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017 foi de 54 milhões e alterada para 23 milhões, considerando a despesa empenhada, o tesouro obteve um *superávit* primário de R$ 1.047milhões, superior ao estabelecido em Lei, chegando a 44,18% da meta fixada.

Com referência ao resultado nominal, obteve-se um resultado no valor de R$ 371 milhões, correspondente à diferença entre a Dívida Fiscal Líquida do exercício de referência (2017) e a Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior (2016). Importante informar que o Resultado Nominal no conceito da LRF indica em quanto à dívida de um ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício. Se o resultado for positivo, revela o quanto à dívida aumentou, se for negativo, o quanto a dívida diminuiu. Em 2017, o Estado do Ceará registrou-se um resultado nominal positivo.

TABELA 51

Demonstrativo do Comportamento do Resultado Nominal em Relação à Meta - Período 2013 a 2017

(R$ milhões)

RESULTADO NOMINAL	2013	2014	2015	2016	2017
(A) Metas Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LOA	1.082	347	557	529	1.751
(B) Resultado Nominal	581	2.144	3.285	-1.595	371
% (B) / (A)	53,70%	617,87%	589,77%	-301,51%	21,19%

Fonte: SEFAZ/CECAD

A busca do equilíbrio fiscal está no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal que deriva dos contratos assinados pelos Estados que no fim da década de 90 renegociaram a dívida com a União. De acordo com o contrato, a cada ano é avaliado pela STN o cumprimento das metas e compromissos do exercício anterior.

2.1.2.4. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91

De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14/10/2005, as despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgãos, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

No momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intra-orçamentária e no momento do recebimento ocorre uma receita intra-orçamentária portanto, ocorrendo uma despesa intra-orçamentária, obrigatoriamente ocorrerá uma receita intra-orçamentária.

São exemplos de operações que devem ser identificadas com essa modalidade de aplicação, as transações ocorridas com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com o Fundo de Previdência do Estado - SUPSEC, SEMACE etc.

Para atender ao Artigo 4º, incisos II e III, da Instrução Normativa nº 01/2000, acompanham esta prestação de contas os documentos abaixo relacionados:

- Cópias das atas das audiência realizadas nos meses de maio e setembro de 2017 e fevereiro de 2018, conforme determina o § 4º, do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e

- Relatório dos projetos concluídos e em conclusão do Estado, nos termos do disposto no Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

TABELA 52

Demonstrativo da Despesa Orçamentária Com Aplicação na Modalidade 91, Conforme, Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de Outubro de 2005

(R$ 1,00)

EXERC	ÓRGÃO	ABREVIATURA	DESPESAS INTRA (PAGA)	RECEITAS INTRA
2017	290101	SOHIDRA	620.436,05	0,00
2017	300001	CASA CIVIL	147.550,80	0,00
2017	300101	FUNTELC	485.371,73	0,00
2017	310001	SECITECE	509.903,16	0,00
2017	310101	FUNECE	34.719.357,88	198.200,00
2017	310201	UVA	11.963.036,79	0,00
2017	310301	URCA	14.571.620,65	0,00
2017	310401	FUNCEME	1.345.151,84	0,00
2017	310501	FUNCAP	46.396,52	0,00
2017	310601	NUTEC	1.124.682,56	0,00
2017	360001	SETUR	542.249,84	0,00
2017	410001	CGE	2.504.800,73	0,00
2017	420001	SESPORTE	133.719,45	0,00
2017	430001	CIDADES	917.505,69	0,00
2017	430401	IDECI	5.533,14	0,00
2017	460001	SEPLAG	7.755.601,36	0,00
2017	460101	ISSEC	1.971.951,17	0,00
2017	460201	ETICE	814.481,20	22.937.988,84
2017	460301	IPECE	84.031,91	0,00
2017	460401	FUNAPREV	0,00	734.525.726,77
2017	460501	PREVMILIT	0,00	219.898.817,37
2017	460601	COHAB	10.941,04	0,00
2017	460701	PREVID	0,00	78.318.517,85
2017	461031	EGPCE	51.274,43	0,00
2017	470001	STDS	7.959.495,29	0,00
2017	470104	SEAS	90.574,17	0,00
2017	480101	CODECE	46.945,46	185.625,63
2017	490101	SEMACE	4.513.402,99	0,00
2017	510001	SEAPA	22.649,20	0,00
2017	530001	CGD	93.279,84	0,00
2017	540001	SRI	1.474,84	0,00
2017	550001	SPD	7.575,14	0,00
2017	560001	SDE	31.536,20	0,00
2017	570001	SEMA	39.140,49	0,00
		TOTAL	1.285.454.496,65	1.274.755.605,73

Fonte: SEFAZ/CECAD

2.2. Da Administração Indireta

Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes.

A análise da execução orçamentária da Administração Indireta envolve as Autarquias, Fundações e Fundos, regidos pela Lei nº 4.320/64, e Empresas Estatais Dependentes (CODECE, COHAB, EMATERCE e ETICE) enquadradas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e consolidadas nas contas públicas por determinação da Portaria Ministerial STN nº 589 de 27/12/01.

2.2.1. Receita Orçamentária

No exercício de 2017 a arrecadação da Receita Orçamentária alcançou a cifra de R$ 3.688.336.514,82, inferior 1.82% ao valor previsto de R$ 3.756.680.975,89.

O montante da Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes é proveniente do somatório das origens discriminadas na tabela abaixo:

TABELA 53

Demonstrativo da Receita Orçamentária (Agrupamento de Fontes)

(R$ 1,00)

GRUPO	VALOR	PARTIC.%
Transferências do Tesouro	0,00	0,00
Transferências de Convênios	64.759.634,98	1,76
Outras Transferências	827.350.112,73	22,43
Receitas Próprias	2.792.218.536,87	75,70
Outras Fontes	4.008.230,24	0,11
TOTAL	3.688.336.514,82	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

Os recursos provenientes das Fontes do Tesouro Estadual que foram transferidos para os Órgãos e Entidades da Administração Indireta como Receita de Transferências Intragovernamentais, neste exercício foram centralizados como Transferências Financeiras Intraorçamentárias, não compondo a Receita Orçamentária do órgão dependente do Tesouro. A fonte 1.15.00 corresponde a recursos provenientes de Depósitos Judiciais, representando o total dos recursos de Outras Fontes.

Compõem ainda o total de Outras Transferências, recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 5.093.029,30, do Fundo de Defesa Civil - FDCC R$ 32.874.696,03 de recursos provenientes do SUS R$ 744.404.454,15 e de repasse Fundo a Fundo- FUNPEN R$ 44.977.933,25.

No exercício de 2017 a Receita Orçamentária apresentou o seguinte desempenho:

TABELA 54

Demonstrativo Comparativo Entre Receita Orçamentária Prevista e a Realizada

(Categoria Econômica)

(R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REAL%	PARTIC.%
Receitas Correntes	3.642.793.004,67	3.647.549.133,84	100,13	98,89
- Receita Tributária	708.668.698,00	730.217.777,64	103,04	19,80
- Receita de Contribuição	1.602.564.788,00	1.665.813.347,42	103,95	45,16
- Receita Patrimonial	98.006.145,59	116.920.380,00	119,30	3,17
- Receita Agropecuária	0,00	12.344,35	0,00	0,00
- Receita de Serviços	81.653.319,66	92.237.148,08	112,96	2,50
- Transferências Correntes	961.362.860,05	859.748.631,86	89,43	23,31
- Outras Receitas Correntes	190.537.193,37	182.599.504,49	95,83	4,95
Receitas de Capital	113.887.971,22	40.787.380,98	35,81	1,11
- Alienação de Bens	245.110,57	11.538.689,00	4707,54	0,31
- Transferência de Capital	113.642.860,65	29.223.942,24	25,72	0,79
- Outras Receitas de Capital	0,00	24.749,74	0,00	0,00
TOTAL	3.756.680.975,89	3.688.336.514,82	98,18	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

As Receitas de Contribuições no montante de R$ 1.665.813.347,42 correspondem a 45,16% da Receita Orçamentária arrecadada, firmando-se como a maior fonte de receita da Administração Indireta. Sendo responsáveis por esta arrecadação o FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP.

No exercício de 2017 foi criada a subfonte 2.70.01 referente aos recursos diretamente arrecadados com Multas de Trânsito, que apresentou o valor R$ 9.092.033,47.

As receitas formadas pelas contribuições dos servidores e pela contribuição patronal dos Fundos de Previdência (FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e FPP, bem como os recursos diretamente arrecadados por meio das fontes 2.70.00 e 2.70.01, somaram R$ 2.677.984.600,37, representando 72,61% do total da Receita Orçamentária arrecadada. Deste montante, as Receitas de Contribuições tiveram uma participação expressiva no valor de R$ 1.665.813.347,42 (62,20%) ,sendo o FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID os maiores responsáveis por essa arrecadação. Evidenciamos suas receitas nas tabelas a seguir:

TABELA 55

Demonstrativo da Receita Consolidada Dos Fundos : FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID

(Origem de Recursos)

(R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
1. Receitas Correntes	1.661.838.763,00	1.731.011.582,86	4,16	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	1.595.958.201,00	1.659.425.962,54	3,98	95,86
1.1.1.Contribuições de Servidor para o RPPS	596.076.280,00	626.632.552,61	5,13	36,20
1.1.1.1.Contribuições de Servidor Ativo	508.772.850,00	532.830.841,70	4,73	30,78
1.1.1.2.Contribuições de Servidor Inativo	64.623.775,00	70.408.955,54	8,95	4,07
1.1.1.3.Contribuições de Pensionista	22.679.655,00	23.392.755,37	3,14	1,35
1.1.2.Contribuição Patronal - Fonte 2.04.00	999.796.610,00	1.032.743.061,99	3,30	59,66
1.1.2.1.Contribuições do Servidor Ativo	999.796.610,00	1.032.743.061,99	3,30	59,66
1.1.3. Compens. Prev. entre Regime Geral/Previdenciario	31.720.103,00	32.836.371,62	3,52	1,90
1.2.Receita Patrimonial	34.160.459,00	38.749.248,70	13,43	2,24
1.2.1.Juros de Títulos de Renda	34.160.459,00	38.749.248,70	13,43	2,24
1.4.Outras Contribuições Sociais	85.311,00	50.347,94	-40,98	0,00
1.4.1.Outras Contribuições Sociais ao RPPS	85.311,00	50.347,94	-40,98	0,00
1.5.Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1.Depósitos Judiciais - Fonte 2.14.00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.661.838.763,00	1.731.011.582,86	4,16	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 56

Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro FUNAPREV (Origem de Recursos)

(R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO%	PARTICIPAÇÃO
1.Receitas Correntes	1.235.428.405,00	1.241.971.188,00	0,53	100,00
1.1.Receitas de Contribuições	1.191.300.581,00	1.200.982.155,38	0,81	96,70
1.1.1. Contribuições de Servidor para o RPPS	452.603.677,00	466.406.080,67	3,05	37,55
1.1.1.1.Contribuições de Servidor Ativo Civil	372.799.548,00	381.784.783,14	2,41	30,74
1.1.1.2.Contribuições de Servidor Inativo Civil	58.896.845,00	63.440.677,00	7,71	5,11
1.1.1.3.Contribuições de Pensionista Civil	20.907.284,00	21.180.620,53	1,31	1,71
1.1.2.Contribuição Patronal - Fonte 2.04.00	738.611.593,00	734.525.726,77	-0,55	59,14
1.1.2.1.Contribuições do Servidor Ativo Civil	738.611.593,00	734.525.726,77	-0,55	59,14
1.1.3.Compens. Prev. entre Regime Geral/Previdenciário	31.720.103,00	32.836.371,62	3,52	2,64
1.2.Receita Patrimonial	12.407.721,00	8.152.661,00	-34,29	0,66
1.2.1.Juros de Títulos de Renda	12.407.721,00	8.152.661,00	-34,29	0,66
1.4.Outras Contribuições Sociais	85.311,00	50.347,94	-40,98	0,00
1.4.1.Outras Contribuições Sociais ao RPPS	85.311,00	50.347,94	-40,98	0,00
1.5.Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1.Depósitos Judiciais - Fonte 2.14.00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.235.428.405,00	1.241.971.188,00	0,53	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 57

Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Origem de Recursos)

(R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO%	PARTICIPAÇÃO%
1.Receitas Correntes	328.440.195,00	341.513.603,05	3,98	100,00
1.1.Receitas de Contribuições	325.731.355,00	339.257.124,44	4,15	99,34
1.1.1.Contribuições de Servidor pas RPPS	114.137.463,00	119.358.307,07	4,57	34,95
1.1.1.1.Contribuições de Servidor Ativo Militar	106.638.162,00	110.189.078,09	3,33	32,26
1.1.1.2.Contribuições de Servidor Inativo Militar	5.726.930,00	6.963.328,30	21,59	2,04
1.1.1.3.Contribuições de Pensionista Militar	1.772.371,00	2.205.900,68	24,46	0,65
1.1.2.Contribuição Patronal - Fonte 2.04.00	211.593.892,00	219.898.817,37	3,92	64,39
1.1.2.1.Contribuições do Servidor Ativo Militar	211.593.892,00	219.898.817,37	3,92	64,39
1.1.3. Compens. Prev. entre Regime Geral Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2. Receita Patromonial	2.708.840,00	2.256.478,61	-16,70	0,66
1.2.1.Juros de Títulos de Renda	2.708.840,00	2.256.478,61	-16,70	0,66
1.4.Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1.Depósitos Judiciais - Fonte 2.14.00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	328.440.195,00	341.513.603,05	3,98	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 58

Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVID (Origem de Recursos)

(R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO%	PARTICIPAÇÃO %
1. Receitas Correntes	97.970.163,00	147.526.791,81	50,58	100,00
1.1.Receitas de Contribuições	78.926.265,00	119.186.682,72	51,01	80,79
1.1.1.Contribuições de Servidor para o RPPS	29.335.140,00	40.868.164,87	39,31	27,70
1.1.1.1.Contribuições de Servidor Ativo Civil	29.335.140,00	40.856.980,47	39,28	27,69
1.1.1.2.Contribuições de Servidor Inativo Civil	0,00	4950,24	0,00	0,00
1.1.1.3.Contribuições de Pensionista Civil	0,00	6.234,16	0,00	0,00
1.1.2. Contribuição Patronal - Fonte 2.04.00	49.591.125,00	78.318.517,85	57,93	53,09
1.1.2.1. Contribuições do Servidor Ativo Civil	49.591.125,00	78.318.517,85	57,93	53,09
1.1.3. Compens.Prev. entre Regime Geral/Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2. Receita Patronal	19.043.898,00	28.340.109,09	48,81	19,21
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	19.043.898,00	28.340.109,09	48,81	19,21
1.4. Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1. Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5. Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1. Depósitos Judiciais - Fonte 2.14.00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	97.970.163,00	147.526.791,81	50,58	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 59

Demonstrativo da Receita do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP (Origem de Recursos)

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO%
1. Receitas Correntes	6.617.587,00	17.001.176,76	156,91	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	6.606.587,00	6.387.384,88	-3,32	37,57
1.1.1. Contribuição Parlamentar	4.248.009,00	4.234.395,64	-0,32	24,91
1.1.1.1. Dos Deputados - Obrigatórios e Facultativos	4.248.009,00	3.900.154,80	-8,19	22,94
1.1.1.1. Pensionista do FPP	0,00	334.240,84	0,00	1,97
1.1.2. Contribuição Patronal Parlamentar - Fonte 2.06.00	2.358.578,00	2.152.989,24	-8,72	12,66
1.1.2.1. Patronal para o FPP	1.823.803,00	2.152.989,24	18,05	12,66
1.1.2.1. Para o FPP Exercício Anterior	534.775,00	0,00	0,00	0,00
1.2. Receita Patrimonial	11.000,00	10.401.727,51	94.461,16	61,18
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	11.000,00	10.401.727,51	94.461,16	61,18
1.2.2. Multas e Juros de Mora - Deputados	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3. Outras Receitas Correntes	0,00	212.064,37	0,00	1,25
1.3.1.Multas de Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2. Restituições Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3. Taxa Remuneratória do Sistema Previdenciário	0,00	212.064,37	0,00	1,25
Total	6.617.587,00	17.001.176,76	156,91	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

Excluindo-se as contribuições arrecadadas pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP, as entidades com maior volume de receita própria foram o DETRAN e FERMOJU, com 68,62% e 9,90 %, respectivamente, do total da receita própria.

No ano de 2017, a Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes teve um acréscimo de 8,70%, em relação ao exercício de 2016.

As Transferências de Convênios apresentaram um decréscimo de 22,36% em relação a 2016, pela diminuição da Fonte 2.82.83. Convênios com Órgãos Federais.

As baixas mais expressivas foram os convênios do DER, SEMACE e FEAS.

2.2.2. Despesa Orçamentária

No exercício de 2017, a despesa realizada por Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes atingiu o montante de R$ 8.930.199.499,26, correspondente a 89,92% da despesa autorizada, que importou em R$ 9.931.746.363,24.

As fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas estão resumidas, conforme a tabela seguinte:

TABELA 60

Demonstrativo Comparativo Entre a Despesa Autorizada e a Realizada (Fonte de Recursos)

(R$1,00)

FONTE	AUTORIZADO	REALIZADO	REAL%	PARTIC%
1.00.00 Recursos Ordinários	1.511.371.610,92	1.397.213.508,91	92,45	15,65
1.01.00 Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados	3.562.565.979,80	3.501.538.784,32	98,29	39,21
2.03.00 Sistema Único de Prev do Est do Ceará	662.042.153,00	609.178.708,11	92,02	6,82
2.04.00 Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	999.796.610,00	944.914.742,07	94,51	10,58
2.05.00 Contribuição do FPP	4.248.009,00	3.601.244,33	84,77	0,04
2.06.00 Contribuição Patronal do FPP	2.358.578,00	2.157.574,39	91,48	0,02
1.10.00 Recursos Provenientes do FECOP	188.807.726,79	179.671.268,31	95,16	2,01
2.11.00 Cota Parte CIDE	46.626.331,43	46.247.158,94	99,19	0,52
1.12.00 Alienação de Bens	245.110,57	236365,80	96,43	0,00
1.14.00 Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	50.000.000,00	9.256.798,74	18,51	0,10
2.15.00 Depositos Judiciais - PIMPJ	1.000.000,00	934.282,28	93,43	0,01
2.16.00 Medida Compensatoria Ambiental	9.030.877,37	9.030.877,37	100,00	0,10
2.29.00 Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	29.761.982,00	28.843.174,59	96,91	0,32
1.44.00 Indenização pela Extração de Petroleo	24.025.387,00	18.944.790,03	78,85	0,21
2.46.47 Operações de Créditos Internas - BNDES/Estado	19.697.000,00	3.017.892,43	15,32	0,03
2.48.48 Operações de Crédito Externas - Tesouro	8.192.475,44	5.303.694,97	64,74	0,06
2.48.59 Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	583.339.596,00	281.605.892,12	48,27	3,15
2.48.69 Operações de Créditos Externas - PFORR	63.318.476,61	61.447.478,32	97,05	0,69
2.70.00 Recursos Diretamente Arrecadados	1.081.397.619,35	939.988.773,44	86,92	10,53
2.76.00 Recursos Provinientes do FIT	23.503.280,67	18.857.061,32	80,23	0,21
2.79.00 Transferência ao Fundo de Def Civil - FDCC	63.541.000,00	20.430.052,04	32,15	0,23
2.80.81 Convênios com Órgãos Internacionais Adm Indireta	49.366,00	22.230,00	45,03	0,00
2.82.83 Convênios com Órgãos Federais Adm Indireta	130.039.121,00	75.572.285,64	58,12	0,85
2.86.87 Convênios com Órgãos Municipais Adm Indireta	689.778,09	247.742,73	35,92	0,00
2.88.89 Convênios com Órgãos Privados Adm Indireta	8.527.320,20	2.842.691,04	33,34	0,03
2.91.00 Recursos Provenientes do SUS	834.169.924,97	765.763.022,46	91,80	8,57
2.92.00 Repasse Fundo a Fundo - FNAS	23.401.049,03	3.331.404,56	14,24	0,04
TOTAL	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	89,92	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

A maior parcela de recursos para a realização das despesas teve origem no Tesouro Estadual, fontes 1.00.00, 1.01.00 e 1.14.00, que somaram R$ 4.908.009.091,97 correspondente a 54,96% da despesa total.

As fontes 2.80.81, 2.82.83, 2.86.87 e 2.88.89, relativas a Convênios, somaram R$ 78.684.949,41 com participação de 0,88% na despesa total. A fonte 2.91.00 - Recursos Provenientes do SUS - destinadas ao FUNDES totalizou o montante de R$ 765.763.022,46, correspondendo a 8,57% do total da despesa.

As despesas realizadas com recursos diretamente arrecadados, fonte 2.70.00, concentraram-se no DETRAN, FERMOJU, ETICE, FAADEP, SEMACE e FEC que responderam por 88,60% das despesas com essa fonte de recursos.

O DETRAN, FAADEP, FUNDEJ, FDID, FDS, FECA, FERMOJU, FUNSEG, FUNDART, JUCEC, FEDAF, FEC e FERMOMP têm independência financeira do Tesouro, uma vez que executam seus orçamentos com recursos diretamente arrecadados.

Os tipos de créditos utilizados na execução da Despesa Orçamentária estão discriminados na tabela abaixo.

TABELA 61

Demonstrativo Comparativo Entre a Despesa Fixada e a Realizada (Tipo de Crédito)

(R$1,00)

CRÉDITOS	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZ%	PARTIC%
Ordinários e Suplementares	9.913.832.585,46	8.930.199.499,26	90,08	100,00
Especiais	17.913.777,78	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	90,08	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

A execução da despesa, por categoria econômica, está demonstrada a seguir, tendo sido discriminada segundo os grupos de despesas constantes da Lei Orçamentária de 2017, relativa aos exercícios 2016 e 2017.

TABELA 62

Demonstrativo da Despesa Orçamentária (Categoria e Grupo)

(R$1,00)

DISCRIMINAÇÃO	2016	PARTIC.%	2017	PARTIC.%	VARIAÇÃO %
Despesas Correntes	7.730.666.992,96	89,47	8.007.377.998,55	89,67	3,58
- Pessoal e Encargos Sociais	4.276.176.741,26	49,49	4.502.417.605,96	50,42	5,29
- Juros e Encargos da Dívida	23.442.249,70	0,27	0,00	0,00	-100,00
- Outras Despesas Correntes	3.431.048.002,00	39,71	3.504.960.392,59	39,25	2,15
Despesas de Capital	909.793.783,19	10,53	922.821.500,71	10,33	1,43
-Investimentos	781.483.553,50	9,04	871.567.080,82	9,76	11,53
-Inversões Financeiras	73.250.038,15	0,85	50.552.067,68	0,56	-30,99
- Amortização da Dívida	55.060.191,54	0,64	702.352,21	0,01	-98,72
TOTAL	8.640.460.776,15	100,00	8.930.199.499,26	100,00	3,35

Fonte: SEFAZ/CECAI

O grupo Pessoal e Encargos Sociais, assim como verificado em 2016, constituiu a maior parcela de gastos das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos. Em 2017, dentre as entidades da Administração Indireta regidas pela Lei nº 4.320/64, destacam-se, nessa ordem o FUNAPREV, FUNDES, PREVMILITAR e FUNECE que somaram R$ 4.023.908.451,36, ou seja, 89,37% do total gasto no grupo em análise.

O gasto do FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID E FPP com Pessoal e Encargos Sociais, incluindo todas as fontes, totalizou, em 2017, o montante de R$ 3.119.124.682,09 conforme demonstram as tabelas seguintes:

TABELA 63

Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal do FUNAPREV e PREVMILITAR

(Categoria e Grupo)

(R$1,00)

DISCRIMINAÇÃO	2016	2017
Despesas Correntes	2.896.225.917,85	3.115.104.856,53
-Pessoal e Encargos Sociais	2.896.225.917,85	3.115.104.856,53
-Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
-Outras Despesas Corrente	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00
-Investimentos	0,00	0,00
-Inversões Financeiras	0,00	0,00
-Amortização da Dívida	0,00	0,00
-Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL	2.896.225.917,85	3.115.104.856,53

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 64

Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do FPP (Fonte de Recursos)

(R$1,00)

	2016	2017
Fonte 2.05.00 - Contribuição Parlamentar	1.172.291,91	2.306.009,00
Fonte 2.06.00 - Contribuição Patronal Parlamentar	1.063.743,85	2.713.816,56
Fonte 2.70.00 - Recursos Diretamente Arrecadados	0,00	0,00
TOTAL FONTE PRÓPRIA	2.236.035,76	4.019.825,56

Fonte: SEFAZ/CECAI

Dos gastos de Pessoal e Encargos Sociais dos Fundos FUNAPREV e PREVMILITAR, o Tesouro Estadual por meio de aportes Financeiros das Fontes 1.00.00, 1.01.00 e 1.14.00, honrou as insuficiências de caixa desses Fundos, no valor de respectivamente R$ 1.320.157.164,14 e R$ 240.854.242,21, conforme tabelas a seguir:

TABELA 65

Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro FUNAPREV

(Poder e Fonte de Recursos)

(R$1,00)

ESFERA	(A) INATIVOS	(B) PENSÕES	TOTAL (A) + (B)
Total do Legislativo	98.102.449,78	52.928.488,08	151.030.937,86
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	29.252.279,89	29.252.279,89
Fonte Própria	98.102.449,78	23.676.208,19	121.778.657,97
- Fonte 2.03.00 - Servidor	46.598.166,81	7.950.464,07	54.548.630,88
- Fonte 2.04.00 - Patronal	51.504.282,97	15.725.744,12	67.230.027,09
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Total do Judiciário	138.174.800,37	53.757.079,54	191.931.879,91
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	36.559.965,86	36.559.965,86
Fonte Própria	138.174.800,37	17.197.113,68	155.371.914,05
- Fonte 2.03.00 - Servidor	65.844.452,63	0,00	65.844.452,63
- Fonte 2.04.00 - Patronal	72.330.347,74	17.197.113,68	89.527.461,42
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Total do Executivo	1.736.008.365,50	406.473.438,77	2.142.481.804,27
Transferência do Tesouro Estadual	890.937.891,23	342.605.250,70	1.233.543.141,93
Fonte Própria	835.813.675,53	63.868.188,07	899.681.863,60
- Fonte 2.03.00 - Servidor	313.875.427,82	38.884.884,09	352.760.311,91
- Fonte 2.04.00 - Patronal	521.938.247,71	24.983.303,98	546.921.551,69
Outras Fontes	9.256.798,74	0,00	9.256.798,74
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	9.256.798,74	0,00	9.256.798,74
Total do Ministério Público	42.750.292,78	18.048.621,63	60.798.914,41
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	11.544.977,72	11.544.977,72
Fonte Própria	42.750.292,78	6.503.643,91	49.253.936,69
- Fonte 2.03.00 - Servidor	15.983.465,02	2.963.265,39	18.946.730,41
- Fonte 2.04.00 - Patronal	26.766.827,76	3.540.378,52	30.307.206,28
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	2.015.035.908,43	531.207.628,02	2.546.243.536,45

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 66

Resumo Das Despesas do Fundo de Previdência FUNAPREV

(R$1,00)

Transferência do Tesouro Estadual	1.310.900.365,40
Fonte Própria	1.226.086.372,31
- Fonte 2.03.00 - Servidor	492.100.125,83
- Fonte 2.04.00 - Patronal	733.986.246,48
Outras Fontes	9.256.798,74
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	9.256.798,74
TOTAL GERAL	2.546.243.536,45

Fonte:SEFAZ/CECAI

TABELA 67

Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVMILITAR

(Poder e Fonte de Recursos)

(R$1,00)

ESFERA	(A) INATIVOS	(B) PENSÕES	TOTAL (A) + (B)
Executivo			
Transferência do Tesouro Estadual	57.618.545,36	183.235.696,85	240.854.242,21
Fonte Própria	301.298.962,42	26.461.366,69	327.760.329,11
- Fonte 2.03.00 - Servidor	92.377.815,45	24.454.018,07	116.831.833,52
- Fonte 2.04.00 - Patronal	208.921.146,97	2.007.348,62	210.928.495,59
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	358.917.507,78	209.697.063,54	568.614.571,32

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 68

Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVID

(Poder e Fonte de Recursos)

(R$ 1,00)

ESFERA	(A) INATIVOS	(B) PENSÕES	TOTAL (A) + (B)
Executivo			
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	0,00	0,00
Fonte Própria	71.300,94	175.447,82	246.748,76
- Fonte 2.03.00 - Servidor	71.300,94	175.447,82	246.748,76
- Fonte 2.04.00 - Patronal	0,00	0,00	0,00
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	71.300,94	175.447,82	246.748,76

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 69

Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal

(Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID)

(R$ 1,00)

ESFERA	(A) INATIVOS	(B) PENSÕES	TOTAL (A) + (B)
Total do Legislativo	98.102.449,78	52.928.488,08	151.030.937,86
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	29.252.279,89	29.252.279,89
Fonte Própria	98.102.449,78	23.676.208,19	121.778.657,97
- Fonte 2.03.00 - Servidor	46.598.166,81	7.950.464,07	54.548.630,88
- Fonte 2.04.00 - Patronal	51.504.282,97	15.725.744,12	67.230.027,09
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Total do Judiciário	138.174.800,37	53.757.079,54	191.931.879,91
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	36.559.965,86	36.559.965,86
Fonte Própria	138.174.800,37	17.197.113,68	155.371.914,05
- Fonte 2.03.00 - Servidor	65.844.452,63	0	65.844.452,63
- Fonte 2.04.00 - Patronal	72.330.347,74	17.197.113,68	89.527.461,42
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Total do Executivo	2.094.997.174,22	616.345.950,13	2.711.343.124,35
Transferência do Tesouro Estadual	948.556.436,59	525.840.947,55	1.474.397.384,14
Fonte Própria	1.137.183.938,89	90.505.002,58	1.227.688.941,47
- Fonte 2.03.00 - Servidor	406.324.544,21	63.514.349,98	469.838.894,19
- Fonte 2.04.00 - Patronal	730.859.394,68	26.990.652,60	757.850.047,28
Outras Fontes	9.256.798,74	0,00	9.256.798,74
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	9.256.798,74	0,00	9.256.798,74
Total do Ministério Público	42.750.292,78	18.048.621,63	60.798.914,41
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	11.544.977,72	11.544.977,72
Fonte Própria	42.750.292,78	6.503.643,91	49.253.936,69
- Fonte 2.03.00 - Servidor	15.983.465,02	2.963.265,39	18.946.730,41
- Fonte 2.04.00 - Patronal	26.766.827,76	3.540.378,52	30.307.206,28
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	2.374.024.717,15	741.080.139,38	3.115.104.856,53

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 70

Resumo Das Despesas Dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID

(R$1,00)

TRANSFERÊNCIA DO TESOURO ESTADUAL	1.551.754.607,61
Fonte Própria	1.554.093.450,18
- Fonte 2.03.00 - Servidor	609.178.708,11
- Fonte 2.04.00 - Patronal	944.914.742,07
Outras Fontes	9.256.798,74
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	9.256.798,74
TOTAL GERAL	3.115.104.856,53

Fonte: SEFAZ/CECAI

No grupo Outras Despesas Correntes, os maiores gastos foram realizados nos seguintes elementos:

TABELA 71

Demonstrativo da Despesa Realizada do Grupo " Outras Despesas Correntes"

(R$1,00)

ELEMENTOS DA DESPESA	VALOR
- Material de Consumo	312.781.236,23
- Material de Distribuição Gratuita	212.583.909,30
- Locação de Mão-de-Obra	292.795.093,99
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.204.888.656,91
- Contribuições	558.450.820,61
- Despesas de Exercícios Anteriores	101.303.043,31
- Despesas com Terceirização	485.543.609,84
- Rateio p/ Participação em Consórcio Público	106.242.654,81
- Indenizações e Restituições	44.009.833,39
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	56.618.762,61
- Obrigações Tributárias e Contributivos	28.067.577,21
SUBTOTAL	3.403.285.198,21
- Outros Elementos	101.675.194,38
TOTAL	3.504.960.392,59

Fonte: SEFAZ/CECAI

Do valor verificado no elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, o FUNDES foi responsável pela aplicação da maior parcela de recursos com 64,04%, seguido pelo DETRAN, com 17,38%, ISSEC com 5,83% e FERMOJU com 3,88%.

No grupo Investimentos, as maiores despesas ficaram por conta dos elementos a seguir:

TABELA 72

Demonstrativo da Despesa Realizada no Grupo "Investimentos"

(R$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESAS	VALOR
- Equipamentos e Material Permanente	95.919.217,35
- Obras e Instalações	450.316.947,58
- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	196.638.100,60
SUBTOTAL	742.874.265,53
- Outros Elementos	128.692.815,29
TOTAL	871.567.080,82

Fonte: SEFAZ/CECAI

O DER respondeu pela maioria das despesas com investimentos, participando com R$ 546.560.742,67, o que correspondeu a 62,71% do total do grupo. As aplicações do DER nesse grupo tiveram a seguinte distribuição: 72,73% em Obras e Instalações, 1,90% em Serviços de Consultoria, 15,38% em Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, 7,13% em despesas de exercícios anteriores e 2,86% em outros elementos.

Os investimentos do DER originaram-se de recursos do Tesouro Estadual, fonte 1.00.00 e 1.01.00, com 21,14% , de Operações de Crédito Externas BID, fonte 2.48.59, com 51,52%,de operações de crédito externas PFORR com 8,87%, de Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás, fonte 1.44.00, com 3,05% e outras fontes com 8,64%. Dentre as outras fontes que compõem a origem de recursos do DER, 6,78% são oriundos de Convênios com Órgãos Federais, fonte 2.82.83.

Das aplicações no grupo Investimentos do FUNDES, 23,22% originaram-se do Tesouro Estadual e o restante teve como origem convênios com órgãos federais.

O Grupo Inversões Financeiras é formado por dois elementos. Um deles, o elemento Concessão de Empréstimos e Financiamentos, representa a quase totalidade dos gastos, cuja execução deve-se ao FDI, com 95,18% R$ 48.113.683,40. Outro, no valor de R$ 1.353.500,64, corresponde a incentivos fiscais concedidos aos artesãos, cuja execução cabe ao FUNDART e R$ 1.084.883,64 de empréstimos concedidos à Agricultura Familiar executado pelo FEDAF.

Os valores a receber resultantes dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, através do Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI, programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos - PROADE do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, assim como as deduções dos prováveis valores a fundo perdido, estão demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 73

Demonstrativo Dos Créditos do FDI

(R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES DE CURTO PRAZO	VALORES DE LONGO PRAZO
Empréstimos Concedidos - PROAPI	38.050.024,43	167.698.466,83
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-19.691.871,99	-148.057.364,80
SALDO	18.358.152,44	19.641.102,03

ESPECIFICAÇÃO	VALORES DE CURTO PRAZO	VALORES DE LONGO PRAZO
Creditos a Receber - PROVIN	929.355.693,21	1.562.834.485,56
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-762.535.535,54	-1.370.926.546,00
SALDO	166.820.157,67	191.907.939,56

ESPECIFICAÇÃO	VALORES DE CURTO PRAZO	VALORES DE LONGO PRAZO
Créditos a Receber - PROADE	116.852.881,66	304.249.962,84
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-115.464.888,87	-300.952.172,53
SALDO	1.387.992,79	3.297.790,31

Fonte: SEFAZ/CECAI

Segue anexa a relação das empresas beneficiadas pelos programas PROAPI, PROVIN e PROADE com seus respectivos CNPJ e valores concedidos, conforme recomendação 53 do TCE/CE.

A perda do FDI no programa PROVIN corresponde à diferença entre o valor do benefício concedido, o qual corresponde ao limite máximo de 75% do ICMS devido (art. 17 do Decreto nº 29.183/2008) e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art.23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I) , conforme abaixo:

PERDA= BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO

Os valores do benefício e do retorno serão obtidos a partir de pontuação obtida pela empresa beneficiária que levará em consideração suas características de geração de emprego, custo de transação, localização, responsabilidades social, cultural e ambiental, pesquisa e desenvolvimento e adequabilidade a base de produção regional, conforme anexo I do Decreto nº 29.183/2008.

No caso do FDI/PROAPI, a perda corresponde à diferença entre o valor do empréstimo concedido e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 23,§ 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I), demonstrado abaixo:

PERDA = EMPRÉSTIMO CONCEDIDO - RETORNO

A perda do FDI/PROADE corresponde à diferença entre o benefício concedido, o qual poderá ser de até 99% do ICMS gerado em função da produção da sociedade empresária, e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 2° do Decreto nº 30.012/2009), conforme abaixo:

PERDA = BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO

O percentual do benefício a ser concedido às sociedades empresárias enquadradas no PROADE será fixado em Resolução do Conselho Estadual do Desenvolvimento Industrial.

O valor do retorno será um percentual que incidirá sobre o valor do benefício concedido ou valor do empréstimo.

O retorno corresponde aos valores retornável vencido e retornável vincendo conforme tabela das Empresas Beneficiárias dos programas PROAPI, PROVIN E PROAD anexada no final deste relatório.

A Administração Indireta aplicou seus recursos em 24 das 28 funções de Governo, conforme demonstrado na tabela a seguir, sendo 54,86% desses recursos de origem do Tesouro do Estado. As funções de maior representatividade são: Saúde 36,52%, Previdência Social 34,95% , Transportes 8,86% e Educação 5,24%.

TABELA 74

Demonstrativo da Despesa Realizada Por Função

(R$1,00)

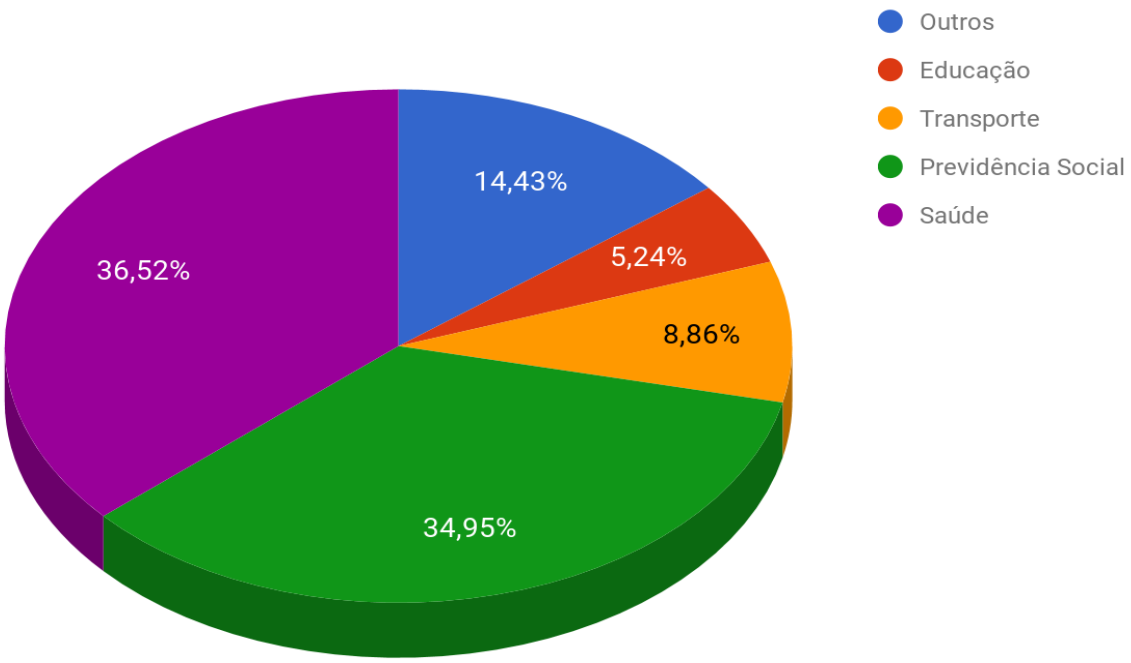
DISCRIMINAÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	REALIZ%	PARTIC%
10 Saúde	3.580.075.933,53	3.261.015.222,44	91,09	36,52
09 Previdência Social	3.193.319.694,00	3.120.866.208,68	97,73	34,95
26 Transporte	1.022.388.801,48	791.470.092,10	77,41	8,86
12 Educação	496.222.956,50	468.231.966,08	94,36	5,24
06 Segurança Pública	325.196.000,00	258.566.414,13	79,51	2,90
28 Encargos Especiais	202.655.110,59	200.771.178,48	99,07	2,25
04 Administração	213.208.966,85	150.844.475,99	70,75	1,69
18 Gestão Ambiental	151.278.509,59	129.849.124,76	85,83	1,45
02 Judiciária	140.405.490,00	122.352.552,58	87,14	1,37
20 Agricultura	135.629.068,85	119.970.799,18	88,46	1,34
08 Assistência Social	80.583.700,03	72.043.363,65	89,40	0,81
22 Indústria	59.792.942,40	57.681.018,58	96,47	0,65
19 Ciência e Tecnologia	49.713.226,66	39.342.199,64	79,14	0,44
24 Comunicações	32.229.139,75	28.829.451,63	89,45	0,32
14 Direitos da Cidadania	29.213.001,00	24.542.835,70	84,01	0,27
03 Essencial à Justiça	33.718.920,52	21.394.902,24	63,45	0,24
13 Cultura	39.000.000,00	19.198.319,21	49,23	0,21
23 Comércio e Serviços	16.136.785,56	15.603.427,29	96,69	0,17
21 Organização Agrária	18.738.050,93	12.888.962,82	68,78	0,14
27 Desporto e Lazer	9.510.000,00	8.506.483,82	89,45	0,10
16 Habitação	5.383.478,00	4.053.903,47	75,30	0,05
11 Trabalho	2.458.000,00	1.500.619,70	61,05	0,02
17 Saneamento	693.754,00	428.793,12	61,81	0,00
25 Energia	1.123.177,00	247.183,97	22,01	0,00
99 Reserva de Contigência	93.071.656,00	0,00	0,00	0,00
15 Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	89,92	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

Gráfico XXII

Demonstrativo Das Despesas Por Função (Adm. Indireta)

(R$1,00)



Fonte: SEFAZ/CECAI

Foi aplicado o maior volume de recursos na função Saúde, 36,52%, executada na ESP, no ISSEC e no FUNDES, cabendo a este a responsabilidade pela aplicação de 97,19% dessa função.

Sequencialmente vem a função Previdência Social, com 34,95% administrados pelos fundos FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP para pagamento das aposentadorias e pensões do Estado.

A função Transporte, com 8,86% foi executada pelo DER 75,59%, DETRAN 24,31% e ARCE 0,09% do total da função.

A função Educação apresentou um percentual de 5,24% distribuído entre: FUNECE, UVA, URCA e FUNCAP.

Concluindo a análise sobre a execução orçamentária das entidades da Administração Indireta, compreendidas aqui somente as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos, constatou-se que 84,38% de suas despesas foram alocadas em apenas cinco unidades, entre elas, duas Autarquias e três Fundos, conforme a tabela seguinte:

TABELA 75

Demonstrativo da Despesa Realizada Das Principais Entidades Por Categoria Econômica

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	PARTIC.%
FUNDES	2.311.163.282,91	858.151.077,83	3.169.314.360,74	35,49
Despesas Correntes	2.269.371.559,70	835.929.541,11	3.105.301.100,81	34,77
Despesas de Capital	41.791.723,21	22.221.536,72	64.013.259,93	0,72
FUNAPREV	1.310.900.365,40	1.235.343.171,05	2.546.243.536,45	28,51
Despesas Correntes	1.310.900.365,40	1.235.343.171,05	2.546.243.536,45	28,51
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DETRAN	0,00	653.040.729,13	653.040.729,13	7,31
Despesas Correntes	0,00	525.484.817,42	525.484.817,42	5,88
Despesas de Capital	0,00	127.555.911,71	127.555.911,71	1,43
DER	162.217.509,13	436.063.326,78	598.280.835,91	6,70
Despesas Correntes	46.696.813,42	5.023.279,82	51.720.093,24	0,58
Despesas de Capital	115.520.695,71	431.040.046,96	546.560.742,67	6,12
PREVMILITAR	240.854.242,21	327.760.329,11	568.614.571,32	6,37
Despesas Correntes	240.854.242,21	327.760.329,11	568.614.571,32	6,37
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	4.025.135.399,65	3.510.358.633,90	7.535.494.033,55	84,38
Despesas Correntes	3.867.822.980,73	2.929.541.138,51	6.797.364.119,24	76,12
Despesas de Capital	157.312.418,92	580.817.495,39	738.129.914,31	8,27
OUTRAS ENTIDADES	873.616.893,58	521.088.572,13	1.394.705.465,71	15,62
Despesas Correntes	802.456.226,04	407.557.653,27	1.210.013.879,31	13,55
Despesas de Capital	71.160.667,54	113.530.918,86	184.691.586,40	2,07
TOTAL GERAL	4.898.752.293,23	4.031.447.206,03	8.930.199.499,26	100,00
Despesas Correntes	4.670.279.206,77	3.337.098.791,78	8.007.377.998,55	89,67
Despesas de Capital	228.473.086,46	694.348.414,25	922.821.500,71	10,33

Fonte: SEFAZ/CECAI

Constata-se, no demonstrativo acima, que o maior dispêndio do Estado em 2017 refere-se às Despesas com Saúde executada pelo FUNDES. De seu valor total, 72,92% foram gastos com recursos do Tesouro Estadual e 27,08% com recursos do convênio com o SUS.

Dos gastos executados pelos Fundos FUNAPREV e PREVMILITAR 50,18% foram realizados com recursos das contribuições patrimoniais e de servidores e 49,82% com Recursos do Tesouro Estadual.

O DER aplicou seus recursos, na sua maioria, em Obras e Instalações. Já o SUPSEC empregou 100% em Despesa com Pessoal.

No cômputo geral das entidades da Administração Indireta, as despesas correntes superaram as despesas de capital em R$ 7.084.556.497,84, traduzindo-se desta forma, a utilização expressiva dos recursos do Estado e de outras fontes em gastos de natureza operacional, realizados para a manutenção e o funcionamento das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

CAPÍTULO III

3. DA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Consolidação Orçamentária da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

3.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE), alcançou o montante de R$ 28.420.222.471,91 Em comparação com o exercício anterior, houve um acréscimo nominal de 4,19%. Encontram-se excluídas das receitas das entidades da Administração Indireta os recursos do Tesouro, que constam na receita da Administração Direta.

TABELA 76

Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Receita Prevista Com a Realizada Por Categoria Econômica

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA (A)	PART. % (A/TOTAL A)	REALIZADA (B)	PART. % (B/TOTAL B)	REALIZ. % (B/A)
1-Recitas Correntes Sem Deduções	24.336.113.895,45	81,53	24.605.880.543,44	86,58	101,11
1.1 Administração Direta	21.740.228.257,14	72,83	22.004.690.046,69	77,43	101,22
1.2 Administração Indireta	2.595.885.638,31	8,70	2.601.190.496,75	9,15	100,20
1.3 (-) Deduções	2.881.057.693,00	9,65	3.011.133.052,47	10,60	104,51
1.3.1 Deduções para Formação do FUNDEB	2.881.057.693,00	9,65	2.935.348.237,60	10,33	101,88
1.3.2 Restituições de Receita	0,00	0,00	75.784.814,87	0,27	100,00
2-Recitas de Capital Sem Deduções	4.387.474.752,61	14,70	2.539.509.447,02	8,94	57,88
2.1 Administração Direta	4.273.586.781,39	14,32	2.498.722.066,04	8,79	58,47
2.2 Administração Indireta	113.887.971,22	0,38	40.787.380,98	0,14	35,81
2.3 (-) Deduções	0,00	0,00	57.739,93	0,00	100,00
2.3.1 Restituições de Receita	0,00	0,00	57.739,93	0,00	100,00
3-Receita Corrente Intraorçamentária	1.125.841.208,13	3,77	1.274.832.481,45	4,49	113,23
3.1 Administração Direta	78.933.741,77	0,26	207.461.303,89	0,73	262,83
3.2 Administração Indireta	1.046.907.466,36	3,51	1.067.371.177,56	3,76	101,95
3.3 (-) Deduções	0,00	0,00	76.875,72	0,00	0,00
3.3.1 Restituições de Receita	0,00	0,00	76.875,72	0,00	0,00
4-TOTAL DAS RECEITAS SEM DEDUÇÕES (1+2+3)	29.849.429.856,19	100,00	28.420.222.471,91	100,00	95,21
5-TOTAL DAS DEDUÇÕES (1.3+2.3+3.3)	2.881.057.693,00	0,00	3.011.267.668,12	0,00	104,52
6-TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS (4-5)	26.968.372.163,19	100,00	25.408.954.803,79	100,00	94,22

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela anterior evidencia que 86,95% das receitas realizadas estão concentradas na Administração Direta. Da consolidação da Receita Prevista no valor de R$ 29.849.429.856,19, foi realizada R$ 28.420.222.471,91 equivalente a 95,21%.

3.1.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes em 2017, incluindo as intraorçamentárias, alcançaram a importância de R$ 25.880.713.024,89.

TABELA 77

Demonstrativo da Consolidação Das Receitas Correntes

(R$ 1,00)

RECEITA	REALIZAÇÃO	PARTIC.%
1-Receitas Correntes Sem Deduções	24.605.880.543,44	95,07
1.1 Tributária	13.891.551.707,28	53,68
1.2 Contribuição	632.089.878,48	2,44
1.3 Patrimonial	426.097.323,84	1,65
1.4 Agropecuária	12.344,35	0,00
1.5 Serviços	84.077.636,05	0,32
1.6 Transferências Correntes	8.749.100.778,48	33,81
1.7 Outras Despesas Correntes	822.950.874,96	3,18
1.8 (-) Deduções	3.011.133.052,47	11,63
1.8.1 Deduções P/ Formação do FUNDEB	2.935.348.237,60	11,34
1.8.2 Restituição de Receita	75.784.814,87	0,29
2. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1.274.832.481,45	4,93
2.1 Tributária	422.914,94	0,00
2.2 Contribuição	1.034.972.926,95	4,00
2.3 Patrimonial	185.625,63	0,00
2.4 Serviços	23.136.188,84	0,09
2.5 Outras Receitas Correntes	216.114.825,09	0,84
2.6 (-) Deduções	76.875,72	0,00
2.6.1 Restituição de Receita	76.875,72	0,00
3.TOTAL RECEITAS SEM DEDUÇÕES (1+2)	25.880.713.024,89	100,00
4. (-)TOTAL DEDUÇÕES(1.8+2.6)	3.011.209.928,19	100,00
5-TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (3-4)	22.869.503.096,70	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

As fontes de receitas com valores mais expressivos, em 2017, são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, representando 53,68% e 33,81%, respectivamente, das Receitas Correntes, juntas somaram R$ 22.640.652.485,76 e representam 86,83% desta categoria, incluídas as receitas intraorçamentárias.

3.1.1.2. Receitas de Capital

No exercício de 2017, as Receitas de Capital somaram R$ 2.539.509.447,02, representando 8,94% da receita orçamentária. Em comparação com o exercício anterior, houve um incremento de 44,89% em termos nominais. As receitas que contribuíram para esse acréscimo foram as Operações de Créditos Internas que cresceram 512,18%.

TABELA 78

Demonstrativo da Consolidação Das Receitas de Capital

(R$ 1,00)

RECEITA	REALIZAÇÃO	PARTIC.%
1-Receitas de Capital Sem Deduções	2.539.509.447,02	100,00
1.1 Operações de Crédito	2.051.078.860,99	80,77
1.2 Alienação de Bens	16.428.948,44	0,65
1.3 Transferências de Capital	471.318.365,03	18,56
1.4 Outras Transferências de Capital	683.272,56	0,03
1.5 (-) Deduções	57.739,93	0,00
1.5.1 Restituição de Receitas	57.739,93	0,00
2- Total Receitas de Capital Sem Deduções	2.539.509.447,02	100,00
3-Total Deduções	57.739,93	100,00
4-Total Receitas Líquidas (2-3)	2.539.451.707,09	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Como está demonstrado na tabela acima, as Operações de Crédito em 2017, é o valor mais representativo, com 80,77% da sua categoria econômica.

3.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada pela Administração Direta e Indireta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2017 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R$ 24.608.352.182,76 correspondendo a 86,42%, da despesa final fixada, que foi R$ 28.476.253.918,74, inclui a Despesa Intraorçamentária.

As Empresas Públicas dependentes: ETICE e EMATERCE e as Sociedades de Economia Mista: COHAB e CODECE executam suas despesas diretamente no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, portanto não recebem seus recursos através da modalidade de transferências.

TABELA 79

Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Despesa Fixada Com a Realizada Por Categoria Econômica

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA (A)	PART. % (A/TOT.A)	REALIZADA (B)	PART. % (B/TOT.B)
Despesas Correntes	21.884.857.353,71	76,85	20.952.113.259,75	85,14
-Administração Direta	13.363.517.148,30	46,93	12.944.735.261,20	52,60
-Administração Indireta	8.521.340.205,41	29,92	8.007.377.998,55	32,54
Despesas de Capital	6.591.396.565,03	23,15	3.656.238.923,01	14,86
-Administração Direta	5.180.990.407,20	18,19	2.733.417.422,30	11,11
-Administração Indireta	1.410.406.157,83	4,95	922.821.500,71	3,75
TOTAL	28.476.253.918,74	100,00	24.608.352.182,76	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Do total da Despesa, a Administração Direta participou com o valor de R$ 15.678.152.683,50, representando 63,71% na realização, e as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, com o valor de R$ 8.930.199.499,26, representando 36,29%.

3.1.2.1. Despesa Correntes

As Despesas Correntes são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e sim, a maior parte para a manutenção da máquina administrativa.

Do valor total das Despesas Correntes, a Administração Direta realizou R$ 12.944.735.261,20, participando com 61,78%, e as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos realizaram R$ 8.007.377.998,55, participando com 38,22%.

3.1.2.2. Despesas de Capital

Do total das Despesas de Capital, a Administração Direta participou com R$ 2.733.417.422,30, representando 74,76% Já as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes participaram com R$ 922.821.500,71, representando 25,24% em termos nominais.

3.1.2.3. Despesa Orçamentária Consolidada por Função

TABELA 80

Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada Por Função

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA (A)	PART. % (A/TOT. A)	REALIZADA (B)	PART. % (B/TOT. B)
Legislativa	628.344.371,37	2,21	619.592.956,01	2,52
Judiciária	1.230.982.775,89	4,32	1.212.273.998,96	4,93
Essencial à Justiça	512.406.255,55	1,80	485.000.550,78	1,97
Administração	1.366.009.484,87	4,80	1.258.799.857,35	5,12
Segurança Pública	2.564.368.809,98	9,01	2.452.497.633,98	9,97
Assistência Social	264.146.453,85	0,93	236.756.453,70	0,96
Previdência Social	3.195.368.673,00	11,22	3.122.874.664,53	12,69
Saúde	3.580.075.933,53	12,57	3.261.015.222,44	13,25
Trabalho	69.387.528,12	0,24	57.195.733,98	0,23
Educação	3.398.659.560,09	11,94	3.221.054.622,94	13,09
Cultural	130.754.033,00	0,46	91.104.502,80	0,37
Direitos da Cidadania	722.685.207,27	2,54	650.417.549,89	2,64
Urbanismo	370.374.459,59	1,30	180.607.299,09	0,73
Habitação	52.497.402,80	0,18	37.972.901,32	0,15
Saneamento	606.351.332,40	2,13	403.951.556,40	1,64
Gestão Ambiental	260.383.829,36	0,91	185.388.419,88	0,75
Ciência e Tecnologia	225.888.619,25	0,79	111.015.861,10	0,45
Agricultura	565.152.792,38	1,98	474.929.570,13	1,93
Organização Agrária	20.483.650,93	0,07	14.284.018,63	0,06
Indústria	64.192.047,82	0,23	61.811.712,52	0,25
Comércio e Serviços	132.068.181,93	0,46	83.636.046,53	0,34
Comunicações	32.329.139,75	0,11	28.829.451,63	0,12
Energia	10.445.472,47	0,04	4.004.711,05	0,02
Transporte	1.981.438.108,22	6,96	1.198.400.334,90	4,87
Desporto e Lazer	34.412.495,30	0,12	25.338.547,16	0,10
Encargos Especiais	6.363.975.644,02	22,35	5.129.598.005,06	20,84
Reserva de Contingência	93.071.656,00	0,33	0,00	0,00
TOTAL	28.476.253.918,74	100,00	24.608.352.182,76	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Excluindo-se a função "Encargos Especiais" quatro funções de governo tiveram realizações expressivas: Saúde (13,25%), Educação (13,09%), Previdência Social (12,69%) e Segurança Pública (9,97%).A despesa realizada nas quatro funções alcançou a cifra de R$ 12.057.442.143,89, representando 50,00% da despesa consolidada.

3.1.2.4. Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação

A Constituição Federal dispõe em seu Art.22, inciso XXVII que: Compete privativamente à União legislar sobre: normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art.37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art.173 § 1º, III.

A Lei Federal nº 8.666/93, que regulamenta o art .37, XXI, da Constituição Federal, institui "normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para licitações e contratos da Administração Pública".

TABELA 81

Demonstrativo da Despesa do Estado Por Órgão e Modalidade de Licitação

(R$ 1,00)

EXERC	ORGAO	ABREVIATURA	CONVITE	TPREÇO	CONCORRÊNCIA	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	INTERNACIONAL	CONCURSO	LEILÃO	PREGÃO	TOTAL
2017	010001	ASSEMBLÉIA	0	3	17	2.335	1.098	0	0	0	2.395	77.834.548,97
2017	010101	FUNDO ASS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
2017	020001	T CONTAS	0	1	0	54	79	1	0	0	224	21.104.585,58
2017	030001	TCM	0	0	0	55	47	0	0	0	187	3.306.034,32
2017	040001	T JUSTICA	0	0	2	33	90	0	0	0	204	26.054.185,68
2017	040101	FERMOJU	0	0	16	312	681	0	0	0	1.072	93.285.854,52
2017	040301	FUNSEG	0	0	7	5	6	0	0	0	9	4.825.058,72
2017	060001	DPGE	0	6	1	32	0	0	0	0	52	2.510.826,47
2017	060101	FAADEP	0	0	4	253	139	0	0	0	479	16.855.474,23
2017	080001	SEINFRA	1	3	196	84	33	0	0	0	348	185.125.724,47
2017	080101	DER	0	14	747	176	109	326	0	0	1.093	538.180.560,31
2017	080301	DETRAN	0	10	193	552	258	0	1	0	1.260	376.018.853,48
2017	081201	DAE	0	0	11	63	5	0	0	0	325	19.798.951,63
2017	100001	SSPDS	0	0	25	182	175	0	0	0	814	52.940.285,82
2017	100601	FDS	0	0	0	0	0	0	0	0	25	143.864,14
2017	100607	FDS PC	0	0	0	1	0	0	0	0	4	1.261.467,42
2017	100608	FDS PM	0	0	0	1	0	0	0	0	6	1.357.445,83
2017	100609	FDS CB	0	0	6	0	0	0	0	0	33	5.041.374,55
2017	100610	FDS C PM	0	0	1	18	0	0	0	0	60	1.124.665,67
2017	100611	FDS C BOM	0	0	4	19	0	0	0	0	51	1.403.627,64
2017	101021	POL CIVIL	0	39	155	2.435	1.090	0	0	0	4.007	56.356.308,67
2017	101031	P M CE	0	0	6	121	117	0	0	0	598	123.757.787,58
2017	101041	BOMBEIRO	0	0	12	68	45	0	0	0	220	11.181.669,66
2017	101071	P FORENSE	0	1	47	482	160	0	0	0	1.095	20.612.308,36
2017	101081	AESSP	0	0	3	89	55	0	0	0	287	9.060.533,94
2017	105001	FDC	0	0	0	15	78	0	0	0	0	20.364.961,11
2017	110001	GAB GOV	0	0	261	92	31	0	166	0	630	128.307.280,62
2017	120001	VICE GOV	0	0	15	70	27	0	0	0	299	10.387.567,34
2017	130001	PGE	0	0	6	54	60	0	0	0	642	16.961.671,83
2017	130101	ARCE	0	13	42	118	28	1	0	0	294	10.330.986,84
2017	130201	FUNPECEPGE	0	0	0	1	0	0	0	0	17	382.559,97
2017	140001	C MILITAR	0	0	0	8	5	0	0	0	72	688.318,66
2017	150001	PGJ	0	0	0	492	204	0	0	0	650	22.587.042,57
2017	150201	FDID	0	0	0	1	0	0	0	0	12	219.521,72
2017	170001	CONS EDUC	0	4	7	270	38	0	0	0	222	2.574.677,25
2017	180001	JUSTICA	0	5	431	867	345	0	0	0	3.018	286.545.943,39
2017	190001	SEFAZ	0	0	4	862	277	107	0	0	3.451	111.600.843,89
2017	190401	JUCEC	0	0	5	166	44	0	0	0	196	10.099.450,30
2017	191011	ENCARGOS	0	0	0	0	0	0	0	0	13	2.236.577,04
2017	210001	SDR	14	0	210	631	653	51	0	0	715	222.145.398,72
2017	210101	EMATERCE	0	10	4	354	190	11	0	0	299	6.803.224,45
2017	210301	IDACE	0	8	7	186	21	0	0	0	162	10.294.397,81
2017	211101	ADAGRI	0	0	3	225	76	0	0	0	196	6.376.890,01
2017	211301	FEDAF	0	0	0	0	12	0	0	0	0	230.428,34
2017	220001	SEDUC	7.695	0	1.210	14.078	2.837	42	36	0	15.549	888.461.346,99
2017	225001	CED	0	0	2	65	11	0	0	0	108	2.663.718,02
2017	240301	E S P	0	1	4	5	0	0	0	0	94	1.782.778,38
2017	240344	R TEOFILO	0	0	1	44	25	0	0	0	171	959.556,49
2017	240401	FUNDES	0	11	53	2.800	591	0	0	0	11.202	1.125.852.539,34
2017	240424	HEMOCE	0	4	9	312	315	0	0	0	1.806	55.653.560,54
2017	240479	HPM	0	0	2	141	120	0	0	0	591	27.533.672,46
2017	240494	MICRO BATU	0	0	1	49	0	0	0	0	135	671.976,16

EXERC	ORGAO	ABREVIATURA	CONVITE	TPREÇO	CONCORRÊNCIA	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	INTERNACIONAL	CONCURSO	LEILÃO	PREGÃO	TOTAL
2017	240564	D.PRIMEIRA	0	0	5	88	26	0	0	0	157	1.919.575,35
2017	240634	D.OITAVA	0	0	1	25	11	0	0	0	128	847.425,77
2017	241081	PRIM DERES	0	0	1	16	8	0	0	0	135	696.061,90
2017	241281	H G F	0	0	6	350	255	0	1	0	2.743	281.441.794,36
2017	241291	H MESSEJ	0	0	5	269	227	0	0	0	5.330	199.104.414,37
2017	241301	H G C C O	0	0	7	149	279	0	0	0	1.193	82.035.534,52
2017	241311	A SABIN	0	0	2	278	244	0	0	0	2.192	120.723.316,65
2017	241321	HSMM	0	0	1	60	64	0	0	0	647	13.583.665,65
2017	241331	H S J	0	0	6	203	137	0	0	0	1.195	28.873.380,69
2017	241501	C E O	0	0	3	79	50	0	0	0	339	5.033.420,58
2017	241521	IPCC	0	0	2	77	71	0	0	0	359	2.645.783,43
2017	241531	LACEN	0	0	7	202	85	0	0	0	776	16.407.441,21
2017	241561	CIDH	0	0	1	62	73	0	0	0	252	2.266.350,08
2017	241581	D LIBANIA	0	0	2	69	30	0	0	0	199	2.075.228,97
2017	241591	MEIRELES	0	0	1	51	25	0	0	0	174	1.407.151,20
2017	241621	C BENFICA	0	0	3	55	24	0	0	0	180	1.248.121,56
2017	270001	CULTURA	0	0	33	473	130	0	0	0	1.143	60.818.127,03
2017	270401	F E C	0	0	0	2	21	0	0	0	0	89.800,00
2017	290001	SRH	0	2	767	126	25	80	0	0	251	263.391.332,64
2017	290101	SOHIDRA	0	0	83	121	7	0	0	0	598	50.047.900,45
2017	300001	SEGOV	0	0	1.723	262	98	0	40	0	711	81.927.471,65
2017	300101	FUNTELC	0	0	9	142	53	0	0	0	193	4.090.717,80
2017	310001	SECITECE	0	5	3	412	71	10	0	0	620	92.167.465,85
2017	310101	FUNECE	0	0	40	180	115	0	1	1	1.886	39.759.224,27
2017	310201	UVA	0	5	12	124	15	0	0	0	200	11.009.376,24
2017	310301	URCA	0	2	6	246	50	0	0	0	245	12.186.082,44
2017	310401	FUNCEME	0	0	12	135	36	14	0	0	488	6.310.625,62
2017	310501	FUNCAP	0	0	6	136	18	0	0	0	155	5.973.266,34
2017	310601	NUTEC	0	0	7	123	88	0	0	0	228	4.402.829,31
2017	360001	SETUR	0	2	315	136	65	85	0	0	614	153.622.477,91
2017	410001	CGE	0	0	5	116	29	12	0	0	322	10.607.349,48
2017	420001	SEJUV	0	0	25	26	33	0	0	0	145	10.277.007,46
2017	420101	FDEJ	0	0	0	45	57	0	0	0	236	5.725.932,23
2017	430001	CIDADES	0	12	344	122	17	403	0	0	319	129.257.676,03
2017	430401	IDECE	0	0	0	6	0	0	0	0	29	399.566,78
2017	460001	SEPLAG	0	0	4	110	66	39	0	0	465	31.944.153,75
2017	460101	ISSEC	0	0	16	61	14.789	0	0	0	218	85.914.374,91
2017	460201	ETICE	0	13	4	247	36	0	0	0	772	28.834.764,33
2017	460301	IPECE	0	1	2	34	9	71	0	0	129	5.976.908,87
2017	460601	COHAB	0	0	3	41	39	0	0	0	109	2.573.437,76
2017	461031	EGPCE	0	1	1	43	3	0	0	0	161	1.749.222,03
2017	470001	STDS	0	0	72	157	447	196	0	0	1.045	62.219.305,86
2017	470201	FEAS	0	11	7	34	147	5	0	0	2.024	16.001.664,45
2017	470301	FUNDART	0	0	0	1	571	0	0	0	7	1.500.619,70
2017	480101	CODECE	0	22	5	165	13	0	0	0	75	1.083.838,64
2017	490101	SEMACE	0	1	14	91	31	1	0	0	262	20.165.075,40
2017	510001	SPA	0	0	6	130	4	0	0	0	171	2.830.237,72
2017	530001	CGD	0	0	2	88	39	0	0	0	183	3.664.997,90
2017	540001	SRI	0	0	0	0	0	0	0	0	15	241.544,66
2017	550001	SPD	0	0	8	122	12	0	0	0	238	4.334.623,49
2017	560001	SDE	0	0	8	90	12	2	0	0	148	2.156.413,09
2017	570001	SEMA	0	14	93	439	70	1.673	0	0	1.160	29.766.674,73
		TOTAL		224	7.418	36.095	29.000	3.130	245	1	86.956	6.625.189.641

Fonte: SEFAZ/CECAD

3.1.2.5. Despesa Orçamentária por Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 10, § 6º da nº 16.084, de 27 de julho de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO) publicada no Diário Oficial do Estado em 03 de agosto de 2016.

TABELA 82

Demonstrativo da Despesa Orçamentária Por Grupo Consolidada

(R$ 1,00)

CAT. ECONÔMICA/GRUPO	AUTORIZAÇÃO (A)	REAL. ADM DIRETA (B)	REAL. ADM INDIRETA (C)	TOTAL (D) =(B+C)	DIFERENÇA(E)=(A-D)
Despesas Correntes	21.884.857.353,71	12.944.735.261,20	8.007.377.998,55	20.952.113.259,75	932.744.093,96
-Pessoal e Encargos Sociais	11.452.867.677,15	6.520.918.945,61	4.502.417.605,96	11.023.336.551,57	429.531.125,58
-Juros e Encargos da Dívida	472.135.202,46	452.097.969,17	0,00	452.097.969,17	20.037.233,29
-Outras Despesas Correntes	9.959.854.474,10	5.971.718.346,42	3.504.960.392,59	9.476.678.739,01	483.175.735,09
Despesas de Capital	6.591.396.565,03	2.733.417.422,30	922.821.500,71	3.656.238.923,01	2.935.157.642,02
-Investimentos	4.317.800.381,02	1.596.173.070,51	871.567.080,82	2.467.740.151,33	1.850.060.229,69
-Inversões Financeiras	211.323.342,15	148.671.258,71	50.552.067,68	199.223.326,39	12.100.015,76
-Amortizações	2.062.272.841,86	988.573.093,08	702.352,21	989.275.445,29	1.072.997.396,57
TOTAL	28.476.253.918,74	15.678.152.683,50	8.930.199.499,26	24.608.352.182,76	3.867.901.735,98

Fonte: SEFAZ/CECAD

Das Despesas Consolidadas, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais foi o mais representativo, participando com 44,80% do total do gasto do estado. Do total das despesas com Pessoal, a Administração Direta participou com 59,16% e a Administração Indireta com 40,84%.

CAPÍTULO IV

4. DOS BALANÇOS GERAIS

4.1. Balanços da Administração Direta

4.1.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com a Lei 4.320/64 consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas.

Dessa forma esse demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Adicionalmente acrescenta-se que o Balanço Orçamentário é composto por:

a. Demonstrativo Principal;

b. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e

c. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados.

A seguir evidencia-se cada um desses demonstrativos.

TABELA 83

Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Direta(Conforme MCASP, 7ª edição)

(R$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I)	18.594.463.650,04	18.938.104.305,91	19.221.953.962,86	283.849.656,95
- Receita Tributária	11.340.856.280,03	11.469.474.267,80	11.467.346.426,00	-2.127.841,80
- Receita Patrimonial	248.382.678,00	266.044.891,00	307.255.111,49	41.210.220,49
- Receita de Serviços	13.082.834,00	14.062.834,00	14.239.831,88	176.997,88
- Transferências Correntes	6.331.160.214,00	6.426.674.852,75	6.621.994.063,82	195.319.211,07
- Outras Receitas Correntes	660.981.644,01	761.847.460,36	811.118.529,67	49.271.069,31
Receitas de Capital (II)	3.867.630.292,00	4.273.586.781,39	2.498.664.326,11	-1.774.922.455,28
- Operações de Crédito	3.077.321.792,00	3.507.144.853,38	2.051.078.860,99	-1.456.065.992,39
- Alienação de Bens	22.030.000,00	22.187.800,00	4.890.259,44	-17.297.540,56
- Transferências de Capital	758.198.500,00	734.174.128,01	442.036.682,86	-292.137.445,15
- Outras Receitas Capital	10.080.000,00	10.080.000,00	658.522,82	-9.421.477,18
Subtotal das Receitas (III)+(I)+(II)	22.462.093.942,04	23.211.691.087,30	21.720.618.288,97	-1.491.072.798,33
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
- Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
- Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V)=(III+IV)	22.462.093.942,04	23.211.691.087,30	21.720.618.288,97	-1.491.072.798,33
Déficit (VI)			0,00	0,00
TOTAL (VII)=(V+VI)	22.462.093.942,04	23.211.691.087,30	21.720.618.288,97	-1.491.072.798,33
Saldo de Exerc. Anteriores				
(Utiliz. Para Créditos Adicionais)	0,00	2.509.469.844,63	844.388.701,14	-1.665.081.143,49
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	2.509.469.844,63	844.388.701,14	0,00
Reabertura de Crédito Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
Despesas Correntes (VIII)	12.820.889.950,00	13.363.517.148,30	12.944.735.261,20	12.835.349.106,57	12.667.604.862,75	418.781.887,10
- Pessoal e Encargos Sociais	6.767.503.749,00	6.708.512.445,06	6.520.918.945,61	6.520.918.945,61	6.481.654.428,59	187.593.499,45
- Juros e Encargos da Dívida	460.281.752,00	472.030.202,46	452.097.969,17	452.097.969,17	452.097.969,17	19.932.233,29
- Outras Despesas Correntes	5.593.104.449,00	6.182.974.500,78	5.971.718.346,42	5.862.332.191,79	5.733.852.464,99	211.256.154,36
Despesas de Capital (IX)	3.781.719.501,00	5.180.990.407,20	2.733.417.422,30	2.515.835.689,33	2.492.074.905,61	2.447.572.984,90
- Investimentos	2.704.265.412,00	2.960.693.890,81	1.596.173.070,51	1.378.591.337,54	1.354.830.553,82	1.364.520.820,30
- Inversões Financeiras	98.444.927,00	159.765.011,61	148.671.258,71	148.671.258,71	148.671.258,71	11.093.752,90
- Amortização da Dívida	979.009.162,00	2.060.531.504,78	988.573.093,08	988.573.093,08	988.573.093,08	1.071.958.411,70
Reserva de Contingência (X)	54.260.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Reserva de Contigência	54.260.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (XI)=(VIII+IX+X)	16.656.869.951,00	18.544.507.555,50	15.678.152.683,50	15.351.184.795,90	15.159.679.768,36	2.866.354.872,00
Amort. da Div. Refinanciamento (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal Com Refinanciamento (VIII)= (XI-XII)	16.656.869.951,00	18.544.507.555,50	15.678.152.683,50	15.351.184.795,90	15.159.679.768,36	2.866.354.872,00
Superávit (XIV)		4.667.183.531,80	6.042.465.605,47	0,00	0,00	-1.375.282.073,67
TOTAL (XV)=(XIII+XIV)		23.211.691.087,30	21.720.618.288,97	15.351.184.795,90	15.159.679.768,36	1.491.072.798,33

Fonte: SEFAZ/CECAD

No demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1 evidencia-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela seguinte demonstra os valores obtidos na Administração Direta.

TABELA 84

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Não Processados-Anexo 1 da Administração Direta

(R$ 1,00)

Restos a Pagar Não-Processados	Em Exerc. anteriores (a)	Em 31/12 do Exerc. anter. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
Despesas Correntes	10.666.368,40	74.723.397,84	385.705,95	67.568.294,06	9.579.495,40	8.241.976,78
- Pessoal e Encargos Sociais	1.437.051,05	438.042,79	6389,38	266.508,74	1.245.515,06	363.070,04
- Outras Despesas Correntes	9.229.317,35	74.285.355,05	379.316,57	67.301.785,32	8.333.980,34	7.878.906,74
Despesa De Capital	22.006.012,02	153.823.288,71	2.499.615,69	146.832.699,63	17.571.808,23	11.424.792,87
- Investimentos	22.006.012,02	153.163.755,75	2.499.615,69	146.173.166,67	17.571.808,23	11.424.792,87
- Inversões Financeiras	0,00	659.532,96	0,00	659.532,96	0,00	0,00
TOTAL:	32.672.380,42	228.546.686,55	2.885.321,64	214.400.993,69	27.151.303,63	19.666.769,65

Fonte: SEFAZ/CECAD

Por sua vez, no demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados - Anexo 2 apresenta-se-se os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela abaixo evidencia os valores obtidos na Administração Direta.

TABELA 85

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados-Anexo 2 da administração Direta

(R$ 1,00)

Restos a Pagar Processados	Em Exerc. anteriores (a)	Em 31/12 do Exerc. anter. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
Despesas Correntes	477.895,38	160.390.215,56	0,00	156.452.743,48	3.993.189,99	422.177,47
- Pessoal e Encargos Sociais	165.597,37	76.068.962,10	0,00	75.897.349,31	169.141,83	168.068,33
- Outras Despesas Correntes	312.298,01	84.321.253,46	0,00	80.555.394,17	3.824.048,16	254.109,14
Despesa De Capital	344.599,67	10.911.279,42	0,00	9.049.539,08	289.006,44	1.917.333,57
- Investimentos	344.599,67	10.911.279,42	0,00	9.049.539,08	289.006,44	1.917.333,57
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	822.495,05	171.301.494,98	0,00	165.502.282,56	4.282.196,43	2.339.511,04

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 86

Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Direta (Conforme Lei nº 4.320/64)

(R$1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO (a)	EXECUÇÃO (b)	DIFERENÇA (c)=(b-a)
Receitas Correntes	18.938.104.305,91	19.221.953.962,86	283.849.656,95
Receita Tributária	11.469.474.267,80	11.467.346.426,00	-2.127.841,80
Receita Patrimonial	266.044.891,00	307.255.111,49	41.210.220,49
Receita de Serviços	14.062.834,00	14.239.831,88	176.997,88
Transferências Correntes	6.426.674.852,75	6.621.994.063,82	195.319.211,07
Outras Receitas Correntes	761.847.460,36	811.118.529,67	49.271.069,31
Receitas de Capital	4.273.586.781,39	2.498.664.326,11	-1.774.922.455,28
SOMA	23.211.691.087,30	21.720.618.288,97	-1.491.072.798,33
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL	23.211.691.087,30	21.720.618.288,97	-1.491.072.798,33

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	FIXAÇÃO (d)	EXECUÇÃO (e)	SALDO (f)=(d-e)
Créditos Ordinários e Suplementares	18.542.557.975,54	15.676.318.878,04	2.866.239.097,50
Créditos Especiais	1.949.579,96	1.833.805,46	115.774,50
SOMA	18.544.507.555,50	15.678.152.683,50	2.866.354.872,00
SUPERÁVIT	4.667.183.531,80	6.042.465.605,47	-1.375.282.073,67
TOTAL	23.211.691.087,30	21.720.618.288,97	1.491.072.798,33

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela a seguir demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias da Administração Direta, evidenciando-as por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.

TABELA 87

Demonstrativo Das Receitas e Despesas Intraorçamentárias da Administração Direta

(R$ 1,00)

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREV. ATUALIZADA (b)	REC. REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes	42.533.362,02	78.933.741,77	207.461.303,89	128.527.562,12
Taxas	4.247.362,02	40.647.741,77	0,00	-40.647.741,77
- Editorial e Gráfica	4.247.362,02	4.247.362,02	0,00	-4.247.362,02
- Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	36.400.379,75	0,00	-36.400.379,75
Outras Receitas Correntes	38.286.000,00	38.286.000,00	207.461.303,89	169.175.303,89
- Outras Restituições	584.000,00	584.000,00	3.044.194,18	2.460.194,18
- Outras Receitas	37.702.000,00	37.702.000,00	204.417.109,71	166.715.109,71
TOTAL	42.533.362,02	78.933.741,77	207.461.303,89	128.527.562,12

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOT. INICIAL (e)	DOT. ATUALIZADA (f)	EMPENHADO (g)	LIQUIDADO (h)	PAGO (i)	SDO DOTAÇÃO j =(f-g)
Despesas Correntes	810.332.093,00	948.412.313,42	934.074.999,40	931.021.455,43	904.786.683,93	14.337.314,02
- Pessoal e Encargos Sociais	783.222.850,00	908.226.800,86	897.964.577,75	897.964.577,75	872.099.185,17	10.262.223,11
- Outras Despesas Correntes	27.109.243,00	40.185.512,56	36.110.421,65	33.056.877,68	32.687.498,76	4.075.090,91
Despesas de Capital	7.084.201,00	2.591.213,54	1.108.590,77	1.043.813,40	1.040.074,26	1.482.622,77
- Investimentos	7.084.201,00	2.591.213,54	1.108.590,77	1.043.813,40	1.040.074,26	1.482.622,77
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	817.416.294,00	951.003.526,96	935.183.590,17	932.065.268,83	905.826.758,19	15.819.936,79

Fonte: SEFAZ/CECAD

Observa-se na tabela acima, que a realização da receita foi maior que a previsão atualizada em R$ 128.527.562,12. No entanto, verifica-se que a despesa empenhada foi inferior à dotação atualizada no valor de R$ 15.819.936,79.

A Receita orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às deduções para a formação do FUNDEB e restituições de receitas orçamentárias. A Discriminação das deduções de receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e a Tabela resumo, em seguida listada, traz uma síntese desses valores:

TABELA 88

Demonstrativo da Receita Orçamentária Com Deduções e Restituições da Administração Direta

(R$1,00)

VALORES BRUTOS	PREVISTA	REALIZADA
Receita Corrente	21.740.228.257,14	22.004.690.046,69
Receita de Capital	4.273.586.781,39	2.498.722.066,04
Receita Intraorçamentária	78.933.741,77	207.461.303,89
TOTAL RECEITAS BRUTAS	26.092.748.780,30	24.710.873.416,62
Dedução para a Formação do FUNDEB		
-Dedução da Receita Corrente	-2.881.057.693,00	-2.935.348.237,60
TOTAL DEDUÇÕES	-2.881.057.693,00	-2.935.348.237,60
-Restituições de Receita		
-Restituições da Receita Corrente	0,00	-54.849.150,12
-Restituições da Receita de Capital	0,00	-57.739,93
TOTAL RESTITUIÇÕES DE RECEITA	0,00	-54.906.890,05
VALORES LÍQUIDOS		
Receita Corrente	18.859.170.564,14	19.014.492.658,97
Receita de Capital	4.273.586.781,39	2.498.664.326,11
Receita Intraorçamentária	78.933.741,77	207.461.303,89
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	23.211.691.087,30	21.720.618.288,97

Fonte: SEFAZ/CECAD

Em relação ao confronto entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada da Administração Direta, no exercício de 2017, verifica-se um superávit orçamentário de R$ 6.042.465.605,47. As despesas executadas foram inferiores às receitas realizadas, sendo esta 1,39 vezes maior que a despesa, conforme observa-se na tabela que segue.

TABELA 89

Demonstrativo do Quociente da Execução Orçamentária da Administração Direta

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2016		2017	
Receita Orçamentária	20.889.164.874,70	= 1,43	21.720.618.288,97	= 1,39
Despesa Orçamentária	14.626.454.982,44		15.678.152.683,50	

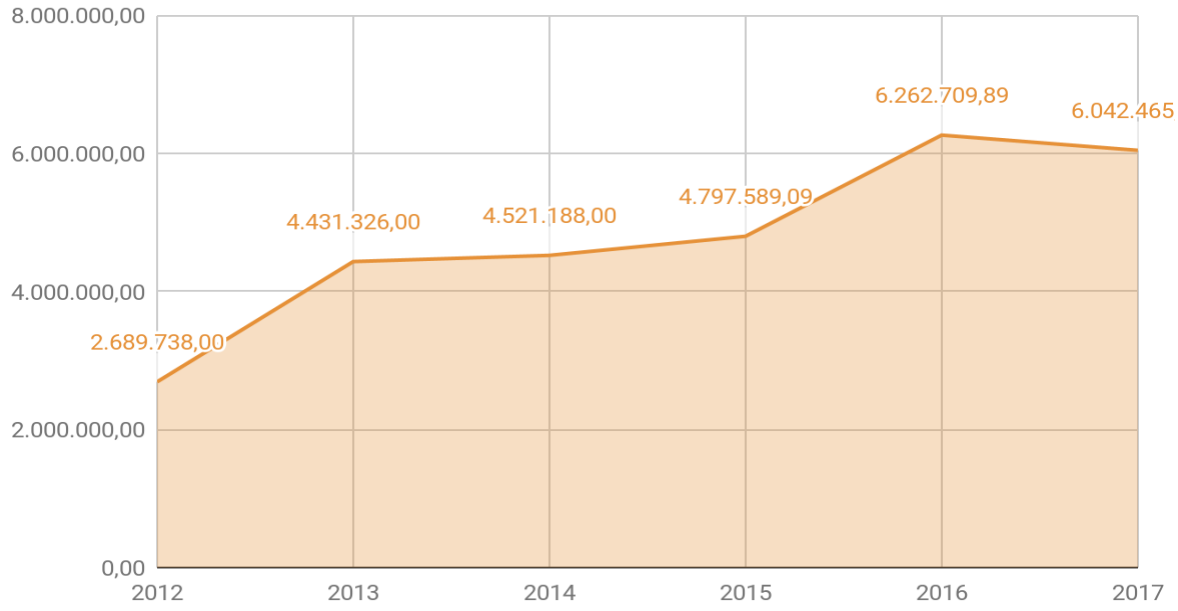
Fonte: SEFAZ/CECAD

O resultado orçamentário positivo do exercício de 2017 resultou do Orçamento Corrente, no qual as receitas foram superiores às despesas em 32,66%.

GRÁFICO XXIII

Trajetória do Resultado Orçamentário da Administração Direta- 2012 a 2017

(R$ 1.000,00)



Fonte: SEFAZ/CECAD

Um conjunto de informações macroeconômicas abrangendo o ambiente interno e externo da economia, cujos reflexos interferem diretamente no contexto das finanças públicas do Estado do Ceará, torna-se necessário para que se possa entender e avaliar as ações desenvolvidas na área financeira do Estado no ano de 2017.

Grandes avanços foram conquistados em prol de melhoria das condições de vida da população cearense. Foram firmadas parcerias, estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessário ao pleno desenvolvimento do Estado. É necessário uma vigilância fiscal e financeira constante para que a atual conjuntura não permita uma queda nas melhorias conseguidas nos últimos anos.

A situação fiscal e econômica brasileira teve uma pequena melhora nos principais índices macroeconômicos, interferindo nos resultados econômicos no ano de 2017. Inflação em níveis baixos, redução da taxa de juros nominal da economia e um PIB de 1% pressupõe uma retomada no crescimento econômico. Porém, estes números devem ser

analisados com cautela, já que, trimestralmente, saímos de um crescimento de 1,3% no primeiro trimestre de 2017 para apenas 0,1% no último trimestre do ano. A economia americana teve um crescimento de 2,3%. A ações de Donald Trump como presidente americano tem trazido mais instabilidade à economia mundial. Declarações polêmicas, reformas tributárias e elevação de alíquotas de importação prejudicaram o ambiente interno e externo, repercutindo nos resultados dos países pelo mundo. Outros acontecimentos trouxeram este aumento de instabilidade, tal como a indefinição do BREXIT, saída do Reino Unido da União Europeia. Talvez por isso, a economia do Reino Unido tenha crescido abaixo de 2016, com uma taxa de 1,7%. A economia da Romênia destaca-se com um crescimento de 6,9%. Apesar da sinalização de melhora de alguns índices e expectativas dos agentes econômicos, muitos ajustes ainda se fazem necessários para que o ano de 2018 possa trazer algum sinal de mudança de rumo para a economia brasileira. Num cenário de eleição ainda muito indefinido, 2018 se mostra como um ano de cautela. A política monetária do Federal Reserve (FED), dada a preocupação americana com a inflação ainda deixa o câmbio sem uma perspectiva bem definida. O nível de confiança da economia tem melhorado aos poucos, reativando lentamente o consumo das famílias. Neste cenário o país cresceu 1,0%, fica acima apenas de países como a Nigéria que acresceu 0,8 no produto. No que diz respeito aos seus aliados no BRICS, a China expandiu sua economia em 6,8%, Índia em 6,4%, a Rússia deve crescer 1,5% e por fim, na África do Sul o PIB vem tendo decréscimos sucessivos decorrente de escândalos de corrupção no país. Na zona do Euro, temos 2,5% da Alemanha, 1,9% da França e, possivelmente, 1,5% da Itália.

As expectativas dos agentes melhoraram, porém ainda aguardam definições na conjuntura política, deixando o mercado parado à espera de movimentos econômicos mais fortes e definitivos que sinalizem a consolidação desta pequena recuperação. No que diz respeito a impulsionar a economia, o governo federal tenta implementar um forte ajuste fiscal visando restabelecer a sustentabilidade da trajetória da dívida. A inflação parece controlada, o que abriu espaço para redução mais forte dos juros, e o câmbio, apesar da baixa pequena, continua favorável às exportações, trazendo resultados positivos na Balança Comercial, o que permite ao governo adotar uma política mais eficaz. Apesar da retirada do grau de investimento da economia brasileira pelas principais agências internacionais, o restabelecimento da estabilidade institucional sinaliza uma pequena melhora de cenário para 2018, ressalvando as instabilidades decorrentes das eleições.

Os resultados econômicos brasileiros de 2017 estão ligados a pequena melhora no nível de confiança, pelo impulsionamento do consumo das famílias com a liberação de aproximadamente R$ 30 bilhões do FGTS e pela redução da SELIC em um cenário de inflação baixa. Na contramão da maioria dos entes federados, em 2017, o Ceará obteve expressivos resultados positivos, no que diz respeito a sua situação fiscal. Com um baixo nível de endividamento e

colhendo resultado primário positivo, decorrente de um controle rígido das contas públicas, conseguiu manter sua política de investimentos e manter em dia o pagamento de servidores e fornecedores.

As sucessivas quedas no PIB prejudicou muitos fundamentos econômicos, como a taxa de desemprego que, com uma taxa SELIC real em alta e a desaceleração da atividade econômica, se elevou bastante, principalmente entre a população mais jovem. Com a possível retomada do crescimento econômico, espera-se que os níveis de desemprego tenham uma redução. Muitos países europeus já reverteram o quadro econômico, realizando crescimentos na sua economia, resultado também dos estímulos dados pelo Banco Central Europeu, como é o caso já citado da França que terá um acréscimo de seu PIB em 1,9%. O Brasil obteve um resultado positivo, diante de melhores indicadores econômicos. O pequeno fortalecimento observado nos principais fundamentos da economia brasileira no último ano, por conta de algumas medidas da política econômica destinadas ao ajuste fiscal e a mudanças no mercado de trabalho, implementadas durante os exercícios de 2016 e 2017, precisa de ajuste para que se possa voltar a uma trajetória de crescimento sustentável.. A aceleração na queda da taxa de juros tem colocado o país num cenário de melhor. É necessária uma política mais corajosa do BACEN para que possamos reativar o ambiente econômico brasileiro, pois a taxa real de juros ainda é extremamente alta. Neste cenário de possível melhora, devemos ter cautela, principalmente no cenário fiscal, já que a dívida pública brasileira se mantém em níveis elevados e as projeções de déficits afetará ainda mais este endividamento. Ainda deve-se levar em conta a EC da União que limitou os investimentos públicos, mola propulsora do crescimento e desenvolvimento econômico de uma nação.

O desempenho da economia cearense, logicamente, está atrelado ao da economia nacional e internacional. O cenário econômico para 2017 era pessimista, com a queda dos investimentos privados. As políticas econômicas expansionistas possibilitaram à economia cearense retomar uma trajetória de crescimento sustentável e o crescimento de sua renda superior a média nacional. Neste sentido, é importante ressaltar a capacidade do Governo Estadual de praticar uma política fiscal anticíclica. Ou seja, adotou um viés expansionista focado em investimentos estratégicos e estruturantes, uma política tributária baseada na desoneração e alargamento de base, tendo em vista o momento da demanda interna em que o consumo e o investimento privado se retraíram. É importante destacar que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometer estruturalmente suas finanças públicas, em função de uma gestão fiscal coerente implementada em anos anteriores quando o Estado experimentou formidável fortalecimento da capacidade de geração de poupança pública, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento da crise. O fundamental é que os gastos foram prioritariamente direcionados para investimentos em infraestrutura e melhoria de gestão, considerados como estratégicos e fundamentais para população cearense.

Segundo o IPECE, por conta deste cenário, a economia cearense cresceu, seguindo a economia nacional, registrando uma taxa positiva de 1,20%, sobre o ano de 2016. Mesmo com o impacto da seca que castiga o Estado a seis anos consecutivos.

TABELA 90

Demonstrativo do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado - Ceará e Brasil - 2003 a 2017 (*)

(R$ MILHÕES)

Anos	Ceará PIB	Taxa de Crescimento (%)	Brasil PIB	Taxa de Crescimento (%)
2003	32.687	1,30%	1.717.950	1,14%
2004	36.891	0,52%	1.957.751	5,76%
2005	41.059	2,48%	2.170.585	3,20%
2006	46.500	8,19%	2.409.450	3,96%
2007	50.819	3,06%	2.720.263	6,07%
2008	60.416	7,87%	3.109.803	5,09%
2009	67.200	0,37%	3.333.039	-0,13%
2010	79.336	6,75%	3.885.847	7,53%
2011	89.696	3,89%	4.376.382	3,97%
2012	96.974	1,63%	4.814.760	1,92%
2013	109.037	5,06%	5.331.619	3,00%
2014	126.054	4,18%	5.778.953	0,50%
2015	133.433	-4,55%	6.000.570	-3,77%
2016	133.979	-5,33%	6.161.784	-3,59%
2017	141.173	1,87%	6.559.900	1,00%
Acumulado (%) 2007-2017		177,80%		141,15%

Fonte: IPECE/IBGE

A melhora no desempenho da economia cearense é resultado de um cenário político e econômico mais estável e das políticas públicas de investimento implementadas pelo Governo Estadual. Espera-se que esse resultado mantenha as condições favoráveis encontradas nos últimos anos com melhorias significativas nos indicadores sociais, o que só pode ser alcançado caso este crescimento seja sustentável e acompanhado de redução da desigualdade, beneficiando desta forma, as camadas da população de baixa renda.

É importante destacar que no contexto dos efeitos de grandes crises como a grande depressão, na década de 1930, surgiram as contribuições de John Maynard Keynes que, em oposição aos fundamentos da teoria econômica clássica, defende a idéia de que o Estado, em períodos de crise econômica, devia operar sob déficit orçamentário. Assim o déficit orçamentário passou a ser aceito como instrumento de política econômica. Destacando que, mesmo com uma alto nível de

investimento, no ano de 2017, o Ceará apresenta superávit orçamentário no valor aproximado de R$ 800,6 milhões. Isto demonstra o compromisso do governo com a gestão responsável e uma política sustentável de investimentos.

GRÁFICO XXIV

Evolução do PIB Brasil X PIB Ceará - 2003 a 2017



Fonte: IPECE/IBGE

Acompanhando o cenário nacional, a economia cearense mostra sinais de retomada diante de um cenário macroeconômico ainda instável, sobretudo pelo comércio interno, que tem apresentado melhora, a expansão de emprego e também pelos investimentos públicos feitos ao longo dos últimos anos, que tem se mantido sustentável em função da situação fiscal diferenciada do Estado do Ceará, com uma gestão eficiente e uma alta capacidade de investimento.

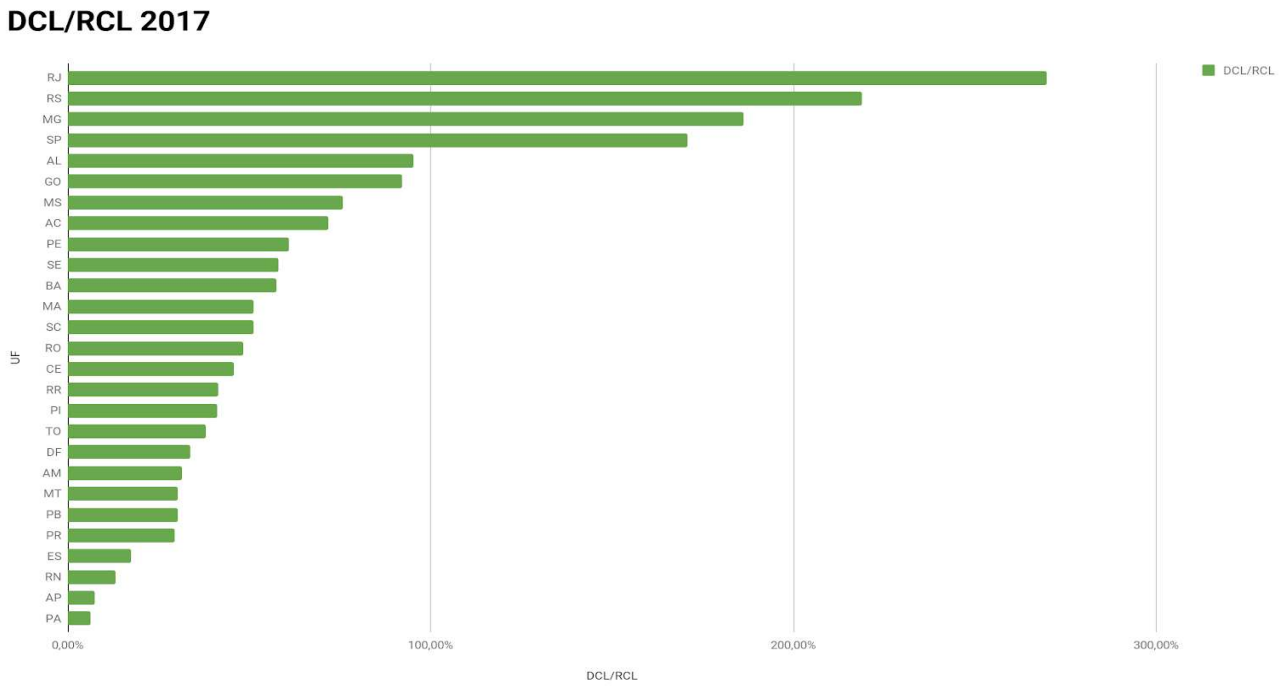
No âmbito da receita, buscou-se aumentar a arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária e a ampliação da sistemática da substituição tributária. Isto, ao lado de uma política de controle gerencial dos gastos correntes, do fortalecimento da poupança pública já produzida em exercícios

anteriores, e do baixo nível de endividamento, fez com que o Governo Estadual se capacitasse para manter seu programa vigoroso de investimentos públicos e consolidasse o Estado no exercício efetivo do papel do setor público no que se refere a eliminar as chamadas distorções alocativas, distributivas e estabilizadoras e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade.

Em relação ao endividamento, demonstrado abaixo, o Estado do Ceará ocupa uma posição confortável dentre os outros entes federados. O trinômio fiscal experimentado pelo Estado nos últimos anos, elevação dos investimentos públicos, controle dos gastos correntes e baixo endividamento, tem conferido ao Ceará um posicionamento importante no contexto nacional.

GRÁFICO XXV

Comparativo da DCL/RCL (%) Dos Estados - 2017



Fonte: SEFAZ/CEPLA

Ante o contexto macroeconômico, o Estado do Ceará apresentou indicadores fiscais favoráveis como mostra a tabela a seguir.

TABELA 91

Análise Dos Indicadores Fiscais

(R$ 1000)

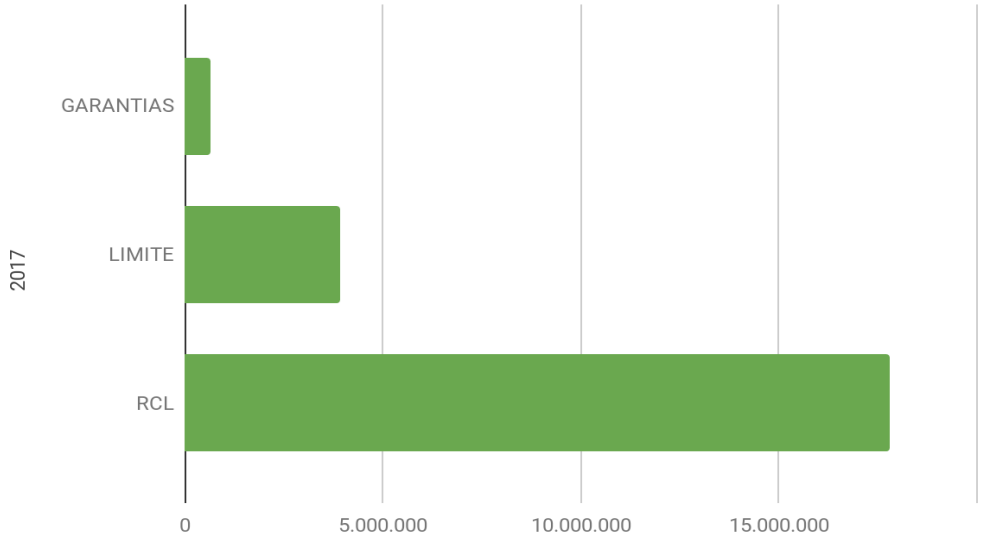
INDICADOR	DEFINIÇÃO DA META	META / LIMITE	REALIZAÇÃO	%
Educação	Mínimo de 25% da RLIT	4.079.426	4.549.549	27,88%
Saúde	Mínimo de 12% da RLIT	1.958.124	2.391.088	14,65%
Resultado Primário - LRF	Estabelecida na LOA	54.106	1.047.393	378,31%
Pessoal	Máximo de 57% da RCL	10.134.299	9.257.308	52,12%
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	35.558.944	8.146.084	45,82%
Garantias	Máximo de 22% da RCL	3.911.484	669.088	3,76%
Operações de Crédito	Máximo de 16% da RCL	2.844.715	2.051.079	11,54%
Serv. da Dív. Pública	Máximo de 11,5% da RCL	2.044.639	1.399.963	7,87%

VALORES DE REFERÊNCIA	REALIZAÇÃO	%
RCL - Receita Corrente Líquida 2017	17.779.472	
RCL - Receita Corrente Líquida 2017 - AJUSTADA	17.762.569	
RLIT EDUCAÇÃO - Receita Líquida de Impostos e Transferências	16.317.702	
RLIT SAÚDE - Receita Líquida de Impostos e Transferências	16.317.702	
PIB Ceará 2017 em valor e taxa de crescimento	141.172.600	1,87%

Fonte: SEFAZ/CEPLA

GRÁFICO XXVI

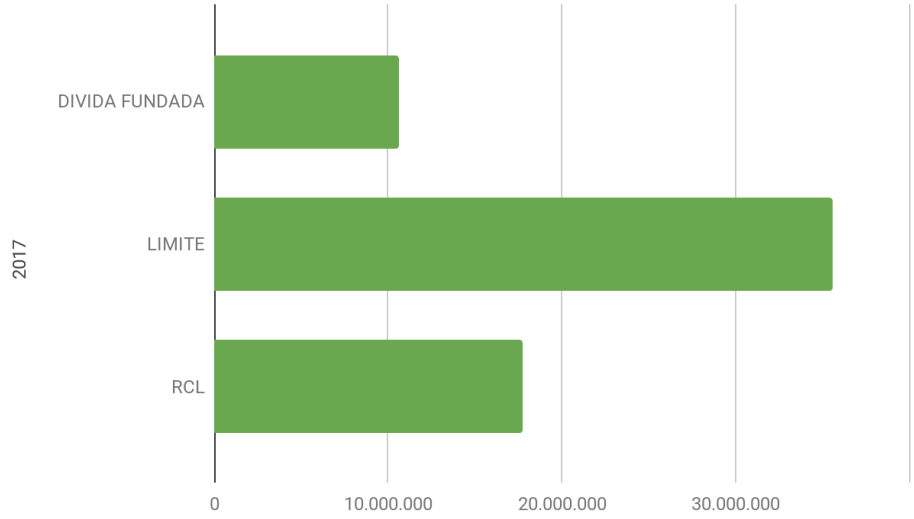
Garantias X Receita Corrente Líquida



Fonte: SEFAZ/CEPLA

GRÁFICO XXVII

Dívida Consolidada X Receita Corrente Líquida



Fonte: SEFAZ/CEPLA

Resultado do Tesouro Estadual

A política fiscal do Estado do Ceará continua sendo conduzida de forma responsável, garantindo a sustentabilidade das contas públicas.

Resultados Primário e Nominal no Conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal -LRF

Respeitado o art. 5o, Inciso I da Lei Complementar no 101/2000, o § 2, art.19, da Lei Orçamentária nº 15.930/2015, para o exercício de 2017, foi estabelecido no Anexo de Metas Fiscais , através da lei nº 16.084, de 27 de julho de 2016, um resultado primário superavitário do Tesouro Estadual da ordem de R$ 480 milhões, a qual foi alterada para o valor de 54 milhões, conforme estabelece a Lei nº Lei nº 16.425, de 30 de novembro de 2017. No 3º quadrimestre de 2017, pela metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF foi apurado o resultado positivo acumulado de R$ 1.047 milhões, considerando a despesa empenhada e incluindo a execução da administração Direta e Indireta.

Bom destacar que o Estado ao longo dos anos não só tem gerado resultados fiscais suficientes para pagar os juros da sua dívida, mas vem amortizando o principal de suas dívidas na medida requerida. Desta forma, o Estado vem mantendo estável sua capacidade de pagamento, já que tem a relação Dívida Consolidada Líquida/RCL em 45,8%. Este indicador que tem como limite duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida - RCL. A capacidade de pagamento do Estado do

Ceará também segue uma trajetória de melhora, o Estado cumpriu com 7,9% da meta de 11,5% da RCL, estabelecida pelo Senado Federal.

No que diz respeito ao resultado nominal, para o exercício de 2017 foi fixada a meta no valor de R$ 1.381 milhões, através da lei nº 16.084, de 27 de julho de 2016, a qual foi alterada para o valor de R$ 1.750 milhões, conforme Lei nº 16.425, de 30 de novembro de 2017.No 6º bimestre o resultado nominal apresentou um resultado positivo de R$ 371 milhões, resultado do aumento de sua Dívida Fiscal Líquida em 4,80% em relação ao mesmo período do exercício anterior.Vale salientar, que o resultado nominal apresentado ficou muito abaixo da meta fixada, representado apenas 0,21%.

A estratégia principal para alcançar o referido objetivo de manutenção do endividamento público saudável é a geração de resultados primários superavitários que possibilitem a estabilização da trajetória da dívida. Nesse caso, a proposta do Estado é assegurar a geração destes resultados de forma compatível com os juros e encargos da dívida. Entretanto, conforme já visto, no ano de 2017, foi dada continuidade às políticas fiscais expansionistas. Desta forma, o Estado do Ceará optou pelo redirecionamento de suas políticas tributária e orçamentária, o que resultou num crescimento de sua arrecadação própria e na manutenção do volume de investimentos que impactou as despesas primárias não financeiras.

4.1.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

BODIR - 01- Composição da Receita e Despesa Orçamentária

A Previsão Inicial da Receita da administração Direta está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita), adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita).

TABELA 92

Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada da Administração Direta

(R$ 1,00)

5.2.1.1 - Previsão Inicial da Receita	22.462.093.942,04
(+) 5.2.1.2.1 - Previsão Adicional da Receita	2.296.504.713,75
(-) 5.2.1.2.9 - Anulação da Previsão da Receita	1.546.907.568,49
(=) Previsão da Receita Atualizada	23.211.691.087,30

Fonte: SEFAZ/CECAD

O valor das receitas realizadas da Administração Direta também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária).

TABELA 93

Demonstrativo da Composição da Receita Realizada da Administração Direta

(R$ 1,00)

6.2.1.2 - Receita Realizada	24.710.873.416,62
(-) 6.2.1.3 - Deduções da Receita Orçamentária	2.990.255.127,65
(=) Receita Líquida Realizada (apresentada no Balanço Orçamentário)	21.720.618.288,97

Fonte: SEFAZ/CECAD

A Dotação Inicial da Administração Direta é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/ cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação).

TABELA 94

Composição da Dotação Atualizada da Administração Direta

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	16.656.869.951,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	6.339.817.053,10
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	4.452.179.448,60
(=) Dotação Atualizada	18.544.507.555,50

Fonte: SEFAZ/CECAD

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago).

Na tabela que segue, evidencia-se a previsão e execução da despesa por tipo de crédito.

TABELA 95

Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa Por Tipo de Crédito da Administração Direta

(R$ 1,00)

TIPO DE CRÉDITO	DOTAÇÃO INICIAL	DOT. ATUALIZADA	DESP. EMPENHADAS	DESP. LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Ordinários e Suplementares	16.656.869.951,00	18.542.557.975,54	15.676.318.878,04	15.349.350.990,44	15.157.848.521,94
Especial	0,00	1.949.579,96	1.833.805,46	1.833.805,46	1.831.246,42
TOTAL	16.656.869.951,00	18.544.507.555,50	15.678.152.683,50	15.351.184.795,90	15.159.679.768,36

Fonte: SEFAZ/CECAD

BODIR - 02- Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Em virtude da sistemática adotada pelo estado do Ceará para tratamento dos Restos a Pagar não Processados que foram liquidados em exercícios anteriores, não houve a transferência dos Restos a Pagar não Processados liquidados em 2016 para o saldo inicial dos Restos a Pagar Processados em 2017. Portanto, o saldo inicial dos Restos a Pagar não Processados liquidados em exercícios anteriores compõe o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 96

Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores da Administração Direta

(R$ 1,00)

CONTA CONTÁBIL (SALDO INICIAL)	VALOR
6.3.1.1.0.02 - RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	32.419.273,53
(+) 6.3.1.3.0.02 - RP Não Processados Liquidados a Pagar - 2º Exercício	253.106,89
(=) Total dos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores	32.672.380,42
Valor constante no saldo inicial de exercícios anteriores dos RPNP - Anexo I	32.672.380,42

Fonte: SEFAZ/CECAD

BODIR-03 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário da Administração Direta

O valor do saldo dos Restos a Pagar Processados de 2016 a serem quitados no exercício seguinte (em 2018), de R$ 2.339.511,04, apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário, Quadro Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores da Administração Direta, difere do valor apresentado na Dívida Flutuante da Administração Direta em R$ 76.945,16 (o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante é de R$ 2.262.565,88).

A diferença acima apontada é representada por pagamentos registrados na Unidade Gestora 180001 – Secretaria da Justiça e Cidadania, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

É possível apresentar adequadamente o ajuste contábil mencionado acima no Demonstrativo da Dívida Flutuante, uma vez que há campo para evidenciar os ajustes das inscrições de restos a pagar no movimento do exercício. O mesmo não pode ser feito nos Anexos I e II do Balanço Orçamentário, uma vez que não é possível alterar o saldo inicial dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e os ajustes de inscrição acima citados não são capturados pelo *layout* dos anexos, que somente consolidam os movimentos do exercício (liquidações, pagamentos e/ou cancelamentos).

4.1.2. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

A estrutura desta demonstração contempla os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recursos (destinação vinculada ou destinação ordinária). O detalhamento das vinculações foi feito de acordo com as características específicas do Estado. Seguem as seguintes definições:

- **Destinação Ordinária** - É o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
- **Destinação Vinculada** - É o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

Acrescenta-se ainda que a receita orçamentária é apresentada pelos seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às deduções e restituições de receitas.

Foram classificadas como ordinárias as fontes do Tesouro (1.00.00 e 1.01.00), além da fonte 2.29.00 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), fonte 2.48.40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e fonte 2.70.00 (Recursos Diretamente Arrecadados). No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extraorçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Contas Vinculadas, recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

A receita e a despesa Orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na lei Orçamentária. A receita e a despesa Extraorçamentária são aquelas que se realizam independentemente do orçamento.

A demonstração de forma resumida do Balanço Financeiro da Administração Direta está apresentada na tabela a seguir:

TABELA 97

Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro da Administração Direta

(R$ 1,00)

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
Receita Orçamentária (I)	21.720.618.288,97	20.889.164.874,70
- Ordinária	16.758.268.359,13	16.250.846.242,32
-Vinculada	4.962.349.929,84	4.638.318.632,38
Transferências Financeiras Recebidas(II)	13.397.813.802,84	13.246.711.186,84
Recebimentos Extraorçamentários (III)	10.399.684.327,35	8.881.989.378,60
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	2.761.249.789,49	1.966.576.825,21
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	48.279.366.208,65	44.984.442.265,35

DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
Depesa Orçamentária (VI)	15.678.152.683,50	14.626.454.982,44
-Ordinária	12.395.203.986,90	11.394.429.626,49
-Vinculada	3.282.948.696,60	3.232.025.355,95
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	18.863.951.733,23	18.755.729.841,97
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	9.685.692.274,54	8.841.007.651,45
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	4.051.569.517,38	2.761.249.789,49
TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)	48.279.366.208,65	44.984.442.265,35

Fonte: SEFAZ/CECAD

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos e dos dispêndios orçamentários com os extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Observa-se portanto que a Administração Direta apresentou um superávit financeiro de R$ 1.290.319.727,89,. no exercício de 2017. Em comparação com o superávit de 2016 que foi de R$ 794.672.964,28, houve um crescimento nominal de 62,37%.

Na Tabela a seguir, demonstra-se o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, comparando-se o exercício de 2017 com o de 2016.

TABELA 98

Demonstrativo do Quociente do Resultado Financeiro da Administração Direta

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2016		2017	
Saldo Exercício Seguinte	2.761.249.789,49	= 1,40	4.051.569.517,38	= 1,47
Saldo do Exercício Anterior	1.966.576.825,21		2.761.249.789,49	

Fonte: SEFAZ/CECAD

O comportamento da despesa realizada, distribuída por funções de governo, exigida pela Lei nº 4.320/64, no Balanço Financeiro, está apresentada na tabela seguinte:

TABELA 99

Demonstrativo da Despesa Realizada Por Função da Administração Direta

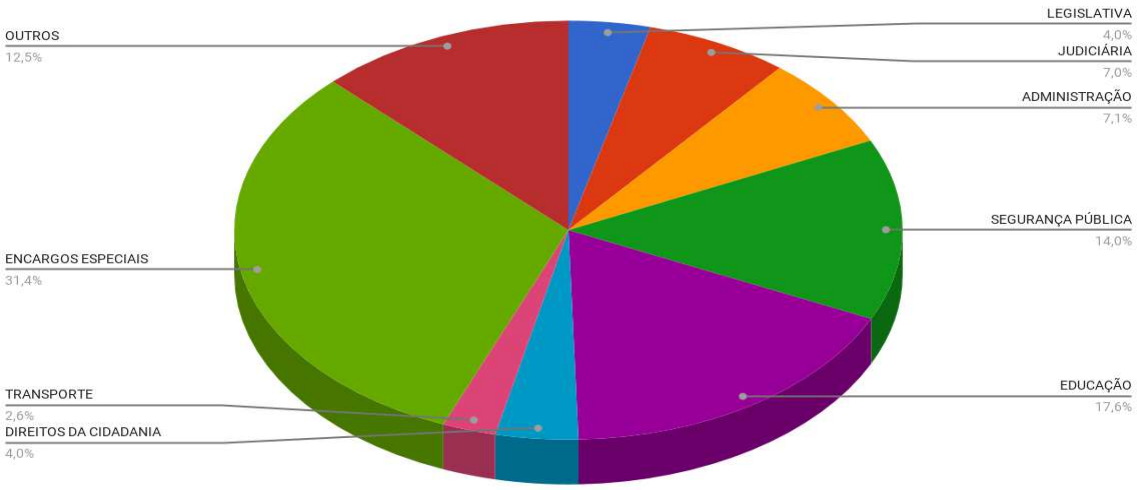
(R$ 1,00)

FUNÇÕES	2016	2017	VARIAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
LEGISLATIVA	614.302.079,39	619.592.956,01	0,86	3,95
JUDICIÁRIA	1.044.422.260,76	1.089.921.446,38	4,36	6,95
ESSENCIAL À JUSTIÇA	436.791.084,55	463.605.648,54	6,14	2,96
ADMINISTRAÇÃO	962.212.128,95	1.107.955.381,36	15,15	7,07
SEGURANÇA PÚBLICA	2.018.612.732,90	2.193.931.219,85	8,69	13,99
ASSISTÊNCIA SOCIAL	77.130.747,03	164.713.090,05	113,55	1,05
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.529.612,15	2.008.455,85	31,30	0,01
TRABALHO	61.588.926,42	55.695.114,28	-9,57	0,36
EDUCAÇÃO	2.666.367.555,74	2.752.822.656,86	3,24	17,56
CULTURA	64.159.332,65	71.906.183,59	12,07	0,46
DIREITOS DA CIDADANIA	543.627.812,26	625.874.714,19	15,13	3,99
URBANISMO	248.721.246,06	180.607.299,09	-27,39	1,15
HABITAÇÃO	32.815.476,47	33.918.997,85	3,36	0,22
SANEAMENTO	384.327.654,20	403.522.763,28	4,99	2,57
GESTÃO AMBIENTAL	55.957.860,59	55.539.295,12	-0,75	0,35
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	13.789.563,15	71.673.661,46	419,77	0,46
AGRICULTURA	236.139.696,08	354.958.770,95	50,32	2,26
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	1.395.055,81		0,01
INDÚSTRIA	2.281.979,84	4.130.693,94	81,01	0,03
COMÉRCIO E SERVIÇOS	44.047.742,16	68.032.619,24	54,45	0,43
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00		0,00
ENERGIA	4.175.030,09	3.757.527,08	-10,00	0,02
TRANSPORTE	447.347.922,70	406.930.242,80	-9,03	2,60
DESPORTO E LAZER	28.202.000,71	16.832.063,34	-40,32	0,11
ENCARGOS ESPECIAIS	4.637.904.537,59	4.928.826.826,58	6,27	31,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00		0,00
TOTAL	14.626.454.982.44	15.678.152.683.50	7.19	100.00

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XXVIII

Despesa Por Função da Administração Direta



Fonte: SEFAZ/CECAD

Excetuando-se a função " Encargos Especiais", as funções de governo que tiveram participações mais expressivas em 2017 foram: Educação (17,56%), Segurança Pública (13,99%), Administração (7,07%) e Judiciária (6,95%). As despesas realizadas na função Saúde estão sendo executadas dentro da administração indireta.

A Função " Encargos Especiais" engloba todas despesas às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, indenizações e outras, representando, portanto, uma agregação neutra.

4.1.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

BFDIR-01 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

A inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício 2017 apresentado no Balanço Financeiro da Administração Direta corresponde a R$ 191.428.082,38. O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Liquidada (R$ 15.351.184.795,90) e a Paga (R$15.159.679.768,36) totaliza R$ 191.505.027,54. Observa-se, portanto, uma diferença de R$ 76.945,16.

Conforme já explicado na Nota BODIR-03 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário da Administração Direta, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados na Unidade Gestora 180001 – Secretaria da Justiça e Cidadania, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

Como o Balanço Financeiro não possui campo para evidenciar em separado as inscrições de restos a pagar de exercícios anteriores, uma vez que ele só demonstra a inscrição de restos a pagar do exercício, a única alternativa encontrada foi computar o ajuste na linha Inscrição de Restos a Pagar Processados. No referido campo, foi reduzido do valor total a ser inscrito a importância de R$ 76.945,16, já que este valor foi executado financeiramente em 2017 como consignações retidas e pagas, na linha Consignações de Exercícios Anteriores. Esse ajuste foi necessário para que se pudesse fechar o valor das disponibilidades para o exercício seguinte evidenciadas no Balanço Financeiro.

BFDIR-02 - Recebimentos e pagamentos extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis

A tabela a seguir evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 100

Demonstrativo do Cálculo Dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores -Legado SIC	25.488,41
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	508.087.015,39
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	5.293.734,30
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.914.567.705,02
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	17.472.350,80
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	200.789,21
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	850,41
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	289.077.029,51
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.120.942.696,84
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	21.792.131,73
TOTAL		7.877.459.791,62

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela a seguir evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 101

Demonstrativo do Cálculo Dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores -Legado SIC	25.488,41
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	6.298.957,22
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.865.962.183,57
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	18.588.713,85
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	239.400,91
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	289.077.029,51
2.1.8.8.2.10	Adiantamentos Tesouro (F)	540.348,15
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.120.232.765,80
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	21.466.760,13
TOTAL		7.322.431.647,55

Fonte: SEFAZ/CECAD

BFDIR-03 - Valores Pendentes a Curto Prazo

Os Valores Pendentes a Curto prazo compreendem as entradas e saídas de caixa sem execução orçamentária ou financeira, registrados na Contabilidade para que o saldo de disponibilidades contábeis seja igual ao verificado nos extratos bancários.

No campo dos ingressos no Balanço Financeiro da Administração Direta, constam as regularizações realizadas no exercício de 2017 referentes a sequestros judiciais e outros dispêndios que ficaram pendentes de regularização em 2016, cujos valores estavam registrados nas contas contábeis 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

TABELA 102

Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	4.255.414,39
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	7.216,02
TOTAL		4.262.630,41

Fonte: SEFAZ/CECAD

No campo dos desembolsos, constam dois agrupamentos de saldos que compõem essa linha do Demonstrativo. Primeiro, apresentam-se as saídas de caixa sem a respectiva regularização orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outros desembolsos a regularizar, como tarifas bancárias debitadas, registrados nas contas contábeis 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar, e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

Por fim, consta nessa linha do Demonstrativo a anulação de receitas registradas indevidamente no exercício anterior, evidenciadas na conta 3.9.9.9.1.23 - VPD de Anulação de Receita de Exercício Anterior. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 103

Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	1.682.281,50
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	18.304,49
3.9.9.9.1.23	VPD de Ajuste de Receita de Exercício Anterior	5.719,27
TOTAL		1.706.305,26

Fonte: SEFAZ/CECAD

BFDIR-04 – Depósitos restituíveis e valores vinculados

Os depósitos restituíveis e valores vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros 1.1.2.2.2.05 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber, 1.1.3.1.2.03 - Adiantamentos Tesouro, 1.1.3.8.1.09 - Numerários em Trânsito e 1.1.3.8.2.10 - Arrecadação DAE a Recuperar. Da mesma forma, o saldo final destas contas estão apresentados na mesma linha com a coluna dos dispêndios.

A conta contábil 1.1.2.2.2.05 registra os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A conta 1.1.3.1.2.03 representa valores de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro, e a conta 1.1.3.8.1.09 “numerários em trânsito” registra os pagamentos rejeitados no final do exercício e que só retornaram no exercício seguinte, por conta de encerramento do expediente bancário. Já a conta contábil 1.1.3.8.2.10 evidencia créditos a receber provenientes de arrecadação via DAE, cujo recursos não foram creditados nos cofres públicos. A tabela abaixo, evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro.

TABELA 104

Demonstrativo Dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	SALDO INICIAL	SALDO FINAL
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	174.338,53	499.689,77
1.1.3.1.2.03	Adiantamentos Tesouro (F)	540.348,15	0,00
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	20.134,22	413.105,24
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	0,00	30.581,45
TOTAL		734.820,90	943.376,46

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.1.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

c) **Patrimônio Líquid**o - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “ não circulante” , com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Assim, o Ativo Não Circulante compreende: ativo realizável à longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, o Balanço Patrimonial é composto por:

a. Demonstrativo Principal;

b. Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;

c. Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e

d. Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

TABELA 105

Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial da Administração Direta

(R$ 1,00)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE		
- Caixa e Equivalentes de Caixa	4.050.626.140,92	2.760.514.968,59
- Créditos a Curto Prazo	602.172.059,66	341.186.149,30
- Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	293.301.908,13	286.527.963,04
- Estoques	46.458.631,37	203.311.745,14
- Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	32.233.286,14	34.795.330,56
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	5.024.792.026,22	3.626.336.156,63
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
- Ativo Realizável a Longo Prazo	10.037.892.713,59	9.122.665.663,65
- Investimentos	3.914.846.730,82	3.755.609.579,73
- Imobilizado	16.777.453.924,37	14.597.253.375,62
- Intangível	110.675.227,20	95.471.480,29
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	30.840.868.595,98	27.571.000.099,29
TOTAL DO ATIVO	35.865.660.622,20	31.197.336.255,92

PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE		
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	43.699.352,13	78.353.414,19
- Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	37.910.143,06	20.353.751,67
- Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.447.673,29	8.450.035,28
- Obrigações de Repartição a Outros Entes	81.099.281,37	55.488.417,53
- Demais Obrigações a Curto Prazo	1.238.868.615,86	585.646.475,61
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.411.025.065,71	748.292.094,28
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	88.768.653,25	88.669.976,66
- Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	11.204.775.225,37	9.809.338.359,00
- Demais Obrigações a Longo Prazo	459.092.582,72	615.986.445,86
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.752.636.461,34	10.513.994.781,52
TOTAL DO PASSIVO	13.163.661.527,05	11.262.286.875,80

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
- Demais Reservas	0,00	0,00
- Resultados Acumulados	22.701.999.095,15	19.935.049.380,12
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.701.999.095,15	19.935.049.380,12
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.865.660.622,20	31.197.336.255,92

Ativo Financeiro	4.051.569.517,38	2.761.249.789,49
Ativo Permanente	31.814.091.104,82	28.436.086.466,43
Passivo Financeiro	1.689.201.294,14	1.009.258.054,36
Passivo Permanente	11.818.209.568,52	10.513.994.781,52
SALDO PATRIMONIAL	22.358.249.759,54	19.674.083.420,04

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 106

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro da Administração Direta

(R$ 1,00)

FONTES DE RECUROSOS	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Fontes Diversas	678.416.497,64	1.040.947.217,71
1.00.00	-Recursos Ordinários	44.961.160,00	466.298.816,87
01.01.00	-Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados-FPE	426.541.920,42	532.007.044,73
02.07.00	-Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	1.023.763,41	2.603.312,44
1.10.00	- Recursos Provenientes do FECOP	17.299.167,52	39.491.761,59
2.11.00	- Cota-Parte da CIDE	240.842,22	47.700,17
2.12.00	- Alienações de Bens	44.412.982,93	0,00
2.14.00	- Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	95.242.040,58	0,00
2.16.00	-Compensação Ambiental	71.160.363,52	52.364.915,11
1.44.00	-Ind. p/ Extração do Petróleo, Xisto e Gás	1.170.110,71	14.203,01
2.50.00 e 2.51.00	-Rec. Provenientes do FUNDEB e Comp. da União	-32.645.070,03	-59.590.852,75
2.76.00	- Recursos Provenientes do FIT	9.009.216,36	7.710.316,54
	Operações de Crédito	1.208.179.281,63	237.191.935,58
2.46,38	-Operações de Crédito Internas- CPAC MCMV - Maranguapinho	1.622.307,92	987.710,83
2.46,43	-Operações de Crédito Internas-BNDES/PEF	34,93	34,93
2.46,45	-Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	1.435.461,47	2.388.089,81
2.46,47	-Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	21.372.960,40	8.114.929,70
2.46,54	-Operações de Crédito Internas - TES/BB	1.070.387.224,96	0,00
2.46,56	-Operações de Crédito Internas- TES/CEF	959.930,35	750.326,99
2.48.40	-Operações de Crédito Externas -SWAP- não Condicionada	283.349,73	-1.437.955,70
2.48.48	-Operações de Crédito Externas - Tesouro	8.310.599,02	39.604.787,43
2.48.57	-Operações de Crédito Externas- Tesouro/KFW	66.874,44	75.919,49
2.48.58	-Operações de Crédito Externas- Tesouro/BIRD	-38.759.748,84	70.199.652,69
2.48.59	-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	67.220.926,58	105.148.512,93
2.48.64	-Operações de Crédito Externas - Tesouro/FIDA	2.342.636,69	9.315.301,21
2.48.65	-Operações de Crédito Externas - Tesouro/CAF	40.665.576,92	4.793.928,52
.248.69	-Operações de Crédito Externas - PforR	32.271.147,06	-2.749.303,25
	Convênios	475.772.443,97	473.852.581,84
2.80.80	-Convênios com Órgãos Internacionais - Adm Direta	2.132,24	0,00
2.82.82	-Convênios com Órgãos Federais - Adm Direta	466.253.248,90	473.432.635,95
2.86.86	-Convênios com Órgãos Municipais - Adm. Direta	9.466.248,06	522.800,39
2.88.88	-Convênios com Órgãos Privados - Adm. Direta	50.814,77	-102.854,50
	TOTAL	2.362.368.223,24	1.751.991.735,13

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Balanço Patrimonial da Administração Direta, no exercício de 2017, apresentou em seu ativo financeiro o montante de R$ 4.051.569.517,38, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R$ 1.689.201.294,14, tendo como resultado um superávit financeiro no montante de R$ 2.362.368.223,24. Desse superávit, R$ 116.858.752,48 estão comprometidos com os pagamentos das obrigações da administração indireta (Recursos do Tesouro: R$ 104.664.579,37; Outras Fontes-Recursos Próprios R$ 9.317,18, e Outras Fontes-Operações de Crédito: R$ 12.184.855,93). O Ativo Permanente totalizou um montante de R$ 31,814 bilhões, enquanto o Passivo Permanente totalizou R$ 11,818 bilhões. A Situação Patrimonial, evidenciada no Balanço Patrimonial Consolidado de 2017, foi positiva em R$ 22.358 bilhões.

Os componentes do patrimônio da Administração Direta são registrados pelos valores originais de aquisição, produção ou construção e na moeda do País.

A seguir, demonstra-se o detalhamento consolidado dos saldos dos bens móveis e imóveis do Estado do Ceará, que compõem o grupo do Imobilizado:

TABELA 107

Demonstrativo do Imobilizado da Administração Direta

(R$1,00)

TÍTULOS	2016	2017	VAR. % (B/A)
BENS MÓVEIS	3.581.189.550,54	3.722.052.475,39	3,93
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.169.693.307,01	1.231.024.614,11	5,24
Bens de Informática	427.176.307,92	443.203.530,01	3,75
Móveis e Utensílios	428.008.411,33	445.845.932,30	4,17
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	88.923.230,05	92.823.127,51	4,39
Veículos	1.317.566.722,51	1.349.928.287,97	2,46
Bens Móveis em Andamento	3.732.814,90	3.732.814,90	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	1.575.104,42	1.646.303,51	4,52
Armamentos	21.855.048,48	22.834.921,58	4,48
Demais Bens Móveis	122.658.603,92	131.012.943,50	6,81
BENS IMÓVEIS	11.019.564.229,86	13.075.914.888,64	18,66
Bens de Uso Especial	9.610.956.461,70	10.898.999.868,61	13,40
Bens Dominicais	5.966.700,76	66.950.994,16	1.022,08
Bens de Uso Comum do Povo	963.512.134,23	1.223.454.548,50	26,98
Bens Imóveis em Andamento	108.406.472,30	112.771.329,86	4,03
Instalações	87.399.850,15	96.171.172,23	10,04
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	177.679.256,17	221.630.373,83	24,74
Investimentos de Capital a Incorporar	151.248,73	573.119,39	278,93
Demais Bens Imóveis	65.492.105,82	455.363.482,06	595,30
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	3.500.404,78	20.513.439,66	486,03
TOTAL	14.597.253.375,62	16.777.453.924,37	14,94

Fonte: SEFAZ/CECAD

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Em 2015, o Estado já iniciou os procedimentos contábeis de depreciação e amortização em alguns órgãos, conforme Decreto estadual nº 31.340/2013. É importante destacar, que o Decreto nº 32.119, de 29 de dezembro de 2017, alterou o Art. 38. do Decreto 31.340/2013, e prorrogou para 2017 o prazo máximo para implantação desses procedimentos e do ajuste do valor contábil dos bens patrimoniais.

A Portaria do STN nº 548 de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre prazos limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da federação para a consolidação das contas públicas da União, dos Estados e dos Municípios, também estabeleceu novos prazos para a implantação dos procedimentos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de bens móveis e imóveis e respectiva depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável, com isso, a obrigatoriedade dos registros contábeis desses procedimentos foram prorrogados para o exercício de 2019 para os Estados e DF.

Considerando a necessidade de atender a obrigatoriedade de realizar esses procedimentos no patrimônio do Estado do Ceará, foram desenvolvidos critérios e procedimentos para o registro e atualização dos valores líquidos dos bens patrimoniais de todos os órgãos em 2017, e atualmente os órgãos estão em processo de inventário dos bens móveis e imóveis para que possam realizar os ajustes do patrimônio na contabilidade. Destacamos ainda, que a Secretaria da Fazenda - SEFAZ em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG já iniciaram discussão para a elaboração dos procedimentos de integração do Sistema de Gestão de Bens Móveis - SGBM, com o Sistema de Gestão Por Resultados - S2GPR.

Vale ressaltar que os órgãos que implantaram o sistema de procedimentos para reavaliação, depreciação e amortização dos bens foram: Tribunal de Contas do Estado, Secretaria do Meio Ambiente e a Agência Reguladora de Serviços Públicos - ARCE. Portanto, foi registrada, contabilmente, a redução do valor original dos bens móveis, imóveis sob a suas responsabilidades, conforme estabelece NBCT 16.9 e NBCT 16.10, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Pública - NBCASP.

Acrescenta-se ainda que os bens adquiridos e incorporados automaticamente no ato da contabilização pelos fundos especiais do Estado foram desincorporados dos mesmos e transferidos para os órgãos da Administração Direta onde estão vinculados, conforme evidencia-se na Tabela que segue.

TABELA 108

Demonstrativo Dos Valores de Bens Adquiridos Pelos Fundos

(R$ 1,00)

ÓRGÃOS DE ORIGEM DAS DESINCORPORAÇÕES DE BENS	UG	VALOR	ÓRGÃOS DE DESTINO DAS INCORPORAÇÕES DE BENS	UG	VALOR
FERMOJU	40101	4.697.554,35			
FUNSEG	40301	2.893.984,99	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	40001	7.591.539,34
FUNDO DE DEFESA SOCIAL	100601	53.260,02			
FDS UNIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL	100606	0,00			
FDS POLÍCIA CIVIL	100607	60.760,75			
FDS POLÍCIA MILITAR	100608	1.223.356,72	SEC, DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	100001	3.130.528,74
FDS CORPO DE BOMBEIROS	100609	1.437.777,53			
FDS COLÉGIO POLÍCIA MILITAR	100610	56.740,43			
FDS COLÉGIO CORPO DE BOMBEIROS	100611	298.633,29			
FDS SEC, DE JUSTIÇA E CIDADANIA	100612	0,00	SEC, DE JUSTIÇA E CIDADANIA	180001	0,00
FDCC	105001	18.793.506,71	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CE	101041	18.793.506,71
FUNDO DE MODERNIZ E REAPARELHA DA PGE (2016)	130201	630.630,00	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	130001	1.496.093,34
FUNDO DE MODERNIZ E REAPARELHA DA PGE (2017)	130201	865.463,34			
FEAS	470201	2.588.164,67	SECRETARIA DO TRABALHO E DEFESA SOCIAL	470001	2.598.001,67
FUNDART	470301	9.837,00			
FAADEP	60101	4.500,00	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL	60001	4.500,00
FUNDO DE REA DE MODERNIZAÇÃO DO MP DO CEARÁ	150501	3.399.963,34	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	150001	3.446.498,21
FDID	150201	46.534,87			
FUNDES	240401	17.293.602,36			
CEO RODOLFO TEOFILO	240344	0,00			
CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARA	240424	795.318,11			
HOSPITAL GERAL MILITAR	240479	170.124,90			
HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	241281	1.182.068,11			
HOSPITAL DE MESSEJANA	241291	1.262.466,95			
HOSPITAL GERAL CESAR CALS DE OLIVEIRA	241301	2.833.421,51			
HOSPITAL INFANTIL DR ALBERTO SABIN	241311	0,00			
HOSPITAL DE SAUDE MENTAL DE MESSEJANA	241321	0,00	SECRETARIA DA SAÚDE	240001	23.751.012,50
HOSPITAL SAO JOSE	241331	108.789,23			
CENTRO ESPECIALIZADO DE ODONTOLOGIA	241501	0,00			
INSTITUTO DE PREVENCAO DO CANCER DO CEARA	241521	7.553,74			
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA	241531	22.962,44			
CENTRO INTEGRADO DE DIABETES E HIPERTENCAO	241561	0,00			
CENTRO DE SAUDE DONA LIBANIA	241581	0,00			
POSTO DE ASSISTENCIA MEDICA DO MEIRELES	241591	0,00			
CENTRO ODONTOLOGICO TIPO II CEO JOAQUIM TAVORA	241621	74.705,15			
FUNDO EST, DE DESENV, DA AGRICULTURA FAMILIAR	211301	0,00	SECREATARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	210001	0,00
FUNDO ESTADUAL DA CULTURA	270401	31.000,00	SECRETARIA DE CULTURA	27001	31.000,00
FUNDO DO DESENV, DO ESPORTE E JUVENTUDE	420101	914.547,26	SECRETARIA DE ESPORTE	420001	914.547,26
TOTAL		61.757.227,77	TOTAL		61.757.227,77

Fonte: SEFAZ/CECAD

Na Tabela que segue evidencia-se a composição do Ativo Financeiro da Administração Direta segregado por fonte de recursos.

A disponibilidade de caixa é composta por recursos do tesouro e por recursos vinculados. Ao final do exercício de 2017, os ativos financeiros totalizaram R$ 4.051.569.517,38 sendo, R$ 1.351.837477,98 de recursos ordinários incluindo o FPE e R$ 2.699.732.039,40, considerados vinculados.

TABELA 109

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa da Administração Direta

(R$ 1,00)

ATIVO FINANCEIRO	VALOR
Fontes Diversas	2.143.947.227,47
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	884.454.540,02
FR 1.01.00-Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados-FPE	467.382.937,96
FR 2.07.00-Cota-Parte da Contribuição do Salário -Educação	3.964.955,84
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	47.353.295,32
FR 2.11.00-Cota-Parte da CIDE	240.842,22
FR 2.12.00- Alienação de Bens	44.412.982,93
FR 2.14.00-Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	603.329.055,97
FR 2.16.00-Compensação Ambiental	74.726.548,83
FR 1.44.00-Ind. p/ Extração do Petróleo, Xisto e Gás	1.170.110,71
FR 2.50.00 e 2.51.00-Recursos Provenientes do FUNDEB e Complemento da União	6.014.010,89
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	10.897.946,78
Operações de Crédito	1.333.546.078,69
FR 2.46.38-Operações de Crédito Internas- CPAC MCMV - Maranguapinho	1.622.307,92
FR 2.46.43-Operações de Crédito Internas-BNDES/PEF	34,93
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	1.804.006,98
FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	21.564.687,32
FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas - TES/BB	1.070.387.224,96
FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas-TES/CEF	998.860,63
FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas -SWAP- não Condicionada	316.795,39
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas - Tesouro	12.841.125,20
FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas- Tesouro/KFW	66.874,44
FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas- Tesouro/BIRD	22.118.584,76
FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	85.202.433,80
FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas - Tesouro/FIDA	13.556.169,30
FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas - Tesouro/CAF	51.374.287,40
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas - PforR	51.692.685,66
Convênios	574.076.211,22
FR 2.80.80-Convênios com Órgãos Internacionais - Adm Direta	2.132,24
FR 2.82.82-Convênios com Órgãos Federais - Adm Direta	563.403.930,79
FR 2.86.86-Convênios com Órgãos Municipais-Adm. Direta	10.619.333,42
FR 2.88.88-Convênios com Órgãos Privados-Adm. Direta	50.814,77
TOTAL	4.051.569.517,38

Fonte: SEFAZ/CECAD

A diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o passivo Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Administração Direta em 2017, resultou num superávit financeiro de R$ 2.362.368.223,24, nos termos do art. 43 § 2º , da Lei nº 4.320/64. A tabela abaixo demonstra o Superávit Financeiro evidenciando ativo e passivo financeiro por fonte de recursos.

TABELA 110

Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Direta

(R$1,00)

ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PASSIVO FINANCEIRO	VALOR	SUP. FINANCEIRO
Fontes Diversas	2.143.947.227,47	Fontes Diversas	1.465.530.729,83	678.416.497,64
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	884.454.540,02	FR 1.00.00-Recursos Ordinários	839.493.380,02	44.961.160,00
FR 1.01.00-Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados-FPE	467.382.937,96	FR 1.01.00-Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados-FPE	40.841.017,54	426.541.920,42
FR 2.07.00-Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	3.964.955,84	FR 2.07.00-Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	2.941.192,43	1.023.763,41
FR 1.10.00- Recursos Provenientes do FECOP	47.353.295,32	FR 1.10.00- Recursos Provenientes do FECOP	30.054.127,80	17.299.167,52
FR 2.11.00- Cota-Parte da CIDE	240.842,22	FR 2.11.00- Cota-Parte da CIDE	0,00	240.842,22
FR 2.12.00- Alienações de Bens	44.412.982,93	FR 2.12.00- Recurosos de Alienações de Bens	0,00	44.412.982,93
FR 2.14.00- Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	603.329.055,97	FR 2.14.00- Receita de Depósitos Judiciais	508.087.015,39	95.242.040,58
FR 2.16.00-Compensação Ambiental	74.726.548,83	FR 2.16.00-Compensação Ambiental	3.566.185,31	71.160.363,52
FR 1.44.00-Ind. p/ Extração do Petróleo, Xisto e Gás	1.170.110,71	FR 1.44.00-Ind. p/ Extração do Petróleo, Xisto e Gás	0,00	1.170.110,71
FR 2.50.00 e 2.51.00 -Rec. Provenientes do FUNDEB e Comp. da União	6.014.010,89	FR 2.50.00 e 2.51.00 -Rec. Provenentes do FUNDEB e Comp. da União	38.659.080,92	-32.645.070,03
FR 2.76.00- Recursos Provenientes do FIT	10.897.946,78	FR 2.76.00- Recursos Provenientes do FIT	1.888.730,42	9.009.216,36
Operações de Crédito	1.333.546.078,69	Operações de Crédito	125.366.797,06	1.208.179.281,63
FR 2.46.38-Operações de Crédito Internas- CPAC MCMV - Maranguapinho	1.622.307,92	FR 2.46.38-Operações de Crédito Internas- CPAC MCMV - Maranguapinho	0,00	1.622.307,92
FR 2.46.43-Operações de Crédito Internas-BNDES/PEF	34,93	FR 2.46.43-Operações de Crédito Internas-BNDES/PEF	0,00	34,93
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	1.804.006,98	FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	368.545,51	1.435.461,47
FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	21.564.687,32	FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	191.726,92	21.372.960,40
FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas - TES/BB	1.070.387.224,96	FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	0,00	1.070.387.224,96
FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas- TES/CEF	998.860,63	FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas- PROINVESTE	38.930,28	959.930,35
FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas -SWAP- não Condicionada	316.795,39	FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas -SWAP- não Condicionada	33.445,66	283.349,73
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas - Tesouro	12.841.125,20	FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas - Tesouro	4.530.526,18	8.310.599,02
FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas- Tesouro/KFW	66.874,44	FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas- Tesouro/KFW	0,00	66.874,44
FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas- Tesouro/BIRD	22.118.584,76	FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas- Tesouro/BIRD	60.878.333,60	-38.759.748,84
FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	85.202.433,80	FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	17.981.507,22	67.220.926,58
FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas - Tesouro/FIDA	13.556.169,30	FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas - Tesouro/FIDA	11.213.532,61	2.342.636,69
FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas - Tesouro/CAF	51.374.287,40	FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas - Tesouro/CAF	10.708.710,48	40.665.576,92
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas - PforR	51.692.685,66	FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas - PforR	19.421.538,60	32.271.147,06
Convênios	574.076.211,22	Convênios	98.303.767,25	475.772.443,97
FR 2.80.80-Convênios com Órgãos Internacionais - Adm Direta	2.132,24	FR 2.82.80-Convênios com Órgãos InternacionaisFederais - Adm Direta	0,00	2.132,24
FR 2.82.82-Convênios com Órgãos Federais - Adm Direta	563.403.930,79	FR 2.82.82-Convênios Com Órgãos FederaisS - Adm Direta	97.150.681,89	466.253.248,90
FR 2.86.86-Convênios com Órgãos Municipais - Adm. Direta	10.619.333,42	FR 2.86.86-Convênios Com Órgãos Municipais - Adm. Direta	1.153.085,36	9.466.248,06
FR 2.88.88-Convênios com Órgãos Privados - Adm. Direta	50.814,77	FR 2.88.88-Convênios Com Órgãos Privados - Adm. Direta	0,00	50.814,77
TOTAL	4.051.569.517,38	TOTAL	1.689.201.294,14	2.362.368.223,24

Fonte: SEFAZ/CECAD

Adicionalmente, evidencia-se também o cálculo do Superávit Financeiro da Administração Direta, considerando as contas contábeis de ativo e passivo financeiro.

TABELA 111

Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Direta

(R$1,00)

ATIVO	VALORES	PASSIVO	VALORES
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	4.050.626.140,92	Passivo (Atributo F)	1.345.451.958,53
1.1.2.2.2 Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	499.689,77	6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	326.967.887,60
1.1.3.8.1.09 Numerários em Trânsito (F)	413.105,24	6.3.1.1-RP Não Processados a Liquidar	16.781.448,01
1.1.3.8.2.10 Arrecadação DAE a Recuperar (F)	30.581,45		
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	4.051.569.517,38	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	1.689.201.294,14
SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.362.368.223,24		

Fonte: SEFAZ/CECAD

Vale ressaltar que no montante de R$ 2.362.368.223,24 está contida a quantia de R$ 116.858.752,48, comprometida com as obrigações dos órgãos da Administração Indireta que dependem total ou parcial das fontes do tesouro e de operações de crédito.

A seguir demonstra-se o quociente de situação financeira, comparando-se o exercício de 2017 com o de 2016.

TABELA 112

Demonstrativo do Quociente da Situação Financeira da Administração Direta - 2016/2017

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2016		2017	
Ativo financeiro	2,761,249,789.49	2.74	4,051,569,517.38	2.40
Passivo Financeiro	1,009,258,054.36		1,689,201,294.14	

Fonte: SEFAZ/CECAD

Em 2017, para cada R$ 1,00 de compromissos e obrigações em curto prazo, existem 2,40 de disponibilidade financeira para a sua liquidação.

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo Circulante e Não-Circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo " Dívida Ativa Estadual", fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, em que se evidenciam as inscrições, as baixas, as atualizações, os cancelamentos e o saldo final em favor da Fazenda Pública, apresentando neste exercício um estoque de R$ 9.990.485.412,19, composto de : R$ 93.774.279,88 a Curto Prazo e R$ 9.896.711.132,31 a longo prazo. Do estoque de curto prazo R$ 85.682.184,05 é Dívida Ativa

Tributária e R$ 8.092.095,83 Dívida ativa são Não Tributária; e de longo prazo R$ 9.659.190.065,14 Dívida ativa o Tributários e R$ 237.521.067,17 Dívida Ativa Não Tributária.

Os créditos da Dívida Ativa são o objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada de acordo com o índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, várias medidas foram implementadas no ano de 2017 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida ativa.

Acerca das medidas de combate à evasão e sonegação , implantadas em 2017 tem-se a informar o seguinte:

I- Instituição do AIRA- Ação Integrada para Recuperação de Ativos, constituído pela PGE< SEFAZ e SSPDS, conforme Decreto nº 32.249, de 07/06/2017;

II- Instituição do modelo de "TERMO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE DÉBITO NÃO TRIBUTÁRIO NA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO DO CEARÁ" contendo os requisitos indispensáveis à inscrição do débito não tributário na Dívida Ativa Estadual, conforme portaria nº 10, de 31/05/2017;

III- realização da Semana de Conciliação Fiscal, uma parceria PGE/SEFAZ/DETRAN com o poder judiciário (TJ e Fórum da Capital), realizada de 24 a 28 de julho;

IV- Prioridade no ajuizamento das Execuções Fiscais de grandes débitos, assim compreendidos aqueles com valor superior a R$ 500.000,00 , de modo que de setembro a dezembro de 2017 foram ajuizadas 105 Execuções Fiscais, totalizando R$ 312.686.221,86 .

Para 2018 estão previstas as seguintes medidas:

I- Implementação do envio do protesto de débitos tributários por meio eletrônico, inclusive de devedores do interior do Estado, medida que agilizará e permitirá um aumento considerável do número de protestos e, por conseguinte, o incremento da cobrança administrativa;

II-Ajuizamento do débito tributário dos devedores da Capital e Comarcas com processo eletrônico (e-SAJ) através do sistema próprio denominado "Portal da Dívida", medida que permite maior celeridade e controle;

III-Formalização do núcleo de Grandes Devedores e Ações Estratégicas, destinado ao acompanhamento das demandas judiciais e Execuções Fiscais de grande valor ou impacto;

IV- Prioridade no ajuizamento das Execuções fiscais de grandes débitos, assim compreendidos aqueles com valor superior a R$ 500.000,00.

A seguir demonstra-se a posição das ações ajuizadas para cobrança da Dívida Atíva.

TABELA 113

Demonstrativo Das Ações Ajuizadas Para Cobrança da Dívida Ativa

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AJUIZAMENTOS	VALORES
1. Tributários	3.018	542.447.847,08
2. Não Tributários	652	40.206.707,02
TOTAL	3.670	582.654.554,10

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

TABELA 114

Demonstrativo da Evolução do Montante de Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa 2009 a 2017

(R$ 1,00)

EXERCÍCIO	QUANTIDADE	VALORES
2009	21.865	549.164.184,33
2010	35.958	872.935.752,65
2011	97.579	980.323.263,69
2012	141.487	482.881.280,61
2013	129.612	592.115.342,57
2014	129.074	856.658.040,76
2015	186.254	971.779.120,39
2016	252.289	1.098.499.733,36
2017	303.852	969.186.223,82

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

Conforme tabela anterior, do período de 2009 a 2017 ocorreu uma evolução do montante de créditos tributários passíveis de cobrança administrativa em 76,48% (não ajuizados).

4.1.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

BPDIR - 01- Detalhamento da Conta " Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo"

TABELA 115

Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1.169.121.934,44	1.343.438.496,66
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	1.169.091.352,99	1.343.438.496,66
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	122.469.212,91	128.130.604,10
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	413.105,24	20.134,22
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	929.355.693,21	1.122.128.874,24
1.1.3.8.1.34.01	Creditos a Receber - PROVIN (P)	929.355.693,21	1.122.128.874,24
1.1.3.8.1.36	Créditos a Receber - PROADE	116.852.881,66	93.158.424,13
1.1.3.8.1.36.01	Créditos a Receber - PROADE(P)	116.852.881,66	93.158.424,13
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber	459,97	459,97
1.1.3.8.2	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	30.581,45	0,00
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	30.581,45	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPDIR - 02 - Detalhamento da Conta " Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo"

A tabela a seguir evidencia a composição da conta " Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo".

TABELA 116

Demonstrativo de Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-878.000.424,41	-1.059.599.611,12
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créd. e Val. a Curto Prazo - Consolidação	-878.000.424,41	-1.059.599.611,12
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI (P)	-762.535.535,54	-967.526.698,95
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-762.535.535,54	-967.526.698,95
1.1.3.9.1.05	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROADE (p)	-115.464.888,87	-92.072.912,17

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPDIR - 03 - Detalhamento da Conta "Crédito a Longo Prazo"

A Tabela a seguir demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

TABELA 117

Demonstrativo de Créditos a Longo Prazo da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	9.842.618.345,21	8.907.722.252,60
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	9.657.434.395,35	8.878.729.750,89
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	9.659.190.065,14	8.069.000.641,90
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	172.202.773,71	1.069.492.294,83
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	57.400.924,57	360.333.910,62
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	7.917.368.905,85	6.113.281.702,09
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	1.512.217.461,01	525.892.734,36
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa não Tributária - Clientes	237.521.067,17	784.412.395,14
1.2.1.1.1.04.04	Dívida Ativa - Não Tributária	237.521.067,17	784.412.395,14
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	167.698.466,83	226.733.867,22
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Finaciamentos - PROAPI (P)	167.698.466,83	226.733.867,22
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-406.975.203,79	-201.417.153,37
1.2.1.1.1.99.04	(-) Ajuste para Perdas DE Dívida Ativa	-258.917.838,99	0,00
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-148.057.364,80	-201.417.153,37
1.2.1.1.2	Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	185.183.949,86	28.992.501,71
1.2.1.1.2.07	Créditos por Honra de Garantias	185.183.949,86	28.992.501,71

Fonte: SEFAZ/CECAD

Os Valores relativos à Provisão de perdas que existem para o recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa do Estado, ou seja, aqueles que apresentam significativa probabilidade de não realização, a SEFAZ recebeu da Procuradoria-Geral do Estado - PGE informação de que não havia, até o ano de 2017, estudos específicos sobre a provisão de perdas relacionadas com a dívida ativa tributária e não tributária.

Todavia, em atenção à solicitação da SEFAZ através do Ofício nº 02/2018 para o Procurador e às recomendações emanadas do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Ceará, iniciaram-se, ainda no final de 2017, estudos sobre o tema, visando o ano de 2018.

Conquanto essa avaliação ainda seja incipiente, progrediu-se na fixação de parâmetro para a determinação de um resultado, tendo-se concluído, neste primeiro exame, que se poderia eleger, como critério para a provisão de perdas, o prazo prescricional. Assim, débitos que, por seus dados cadastrais, insinuam a consumação prescrição, notadamente aqueles ainda não objeto de ajuizamento, serão contados como perda provável.

A Procuradoria-Geral do Estado informou ainda que manterá permanente estudo com o objetivo de aprimorar a metodologia de apuração e a definição de novos critérios para a indicação da provisão de perdas.

Foi registrado na Contabilidade na Conta " 1.2.1.1.1.99.04 (-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária ", em 2017, o montante de R$ 258.917.838,99 de débitos com provável prescrição de 110.061 inscrições sendo reconhecidas as perdas apuradas conforme critério definido pela PGE .

BPDIR - 04 - Detalhamento da Conta "Valores Restituíveis"

A tabela a seguir evidencia a composição da conta " Valores Restituíveis".

TABELA 118

Demonstrativo de Valores Restituíveis da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
2.1.8.8	Valores Restituíveis	1.137.384.465,98	565.476.734,69
2.1.8.8.1	Valores Restituíveis - Consolidação	1.137.383.615,57	564.936.386,54
2.1.8.8.1.01	Consignações	56.869.862,89	38.954.973,03
2.1.8.8.1.01.01	Consignações do Exercício	33.384.256,69	14.682.916,76
2.1.8.8.1.01.02	Consignações de Exercício Anteriores	624.632,32	1.411.082,39
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	22.860.973,88	22.860.973,88
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	508.087.015,39	0,00
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	25.273.798,91	26.279.021,83
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	542.707.182,36	494.101.660,91
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	4.457.783,29	5.574.146,34
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	-12.027,27	26.584,43
2.1.8.8.2	Valores Restituíveis - Intra OFSS	850,41	540.348,15
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	850,41	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPDIR - 05 - Movimentação na Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2017 foram registrados ajustes atribuídos a exercícios anteriores que reduziram o saldo negativo desse grupo em R$ 150.434.315,95 (o saldo passou de R$ 435.239.647,11 em 2016 para R$ 284.805.331,16 em 2017). A Tabela abaixo evidencia a composição dos ajustes efetuados.

TABELA 119

Demonstrativo de Ajustes de Exercícios Anteriores da Administração Direta

(R$ 1,00)

Tipo de Ajuste no Patrimônio Líquido	Valor
Transferência do saldo inicial de Ajustes para Resultados Acumulados	435.239.647,11
Despesas de Exercícios Anteriores liquidadas no exercício	-95.510.190,91
Reavaliação e demais ajustes no Ativo	-176.525.795,67
Depreciação de exercícios anteriores	-12.769.344,58
TOTAL	150.434.315,95

Fonte: SEFAZ/CECAD

Para atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, os saldos de ajustes de exercícios anteriores a 2017 que estavam acumulados nesta conta foram transferidos para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores. Resta na conta Ajustes de Exercícios Anteriores apenas o somatório dos ajustes realizados no exercício de 2017. Deste exercício em diante, portanto, ocorrerá o mesmo procedimento, a fim de que a conta Ajustes de Exercícios Anteriores somente evidencie os valores atribuíveis a exercícios encerrados e que foram lançados na contabilidade no exercício atual. O procedimento acima citado gerou um registro de baixa de R$ 435.239.647,11. Como o saldo da conta estava negativo no começo de 2017, o registro de baixa desse saldo gerou um movimento positivo.

Ressalta-se ainda que o valor de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) liquidados no exercício totalizou um ajuste negativo de R$ 95.510.190,91.

BPDIR-06 - Divergência nos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores

O somatório dos grupos “superávit ou déficit do exercício” e “superávits ou déficits de exercícios anteriores” de 2016 está divergindo em R$ 435.239.647,11 do saldo de “superávits ou déficits de exercícios anteriores” em 2017, conforme observa-se na tabela abaixo.

Esta diferença se refere à transferência de valor do saldo de ajustes de exercícios anteriores a 2017 acumulados nesta conta e que foram transferidos para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores. Restou na conta Ajustes de Exercícios Anteriores apenas o somatório dos ajustes realizados no exercício de 2017. Deste exercício em diante, portanto, ocorrerá o mesmo procedimento, a fim de que a conta Ajustes de Exercícios Anteriores somente evidencie os valores atribuíveis a exercícios encerrados e que foram lançados na contabilidade no exercício atual. Já a conta de Superávits ou Déficits acumulados terá incorporada ao seu saldo em todo exercício os saldos acumulados de ajustes de exercícios anteriores efetuados no exercício imediatamente anterior. Como esta foi a primeira vez que tal procedimento foi realizado, houve a transferência integral dos saldos anteriores ao exercício de 2017. Ressalta-se que este procedimento está alinhado com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição.

TABELA 120

Demonstrativo Dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores da Administração Direta

(R$ 1,00)

I - Superávits ou Déficits do Exercício - 2016	4.439.102.491,72
II - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2016	15.931.186.535,51
III - Total (I+II)	20.370.289.027,23
IV - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2017	19.935.049.380,12
V - Diferença (IV - III)	435.239.647,11

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPDIR - 07 - Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2015), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidades saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

> " § 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária."

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

TABELA 121

Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro da Administração Direta

(R$ 1,00)

PASSIVO (ATRIBUTO F)	1.345.451.958,53
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	326.967.887,60
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	16.781.448,01
(=) Passivo Financeiro	1.689.201.294,14

Fonte: SEFAZ/CECAD

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

4.1.3.2. DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Este capítulo do Balanço Geral do Estado busca trazer informações transparentes com a riqueza de detalhes de conceitos, informações, em gráficos e tabelas sobre a Dívida Pública estadual. Além disso, o Demonstrativo do Anexo 16, parte integrante deste relatório, traz um resumo de cada contrato com as suas principais características, como saldo devedor, movimentações durante o ano, taxa de juros, prazos, moedas, etc.

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, traz a seguinte definição em seu art. 98:

Dívida Fundada: compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

Já a Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, definiu em seu art. 29:

Dívida Pública Consolidada ou Fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Com o advento da Resolução do Senado Federal de nº 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal, definiu em seu art. 1º :

Dívida Pública Consolidada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;

Dívida Pública Mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios; e

Dívida Consolidada Líquida: dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Observa-se, que o conceito da LRF é mais abrangente que o art. 98 da Lei nº 4.320/64, inclusive considerando sinônimas as expressões dívida pública consolidada ou fundada. Num conceito mais restrito, pode ser definida como somatório das dívidas interna e externa de um Estado.

A principal diferenciação conceitual a respeito do déficit e dívida pública diz respeito a como estas variáveis se apresentam e como podem ser feitas temporalmente. Nesse sentido, o déficit público, dado como a diferença entre as despesas e as receitas orçamentárias do setor público, em determinado período de tempo, é uma variável de fluxo, enquanto a dívida pública, entendida como o montante dos débitos contraídos pelo setor público junto a outras entidades, públicas ou privadas, internas ou externas, é uma variável de estoque.

A dívida pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimentos do governo em obras públicas e nas políticas sociais. Além disso, os juros elevados significam a drenagem de recursos de um setor da sociedade (empresas e indivíduos que pagam impostos) para outro setor (os credores da dívida), agravando o problema da concentração de renda

no país. É importante que se destaque que a dívida pública permite ao governo financiar investimentos que geram externalidades positivas para a economia, uma vez que é possível transferir para gerações seguintes dispêndios com obras e programas que irão beneficiá-las, evitando-se que todo o custo recaia sobre a geração presente.

Níveis de endividamento elevados e insustentáveis, porém, podem ter influência deletéria, exigindo esforço fiscal significativo do governo, provocando efeitos contraproducentes sobre o nível de atividade.

Neste tocante, o Estado do Ceará apresenta uma situação destacada dentre os entes da federação em relação aos seu endividamento público, medido pela relação Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (DCL / RCL).

4.1.3.2.1. ESTOQUE DA DÍVIDA

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) encerrou o ano de 2017 em R$ 8.146 milhões, um montante 4,77% maior que em 2016, quando registrou R$ 7.775 milhões. Para a análise dessa variação, deve-se levar em conta o valor da maior receita de operação de crédito arrecadada pelo Estado ocorrida nesse ano de 2017, no montante de R$ 2.051 milhões, que influencia diretamente no aumento do estoque da dívida. Outro fator importante no estoque da dívida, refere-se a variação da cotação da moeda do dólar norte-americano. A cotação do dólar fim de período do ano de 2016, R$ 3,2591, para o ano de 2017, R$ 3,3080, aumentou cerca de 1,50%, colaborando para o acréscimo no estoque, em virtude de, aproximadamente, 49% do estoque da dívida estar atrelado a essa moeda.

Entretanto, ao contrário dos dois fatores anteriores que contribuíram negativamente para o estoque da DCL, a Disponibilidade de Caixa, que deduz da Dívida Consolidada para a formação da DCL, apresentada no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal, obrigatório pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentou o montante de R$ 3.674 milhões, no final do período de 2017, contra R$ 2.743 milhões em 2016, mesmo considerando a RCL de 2017 (R$17.779 milhões) um pouco inferior a RCL apurada em 2016 (R$17.832 milhões).

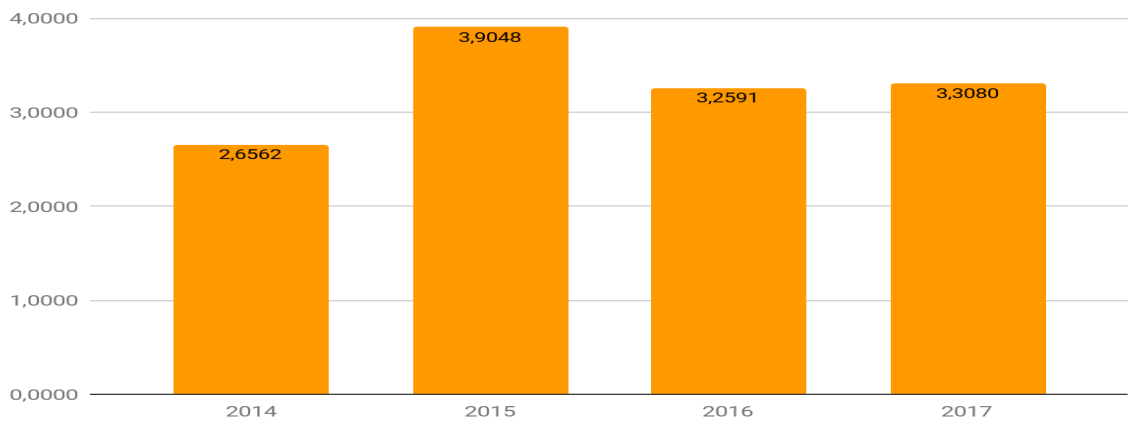
Deve-se levar em conta, também, o volume de amortização da dívida pública que alcançou o montante de R$ 975 milhões aproximadamente, que contribui diretamente no estoque da dívida, não considerado, neste montante os valores amortizados da dívida da COHAB/CE junto à União que são honradas pelo Tesouro Estadual.

O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na manutenção dos controles de seu endividamento, baseado em dois pilares: 1) no efetivo pagamento de juros e amortizações, sendo esta última superior aos juros; 2) no volume de liberações de operações de crédito abaixo do limite legal de 16% da RCL. Esses fatores contribuíram para uma manutenção da relação DCL / RCL ainda em patamares reduzidos, atingindo a relação aproximada de 0,46 em 2017, bem abaixo do limite de endividamento exigido pela LRF que é de 2,00 vezes a Receita Corrente Líquida, considerado o conceito de dívida consolidada líquida, da qual excluem os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

GRÁFICO XXIX

Evolução da Cotação do Dólar Fim de Período

(R$ 1,00)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

4.1.3.2.2. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

A tabela adiante mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2014 até 2017. Ao analisar referido período, observa-se, inicialmente, um aumento do estoque da dívida total do ano de 2014 para o ano de 2015, que passou de R$ 8.501 milhões para um saldo de R$11.113 milhões. Especificamente no biênio 2014-2015, vários fatores contribuíram para esse aumento do estoque. Primeiramente, cabe ressaltar, que o Estado do Ceará passou a ser uma das unidades da federação que apresenta um dos maiores montantes gastos, em valores absolutos, com despesas de investimentos, em todo o Brasil, chegando a apresentar a maior relação, de todos os estados, quando dividimos o valor do investimento com a receita corrente líquida. E esses investimentos, além de demandar recursos próprios, provenientes do Tesouro Estadual, requer, também, recursos de terceiros, onde estão contemplados os recursos de operação de crédito, que inevitavelmente afetam o estoque da dívida, contabilizando, para o ano de 2015, uma receita de operações de crédito no valor de R$ 1.540 milhões.

Outro aspecto que deva ser evidenciado, refere-se à escalada das moedas estrangeiras neste período 2014-2015, especificamente o dólar. A cotação do dólar no fim de 2014 era de R$ 2,6562, elevando-se para R$ 3,9048 no fim de 2015, uma elevação de 47,01%, agravado por toda a crise fiscal pela qual o país atravessou, e ainda atravessa. Essa variação expressiva contribuiu fortemente para o aumento do endividamento do Estado.

Investimentos voltados a programas de inclusão social, de combate à pobreza, de construções ou reformas de rodovias e investimentos nas áreas de turismo, necessitam, em quase sua totalidade, de operações com credores externos, tendo como

consequência a exposição do risco a moedas estrangeiras. Mesmo o Estado não possuindo o total de sua dívida lastreada em moedas do exterior, cerca de 49% do estoque está relacionado diretamente com o dólar, conforme já explicitado anteriormente.

A variação da dívida fundada de 2015 para 2016 teve uma redução de 5,35%, passando de R$ 11.113 milhões para R$ 10.519 milhões, mesmo contabilizando uma receita de operação de crédito de R$ 1.110 milhões. Essa diminuição do estoque, nesse último período, pode ser atribuída principalmente à queda na cotação do dólar, de R$ 3,9048 em 2015 para R$ 3,2591 em 2016, no considerável montante amortizado de R$ 843 milhões da dívida e também no refinanciamento do Contrato nº 003/97 STN/COAFI (PROES) baseado na Lei Complementar nº148/2014. No ano de 2017, houve novos aditivos a este Contrato, embora não afetando o seu estoque para este exercício. No item a seguir foi exposto uma contextualização destes aditivos ocorridos em 2016 e 2017.

Quanto à variação ocorrida no estoque da dívida fundada no fim do período de 2016 para o fim de 2017, de R$ 10.518 milhões para R$ 11.820 milhões, aumento de 12,38%, atribui-se, principalmente, ao valor expressivo da receita de operações de crédito nesse último ano de R$ 2.051 milhões.

TABELA 122

Demonstrativo da Composição da Dívida Fundada Estadual - 2014 a 2017

(R$ 1.000)

ANO	DÍV. INT. (A)	DÍV. EXT. (B)	DÍV. FUND. TOT. (C=A+B)	PIB (D)	RCL (E)	REL. DÍV. TOT. / PIB (C/D)	REL. DÍV. TOT. / RCL (C/E)
2014	5.183.907	3.317.221	8.501.128	126.054.472	14.418.478	6,7%	59,0%
2015	5.586.067	5.526.975	11.113.042	133.153.374	15.176.440	8,3%	73,2%
2016	5.348.602	5.169.933	10.518.535	133.978.695	17.831.937	7,9%	59,0%
2017	6.020.572	5.799.654	11.820.226	141.172.600	17.779.472	8,4%	66,5%

Fonte: SEFAZ/CEDIP
Nota 1: O valor do PIB do ano 2014 é definitivo e divulgado pelo IBGE. Os anos de 2015, 2016 e 2017 são projeções realizadas pelo IPECE sujeitos a alterações.
Nota 2: As informações da dívida fundada total se baseiam nos conceitos da LRF.
Nota 3: O valor da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios e contempla o parcelamento com INSS e PASEP.

4.1.3.2.3. REFINANCIAMENTO COM A UNIÃO DO CONTRATO Nº 003/97 STN/COAFI

O Estado do Ceará assinou em 14 de julho de 2017, o Quarto termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas (Contrato nº 003/97 STN/COAFI) celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, nos termos da Lei nº 9.496/97, da MP nº2.192-70/01, da LC nº 148/14 e dos Decretos nº 8.616/15 e de nº 8.665/16. O saldo desta dívida com a União em 31/12/2015 era de R$ 966 milhões e em 31/12/2017 foi reduzido para R$ 879 milhões, representando uma variação de 9% na diminuição de seu saldo.

A Lei Estadual nº 15.966/16, autorizou este refinanciamento para alteração às novas condições financeiras estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014 e no decreto federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015 e na concessão de descontos pela União sobre os saldos devedores existentes em 1º de janeiro de 2013. Observe detalhes na tabela a seguir:

TABELA 123

Demonstrativo do Contrato nº 003/97 STN/COAFI - Detalhes do Refinanciamento Com a União

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO NOVA
Base legal	MP 2192-70/01	LC Nº 148/14
Correção	IGP-DI	CAM* (IPCA)
Juros	6% ao ano	4% ao ano
Desconto obtido	-	R$124 milhões

Fonte: SEFAZ/CEDIP

***Coeficiente de atualização monetária aplicado a partir de 1º de janeiro de 2013 aos contratos de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de que tratam a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e o Decreto n° 8.616, de 29 de dezembro de 2015.**

Neste ano de 2017, o Estado do Ceará assinou em 22 de dezembro de 2017, o Quinto e Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 003/97 STN/COAFI, autorizado pela Lei Estadual nº 16.428, de 05 de dezembro de 2017, em concordância com a Lei Complementar nº156, de 28 de dezembro de 2016. Referidos aditivos contemplaram alterações em cláusulas relativas ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado e no alongamento de prazo do referido Contrato por mais 20 (vinte) anos.

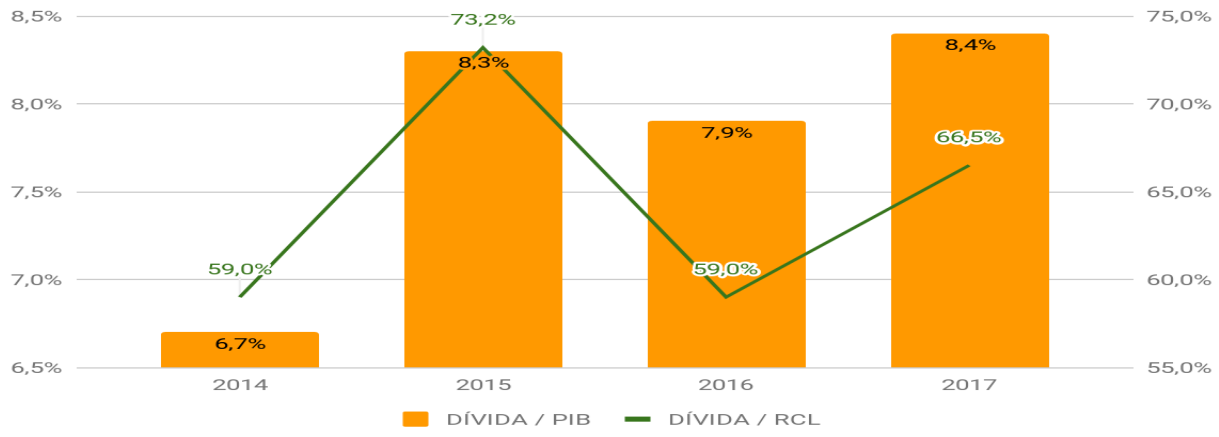
Com essas medidas, o Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na busca de equilíbrio de suas contas públicas, adotando uma postura fiscal responsável, apresentando à sociedade o retorno dessa política fiscal em forma de investimentos e melhorias dos serviços públicos.

4.1.3.2.4. O ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA E A SUA RELAÇÃO COM O PIB E A RCL

Uma das formas de análise para medir o volume de endividamento do setor público é a relação Dívida Fundada / Produto Interno Bruto, que demonstra solvência fiscal, a qual no Estado do Ceará mostrará um crescimento de 2014 para 2015, situação ainda confortável, em virtude do grande volume de investimentos que o Estado tem realizado nos últimos anos. Entretanto, existe um sinal de decréscimo no ano de 2016 em relação ao ano anterior. Na tabela anterior Composição da Dívida Fundada Estadual e gráfico a seguir percebe-se que em 2014 esta relação era de 6,7%, alcançando 8,3% no exercício de 2015 e reduzindo para 7,9% em 2016. No ano de 2017, essa relação alcança 8,4%, voltando ao patamar de 2015. Considerando a relação Dívida Fundada / RCL, passa do patamar de 59,0% em 2014 para 66,5% em 2017, evidenciando um aumento de 7,5 pontos percentuais, no período, do endividamento público cearense. Também a seguir, estão apresentados gráficos e tabelas que evidenciam a Dívida Consolidada por Credor e por tipo de Moeda.

GRÁFICO XXX

Evolução da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL - 2014 a 2017

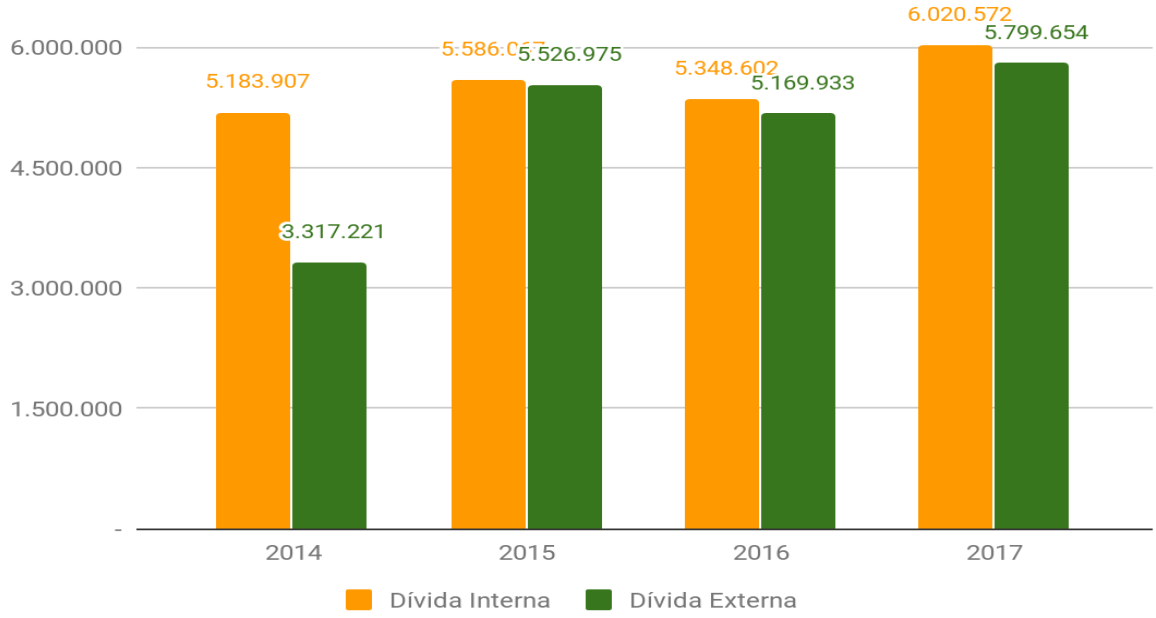


Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XXXI

Composição da Dívida Fundada Estadual - 2014 a 2017

(R$ 1,00)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

TABELA 124

Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada Por Credor

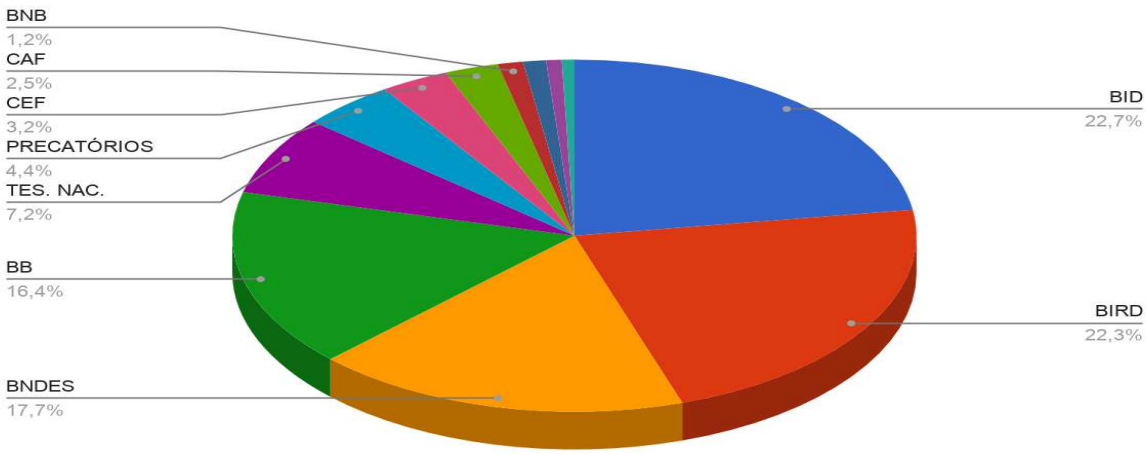
(R$ 1,00)

CREDOR	PARTIC. %	VALOR
BID	22,65%	2.676.663
BIRD	22,25%	2.630.169
BNDES	17,74%	2.097.142
BB	16,35%	1.932.985
TES. NAC.	7,20%	851.281
PRECATÓRIOS	4,44%	524.666
CEF	3,23%	381.282
CAF	2,53%	299.165
BNB	1,20%	142.431
MLW	1,08%	127.848
RFB	0,74%	87.387
OUTROS	0,59%	69.208
TOTAL	100,00%	11.820.226

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XXXII

Saldo Devedor da Dívida Fundada Por Credor



Fonte: SEFAZ/CEDIP

TABELA 125

Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada Por Moeda

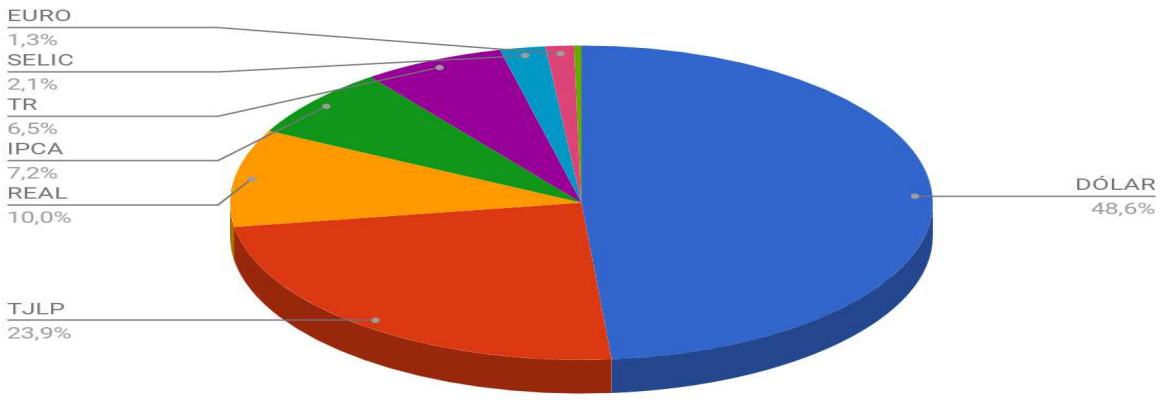
(R$ 1.000)

MOEDA	% TOTAL	VALOR
DÓLAR	48,63%	5.748.427
TJLP	23,90%	2.825.524
REAL	10,03%	1.184.918
IPCA	7,20%	851.281
TR	6,51%	769.788
SELIC	2,09%	246.631
EURO	1,30%	154.110
OUTROS	0,34%	39.548
TOTAL GERAL	100,00%	11.820.226

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XXXIII

Dívida Pública do Estado do Ceará - Saldo Devedor Por Moeda em 2017



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Precatórios

De acordo com o § 7º, do artigo 30, da Lei Complementar 101, de 04/05/2000, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em 2017, o saldo devedor dos precatórios foi de R$ 524.665.689,92, que em comparação com o exercício anterior houve um decréscimo de 14,83%. Essa diminuição deve-se, principalmente às baixas, pagamentos, ocorridos durante o ano que totalizaram R$ 114,8 milhões.

4.1.3.2.5. O SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

A tabela seguinte mostra a trajetória do serviço da dívida. Os números evidenciam que os juros e outros encargos da dívida, no ano de 2017, somaram R$ 452 milhões, representando 29,05% do serviço da dívida. Este valor comparado ao ano anterior demonstra um acréscimo de 6,97% em termos nominais, em virtude do volume de novas operações de crédito contratadas a partir de 2010, e consequentemente pelo volume de liberações ocorridas neste período até 2017, que geraram juros e encargos, e à influência da variação do câmbio.

As amortizações em 2017 alcançaram R$ 1.104 milhões, representando 70,95% do serviço da dívida, ficando superior ao ano de 2016 em 31,01%, em termos nominais. Neste montante de 2017, está considerado os valores amortizados da dívida da COHAB/CE junto à União que são honradas pelo Tesouro Estadual, que a partir de 2017 foram classificadas nesta Ação, o que influenciou o crescimento desta despesa em comparação ao ano de 2016.

Já o aumento das amortizações de 2016 em relação a 2015 explica-se devido ao fim do prazo de carência de operações de crédito, como pode-se relacionar, nas operações internas, o CPAC MARANGUAPINHO e CPAC Programa Minha Casa Minha Vida, com a Caixa Econômica Federal; BNDES ESTADOS e Correia Transportadora do TSID - 2ª Etapa, com o BNDES; CPAC Programa Minha Casa Minha Vida, com o Banco do Brasil; e nas operações externas, o PRODETUR Nacional, com o BID.

TABELA 126

Demonstrativo da Evolução do Serviço da Dívida Pública Estadual

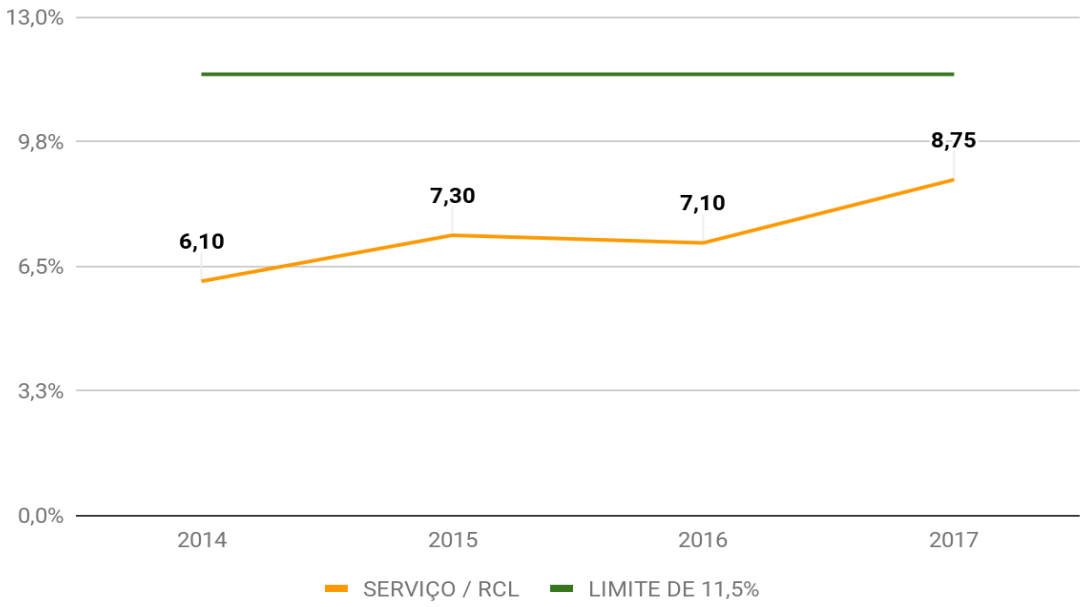
(R$ 1.000)

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016	2017
1. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	229.709	319.586	324.998	334.949
2. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	42.860	62.021	97.636	117.149
3. AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	398.802	414.426	522.057	794.620
4. AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	215.240	306.083	320.665	309.436
5. TOTAL SERVIÇO DA DÍVIDA (1+2+3+4)	886.611	1.102.117	1.265.357	1.556.155

Fonte: SEFAZ/CEDIP
Nota 1: O valor das amortizações de 2014 contempla a amortização extraordinária no valor de R$ 65.195 mil relativo às DMLP's, PNAFE e Contratos da CEF, com recursos do Tesouro Estadual;
Nota 2: O serviço da dívida fundada total também inclui COHAB/CE (amortização: R$ 128.841 mil e encargos: R$ 27.351 mil), precatórios (amortização: R$ 114.781 mil) e contempla o parcelamento com INSS e PASEP (amortização: R$ 6.930 mil).

Em relação à capacidade de pagamento anual limitada a 11,5% da RCL, conforme Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o Estado do Ceará cumpriu o limite para 2017 com 8,75% de comprometimento. Em 2016, o comprometimento foi de 7,10% em relação a RCL. Em termos absolutos houve crescimento do montante do serviço, do ano de 2016 para 2017, de aproximadamente R$ 291 milhões, tendo o serviço da dívida da COHAB/CE (R$ 156 milhões) representado 54% desse aumento, visto que, a partir de 2017, foi classificado no serviço da Dívida Pública Estadual, conforme explicitado anteriormente.

GRÁFICO XXXIV
Capacidade de Pagamento Anual da Dívida Pública-Limitada 11,5% da RCL
Período: 2014 a 2017



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Esses dados reforçam ainda mais o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB para um estado carente e que muito demandado pela sociedade como o Ceará, é fator limitante para um governo que tem como eixo estratégico a consecução de metas econômicas e sociais que levem à inclusão socioeconômica dos mais necessitados.

Com relação aos parcelamentos de dívidas do Estado referentes às contribuições do INSS e PASEP, foram registrados em 2017 os saldos de R$ 34.058.261,78 e R$ 54.710.391,47, respectivamente. Convém lembrar que os referidos parcelamentos foram incluídos na dívida a partir do exercício de 2006 e amparados pelos seguintes instrumentos legais: Medida Provisória nº 2043-20/2000, Medida Provisória nº38/2002, Lei nº 11.941/2009, Lei nº 12.810/2013, Lei nº 13.496/2017 e Medida Provisória nº778/2017. Foram também reconhecidos como dívida consolidada, a partir do ano de 2014, os parcelamentos dos órgãos da administração indireta, conforme Leis Federais 12.810/2013, 12.973/2014 e Medida Provisória nº783/2017, cujos saldos em 31/12/2017 são: ISSEC/PASEP = R$ 647.627,35; ARCE/PASEP = R$ 143.599,99; ADAGRI/PASEP = R$ 528.166,85 e ESP/PASEP = R$ 697.177,46.

4.1.3.2.6. DOS LIMITES DA DÍVIDA PÚBLICA E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em relação aos limites impostos pela LRF, em seu art.30, coube ao Senado Federal estabelecer os limites globais cumprindo o que estabelece a Constituição Federal. Para tanto, houve a publicação das seguintes Resoluções do Senado Federal, a de nº 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e a de nº 43/2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Neste sentido apresentamos a seguir uma Tabela resumo desses limites:

TABELA 127

Demonstrativo Dos Limites da Dívida Pública e Das Operações de Crédito - 2017

(R$ 1.000)

INDICADOR	LIMITE	META / LIMITE	REALIZADO	% (REALIZADO/ RCL)
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	35.558.943	8.146.084	45,82%
Receita de Operação de Crédito	Máximo de 16% da RCL	2.844.715	2.051.079	11,54%
Serviço da Dívida Pública	Máximo de 11,5% da RCL	2.044.639	1.556.155	8,75%
RCL - Receita Corrente Líquida 2017			17.779.472	

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Observa-se na tabela anterior que o Estado do Ceará vem cumprindo os limites estabelecidos com uma expressiva margem de segurança em relação aos limites máximos.

4.1.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, *"a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."*

A apuração do resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto das contas de Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

TABELA 128

Demonstrativo da Síntese Das Variações Patrimoniais da Administração Direta

(R$ 1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	42.742.425.034,27	41.701.327.647,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.811.201.442,19	15.191.497.577,78
Contribuições	0	0
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	37.498.143,79	89.158.082,46
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.009.554.517,12	3.057.550.863,36
Transferências e Delegações Recebidas	21.688.406.348,06	21.969.138.235,21
Valorização e Ganhos com Ativo	878.737.370,87	0
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.317.027.212,24	1.393.982.888,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	39.690.669.988,08	37.262.225.155,88
Pessoal e Encargos	6.542.958.045,61	6.171.218.074,10
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16.527.876,85	16.367.503,90
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.891.280.084,76	1.686.271.448,58
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.379.030.602,06	2.289.773.757,40
Transferências e Delegações Concedidas	25.487.916.383,55	25.074.624.154,16
Desvalorização e Perda de Ativos	1.463.877.332,77	1.267.152.436,08
Tributárias	152.091.463,05	162.487.941,86
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	756.988.199,43	594.329.839,80
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	3.051.755.046,19	4.439.102.491,72

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2017, apresenta um total de variações patrimoniais aumentativas no valor de R$ 42.742.425.034,27 e um total de variações patrimoniais diminutivas no valor de R$ 39.690.669.988,08, portanto, o resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R$ 3.051.755.046,19.

4.1.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

DVPDIR-01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6º edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referente à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações

Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do estado está disponível no Balanço Orçamentário - BO e seus quadros anexos.

DVPDIR-02 - Reavaliação, Depreciação, Amortização, Exaustão e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos para registro da reavaliação, depreciação, amortização, exaustão e redução a valor recuperável do patrimônio público do estado do Ceará, tem como base legal o Decreto Nº 31.340, de 05 de novembro de 2013, NBCASP e MCASP. É importante destacar, que o Decreto Nº 32.515 de 22 de janeiro de 2018, alterou o art.38 do Decreto Nº 31.340, prorrogando o prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens móveis e imóveis para Junho de 2018.

Em vista disso, os órgãos da Administração Pública Direta do Estado do Ceará e suas Autarquias e Fundações constituíram comissões específicas para realizar o levantamento de seus bens, e alguns já iniciaram os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão nos exercício de 2016 e 2017. Esse trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e recursos humanos, principalmente para os bens móveis adquiridos em exercícios anteriores a 2013. Com isso, o registro contábil de adequação dos valores desses bens na contabilidade está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão.

A quadro a seguir apresenta os órgãos da Administração Direta que realizaram alguns desses procedimentos contábeis:

TABELA 129

Demonstrativo Dos Órgãos Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação e Depreciação da Administração direta

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	UG	ÓRGÃO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Administração Direta	20001	TRIBUNAL DE CONTAS	Reavaliações de Bens Móveis
			Depreciação de Bens Móveis
			Depreciação de Bens Imóveis
	140001	CASA MILITAR	Reavaliações de Bens Imóveis
	150001	PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	Depreciação de Bens Móveis
	190001	SECRETARIA DA FAZENDA	Reavaliações de Bens Imóveis
			Depreciação de Bens Móveis
	460001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	Reavaliações de Bens Imóveis
			Depreciação de Bens Imóveis
	461031	ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	Reavaliações de Bens Imóveis
	530001	CONTROLADORIA GERAL DA DISCIPLINA	Depreciação de Bens Imóveis
	570001	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	Depreciação de Bens Imóveis

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.1.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na Tabela abaixo evidencia-se o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 130

Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta

(R$ 1,00)

Título	Saldo Inicial	Inscrição	Baixa	Saldo Seguinte
Restos a Pagar Não Processados				
1º Exercício Anterior	228.546.686,55	0,00	208.879.916,90	19.666.769,65
2º Exercício Anterior	32.672.380,42	0,00	32.672.380,42	0,00
Deste Exercício	0,00	326.967.887,60	0,00	326.967.887,60
Subtotal	261.219.066,97	326.967.887,60	241.552.297,32	346.634.657,25
Restos a Pagar Processados				
1º Exercício Anterior	171.301.494,98	-76.945,16	168.961.983,94	2.262.565,88
2º Exercício Anterior	822.495,05	0,00	822.495,05	0,00
Deste Exercício	0,00	191.505.027,54	0,00	191.505.027,54
Subtotal	172.123.990,03	191.428.082,38	169.784.478,99	193.767.593,42
Depósito de Diversas Origens	575.914.997,36	10.060.207.156,68	9.487.323.110,57	1.148.799.043,47
Subtotal	575.914.997,36	10.060.207.156,68	9.487.323.110,57	1.148.799.043,47
TOTAL:	1.009.258.054,36	10.578.603.126,66	9.898.659.886,88	1.689.201.294,14

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.1.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFDIR01 - Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante da Administração Direta:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2017 no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta:

TABELA 131
Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Não Processados da Dívida Flutuante da Administração Direta

(R$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2017
Baixa por Pagamento (6.3.1.4)	214.400.993,69
Baixa por Cancelamento (6.3.1.9)	27.151.303,63
Somatório das Baixas de RPNP na Dívida Flutuante	241.552.297,32

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 132
Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante da Administração Direta

(R$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2017
Baixa por Pagamento (6.3.2.2)	165.502.282,56
Baixa por Cancelamento (6.3.2.9)	4.282.196,43
Somatório das Baixas de RPP na Dívida Flutuante	169.784.478,99

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFDIR02 - Composição da Linha Depósitos de Diversas Origens

Fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo das contas; 2.1.8.8.2.04.07 - Depósitos a Quem de Direito (F); 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar; 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar; e 2.1.8.9.2.42 - Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados. Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2017, das contas listadas acima e que foram incluídas no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta:

TABELA 133
Demonstrativo Das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas Aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Administração Direta

(R$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2017
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito (F)	850,41
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	10.914.526,54
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	499.689,77
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	361,18
	Ajuste 2: Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	11.415.427,90

Fonte: SEFAZ/CECAD

Considerando o ajuste citado acima, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:

TABELA 134
Composição Dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta

(R$ 1,00)

Descrição	Saldo em 31/12/2017
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	1.137.383.615,57
(+) Ajuste - Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	11.415.427,90
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	1.148.799.043,47

Fonte: SEFAZ/CECAD

DFDIR-03 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

Conforme já explicado nas Notas BODIR-03 e BFDIR-01, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados na Unidade Gestora 180001 – Secretaria da Justiça e Cidadania, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

No Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta, foi inserido um ajuste negativo na inscrição de Restos a Pagar Processados 1º exercício anterior, no valor de R$ 76.945,16, já que este valor, conforme explicado acima, foi executado financeiramente em 2017 como consignações retidas e pagas. Esse ajuste foi necessário para que se pudesse fechar o valor da Dívida Flutuante evidenciada no Demonstrativo.

4.1.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a7ª Edição do MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa:
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

TABELA 135

Resumo da Demonstração Dos Fluxos de Caixa da Administração Direta

(R$ 1,00)

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	41.354.553.618,58	39.991.199.029,95
- Receitas Derivadas e Originárias	12.599.959.899,04	12.331.651.405,98
-Transferências Recebidas	20.019.807.866,66	20.108.384.483,87
-Outros Ingressos Operacionais	8.734.785.852,88	7.551.163.140,10
DESEMBOLSOS	40.057.446.006,69	38.700.691.593,63
-Pessoal e Demais Despesas	8.916.382.141,16	8.638.677.981,64
-Juros e Encargos da Dívida	452.097.969,17	422.634.077,32
-Transferências Concedidas	22.527.307.492,87	22.101.963.339,86
-Outros Desembolsos Operacionais	8.161.658.403,49	7.537.416.194,81
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	1.297.107.611,89	1.290.507.436,32
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	447.585.465,12	586.144.127,27
-Alienação de Bens	4.890.259,44	3.778.364,50
-Transferência de Capital	442.036.682,86	582.365.762,77
-Outras Receitas de Capital	658.522,82	0,00
DESEMBOLSOS	1.519.251.026,72	1.410.388.506,32
-Aquisição de Ativo não Circulante	1.518.716.681,23	1.410.388.506,32
-Concessão de Empréstimos e Financiamentos	534.345,49	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-1.071.665.561,60	-824.244.379,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	2.051.078.860,99	1.109.696.044,42
-Operações de Crédito	2.051.078.860,99	1.109.696.044,42
DESEMBOLSOS	988.573.093,08	791.716.860,36
-Amortização/Refinanciamento da Dívida	988.573.093,08	791.716.860,36
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	1.062.505.767,91	317.979.184,06
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	1.287.947.818,20	784.242.241,33
-Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.760.514.968,59	1.964.862.537,68
-Caixa e Equivalente de Caixa Final	4.050.626.140,92	2.760.514.968,59
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	1.290.111.172,33	795.652.430,91
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV-V)	-2.163.354,13	-11.410.189,58
-Saídas de Caixa a Regularizar (IV)	2.120.599,61	13.716.047,03
-Saídas de Caixa Regularizadas (V)	4.283.953,74	25.126.236,61
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	1.287.947.818,20	784.242.241,33

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa da Administração Direta, no exercício de 2017, evidenciou uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R$ 1.287.947.818,20. O fluxo que mais contribuiu para este resultado positivo, foi o fluxo das operações que apresentou um resultado positivo de R$ 1.297.107.611,89. Entretanto, as atividades de investimentos

geraram um fluxo negativo de R$ 1.071.665.561,60, enquanto que o fluxo líquido de caixa decorrente das atividades de financiamento foi positivo em R$1.062.505.767,91.

Já a variação do Caixa e Equivalente de Caixa do Período foi positiva em R$ 1.290.111.172,33. A diferença entre a geração líquida de caixa e a variação de caixa do período é explicada pelo campo "conciliação contábil-financeira", detalhado a seguir pela nota explicativa DFCDIR-04.

4.1.6.1. Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFCDIR-01 - Pagamento de Restos a Pagar Processados

O valor dos pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa está totalizando R$ 15.539.659.989,77, conforme verifica-se na Tabela abaixo. Esse valor diverge em R$ 76.945,16 dos pagamentos orçamentários e de restos a pagar (somatório das contas contábeis 6.2.2.1.3.04, 6.3.1.4 e 6.3.2.2) que totalizam R$ 15.539.583.044,61.

TABELA 136

Composição Dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa da Administração Direta

(R$ 1,00)

GRUPO	VALOR
Pessoal e Outras Despesas Correntes por Função	8.916.382.141,16
Juros e Encargos da Dívida	452.097.969,17
Transferências Intergovernamentais	3.271.999.170,72
Transferências a Intituições Privadas Sem Fins Lucrativos	380.752.678,14
Transferências a Intituições Privadas Com Fins Lucrativos	745.000,00
Transferências a Intituições Multigovernamentais	9.858.910,78
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.518.716.681,23
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	534.345,49
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	988.573.093,08
TOTAL	15.539.659.989,77

Fonte: SEFAZ/CECAD

Conforme já explicado na Nota BFDIR-01 - Inscrição de Restos a Pagar Processados, houve a necessidade de se fazer ajuste nA inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados na Unidade Gestora 180001 – Secretaria da Justiça e Cidadania, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

No Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, esse procedimento contábil gerou um aumento de R$ 76.945,16 no pagamento de Restos a Pagar Processados no exercício de 2017, uma vez que este não apresenta em sua composição a inscrição de Restos a Pagar. Nos demais demonstrativos (Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante), o ajuste foi efetuado na inscrição dos Restos a Pagar Processados, uma vez que tais demonstrativos possuem esse campo específico. Para consultar as Notas Explicativas correlatas apresentadas no Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante, consultar, respectivamente, as Notas BFDIR-01 e DFDIR03.

DFCDIR-02 – Ingressos e Devoluções de Valores Restituíveis

A tabela abaixo evidencia a composição dos "Ingressos de Valores Restituíveis", calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis.

TABELA 137

Demonstrativo Dos Ingressos de Valores Restituíveis da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	25.488,41
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	508.087.015,39
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	5.293.734,30
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.914.567.705,02
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	17.472.350,80
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	200.789,21
TOTAL		6.445.647.083,13

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela a seguir evidencia a composição da Devolução de Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 138

Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	25.488,41
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	6.298.957,22
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.865.962.183,57
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	18.588.713,85
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	239.400,91
TOTAL		5.891.114.743,96

Fonte: SEFAZ/CECAD

DFCDIR-03 – Valores a Repassar e a Receber

Os "valores a repassar" constitui-se na obrigação da Secretaria da Fazenda em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta e Direta arrecadada via DAE pela Secretaria da Fazenda, os valores relativos à movimentações financeiras realizadas de forma inadequada e valores de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro.

Dessa forma evidencia-se nessa linha os movimentos (créditos menos débitos) das contas: 2.1.8.8.2.04, 2.1.8.8.2.10, 2.1.8.9.2.04 e 2.1.8.9.2.12. A tabela abaixo evidencia a composição desse grupo.

TABELA 139

Demonstrativo Dos Valores a Repassar da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	850,41
2.1.8.8.2.10	Adiantamentos Tesouro (F)	-540.348,15
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	709.931,04
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	325.371,60
TOTAL		495.804,90

Fonte: SEFAZ/CECAD

Na linha "valores a receber" evidencia-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda, bem como os créditos a receber provenientes de movimentações financeiras realizadas indevidamente e de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro.

TABELA 140

Demonstrativos Dos Valores a Receber da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	325.351,24
1.1.3.1.2.03	Adiantamentos Tesouro	-540.348,15
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	30.581,45
TOTAL		-184.415,46

Fonte: SEFAZ/CECAD

Assim, evidencia-se neste grupo os movimentos (débitos - créditos) das seguintes contas: 1.1.2.2.2.05 e 1.1.3.1.2.03. A tabela anterior evidencia os movimentos de cada uma das contas que compõem esta linha.

DFCDIR-04 – Conciliação Contábil-Financeira

O campo de Conciliação Contábil-Financeira destaca as entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária, onde na Administração Direta, houve lançamentos nas contas contábeis: 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.98 e 3.9.9.9.1.23, para que a contabilidade estivesse compatível com a conciliação financeira.

Assim, estes lançamentos não se constituem como fluxos que geram entradas e saídas de caixa, e sim ajustes nas contas de caixa relativos à pendências de conciliação. Por esse motivo, tais movimentos apresentam-se fora dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento, e estão inclusos após a variação de caixa e equivalente de caixa, ajustando esta variação.

Dessa forma, nas gestoras que procederam esses ajustes, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa" será igual à "Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustada". Esta se caracteriza pela soma da "Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período" com o linha "Conciliação Contábil-Financeira".

O cálculo da conciliação contábil-financeira, por sua vez, é feito da seguinte forma: soma-se as saídas de caixa a regularizar, com as entradas de caixa regularizadas e diminui-se desse valor as saídas de caixa regularizadas e as entradas de caixa a regularizar.

TABELA 141

Demonstrativo Das Saídas de Caixa a Regularizar da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	414.294,35
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	1.682.281,50
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	18.304,49
3.9.9.9.1.23	VPD de Anulação de Receita de Exercício Anterior	5.719,27
TOTAL		2.120.599,61

Fonte: SEFAZ/CECAD

Na linha de "Saídas de Caixa a Regularizar" observa-se as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta, como também anulação de receita de exercício anterior. Esta linha, na Administração Direta, é representada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis: 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.98. Consta ainda neste agrupamento a anulação de receitas registradas indevidamente no exercício anterior, evidenciadas na conta 3.9.9.9.1.23 - VPD de Anulação de Receita de Exercício Anterior. A tabela acima demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 142

Demonstrativo Das Saídas de Caixa Regularizadas da Administração Direta

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	21.323,33
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	4.255.414,39
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	0,00
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	7.216,02
TOTAL		4.283.953,74

Fonte: SEFAZ/CECAD

Já no grupo "Saídas de Caixa Regularizadas" registra-se as regularizações em 2017 referentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas que ficaram pendentes de regularização em 2015. Representando assim, na Administração Direta, o movimento a crédito das contas contábeis: 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98, conforme observa-se na Tabela acima.

4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) e Fundos.

No exercício de 2017, a Administração Indireta apresentou seus resultados gerais por meio de balanços, demonstrativos e anexos de treze Autarquias, sete Fundações, quatro Empresas Estatais Dependentes e vinte e nove Fundos.

No balanço estão evidenciadas as seguintes demonstrações:

- Orçamentárias, que esclarecem a execução do orçamento;
- Financeiras, que indicam os recebimentos e os pagamentos, bem como a posição das disponibilidades inicial e final do exercício;
- Patrimoniais, que evidenciam a composição do patrimônio da entidade sob o ponto de vista dos bens, direitos e compromissos com terceiros.

4.2.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com a Lei 4.320/64 consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas.

Dessa forma esse demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação (STN,MCASP 2016).

Adicionalmente acrescenta-se que o Balanço Orçamentário é composto por:

a. Demonstrativo Principal;
b. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
c. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados.

A seguir evidencia-se cada um desses demonstrativos.

TABELA 143

Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Indireta (Conforme MCASP, 7ª edição)

(R$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
Receitas Correntes	3.307.277.606,00	3.642.793.004,67	3.647.549.133,84	4.756.129,17
Receita Tributária	654.437.291,00	708.668.698,00	730.217.777,64	21.549.079,64
Receita de Contribuições	1.485.624.788,00	1.602.564.788,00	1.665.813.347,42	63.248.559,42
Receita Patrimonial	94.947.498,00	98.006.145,59	116.920.380,00	18.914.234,41
Receita Agropecuária	0,00	0,00	12.344,35	12.344,35
Receita de Serviços	68.340.609,00	81.653.319,66	92.237.148,08	10.583.828,42
Transferências Correntes	815.428.318,00	961.362.860,05	859.748.631,86	-101.614.228,19
Outras Receitas Correntes	188.499.102,00	190.537.193,37	182.599.504,49	-7.937.688,88
Receitas de Capital	100.142.447,00	113.887.971,22	40.787.380,98	-73.100.590,24
Alienação de Bens	0,00	245.110,57	11.538.689,00	11.293.578,43
Transferências de Capital	100.142.447,00	113.642.860,65	29.223.942,24	-84.418.918,41
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	24.749,74	24.749,74
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	3.407.420.053,00	3.756.680.975,89	3.688.336.514,82	-68.344.461,07
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III)= (I+II)	3.407.420.053,00	3.756.680.975,89	3.688.336.514,82	-68.344.461,07
DÉFICIT (IV)	5.805.223.991,00	6.175.065.387,35	5.241.862.984,44	-933.202.402,91
TOTAL (V)=(III+IV)	9.212.644.044,00	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	-1.001.546.863,98
SALDO DE EXERC. ANTERIORES				
(UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Crédito Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INIC. (d)	DOTAÇÃO ATUAL. (e)	DESP. EMPENHADAS (f)	DESP. LIQUIDADAS (g)	DESP. PAGAS (h)	SDO DOTAÇÃO i=(e-f)
Despesas Correntes	8.003.602.422,00	8.521.340.205,41	8.007.377.998,55	7.812.479.813,00	7.787.036.082,74	513.962.206,86
Pessoal e Encargos Sociais	4.670.173.242,00	4.744.355.232,09	4.502.417.605,96	4.502.417.605,96	4.489.039.828,43	241.937.626,13
Juros e Encargos da Dívida	125.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Outras Despesas Correntes	3.333.304.180,00	3.776.879.973,32	3.504.960.392,59	3.310.062.207,04	3.297.996.254,31	271.919.580,73
Despesas de Capital	1.209.041.622,00	1.410.406.157,83	922.821.500,71	799.393.454,11	798.094.425,88	487.584.657,12
Investimentos	1.190.884.622,00	1.357.106.490,21	871.567.080,82	748.139.034,22	746.840.005,99	485.539.409,39
Inversões Financeiras	15.732.000,00	51.558.330,54	50.552.067,68	50.552.067,68	50.552.067,68	1.006.262,86
Amortização da Dívida	2.425.000,00	1.741.337,08	702.352,21	702.352,21	702.352,21	1.038.984,87
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	9.212.644.044,00	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	8.611.873.267,11	8.585.130.508,62	1.001.546.863,98
AMORT. DA DÍV. REFINANC. (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C. REFINANC. (VIII=VI-VII)	9.212.644.044,00	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	8.611.873.267,11	8.585.130.508,62	1.001.546.863,98
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X)=(VIII+IX)	9.212.644.044,00	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	8.611.873.267,11	8.585.130.508,62	1.001.546.863,98

Fonte: SEFAZ/CECAI

No demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1 evidencia-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela abaixo demonstra os valores obtidos na Administração Indireta**.**

TABELA 144

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Não Processados-Anexo 1 da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Restos a Pagar Não-Processados	Em Exerc. anteriores (a)	Em 31/12 do Exerc. anter. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
Despesas Correntes	12.693.696,70	131.043.466,31	18.483,76	122.935.672,60	14.421.506,00	6.379.984,41
- Pessoal e Encargos Sociais	84.157,64	21.170,11	0,00	21.674,54	83.652,74	0,47
- Outras Despesas Correntes	12.609.539,06	131.022.296,20	18.483,76	122.913.998,06	14.337.853,26	6.379.983,94
Despesa De Capital	3.915.964,15	41.436.288,68	15.108,45	38.510.230,64	2.541.746,80	4.300.275,39
- Investimentos	3.915.964,15	41.436.288,68	15.108,45	38.510.230,64	2.541.746,80	4.300.275,39
TOTAL:	16.609.660,85	172.479.754,99	33.592,21	161.445.903,24	16.963.252,80	10.680.259,80

Fonte: SEFAZ/CECAI

Por sua vez, no demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados - Anexo 2 apresenta-se os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela abaixo evidencia os valores obtidos na Administração Indireta.

TABELA 145

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados-Anexo 2 da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Restos a Pagar Processados	Em Exerc. anteriores (a)	Em 31/12 do Exerc. anter. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	129.644,58	8.215.581,37	0,00	7.816.261,81	76.259,30	452.704,84
- Pessoal e Encargos Sociais	104,93	4.706.635,31	0,00	4.661.592,10	1.804,12	43.344,02
- Outras Despesas Correntes	129.539,65	3.508.946,06	0,00	3.154.669,71	74.455,18	409.360,82
Despesas De Capital	0,00	750.996,82	0,00	750.996,82	0,00	0,00
- Investimentos	0,00	750.996,82	0,00	750.996,82	0,00	0,00
TOTAL:	129.644,58	8.966.578,19	0,00	8.567.258,63	76.259,30	452.704,84

Fonte: SEFAZ/CECAI

Na Tabela abaixo evidencia-se a receita orçada e realizada por Categoria Econômica, destacando o valor relativo à restituição de receita.

TABELA 146

Demonstrativo da Receita Orçada e Realizada Por Categoria Econômica da Administração Indireta

(R$ 1,00)

VALORES BRUTOS	ORÇ	REAL	REST.DE RECEITA	ORÇ	REAL	VL. LIQ.	ORÇADO	REALIZADO
- Receita Corrente	3.642.793.004,67	3.668.561.674,31	- Rec. Corrente	0,00	21.012.540,47	- Rec.Corrente	3.642.793.004,67	3.647.549.133,84
- Receita Capital	113.887.971,22	40.787.380,98	- Rec. Capital	0,00	0,00	- Rec.Capital	113.887.971,22	40.787.380,98
TOTAL DA RECEITA	3.756.680.975,89	3.709.349.055,29		0,00	21.012.540,47		3.756.680.975,89	3.688.336.514,82

Fonte: SEFAZ/CECAI

Ressalta-se que o total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

A Tabela seguinte apresenta o Balanço Orçamentário da Administração Indireta evidenciando as receitas segundo as categorias econômicas e as despesas por tipo de crédito.

TABELA 147

Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Indireta (Conforme Lei nº 4.320/64)

(R$ 1,00)

RECEITAS	PREVISÃO 2016	(A) EXECUÇÃO 2016	(B) PREVISÃO 2017	(C) EXECUÇÃO 2017	(C)-(B)	% (C)/(A)
Receitas Correntes	3.397.607.285,42	3.336.702.116,17	3.642.793.004,67	3.647.549.133,84	4.756.129,17	9,32
Receitas de Capital	181.816.860,57	56.389.635,10	113.887.971,22	40.787.380,98	-73.100.590,24	-27,67
SOMA	3.579.424.145,99	3.393.091.751,27	3.756.680.975,89	3.688.336.514,82	-68.344.461,07	8,70
Déficit	6.304.486.554,14	5.247.369.024,88	6.175.065.387,35	5.241.862.984,44	-933.202.402,91	-0,10
TOTAL	9.883.910.700,13	8.640.460.776,15	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	-1.001.546.863,98	3,35

DESPESAS	FIXAÇÃO 2016	(A) EXECUÇÃO 2016	(B) FIXAÇÃO 2017	(C) EXECUÇÃO 2017	(C)-(B)	% (C)/(A)
Créd. Ord. E Suplementares	9.856.729.783,13	8.625.984.735,14	9.913.832.585,46	8.930.199.499,26	-983.633.086,20	3,53
Créditos Especiais	27.180.917,00	14.476.041,01	17.913.777,78	0,00	-17.913.777,78	-100,00
SOMA	9.883.910.700,13	8.640.460.776,15	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	-1.001.546.863,98	3,35
Déficit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.883.910.700.13	8.640.460.776.15	9.931.746.363.24	8.930.199.499.26	-1.001.546.863.98	3.35

Fonte: SEFAZ/CECAI

Comparando a previsão da receita com a fixação da despesa, evidencia-se um déficit de R$ 6.175.065.387,35, devido às transferências do Tesouro, que não são mais consideradas receitas orçamentárias. Este fato indica dependência das transferências do Tesouro pelos órgãos da Administração Indireta.

No exercício de 2017, a receita arrecadada da Administração Indireta, no valor de R$ 3.688.336.514,82 foi inferior à despesa executada, de R$ 8.930.199.499,26, gerando um déficit orçamentário no valor de R$ 5.241.862.984,44.

Quando analisada a situação das entidades, separadamente, constata-se que o *déficit* orçamentário verificado na Administração Indireta, como um todo, foi consequência da situação *deficitária* registrada, principalmente no FUNDES, FUNAPREV, DER, FUNECE e PREVMILITAR.

Na tabela a seguir está evidenciada, de forma resumida, a situação das entidades com maiores *superávits e déficits.*

TABELA 148

Demonstrativo do Superávit/Déficit Orçamentário Das Entidades da Administração Indireta

(R$ 1,00)

ENTIDADE	SUPERÁVIT	PARTIC %	ENTIDADE	DÉFICIT	PARTIC%
PREVID	147.280.043,05	49,92	FUNDES	2.419.218.663,99	43,69
FUNPEN	44.977.933,25	15,25	FUNAPREV	1.304.272.348,45	23,56
DETRAN	44.387.394,29	15,05	DER	570.665.159,58	10,31
FERMOJU	17.996.509,52	6,10	PREVMILITAR	227.100.968,27	4,10
FDCC	12.315.028,34	4,17	FUNECE	226.729.990,25	4,09
SUBTOTAL	266.956.908,45	90,49	SUBTOTAL	4.747.987.130,54	85,75
OUTRAS ENTIDADES	28.058.780,84	9,51	OUTRAS ENTIDADES	788.891.543,19	14,25
TOTAL	295.015.689,29	100,00	TOTAL	5.536.878.673,73	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

4.2.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

BOIND-01 - Composição da Receita e Despesa Orçamentária:

A Previsão Inicial da Receita da Administração Indireta está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita), adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita). A Tabela abaixo apresenta a composição da Previsão Atualizada da Receita Orçamentária da Administração Indireta para o Exercício de 2017.

TABELA 149

Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada da Administração Indireta

(R$1,00)

5.2.1.1 - Previsão Inicial	3.407.420.053,00
(+) 5.2.1.2.1 - Previsão Adicional da Receita	373.512.048,85
(-) 5.2.1.2.9 - Anulação da Previsão da Receita	24.251.125,96
5.2.1 - (=) Previsão Atualizada	3.756.680.975,89

Fonte: SEFAZ/CECAI

O valor das receitas realizadas da Administração Indireta também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receitas Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A Tabela abaixo apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada da Administração Indireta no exercício de 2017.

TABELA 150

Demonstrativo da Composição da Receita Realizada da Administração Indireta

(R$1,00)

6.2.1.2 – Receita Realizada	3.709.349.055,29
6.2.1.3 – Deduções da Receita Orçamentária	-21.012.540,47
(=) Receita Líquida Realizada (apresentada no Balanço Orçamentário)	3.688.336.514,82

Fonte: SEFAZ/CECAI

A Dotação Inicial da Administração Indireta é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor de dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/ cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A Tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada da Administração Indireta para o Exercício de 2017:

TABELA 151

Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada da Administração Indireta

(R$ 1,00)

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	9.212.644.044,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	2.556.097.039,26
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	-1.836.994.720,02
(=) Dotação Atualizada	9.931.746.363,24

Fonte: SEFAZ/CECAI

A tabela que segue demonstra a previsão e execução da despesa por tipo de crédito, na Administração Indireta.

TABELA 152

Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa Por Tipo de Crédito da Administração Indireta

(R$1,00)

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	9.212.644.044,00	9.913.832.585,46	8.930.199.499,26	8.611.873.267,11	8.585.130.508,62
Especial		17.913.777,78			
Extraordinário					
Total	9.212.644.044,00	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	8.611.873.267,11	8.585.130.508,62

Fonte: SEFAZ/CECAI

BOIND-02 - Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Demonstrativo da Administração Indireta

Em virtude da sistemática adotada pelo estado do Ceará para tratamento dos Restos a Pagar não Processados que foram liquidados em exercícios anteriores, não houve a transferência dos Restos a Pagar não Processados liquidados em 2016 para o saldo inicial dos Restos a Pagar Processados em 2017. Portanto, o saldo inicial dos Restos a Pagar não Processados liquidados em exercícios anteriores compõe o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 153

Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Conta Contábil (Saldo Inicial)	Valor
6.3.1.1.0.02 - RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	16.409.236,80
(+) 6.3.1.3.0.02 - RP Não Processados Liquidados a Pagar - 2º Exercício	200.424,05
(=) Total dos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores	16.609.660,85
Valor constante no saldo inicial de exercícios anteriores dos RPNP - Anexo I	16.609.660,85

Fonte: SEFAZ/CECAI

BOIND-03 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário da Administração Indireta

O valor do saldo dos Restos a Pagar Processados de 2016 a serem quitados no exercício seguinte (em 2018), de R$ 452.704,84, apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário, Quadro Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores da Administração Indireta, difere do valor apresentado na Dívida Flutuante da Administração Indireta em R$ 113,15 (o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante é de R$ 452.591,69). A diferença acima apontada é representada por dois pagamentos registrados na Unidade Gestora 240564 - 11ª Coordenadoria Regional de Saúde de Sobral, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

É possível apresentar adequadamente o ajuste contábil mencionado acima no Demonstrativo da Dívida Flutuante, uma vez que há campo para evidenciar os ajustes das inscrições de restos a pagar no movimento do exercício. O mesmo não pode ser feito nos Anexos I e II do Balanço Orçamentário, uma vez que não é possível alterar o saldo inicial dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e os ajustes de inscrição acima citados não são capturados pelo *layout* dos anexos, que somente consolidam os movimentos do exercício (liquidações, pagamentos e/ou cancelamentos).

4.2.2. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte:

A estrutura desta demonstração contempla os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recursos (destinação vinculada ou destinação ordinária). O detalhamento das vinculações foi feito de acordo com as características específicas do Estado. Seguem as seguintes definições:

- Destinação Ordinária - É o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
- Destinação Vinculada - É o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

Acrescenta-se ainda que a receita orçamentária é apresentada pelos seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às deduções e restituições de receitas.

Foram classificadas como ordinárias as receitas orçamentárias de Fonte 1.00.00 (Recursos Ordinários), Fonte 1.01.00 (Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados), Fonte 2.29.00 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), Fonte 2.48.40 (Operações de Créditos Não Condicionadas) e Fonte 2.70.00 (Recursos Diretamente Arrecadados). As demais fontes constam no balanço como vinculadas.

A demonstração de forma resumida do Balanço Financeiro da Administração Indireta está apresentada na tabela a seguir:

TABELA 154

Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro da administração Indireta

(R$ 1,00)

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.688.336.514,82	3.393.091.751,27
Ordinária	1.044.353.591,67	954.462.544,96
Vinculada	2.643.982.923,15	2.438.629.206,31
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	5.832.949.522,06	5.801.321.929,14
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.804.548.506,23	1.569.638.313,22
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.005.610.988,83	786.065.038,98
TOTAL	12.331.445.531,94	11.550.117.032,61

DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	8.930.199.499,26	8.640.460.776,15
Ordinária	5.867.584.241,26	5.097.931.797,83
Vinculada	3.062.615.258,00	3.542.528.978,32
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	366.811.591,67	292.303.274,01
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.595.472.613,77	1.611.741.993,62
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.438.961.827,24	1.005.610.988,83
TOTAL	12.331.445.531,94	11.550.117.032,61

Fonte: SEFAZ/CECAI

Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extraorçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.

Os restos a pagar registrados como Receita Extraorçamentária são os inscritos neste exercício e são assim contabilizados para compensar a inclusão na coluna de dispêndios, da despesa orçamentária pelo valor empenhado. Os Restos a Pagar constantes na coluna Despesa correspondem àqueles pagos neste exercício, mas que pertencem a exercícios anteriores.

Na receita de Depósitos de Diversas Origens, merecem destaque as consignações da folha de pagamento, cauções e garantias diversas e os depósitos para quem de direito.

As entidades que mais contribuíram para a composição desta conta estão demonstradas na tabela seguinte:

TABELA 155

Demonstrativo Dos Depósitos de Diversas Origens Por Órgão da Administração Indireta

(R$ 1,00)

ENTIDADE	RECEITA	PARTIC%	DESPESA	PARTIC %
FUNAPREV	602.638.972,23	40,23	583.370.195,94	39,84
DETRAN	229.872.547,38	15,35	226.948.835,89	15,50
FUNDES	212.537.537,62	14,19	212.840.557,07	14,53
PREVMILITAR	124.772.706,73	8,33	124.772.706,73	8,52
FUNECE	61.875.305,30	4,13	60.865.914,61	4,16
SUBTOTAL	1.231.697.069,26	82,22	1.208.798.210,24	82,54
OUTRAS ENTIDADES	266.302.669,53	17,78	255.667.029,19	17,46
TOTAL	1.497.999.738,79	100,00	1.464.465.239,43	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Recursos de Arrecadação Própria e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos e dos dispêndios orçamentários com os extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Observa-se portanto que a Administração Indireta apresentou um superávit financeiro de R$ 433.350.838,41 no exercício de 2017.

No grupo Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, a conta Caixa e Equivalentes de Caixa registrou saldo de R$ 1.427.510.160,96 e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados R$ 11.451.666,28. A tabela abaixo apresenta as entidades responsáveis pelos maiores saldos neste grupo.

TABELA 156

Demonstrativo da Disponibilidade Para o Exercício Seguinte da Administração Indireta

(R$ 1,00)

ENTIDADE	VALOR	PARTIC.%
PREVID	351.531.453,18	24,43
DETRAN	235.378.949,05	16,36
FUNDES	125.228.309,95	8,70
FPP	114.944.664,60	8,70
FUNAPREV	113.171.788,77	7,86
SUBTOTAL	940.255.165,55	65,34
OUTRAS ENTIDADES	498.706.661,69	34,66
TOTAL	1.438.961.827,24	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

4.2.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

BFIND-01 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

A inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício 2017 apresentado no Balanço Financeiro da Administração Indireta corresponde a R$ 26.742.645,34. O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Liquidada (R$ 8.611.873.267,11) e a Paga (R$ 8.585.130.508,62) totaliza R$ 26.742.758,49. Observa-se, portanto, uma diferença de R$ 113,15.

Conforme já explicado na Nota BOIND-03 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário da Administração Indireta, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de dois pagamentos registrados na Unidade Gestora 240564 - 11ª Coordenadoria Regional de Saúde de Sobral, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

Como o Balanço Financeiro não possui campo para evidenciar em separado as inscrições de restos a pagar de exercícios anteriores, uma vez que ele só demonstra a inscrição de restos a pagar do exercício, a única alternativa encontrada foi computar o ajuste na linha Inscrição de Restos a Pagar Processados. No referido campo, foi reduzido do valor total a ser inscrito a importância de R$ 113,15, já que este valor foi executado financeiramente em 2017 como

consignações retidas e pagas, na linha Consignações de Exercícios Anteriores. Esse ajuste foi necessário para que se pudesse fechar o valor das disponibilidades para o exercício seguinte evidenciadas no Balanço Financeiro.

BFIND02 - Consignações de Exercícios Anteriores retidas no exercício, evidenciadas na linha Recebimentos Extraorçamentários

Consta um valor negativo de R$ 4.366,05 na rubrica Consignações de Exercícios Anteriores retidas no exercício, relativo a dois ajustes contábeis efetuados: um ajuste positivo de 113,15, já devidamente esmiuçado nas Notas Explicativas BOIND03 e BFIND01; e um ajuste negativo de R$ 4.479,20, relativo à regularização de depósitos a quem de direito retidos e não pagos pela UG 080301 - Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). Tais valores só foram regularizados em 2017. Foi realizado um encontro de contas entre o saldo do grupo Consignações de Exercícios Anteriores (conta 5.3.2.8.1.01) e o saldo de Consignações sobre Valores Restituíveis Retidas em Exercícios Anteriores a Pagar (conta 6.2.2.8.2.02). Tal regularização envolveu apenas contas típicas de controle, não havendo repercussão em contas patrimoniais, já que estes registros foram efetuados corretamente. Como o Balanço Financeiro capta as informações individualizadas de consignações retidas a pagar e pagas das contas de controle (classes 5 e 6), há a evidenciação do valor negativo, o que ensejou na necessidade de apresentação dessa Nota.

BFIND-03 - Recebimentos e pagamentos extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 157

Demonstrativo do Cálculo Dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	20,00
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	11.933.763,17
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	188.676.715,12
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	46.226,64
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	0,00
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	29.731,04
2.1.8.8.2.35	Movimentações Financeiras a Repassar	11.300,00
TOTAL		200.697.755,97

Fonte: SEFAZ/CECAI

A tabela a seguir evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 158

Demonstrativo do Cálculo Dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	20,00
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	322.279,63
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	185.157.215,80
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	46.708,63
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	139.730,49
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	855.850,72
TOTAL		186.521.805,27

Fonte: SEFAZ/CECAI

BFIND-04 - Valores Pendentes a Curto Prazo

Os Valores Pendentes a Curto prazo compreendem as entradas e saídas de caixa sem execução orçamentária ou financeira, registrados na Contabilidade para que o saldo de disponibilidades contábeis seja igual ao verificado nos extratos bancários.

No campo dos ingressos, há três agrupamentos de valores que compõem a linha Valores Pendentes a Curto Prazo. Primeiro, consta nesta rubrica as entradas de valores nos extratos que não foram identificados em conciliação bancária. Nesse sentido, para que a contabilidade esteja compatível com a conciliação bancária, tais valores foram lançados na conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar.

Segundo, constam nesta rubrica as regularizações realizadas no exercício de 2017 referentes a sequestros judiciais e outros dispêndios que ficaram pendentes de regularização em 2016, cujos valores estavam registrados nas contas contábeis 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar, 1.1.9.9.1.05 - Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

Por fim, consta nessa linha do Demonstrativo a anulação de despesas registradas indevidamente no exercício anterior, evidenciadas na conta 4.9.9.9.1.43 - VPA de Anulação de Despesa de Exercício Anterior. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 159

Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	627.735,58
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	823.860,17
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	4.284.314,75
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar	569.649,92
4.9.9.9.1.43	VPA de Anulação de Despesa de Exercício Anterior	20.305,42
TOTAL		6.325.865,84

Fonte: SEFAZ/CECAI

No campo dos desembolsos, constam três agrupamentos de saldos que compõem essa linha do Demonstrativo. Primeiro, apresentam-se as saídas de caixa sem a respectiva regularização orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outros desembolsos a regularizar, como tarifas bancárias debitadas, registrados nas contas contábeis 1.1.3.2.1.07 - IR e CSLL a Recuperar, 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar, 1.1.9.9.1.05 - Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

Em seguida, constam as regularizações de valores não identificados em conciliação bancária no exercício anterior. Tais valores foram baixados da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar.

Por fim, consta nessa linha do Demonstrativo a anulação de receitas registradas indevidamente no exercício anterior, evidenciadas na conta 3.9.9.9.1.23 - VPD de Anulação de Receita de Exercício Anterior. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 160

Demonstrativos Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	22.767,96
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	3.478.119,94
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	436.640,19
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	1.237.915,79
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	1.607.932,41
3.9.9.9.1.23	VPD de Anulação de Receita de Exercício Anterior	108.323,86
TOTAL		6.891.700,15

Fonte: SEFAZ/CECAI

BFIND-05 – Depósitos restituíveis e valores vinculados

Os depósitos restituíveis e valores vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber, 1.1.2.2.2.06 - Arrecadação a Receber - DAES Rejeitados, 1.1.3.8.1.09 - Numerários em Trânsito e 1.1.3.8.2.35 - Movimentações Financeiras a Recuperar. Da mesma forma, o saldo final destas contas estão apresentados na mesma linha com a coluna dos dispêndios.

As contas 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber e 1.1.2.2.2.06 - Arrecadação a Receber - DAE's Rejeitados registram os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A conta contábil numerários em trânsito (1.1.3.8.1.09) registra os pagamentos rejeitados no final do exercício e que só retornaram no exercício seguinte, por conta de encerramento do expediente bancário. Já a conta 1.1.3.8.2.35 - Movimentações Financeiras a Recuperar compreende pagamentos com fonte de recurso incorreta que não puderam ser regularizados dentro do exercício financeiro, o que deve ser efetuado somente no exercício financeiro subsequente. A tabela abaixo evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro citadas acima.

TABELA 161

Demonstrativos Dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Saldo Inicial	Saldo Final
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	11.916.276,58	10.914.526,54
1.1.2.2.2.06	Arrecadação a Receber – DAES Rejeitados	361,18	361,18
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	93.316,90	525.478,56
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	0,00	11.300,00
TOTAL		12.009.954,66	11.451.666,28

Fonte: SEFAZ/CECAI

4.2.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

d) Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

e) Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

f) Patrimônio Líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e " não circulante" , com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Assim, o Ativo Não Circulante compreende: ativo realizável à longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2016), o Balanço Patrimonial é composto por:

a. Demonstrativo Principal;
b. Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
c. Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e
d. Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

TABELA 162

Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial da Administração Indireta

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	2.325.737.309,91	1.652.987.876,94
- Caixa e Equivalentes de Caixa	1.427.510.160,96	993.601.034,17
- Créditos a Curto Prazo	12.681.709,63	16.707.708,82
- Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.500.563,48	976.799,04
- Estoques	871.131.658,49	628.205.882,98
- Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	12.913.217,35	13.496.451,93
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.885.613.968,78	2.361.580.605,63
- Ativo Realizável a Longo Prazo	17.604.271,06	13.198.371,74
- Investimentos	36.199,76	36.199,76
- Imobilizado	2.859.780.736,37	2.345.364.799,38
- Intangível	8.192.761,59	2.981.234,75
TOTAL DO ATIVO	5.211.351.278,69	4.014.568.482,57

PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE	188.461.394,85	134.047.663,49
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	13.846.215,82	5.079.200,05
- Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	253.012,88	1.135.503,10
- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.120.014,04	1.262.210,43
- Obrigações Fiscais a Curto Prazo	912.178,67	1.008.728,59
- Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
- Demais Obrigações a Curto Prazo	170.329.973,44	125.562.021,32
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	691.042.073,10	32.397.407,45
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1.763.558,77	3.404.905,74
- Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	185.183.949,86	28.992.501,71
- Provisões a Longo Prazo	504.094.564,47	0,00
TOTAL DO PASSIVO	879.503.467,95	166.445.070,94

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
- Demais Reservas	0,00	0,00
- Resultados Acumulados	4.331.847.810,74	3.848.123.411,63
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.331.847.810,74	3.848.123.411,63
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.211.351.278,69	4.014.568.482,57

Ativo Financeiro	1.438.961.827,24	1.005.610.988,83
Ativo Permanente	3.772.389.451,45	3.008.957.493,74
Passivo Financeiro	439.694.882,21	248.132.879,33
Passivo Permanente	768.781.483,80	107.201.183,40
SALDO PATRIMONIAL	4.002.874.912,68	3.659.234.419,84

Fonte: SEFAZ/CECAI

As entidades integrantes da Administração Indireta encerraram o exercício com o Saldo Patrimonial de R$.4.002.874.912,68 e superávit financeiro de R$ 999.266.945,03 resultado da diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro. A conta Caixa e Equivalentes de Caixa, pertencente ao grupo Ativo Circulante, apresentou uma contribuição expressiva nesse resultado.

A seguir, evidencia-se o cálculo do Superávit Financeiro da Administração Indireta,por fonte de recurso.

TABELA 163

Demonstrativo do Superávit Financeiro Por Fonte de Recursos da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Fontes de Recursos	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
	Fontes Diversas	876.958.337,58	611.447.810,85
1.00.00 e 1.01.00	-Recursos Ordinários e FPE	-90.590.097,44	-54.061.576,60
2.03.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Social	213.631.134,43	124.578.639,09
2.04.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	274.649.718,03	186.784.080,69
2.05.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Parçamentar	50.245.098,17	40.492.076,74
2.06.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	26.063.667,46	24.722.144,87
1.10.00	-Recursos Provenientes do FECOP	-13.520.240,02	-4.790.871,68
2.12.00	-Recuros de Alienações de Bens	-5.129,10	0,00
2.15.00	-Depósitos Judiciais-PIMPJ	4.200.422,85	1.078.839,90
2.16.00	-Compensação Ambiental	-9.317,18	8.966.403,43
2.29.00	-Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	18.289.271,29	15.431.760,21
1.44.00	-Indenização Pela Extração do Petróleo , Xisto e Gás	-549.112,81	-36.367,71
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	325.995.778,84	243.954.397,63
2.76.00	-Recursos Provenientes do FIT	-484.328,38	-519.556,68
2.79.00	-Transferências ao Fundo de Defesa Civil-FDCC	14.368.938,40	-352.254,94
2.91.00	-Recursos Provenientes do SUS	5.306.729,19	22.575.893,31
2.92.00	-Repasse Fundo a Fundo -FNAS	49.365.803,85	2.624.202,59
	Operações de Crédito	-12.184.855,93	-3.918.921,06
2.48.00	-Operações de Crédito Externas - Tesouro	-24.746,71	-346.838,10
2.48,59	-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	-3.265.664,40	-1.147.657,28
2.48.69	-Operações de Crédito Externas - PforR	-8.894.444,82	-2.424.425,68
	Convênios	134.504.763,38	149.949.219,71
2.80.81	-Convênios com Órgãos Internacionais-Adm. Indireta	2.067,87	650,75
2.82.83	-Convênios com Órgãos Federais - Adm. Indireta	126.771.270,06	145.236.292,95
2.86.87	-Convênios com Órgãos Municipais-Adm. Indireta	-476,37	72.500,69
2.88.89	-Convênios com Órgãos Privados-Adm. Indireta	7.731.901,82	4.639.775,32
TOTAL		999.278.245,03	757.478.109,50

Fonte: SEFAZ/CECAD

A diferença de R$ 11.300,00 entre o Passivo Financeiro e o Demonstrativo da Dívida Flutuante que originou um valor a menor no saldo da Dívida Flutuante, referente a Gestora SEMACE (490101), deveu-se da não inclusão tempestiva da conta contábil Movimentações Financeiras a Repassar, ocasionado por um débito indevido na conta bancária de recursos próprios, quando deveria debitar uma conta de convênio. A fim de ajuste do referido fato, realizou-se escrituralmente a anulação da Nota de pagamento da Despesa (NPD) correspondente, realizando, também, para complementar a

regularização, registros contábeis nas contas Movimentações Financeiras a Recuperar e Movimentações Financeiras a Repassar. A regularização financeira foi realizada em 2018 por meio de Movimentação Financeira entre as contas envolvidas.

Considerando as contas contábeis de ativo e passivo financeiro detalhamos na tabela abaixo:

TABELA 164

Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Indireta

R$ 1,00

ATIVO ATIVO FINANCEIRO	VALORES	PASSIVO PASSIVO FINANCEIRO	VALORES
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	1.427.510.160,96	Passivo (Atributo F)	110.721.984,15
1.1.2.2.2 Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	10.914.887,72	6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	318.326.232,15
1.1.3.8.1.09 Numerários em Trânsito (F)	525.478,56	6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	10.646.665,91
1.1.3.8.2.35 Movimentações Financeiras a Recuperar (F)	11.300,00		
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	1.438.961.827,24	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	439.694.882,21
SUPERÁVIT FINANCEIRO	999.266.945,03		

Fonte: SEFAZ\/CECAI

Quando as entidades da Administração Indireta são analisadas separadamente, observa-se que 40 apresentaram superávit financeiro, no valor total de R$ 1.062.858.750,27, destacando-se as seguintes:

TABELA 165

Demonstrativo do Superávit Financeiro Por Entidade da Administração Indireta

R$ 1,00

ENTIDADE	SUPERÁVIT	PARTICIPAÇÃO%
PREVID	350.530.310,92	32,98
DETRAN	118.305.282,91	11,13
FPP	114.944.664,60	10,81
FUNAPREV	84.435.630,59	7,94
SUBTOTAL	668.215.889,02	62,87
OUTRAS ENTIDADES	394.642.861,25	37,13
TOTAL	1.062.858.750,27	100,00

Fonte: SEFAZ\/CECAI

Foi registrado *déficit* financeiro em oito Entidades, cujo montante chegou a R$ 63.591.805,24. O FUNDES foi responsável pelo maior valor, com um percentual de 66,30% correspondente a R$ 42.162.940,28.

4.2.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

BPIND-01 - Detalhamento da Conta "Valores Restituíveis"

A tabela abaixo evidencia a composição da conta " Valores Restituíveis":

TABELA 166

Composição Dos Valores Restituíveis da Administração Indireta

(R$1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
2.1.8.8	Valores Restituíveis	159.990.884,88	121.586.748,76
2.1.8.8.1	Valores Restituíveis - Consolidação	159.949.853,84	120.730.898,04
2.1.8.8.1.01	Consignações	24.473.969,67	4.063.909,22
2.1.8.8.1.01.01	Consignações do Exercício	23.225.631,12	0,00
2.1.8.8.1.01.02	Consignações de Exercício Anteriores	335.732,10	3.151.302,77
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	912.606,45	912.606,45
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	32.393.121,78	20.781.638,24
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	25.723.943,04	22.204.443,72
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	6.909,50	7.391,49
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	74.452,97	82.674,61
2.1.8.8.1.51	Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	77.411.788,37	73.585.441,76
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	-134.331,49	5.399,00
2.1.8.8.2	Valores Restituíveis - Intra OFSS	41.031,04	855.850,72
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	29.731,04	855.850,72
2.1.8.8.2.35	Movimentações Financeiras a Repassar	11.300,00	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

BPIND-02 - Movimentação na Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2017, foram registrados ajustes de atribuídos a exercícios anteriores que incrementaram o saldo negativo desse grupo em R$ 15.104.365,93 (o saldo passou de R$ 482.075.201,60 em 2016 para R$ 497.179.567,53 em 2017). A Tabela abaixo evidencia a composição dos ajustes efetuados.

TABELA 167

Demonstrativo da Variação no Saldo da Conta Ajustes de Exercícios Anteriores da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Tipo de Ajuste no Patrimônio Líquido	Valor
Transferência do saldo inicial de Ajustes para Resultados Acumulados	482.075.201,60
Despesas de Exercícios Anteriores liquidadas no exercício	-89.143.028,49
Provisões matemáticas e demais ajustes atuariais nos regimes de previdência	-311.564.158,65
Ajuste de Dívida com Operações de Crédito	-128.840.529,39
Reavaliação e demais ajustes no Ativo	32.562.657,91
Depreciação de exercícios anteriores	-316.021,95
Ajuste de Dívida Ativa - exercícios anteriores	121.513,04
TOTAL	-15.104.365,93

Fonte: SEFAZ/CECAI

Para atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, os saldos de ajustes de exercícios anteriores a 2017 que estavam acumulados nesta conta foram transferidos para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores. Resta na conta Ajustes de Exercícios Anteriores apenas o somatório dos ajustes realizados no exercício de 2017. Deste exercício em diante, portanto, ocorrerá o mesmo procedimento, a fim de que a conta Ajustes de Exercícios Anteriores somente evidencie os valores atribuíveis a exercícios encerrados e que foram lançados na contabilidade no exercício atual. O procedimento acima citado gerou um registro de baixa de R$ 482.075.201,60. Como o saldo da conta estava negativo no começo de 2017, o registro de baixa desse saldo gerou um movimento positivo.

O valor de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) liquidados no exercício totalizou um ajuste negativo de R $.89.143.028,49. Destaca-se também o registro de provisões matemáticas e demais ajustes atuariais nos regimes de previdência, decisão administrativa tomada a fim de evidenciar na contabilidade dos fundos de previdência administrados pelo Poder Executivo (PREVID, PREVMILITAR e FUNAPREV) a posição financeira e atuarial, em atendimento às normas de vigência e às determinações emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Tais registros totalizaram um ajuste negativo de R$ 311.564.158,65.

Observa-se, ainda, a transferência de R$ 151.841,30 de Ajustes de Exercícios Anteriores para o grupo Lucros ou Prejuízos Acumulados em Exercícios Anteriores. O objetivo da transferência é o mesmo do observado no caso dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores: os saldos de ajustes de exercícios anteriores a 2017 que estavam acumulados nesta conta foram transferidos para Lucros ou Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores, restando nesta conta apenas o somatório dos ajustes realizados no exercício de 2017. Como não houve lançamentos de valores no exercício, o saldo de ajustes em 31/12/2017 é igual a zero.

BPIND-03 - Divergência nos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores

O somatório dos grupos "superávit ou déficit do exercício" e "superávits ou déficits de exercícios anteriores" de 2016 está divergindo em R$ 482.075.201,60 do saldo de "superávits ou déficits de exercícios anteriores" em 2017, conforme observa-se na tabela abaixo.

Esta diferença se refere à transferência de valor do saldo de ajustes de exercícios anteriores a 2017 acumulados nesta conta e que foram transferidos para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores. Restou na conta Ajustes de Exercícios Anteriores apenas o somatório dos ajustes realizados no exercício de 2017. Deste exercício em diante, portanto, ocorrerá o mesmo procedimento, a fim de que a conta Ajustes de Exercícios Anteriores somente evidencie os valores atribuíveis a exercícios encerrados e que foram lançados na contabilidade no exercício atual. Já a conta de Superávits ou Déficits acumulados terá incorporada ao seu saldo em todo exercício os saldos acumulados de ajustes de exercícios anteriores efetuados no exercício imediatamente anterior. Como esta foi a primeira vez que tal procedimento foi realizado, houve a transferência integral dos saldos anteriores ao exercício de 2017. Ressalta-se que este procedimento está alinhado com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição.

TABELA 168

Demonstrativo dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores da Administração Indireta

(R$ 1,00)

I - Superávits ou Déficits do Exercício - 2016	1.170.533.008,48
II - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2015	3.052.626.061,74
III - Total (I+II)	4.223.159.070,22
IV - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2016	3.741.083.868,62
V - Diferença (IV - III)	482.075.201,60

Fonte: SEFAZ/CECAI

Da mesma forma, o somatório dos grupos "Lucros e Prejuízos do Exercício" e "Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores" de 2016 está divergindo em R$ 151.841,30 do saldo de "Lucros ou Prejuízos Acumulados de exercícios anteriores" em 2017, conforme observa-se na tabela abaixo. A diferença decorre da transferência do saldo de Ajustes de Exercícios Anteriores de 2016 para Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores, seguindo o mesmo roteiro da situação apresentada na nota explicativa BPIND02, relativa ao ajuste efetuado em Superávits e Déficits de Exercícios Anteriores.

TABELA 169

Demonstrativo dos Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores da Administração Indireta

I - Lucros e Prejuízos do Exercício - 2016	54.665.144,63
II - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores - 2016	52.222.557,08
III - Total (I+II)	106.887.701,71
II - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores - 2017	107.039.543,01
V - Diferença (IV - III)	-151.841,30

Fonte:SEFAZ/CECAI

BPIND-04 - Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no § 3º do art. 105:

"§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independem de autorização orçamentária".

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela abaixo:

TABELA 170

Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Passivo Circulante (Atributo F)	110.721.984,15
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	318.326.232,15
(+) 6.3.1.1.0.01 - RP Não Processados a Liquidar	10.646.665,91
(=) Passivo Financeiro	439.694.882,21

Fonte: SEFAZ/CECAI

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

4.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, *"a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."*

A apuração do resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto das contas de Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

TABELA 171

Demonstrativo da Síntese das Variações Patrimoniais da Administração Indireta

(R$1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.527.883.148,56	9.197.492.875,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.665.813.347,42	676.394.649,14
Contribuições	121.480.709,94	1.573.816.246,83
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	100.098.469,09	92.653.399,01
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6.721.922.096,16	115.131.348,76
Transferências e Delegações Recebidas	5.117,97	6.566.430.433,47
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	188.343.769,14	173.066.797,87
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.546.979.181,92	7.972.294.721,97
Pessoal e Encargos	1.383.515.614,27	1.379.163.697,80
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.114.738.125,05	2.894.330.769,52
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.884.676.692,70	1.682.830.410,12
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27.689.398,90	30.653.442,36
Transferências e Delegações Concedidas	1.476.687.133,48	1.409.799.719,09
Desvalorização e Perda de Ativos	297.521,83	0,00
Tributárias	27.340.230,74	45.799.408,69
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	632.034.464,95	529.717.274,39
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	980.903.966,64	1.225.198.153,11

Fonte: SEFAZ/CECAI

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2017, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R$ 9.527.883.148,56 e um total de variações patrimoniais diminutivas no valor de R$ 8.546.979.181,92, portanto, o resultado patrimonial da Administração Indireta no exercício foi superavitário em R$ 980.903.966,64.

4.2.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

DVPIND-01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6º edição, aprovado pela Portaria da STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referente à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do Estado está disponível no Balanço Orçamentário - BO e seus quadros anexos.

DVPIND-02 - Reavaliação, Depreciação, Amortização, Exaustão e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos para registro da reavaliação, depreciação, amortização, exaustão e redução a valor recuperável do patrimônio público do Estado do Ceará, tem como base legal o Decreto Nº 31.340, de 05 de novembro de 2013, NBCASP e MCASP. É importante destacar, que o Decreto Nº 32.515 de 22 de janeiro de 2018, alterou o art.38 do Decreto Nº 31.340, prorrogando o prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens móveis e imóveis para Junho de 2018.

Em vista disso, os órgãos da Administração Pública Direta do Estado do Ceará e suas Autarquias e Fundações constituíram comissões específicas para realizar o levantamento de seus bens, e alguns já iniciaram os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão nos exercício de 2016 e 2017. Esse trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e recursos humanos, principalmente para os bens móveis adquiridos em exercícios anteriores a 2013. Com isso, o registro contábil de adequação dos valores desses bens na contabilidade está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão.

A quadro a seguir apresenta as entidades da Administração Indireta que realizaram alguns desses procedimentos contábeis:

TABELA 172

Demonstrativo Dos Órgãos Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação, Depreciação e Amortização da Adm. Indireta

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	UG	ÓRGÃO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Administração Indireta	130101	AGENCIA REGULADORA DE SERV PUBL DELEGADOS	Depreciação de Bens Móveis
			Amortização de Software
	430401	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES DO CEARÁ	Reavaliações de Bens Móveis
	460101	INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA	Depreciação de Bens Imóveis
	460601	COMPANHIA DE HABITACAO DO CEARA	Depreciação de Bens Imóveis

4.2.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiado à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Segue o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 173

Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Título	Saldo Inicial	Inscrição	Baixa	Saldo Seguinte
Restos a Pagar Não Processados				
1º Exercício Anterior	172.479.754,99	0,00	161.799.495,19	10.680.259,80
2º Exercício Anterior	16.609.660,85	0,00	16.609.660,85	0,00
Deste Exercício	0,00	318.326.232,15	0,00	318.326.232,15
Subtotal	189.089.415,84	318.326.232,15	178.409.156,04	329.006.491,95
Restos a Pagar Processados				
1º Exercício Anterior	8.966.578,19	0,00	8.513.986,50	452.591,69
2º Exercício Anterior	129.644,58	-113,15	129.531,43	0,00
Deste Exercício	0,00	26.742.758,49	0,00	26.742.758,49
Subtotal	9.096.222,77	26.742.645,34	8.643.517,93	27.195.350,18
Depósito de Diversas Origens	49.947.240,72	1.497.999.738,79	1.464.465.239,43	83.481.740,08
Subtotal	49.947.240,72	1.497.999.738,79	1.464.465.239,43	83.481.740,08
TOTAL	248.132.879,33	1.843.068.616,28	1.651.517.913,40	439.683.582,21

Fonte: SEFAZ/CECAI

4.2.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFIND01 – Diferença entre o saldo final das obrigações financeiras a pagar evidenciadas no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF) e o saldo do Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial:

O valor das obrigações financeiras a pagar evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta (R$ 439.683.582,21) difere do valor do Passivo Financeiro apresentado no Balanço Patrimonial (R$ 439.694.882,21) em R$ 11.300,00. Tal valor se refere a ajustes contábeis decorrentes de anulações escriturais de pagamentos de despesa que necessitam de movimentação financeira para regularização, mas estas não puderam ser realizadas em 2017. Os valores estão registrados na conta contábil 2.1.8.8.2.35 (Movimentações Financeiras a Repassar), na Unidade Gestora 490101 (Superintendência Estadual do Meio Ambiente). Não foi possível alterar o *layout* do Demonstrativo da Dívida Flutuante para incluir esta conta dentro dos depósitos de diversas origens, já que tal inclusão não foi considerada na elaboração dos Relatórios Fiscais da LRF relativos ao 6º Bimestre e 3º Quadrimestre de 2017 e tais relatórios foram publicados com dados definitivos. O necessário ajuste de *layout* será efetuado em 2018, momento em que as diferenças não mais existirão.

DFIND02 – Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante da Administração Indireta:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2017 no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta:

TABELA 174
Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Não Processados da Dívida Flutuante da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2017
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	161.445.903,24
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	16.963.252,80
Somatório das Baixas de RPNP na Dívida Flutuante	178.409.156,04

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 175
Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2017
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	8.567.258,63
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	76.259,30
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP) na Dívida Flutuante	8.643.517,93

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFIND03 - Composição da Linha Depósitos de Diversas Origens

Fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para exclusão das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não devem constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante. A Tabela a seguir apresenta os saldos, em 31/12/2017, das contas incluídas no subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta:

TABELA 176
Demonstrativo Das Contas Com Atributo "P" a Serem Excluídas Dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2017
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	74.452,97
2.1.8.8.1.51.01	Depósitos Judiciais Transferidos (P)	77.411.788,37
	Ajuste 1: Valores Restituíveis – Consolidação marcados com atributo "P"	77.486.241,34

Fonte: SEFAZ/CECAI

Fez-se necessário também efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo das contas 2.1.8.9.1.36 - Valores em Trânsito Exigíveis (F); 2.1.8.8.2.04.07 - Depósitos a Quem de Direito (F); 2.1.8.9.1.38 - Restituições de Receitas a Pagar (F); e 2.1.8.9.3.38 - Restituições de Receitas a Pagar (F). Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2017, das contas listadas acima e que foram incluídas no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta:

TABELA 177
Demonstrativo Dasas Obrigações Diversas a Serem Adicionadas Aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2017
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito (F)	29.731,04
2.1.8.9.1.38	Restituições de Receitas a Pagar (F)	1.040,99
2.1.8.9.3.38	Restituições de Receitas a Pagar (F)	20.000,00
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	967.355,55
	Ajuste 2: Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	1.018.127,58

Fonte: SEFAZ/CECAI

Considerando os ajustes 1 e 2 citados acima, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:

TABELA 178
Composição Dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Descrição	Saldo em 31/12/2017
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	159.949.853,84
(-) Ajuste 1 - Saldos com atributo P a serem excluídos no grupo 2.1.8.8.1	-77.486.241,34
(+) Ajuste 2 - Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	1.018.127,58
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	83.481.740,08

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFIND-04 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

Conforme já explicado nas Notas BOIND-03 e BFIND-01, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de dois pagamentos registrados na Unidade Gestora 240564 - 11ª Coordenadoria Regional de Saúde de Sobral, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e

competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

No Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta, foi inserido um ajuste negativo na inscrição de Restos a Pagar Processados 2º exercício anterior, no valor de R$ 113,15, já que este valor, conforme explicado acima, foi executado financeiramente em 2017 como consignações retidas e pagas. Esse ajuste foi necessário para que se pudesse fechar o valor da Dívida Flutuante evidenciada no Demonstrativo.

4.2.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a 6ª. Edição do MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

TABELA 179

Resumo da Demonstração Dos Fluxos de Caixa da Administração Indireta

(R$ 1,00)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	10.932.796.568,08	10.519.108.806,03
- RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2.787.800.501,98	2.627.708.854,94
- TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	6.692.698.153,92	6.510.315.190,37
- OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.452.297.912,18	1.381.084.760,72
DESEMBOLSOS	9.741.093.773,18	9.466.907.813,45
- PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	6.844.008.897,61	6.594.909.559,27
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	23.442.249,70
- TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.480.363.424,58	1.431.725.182,51
- OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.416.721.450,99	1.416.830.821,97
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	1.191.702.794,90	1.052.200.992,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	40.787.380,98	56.389.635,10
- ALIENAÇÃO DE BENS	11.538.689,00	223.800,00
- TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	29.223.942,24	56.135.243,10
- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	24.749,74	30.592,00
DESEMBOLSOS	796.880.700,91	837.029.597,24
- AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	747.682.133,87	765.242.349,44
- CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	49.198.567,04	71.787.247,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-756.093.319,93	-780.639.962,14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
DESEMBOLSOS	702.352,21	55.060.191,54
- AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	702.352,21	55.060.191,54
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	-702.352,21	-55.060.191,54
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	434.907.122,76	216.500.838,90
- CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	993.601.034,17	778.957.328,07
- CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.427.510.160,96	993.601.034,17
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	433.909.126,79	214.643.706,10
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA	997.995,97	1.857.132,80
- SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	5.897.409,71	8.048.410,36
- SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	5.937.696,23	5.222.106,38
- ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR	569.649,92	1.971.156,34
- ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS	1.607.932,41	1.001.985,16
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	434.907.122,76	216.500.838,90

Fonte: SEFAZ/CECAI

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa da Administração Indireta, no exercício de 2017, evidenciou uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R$ 434.907.122,76. O fluxo que contribuiu para este resultado foi o das operações que apresentou um resultado positivo de R$ 1.191.702.794,90. Enquanto que as atividades de investimentos e financiamentos geraram fluxo negativo no valor de R$ 756.093.319,93 e R$ 702.353,21, respectivamente.

Já a variação do Caixa e Equivalente de Caixa do Período foi positiva em R$ 433.909.126,79. A diferença entre a geração líquida de caixa e a variação de caixa do período é explicada pelo campo "conciliação contábil-financeira", detalhado a seguir pela nota explicativa DFCIND-04.

4.2.6.1 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFCIND-01 - Ajuste de Inscrição de Restos a Pagar Processados para Ajustar os Desembolsos na DFC

O valor dos pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa está totalizando R$ 8.755.143.783,64, conforme verifica-se na Tabela abaixo. Esse valor diverge em R$ 113,15 dos pagamentos orçamentários e de restos a pagar (somatório das contas contábeis 6.2.2.1.3.04, 6.3.1.4 e 6.3.2.2) que totalizam R$ 8.755.143.670,49.

TABELA 180

Composição Dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa da Administração Indireta

(R$ 1,00)

GRUPO	VALOR
Pessoal e Outras Despesas Correntes por Função	6.844.008.897,61
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Transferências Intergovernamentais	330.363.022,36
Transferências a Intituições Privadas Sem Fins Lucrativos	671.814.075,26
Transferências a Intituições Privadas Com Fins Lucrativos	3.900.480,48
Transferências a Consórcios Públicos	107.474.254,81
Aquisição de Ativo Não Circulante	747.682.133,87
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	49.198.567,04
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	702.352,21
TOTAL	8.755.143.783,64

Fonte: SEFAZ/CECAI

Essa diferença se explica pela necessidade de se incluir no *layout* do demonstrativo um ajuste contábil relativo a Restos a Pagar Processados de 2016 a serem quitados no exercício seguinte (em 2018). Tal diferença é representada por dois pagamentos registrados na Unidade Gestora 240564 - 11ª Coordenadoria Regional de Saúde de Sobral, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar.

Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

É possível apresentar adequadamente o ajuste contábil mencionado acima no Demonstrativo da Dívida Flutuante, uma vez que há campo para evidenciar os ajustes das inscrições de restos a pagar no movimento do exercício. O mesmo não pode ser feito na Demonstração dos Fluxos de Caixa, uma vez que ajustes na inscrição de restos a pagar não são capturados naturalmente pelo *layout* dos anexos, que somente computam os movimentos do exercício. Logo, para que se evidencie corretamente os fluxos que impactaram o saldo de caixa do exercício, foi necessário incluir o ajuste das referidas inscrições de restos a pagar na linha dos desembolsos. Essa explicação já foi apresentada nas Notas Explicativas BOIND-03 e BFIND-01 e DFIND-04.

DFCIND-02 – Ingressos e Devoluções de Valores Restituíveis

A tabela a seguir evidencia a composição dos "Ingressos de Valores Restituíveis", calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 181

Demonstrativo Dos Ingressos de Valores Restituíveis da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	20,00
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	11.933.763,17
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	188.676.715,12
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	46.226,64
Total		200.656.724,93

Fonte: SEFAZ/CECAI

A tabela a seguir evidencia a composição da Devolução de Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 182

Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	20,00
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	322.279,63
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	185.157.215,80
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	46.708,63
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	139.730,49
Total		185.665.954,55

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFCIND-03 – Valores a Repassar e a Receber

Os "valores a repassar" na Administração Indireta, observado pelos movimentos (créditos menos débitos) da conta 2.1.8.8.2.04, constitui-se em valores em poder da Administração Indireta a repassar para outro ente do Estado, e remonta o valor de R$ (814.819,68), conforme evidenciado nesse campo da DFC (no lado dos ingressos).

Na linha "valores a receber", evidenciam-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda e corresponde ao movimento (débitos - créditos) da conta contábil 1.1.2.2.2.04, totalizando o valor de R$ (1.001.750,04), além de Movimentações Financeiras a Recuperar, registrados na conta 1.1.3.8.2.35, no valor de R$ 11.300,00. O somatório desses registros corresponde ao valor de R$ (990.450.04) evidenciado na DFC da Administração Indireta (no lado dos desembolsos).

DFCIND-04 – Conciliação Contábil-Financeira

O campo de Conciliação Contábil-Financeira destaca as entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária, onde houve lançamentos nas contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98, 2.1.8.9.1.36.02, 3.9.9.9.1.23 e 4.9.9.9.1.43, para que a contabilidade estivesse compatível com a conciliação financeira.

Assim, estes lançamentos não se constituem como fluxos que geram entradas e saídas de caixa, e sim ajustes nas contas de caixa relativos à pendências de conciliação. Por esse motivo, tais movimentos apresentam-se fora dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento, e estão inclusos após a variação de caixa e equivalente de caixa, ajustando esta variação.

Dessa forma, nas gestoras que procederam a esses ajustes, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa" será igual à "Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustada". Esta se caracteriza pela soma da "Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período" com o linha "Conciliação Contábil-Financeira".

O cálculo da conciliação contábil-financeira, por sua vez, é feito da seguinte forma: soma-se as saídas de caixa a regularizar, com as entradas de caixa regularizadas e diminui-se desse valor as saídas de caixa regularizadas e as entradas de caixa a regularizar.

Na linha de "Saídas de Caixa a Regularizar" observa-se as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta. Esta linha é representada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98 e 3.9.9.9.1.23, conforme verifica-se na tabela abaixo.

TABELA 183

Demonstrativo Das Saídas de Caixa a Regularizar da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	22.767,96
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito	613.641,97
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	3.478.119,94
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	436.640,19
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	1.237.915,79
3.9.9.9.1.23	VPD de Anulação de Receita de Exercício Anterior	108.323,86
Total		5.897.409,71

Fonte: SEFAZ/CECAI

Já no grupo "Saídas de Caixa Regularizadas" registra-se as regularizações em 2017 referentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas que ficaram pendentes de regularização em 2015. Representando assim o movimento a crédito das contas contábeis: 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98 e 4.9.9.9.1.43.

TABELA 184

Demonstrativo Das Saídas de Caixa Regularizadas da Administração Indireta

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito	181.480,31
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	627.735,58
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	823.860,17
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	4.284.314,75
4.9.9.9.1.43	VPA de Anulação de Despesa de Exercício Anterior	20.305,42
Total		5.937.696,23

Fonte: SEFAZ/CECAI

Adicionalmente, nas "entradas de caixa a regularizar" evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária e são representadas pelo movimento a crédito da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar. Na Administração Indireta, essa conta apresenta-se com montante de R$ 569.649,92.

O grupo de "entradas de caixa regularizadas", no valor de R$ 1.607.932,41, constitui-se no movimento a débito da conta 2.1.8.9.1.36.02, que representa as regularizações em 2017, das receitas a classificar do exercício de 2016.

4.3. Balanços Consolidados

4.3.1. Balanço Orçamentário Consolidado

Conforme a Lei 4.320/64, o Balanço Orçamentário consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas.

Dessa forma esse demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação (STN, 2015).

Adicionalmente acrescenta-se que o Balanço Orçamentário é composto por:

a. Demonstrativo Principal;

b. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e

c. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados.

A seguir evidencia-se cada um desses demonstrativos.

TABELA 185

Demonstrativo do Balanço Orçamentário Consolidado

(R$1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I)	21.901.741.256,04	22.580.897.310,58	22.869.503.096,70	288.605.786,12
Receita Tributária	11.995.293.571,03	12.178.142.965,80	12.197.564.203,64	19.421.237,84
Receita de Contribuições	1.485.624.788,00	1.602.564.788,00	1.665.813.347,42	63.248.559,42
Receita Patrimonial	343.330.176,00	364.051.036,59	424.175.491,49	60.124.454,90
Receita Agropecuária	0,00	0,00	12.344,35	12.344,35
Receita de Serviços	81.423.443,00	95.716.153,66	106.476.979,96	10.760.826,30
Transferências Correntes	7.146.588.532,00	7.388.037.712,80	7.481.742.695,68	93.704.982,88
Outras Receitas Correntes	849.480.746,01	952.384.653,73	993.718.034,16	41.333.380,43
Receitas de Capital	3.967.772.739,00	4.387.474.752,61	2.539.451.707,09	-1.848.023.045,52
Operações de Crédito	3.077.321.792,00	3.507.144.853,38	2.051.078.860,99	-1.456.065.992,39
Alienação de Bens	22.030.000,00	22.432.910,57	16.428.948,44	-6.003.962,13
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	858.340.947,00	847.816.988,66	471.260.625,10	-376.556.363,56
Outras Receitas de Capital	10.080.000,00	10.080.000,00	683.272,56	-9.396.727,44
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I)+(II)	25.869.513.995,04	26.968.372.063,19	25.408.954.803,79	-1.559.417.259,40
REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III)=(I+II)	25.869.513.995,04	26.968.372.063,19	25.408.954.803,79	-1.559.417.259,40
DÉFICIT (VI)	0,00	1.507.881.855,55	0,00	-1.507.881.855,55
TOTAL (VII)=(V+VI)	25.869.513.995,04	28.476.253.918,74	25.408.954.803,79	-3.067.299.114,95
SALDO DE EXERC. ANTERIORES				
(UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	2.509.469.844,63	844.388.701,14	-1.665.081.143,49
Superávit Financeiro	0,00	2.509.469.844,63	844.388.701,14	0,00
Reabertura de Crédito Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INIC. (e)	DOTAÇÃO ATUAL. (d)	DESP. EMPENHADAS (g)	DESP. LIQUIDADAS (h)	DESP. PAGAS (i)	SDO DOTAÇÃO J=(f-g
Despesas Correntes (VIII)	20.824.492.372,00	21.884.857.353,71	20.952.113.259,75	20.647.828.919,57	20.454.640.945,49	932.744.093,96
Pessoal e Encargos Sociais	11.437.676.991,00	11.452.867.677,15	11.023.336.551,57	11.023.336.551,57	10.970.694.257,02	429.531.125,58
Juros e Encargos da Dívida	460.406.752,00	472.135.202,46	452.097.969,17	452.097.969,17	452.097.969,17	20.037.233,29
Outras Despesas Correntes	8.926.408.629,00	9.959.854.474,10	9.476.678.739,01	9.172.394.398,83	9.031.848.719,30	483.175.735,09
Despesas de Capital (IX)	4.990.761.123,00	6.591.396.565,03	3.656.238.923,01	3.315.229.143,44	3.290.169.331,49	2.935.157.642,02
Investimentos	3.895.150.034,00	4.317.800.381,02	2.467.740.151,33	2.126.730.371,76	2.101.670.559,81	1.850.060.229,69
Inversões Financeiras	114.176.927,00	211.323.342,15	199.223.326,39	199.223.326,39	199.223.326,39	12.100.015,76
Amortização da Dívida	981.434.162,00	2.062.272.841,86	989.275.445,29	989.275.445,29	989.275.445,29	1.072.997.396,57
Reserva de Contingência (X)	54.260.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS	54.260.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)= (VIII+IX+X)	25.869.513.995,00	28.476.253.918,74	24.608.352.182,76	23.963.058.063,01	23.744.810.276,98	3.867.901.735,98
AMORT. DA DÍV. REFINANC. (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANC. (XIII)= (XI+XII)	25.869.513.995,00	28.476.253.918,74	24.608.352.182,76	23.963.058.063,01	23.744.810.276,98	3.867.901.735,98
SUPERÁVIT (XIV)	0,04	0,00	800.602.621,03	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X)=(VIII+IX)	25.869.513.995,04	28.476.253.918,74	25.408.954.803,79	23.963.058.063,01	23.744.810.276,98	3.067.299.114,95

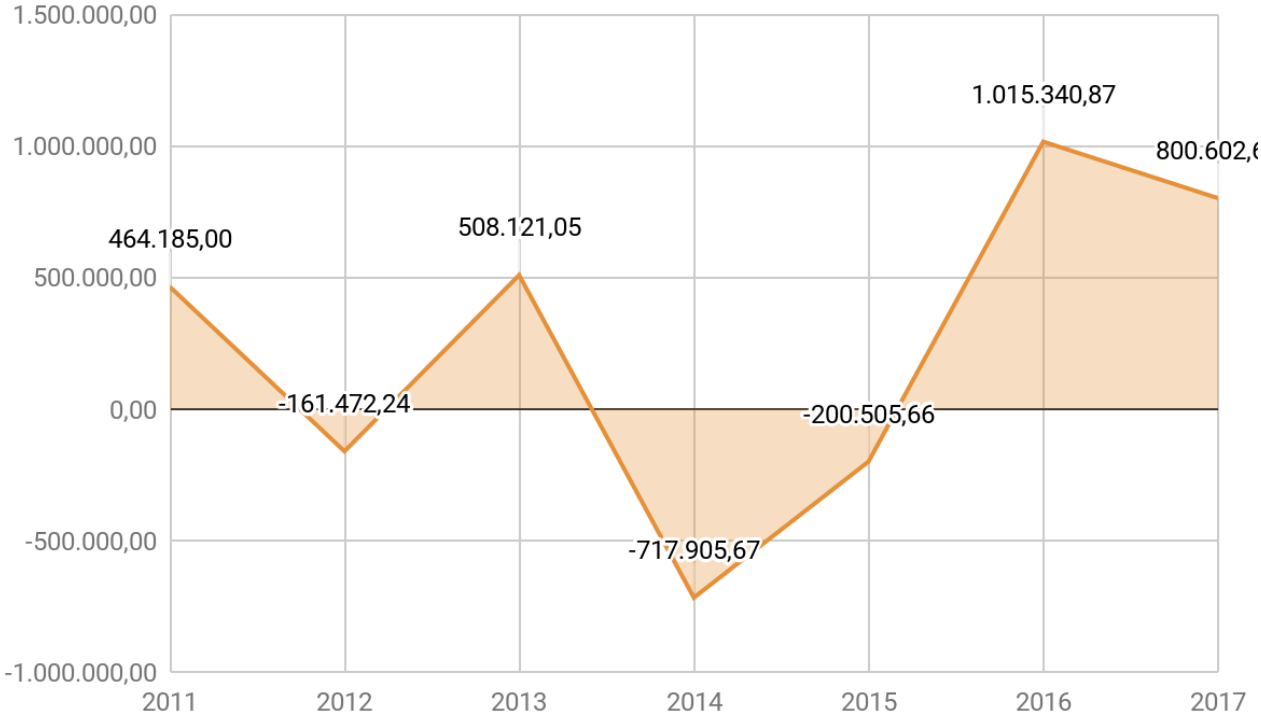
Fonte: SEFAZ/CECAD

No Balanço Orçamentário Consolidado, da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, no exercício de 2017, verifica-se um superávit orçamentário de R$ 800.602.621,03.

GRÁFICO XXXV

Trajetória do Resultado Orçamentário Consolidado - 2011 a 2017

(R$ 1.000,00)



Fonte: SEFAZ/CECAD

No demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1 evidencia-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela seguinte demonstra os valores obtidos no Estado.

TABELA 186

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1-Consolidada

(R$ 1,00)

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERC. ANT. (a)	EM 31/12 DO EXERC. ANT. (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-
DESPESAS CORRENTES	23.360.065,10	205.766.864,15	404.191,39	190.503.966,50	24.001.001,40	14.621.96
-Pessoal e Encargos Sociais	1.521.208,69	459.212,90	6.389,38	288.183,20	1.329.167,80	363.07
- Outras Despesas Correntes	21.838.856,41	205.307.651,25	397.802,01	190.215.783,30	22.671.833,60	14.258.89
DESPESA DE CAPITAL	25.921.976,17	195.259.577,39	2.514.724,10	185.342.930,20	20.113.555,03	15.725.06
-Investimentos	25.921.976,17	194.600.044,43	2.514.724,10	184.683.397,30	20.113.555,03	15.725.06
- Inversões Financeiras	0,00	659.532,96	0,00	659.532,90	0,00	
TOTAL:	49.282.041,27	401.026.441,54	2.918.915,49	375.846.896,70	44.114.556,43	30.347.02

Fonte: SEFAZ/CECAD

Por sua vez, no demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados - Anexo 2 apresenta-se-se os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela abaixo evidencia os valores obtidos no Estado.

TABELA 187

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo 2-Consolidada

(R$ 1,00)

RESTOS A PAG. PROCESSADOS	EM EXERC. ANT. (a)	EM 31/12 DO EXERC. ANT. (b)	LIQUID. (c)	PAGOS (d)	CANC. (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	607.539,96	168.605.796,93	0,00	164.269.005,29	4.069.449,29	874.882,31
Pessoal e Encargos Sociais	165.702,30	80.775.597,41	0,00	80.558.941,41	170.945,95	211.412,35
Outras Despesas Correntes	441.837,66	87.830.199,52	0,00	83.710.063,88	3.898.503,34	663.469,96
DESPESAS DE CAPITAL	344.599,67	11.662.276,24	0,00	9.800.535,90	289.006,44	1.917.333,57
Investimentos	344.599,67	11.662.276,24	0,00	9.800.535,90	289.006,44	1.917.333,57
TOTAL:	952.139,63	180.268.073,17	0,00	174.069.541,19	4.358.455,73	2.792.215,88

Fonte: SEFAZ/CECAD

No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intraorçamentárias. A tabela abaixo demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, evidenciando-se por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.

TABELA 188

Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas

(R$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (b - a)
RECEITA PATRIMONIAL	24.000,00	24.000,00	185.625,63	161.625,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.533.362,00	39.286.000,00	216.114.825,09	176.828.825,09
Outras Receitas	42.533.362,00	37.702.000,00	213.070.630,91	175.368.630,91
Outras Restituições	0,00	584.000,00	3.044.194,18	2.460.194,18
Receita de Encargos Legais e sobre a Dívida Ativa	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	930.715.188,00	1.002.155.188,00	1.034.896.051,23	32.740.863,23
Contribuições p o Regime Prop Previd Servidor Público	930.715.188,00	999.796.610,00	1.032.743.061,99	32.946.451,99
Outras Contribuições Sociais	0,00	2.358.578,00	2.152.989,24	-205.588,76
RECEITAS DE TRIBUTOS	18.601.020,00	59.248.761,77	422.914,94	-58.825.846,83
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	11.163.200,00	51.767.941,77	419.745,34	-51.348.196,43
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	43.000,00	0,00	-43.000,00
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	7.281.820,00	7.281.820,00	0,00	-7.281.820,00
Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	0,00	0,00	3.169,60	3.169,60
Taxas de Serviços Cadastrais	6.000,00	6.000,00	0,00	-6.000,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	150.000,00	150.000,00	0,00	-150.000,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	19.297.132,00	25.127.258,36	23.136.188,84	-1.991.069,52
Serviços de Processamento de Dados	19.238.452,00	25.068.578,36	22.937.988,84	-2.130.589,52
Outros Serviços	58.680,00	58.680,00	198.200,00	139.520,00
TOTAL GLOBAL (j)	1.012.170.702,00	1.125.841.208,13	1.274.755.605,73	148.914.397,60
DÉFICIT (m)=jb-fl			40.762.886,85	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇ INICIAL (d)	DOTAÇ. ATUALIZADA (e)	DESP. EMPENHADAS (f)	DESP. LIQUIDADAS (g)	DESP. PAGAS (h)	SDO DA DOTAÇÃO i = (e - f)
DESPESAS CORRENTES	1.005.036.501,00	1.338.026.791,78	1.314.403.817,31	1.310.775.363,39	1.284.408.337,89	23.622.974,47
Pessoal e Encargos Sociais	931.650.188,00	1.069.100.542,70	1.054.976.269,61	1.054.976.269,61	1.029.022.865,43	14.124.273,09
Outras Despesas Correntes	73.386.313,00	268.926.249,08	259.427.547,70	255.799.093,78	255.385.472,46	9.498.701,38
DESPESAS DE CAPITAL	7.134.201,00	2.640.398,04	1.114.675,27	1.049.897,90	1.046.158,76	1.525.722,77
Investimentos	7.134.201,00	2.640.398,04	1.114.675,27	1.049.897,90	1.046.158,76	1.525.722,77
TOTAL GLOBAL (l)	1.012.170.702,00	1.340.667.189,82	1.315.518.492,58	1.311.825.261,29	1.285.454.496,65	25.148.697,24

Fonte: SEFAZ/CECAD

A diferença entre as receitas intraorçamentárias realizadas e as despesas intraorçamentárias pagas está evidenciada na nota explicativa BOCEm se tratando de receitas e despesas intraorçamentárias, observa-se que a realização da receita excedeu a previsão atualizada em R$ 148.914.397,60. Outrossim, constata-se que a dotação atualizada foi superior a despesa empenhada no valor de R$ 25.148.697,24. Do cotejamento entre a receita realizada e a despesa empenhada resultou um déficit orçamentário de R$ 40.762.886,85. Importante esclarecer que a maior parte das receitas intraorçamentárias é realizada nos órgãos da Administração Indireta ON-04.

4.3.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário Consolidado

BOCON-01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Orçamentário e Composição da Receita e Despesa Orçamentária:

Para o preenchimento deste balanço, utilizam-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento Aprovado: Previsão da Receita e Fixação da Despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do Orçamento: Realização da Receita e Execução da Despesa) do plano de contas.

A Previsão Inicial da Receita está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita), adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita). A Tabela abaixo apresenta a composição da Previsão Atualizada da Receita Orçamentária para o Exercício de 2017:

TABELA 189

Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada-Consolidada

(R$ 1,00)

CONTA	VALOR
5.2.1.1 - Previsão Inicial	25.869.513.995,04
(+) 5.2.1.2.1 - Previsão Adicional da Receita	2.670.016.762,60
(-) 5.2.1.2.9 - Anulação da Previsão da Receita	-1.571.158.694,45
(=) Previsão Atualizada	26.968.372.063,19

Fonte: SEFAZ/CECAI

O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A Tabela abaixo apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada no Exercício de 2017:

TABELA 190

Demonstrativo da Composição da Receita Realizada- Consolidada

(R$ 1,00)

CONTA	VALOR
6.2.1.2 – Receita Realizada	28.420.222.471,91
6.2.1.3 – Deduções da Receita Orçamentária	3.011.267.668,12
(=) Receita Líquida Realizada (apresentada no Balanço Orçamentário)	25.408.954.803,79

Fonte: SEFAZ/CECAI

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A Tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada para o Exercício de 2017:

TABELA 191

Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada-Consolidada

(R$ 1,00)

CONTA	VALOR
5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	25.869.513.995,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	8.895.914.092,36
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	6.289.174.168,62
(=) Dotação Atualizada	28.476.253.918,74

Fonte: SEFAZ/CECAI

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago).

Na tabela que segue, evidencia-se a previsão e execução da despesa por tipo de crédito.

TABELA 192

Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa Por Tipo de Crédito Consolidada

(R$ 1,00)

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	25.869.513.995,04	28.456.390.561,00	24.606.518.377,30	23.961.224.257,55	23.742.979.030,56
Especial	0	19.863.357,74	1.833.805,46	1.833.805,46	1.831.246,42
Extraordinário	0	0	0,00	0,00	0,00
Total	25.869.513.995,04	28.476.253.918,74	24.608.352.182,76	23.963.058.063,01	23.744.810.276,98

Fonte: SEFAZ/CECAI

BOCON-02 - Utilização do Superávit Financeiro de 2016 para cobertura do déficit de previsão orçamentário de 2017

O déficit de previsão verificado no Balanço Orçamentário Consolidado do Estado, obtido pela comparação entre a previsão atualizada da receita (R$ 26.968.372.063,19) com a dotação da despesa atualizada (R$ 28.476.253.918,74), no valor de R$ 1.507.881.855,55, foi coberto com parte do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2016.

Verifica-se o valor do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016 (R$ 1.507.881.855,55) na linha "Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)/Superávit Financeiro" com a coluna "Previsão Atualizada". Desse valor, R$ 844.388.701,14 foi utilizado em 2017 e está evidenciado na linha "Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)/Superávit Financeiro" com coluna "Receitas Realizada".

BOCON-03 - Receitas e Despesas decorrentes de Operações Intraorçamentárias

Em 2017, foi verificada diferença entre o total das Receitas e Despesas Intraorçamentárias de R$ 10.698.890,92, conforme demonstra a Tabela a seguir:

TABELA 193

Demonstrativo Das Receitas e Despesas Intraorçamentárias-Consolidadas

(R$ 1,00)

VALORES INTRAORÇAMENTÁRIAS EM 31/12/2017	VALOR
Receitas Intraorçamentários - Valores Líquidos Arrecadados no Exercício	1.274.755.605,73
Despesas Intraorçamentárias - Valores Pagos no Exercício	1.285.454.496,65
Diferença entre Receitas e Despesas Intraorçamentárias	-10.698.890,92

Fonte: SEFAZ/CECAI

A metodologia estabelecida pela legislação de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o registro das Receitas e Despesas Intraorçamentárias não permite a compatibilização de seus valores dentro do exercício financeiro, devido a diversas concepções e diferenças operacionais para registro dessas receitas e despesas. Esse contexto enseja a necessidade de edição de nota explicativa em cada exercício financeiro de referência para composição das diferenças.

É mister mencionar que a legislação de direito financeiro estabelece, para o setor público, que os regimes contábeis da receita e despesa orçamentária são distintos (Lei 4.320/64, art. 35). Conforme a norma, o reconhecimento da despesa

intraorçamentária se dá pelo empenho, enquanto que a arrecadação e o recebimento efetivo desses valores ocorrem em outro momento, posterior ao empenhamento das despesas. Se a compatibilização das receitas e despesas intraorçamentárias ocorresse com base nas despesas empenhadas, a diferença seria ainda maior. A título de informação, o Estado do Ceará empenhou despesas intraorçamentárias, em 2017, no montante de R$1.315.518.492,58. Comparando a despesa empenhada e paga, já partiríamos com uma diferença de R$ 30.063.995,93 Isso justifica a decisão de compatibilizar a receita intraorçamentária arrecadada com a despesa paga, já que o momento de ocorrência desses fatos tende a ser mais aproximado.

Entretanto, mesmo comparando receitas e despesas intraorçamentárias quando da ocorrência dos fluxos financeiros (arrecadação e pagamento), não há como compatibilizar totalmente os valores dentro do exercício, uma vez que as operações que registram a receita e despesa intraorçamentária ocorrem envolvendo Unidades Gestoras e momentos distintos. A seguir, apresentam-se a receita e despesa intraorçamentária ajustada, considerando as situações que ensejaram tal diferença:

TABELA 194

Demonstrativo da composição Das Diferenças Entre a Receita e da Despesa Intraorçamentárias Consolidadas (Modalidade 91)

(R$ 1,00)

(MOD 91) ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA 2017	RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA
Orçamentária (modalidade 91) do exercício	1.254.347.567,90	1.285.454.496,65	
Ajuste da receita - administração direta	14.199.420,22		
Ajuste da receita - administração indireta	6.207.152,61		
Restos a Pagar decorrente da realização indevida modalidade 91	1.465,00		
Extra-orçamentária de exercícios anteriores (modalidade 91)		9.709.146,91	
TOTAL	1.274.755.605,73	1.295.163.643,56	-20.408.037,83

Fonte: SEFAZ/CECAI
Nota: Este Quadro evidencia a receita e a despesa intra-orçamentárias pelos valores totais de arrecadação e pagamento do exercício.

BOCON-04 - Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Demonstrativo Consolidado

Em virtude da sistemática adotada pelo estado do Ceará para tratamento dos Restos a Pagar não Processados que foram liquidados em exercícios anteriores, não houve a transferência dos Restos a Pagar não Processados liquidados em 2016 para o saldo inicial dos Restos a Pagar Processados em 2017. Portanto, o saldo inicial dos Restos a Pagar não Processados liquidados em exercícios anteriores compõe o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 195

Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores- Consolidado

(R$ 1,00)

CONTA CONTÁBIL (SALDO INICIAL)	VALOR
6.3.1.1.0.02 - RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	48.828.510,33
(+) 6.3.1.3.0.02 - RP Não Processados Liquidados a Pagar - 2º Exercício	453.530,94
(=) Total dos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores	49.282.041,27
Valor constante no saldo inicial de exercícios anteriores dos RPNP - Anexo I	49.282.041,27

Fonte: SEFAZ/CECAI

BOCON-05 - Comparativo entre o Anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas, o Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Balanço Orçamentário

Os grupos de receitas orçamentárias na Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas estão apresentadas por seus valores brutos e o total de deduções apresentadas em separado, totalizados por categoria econômica - sem referência ao grupo restituído. No Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados, a receita orçamentária arrecadada por grupo está apresentada pelos valores líquidos - já descontados os valores restituídos.

Por conta disso, é possível que a receita por grupo na Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas apresente valores diferentes quando comparados com a receita por grupo no Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados - que apresentam valores líquidos. A Receita Orçamentária Realizada Total e por Categoria Econômica apresentam os mesmos valores nos três demonstrativos.

BOCON-06 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário do Estado

O valor do saldo dos Restos a Pagar Processados de 2016 a serem quitados no exercício seguinte (em 2018), de R$ 2.792.215,88, apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário, Quadro Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores do Estado, difere do valor apresentado na Dívida Flutuante do Estado em R$ 77.058,30 (o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante é de R$ 2.715.157,57). A diferença acima apontada é representada por pagamentos registrados na Unidade Gestora 240564 - 11ª Coordenadoria Regional de Saúde de Sobral e 180001 – Secretaria da Justiça e Cidadania, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da

inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, as UGs informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

É possível apresentar adequadamente o ajuste contábil mencionado acima no Demonstrativo da Dívida Flutuante, uma vez que há campo para evidenciar os ajustes das inscrições de restos a pagar no movimento do exercício. O mesmo não pode ser feito nos Anexos I e II do Balanço Orçamentário, uma vez que não é possível alterar o saldo inicial dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e os ajustes de inscrição acima citados não são capturados pelo *layout* dos anexos, que somente consolidam os movimentos do exercício (liquidações, pagamentos e/ou cancelamentos).

4.3.2 Balanço Financeiro Consolidado

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Observa-se portanto que o Estado apresentou um *superávit financeiro* de R$ 3.361.635.168,27 no exercício de 2017.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

(a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);

(b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);

(c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;

(d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e

(e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

O Balanço Financeiro de 2017 evidenciou que os ingressos orçamentários totalizaram R$ 25.408.954.803,79 e os dispêndios orçamentários de 2017 somaram a quantia de R$ 24.608.352.182,76, o que representa um superávit no valor de R$ 801 milhões.

As transferências financeiras recebidas e concedidas totalizaram o montante de R$ 19.230.763.324,90.

Os ingressos extra-orçamentários aumentaram, no exercício de 2017, totalizando a quantia de R$ 12.204.232.833,58. No mesmo período, dispêndios extra-orçamentários totalizaram a quantia de R$ 11.281.164.888,31.

O saldo de disponibilidade evidenciado para o exercício seguinte é de R$ 5.490.531.344,62, o que representa um valor de R$ 1.723.670.566,30 superior ao saldo final de disponibilidade do exercício de 2016 de R$ 3.766.860.778,32.

ABELA 196

Demonstrativo do Balanço Financeiro Consolidado

(R$ 1,00)

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	25.408.954.803,79	24.282.256.625,97
Ordinária	17.802.621.950,80	17.205.308.787,28
Vinculada	7.606.332.852,99	7.076.947.838,69
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	19.230.763.324,90	19.048.033.115,98
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	12.204.232.833,58	10.451.627.691,82
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.766.860.778,32	2.752.641.864,19
TOTAL	60.610.811.740,59	56.534.559.297,96

DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	24.608.352.182,76	23.266.915.758,59
Ordinária	18.262.788.228,16	16.492.361.424,32
Vinculada	6.345.563.954,60	6.774.554.334,27
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	19.230.763.324,90	19.048.033.115,98
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	11.281.164.888,31	10.452.749.645,07
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	5.490.531.344,62	3.766.860.778,32
TOTAL	60.610.811.740,59	56.534.559.297,96

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.3.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro Consolidado

BFCON-01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Financeiro

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada - 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

Já as despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964 e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado).

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas (4.5.1) e Concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Já no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representa o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.2.2.2.04, 1.1.2.2.2.05, 1.1.2.2.2.06, 1.1.3.1.2.03, 1.1.3.8.1.09, 1.1.3.8.2.10, 1.1.3.8.2.35).

BFCON-02 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

A inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício 2017 apresentado no Balanço Financeiro do Estado corresponde a R$ 218.170.727,72. O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Liquidada (R$ 23.963.058.063,01) e a Paga (R$ 23.744.810.276,98) totaliza R$ 218.247.786,03. Observa-se, portanto, uma diferença de R$ 77.058,31.

Conforme já explicado na Nota BOCON-08 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário do Estado, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados nas Unidades Gestoras 240564 - 11ª Coordenadoria Regional de Saúde de Sobral e 180001 – Secretaria da Justiça e Cidadania, relativos a restos a pagar inscritos em

exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, as UGs informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

Como o Balanço Financeiro não possui campo para evidenciar em separado as inscrições de restos a pagar de exercícios anteriores, uma vez que ele só demonstra a inscrição de restos a pagar do exercício, a única alternativa encontrada foi computar o ajuste na linha Inscrição de Restos a Pagar Processados. No referido campo, foi reduzido do valor total a ser inscrito a importância de R$ 77.058,31, já que este valor foi executado financeiramente em 2017 como consignações retidas e pagas, na linha Consignações de Exercícios Anteriores. Esse ajuste foi necessário para que se pudesse fechar o valor das disponibilidades para o exercício seguinte evidenciadas no Balanço Financeiro.

BFCON-03 - Recebimentos e pagamentos extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 197

Demonstrativo do Cálculo dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis- Consolidado

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	25.508,41
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	520.020.778,56
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	193.970.449,42
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.914.567.705,02
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	17.472.350,80
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	46.226,64
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	200.789,21
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	30.581,45
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	289.077.029,51
2.1.8.8.2.35	Adiantamentos Tesouro (F)	11.300,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.120.942.696,84
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	21.792.131,73
TOTAL		8.078.157.547,59

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela a seguir evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 198

Demonstrativo do Cálculo Dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis - Consolidado

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	25.508,41
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	322.279,63
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	191.456.173,02
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.865.962.183,57
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	18.588.713,85
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	46.708,63
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	379.131,40
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	855.850,72
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	289.077.029,51
2.1.8.8.2.10	Adiantamentos Tesouro	540.348,15
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.120.232.765,80
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	21.466.760,13
TOTAL		7.508.953.452,82

Fonte: SEFAZ/CECAD

BFCON-04 - Valores Pendentes a Curto Prazo

Os Valores Pendentes a Curto prazo compreendem as entradas e saídas de caixa sem execução orçamentária ou financeira, registrados na Contabilidade para que o saldo de disponibilidades contábeis seja igual ao verificado nos extratos bancários.

No campo dos ingressos, há três agrupamentos de valores que compõem a linha Valores Pendentes a Curto Prazo. Primeiro, consta nesta rubrica as entradas de valores nos extratos que não foram identificados em conciliação bancária. Nesse sentido, para que a contabilidade esteja compatível com a conciliação bancária, tais valores foram lançados na conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar.

Segundo, constam nesta rubrica as regularizações realizadas no exercício de 2017 referentes a sequestros judiciais e outros dispêndios que ficaram pendentes de regularização em 2016, cujos valores estavam registrados nas contas contábeis 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar, 1.1.9.9.1.05 - Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

Por fim, consta nessa linha do Demonstrativo a anulação de despesas registradas indevidamente no exercício anterior, evidenciadas na conta 4.9.9.9.1.43 - VPA de Anulação de Despesa de Exercício Anterior. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 199

Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos)-Consolidado

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	4.883.149,97
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	823.860,17
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	4.291.530,77
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	569.649,92
4.9.9.9.1.43	VPA de Anulação de Despesa de Exercício Anterior	20.305,42
TOTAL		10.588.496,25

Fonte: SEFAZ/CECAD

No campo dos desembolsos, constam três agrupamentos de saldos que compõem essa linha do Demonstrativo. Primeiro, apresentam-se as saídas de caixa sem a respectiva regularização orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outros desembolsos a regularizar, como tarifas bancárias debitadas, registrados nas contas contábeis 1.1.3.2.1.07 - IR e CSLL a Recuperar, 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar, 1.1.9.9.1.05 - Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

Em seguida, constam as regularizações de valores não identificados em conciliação bancária no exercício anterior. Tais valores foram baixados da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar.

Por fim, consta nessa linha do Demonstrativo a anulação de receitas registradas indevidamente no exercício anterior, evidenciadas na conta 3.9.9.9.1.23 - VPD de Anulação de Receita de Exercício Anterior. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 200

Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios)-Consolidado

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	22.767,96
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	5.160.401,44
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	436.640,19
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	1.256.220,28
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	1.607.932,41
3.9.9.9.1.23	VPD de Anulação de Receita de Exercício Anterior	114.043,13
TOTAL		8.598.005,41

Fonte: SEFAZ/CECAD

BFCON-05 – Depósitos restituíveis e valores vinculados

Os depósitos restituíveis e valores vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros 1.1.2.2.2.04, 1.1.2.2.2.05, 1.1.2.2.2.06, 1.1.3.1.2.03, 1.1.3.8.1.09, 1.1.3.8.2.10, 1.1.3.8.2.35. Da mesma forma, o saldo final destas contas estão apresentados na mesma linha com a coluna dos dispêndios.

As contas contábeis 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber, 1.1.2.2.2.05 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber e 1.1.2.2.2.06 - Arrecadação a Receber - DAEs Rejeitados registram os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta e Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A conta 1.1.3.1.2.03 - Adiantamentos Tesouro representa valores de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro. A conta contábil numerários em trânsito (1.1.3.8.1.09) registra os pagamentos rejeitados no final do exercício e que só retornaram no exercício seguinte, por conta de encerramento do expediente bancário. Já a conta 1.1.3.8.2.35 - Movimentações Financeiras a Recuperar compreende pagamentos com fonte de recurso incorreta que não puderam ser regularizados dentro do exercício financeiro, o que deve ser efetuado somente no exercício financeiro subsequente. A tabela abaixo evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro citadas acima.

TABELA 201

Demonstrativo Dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidado

(R$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	SALDO INICIAL	SALDO FINAL
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	11.916.276,58	10.914.526,54
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	174.338,53	499.689,77
1.1.2.2.2.06	Arrecadação a Receber – DAES Rejeitados	361,18	361,18
1.1.3.1.2.03	Adiantamentos Tesouro (F)	540.348,15	0,00
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	113.451,12	938.583,80
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	0,00	30.581,45
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	0,00	11.300,00
TOTAL		12.744.775,56	12.395.042,74

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.3.3 Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a. Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

b. Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

c. Patrimônio Líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e " não circulante" , com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

a. estiverem disponíveis para realização imediata; e
b. tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Assim, o Ativo Não Circulante compreende: ativo realizável à longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2015), o Balanço Patrimonial é composto por:

a. Demonstrativo Principal;
b. Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
c. Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e
d. Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

TABELA 202

Demonstrativo do Balanço Patrimonial Consolidado

(R$ 1,00)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	7.350.529.336,13	5.279.324.033,57
- Caixa e Equivalentes de Caixa	5.478.136.301,88	3.754.116.002,76
- Créditos a Curto Prazo	614.853.769,29	357.893.858,12
- Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	294.802.471,61	287.504.762,08
- Estoques	917.590.289,86	831.517.628,12
- Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	45.146.503,49	48.291.782,49
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.726.482.564,76	29.932.580.704,92
- Ativo Realizável a Longo Prazo	10.055.496.984,65	9.135.864.035,39
- Investimentos	3.914.882.930,58	3.755.645.779,49
- Imobilizado	19.637.234.660,74	16.942.618.175,00
- Intangível	118.867.988,79	98.452.715,04
TOTAL DO ATIVO	41.077.011.900,89	35.211.904.738,49

PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE	1.599.486.460,56	882.339.757,77
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	57.545.567,95	83.432.614,24
- Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	253.012,88	1.135.503,10
- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	41.030.157,10	21.615.962,10
- Obrigações Fiscais a Curto Prazo	10.359.851,96	9.458.763,87
- Obrigações de Repartição a Outros Entes	81.099.281,37	55.488.417,53
- Demais Obrigações a Curto Prazo	1.409.198.589,30	711.208.496,93
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	12.443.678.534,44	10.546.392.188,97
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	90.532.212,02	92.074.882,40
- Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	11.389.959.175,23	9.838.330.860,71
- Provisões a Longo Prazo	504.094.564,47	0,00
- Demais Obrigações a Longo Prazo	459.092.582,72	615.986.445,86
TOTAL DO PASSIVO	14.043.164.995,00	11.428.731.946,74

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
- Demais Reservas	0,00	0,00
- Resultados Acumulados	27.033.846.905,89	23.783.172.791,75
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.033.846.905,89	23.783.172.791,75
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.077.011.900,89	35.211.904.738,49

Ativo Financeiro	5.490.531.344,62	3.766.860.778,32
Ativo Permanente	35.586.480.556,27	31.445.043.960,17
Passivo Financeiro	2.128.896.176,35	1.257.390.933,69
Passivo Permanente	12.586.991.052,32	10.621.195.964,92
SALDO PATRIMONIAL	26.361.124.672,22	23.333.317.839,88

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 203

Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado

(R$ 1,00)

Fontes de Recursos	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
	Fontes Diversas	1.555.374.835,22	1.652.395.028,56
1.00.00	-Recursos Ordinários	-108.825,42	412.237.240,27
1.01.00	-Cota P. do Fundo de Participação dos Estados-FPE	381.021.808,40	532.007.044,73
2.03.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Social	213.631.134,43	124.578.639,09
2.04.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	274.649.718,03	186.784.080,69
2.05.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Parçamentar	50.245.098,17	40.492.076,74
2.06.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	26.063.667,46	24.722.144,87
2.07.00	-Cota-Parte da Contribuição do Salário -Educação	1.023.763,41	2.603.312,44
1.10.00	-Recursos Provenientes do FECOP	3.778.927,50	34.700.889,91
2.11.00	-Cota-Parte da CIDE	240.842,22	47.700,17
2.12.00	-Recuros de Alienações de Bens	44.407.853,83	
2.14.00	-Receita de Depósitos Judiciais	95.242.040,58	0,00
2.15.00	-Depósitos Judiciais-PIMPJ	4.200.422,85	1.078.839,90
2.16.00	-Compensação Ambiental	71.151.046,34	61.331.318,54
2.29.00	-Recursos Arrecadados da Venda de selos de Autenticidade	18.289.271,29	15.431.760,21
1.44.00	-Ind. p/ Extração do Petróleo, Xisto e Gás	620.997,90	-22.164,70
2.50.00 e 2.51.00	-Rec. Provenientes do FUNDEB e Complemento da União	-32.645.070,03	-59.590.852,75
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	325.995.778,84	243.954.397,63
2.76.00	-Recursos Provenientes do FIT	8.524.887,98	7.190.759,86
2.79.00	-Transferências ao Fundo de Defesa Civil-FDCC	14.368.938,40	-352.254,94
2.91.00	-Recursos Provenientes do SUS	5.306.729,19	22.575.893,31
2.92.00	-Repasse Fundo a Fundo -FNAS	49.365.803,85	2.624.202,59
	Operações de Crédito	1.195.994.425,70	233.273.014,52
2.46.38	-Operações de Crédito Internas- CPAC MCMV - Maranguapinho	1.622.307,92	987.710,83
2.46.43	-Operações de Crédito Internas-BNDES/PEF	34,93	34,93
2.46.45	-Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	1.435.461,47	2.388.089,81
2.46.47	-Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	21.372.960,40	8.114.929,70
2.46.54	-Operações de Crédito Internas-TES/BB	1.070.387.224,96	0,00
2.46.56	-Operações de Crédito Internas- TES/CEF	959.930,35	750.326,99
2.48.40	-Operações de Crédito Externas -SWAP- não Condicionada	283.349,73	-1.437.955,70
2.48.48	-Operações de Crédito Externas - Tesouro	8.285.852,31	39.257.949,33
2.48.57	-Operações de Crédito Externas- Tesouro/KFW	66.874,44	75.919,49
2.48.58	-Operações de Crédito Externas- Tesouro/BIRD	-38.759.748,84	70.199.652,69
2.48.59	-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	63.955.262,18	104.000.855,65
2.48.64	-Operações de Crédito Externas - Tesouro/FIDA	2.342.636,69	9.315.301,21
2.48.65	-Operações de Crédito Externas - Tesouro/CAF	40.665.576,92	4.793.928,52
2.48.69	-Operações de Crédito Externas - PforR	23.376.702,24	-5.173.728,93
	Convênios	610.277.207,35	623.801.801,55
2.80.80	-Convênios com Órgãos Internacional-Adm Direta	2.132,24	0,00
2.80.81	-Convênios com Órgãos Internacionais-Adm. Indireta	2.067,87	650,75
2.82.82	-Convênios com Órgãos Federais - Adm Direta	466.253.248,90	473.432.635,95
2.82.83	-Convênios com Órgãos Federais - Adm. Indireta	126.771.270,06	145.236.292,95
2.86.86	-Convênios com Órgãos Municipais - Adm. Direta	9.466.248,06	522.800,39
2.86.87	-Convênios com Órgãos Municipais-Adm. Indireta	-476,37	72.500,69
2.88.88	-Convênios com Órgãos Privados - Adm. Direta	50.814,77	-102.854,50
2.88.89	-Convênios com Órgãos Privados-Adm. Indireta	7.731.901,82	4.639.775,32
	TOTAL	3.361.646.468,27	2.509.469.844,63

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2017 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R$ 5,490 bilhões, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R$ 2,129 bilhões. Assim, o Estado apresentou um superávit financeiro de R$ 3,361 bilhões. O Ativo Permanente totalizou um montante de R$ 35.586 bilhões, enquanto o Passivo Permanente totalizou R$ 12,587 bilhões. A Situação Patrimonial, evidenciada no Balanço Patrimonial Consolidado de 2017, foi positiva em R$ 26,361 bilhões.

A diferença de R$ 11.300,00 entre o Passivo Financeiro e o Demonstrativo da Dívida Flutuante que originou um valor a menor no saldo da Dívida Flutuante, referente a Gestora SEMACE (490101), deveu-se da não inclusão tempestiva da conta contábil Movimentações Financeiras a Repassar, ocasionado por um débito indevido na conta bancária de recursos próprios, quando deveria debitar uma conta de convênio. A fim de ajuste do referido fato, realizou-se escrituralmente a anulação da Nota de pagamento da Despesa (NPD) correspondente, realizando, também, para complementar a regularização, registros contábeis nas contas Movimentações Financeiras a Recuperar e Movimentações Financeiras a Repassar. A regularização financeira foi realizada em 2018 por meio de Movimentação Financeira entre as contas envolvidas.

Na tabela que segue evidencia-se a composição do ativo e passivo financeiro, bem como o cálculo do superávit financeiro com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

TABELA 204

Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado

(R$ 1,00)

ATIVO	VALORES	PASSIVO	VALORES
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	5.478.136.301,88	Passivo (Atributo F)	1.456.173.942,68
1.1.3.8.2.10 Arrecadação DAE a Recuperar (F)	30.581,45	6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	27.428.113,92
1.1.3.8.2.35 Movimentação Financeira a Recuperar (F)	11.300,00	6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	645.294.119,75
1.1.2.2.2 Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	11.414.577,49	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	2.128.896.176,35
1.1.3.8.1.09 Numerários em Trânsito (F)	938.583,80		
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	5.490.531.344,62		
SUPERÁVIT FINANCEIRO	3.361.635.168,27		

Fonte: SEFAZ/CECAD

Na tabela seguinte evidencia-se do Demonstrativo do Superávit Financeiro detalhado por fonte.

TABELA 205

Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado

(Administração Direta e Indireta)

(R$ 1,00)

ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PASSIVO FINANCEIRO	VALOR	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Administração Direta		Administração Direta		-
Fontes Diversas	2.143.947.227,47	Fontes Diversas	1.465.530.729,83	678.416.497,64
FR 1.00.00-Recursos Ordinários e 112.00-Alienação de Bens	884.454.540,02	FR 1.00.00-Recursos Ordinários e 112.00-Alienação de Bens	839.493.380,02	44.961.160,00
FR 1.01.00-Cota P. do Fundo de Participação dos Estados-FPE	467.382.937,96	FR 1.01.00-Cota P. do Fundo de Participação dos Estados-FPE	40.841.017,54	426.541.920,42
FR 2.07.00-Cota-Parte da Contribuição do Salário -Educação	3.964.955,84	FR 2.07.00-Cota-Parte da Contribuição do Salário -Educação	2.941.192,43	1.023.763,41
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	47.353.295,32	FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	30.054.127,80	17.299.167,52
FR 2.11.00-Cota-Parte da CIDE	240.842,22	FR 2.11.00-Cota-Parte da CIDE	0,00	240.842,22
FR 2.12.00-Recuros de Alienações de Bens	44.412.982,93	FR 2.12.00-Recuros de Alienações de Bens	0,00	44.412.982,93
FR 2.14.00-Receita de Depósitos Judiciais	603.329.055,97	FR 2.14.00-Receita de Depósitos Judiciais	508.087.015,39	95.242.040,58
FR 2.16.00-Compensação Ambiental	74.726.548,83	FR 2.16.00-Compensação Ambiental	3.566.185,31	71.160.363,52
FR 1.44.00-Ind. p/ Extração do Petróleo, Xisto e Gás	1.170.110,71	FR 1.44.00-Ind. p/ Extração do Petróleo, Xisto e Gás	0,00	1.170.110,71
FR 2.50.00 e 2.51.00-Rec. Provenientes do FUNDEB e Complemento da União	6.014.010,89	FR 2.50.00 e 2.51.00-Rec. Provenentes do FUNDEB e Complemento da União	38.659.080,92	-32.645.070,03
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	10.897.946,78	FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	1.888.730,42	9.009.216,36
Operações de Crédito	1.333.546.078,69	Operações de Crédito	125.366.797,06	1.208.179.281,63
FR 2.46.38-Operações de Crédito Internas- CPAC MCMV - Maranguapinho	1.622.307,92	FR 2.46.38-Operações de Crédito Internas- CPAC MCMV - Maranguapinho	0,00	1.622.307,92
FR 2.46.43-Operações de Crédito Internas-BNDES/PEF	34,93	FR 2.46.43-BNDES/PEF	0,00	34,93
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	1.804.006,98	FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	368.545,51	1.435.461,47
FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	21.564.687,32	FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	191.726,92	21.372.960,40
FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas-TES/BB	1.070.387.224,96	FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas-PROINVESTE	0,00	1.070.387.224,96
FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas- TES/CEF	998.860,63	FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas- PROINVESTE	38.930,28	959.930,35
FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas -SWAP- não Condicionada	316.795,39	FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas -SWAP- não Condicionada	33.445,66	283.349,73
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas - Tesouro	12.841.125,20	FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas - Tesouro	4.530.526,18	8.310.599,02
FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas- Tesouro/KFW	66.874,44	FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas- Tesouro/KFW	0,00	66.874,44
FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas- Tesouro/BIRD	22.118.584,76	FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas- Tesouro/BIRD	60.878.333,60	-38.759.748,84
FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	85.202.433,80	FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	17.981.507,22	67.220.926,58
FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas - Tesouro/FIDA	13.556.169,30	FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas - Tesouro/FIDA	11.213.532,61	2.342.636,69
FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas - Tesouro/CAF	51.374.287,40	FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas - Tesouro/CAF	10.708.710,48	40.665.576,92
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas - PforR	51.692.685,66	FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas - PforR	19.421.538,60	32.271.147,06
Convênios	574.076.211,22	Convênios	98.303.767,25	475.772.443,97
FR 2.80.80-Convênios com Órgãos Internacional-Adm Direta	2.132,24	FR 2.80.80-Convênios com Órgãos Internacional-Adm Direta	0,00	2.132,24
FR 2.82.82-Convênios com Órgãos Federais - Adm Direta	563.403.930,79	FR 282.82-Convênios com Órgãos Federais - Adm Direta	97.150.681,89	466.253.248,90
FR 2.86.86-Convênios com Órgãos Municipais - Adm. Direta	10.619.333,42	FR 286.86-Convênios com Órgãos Municipais - Adm. Direta	1.153.085,36	9.466.248,06
FR 2.88.88-Convênios com Órgãos Privados - Adm. Direta	50.814,77	FR 288.88-Convênios com Órgãos Privados - Adm. Direta	0,00	50.814,77
TOTAL ADM DIRETA	4.051.569.517,38	TOTAL ADM DIRETA	1.689.201.294,14	2.362.368.223,24
Administração Indireta		Administração Indireta		
Fontes Diversas	1.295.276.082,66	Fontes Diversas	418.317.745,08	876.958.337,58
FR 2.03.00-Recursos Provenientes da Contribuição Social	222.490.761,02	FR 2.03.00-Recursos Provenientes da Contribuição Social	8.859.626,59	213.631.134,43
FR 2.04.00-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	281.613.628,05	FR 2.04.00-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	6.963.910,02	274.649.718,03
FR 2.05.00-Recursos Provenientes da Contribuição Parçamentar	50.245.098,17	FR 2.05.00-Recursos Provenientes da Contribuição Parçamentar	0,00	50.245.098,17
FR 2.06.00-Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	26.063.667,46	FR 2.06.00-Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	0,00	26.063.667,46
FR 1.00.00 e 1.01.00-Recursos Ordinários e FPE	7.814.862,12	FR 1.00.00 e 1.01.00-Recursos Ordinários e FPE	98.404.959,56	-90.590.097,44
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	1.245.173,48	FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	14.765.413,50	-13.520.240,02
FR 2.11.00-Cota -Parte da CIDE	0,00	FR 2.11.00- Cota -Parte da CIDE	0,00	0,00
FR 2.12.00-Recuros de Alienações de Bens	0,00	FR 2.12.00-Recuros de Alienações de Bens	5.129,10	-5.129,10
FR 2.15.00-Depósitos Judiciais-PIMPJ	4.406.330,21	FR 2.15.00-Depósitos Judiciais-PIMPJ	205.907,36	4.200.422,85
FR 2.16.00-Compensação Ambiental	0,00	FR 2.16.00-Compensação Ambiental	9.317,18	-9.317,18
FR 2.29.00-Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	18.359.573,36	FR 2.29.00-Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	70.302,07	18.289.271,29
FR 1.44.00-Indenização Pela Extração do Petróleo , Xisto e Gás	0,00	FR 1.44.00-Indenização Pela Extração do Petróleo , Xisto e Gás	549.112,81	-549.112,81
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	514.782.825,61	FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	188.787.046,77	325.995.778,84
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	891.434,45	FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	1.375.762,83	-484.328,38
FR 2.79.00-Transferências ao Fundo de Defesa Civil-FDCC	14.574.097,23	FR 2.79.00-Transferências ao Fundo de Defesa Civil-FDCC	205.158,83	14.368.938,40
FR 2.91.00-Recursos Provenientes do SUS	103.332.780,81	FR 2.91.00-Recursos Provenientes do SUS	98.026.051,62	5.306.729,19
FR 2.92.00-Repasse Fundo a Fundo -FNAS	49.455.850,69	FR 2.92.00-Repasse Fundo a Fundo -FNAS	90.046,84	49.365.803,85
Operações de Crédito	0,00	Operações de Crédito	12.184.855,93	-12.184.855,93
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas - Tesouro	0,00	FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas - Tesouro	24.746,71	-24.746,71
FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	0,00	FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	3.265.664,40	-3.265.664,40
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas - PforR	0,00	FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas - PforR	8.894.444,82	-8.894.444,82
Convênios	143.685.744,58	Convênios	9.180.981,20	134.504.763,38
FR 2.80.81-Convênios com Órgãos Internacionais-Adm. Indireta	2.067,87	FR 2.80.81-Convênios com Órgãos Internacionais-Adm. Indireta	0,00	2.067,87
FR 2.82.83-Convênios com Órgãos Federais - Adm. Indireta	135.234.659,29	FR 2.82.83-Convênios com Órgãos Federais - Adm. Indireta	8.463.389,23	126.771.270,06

Fonte: SEFAZ/CECAD

A seguir, demonstra-se o detalhamento consolidado dos saldos dos bens móveis e imóveis do Estado do Ceará, que compõem o grupo do Imobilizado:

TABELA 206

Demonstrativo do Imobilizado-consolidado

(R$ 1,00)

TÍTULOS	2016 (A)	2017 (B)	VAR. % (B/A)
BENS MÓVEIS	3.920.113.375,07	4.090.713.648,27	4,35
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.295.202.080,48	1.372.655.343,43	5,98
Bens de Informática	488.343.696,00	504.966.586,49	3,40
Móveis e Utensílios	465.076.898,18	484.416.630,09	4,16
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	96.736.125,74	101.174.541,51	4,59
Veículos	1.416.848.963,64	1.459.617.837,90	3,02
Peças e Conjuntos de Reposição	630.658,36	630.658,36	0,00
Bens Móveis em Andamento	4.680.075,35	4.680.075,35	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	3.598.593,39	3.143.122,10	-12,66
Armamentos	21.855.048,48	22.834.921,58	4,48
Demais Bens Móveis	127.141.235,45	136.593.931,46	7,43
BENS IMÓVEIS	13.026.405.727,67	15.568.747.005,94	19,52
Bens de Uso Especial	9.876.226.283,34	11.240.193.289,52	13,81
Bens Dominicais	11.225.240,05	71.098.164,05	533,38
Bens de Uso Comum do Povo	2.627.401.032,77	3.254.089.806,89	23,85
Bens Imóveis em Andamento	123.567.034,79	162.302.521,69	31,35
Instalações	89.451.610,32	99.064.473,74	10,75
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	228.021.469,11	279.621.578,37	22,63
Investimentos de Capital a Incorporar	2.721.783,57	4.273.138,10	57,00
Demais Bens Imóveis	67.791.273,72	458.104.033,58	575,76
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	3.900.927,74	22.225.993,47	469,76
TOTAL	16.942.618.175,00	19.637.234.660,74	15,90

Fonte: SEFAZ/CECAD

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Em 2015, o Estado já iniciou os procedimentos contábeis de depreciação e amortização em alguns órgãos, conforme Decreto estadual nº 31.340/2013. É importante destacar, que o Decreto nº 32.119, de 29 de dezembro de 2017, alterou o Art. 38. do Decreto 31.340/2013, e prorrogou para 2017 o prazo máximo para implantação desses procedimentos e do ajuste do valor contábil dos bens patrimoniais.

A Portaria do STN nº 548 de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre prazos limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação para a consolidação das contas públicas da União, dos Estados e dos Municípios, também estabeleceu novos prazos para a implantação dos procedimentos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de bens móveis e imóveis e respectiva depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável, com isso, a obrigatoriedade dos registros contábeis desses procedimentos foram prorrogados para o exercício de 2019 para os Estados e DF.

Considerando a necessidade de atender a obrigatoriedade de realizar esses procedimentos no patrimônio do Estado do Ceará, foram desenvolvidos critérios e procedimentos para o registro e atualização dos valores líquidos dos bens patrimoniais de todos os órgãos em 2017, e atualmente os órgãos estão em processo de inventário dos bens móveis e imóveis para que possam realizar os ajustes do patrimônio na contabilidade. Destacamos ainda, que a Secretaria da Fazenda - SEFAZ em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG já iniciaram discussão para a elaboração dos procedimentos de integração do Sistema de Gestão de Bens Móveis - SGBM, com o Sistema de Gestão Por Resultados - S2GPR.

Vale ressaltar que os órgãos que implantaram o sistema de procedimentos para reavaliação, depreciação e amortização dos bens foram: Tribunal de Contas do Estado, Secretaria do Meio Ambiente e a Agência Reguladora de Serviços Públicos - ARCE. Portanto, foi registrada, contabilmente, a redução do valor original dos bens móveis, imóveis sob a suas responsabilidades, conforme estabelece NBCT 16.9 e NBCT 16.10, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Pública - NBCASP.

O Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE é uma autarquia, criada pela Lei nº 14.864, de 25 de janeiro de 2011, tendo como missão implementar e gerenciar a política de obras públicas definidas no Plano de Governo do Estado, bem como a fiscalização da sua execução como interveniente técnico. No decorrer do exercício de 2011 até o final de 2017, a instituição vinha cumulativamente fazendo a gestão e supervisão de várias obras de outras entidades governamentais, desde a concepção do projeto arquitetônico até empenho e pagamento, onde são aportados recursos orçamentários e financeiros para tal finalidade. Este fato resultou em um acúmulo de valores contabilizados “como ativo imobilizado” em favor do DAE, porém, foram remanejados contabilmente para as instituições que foram beneficiadas pelas obras de acordo com a identificação da Tabela em seguida.

Tudo começou quando os gestores do DAE após contatos e reuniões com os órgãos envolvidos, consolidou o processo de transferência de valores contábeis/patrimoniais dos respectivos bens imóveis, viabilizando desta forma a desincorporação desses bens para as instituições detentoras dos mesmos, na tentativa de promover o equilíbrio do seu balanço do exercício de 2017, conforme Tabela a seguir com os números de Processos, Ofícios e data dos recebimentos:

(R$1,00)

Ofício	Processo	Órgão Destino	Data do Recebimento	Valor
368/2017-DAE	8616753/2017	DETRAN	05/12/2017	441.594,51
376/2017-DAE	8622494/2017	CIDADES	04/12/2017	957.578,36
369/2017-DAE	8618829/2017	SEC DAS DROGAS	05/12/2017	415.090,50
370/2017-DAE	8619124/2017	SECULT	05/12/2017	4.402.882,84
372/2017-DAE	8620068/2017	SESPORTE	04/12/2017	710.974,08
371/2017-DAE	8619779/2017	SEMACE	04/12/2017	355.490,13
373/2017-DAE	8620416/2017	SSPDS	05/12/2017	314.675,61
374/2017-DAE	8621935/2017	SEDUC	04/12/2017	662.056,80
375/2017-DAE	8622184/2017	SEAS	04/12/2017	1.179.025,02
TOTAL				**9.439.367,85**

Foi desincorporado do patrimônio do Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE o valor de R$ 9.439.367,85 da conta da conta “Bens Imóveis” e incorporado nos órgãos de destino citados na Tabela anterior. Poderá ainda algum órgão ter questionado tais informações que serão explicitadas pelo DAE em suas contas de 2017.

4.3.3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial Consolidado

BPCON-01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Patrimonial

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará para o exercício de 2015, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações. Em observância ao art. 105 da Lei nº 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia a total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtêm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, e o saldo das contas de crédito empenhado a liquidar e restos a pagar não processados a liquidar. E, por fim o passivo permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

BPCON-02- Detalhamento da Conta " Outros Créditos a receber e Valores a Curto Prazo"

A tabela abaixo evidencia os subgrupos que compõem a conta "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo"

TABELA 207

Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo-Consolidado

(R$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1.169.658.800,63	1.343.531.901,19
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	1.169.616.919,18	1.343.531.901,19
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	122.469.212,91	128.130.604,10
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	938.583,80	113.451,12
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	929.355.693,21	1.122.128.874,24
1.1.3.8.1.34.01	Creditos a Receber - PROVIN (P)	929.355.693,21	1.122.128.874,24
1.1.3.8.1.36	Créditos a Receber - PROADE	116.852.881,66	93.158.424,13
1.1.3.8.1.36.01	Créditos a Receber - PROADE(P)	116.852.881,66	93.158.424,13
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber	547,60	547,60
1.1.3.8.2	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	41.881,45	0,00
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	11.300,00	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPCON-03 - Detalhamento da Conta " Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo"

A tabela evidencia a composição da conta " Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo".

TABELA 208

Demonstrativo do Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo-Consolidado

(R$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-878.000.424,41	-1.059.599.611,12
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-878.000.424,41	-1.059.599.611,12
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-762.535.535,54	-967.526.698,95
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-762.535.535,54	-967.526.698,95
1.1.3.9.1.05	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROADE	-115.464.888,87	-92.072.912,17

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPCON-04 - Detalhamento da Conta "Crédito a Longo Prazo"

A Tabela demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

TABELA 209

Demonstrativo Dos Créditos a Longo Prazo-Consolidado

(R$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	9.860.222.616,27	8.920.920.624,34
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	9.671.717.650,73	8.891.928.122,63
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	9.659.190.065,14	8.069.000.641,90
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	172.202.773,71	1.069.492.294,83
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	57.400.924,57	360.333.910,62
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	7.917.368.905,85	6.113.281.702,09
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	1.512.217.461,01	525.892.734,36
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa não Tributária - Clientes	237.521.067,17	784.412.395,14
1.2.1.1.1.04.04	Dívida Ativa - Não Tributária	237.521.067,17	784.412.395,14
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	181.923.813,24	239.874.329,99
1.2.1.1.1.05.01	Empréstimos Concedidos (P)	13.140.462,77	13.140.462,77
1.2.1.1.1.05.02	Financiamentos Concedidos (P)	1.084.883,64	0,00
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	167.698.466,83	226.733.867,22
1.2.1.1.1.06	Dívida Ativa a Classificar	57.908,97	57.908,97
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-406.975.203,79	-201.417.153,37
1.2.1.1.1.99.04	(-) Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária	-258.917.838,99	0,00
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-148.057.364,80	-201.417.153,37
1.2.1.1.2	Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	185.183.949,86	28.992.501,71
1.2.1.1.2.07	Créditos por Honra de Garantias	185.183.949,86	28.992.501,71
1.2.1.1.3	Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União	3.321.015,68	0,00
1.2.1.1.3.02	Créditos Tributários a Receber	3.321.015,68	0,00
1.2.1.1.3.02.04	Créditos Tributários - Parcelamentos não Consolidados a Receber	3.321.015,68	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPCON-05 - Detalhamento da Conta "Valores Restituíveis"

A tabela a seguir evidencia a composição da conta " Valores Restituíveis".

TABELA 210

Demonstrativo Dos Valores Restituíveis-Consolidado

(R$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
2.1.8.8	Valores Restituíveis	1.297.375.350,86	687.063.483,45
2.1.8.8.1	Valores Restituíveis - Consolidação	1.297.333.469,41	685.667.284,58
2.1.8.8.1.01	Consignações	81.343.832,56	43.018.882,25
2.1.8.8.1.01.01	Consignações do Exercício	56.609.887,81	0,00
2.1.8.8.1.01.02	Consignações de Exercício Anteriores	960.364,42	19.245.301,92
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	23.773.580,33	23.773.580,33
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	540.480.137,17	20.781.638,24
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	50.997.741,95	48.483.465,55
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	542.707.182,36	494.101.660,91
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	4.457.783,29	5.574.146,34
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	6.909,50	7.391,49
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	74.452,97	82.674,61
2.1.8.8.1.51	Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	77.411.788,37	73.585.441,76
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	-146.358,76	31.983,43
2.1.8.8.2	Valores Restituíveis - Intra OFSS	41.881,45	1.396.198,87
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	30.581,45	855.850,72
2.1.8.8.2.10	Adiantamentos Tesouro (F)	0,00	540.348,15
2.1.8.8.2.35	Movimentaçaõ Financeira a Repasar (F)	11.300,00	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPCON-06 - Movimentação na Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2017 foram registrados ajustes de atribuídos a exercícios anteriores que reduziram o saldo negativo desse grupo em R$ 135.178.108,72 (o saldo passou de R$ 917.163.007,41 em 2016 para R$ 781.984.898,69 em 2017). A Tabela abaixo evidencia a composição dos ajustes efetuados.

TABELA 211

Demonstrativo Dos Ajustes de Exercícios Anteriores-Consolidado

(R$ 1,00)

Tipo de Ajuste no Patrimônio Líquido	Valor
Transferência do saldo inicial de Ajustes para Resultados Acumulados	917.163.007,41
Despesas de Exercícios Anteriores liquidadas no exercício	-184.653.219,40
Provisões matemáticas e demais ajustes atuariais nos regimes de previdência	-311.564.158,65
Ajuste de Dívida com Operações de Crédito	-128.840.529,39
Reavaliação e demais ajustes no Ativo	-143.963.137,76
Depreciação de exercícios anteriores	-13.085.366,53
Ajuste de Dívida Ativa - exercícios anteriores	121.513,04
TOTAL	135.178.108,72

Fonte: SEFAZ/CECAD

Para atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, os saldos de ajustes de exercícios anteriores a 2017 que estavam acumulados nesta conta foram transferidos para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores. Resta na conta Ajustes de Exercícios Anteriores apenas o somatório dos ajustes realizados no exercício de 2017. Deste exercício em diante, portanto, ocorrerá o mesmo procedimento, a fim de que a conta Ajustes de Exercícios Anteriores somente evidencie os valores atribuíveis a exercícios encerrados e que foram lançados na contabilidade no exercício atual. O procedimento acima citado gerou um registro de baixa de R$ 917.163.007,41. Como o saldo da conta estava negativo no começo de 2017, o registro de baixa desse saldo gerou um movimento positivo.

O valor de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) liquidados no exercício totalizou um ajuste negativo de R$ 184.653.219,40. Destaca-se também o registro de provisões matemáticas e demais ajustes atuariais nos regimes de previdência, decisão administrativa tomada a fim de evidenciar na contabilidade dos fundos de previdência administrados pelo Poder Executivo (PREVID, PREVMILITAR e FUNAPREV) a posição financeira e atuarial, em atendimento às normas de vigência e às determinações emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Tais registros totalizaram um ajuste negativo de R$ 311.564.158,65.

BPCON-07 - Divergência nos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores

O somatório dos grupos “superávit ou déficit do exercício” e “superávits ou déficits de exercícios anteriores” de 2016 está divergindo em R$ 917.314.848,71 do saldo de “superávits ou déficits de exercícios anteriores” em 2017. Da mesma forma, a soma dos grupos “lucros e prejuízos do exercício” e “lucros e prejuízos de exercícios anteriores” de 2016 está divergindo em R$ 151.841,30 do saldo de “lucros e prejuízos de exercícios anteriores” em 2017, conforme observa-se nas tabelas abaixos.

TABELA 212

Demonstrativo Dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores-Consolidados

(R$ 1,00)

I - Superávits ou Déficits do Exercício - 2016	5.609.635.500,20
II - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2016	18.983.812.597,25
III - Total (I+II)	24.593.448.097,45
IV - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2017	23.676.133.248,74
V - Diferença (IV - III)	917.314.848,71

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 213

Demonstrativo Dos Lucros e Prejuízos de Exercícios Anteriores-Consolidados

(R$ 1,00)

I - Lucros e Prejuízos do Exercício - 2016	54.665.144,63
II - Lucros e Prejuízo de Exercícios Anteriores - 2016	52.222.557,08
III - Total (I+II)	106.887.701,71
II - Lucros e Prejuízo de Exercícios Anteriores - 2017	107.039.543,01
V - Diferença (IV - III)	-151.841,30

Fonte: SEFAZ/CECAD

Esta diferença se refere à transferência de valor do saldo de ajustes de exercícios anteriores a 2017 acumulados nesta conta e que foram transferidos para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores e Lucros e Prejuízos de Exercícios Anteriores. Restou na conta Ajustes de Exercícios Anteriores apenas o somatório dos ajustes realizados no exercício de 2017. Deste exercício em diante, portanto, ocorrerá o mesmo procedimento, a fim de que a conta Ajustes de Exercícios Anteriores somente evidencie os valores atribuíveis a exercícios encerrados e que foram lançados na contabilidade no exercício atual. Já a conta de Superávits ou Déficits acumulados e Lucros e Prejuízos Acumulados terão incorporadas aos seus saldos em todo exercício os saldos acumulados de ajustes de exercícios anteriores efetuados no exercício imediatamente anterior. Como esta foi a primeira vez que tal procedimento foi realizado, houve a transferência integral dos saldos anteriores ao exercício de 2017. Ressalta-se que este procedimento está alinhado com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição.

BPCON - 07 - Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública - MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidades saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

> " § 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária."

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

TABELA 214

Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro-Consolidado

(R$ 1,00)

PASSIVO (ATRIBUTO F)	1.456.173.942,68
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	645.294.119,75
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	27.428.113,92
(=) Passivo Financeiro	2.128.896.176,35

Fonte: SEFAZ/CECAD

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

4.3.4. Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, *"a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."*

A apuração do resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto das contas de Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

TABELA 215

Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

(R$ 1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	52.270.308.182,83	50.898.820.522,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.541.421.081,03	15.867.892.226,92
Contribuições	1.665.813.347,42	1.573.816.246,83
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	158.978.853,73	181.811.481,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.109.652.986,21	3.172.682.212,12
Transferências e Delegações Recebidas	28.410.328.444,22	28.535.568.668,68
Valorização e Ganho com Ativos	878.742.488,84	0
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.505.370.981,38	1.567.049.686,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	48.237.649.170,00	45.234.519.877,85
Pessoal e Encargos	7.926.473.659,88	7.550.381.771,90
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.131.266.001,90	2.910.698.273,42
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.775.956.777,46	3.369.101.858,70
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.406.720.000,96	2.320.427.199,76
Transferências e Delegações Concedidas	26.964.603.517,03	26.484.423.873,25
Desvalorização e Perda de Ativos	1.464.174.854,60	1.267.152.436,08
Tributárias	179.431.693,79	208.287.350,55
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.389.022.664,38	1.124.047.114,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.032.659.012,83	5.664.300.644,83

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2017, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R$ 52.270.308.182,83 e um total de variações patrimoniais diminutivas, contabilizadas em R$ 48.237.649.170,00, portanto, o resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R$ 4.032.659.012,83.

4.3.4.1 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

DVPCON-01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6º edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referente à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do estado está disponível no Balanço Orçamentário - BO e seus quadros anexos.

DVPCON-02 - Reavaliação, Depreciação, Amortização, Exaustão e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos para registro da reavaliação, depreciação, amortização, exaustão e redução a valor recuperável do patrimônio público do estado do Ceará, tem como base legal o Decreto Nº 31.340, de 05 de novembro de 2013, NBCASP e MCASP. É importante destacar, que o Decreto Nº 32.515 de 22 de janeiro de 2018, alterou o art.38 do Decreto Nº 31.340, prorrogando o prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens móveis e imóveis para Junho de 2018.

Em vista disso, os órgãos da Administração Pública Direta do Estado do Ceará e suas Autarquias e Fundações constituíram comissões específicas para realizar o levantamento de seus bens, e alguns já iniciaram os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão nos exercício de 2016 e 2017. Esse trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e recursos humanos, principalmente para os bens móveis adquiridos em exercícios anteriores a 2013. Com isso, o registro contábil de adequação dos valores desses bens na contabilidade está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão.

A tabela a seguir apresenta os órgãos da Administração Direta e Indireta que realizaram alguns desses procedimentos contábeis:

TABELA 216

Demonstrativo Dos Órgãos e Entidades Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação e Depreciação-Consolidado

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	UG	ÓRGÃO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Administração Direta	20001	TRIBUNAL DE CONTAS	Reavaliações de Bens Móveis
			Depreciação de Bens Móveis
			Depreciação de Bens Imóveis
	140001	CASA MILITAR	Reavaliações de Bens Imóveis
	150001	PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	Depreciação de Bens Móveis
	190001	SECRETARIA DA FAZENDA	Reavaliações de Bens Imóveis
			Depreciação de Bens Móveis
	460001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	Reavaliações de Bens Imóveis
			Depreciação de Bens Imóveis
	461031	ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	Reavaliações de Bens Imóveis
	530001	CONTROLADORIA GERAL DA DISCIPLINA	Depreciação de Bens Imóveis
	570001	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	Depreciação de Bens Imóveis
Administração Indireta	130101	AGENCIA REGULADORA DE SERV PUBL DELEGADOS	Depreciação de Bens Móveis
			Amortização de Software
	430401	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES DO CEARÁ	Reavaliações de Bens Móveis
	460101	INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA	Depreciação de Bens Imóveis
	460601	COMPANHIA DE HABITACAO DO CEARA	Depreciação de Bens Imóveis

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.3.5 Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela a seguir, apresenta-se o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante do Estado do Ceará.

TABELA 217

Demonstrativo da Dívida Flutuante-Consolidada

(R$ 1,00)

TÍTULO	SALDO INICIAL	INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO SEGUINTE
Restos a Pagar Não Processados				
1º Exercício Anterior	401.026.441,54	0,00	370.679.412,09	30.347.029,45
2º Exercício Anterior	49.282.041,27	0,00	49.282.041,27	0,00
Deste Exercício	0,00	645.294.119,75	0,00	645.294.119,75
Subtotal	450.308.482,81	645.294.119,75	419.961.453,36	675.641.149,20
Restos a Pagar Processados				
1º Exercício Anterior	180.268.073,17	-76.945,16	177.475.970,44	2.715.157,57
2º Exercício Anterior	952.139,63	-113,15	952.026,48	0,00
Deste Exercício	0,00	218.247.786,03	0,00	218.247.786,03
Subtotal	181.220.212,80	218.170.727,72	178.427.996,92	220.962.943,60
Depósito de Diversas Origens	625.862.238,08	11.558.206.895,47	10.951.788.350,00	1.232.280.783,55
Subtotal	625.862.238,08	11.558.206.895,47	10.951.788.350,00	1.232.280.783,55
TOTAL:	1.257.390.933,69	12.421.671.742,94	11.550.177.800,28	2.128.884.876,35

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.3.5.1 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFCON01 – Diferença entre o saldo final das obrigações financeiras a pagar evidenciadas no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF) e o saldo do Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial:

O valor das obrigações financeiras a pagar evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado (R$.2.128.884.876,35) difere do valor do Passivo Financeiro apresentado no Balanço Patrimonial (R$ 2.128.896.176,35) em R$ R$ 11.300,00. Tal valor se refere a ajustes contábeis decorrentes de anulações escriturais de pagamentos de despesa que necessitam de movimentação financeira para regularização, mas estas não puderam ser realizadas em 2017. Os valores estão registrados na conta contábil 2.1.8.8.2.35 (Movimentações Financeiras a Repassar), na Unidade Gestora 490101 (Superintendência Estadual do Meio Ambiente). Não foi possível alterar o *layout* do Demonstrativo da Dívida Flutuante para incluir esta conta dentro dos depósitos de diversas origens, já que tal inclusão não foi considerada na elaboração dos Relatórios Fiscais da LRF relativos ao 6º Bimestre e 3º Quadrimestre de 2017 e tais relatórios foram publicados com dados definitivos. O necessário ajuste de *layout* será efetuado em 2018, momento em que as diferenças não mais existirão.

DFCON02 – Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante do Estado:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2017 no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

TABELA 218
Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Não Processados da Dívida Flutuante do Estado

(R$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2017
Baixa por Pagamento (6.3.1.4)	375.846.896,93
Baixa por Cancelamento (6.3.1.9)	44.114.556,43
Somatório das Baixas de RPNP na Dívida Flutuante	419.961.453,36

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 219
Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante do Estado

(R$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2017
Baixa por Pagamento (6.3.2.2)	174.069.541,19
Baixa por Cancelamento (6.3.2.9)	4.358.455,73
Somatório das Baixas de RPP na Dívida Flutuante	178.427.996,92

Fonte: SEFAZ/CECAD

DFIND03 - Composição da Linha Depósitos de Diversas Origens

Fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para exclusão das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não devem constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante. A Tabela a seguir apresenta os saldos, em 31/12/2017, das contas incluídas no subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

TABELA 220
Demonstrativo Das Contas Com Atributo "P" a Serem Excluídas Dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante -Consolidada

(R$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2017
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	74.452,97
2.1.8.8.1.51.01	Depósitos Judiciais Transferidos (P)	77.411.788,37
	Ajuste 1: Valores Restituíveis – Consolidação marcados com atributo "P"	77.486.241,34

Fonte: SEFAZ/CECAI

Fez-se necessário também efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo das contas 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar; 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar; e 2.1.8.9.2.42 - Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados, 2.1.8.9.1.36 - Valores em Trânsito Exigíveis (F); 2.1.8.8.2.04.07 - Depósitos a Quem de Direito (F); 2.1.8.9.1.38 - Restituições de Receitas a Pagar (F); e 2.1.8.9.3.38 - Restituições de Receitas a Pagar (F). Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2017, das contas listadas acima e que foram incluídas no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

TABELA 221
Demonstrativo Das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante Consolidada

(R$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2017
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito (F)	30.581,45
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	967.355,55
2.1.8.9.1.38	Restituições de Receitas a Pagar	1.040,99
2.1.8.9.3.38	Restituições de Receitas a Pagar (F)	20.000,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	10.914.526,54
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	499.689,77
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	361,18
	Ajuste 2: Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	12.433.555,48

Fonte: SEFAZ/CECAI

Considerando os ajustes 1 e 2 citados acima, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:

TABELA 222
Composição Dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada

(R$ 1,00)

Descrição	Saldo em 31/12/2017
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	R$1.297.333.469,41
(-) Ajuste 1 - Saldos com atributo P a serem excluídos no grupo 2.1.8.8.1	R$77.486.241,34
(+) Ajuste 2 - Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	R$12.433.555,48
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	R$1.232.280.783,55

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFCON-04 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

Conforme já explicado nas Notas BOCON-08 e BFCON-02, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados nas Unidades Gestoras 240564 - 11ª Coordenadoria Regional de Saúde de Sobral e 180001 – Secretaria da Justiça e Cidadania, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, as UGs informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), as UGs precisam informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

No Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado, foi inserido um ajuste negativo na inscrição de Restos a Pagar Processados 1º exercício anterior, no valor de R$ 76.945,16 e de Restos a Pagar Processados 2º exercício anterior, no valor de R$ 113,15, já que estes valores, conforme explicado acima, foram executados financeiramente em 2017 como consignações retidas e pagas. Esses ajustes foram necessários para que se pudesse fechar o valor da Dívida Flutuante evidenciada no Demonstrativo.

4.3.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a 6ª. Edição do MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará :

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

TABELA 223

Resumo Das Demonstrações Dos Fluxos de Caixa Consolidados

(R$ 1,00)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	52.287.350.186,66	50.510.307.835,98
- RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	15.387.760.401,02	14.959.360.260,92
- TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	26.712.506.020,58	26.618.699.674,24
- OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	10.187.083.765,06	8.932.247.900,82
DESEMBOLSOS	49.798.539.779,87	48.167.599.407,08
- PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	15.760.391.038,77	15.233.587.540,91
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	452.097.969,17	446.076.327,02
- TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	24.007.670.917,45	23.533.688.522,37
- OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	9.578.379.854,48	8.954.247.016,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	2.488.810.406,79	2.342.708.428,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	488.372.846,10	642.533.762,37
- ALIENAÇÃO DE BENS	16.428.948,44	4.002.164,50
- TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	471.260.625,10	638.501.005,87
- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	683.272,56	30.592,00
DESEMBOLSOS	2.316.131.727,63	2.247.418.103,56
- AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.266.398.815,10	2.175.630.855,76
- CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	49.732.912,53	71.787.247,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-1.827.758.881,53	-1.604.884.341,19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	2.051.078.860,99	1.109.696.044,42
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.051.078.860,99	1.109.696.044,42
DESEMBOLSOS	989.275.445,29	846.777.051,90
- AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	989.275.445,29	846.777.051,90
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	1.061.803.415,70	262.918.992,52
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	1.722.854.940,96	1.000.743.080,23
- CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	3.754.116.002,76	2.743.819.865,75
- CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.478.136.301,88	3.754.116.002,76
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	1.724.020.299,12	1.010.296.137,01
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA	-1.165.358,16	-9.553.056,78
- SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	8.018.009,32	21.764.457,39
- SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	10.221.649,97	30.348.342,99
- ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR	569.649,92	1.971.156,34
- ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS	1.607.932,41	1.001.985,16
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	1.722.854.940,96	1.000.743.080,23

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa do exercício de 2017 evidenciou uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R$ 1.722.854.940,96. O fluxo que mais contribuiu para este resultado positivo, foi o fluxo das operações que apresentou um resultado positivo de R$ 2.488.810.406,79. Entretanto, as atividades de investimentos geraram um fluxo negativo de R$ 1.827.758.881,53, enquanto que o fluxo líquido de caixa decorrente das atividades de financiamento foi positivo em R$ 1.061.803.415,70.

Já a variação do Caixa e Equivalente de Caixa do Período foi positiva em R$ 1.724.020.299,12. A diferença entre a geração líquida de caixa e a variação de caixa do período é explicada pelo campo "conciliação contábil-financeira", detalhado a seguir pela nota explicativa DFCCON-06.

4.3.6.1 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFCCON-01 - Critérios utilizados na elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada (-) 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária) relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas (6.2.2.1.3.04 + 6.3.1.4 + 6.3.2.2) relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais.

Os ingressos dos fluxos das atividades de investimento compreendem as receitas arrecadadas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos de investimento referem-se às despesas pagas com aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Por sua vez, nos ingressos das atividades de financiamento são evidenciadas as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Nos desembolsos evidencia-se as despesas pagas com amortização e refinanciamento da dívida.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos três fluxos e a variação do caixa e equivalente de caixa corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1) do exercício de referência.

Por fim, a conciliação contábil-financeira evidencia os ajustes nas contas de caixa que representam entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. Por sua vez, a variação do caixa e equivalente de caixa ajustado apresenta-se como o somatório da variação do caixa e equivalente de caixa como a conciliação contábil-financeira.

DFCCON-02 - Mudança na estrutura da demonstração

Acrescenta-se que foi procedida modificações no layout da Demonstração do Fluxo de Caixa para adequá-la à estrutura apresentada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição. Dessa forma, em 2018, a Demonstração do Fluxo de Caixa é composta por um quadro principal e cinco quadros anexos: Quadro das Receitas Derivadas e Originárias, Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, Quadro de Juros e Encargos da Dívida e Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais.

DFCCON-03 - Pagamento de Restos a Pagar Processados

O valor dos pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa está totalizando R$ 24.294.803.773,41, conforme verifica-se na Tabela abaixo. Esse valor diverge em R$ 77.058,31 dos pagamentos orçamentários e de restos a pagar (somatório das contas contábeis 6.2.2.1.3.04, 6.3.1.4 e 6.3.2.2) que totalizam R$ 24.294.762.715,10.

TABELA 224

Composição dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado

(R$ 1,00)

GRUPO	VALOR
Pessoal e Outras Despesas Correntes por Função	15.760.391.038,77
Juros e Encargos da Dívida	452.097.969,17
Transferências Intergovernamentais	3.602.362.193,08
Transferências a Intituições Privadas Sem Fins Lucrativos	1.052.566.753,40
Transferências a Intituições Privadas Com Fins Lucrativos	4.645.480,48
Transferências a Intituições Multigovernamentais	9.858.910,78
Transferências a Consórcios Públicos	107.474.254,81
Aquisição de Ativo Não Circulante	2.266.398.815,10
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	49.732.912,53
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	989.275.445,29
TOTAL	24.294.803.773,41

Fonte: SEFAZ/CECAD

Conforme já explicado na Nota BFCON-02 - Inscrição de Restos a Pagar Processados, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados nas Unidades Gestoras 240564 - 11ª Coordenadoria Regional de Saúde de Sobral e 180001 – Secretaria da Justiça e Cidadania, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2017, as UGs informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

No Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, esse procedimento contábil gerou um aumento de R$ 76.945,16 no pagamento de Restos a Pagar Processados no exercício de 2017, uma vez que este não apresenta em sua composição a inscrição de Restos a Pagar. Nos demais demonstrativos (Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante), o ajuste foi efetuado na inscrição dos Restos a Pagar Processados, uma vez que tais demonstrativos possuem esse campo específico. Para consultar as Notas Explicativas correlatas apresentadas no Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante, consultar, respectivamente, as Notas BFCON-02 e DFCON-04.

DFCCON-04 - Ingressos e Devoluções de Valores Restituíveis

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Ingressos de Valores Restituíveis”, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 225

Demonstrativo Dos Ingressos de Valores Restituíveis - Consolidados

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	25.508,41
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	520.020.778,56
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	193.970.449,42
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.914.567.705,02
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	17.472.350,80
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	46.226,64
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	200.789,21
Total		6.646.303.808,06

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela a seguir evidencia a composição da Devolução de Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 226

Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis Consolidados

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	25.508,41
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	322.279,63
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	191.456.173,02
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.865.962.183,57
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	18.588.713,85
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	46.708,63
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	379.131,40
Total		6.076.780.698,51

Fonte: SEFAZ/CECAD

DFCCON-05 - Valores a Repassar e a Receber

Os "valores a repassar" constitui-se na obrigação em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta e Direta arrecadada via DAE pela Secretaria da Fazenda, os valores relativos à movimentações financeiras realizadas de forma inadequada e valores de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro.

Dessa forma evidencia-se nessa linha os movimentos (créditos menos débitos) das contas: 2.1.8.8.2.04, 2.1.8.8.2.10, 2.1.8.8.2.35, 2.1.8.9.2.04 e 2.1.8.9.2.12. A tabela abaixo evidencia a composição desse grupo.

TABELA 227

Demonstrativo Dos Valores a Repassar Consolidados

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	-825.269,27
2.1.8.8.2.10	Adiantamentos Tesouro (F)	-540.348,15
2.1.8.8.2.35	Movimentações Financeiras a Repassar	11.300,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	709.931,04
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	325.371,60
Total		-319.014,78

Fonte: SEFAZ/CECAD

Na linha "valores a receber" evidencia-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta e Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda, bem como os créditos a receber provenientes de movimentações financeiras realizadas indevidamente e de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro.

TABELA 228

Demonstrativo de Valores a Receber Consolidados

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	-1.001.750,04
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	325.351,24
1.1.3.1.2.03	Adiantamentos Tesouro	-540.348,15
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar	30.581,45
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	11.300,00
Total		-1.174.865,50

Fonte: SEFAZ/CECAD

Assim, evidencia-se neste grupo os movimentos (débitos - créditos) das seguintes contas: 1.1.2.2.2.04, 1.1.2.2.2.05, 1.1.3.1.2.03, 1.1.3.8.2.10 e 1.1.3.8.2.35. A tabela acima evidencia os movimentos de cada uma das contas que compõem esta linha.

DFCCON-06 - Conciliação Contábil-Financeira

O campo de Conciliação Contábil-Financeira destaca as entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária, onde houve lançamentos nas contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98, 2.1.8.9.1.36.02, para que a contabilidade estivesse compatível com a conciliação financeira.

Assim, estes lançamentos não se constituem como fluxos que geram entradas e saídas de caixa, e sim ajustes nas contas de caixa relativos à pendências de conciliação. Por esse motivo, tais movimentos apresentam-se fora dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento, e estão inclusos após a variação de caixa e equivalente de caixa, ajustando esta variação.

Dessa forma, nas gestoras que procederam esses ajustes, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa" será igual à "Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustada". Esta se caracteriza pela soma da "Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período" com o linha "Conciliação Contábil-Financeira".

O cálculo da conciliação contábil-financeira, por sua vez, é feito da seguinte forma: soma-se as saídas de caixa a regularizar, com as entradas de caixa regularizadas e diminui-se desse valor as saídas de caixa regularizadas e as entradas de caixa a regularizar.

Na linha de "Saídas de Caixa a Regularizar" observa-se as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta, como também anulação de receita de exercício anterior. Esta linha, na Administração Direta, é representada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98.

Consta ainda neste agrupamento a anulação de receitas registradas indevidamente no exercício anterior, evidenciadas na conta 3.9.9.9.1.23 - VPD de Anulação de Receita de Exercício Anterior. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 229

Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar Consolidadas

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	22.767,96
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito	1.027.936,32
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	5.160.401,44
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	436.640,19
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	1.256.220,28
3.9.9.9.1.23	VPD de Anulação de Receita de Exercício Anterior	114.043,13
Total		8.018.009,32

Fonte: SEFAZ/CECAD

Já no grupo "Saídas de Caixa Regularizadas" registra-se as regularizações em 2017 referentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas que ficaram pendentes de regularização em 2015. Representando assim o movimento a crédito das contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98.

Por fim, consta nessa linha do Demonstrativo a anulação de despesas registradas indevidamente no exercício anterior, evidenciadas na conta 4.9.9.9.1.43 - VPA de Anulação de Despesa de Exercício Anterior. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 230

Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas Consolidadas

(R$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito	202.803,64
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	4.883.149,97
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	823.860,17
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	4.291.530,77
4.9.9.9.1.43	VPA de Anulação de Despesa de Exercício Anterior	20.305,42
Total		10.221.649,97

Fonte: SEFAZ/CECAD

Adicionalmente, nas entradas de caixa a regularizar evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária e são representadas pelo movimento a crédito da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar. No Estado, essa conta apresenta-se com montante de R$ 569.649,92.

O grupo "entradas de caixa regularizadas", no valor de R$ 1.607.932,41, constitui-se no movimento a débito da conta 2.1.8.9.1.36.02, que representa as regularizações em 2017, das receitas a classificar de exercícios anteriores.

4.4. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são entidades com personalidade jurídica de direito privado submetidas às regras da Lei nº 6.404/76, com alterações das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

A estrutura administrativa do Estado do Ceará possui 2 (duas) Empresas Públicas, que são entidades administradas exclusivamente pelo Poder Público com a finalidade prevista em Lei e de propriedade única do Estado; e 10(dez) Sociedades de Economia Mista, onde há colaboração entre o Estado e particulares, ambos reunindo recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.

O Balanço Geral do Estado contém as Demonstrações Financeiras exigidas pelas leis aplicáveis às Empresas e Sociedades de Economia Mista. São elas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE); Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) - para as sociedades com Patrimônio Líquido superior a R$ 2.000.000,00 e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - para as sociedades de capital aberto.

Destacamos que algumas dessas entidades são classificadas como Empresas Estatais Dependentes de acordo com ao art. 2°, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, apresentaram execução orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO V

5. DA GESTÃO FISCAL

5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão do Relatório de Gestão Fiscal - RGF ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos, o qual contém informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito, demonstrativos das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro do exercício de referência, às inscrições em restos a pagar e o demonstrativo simplificado do referido relatório, conforme demonstram os anexos a seguir:

5.1.1. Demonstrativo da Despesa com Pessoal-Poder Executivo

O Demonstrativo das Despesas com Pessoal, Anexo I do RGF, visa transparecer a despesa com pessoal de cada um dos Poderes e a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF que determina o máximo de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado para ser aplicado em Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados por Poder e Órgão. O poder executivo tem como limite máximo 49,00% da RCL.

No exercício de 2017, o percentual de comprometimento da Despesa de Pessoal (DTP) sobre a RCL foi de 42,45%. Se comparada aos 40,68%, do último quadrimestre de 2016, houve um acréscimo de 4,35%. Vale ressaltar que, em 2017, para o cálculo da despesa de pessoal foi utilizada a Receita Corrente Líquida Ajustada - RCLA, o que justifica parte desse incremento na despesa, além disso , no exercício em análise foram nomeados 3.037 novos servidores, com um custo adicional de R$ 26.734.415,87. Vale enfatizar que, em 2017, houve uma redução na Receita Corrente Líquida de 0,29% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

A emenda constitucional nº 86, de 2015, determinou a exclusão na base de cálculo da Receita Corrente Líquida - RCL, **apenas para fins de aplicação dos limites de despesa com pessoal**, dos valores transferidos pela União referentes às emendas individuais ao projeto de lei orçamentária.

A Receita Corrente Líquida Ajustada - RCLA é a **RCL** após a exclusão dos valores de **transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais**, **conforme disciplina o § 13, art. 166 da CF**. A **RCLA** no exercício de 2017 gerou um montante de **R$ 17.762.569.430,97.**

Sobre a composição da Despesa Bruta com Pessoal, os gastos com pessoal ativos correspondem a 69,83% do total da despesa, tendo crescido 8,06% entre o exercício de 2015 a 2017. Os gastos com inativos representam 23,74% do total da despesa e teve uma elevação de 9,30%, se comparado ao exercício de 2016. As despesas com terceirização complementa o total da Despesa Bruta com Pessoal em 6,43%, e teve um crescimento no período de 14,96%.

TABELA 231

Anexo 1-Demonstrativo da Despesa Com Pessoal-Poder Executivo-LRF

(R$1,00)

DESPESA LIQUIDADA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (b)
PODER EXECUTIVO		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.822.243.973,36	4.275.445,20
Pessoal Ativo	6.163.518.852,13	
Pessoal Inativo	2.095.002.860,32	
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	563.722.260,91	4.275.445,20
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.286.747.669,26	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	114.487.915,70	
Despesas de Exercícios Anteriores	35.070.128,57	
Inativos com Recursos Vinculados	1.137.189.624,99	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.535.496.304,10	4.275.445,20
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.779.471.739,21	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	16.902.308,24	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCLA (VI)	17.762.569.430,97	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VII) = (III a + III b)	7.539.771.749,30	42,45%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.703.659.021,18	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (Parágrafo Único, art. 22 da LRF)	8.268.476.070,12	46,55%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	7.833.293.119,06	44,10%

Fonte: SEFAZ/CECAD

Notas: 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas Liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas Empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, são consideradas liquidadas no encerramento do exercício.

2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio da Previdência;

3. Exclui "PENSIONISTAS", conforme Resolução nº 2.230/10 - TCE;

4. O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (FPP);

5. Do total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo, R$ 55.795.146,09 se referem às despesas de pessoal dos Consórcios de Saúde Pública efetuadas com recursos estaduais;

6. Todos os consórcios apresentaram a Prestação de Contas do RGF - Gasto com Pessoal de acordo com a Tabela 1.5 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcio Públicos - Portaria STN nº 274/2016;

7. Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública Geral do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesas com Pessoal;

8. Foram deduzidos os valores pertinentes aos abonos de permanência concedidos, conforme Resolução do TCE/CE nº 2582/2009 (DOE de 28/12/2009), os seguintes valores:

a. Abono de Permanência (3190110004): R$ 43.848.195,29;

b. Abono de Permanência - 13º Salário (3190110020): R$ 2.235.047,45.

9. Foram deduzidos os valores referentes às verbas de caráter indenizatória: Ajuda de Custos (3190160001), valor R$ 694.167,89.

Em 2017 foram incluídos os valores, de R$ 55.795.146,09, referentes aos gastos com recursos do tesouro estadual destinados aos Consórcios de Saúde Pública, conforme demonstra a Tabela a seguir.

TABELA 232

Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos-LRF

(R$1,00)

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	VR.TRANSF. POR RATEIO	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RPNP (b)	TOTAL (c = a + b)
PODER EXECUTIVO				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	106.242.654,81	55.795.146,09		55.795.146,09
Pessoal Ativo	106.242.654,81	55.795.146,09	-	55.795.146,09
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				-
Decorrentes de Decisão Judicial				-
Despesas de Exercícios Anteriores				-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	106.242.654,81	55.795.146,09	0,00	55.795.146,09
DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO				
Consórcio Público De Saúde De Ibiapaba (Tianguá)	5.641.737,27	3.593.985,38		
Consórcio Público De Saúde De Tauá	9.859.164,18	1.225.778,54		
Consórcio Público De Saúde Da Micro Sobral	4.907.253,75	2.540.896,94		
Consórcio Público De Saúde Da Micro Russas	4.895.517,68	3.320.624,91		
Consórcio Público De Saúde De Quixadá	5.236.096,21	3.706.832,21		
Consórcio Público De Saúde De Maracanaú	1.598.656,96	724.298,91		
Consórcio Público De Saúde Da Microregião De Limoeiro do Norte	5.196.658,73	3.120.097,79		
Consórcio Público De Saúde Da Micro Juazeiro do Norte	4.721.851,44	2.719.583,22		
Consórcio Público De Saúde De Itapipoca	4.823.807,07	2.518.772,93		
Consórcio Público De Saúde De Iguatu	5.129.859,89	3.231.226,52		
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Icó	5.918.272,29	2.128.316,78		
Consórcio Público De Saúde Da Micro Crato	4.066.870,17	3.299.621,51		
Consórcio Público De Saúde De Crateús	5.298.673,50	1.467.225,02		
Consórcio Público De Saúde Interfederativo do Vale do Curu (Cisvale)	6.279.396,24	3.357.667,57		
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Cascavel	4.064.632,20	2.446.546,24		
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Canindé	1.727.952,81	1.941.846,23		
Consórcio Público De Saúde De Camocim	5.911.430,66	4.065.793,65		
Consórcio Público De Saúde Da Micro Brejo Santo	5.235.901,77	2.206.888,04		
Consórcio Público De Saúde Do Maciço de Baturité	6.049.345,32	3.686.899,86		
Consórcio Público De Saúde Da Micro de Aracati	4.611.691,64	2.261.083,22		
Consórcio Público De Saúde De Acaraú	5.067.885,03	2.231.160,62		
TOTAL	106.242.654,81	55.795.146,09		

Fonte: SEFAZ/CECAD
Notas:
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo;
2. Todos os Consórcios apresentaram prestação de contas do RGF - Gasto com Pessoal, de acordo com a Tabela 1.5 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos;
3. Os valores registrados na coluna VALOR EXECUTADO estão de acordo com os demonstrativos DECLARADOS pelos consórcios públicos de Saúde;
4. Os valores registrados na coluna VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO estão de acordo com os dados do S2GPR.

5.1.2. Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida (DCL), Anexo II do RGF, demonstra a dívida pública composta pelas obrigações financeiras do Estado, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, acrescida dos restos a pagar processados do exercício, e de exercícios anteriores menos às disponibilidades e os haveres financeiros. Vale destacar que não estão computadas na dívida consolidada as dívidas contraídas pelas empresas estatais.

Quanto aos limites impostos, a Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, define para os Estados que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser superior a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida. No exercício de 2017 a Dívida Consolidada Líquida alcançou o montante de R$ 8.146.084.434,45, apresentando um acréscimo nominal de 4,77%, se comparado ao mesmo período do exercício de 2016. Vale ressaltar, que , o Governo do Estado do Ceará se mantém com um nível baixo de endividamento, pois o índice de endividamento representa apenas 45,82% da Receita Corrente Líquida.

TABELA 233

Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida-DCL-LRF

(R$1,00)

DÍVIDA CONSOLIDADA	S. DO EXERC.ANTERIOR	S. ATÉ 1º QUAD./2017	S. ATÉ O 2º QUAD. /2017	S. DO ATÉ 3º QUAD./2017
Dívida Consolidada - DC (I)	10.518.535.190,36	10.299.350.627,32	10.242.515.708,59	11.820.226.140,19
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	9.902.548.744,50	9.683.364.181,46	9.626.529.262,73	11.295.560.450,27
Interna	4.732.615.507,06	4.619.133.317,49	4.472.734.995,05	5.495.906.164,31
Externa	5.169.933.237,44	5.064.230.863,97	5.153.794.267,68	5.799.654.285,96
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)-Venc. e não pagos	615.986.445,86	615.986.445,86	615.986.445,86	524.665.689,92
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções (II)	2.743.475.897,34	3.652.585.927,28	3.335.088.619,48	3.674.141.705,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.924.592.501,33	3.662.508.625,59	3.341.719.834,07	3.888.804.166,61
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	181.116.603,99	9.922.698,31	6.631.214,59	214.662.460,87
Dívida Consolidada Líquida -DCL (III) = (I - II)	7.775.059.293,02	6.646.764.700,04	6.907.427.089,11	8.146.084.434,45
Receita Corrente Líquida - RCL	17.831.937.421,85	18.070.171.733,00	18.229.772.853,00	17.779.471.739,21
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	58,99	57,00	56,19	66,48
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	43,60	36,78	37,89	45,82
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	200,00	200,00	200,00	200,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF	180,00	180,00	180,00	180,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	S. DO EXERC.ANTERIOR	S. ATÉ 1º QUAD./2017	S. ATÉ O 2º QUAD. /2017	S. DO ATÉ 3º QUAD./2017
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	147.175.368.355,63	147.175.368.355,63	147.175.368.355,63	156.473.994.737,84
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos (Depósitos Judiciais LEI 15.878/2015)	436.597.766,42	434.528.609,64	427.337.778,90	427.337.778,90
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	49.282.041,27	161.299.559,98	84.640.016,38	672.722.233,67
Antecipação de Receita Orçamentária-ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

5.1.3. Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo III do RGF, evidencia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo Governo do Estado do Ceará. A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, define o limite de comprometimento em 22% da Receita Corrente Líquida. No exercício de 2017, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R$ 669.087.595,93, representando 3,76% da RCL. Vale destacar, que no mesmo período do exercício anterior, o total das garantias concedidas foi de R$ 814.720.722,02, equivalente a 4,57% da RCL. Em comparação com o mesmo período do exercício anterior, as garantias decresceram de 17,88% em termos nominais.

TABELA 234

Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores-LRF

(R$1,00)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERC. ANTERIOR	SALDO ATÉ1º QUAD./2017	SALDO ATÉ 2º QUAD./2017	SALDO ATÉ 3º QUAD./2017
Externas (I)	215.713.489,35	203.492.217,73	200.228.351,18	201.980.540,25
Aval ou fiança em operações de crédito	215.713.489,35	203.492.217,73	200.228.351,18	201.980.540,25
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
Internas(II)	599.007.232,67	568.949.867,69	524.051.124,39	467.107.055,68
Aval ou fiança em operações de crédito	599.007.232,67	568.949.867,69	524.051.124,39	467.107.055,68
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III)= (I + II)	814.720.722,02	772.442.085,42	724.279.475,57	669.087.595,93
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	17.831.937.421,85	18.070.171.733,00	18.229.772.853,00	17.779.471.739,21
% DO TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	4,57	4,27	3,97	3,76
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 43/01,DO SENADO FEDERAL: 22%	22,00	22,00	22,00	22,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art.59	19,80	19,80	19,80	19,80

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERC. ANTERIOR	SALDO ATÉ1º QUAD./2017	SALDO ATÉ 2º QUAD./2017	SALDO ATÉ 3º QUAD./2017
Externas (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
Internas (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

5.1.4. Demonstrativo das Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Créditos, Anexo IV do RGF, nos permite um acompanhamento dos recursos oriundos de empréstimos realizados pelo Estado. O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do projeto de lei orçamentária. As Operações de Crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos realizados, ou operações assemelhadas.

As Operações de Crédito totalizaram, no exercício de 2017, o montante de R$ 2.051.078.860,99 que representa 11,54% da RCL, abaixo do percentual permitido Resolução do Senado Federal, que é de 16,00%.

Tabela 235

Anexo 4 -Demonstrativo das Operações de Crédito-LRF

(R$1,00)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS		
Mobiliária	0,00	0,00
- Interna	0,00	0,00
- Externa	0,00	0,00
Contratual	1.667.401.573,39	2.051.078.860,99
-Interna	1.189.887.001,35	1.220.422.981,59
- Empréstimos	1.189.887.001,35	1.220.422.981,59
- Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
- Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
- Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
- Operações de Crédito Prevista no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
- Externa	477.514.572,04	830.655.879,40
-Empréstimos	477.514.572,04	830.655.879,40
-Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
-Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
-Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
-Operações de Crédito Prevista no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
TOTAL (I)	1.667.401.573,39	2.051.078.860,99
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		
Receita Corrente Líquida - RCL	17.779.471.739,21	
Operações Vedadas (II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III)= (Ia+II)	2.051.078.860,99	11,54
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal P/ Operações de Crédito Internas e Externas	2.844.715.478,27	16,00
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 14,40%	2.560.243.930,45	14,40
Operações de Crédito Por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
Limite Definido por Res. do Senado Federal P/ Operações de Crédito P/ Antecipação da Receita Orçam.	1.244.563.021,74	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		
Parcelamento de Dívidas	496.355,69	3.989.955,81
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	496.355,69	3.989.955,81
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

5.1.5. Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa. O demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados. São apresentados informações sobre os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Além disso, evidencia a inscrição em Restos a Pagar das despesas: liquidadas e não pagas; empenhadas e não liquidadas; e não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.

TABELA 236

Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Dos Restos a Pagar-LRF

(R$1,00)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISP.CX BRUTA	RP LIQ. N/PG EX. ANT	RP LIQ. N/PG DO EX.	R. A PG EMP. N/ LIQ. EX.ANT	DEMAIS OB. FIN.	INS. FIN. VER. C. PÚB	DISP. CX ANTES INSC.RPNP	RP EMP. E N/ LIQ.EX.	EMP. N/LIQ.CANC.
Total dos Recurosos Vinculados (I)									
Operações de Crédito	1.333.546.078,69	35.197,38	6.399.198,74	8.658.846,53	257.522,37	0,00	1.318.195.313,67	122.200.887,97	0,00
- Op de Créd Internas- CPAC MCMV-Maranguapinho-FR 2.46.37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Op de Créd Internas-FR 2.46.38	1.622.307,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.622.307,92	0,00	0,00
- Op. de Créd.Externas-SWAP-não Condicionada-FR 2.48.40	316.795,39	0,00	0,00	33.200,55	0,00	0,00	283.594,84	245,11	0,00
-Op. de Créd. Internas BNDES-PEF - FR-2.46.43	34,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,93	0,00	0,00
-Op. de Créd. Internas-TES/ BNDES-FR 2.46.45	1.804.006,98	35.197,38	12.149,47	13.700,76	0,00	0,00	1.742.959,37	307.497,90	0,00
- Op. de Créd. BNDES/ESTADOS-FR 2.46.47	21.564.687,32	0,00	185.975,11	0,00	5.751,81	0,00	21.372.960,40	0,00	0,00
- Op de Créd Externas-TESOURO-FR 2.46.48	12.841.125,20	0,00	0,00	397.188,96	0,00	0,00	12.443.936,24	4.158.083,93	0,00
- Op de Créd Internas- TES/BB-FR 2.46.54	1.070.387.224,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070.387.224,96	0,00	
- Op de Créd Internas-TES/CEF-FR 2.46.56	998.860,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	998.860,63	38.930,28	0,00
- Op de Créd Externas/TES/KFW-FR 2.48.57	66.874,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.874,44	0,00	0,00
- Op de Créd Externas-TES/BIRD-FR 2.48.58	22.118.584,76	0,00	4.687.397,53	7.529.043,67	67.189,16	0,00	9.834.954,40	48.594.703,24	0,00
- Op de Créd Externas-TES/BID-FR 2.48. 59	85.202.433,80	0,00	1.342.066,79	392.374,21	127.749,49	0,00	83.340.243,31	19.384.981,13	0,00
- Op de Créd Externas/TES/FIDA-FR 2.48.64	13.556.169,30	0,00	171.609,84	0,00	40.120,11	0,00	13.344.439,35	11.001.802,66	0,00
- Op de Créd Externas/TES/CAF-FR 2.48.65	51.374.267,40	0,00	0,00	82.779,09	0,00	0,00	51.291.508,31	10.625.931,39	0,00
- Op de Créd Ext/PforR-FR 2.48.69	51.692.685,66	0,00	0,00	210.559,29	16.711,80	0,00	51.465.414,57	28.088.712,33	0,00
Transferências de Convênios	717.761.955,80	77.612,69	7.773.645,93	3.854.405,25	706.007,99	0,00	705.350.283,94	95.073.076,59	0,00
- Transf de Conv Adm Direta-FR 2.80.80	2.132,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
- Transf de Conv Adm Ind-FR 2.80.81	2.067,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067,87	0,00	0,00
- Transf de Conv Adm Dir-FR 2.82.82	563.403.930,79	76.239,14	5.765.355,24	3.820.888,60	476.202,28	0,00	553.265.245,53	87.011.996,63	0,00
- Transf de Conv Adm Ind-FR 2.82.83	135.234.659,29	1.373,55	1.170.676,49	33.516,65	157.691,12	0,00	133.871.401,48	7.100.131,42	0,00
- Transf de Conv Adm dir-FR 2.86.86	10.619.333,42	0,00	822.112,85	0,00	71.762,95	0,00	9.725.457,62	259.209,56	0,00
- Transf de Conv Adm Ind-FR 2.86.87	15.024,98	0,00	15.501,35	0,00	0,00	0,00	-476,37	0,00	0,00
- Transf de Conv Adm Dir-FR 2.88.88	50.814,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.814,77	0,00	0,00
- Transf de Conv Adm Ind-FR 2.88.89	8.433.992,44	0,00	0,00	0,00	351,64	0,00	8.433.640,80	701.738,98	0,00
Demais Recursos Vinculados	921.602.433,43	148.221,75	30.038.675,13	4.767.247,73	522.747.139,48	0,00	363.901.149,34	142.721.815,61	0,00
- Rec da C Par do Sal Ed - Adm. Dir-FR 2.07.00	3.964.955,84	179,29	1.600.711,83	250.886,61	80.646,27	0,00	2.032.531,84	1.008.768,43	0,00
- Rec do Fun de Comb à Pobr - FECOP-FR 1.10.00	48.598.468,80	6.936,40	6.268.182,06	1.357.891,53	162.248,70	0,00	40.803.210,11	37.024.282,61	0,00
- Rec da Cont de Int do Dom Econ - CIDE-FR 2.11.00	240.842,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.842,22	0,00	0,00
- Rec de Depósitos Judiciais- FR 2.14.00	603.329.055,97	0,00	0,00	0,00	508.087.015,39	0,00	95.242.040,58	0,00	
- Rec de Depósitos Judiciais- FR 2.15.00	4.406.330,21	0,00	173.341,15	0,00	23.398,21	0,00	4.209.590,85	9.168,00	0,00
- Medida Compen Ambiental-FR 2.16.00	74.726.548,83	0,00	54.300,56	45.688,85	850,41	0,00	74.625.709,01	3.474.662,67	0,00
- Royalties-FR 1.44.00	1.170.110,71	0,00	0,00	6.985,27	0,00	0,00	1.163.125,44	542.127,54	0,00
- Transf do FUNDEB-FR 2.50.00 e 2.51.00	6.014.010,89	79.419,81	20.369.662,65	315.409,21	14.310.022,30	0,00	-29.060.503,08	3.584.566,95	0,00
- Recurso Proveniente do FIT-FR 2.76.00	11.789.381,23	61.360,00	751.021,06	457.529,50	1.636,10	0,00	10.517.834,57	1.992.946,59	0,00
- Rep Fundo a Fundo - Defesa Civil-FR 2.79.00	14.574.097,23	0,00	0,00	204.594,83	0,00	0,00	14.369.502,40	564,00	0,00
- Transferências do SUS-FR 2.91.00	103.332.780,81	326,25	813.952,54	2.046.029,08	81.322,10	0,00	100.391.150,84	95.084.421,65	0,00
- Rep Fundo a Fundo-FNAS-FR 2.92.00	49.455.850,69	0,00	7.503,28	82.232,85	0,00	0,00	49.366.114,56	307,17	0,00
Total dos recursos Vinculados (I)	2.972.910.467,92	261.031,82	44.211.519,80	17.280.499,51	523.710.669,84	0,00	2.387.446.746,95	359.995.780,17	0,00
- Recursos Ordinários - A Dir - FR 1.00.00	892.269.402,14	1.184.223,69	134.398.584,81	6.106.424,26	626.223.311,91	0,00	124.356.857,47	110.551.919,06	0,00
- Cota-Part do Fun de Part dos Estados-FR 1.01.00	467.382.937,96	895.844,45	28.481.759,97	2.024.207,06	2.742.039,71	0,00	433.239.086,77	52.217.278,37	0,00
- Recursos de Alienação de Bens-FR 1.12.00	44.412.982,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.412.982,93	5.129,10	
- Recursos Próprios - Adm. Ind-FR 2.70.00	476.146.926,64	374.057,61	1.888.382,09	4.935.898,62	59.086.856,37	0,00	409.861.731,95	122.501.852,08	0,00
- Recursos Arrec da venda de Selos-FR 2.29.00	18.359.573,36	0,00	48.141,10	0,00	0,00	0,00	18.311.432,26	22.160,97	0,00
Total dos Recursos não Vinculados (II)	1.898.571.823,03	2.454.125,75	164.816.867,97	13.066.529,94	688.052.207,99	0,00	1.030.182.091,38	285.298.339,58	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	4.871.482.290,95	2.715.157,57	209.028.387,77	30.347.029,45	1.211.762.877,83	0,00	3.417.628.838,33	645.294.119,75	0,00
- Cota-Part do Fun de Part dos Estados-FR 1.01.00	0,00	0,00	2.358.255,24	0,00	11.555.508,59	0,00	-13.913.763,83	0,00	0,00
- Recursos Prov da Contribuição Social-FR 2.03.00	222.490.761,02	0,00	6.826.560,72	0,00	2.033.065,87	0,00	213.631.134,43	0,00	0,00
- Recursos Prov da Contribuição Patronal-FR 2.04.00	281.613.628,05	0,00	34.582,30	0,00	6.929.327,72	0,00	274.649.718,03	0,00	0,00
- Recursos Prov da Contribuição Patronal-FR 2.05.00	50.245.098,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.245.098,17	0,00	0,00
- Rec. Prov da Cont. Patronal Parlamentar-FR 2.06.00	26.063.667,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.063.667,46	0,00	0,00
- Recursos Próprios (FPP) - FR 2.70.00	38.635.898,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.635.898,97	0,00	0,00
Regime Próp de Previdência dos Servidores	619.049.053,67	0,00	9.219.398,26	0,00	20.517.902,18	0,00	589.311.753,23	0,00	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

É importante esclarecer quanto às fontes de recursos com disponibilidade de caixa insuficiente para inscrição dos Restos a Pagar não Processados de 2017.

Na tabela anterior algumas fontes de recursos apresentaram disponibilidade de caixa insuficiente para inscrição dos restos a pagar não processados como: 00-Recursos Ordinário (do RPPS), 2.48.58-Operações de Crédito Externas/BIRD e 2.50.00 e 2.51.00 Transferência do FUNDEB.

A disponibilidade negativa da fonte 1.00.00, recursos ordinários, do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. A disponibilidade para pagamento dos restos a pagar processados estão incluídos na fonte 1.00.00, no item recursos ordinários dos recursos não vinculados.

A fonte (2.48.58) encerrou o exercício de 2017 com a disponibilidade de caixa insuficiente para inscrição dos restos a pagar não processados no valor de R$ 48.594.703,24. Esses restos a pagar são do Projeto São José III, executado na Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

O déficit financeiro apresentado nas fontes **2.50.00 e 2.51.00, recursos vinculados ao FUNDEB,** deve-se, principalmente, a bloqueios judiciais que totalizaram R$ 17.295.561,34, da supressão de recursos no valor de R$ 40.159.785,05, motivada pela portaria MEC nº 565, de 20/04/2017 e da redução de R$ 52.384.160,74 do Complemento da União previsto para 2017, através da Portaria Interministerial MF/MEC nº 08/2017, de 29 de novembro de 2017, que desequilibrou o planejamento anual realizado pela SEDUC para o exercício de 2017. Parte do déficit foi coberto pelo montante de R$ 29.573.813,07, o qual refere-se ao percentual de 15%, conforme previsto no art. 6º, § 1º da Lei nº 11.494/07 (Complementação da União), sendo referido recurso de competência do exercício financeiro de 2017.

A disponibilidade negativa da fonte de recursos **2.86.87, denominada "Convênios com Órgãos Municipais – Administração Indireta"**, no valor de R$ 476,37 foi resultado da consolidação de saldos do Fundo Estadual de Saúde – FUNDES - UG nº 240401 na quantia de R$ 11.930,26 com o Fundo Estadual de Assistência – FEAS, UG nº 470201 no valor de R$ 3.094,72, totalizando em R$ 15.024,98. A questão se reporta aos restos a pagar do exercício de 2017, referentes às Notas de Empenho - NED's nºs 40730 e 46910, nos valores de R$ 5.362,50 e R$ 10.138,85, respectivamente, processadas pela unidade descentralizada do FUNDES, Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN, UG nº 241531, que somados resulta em R$ 15.501,35. Tais dispêndios se tratam de despesas associadas aos convênios nºs 849995 e 1022924, celebrados entre o FUNDES e os consórcios de Tauá e da microrregião de Icó. A competência alusiva do controle da disponibilidade dos recursos é das duas Gestoras supramencionadas, e ambas devem adotar os procedimentos legais e necessários para a devida correção no exercício de 2018.

È importante mencionar, que as fontes de empréstimos , depende de prestação de contas junto à entidade repassadora e obedecem a um cronograma de execução firmado na época da contratação. Portanto, até a prestação de contas perante o ente repassador dos recursos, os fluxos de caixa de receita e despesa são compatibilizados. Entretanto, ao longo da vigência desses contratos , em situações excepcionais, é possível que haja eventuais desequilíbrios entre a receita e despesa, para que não se comprometam os cronogramas de execução dos projetos em virtude de eventuais atrasos de repasse de recursos. Não há ilegalidade nesse cenário, uma vez que todas as despesas estão autorizadas pela lei orçamentária.

5.1.6. Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações. A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Dívida Consolida Líquida; das Garantias e Contragarantias de Valores; das Operações de Crédito; e dos Restos a Pagar.

TABELA 237

Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal-LRF

(R$1,00)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	17.779.471.739,21

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - TDP	7.539.771.749,30	42,45
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49,00 %	8.703.659.021,18	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55 % (95 % do Limite Máximo)	8.268.476.070,12	46,55
Limite de alerta (Insiso II do § 1º do art. 59 da LRF) -44,10 (90 % do Limite Máximo)	7.833.293.119,06	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	8.146.084.434,45	45,82
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	35.558.943.478,42	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	669.087.595,93	3,76
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.911.483.782,63	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	2.051.078.860,99	11,54
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	2.844.715.478,27	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita	1.244.563.021,74	7,00

RESTOS A PAGAR	INSC. EM RP NÃO PROC.	SUF./INS. ANTES DA INSC. EM RP NÃO PROC.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	645.294.119,75	4.006.940.588,02

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota: A Despesa com Pessoal foi calculada utilizando a RCL ajustada no valor de R$ 17.762.569.430,97.

Com o objetivo de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, sempre com a observância dos limites fixados pela Lei, o Governo do Estado se posiciona dentro dos gastos estipulados para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros.

A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Anexos da Gestão Fiscal - RGF foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

Ao final deste relatório, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2017, inseridos nos Anexos do Balanço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Merece destaque o fato de que a realização dessa peça contábil revelou intensa participação de todos os servidores das Contadorias Direta e Indireta - CECAD e CECAI, aos quais externamos os nossos agradecimentos pela dedicação, competência e comprometimento no desempenho de suas atividades.

Fortaleza, 02 de abril de 2018.

MARIA DOLORES PEREIRA
Orientadora da CECAD
CRC-CE 5.806/O-5

ROSA LIDUINA TEIXEIRA DIÓGENES NOGUEIRA
Orientadora da CECAI
CRC-CE 7.569/0-8

CAPÍTULO VI

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Coordenadorias do Tesouro Estadual e de Gestão Financeira, COTES e COGEF, respectivamente, no cumprimento de suas missões, elaboraram o relatório do Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2017, incluindo as análises orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das finanças estaduais.

O Governo do Estado do Ceará, no exercício de 2017, alcançou significativamente *superavits* em todas as suas demonstrações com destaque para o orçamentário, no valor de R$ 800,60 milhões, financeiro e patrimonial. Ademais, o Ceará obteve Resultado Primário superavitário, bem como manteve seus indicadores de endividamento totalmente de acordo com os limites impostos pela legislação vigente. Isto evidencia uma gestão fiscal responsável voltada para criar condições de manter organizada a máquina administrativa e atender às necessidades da população cearense.

Uma análise da Gestão Fiscal do Governo Estadual, nos últimos exercícios, mostra um considerável desempenho nas diversas ações governamentais, além de cumprimento dos limites estipulados pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destaque-se, ainda, o fortalecimento da estrutura econômica local onde foram tomadas medidas objetivas que possibilitaram maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos e solidez do ajuste fiscal, que mantiveram a capacidade de investimentos do Estado do Ceará como uma das maiores do país.

No conteúdo do Relatório desta prestação de contas procuramos mostrar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE nas análises alusivas às Contas do Governo dos exercícios anteriores.

Cabe salientar que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público à disposição do Governo, visa a atingir a consciência necessária para o exercício do controle social das contas públicas, de forma que o governo e a sociedade possam caminhar na direção de melhores resultados pela correta destinação de recursos, imprescindíveis ao desenvolvimento e à crescente melhoria da qualidade de vida da sociedade cearense.

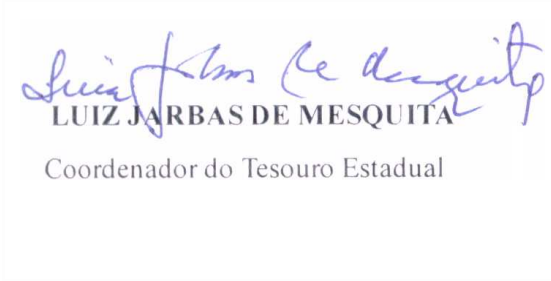
Não podemos deixar de enfatizar o advento do novo mundo da Contabilidade Pública com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP que, a par da retomada do Patrimônio Público como o centro das atenções da ciência contábil, apresenta inovações que reforçam o cumprimento das determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na Lei Federal nº 4.320/64.

É importante observar a mobilização de toda a equipe técnica e de gestores para possibilitar a exposição das informações inerentes à situação econômico-financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com os princípios legais que regem a Contabilidade Pública, a fim de que Sociedade e Governo sejam parceiros na busca de melhores resultados.

Registramos aqui nossos agradecimentos aos gestores e à equipe técnica da SEFAZ, bem como aos diretores financeiros dos órgãos estaduais que com êxito, força e grandeza, concluíram este trabalho com sucesso, a fim de dar publicidade às informações nele contidas.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infraestrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos nos campos fiscal e tributário.

Por fim, gostaríamos de externar a nossa imensa gratidão aos nossos digníssimos Secretários CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO, JOÃO MARCOS MAIA e MARCUS AUGUSTO V. COELHO que nesta gestão deram total apoio e contribuição no cumprimento de nossos deveres ao concluir o Balanço Geral do Estado.



LUIZ JARBAS DE MESQUITA
Coordenador do Tesouro Estadual



PAULO AMILCAR PROENÇA SUCUPIRA
Coordenador do Tesouro Estadual

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado

RELATÓRIO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

Exercício de 2017

Fortaleza, março de 2018

GOVERNADOR
Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORA GERAL
José Flávio Barbosa Jucá de Araújo

SECRETÁRIO ADJUNTO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL
Antônio Marconi Lemos da Silva

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL
Paulo Roberto de Carvalho Nunes

OUVIDORA SETORIAL
Maria Ivanilza Fernandes de Castro

COORDENADORA DA ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Denise Andrade Araújo

COORDENADOR DA ASSESSORIA JURÍDICA
Lara de Oliveira Osório Ayres

ASSESSORA DE GESTÃO DA QUALIDADE
Anastácia da Silva Santos

COORDENADORA DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Flávia Salcedo Coutinho

COORDENADOR DE AÇÕES ESTRATÉGICAS
Marcelo de Sousa Monteiro

COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO PREVENTIVO
Kelly Cristina de Oliveira Barbosa

COORDENADOR DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
George Dantas Nunes

COORDENADOR DE FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL
Ítalo José Brígido Coelho

COORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Virgílio Crescêncio Grangeiro

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Marcos Henrique de Carvalho Almeida

Missão Institucional

Assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para oferta dos serviços públicos com qualidade.

EQUIPE TÉCNICA

Marcelo de Sousa Monteiro
Coordenador de Ações Estratégicas

Bruno Jesus Martins Lôbo
Articulador

Carlos Rubens Moreira da Silva
Orientador da Célula de Monitoramento da Gestão para Resultados e Gestão Fiscal

Adriana Oliveira Nogueira
Auditora do Controle Interno – Assessora Técnica

Vitor Hugo Gaspar Pinto
Auditor do Controle Interno

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 306

1. ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO **308**
1.1. Programa 047 - Auditoria Governamental 310
1.2. Programa 048 - Controladoria Governamental 311
1.3. Programa 049 - Participação e Controle Social 313

2. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2016 ..... **316**
2.1. Instrumentos de Planejamento 317
2.2. Contratos de Gestão 332
2.3. Empresas Estatais 336
2.4. Demonstrações Contábeis 340
2.5. Gestão Fiscal 344
2.6. Limites Constitucionais 350
2.7. Terceirização 358
2.8. Consórcios Públicos 361
2.9. Outros Assuntos 362

3. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO **368**
3.1. Alocação de Recursos do PPA 2016-2019 368
3.2. Execução dos Eixos, Temas e Programas de Governo 372
3.2.1. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no orçamento de 2017 372
3.2.2. Recursos Aplicados por Eixo, Temas e Programas de Governo em relação ao Orçamento de 2017 381

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **402**
4.1. Resultado Orçamentário 402
4.1.1. Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária 404
4.1.2. Análise da Previsão da Receita e Fixação da Despesa 405
4.2. Receitas 406
4.2.1. Categoria e Origem das Receitas Orçamentárias 406
4.3. Despesas 409
4.3.1. Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas 409
4.3.2. Comparativo das Despesas por Poder 410
4.3.3. Elementos de Despesa 410
4.3.3.1. Elementos de Despesa - Pessoal e Encargos Sociais 410
4.3.3.2. Elementos de Despesa - Outras Despesas Correntes 411
4.3.3.3. Elementos de Despesa - Investimentos 412
4.3.3.4. Elementos de Despesa - Amortização, Juros e Encargos da Dívida ... 413
4.3.4. Despesa por Função 414
4.3.5. Despesas de Exercícios Anteriores 415
4.3.6. Contratos de Gestão 418

5. GESTÃO FISCAL 421
5.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal 421
5.2. Despesas com Saúde 422
5.2.1. Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde 422
5.2.2. Despesas com Consórcios Públicos de Saúde 425
5.3. Despesas com Educação 425
5.3.1. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 425
5.3.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB 428
5.4. Receita Corrente Líquida 431
5.5. Despesas com Pessoal 432
5.6. Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias 437
5.6.1. Dívida Consolidada Líquida 438
5.6.2. Operações de Crédito 439
5.6.3. Serviços da Dívida 440
5.6.4. Garantias e Contragarantias 441
5.7. Receitas de Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital 442
5.8. Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos 443
5.9. Disponibilidades de Caixa 445
5.9.1. Indicador de Liquidez 448
5.9.2. Indicador de Rigidez das Despesas 449
5.10. Resultados Primário e Nominal 450
5.10.1. Resultado Primário 450
5.10.2. Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida) 452
5.11. Investimentos Destinados ao Interior do Estado 453
5.12. Parcerias Público-Privadas 456
5.13. Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) 457
5.14. Atendimento a Emenda Constitucional nº 88/2016 459

CONCLUSÃO 461

APRESENTAÇÃO

A elaboração do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo está a cargo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE). A Constituição Estadual no seu art. 68 determina que "*a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante o controle externo, e* ***pelo sistema de controle interno de cada Poder***".

O art. 88 da Constituição Estadual prevê a competência privativa do Governador do Estado do Ceará para "*prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior*". Já a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), n.º 12.509, de 06.12.1995, no seu artigo 42, estabelece que as Contas do Governo consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no **Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo**, sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 3º do Art. 203 da Constituição do Estado, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.

Assim, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado elaborou o presente Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo referente ao exercício de 2017, com análises e considerações norteadas pelos mandamentos constitucionais, bem como pelas orientações e regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101/00, na Lei Federal nº 4.320/1964 e legislação correlata.

O Relatório está estruturado em cinco capítulos, compreendendo:

- A apresentação da atuação do órgão central de controle interno, no âmbito do Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados, os temas estratégicos Planejamento e Gestão, Gestão Fiscal e Transparência, Controle e Participação Social e os Programas de Governo sob a responsabilidade da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado;

- O tratamento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado – TCE/CE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de

2016, consolidado no Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - PASF Contas de Governo;

- A análise da Execução dos Programas de Governo, buscando observar os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, Programas e suas Metas Prioritárias;

- A análise do Resultado Orçamentário consolidado do Estado, envolvendo os órgãos da administração direta e indireta que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social; e

- Os aspectos relativos à Gestão Fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites constitucionais e legais por parte do Estado, incluindo o cumprimento dos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº88/2016.

O Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo é resultado do trabalho técnico da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e contou com a colaboração imprescindível dos gestores e profissionais que atuam nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que disponibilizaram as informações necessárias à conclusão deste produto.

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA
CONTROLADORIA E OUVIDORA GERAL

1. ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) visam cumprir a missão institucional de "assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para a oferta dos serviços públicos com qualidade". A atuação da CGE faz parte do Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados, que contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades. O propósito central deste eixo consiste em serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, atendendo as necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal. Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Gestão Fiscal, Planejamento e Gestão e Transparência, Controle e Participação Social, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

A CGE atua para fortalecer o controle interno e a transparência, contribuindo para o fomento ao controle social, ampliando o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público e por meio de canais efetivos de participação, representação, negociação e articulação político-institucionais.

Tal fortalecimento visa democratizar os processos de gestão pública, por meio de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, orçamento participativo, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação.

No período de 2014 a 2017, o desempenho dos indicadores que medem o alcance dos resultados da transparência, controle e participação social pode ser observado, conforme a Tabela 1 a seguir:

TABELA 1 - INDICADORES TEMÁTICOS – 2014-2017

Indicador	Unidade	2014	2015	2016		2017	
				Prog.	Real.	Prog.	Real.
Índice de Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria e Transparência	%	76,67	75,82	77,00	80,60	82,00	82,60
Percentual de Implementação das Ações Propostas para Sanar Fragilidades	%			7,00		42,00	78,08
Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE	%	96,19	95,17	92,00	93,40	93,00	-
Percentual de Utilização das Ferramentas de Transparência e de Participação Social	%	2,95	4,11	4,04	4,41	4,60	4,93

Fonte: CGE

Em 2017, o indicador "Índice de Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria e Transparência", que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com as ferramentas de ouvidoria e de transparência disponibilizadas pela CGE (Sistema de Ouvidoria, Sistema de Informação ao Cidadão e Portal da Transparência), apresentou o resultado de 82,60%, indicando uma tendência de aumento da satisfação em relação aos exercícios anteriores. O índice de satisfação foi impactado positivamente, especialmente pela melhoria na qualidade das respostas demandadas para Ouvidoria, pelas capacitações oferecidas aos colaboradores que atuam com ouvidoria e transparência, bem como pelos aperfeiçoamentos realizados no Portal da Transparência.

O indicador "Percentual de Implementação das Ações Propostas para Sanar Fragilidades", que representa o nível de implementação das ações propostas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual no denominado Plano de Ações para Sanar Fragilidades (PASF), em decorrência das atividades de controle da CGE (auditorias, controle interno preventivo, orientações técnicas, ouvidoria), com a finalidade de sanar fragilidades identificadas pelo Órgão Central de Controle Interno, apresentou o resultado de 78,08%, no corrente exercício, indicando um resultado acima da meta estabelecida, considerando nove órgãos e entidades que foram monitorados.

O indicador "Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE" representa o nível de regularidade da gestão estadual com base no julgamento do Controle Externo em relação às contas dos gestores estaduais, estando o mesmo relacionado à atuação da CGE, a qual busca zelar pela adequada aplicação dos recursos públicos. A série histórica

relativa ao período de 2014 a 2016 apresentou uma tendência de decréscimo. O resultado desse indicador no exercício de 2017 ainda não foi disponibilizado para aferição.

O indicador "Percentual de Utilização das Ferramentas de Transparência e de Participação Social", que representa o nível de utilização, pelo cidadão, das ferramentas de transparência e de participação social disponibilizadas pela CGE (Sistema de Ouvidoria, Sistema de Informação ao Cidadão e Portal da Transparência), apresentou o resultado de 4,93%, indicando uma tendência de aumento da satisfação em relação aos exercícios anteriores, considerando a ampliação da realização de ações de divulgação das ferramentas por meio de oferta de cursos, palestras nas escolas estaduais e nas universidades de Fortaleza, bem como eventos de fomento à participação social.

Para o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas Auditoria Governamental (047), Controladoria Governamental (048) e Participação e Controle Social (049).

1.1. Programa 047 - Auditoria governamental

O Programa tem como objetivo principal assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e a oferta de serviços públicos com qualidade, tendo como público-alvo órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE).

Principais realizações:

- Realização de 95 atividades de auditoria de regularidade de Contas de Gestão de 2016 à distância, sendo 30 referentes às unidades sorteadas, nas quais são aplicados procedimentos de auditoria relativos às gestões orçamentária-financeira, de pessoas e de aquisições, e 65 relativas à verificação da composição do processo de prestação de contas anual;
- Realização de duas capacitações em Auditoria Governamental, sendo um Curso de Formação de Auditores Internos com 25 servidores capacitados e um Curso de Impactos do Novo Sicro nos Orçamentos de Obras Rodoviárias com 3 servidores capacitados;

- Realização de cinco atividades de auditoria especializada em Obras Públicas;
- Realização da XXXIX edição do Fórum Permanente de Controle Interno com o tema Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia, contemplando apresentação e discussão técnica específica do Manual de Obras Públicas para engenheiros, técnicos e todos os envolvidos na execução de serviços de engenharia e obras públicas do Poder Executivo do Governo do Estado do Ceará;
- Realização de uma atividade de auditoria especial de apuração de denúncia registrada por meio do Sistema de Ouvidoria (SOU);
- Realização de duas atividades de auditoria técnica de indicadores no âmbito da operação PforR;
- Realização de duas atividades de auditoria em projetos financiados pelo Banco Mundial (PforR e São José 3), cujo beneficiário/executor é o Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- Realização de 79 atividades de auditoria de instrução de Tomada de Contas Especiais;
- Realização de uma atividade de auditoria na Folha de Pagamento, com o suporte técnico da Empresa Deloitte, incluindo análise de cadastro, rubricas gerais e específicas em órgãos do Poder Executivo do Governo do Estado do Ceará;
- Realização de uma atividade de auditoria de processo em contratos de gestão celebrados.

1.2. Programa 048 - Controladoria Governamental

O Programa tem como objetivo principal elevar o nível de eficiência e de racionalização na utilização dos recursos para a prestação dos serviços públicos e indicar medidas para prevenir a reincidência de ocorrências constatadas quando da realização de atividades por parte do órgão central de controle interno, tendo como público-alvo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF), o Governador do Estado, os gestores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE).

Principais realizações:

- Duas capacitações em Controladoria Governamental, sendo uma sobre "Apoio às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público" e outra sobre “Detecção de Casos de Fraude e Corrupção”, ambas com participação dos Auditores de Controle Interno e dos servidores de todos os órgãos e entidades do Estado, totalizando 464 servidores capacitados;
- Elaboração do modelo do Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará, com o objetivo de fomentar a racionalização e o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo em suas três linhas de defesa;
- Validação do projeto "Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais Estratégicas de Controle", no âmbito da operação PforR, com recursos do Banco Mundial;
- Elaboração de 246 relatórios diários de monitoramento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) e de 12 relatórios mensais de monitoramento do CAUC;
- Elaboração de relatórios de controle interno sobre as Contas Anuais de Governo, Gestão Fiscal e acompanhamento das despesas de pessoal;
- Acompanhamento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - PASF Contas de Governo, relativo às 55 recomendações do TCE/CE nas Contas Anuais de Governo de 2016;
- Análise técnica padronizada de 219 processos de custeio e de 5.525 Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) submetidos ao Grupo Técnico de Gestão de Contas - GTC para encaminhamento ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf);
- Elaboração de estudos nas áreas de compras e de pessoal no âmbito do Observatório da Despesa Pública – ODP Ceará;
- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com os Municípios de Fortaleza, Sobral, Crato, Juazeiro do Norte e São Gonçalo do Amarante, objetivando adesão à Rede do Observatório da Despesa Pública (ODP Municipal) e consequente capacitação para 18 servidores dos referidos municípios sobre a correspondente metodologia de implementação;

- Emissão de 18 orientações técnicas aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- Realização do acompanhamento de nove Planos de Ação para Sanar Fragilidades (PASFs) dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- Elaboração das propostas de fluxo para o processo de Captação de Recursos por meio de convênios de receita e contratos de operação de crédito, com a identificação e avaliação riscos e estabelecimento de procedimentos de controle, no âmbito de atuação do Controle Interno Preventivo;
- Elaboração das propostas de alteração da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e dos Decretos Estaduais nº 31.406/2014 e 31.621/2014 que dispõem sobre o processo de transferências de recursos financeiros por meio de convênios e instrumentos congêneres;
- Realização de 28 capacitações para os atores do processo de Celebração de Contratos e de Parcerias, com utilização dos sistemas coorporativos e-Parcerias e SACC, totalizando 29 turmas, com 444 pessoas capacitadas;
- Realização de monitoramento de uma amostra de 64 instrumentos de parceria com o registro das ocorrências no sistema e-Parcerias;
- Revisão dos modelos de extratos de publicação do sistema Edoweb relacionados a contratos e parcerias;
- Realização da XL edição do Fórum Permanente de Controle Interno com o tema Programa de Integridade;
- Realização do XI Encontro Estadual de Controle Interno com o tema Governança e Integridade na Administração Pública.

1.3. Programa 049 - Participação e controle social

O Programa tem como objetivo principal promover o exercício do direito à cidadania e a transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual tendo como público-alvo a Sociedade cearense.

Principais realizações:

- Obtenção de nota máxima na 3ª edição da Escala Brasil Transparente, em que a Controladoria Geral da União avalia o grau de cumprimento às normas de Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, por meio da implementação de melhorias nas ferramentas informatizadas de relacionamento com a sociedade;
- Registro de 391.664 acessos ao Portal da Transparência e alcance de quase 1,5 milhão de acessos desde sua implementação;
- Realização do curso de EAD - Cidadania ParticipAtiva: controle social ao alcance de todos - com o objetivo de desenvolver na população a consciência cidadã, disseminando de forma didática conhecimentos relacionados à prática do controle social, atingindo mais de 23 mil inscritos;
- Realização de etapas do desenvolvimento do Sistema Ceará Transparente, que tem como objetivo tornar mais abrangente, clara, rápida e eficiente a relação do cidadão (usuário final) com o governo, por meio da Ouvidoria, do Acesso à Informação (Serviço de Informações ao Cidadão), do Portal da Transparência e do Planejamento Participativo, aumentando a satisfação do usuário e promovendo uma participação social mais ampla e efetiva;
- Realização de 08 palestras de sensibilização para o exercício do Controle Social, contemplando escolas de nível médio da Rede Pública de Ensino, universidades e ONGs;
- Realização de seis reuniões com a Rede de Fomento ao Controle Social, abordando temas relativos à atuação dos Ouvidores Setoriais e responsáveis pelo Serviço de Informação ao Cidadão junto à sociedade;
- Realização de capacitação para 10 turmas em Ética e Controle Social, incluindo as turmas realizadas no âmbito do Programa Executivo de Formação em Gestão Pública, destinados aos servidores do Estado, totalizando 13 turmas, com 272 pessoas capacitadas;
- Registro de 73.436 manifestações de Ouvidoria, considerando toda a Rede do Poder Executivo Estadual, formada por 65 ouvidorias, e índice 83,4% de respostas encaminhadas dentro do prazo estabelecido;
- Registro de 33.019 solicitações de informações, considerando toda a Rede do Poder

Executivo Estadual, formada por 65 Comitês Setoriais de Acesso à Informação, e índice 96,93% de respostas encaminhadas dentro do prazo estabelecido;

- Emissão de 15 pareceres técnicos pelo Grupo Técnico de Apoio ao Comitê Gestor de Acesso à Informação – GTA/CGAI;
- Realização de 119.950 atendimentos a cidadãos, por meio da Central de Atendimento 155, realizando registros de ouvidoria e acesso à informação, bem como fornecendo orientações e posicionamento sobre suas demandas;
- Realização de 13 atividades de atendimento descentralizado de ouvidoria e acesso à informação, oportunidade em que a CGE oferece atendimento presencial à população em locais de grande circulação.

2. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2016

Anualmente, o Governador do Estado encaminha a prestação de contas de governo ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), em cumprimento ao estabelecido no art. 76, inciso I, da Constituição Estadual de 1989, e no art. 42 da Lei Estadual nº12.509/1997. Em 2017, o TCE/CE elaborou o Relatório Técnico da análise das contas do Governo do Estado Ceará de 2016, sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, e expediu 55 (cinquenta e cinco) recomendações a serem observadas pelo Poder Executivo.

Para tratamento das recomendações exaradas naquele relatório, foi instituída, por meio da Portaria nº 01/2017, publicada em 18 de agosto de 2017, a Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - **PASF Contas de Governo**; composta por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e coordenada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo nos termos do art. 6º do Decreto nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos

A Comissão do **PASF Contas de Governo** realizou o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2016. As recomendações foram analisadas em função da pertinência, cujas ações estão apresentadas a seguir.

Considerando a existência de mais de uma recomendação tratando de uma mesma causa particular e ainda de diversas recomendações tratando de matéria similar, optou-se, para efeito de melhor organização e desenvolvimento do raciocínio lógico, por desenvolver as manifestações agregadas por assunto, tendo o cuidado de dar tratamento a todas as questões suscitadas pelo TCE/CE. Por oportuno, informo que foi enviado através do ofício nº 243/2018, em 15 de março de 2018, um relatório com as providências referentes às recomendações do TCE/CE constantes do parecer prévio das contas do governo do exercício de 2016.

2.1. Instrumentos de Planejamento

Recomendação 01: À Secretaria do Planejamento e Gestão que elabore o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma a expressar a real situação das prioridades do Estado, possibilitando, assim, o acompanhamento e a apresentação dos resultados físicos estabelecidos como prioritários para a gestão.

Análise da Comissão do PASF: A análise das contas de 2016 já evidencia que no Relatório do Controle Interno realizado pelo próprio Tribunal de Contas do Estado – TCE a recomendação foi atendida para o exercício de 2017. A recomendação foi atendida na LDO nº 16.084/2016 no Anexo de Metas e Prioridades para o exercício de 2017, que está disponível no sítio da SEPLAG, no seguinte endereço:

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/LDO/2017/Anexo%20I%20-20Metas%20e%20Prioridades.pdf

As iniciativas que atualmente constam no Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias foram selecionadas a partir daquelas indicadas como prioritárias para monitoramento do PPA. Esta indicação ocorreu em momento anterior à elaboração da LDO 2017, e resultou de um trabalho realizado junto às setoriais, considerando critérios de priorização como valor programado das iniciativas no PPA 2016-2019, contribuição para os indicadores do tema ao qual está vinculada, contribuição para diretrizes regionais, contribuição para resultados e indicadores de outros temas e contribuição para temas transversais.

Desse conjunto de iniciativas foram sinalizadas aquelas que hoje compõem a LDO 2017. Dessa forma, o mencionado Anexo já expressa as prioridades do Estado, e o acompanhamento dos resultados físicos das metas prioritárias (assim como das demais iniciativas do PPA) é disponibilizado de forma acumulativa após o término de trimestre na Consulta Pública do PPA (jan-mar, jan-jun, jan-set e jan-dez), ficando sempre disponível o período mais recente acompanhado.

Vale ressaltar que a relação das iniciativas sinalizadas como prioritárias pode ser revista conforme a necessidade, de forma a melhor retratar as mudanças de cenário e prioridades do Governo.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: LDO nº 16.084/2016 no Anexo de Metas e Prioridades para o exercício de 2017, que está disponível no sítio da SEPLAG, no seguinte endereço:

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/LDO/2017/Anexo%20I%20-20Metas%20e%20Prioridades.pdf

Recomendação 02: À Secretaria do Planejamento e Gestão que aprimore o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma a descrever as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, conforme prevê o art. 4º, I, e, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Análise da Comissão do PASF: As normas estão sendo desenvolvidas em conjunto com o sistema de custos.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação

Evidências: Foi constituído um grupo de trabalho com a participação da SEPLAG, SEFAZ, CGE e SEDUC para a definição do modelo do sistema de custos, conforme Portaria Conjunta nº 480, publicada no DOE em 24/06/2015.

Recomendação 03: À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento as exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.

Análise da Comissão do PASF: Em 2017, o grupo técnico de custos, composto por membros da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), Controladoria Geral do Estado (CGE) e Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) finalizou a elaboração da metodologia geral de implantação do sistema de custos, definindo os parâmetros para tratamento dos custos orçamentários, as necessidades de informações de natureza não orçamentária com impacto na composição dos custos, além da matriz de serviços que será utilizada para alocação dos custos apurados aos centros de custos lá apresentados. A matriz de serviços se refere aos custos da SEDUC, escolhida como projeto piloto do sistema.

Todas as Tabelas e parâmetros associados a essa etapa metodológica já foram cadastrados no S2GPR e permitem a definição dos parâmetros necessários para extração das informações de custos do sistema. Na sequencia será preciso revisar e ajustar processos internos para que a informação de custos seja aperfeiçoada e, portanto, cada vez mais útil para tomadas de decisão.

Além dos custos alocados à matriz de serviços, também estão sendo desenvolvidas no S2GPR as estruturas necessárias para apuração dos custos através de departamentalização, considerando o organograma institucional cadastrado no módulo corporativo do S2GPR e customizado para apuração dos custos por departamento. Essa etapa também exigirá ajustes estruturais nas rotinas de execução da despesa e tais modificações deverão ser procedidas ao longo do exercício de 2018.

Trabalha-se para que os trabalhos acima citados estejam concluídos no exercício de 2018 e que os primeiros dados relativos a custos já sejam extraídos diretamente do S2GPR. Após a validação dos dados, será iniciada a etapa de análise das informações de custos geradas. Para o êxito dessa etapa, faz-se necessário adotar ferramenta específica para análise dos dados, uma vez que o S2GPR ainda não dispõe ferramentas que possibilitem tal análise. Caberá ao grupo técnico de custos, portanto, avaliar as ferramentas de análise de dados já existentes ou decidir, se for o caso, pelo desenvolvimento de nova ferramenta específica para o projeto. Espera-se que até o final do exercício de 2018 a primeira visão dos custos da SEDUC já esteja à disposição para análise.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Foi constituído um grupo de trabalho com a participação da SEPLAG, SEFAZ, CGE e SEDUC para a definição do modelo do sistema de custos, conforme Portaria Conjunta nº 480, publicada no DOE em 24/06/2015.

Recomendação 05: À Secretaria da Fazenda que cumpra o disposto art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal sempre que realizar benefícios fiscais que sejam considerados como renúncia de receita.

Análise da Comissão do PASF: A recomendação foi atendida na LDO nº 16.319, de 14 de agosto de 2017, no Anexo II das Metas Fiscais, apresenta medidas de compensação de acordo com o Art. 14, II, da LRF, conforme a Figura 1 seguir:

FIGURA 1 - DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA 2018

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DA RECEITA			Compensação	
			2018	2019	2020	ATO NORMATIVO	DETALHE
ICMS	Incentivo Fiscal	Indústria	830.758.002,30	872.295.902,42	915.910.697,54	Lei Complementar 152/2015 de 27/07/2015	Incidência de 2%(Fecop) para os novos produtos: Isotônicos,refrigerantes,perfumes, produtos de beleza,artigos e alimentos para animais de estimação, inseticidas, fungicidas,formicidas e herbicidas.
						Lei nº 15.892/2015 de 27/11/2015	Redefiniu alíquotas de diversos produtos: de 17% para 28%(Rodas esportivas para automóveis, Drones, Embarcações e jet skis, de 25% para 27%(bebidas alcoólicas e gasolina), de 25% para 28%(Ultraleves, asas-delta, armas, munições, fumo,cigarros e serviços de comunicação)
ICMS	Incentivo Fiscal	Comércio	92.306.444,70	120.459.910,33	126.482.905,85	Lei nº 16.097/2016 de 27/07/2016	Institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal-FEEF. Que cria o encargo de 10% do incentivo ou benefício concedido à empresa contribuinte do Icms.
						Lei nº16.177/2016 de 27/12/2016.	Realinhamento da alíquota modal do Icms de 17% para 18%.
TOTAL			923.064.447,00	992.755.812,75	1.042.393.603,39		

FONTE: SEFAZ, 26/04/2017, 13h:20min

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: LDO nº 16.319, de 14 de agosto de 2017, no Anexo II das Metas Fiscais.

Recomendação 28: À Secretaria de Planejamento e Gestão que, nos futuros Projetos da LDO, observe a metodologia de apuração do resultado primário definida no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Análise da Comissão do PASF: Este indicador tem causado discussões no mundo acadêmico ou quando se confrontam as opiniões do sistema financeiro e dos órgãos de controle com as dos gestores financeiros dos entes federados.

O primeiro ponto que costuma causar controvérsia trata-se de um "conceito consagrado" de que o Resultado Primário deve ser, no mínimo, suficiente para o pagamento dos juros da dívida. Este "conceito" advém do ideário do Fundo Monetário Internacional - FMI, para quem um ente nacional ou subnacional teria equilíbrio fiscal quando fosse capaz de pagar os juros do seu endividamento. Melhor qualificando, o RP seria a capacidade de gerar sustentabilidade intertemporal da dívida uma vez que,

sem qualquer elevação (valor do principal constante), ela torna-se capaz de ser honrada na sua plenitude ao longo dos anos.

Ora, o Ceará é o melhor exemplo de que estas duas realidades não estão interligadas, porque nosso Estado, independentemente do valor do Resultado Primário, vem pagando não somente os juros de sua dívida **integralmente**, como também as amortizações e os encargos, estando **rigorosamente em dia com os seus credores.** É fácil identificar, entretanto, vários outros estados com RP positivos, mas não liquidando seus pagamentos com o serviço da dívida. Isto faz cair por terra o argumento de que o RP "demonstra a capacidade de um governo em honrar compromissos financeiros assumidos e a consequente diminuição da dívida pública".

Outra das discussões que surgem com mais frequência diz respeito à **metodologia** de cálculo do Resultado Primário - RP. Vamos aos fatos:

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF em seu Art. 4º dispõe:

> "Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no §2º do Art. 165 da Constituição e:
>
> **...**
>
> § 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, **resultados nominal e primário** e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
>
> § 2º O Anexo conterá, ainda:
>
> I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
>
> II-demonstrativo das metas anuais, **instruído com memória e metodologia de cálculo** que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
>
> **...**" (grifos nossos)

Desta maneira é, indiscutivelmente, **a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO que tem o condão de definir a metodologia de cálculo do Resultado Primário**, não sendo razoável atribuir a qualquer norma infralegal, portaria ou manual, poder maior que o da Lei. Interpretação diversa desta confrontará a LRF.

Concordando com este entendimento, a União Federal agiu da mesma maneira que o Estado do Ceará, e foi aprovada pelo TCU, ao definir a metodologia de cálculo do seu Resultado Primário de maneira diferente do estabelecido no seu próprio Manual. No ano de 2013, por exemplo - e em anos anteriores - a LDO da União (Lei 12.708/2012, Art. 3º) previa que a meta de Resultado Primário do Governo Central poderia ser reduzida até o montante relativo aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Quando do julgamento do cumprimento das metas fiscais daquele ano, o Tribunal de Contas da União - TCU, **acatando os ditames da LRF e da LDO**, considerou:

> "Cabe ressaltar que esse art 3º da LDO 2013 estabeleceu que a meta de superávit primário da União poderia ser reduzida em até R$ 65,2 bilhões, relativos aos dispêndios do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Brasil sem Miséria, incluídos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, além das desonerações tributárias. De acordo com o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao exercício de 2013, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Secretaria de Orçamento Federal, o montante das despesas executadas no âmbito do PAC em 2013 foi de R$ 35,1 bilhões, o que fez reduzir a meta primária da União para o valor de R$ 73 bilhões, evidenciando, dessa forma, **o cumprimento da meta com folga de R$ 1,7 bilhão.**"(grifo nosso).

No Ceará, esta flexibilização dada na LDO para os Investimentos em infraestrutura não tem prejudicado os números da Gestão Fiscal. Pelo contrário, vai ao encontro do que o Estado entende como rigor fiscal combinado com desenvolvimento econômico, já que coaduna com a Emenda Constitucional 88/2016 – EC do crescimento sustentável, que limita as despesas primárias **correntes**, deixando de fora os investimentos que são a mola propulsora de uma economia, diferentemente da União que limita despesas primárias (aí incluídos os investimentos). Se na União a Dívida

Pública explode, aqui ela tem se mantido absolutamente domada e, em 2017, apesar de uma liberação recorde de receita de operações de crédito da ordem de R$ 2,05 bilhões, manteve-se sob total controle. Deste valor destaca-se a operação de R$ 1,15 bilhão contraída junto ao Banco do Brasil, operação esta que visa, exatamente, manter o nível de investimentos do Estado.

Cabe a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO estabelecer as principais diretrizes e **metas** da administração pública, servindo de base para elaboração do orçamento. Dentre essas metas há a de resultado primário, que se faz presente tanto no Anexo de Metas Fiscais, que integra a LDO, bem como na Lei Orçamentária Anual - LOA, salientado, no caso do Ceará, no demonstrativo que faz referência à " Compatibilidade entre os Orçamentos e as Metas Fiscais".

Dessa forma, pela definição destacada acima, cabe somente a LDO estabelecer as diretrizes na elaboração do orçamento, que inclui evidenciar a meta de resultado primário obedecendo as disposições contidas em seu texto de lei acerca da metodologia de cálculo. No caso do Estado do Ceará, o §1º, do art.19 que consta na Lei Nº 15.839, de 27 de julho de 2015 - LDO de 2016 assim disciplina:

> "§1º Os programas, projetos e atividades identificados na Lei Orçamentária Anual, que estejam qualificadas pelo identificador de resultado primário RP 2, RP 3, RP 4 e RP 5, de que trata o §12, do artigo 10 desta lei, não serão computados para efeito do cálculo do resultado primário."

Portanto, a metodologia de cálculo observada pelo Estado do Ceará está em consonância ao estabelecido pela LDO, que tem por função precípua estabelecer as metas da administração pública, conforme já mencionado.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: LDO de 2016, Lei nº 15.839, de 27 de julho de 2015.

Recomendação 30: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize os valores de recursos aplicados, no que couber, para realização de cada produto principal das iniciativas dos programas finalísticos do PPA 2016-2019.

Análise da Comissão do PASF: A SEPLAG está aprimorando os mecanismos de elaboração orçamentária, alinhando e integrando cada vez mais os instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA.

No que diz respeito à indicação de valores orçamentários para a entrega dos produtos principais das iniciativas dos programas finalísticos foi criada uma marcação na ação orçamentária, solicitando que os órgãos identifiquem se há a contribuição direta para o produto. Este é o mecanismo criado no exercício de 2017 e passa pelo processo de verificação de consistência da informação. A perspectiva é que no próximo processo de elaboração da proposta orçamentária está marcação se torne efetiva e, assim, consiga-se a mensuração dos valores orçamentários destinados às entregas físicas dos programas.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Sítio da SEPLAG no endereço:

http://web3.SEPLAG.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

Recomendação 31: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize relatórios descritivos sobre a realização das metas físicas e sua respectiva execução financeira para todos os produtos principais das Iniciativas dos Programas de governo do PPA 2016-2019.

Análise da Comissão do PASF: Essas informações são registradas trimestralmente pelas setoriais na realização do processo de acompanhamento e monitoramento do PPA que ocorre no Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação do PPA (Sima). Esses relatórios ficam à disposição das setoriais, muitas das quais, inclusive, os vêm utilizando nas prestações de contas ao TCE.

Na Consulta Pública encontram-se disponíveis os dados da realização física e financeira, bem como observações registradas pelas setoriais. A SEPLAG irá orientar as setoriais a preencherem nesse campo as informações descritivas sobre a realização das metas físicas. Quanto às informações da execução financeira, hoje elas estão disponíveis por iniciativa, não por produto, conforme explicado na recomendação 30.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Sítio da SEPLAG nos endereços:

http://web3.SEPLAG.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2954&Itemid=1827

Recomendação 32: À Secretaria do Planejamento e Gestão que exija de suas Setoriais todas informações acerca da execução das metas físicas e financeira das Iniciativas dos Programas do PPA.

Análise da Comissão do PASF: As setoriais já realizam essa atividade por meio do acompanhamento e monitoramento do PPA realizado no Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação do PPA (Sima) e a SEPLAG, responsável pela análise da consistência das informações, tem empreendido esforços no sentido de aprimorar o sistema, tornando-o mais intuitivo e capacitando as equipes técnicas para a realização das atividades desse processo.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Sítio da SEPLAG nos endereços:

http://web3.SEPLAG.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2954&Itemid=1827

Recomendação 34: Ao Poder Executivo que identifique nos decretos para abertura de créditos suplementares, quais as ações suplementadas que tiveram como fonte de recursos a anulação de créditos da Reserva de Contingência, quais as razões das suplementações que utilizaram tal fonte de recurso conforme as regras estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) vigente bem como promova a transparência da utilização da reserva nos portais eletrônicos do Estado.

Análise da Comissão do PASF: Em todos os decretos de créditos adicionais elaborados pela Secretaria de Planejamento do Estado – SEPLAG são identificadas as ações orçamentárias objeto de suplementação, bem como as razões para suplementação, de forma geral. No caso específico da Reserva de Contingência sua utilização em 2016 foi disciplinada no art.73 da Lei 15.839, de 27 de julho de 2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 – LDO 2016, conforme destacado abaixo:

> "Art.73. A Lei Orçamentária de 2016 conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, da fonte do Tesouro, na forma definida no inciso I do §10 do art.10 desta Lei, e atenderá:
>
> I - passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos classificados, conforme a natureza dos fatores originários, nas seguintes classes: a) controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização econômica; b) questionamentos judiciais de ordem fiscal contra o Tesouro Estadual, bem como riscos pertinentes a ativos do Estado decorrentes de operações de liquidação extrajudicial; c) outras demandas judiciais contra o Estado; d) lides de ordem tributária e previdenciária; e) questões judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal; f) dívidas em processo de reconhecimento pelo Estado; g) operações de aval e garantia, fundos e outros;
>
> II - situações de emergência e calamidades públicas.
>
> Parágrafo único. Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos neste artigo até 30 de novembro de 2016, o Poder Executivo poderá dispor sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais."

Adicionalmente ao disciplinamento acima evidenciado, a SEPLAG, ao utilizar a reserva de contingência, com exceção dos casos do parágrafo único, passará a demonstrar de forma específica a aplicação dos recursos por ação orçamentária com as respectivas razões (incisos I ou II) para suplementação.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Utilização da Reserva de Contingência disciplinada no art.73 da Lei 15.839, de 27 de julho de 2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 – LDO 2016.

Recomendação 42: À Secretaria do Planejamento e Gestão que atualize, periodicamente, no Sistema de Consulta de Acompanhamento do PPA, as informações acerca da execução das

metas físicas e financeiras durante o exercício para promover a avaliações das políticas públicas promovidas pelo governo do Estado.

Análise da Comissão do PASF: O acompanhamento do PPA, que contempla informações sobre a execução física e financeira, é realizado ao final de cada trimestre no Sima PPA, e as informações para Consulta Pública são disponibilizadas após a conclusão da análise realizada pela SEPLAG. O tempo demandado para registro de informações e conclusão da análise está em torno de 60 dias. Entretanto, neste ano de 2017, devido à realização concomitante do processo de revisão do PPA, incluindo a realização das oficinas regionais, os ciclos de acompanhamento trimestrais demandaram mais tempo do que o mencionado acima, os próximos ciclos serão concluídos no tempo esperado.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Sítio da SEPLAG nos endereços:

http://web3.SEPLAG.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2954&Itemid=1827

Recomendação 43: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize, no Sistema de Consulta de Acompanhamento, em formato de banco de dados a execução da meta física e financeira do PPA para realização de *download*.

Análise da Comissão do PASF: A SEPLAG se reuniu com o TCE em 2017 para abordar os desdobramentos desta demanda. Os técnicos do Tribunal explicaram os detalhes relativos a esse banco de dados, que já se encontra atualmente disponível na Consulta Pública do PPA.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Sítio da SEPLAG nos endereços:

http://web3.SEPLAG.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2954&Itemid=1827

Recomendação 44: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize relatórios com informações consolidadas das metas físicas e dos seus respectivos dispêndios orçamentários no Portal eletrônico da SEPLAG.

Análise da Comissão do PASF: A Consulta Pública já dispõe de relatórios que contemplam a execução física dos produtos principais das iniciativas do PPA e a respectiva execução orçamentária destas.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Sítio da SEPLAG no endereço:

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2954&Itemid=1827

Recomendação 45: À Secretaria do Planejamento e Gestão que promova um melhor acompanhamento da execução do plano plurianual, disponibilizando informações confiáveis e congruentes sobre a execução física e financeira das iniciativas previstas no PPA 2016-2019.

Análise da Comissão do PASF: As informações relativas ao acompanhamento do PPA são registradas no SIMA pelas próprias instituições executoras dos produtos principais de cada iniciativa. Elas advêm, portanto, diretamente de quem executa, a fim de minimizar o risco de erros na disponibilização do conteúdo sobre o acompanhamento.

A fim de que o registro da execução física seja o mais confiável e congruente possível, a SEPLAG promove assessoramento tanto através de encontros de capacitação, quanto, de forma mais rotineira, por meio das análises sobre o conteúdo registrado, especialmente no acompanhamento das iniciativas prioritárias, que é o foco das análises da SEPLAG.

Em relação à execução financeira, essa provém diretamente dos bancos de dados dos sistemas de Governo (Siap, Siof, S2GPR). Nada obstante, durante as análises de acompanhamento e monitoramento, é realizado comparativo da execução física com a financeira, com a finalidade de identificar eventuais distorções acerca dos valores disponibilizados.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Sítio da SEPLAG nos endereços:

http://web3.SEPLAG.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2954&Itemid=1827

Recomendação 47: À Secretaria do Planejamento e Gestão que ao elaborar o Orçamento Geral do Estado, atente para as exigências dispostas no art. 165, § 6º, da CF/88; no art. 5º, § 1º, da LRF; e no art. 2º, §§1°, I e III e 2º, I da Lei nº 4.320/64, de modo a garantir transparência e acesso à informação íntegra e autêntica sobre as atividades do governo e sobre a utilização dos recursos públicos.

Análise da Comissão do PASF: Para melhor compreensão e justificativa de cada exigência destaca-se a seguir:

> 1. **Constituição Federal 88 - Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
>
> § 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

O S2GPR está sendo preparado para a apresentação do Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e Margem para Expansão de despesa Continuada de forma regionalizada a partir do exercício de 2019.

> 2. **Lei de Responsabilidade Fiscal - Art. 5º** O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:
>
> § 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

Em relação à exigência do Art.5º, § 1º, da LRF evidenciada acima, observe-se que da Lei 15.930, de 29 de dezembro de 2015 - LOA 2016, em seu Volume II, tomos I e II já constavam todas as despesas orçamentárias de cada órgão e a respectiva fonte de recursos associada a uma receita específica. Para melhor clareza, enumeramos a seguir

os órgãos que programaram recursos para pagamento de Dívida naquele orçamento com as respectivas páginas da LOA 2016:

ARCE - Pág:694

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/LOA/2016/Lei%202016%20-%20Volume%20II%20-%20tomo%20I.PDF

FUNDES - Pág: 910,

EGE - Pág: 1081,

ISSEC - Pág: 1203 e 1206,

COHAB - Pág:1246

ADAGRI - Pág: 1321

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/LOA/2016/Lei%202016%20-%20Volume%20III%20-%20tomo%20II.PDF

Para os próximos exercícios, as informações serão consolidadas em um único demonstrativo que constará no Volume I da proposta de Lei Orçamentária.

3. Lei de Finanças Públicas Nº 4.320 - art. 2º, §§1°, I e III e 2º, I

Este ponto trata especificamente da ausência, segundo relatório do TCE, do sumário geral da receita por fontes, do quadro discriminativo da receita por fonte e dos quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.

Observe-se que há, na LOA 2016, Volume I, destaque para receita, evidenciando a legislação que ampara e o respectivo tributo associado, conforme demonstrado nas páginas 29 a 32 do Volume I. Assim, consideramos que a LOA atende a solicitação de quadro discriminativo das receitas.

Além disso, consta também na LOA, demonstrativo que evidencia a receita por fonte, conforme se verifica na página 45 do Volume I.

Em relação aos planos de aplicação dos fundos especiais e seus quadros demonstrativos de receita, a LOA contempla em seu Volume I os fundos que são inseridos no Orçamento como fonte de recursos, a exemplo do FECOP e do FIT. Além destes, nos demais volumes discriminam-se outros fundos que não são apresentados

como fontes de natureza orçamentária, mas que também apresentam suas receitas e o seu plano de aplicação, como, por exemplo, o Fundo Estadual da Cultura – FEC.

FECOP e FIT - Volume I - págs: 337 e 349

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/LOA/2016/Lei%202016%20-%20Volume%20I.pdf

FEC - Volume II - pág: 931

http://www.SEPLAG.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/LOA/2016/Lei%202016%20-%20Volume%20III%20-%20tomo%20II.PDF

Status segundo Comissão do PASF: Em implantação

Evidências: sítio da SEPLAG, conforme corpo da manifestação.

Recomendação 52: Ao Poder Executivo que efetue a abertura de créditos suplementares apenas nas condições autorizadas pela lei, e desde que indique a justificativa para a suplementação e a origem dos recursos correspondentes, nos termos do art. 167, inciso V, da CF/88 e arts. 42 e 43 da Lei nº4.320/64.

Análise da Comissão do PASF: Todos os Créditos Adicionais (Suplementares ou Especiais) foram elaborados com estrita observância aos ditames legais, conforme LOA nº 15.930, de 29 de dezembro de 2015, seguir:

> Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, da fonte de recurso do Tesouro de que trata o art. 10, § 10, inciso ESTADO DO CEARÁ I da Lei Estadual nº 15.839, de 27 de julho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas aos grupos de despesas de cada categoria de programação, com recursos provenientes de: a) anulação de dotações orçamentárias; b) excesso de arrecadação de receitas próprias, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso II, 3º e 4º, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; c) excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Estadual; d) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei no 4.320, de 1964; e) reserva de contingência, observado o disposto no artigo 5o, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As justificativas, por exemplo, integram um campo específico e obrigatório no Sistema de Elaboração de Créditos Adicionais, e a falta desta informação implica a não aceitação do pedido de alteração orçamentária por parte da SEPLAG. Logo esta informação integra todos os Decretos ou Projetos de Lei de cunho Orçamentários.

A origem dos recursos, por sua vez, é informada em todos os Crédito Adicionais, inclusive com detalhamento em planilhas que evidenciam cada suplementação com suas respectivas origens, sejam elas por anulação, superávit financeiro, excesso de arrecadação, operações de crédito ou convênios, situações previstas na Lei Federal nº 4.320/64.

As informações solicitadas pelo TCE são fornecidas em tempo hábil e reunidas em mídia CD para que possam ser analisadas e processadas.

No que diz respeito ao art. 7º da LOA 2016, o limite para abertura de Créditos Adicionais Suplementares, qual seja, 25% do que é fixado na referida LOA, foi fielmente atendido assim como o foi em todos os exercícios anteriores.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Art. 7º da LOA nº 15.930, de 29 de dezembro de 2015.

2.2. Contratos de Gestão

Recomendação 06: Aos órgãos e entidades estaduais que possuam contratos de gestão com Organizações Sociais que remetam ao TCE/CE, quando das suas Contas Anuais, a prestação de contas dos referidos contratos, devidamente acompanhados de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, para a devida análise pela área competente deste Tribunal, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Análise da Comissão do PASF: Em 10/03/2015, por ocasião da XXXV edição do Fórum Permanente de Controle Interno, a CGE apresentou orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará sobre a apresentação das Contas Anuais de Gestão.

Especificamente em relação aos contratos de gestão, foi orientado que os órgãos/entidades/fundos responsáveis pelos referidos instrumentos inserissem no Sistema *E-Contas* as seguintes peças e informações:

- Rol de Responsáveis pela Organização Social;
- Prestação de contas do contrato de gestão, incluindo a cópia do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades e respectivos demonstrativos financeiros e contábeis, acompanhada dos pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da auditoria externa e o resultado da análise realizada pela Comissão de Avaliação, de que tratam os incisos IX e X do art.4º, III do art.6º e §2º do art.10 da Lei Estadual nº12.781/97; e
- Parecer do dirigente máximo do órgão/entidade/fundo supervisor sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Em fevereiro de 2017 a CGE enviou ofícios (Gabgov, SEAPA, SECITECE, SECULT, SEDUC, SESA, SRH, STDS, CIDADES, SDA, IDADE, IDECE, SEINFRA) reiterando as orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo que sejam responsáveis pela execução de Contratos de Gestão com Organizações Sociais.

Assim, a CGE tem orientado aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará sobre a necessidade de apresentação de informações detalhadas dos Contratos de Gestão nas Contas Anuais de Gestão.

A partir de 2018, as Contas Anuais de Gestão de 2017 serão apresentadas no Sistema Ágora do TCE/CE que deverá disponibilizar os campos necessários para registro pertinente aos Contratos de Gestão.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação

Evidências: Sítio da CGE no endereço:

http://www.cge.ce.gov.br/index.php/eventos-institucionais/forum-permanente-de-controle-interno

Recomendação 48: À Secretaria do Planejamento e Gestão que antes da formalização de contratos de gestão, promova estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos

do serviço e dos ganhos de eficiência esperados, bem assim planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos contratos de gestão.

Análise da Comissão do PASF: Os Contratos de Gestão firmados pelas secretarias seguem sistemática constante do Manual de Celebração de Contrato de Gestão.

Assim, para celebração de contrato de gestão a secretaria ou órgão contratante deverá elaborar um termo de referência em que conste o objeto do contrato de gestão e as condições para sua realização. Na sequencia a organização social deve apresentar o programa de trabalho e as certidões e documentos de habilitação. O contratante deverá inserir os documentos de habilitação no Sistema de Controle de Contratos de Gestão (SCCG) gerenciado pela SEPLAG, com a documentação pertinente, dentre elas: o **Quadro de Usos e Fontes,** demonstrando a natureza dos gastos e se existe projeto autorizado, e ainda, o **Quadro comparativo dos custos e metas do ano anterior** com a proposta que está sendo apresentada, no caso de renovação. No **Quadro comparativo de custos** são elencados de forma detalhada todos os insumos utilizados no projeto em quantidades, valores unitários e totais.

Inseridas as informações, a SEPLAG realiza os procedimentos prévios à assinatura do contrato, conforme a seguir:

I – Realizar a análise técnica e documental do contrato de gestão;

II – Emitir parecer técnico sobre os aspectos do contrato;

III – Tramitar o processo virtual para o Grupo Técnico de Contas - GTC, para análise de custos e possíveis ajustes;

IV – Oficiar a Contratante sobre a deliberação do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, acerca do limite financeiro a ser aportado no Contrato.

Cabe ao Grupo Técnico de Contas - GTC, compostos por integrantes da SEPLAG e CGE, como instância de assessoramento do COGERF as seguintes atividades:

- Analisar a proposta do contrato de gestão verificando a documentação inserida no SCCG principalmente os Quadros de Usos e Fontes e o Quadro comparativo de custos e metas que serão analisados em detalhe e os envolvidos

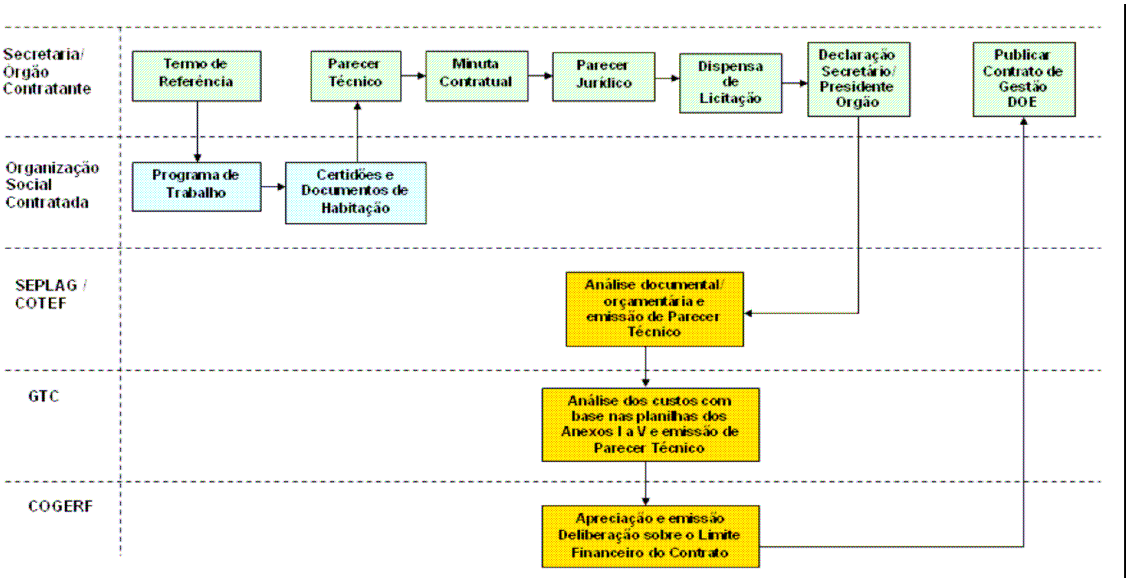
(órgão e entidade) serão consultados para prestar esclarecimentos e fazer ajustes se for o caso;

- Incluir a proposta de contrato de gestão em pauta de reunião do COGERF.

Caberá ao COGERF deliberar sobre o limite financeiro a ser alocado no Contrato de Gestão.

A Figura 2 a seguir mostra o fluxograma para a celebração do contrato de gestão.

FIGURA 2: FLUXOGRAMA CELEBRAÇÃO CONTRATO DE GESTÃO



Fonte: Manual de Celebração de Contratos de Gestão

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Manual de Celebração de Contrato de Gestão que está no sítio conforme endereço a seguir:

http://www.seplag.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2079&Itemid=1512

Recomendação 49: À Secretaria do Planejamento e Gestão que atente para a necessidade de seleção da organização social a ser contratada mediante chamamento público ou dispensa de licitação, observando-se, nesse último caso, as determinações do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Análise da Comissão do PASF: A Lei Estadual no.12.781/97 em seu art. 16 dispensa dos processos licitatórios a Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional para celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito do Estado.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Lei Estadual no.12.781/97 em seu art. 16.

2.3. Empresas Estatais

Recomendação 08: À Secretaria do Planejamento e Gestão que inclua no Orçamento Fiscal do Estado, em observância o disposto na Portaria STN nº 589/2001, as empresas Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A – ADECE e Companhia Cearense de Transp. Metropolitanos – METROFOR, por caracterizarem-se como Empresas Estatais Dependentes, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução nº 43 do Senado Federal.

Análise da Comissão do PASF: Relativamente ao METROFOR, o Governo do Estado tem desenvolvido esforços para estimular a utilização de transporte público coletivo, em detrimento do transporte individual.

O transporte metroferroviário tem se mostrado uma das melhores alternativas para viabilizar essa política, observando-se nesse modal, vários pontos positivos, entre os quais se destacam: a redução na concentração de poluentes, a rapidez e comodidade para os usuários, desobstrução do trânsito nas maiores cidades, entre outros.

Por outro lado, o custo de operação desse tipo de transporte enseja o estabelecimento de tarifa em valores, via de regra, não suportáveis pela população, requerendo do poder público a concessão de subsídios para redução a patamares módicos e razoáveis, da tarifa cobrada dos usuários.

A autorização de concessão de subsídio para a redução da tarifa cobrada aos usuários desses serviços, correspondente à diferença de valores entre a tarifa técnica e a tarifa a ser efetivamente cobrada a esses usuários e mostra-se imprescindível para a preservação da razoabilidade e da modicidade tarifária.

Nesse sentido foi que a Lei Orçamentária de 2018 já fez previsão de dotação específica para fazer face a uma política de subsídios no setor metroferroviário, especificamente no que tange à tarifa cobrada dos usuários.

A seguir é mostrada a previsão orçamentária no valor de R$ 125.566.927,00, conforme destacado na Figura 3, a seguir:

FIGURA 3 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO SUBSÍDIO



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2018
LEI Nº 16.468, de 19/12/2017
Consolidado por Órgão, Unid. Orçamentária, PA e Despesa (Saldo)

Código	Descrição		Lei
08000000	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA		125.566.927,00
08100004	TRANSPORTES E OBRAS		125.566.927,00
23008	SUBSÍDIO À TARIFA DE TRANSPORTE METROFERROVIÁRIO		125.566.927,00
336045	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		125.566.927,00
		Total Geral	125.566.927,00

Fonte: LOA/2017-SEPLAG

Objetivamente, através da programação orçamentária retromencionada, o Estado se propõe a transferir recursos por meio da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA para a Companhia Cearense de Transporte Metropolitano - METROFOR, correspondente à complementação do valor que o METROFOR deixou de cobrar dos usuários (diferença entre a tarifa técnica e o valor efetivamente cobrado) em função da política de governo de garantir uma tarifa mais acessível, condizente com a capacidade de pagamento da população usuária dos serviços.

Nesses termos, é de suma importância perceber que os valores a serem recebidos pelo METROFOR, via subsídio de tarifa, é função direta do número de passageiros transportados, correspondendo assim, na sua essência, a receita operacional, é uma contra-prestação pelos serviços de transporte prestados à população usuária, e não um auxílio ou ajuda financeira concedida pelo Estado à Companhia. Efetivamente, o beneficiário final do subsídio é a população que deixa de pagar determinado valor pelo transporte. Para o METROFOR, a Companhia está apenas deixando de receber parte

do valor do serviço do usuário final, para receber do Estado, que decidiu assumir esse ônus, em função da implementação de uma política pública que entendeu oportuna.

Para concluir a viabilização do processo citado, além da previsão orçamentária, o governo do Estado encaminhará uma lei específica sobre a matéria à Assembléia Legislativa, solicitando autorização para sua efetivação.

Assim, feitas as considerações acima, resta evidenciada a real ambiência em que está inserido o METROFOR, revelando uma situação que lhe permite gerar receitas para a sua sustentabilidade financeira, a partir de suas operações, não dependendo, por conseguinte, de repasses do ente controlador para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF.

Isto posto, espera-se restar evidenciado, que o METROFOR não se enquadra na situação de empresa dependente, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF.

No tocante à **ADECE**, a Tabela 2 a seguir, apresenta números das demonstrações de resultados da ADECE nos últimos quatro anos, onde se pode constatar que nos três últimos anos obteve-se resultados positivos, ou seja, suas receitas estão maiores que suas despesas. Com isso, o último aumento de capital do governo do Estado para a ADECE ocorreu em 2014. Além disso, na análise do relatório técnico do TCE/CE referente a Empresas Dependentes sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal, do exercício de 2016, não foi feita nenhuma menção da ADECE como dependente.

Segundo o inciso II, Art. 2º da Resolução nº 43 do Senado Federal, considera-se:

> II - empresa estatal dependente: empresa controlada pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município que tenha, no exercício anterior, recebido recursos financeiros de seu controlador, destinados ao pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, e tenha, no exercício corrente, autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade;

Assim, como o último ano que ocorreu aumento de capital do Estado do Ceará para a ADECE foi em 2014 e que atualmente suas receitas são suficientes para cobrirem suas despesas, conforme Tabela 2 a seguir, entende-se que a ADECE não se caracteriza como uma empresa estatal dependente.

TABELA 2: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DA ADECE

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017
RECEITA BRUTA	14.035.732,00	13.955.902,00	16.419.389,00	17.223.462,00
(-) DEDUÇÕES	- 1.370.424,00	- 1.290.276,00	-	-
RECIETA LÍQUIDA	12.665.308,00	12.665.626,00	16.419.389,00	17.223.462,00
(-) CUSTO DE VENDA	- 6.046.753,00	- 4.579.542,00	- 2.310.661,00	- 110.259,00
LUCRO BRUTO	6.618.555,00	8.086.084,00	14.108.728,00	17.113.203,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	- 9.431.150,00	- 9.170.035,00	- 11.164.928,00	- 12.918.517,00
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	887.246,00	-	2.122.994,00	1.890.260,00
RESULTADO OPERACIONAL	- 1.925.349,00	- 1.083.951,00	5.066.794,00	6.084.946,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	- 7.278,00	- 44.728,00	- 13.995,00	- 13.925,00
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	1.187.906,00	1.984.324,00	1.409.984,00	1.316.191,00
(-) PROVISÕES	-	- 158.424,00	- 1.231.946,00	- 1.332.104,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**- 744.721,00**	**697.221,00**	**5.230.837,00**	**6.055.108,00**

Fonte: Balanço Geral do Estado/SEFAZ

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação

Evidências: LOA do exercício de 2018, para evidenciar a situação do METROFOR e as demonstrações de Resultados dos últimos anos da ADECE que evidenciam sua não dependência de recursos do Tesouro Estadual.

Recomendação 46: À Secretaria do Planejamento e Gestão que avalie, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal e da jurisprudência do TCU sobre o tema, se o METROFOR se enquadra como empresa estatal dependente.

Análise da Comissão do PASF: Ver manifestação na recomendação 08.

Recomendação 09: À Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, que evidencie de forma tempestiva os recursos recebidos do Governo do Estado do Ceará a título de "constituição ou aumento de capital" e a respectiva aplicação em notas explicativas.

Análise da Comissão da PASF: Em 2016, analisando a execução orçamentária do Estado verificou-se nas Inversões Financeiras um aumento de capital destinado a CAGECE no valor de R$ 7.650.000,00.

A CAGECE informou que o referido valor foi registrado no exercício de 2016 na conta "Termos de cooperação - recursos recebidos" no Passivo Não Circulante.

Em abril/2017 o referido valor foi transferido para a conta "Adiantamento para futuro aumento da capital, no Passivo Não Circulante, e em 25/05/2017 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária - AGE da CAGECE que aprovou o aumento da capital social no montante de R$ 7.650.000,00, referente à integralização de recursos provenientes do Tesouro do Estado, aportados exclusivamente pelo acionista Governo de Estado do Ceará. Dessa forma o valor foi transferido para a conta "Capital Social" no Patrimônio Líquido.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Demonstrações Contábeis do exercício de 2017.

2.4. Demonstrações Contábeis

Recomendação 10: Ao Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC que contabilize o valor das provisões matemáticas previdenciárias dos Regimes de Previdência, conforme estabelece a Lei Complementar Estadual nº 123/2013.

Análise da Comissão do PASF: O passivo atuarial era evidenciado no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, no quadro “Outros valores não integrantes da DC” no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, publicado quadrimestralmente, e a partir do exercício de 2017 foi contabilizado atendendo a recomendação.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Balanço Geral do Estado do exercício de 2017.

Recomendação 11: À Secretaria da Fazenda que elabore os quadros complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme exposto no MCASP.

Análise da Comissão do PASF: Essa Recomendação será atendida no Balanço Geral do Estado de 2017.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Balanço Geral do Estado do exercício de 2017.

Recomendação 13: À Secretaria da Fazenda que elabore o planejamento para o pagamento dos precatórios e, em função deste planejamento, classifique-os em Passivo Circulante ou Não Circulante, visto que, conforme a Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, estiverem em mora com o pagamento de seus precatórios quitarão até 31 de dezembro de 2020 seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período".

Análise da Comissão do PASF: No balanço do exercício de 2017 será segregado o valor dos precatórios em Passivo Circulante e Não Circulante.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Balanço Geral do Estado do exercício de 2017

Recomendação 14: À Administração Pública Estadual, em conjunto com SEFAZ, SEPLAG, CGE e PGE, que elabore um critério de avaliação para o Ajuste de Perdas de Créditos a Receber da Dívida Ativa, em atendimento ao princípio contábil da prudência, e em razão da vultuosidade do valor envolvido.

Análise da Comissão do PASF: Em atenção à recomendação supra, em 2017 foram iniciados os estudos sobre os critérios para o Ajuste de Perdas de Créditos a Receber da Dívida Ativa. Conquanto essa avaliação ainda seja incipiente, progrediu-se na fixação de parâmetro para a determinação de um resultado, tendo-se concluído, neste primeiro exame, que se poderia eleger, como critério para a provisão de perdas, o prazo prescricional. Assim, débitos que, por seus dados cadastrais, insinuam a consumação prescrição, serão contados como perda provável. Registre-se que a Procuradoria-Geral do Estado manterá permanente estudo com o objetivo de aprimorar a metodologia de apuração e a definição de novos critérios para a indicação da provisão de perdas.

Status segundo Comissão do PASF: Em implantação

Evidências: - Balanço Geral do Estado do exercício de 2017

Recomendação 33: À Secretaria da Fazenda – SEFAZ que divulgue, em sua página eletrônica, os valores correspondentes às transferências constitucionais repassadas para cada município do estado do Ceará relacionadas à CIDE (Contribuição Intervenção do Domínio Econômico).

Análise da Comissão do PASF: A distribuição da CIDE aos municípios passou a ser divulgada no site da SEFAZ a partir do 4o. Trimestre de 2016.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Sítio da SEFAZ no endereço

http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/distribuicao_cide_2017.asp

Recomendação 36: À Secretaria da Fazenda que adote as providências necessárias para que o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial seja gerado diretamente por meio de relatório de saída do S2GPR.

Análise da Comissão do PASF: No Relatório Contábil do Balanço Geral do Estado é mostrada uma tabela referente ao Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial cumprindo, assim, a determinação do art.42, § 2º, da Lei Orgânica do TCE/CE.

Nada obstante o aspecto legal estar atendido, o S2GPR encontra-se ainda em fase de aperfeiçoamento para a construção de quadros parametrizados, o que facilitará o fornecimento de informações gerenciais.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação

Evidências: Balanço Geral do Estado do exercício de 2017

Recomendação 37: À Secretaria da Fazenda, que, a partir do próximo exercício, seja evidenciado, no Balanço Financeiro, os eventos relacionados ao grupo de conciliação contábil-financeira da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Análise da Comissão do PASF: Foi apresentada em notas explicativas ao Balanço Financeiro a conciliação contábil-financeira do saldo de caixa, de equivalentes de

caixa, de depósitos restituíveis e valores vinculados em 31/12/2016. Nas notas, evidenciou-se a composição de todos os valores relativos aos ajustes de conciliação bancária e que são apresentados no Balanço Financeiro dentro do grupo “valores pendentes a curto prazo”.

Esta forma de apresentação da conciliação contábil-financeira no Balanço Financeiro tem como principal finalidade a manutenção da estrutura padrão do demonstrativo em consonância com a Lei 4.320/64. Outro fator que influenciou na decisão de não modificar a estrutura é a forma atual de visualização em “paisagem”, inviabilizando a inclusão de novas linhas para apresentação em separado dos ajustes de conciliação bancária. Como todas as informações do demonstrativo atualmente estão apresentadas em página única, um quadro auxiliar dentro do corpo da demonstração exigiria uma página adicional na impressão, dificultando análises mais gerais sobre a execução orçamentária e financeira do Estado.

Como o relatório do Balanço Geral do Estado apresenta informações mais analíticas sobre o resultado orçamentário e financeiro do exercício, entendemos que a visualização da conciliação contábil-financeira em notas explicativas traria maior transparência e melhor entendimento acerca do Balanço Financeiro.

Quanto à decisão de inclusão do campo de conciliação contábil-financeira na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), percebe-se que faria mais sentido nesse caso, uma vez que: a DFC é um demonstrativo mais analítico do que o Balanço Financeiro; não é um demonstrativo com estrutura definida em lei e sim pelo MCASP; é configurado para exibição em formato “retrato”; e já possui mais de uma página de exibição. Logo, implantar linhas adicionais para exibição dessas informações não prejudicaria a qualidade da análise do referido demonstrativo.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Balanço Geral do Estado do exercício de 2017

Recomendação 39: À Secretaria da Fazenda que disponibilize no S2GPR um relatório que informe a disponibilidade de caixa bruta por fonte de recursos e por Poder.

Análise da Comissão do PASF: No Relatório Contábil do Balanço Geral do Estado é

mostrada uma tabela referente ao Demonstrativo com o saldo das disponibilidades de caixa por fonte / destinação de recurso. É uma tabela bem elaborada, mais didática e mais detalhada com notas explicativas, etc. Portanto, a referida recomendação está sendo integralmente atendida no relatório Contábil do BGE.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Balanço Geral do Estado do exercício de 2017

Recomendação 53: À Secretaria da Fazenda que proceda ao detalhamento nas Notas Explicativas, referente ao Balanço Patrimonial, as Contas Créditos a Receber e a Conta Concessão de Empréstimos e Financiamentos das empresas beneficiadas pelo PROAPI, PROVIN e PROADE onde se deve destacar o nome de cada empresa, CNPJ e o respectivo valor.

Análise da Comissão do PASF: Essa Recomendação será atendida no Balanço Geral do Estado de 2017.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Balanço Geral do Estado do exercício de 2017.

2.5. Gestão Fiscal

Recomendação 16: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, especificamente quanto a não inclusão no limite constitucional de despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Análise da Comissão do PASF: A SEFAZ, seguindo as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, **em todas as suas edições**, sempre apurou este gasto unicamente pela função 12 - Educação - e suas subfunções.

A recomendação do TCE/CE indica uma analise pelo maior detalhamento da classificação orçamentária, qual seja, o item de despesa, que é uma classificação gerencial.

Nada obstante, a análise pura e simples dos itens de despesa pode conduzir a erros de interpretação. Por exemplo, a alimentação suplementar a que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se refere no seu Art. 71 como não elegível para gastos com educação, é a compra de mantimentos (conforme o manual de orientação do FUNDEB) e não o fornecimento de alimentação pronta para os alunos, sem a qual se tornaria impossível a manutenção destes alunos em tempo integral, como é o caso, estando, assim, visceralmente ligada à consecução dos objetivos educacionais.

Ainda assim, mesmo que se considerassem estas deduções, o Estado vem cumprindo o limite de gastos com educação, área na qual tem conseguido destacados resultados.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: realização de cálculos em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. E ainda, RREO do 6º bimestre de 2017, publicado no DOE em 30/01/2018.

Recomendação 20: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, especificamente quanto a não inclusão no limite constitucional de despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos em Saúde.

Análise da Comissão do PASF: Essa recomendação aborda o mesmo problema ocorrido com os gastos em MDE. A SEFAZ, segue as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da STN, **de todas as edições.** Desta forma, foi apurado este gasto pela função 10 - Saúde e suas subfunções. A equipe técnica do TCE/CE analisou pelo maior detalhamento da classificação orçamentária, o item de despesa.

Para se chegar ao nível de detalhe da informação pretendido pelo TCE/CE, seria preciso analisar as despesas até o item. Haveria casos em que só seria possível verificar a autenticidade da classificação efetuada analisando a descrição do empenho,

o que entendemos contraproducente. A busca por esse nível de detalhe poderia até inviabilizar a elaboração do demonstrativo.

Mesmo assim, ao comparar os valores apresentados pelo TCE/CE como gastos incompatíveis com a Função Saúde com o total computado como gasto elegível pelo governo, é possível perceber a proporção irrelevante desses valores sobre o total do recurso aplicado em saúde, o que corrobora a idéia de que o método de elaboração do demonstrativo segue às orientações apresentadas no MDF e que esses eventuais ajustes devem ser feitos, de fato, apenas quando identificados em verificação posterior. Não é razoável modificar substancialmente um processo de geração de um complexo demonstrativo porque foram identificadas algumas ocorrências. Mesmo que sejam procedentes, elas não alteram em nada a qualidade de informação produzida, nem muito menos comprometem a constatação do adequado cumprimento do limite constitucional de aplicação de recursos próprios do Estado em ações e serviços públicos de saúde.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: realização de cálculos em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. E ainda, RREO do 6º bimestre de 2017, publicado no DOE em 30/01/2018.

Recomendação 21: À Secretaria da Fazenda que evidencie no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) as despesas executadas pelo ISSEC.

Análise da Comissão do PASF: Com o advento da Lei Complementar nº 141/2012 que no seu inciso III, do art. 4º, determina que não constituem despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos, as despesas decorrentes de assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal, caso do ISSEC, a questão de incluir ou não esses gastos como elegíveis foi pacificada. Em anos anteriores também foram auditados pelo TCE/CE e pelo Ministério da Saúde, sendo, então, orientados para não incluir tais despesas e seguimos esta orientação. Porém, surgiu o MDF/STN estabelecendo que, mesmo que

não entre para o cálculo do percentual da RLIT aplicado em ASP, estas despesas devem ser evidenciadas no Anexo 12 do RREO. Tendo sempre em mente que as despesas executadas com o ISSEC não foram incluídas entre as elegíveis para o atingimento do piso de gastos com ASP, esclarecemos que, desde o 2º bimestre de 2017, estas despesas estão sendo evidenciadas no demonstrativo do gasto com saúde.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RREO do 2º bimestre de 2017, publicado no DOE em 30/05/2017.

Recomendação 22: À Secretaria da Fazenda que evidencie no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) as despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados.

Análise da Comissão do PASF: Essa informação foi evidenciada no RREO do 6º bimestre de 2017 nos quadros: Despesas com Saúde por Grupo de Natureza da Despesa, Despesas com Saúde não Computadas para Fins de Apuração do Percentual e despesa Com Saúde Por Subfunção.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2017, publicado no DOE em 30/01/2018.

Recomendação 24: À Secretaria da Fazenda que evidencie no Demonstrativo das Parcerias Públicos-Privadas (Anexo 13), integrante do RREO, as despesas realizadas com parceiras público-privadas pelo montante liquidado, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais.

Análise da Comissão do PASF: Essa informação foi atendida com a publicação RREO do 6º bimestre de 2017.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2017, publicado no DOE em 30/01/2018.

Recomendação 25: À Secretaria da Fazenda, que evidencie o saldo devedor dos Depósitos Judiciais no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, na seção 'Outros valores não integrantes da Dívida Consolidada', de forma a promover transparência da gestão fiscal e prevenção de riscos.

Análise da Comissão do PASF: Recomendação atendida no 2º. Quadrimestre de 2017, no qual foi publicado em 29/09/2017 no DOE o RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea b) - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RGF do 2º Quadrimestre de 2017, publicado no DOE em 30/09/2017.

Recomendação 26: À Secretaria da Fazenda que divulgue o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre, bem como o de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre, com os dados definitivos no período determinado pela LRF, ou seja, até 30 de janeiro do ano subsequente.

Análise da Comissão do PASF: A Secretaria da Fazenda prima pelo cumprimento dos prazos legais, notadamente quanto à publicação dos relatórios da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado. Mais uma vez, a documentação relativa ao exercício de 2016 foi entregue rigorosamente dentro do prazo, em 30.01.2017. Existe um grande lapso de tempo entre a publicação dos relatórios da LRF e a data limite para entrega do Balanço Geral do Estado - BGE. Assim, para atender à data limite da LRF, a área financeira da SEFAZ destina todos os seus esforços para as necessárias atividades e conferências e se debruça no RREO e no RGF. Após esse período se inicia a conferência para o BGE e podem surgir diferenças que afetam os relatórios já publicados, diferenças que não são relevantes e não trazem qualquer prejuízo ao bom funcionamento do Estado nem à transparência fiscal. É fato normal e acontece nas mais diversas esferas da vida pública e privada. O que não seria normal era descobrirem-se pequenos ajustes e não os fazer, tanto que existe nos balanços

públicos e privados a opção de ajustes de exercícios anteriores quando se descobre alguma irregularidade depois da publicação dos balanços.

Conforme rápida consulta realizada entre os estados da federação, os que declararam fazer republicações do RREO (6° bimestre) e do RGF (3° quadrimestre) de 30 de janeiro de cada exercício foram: MS, PA, SC, AP, MT, ES, AM, BA, PE, em virtude de divergências encontradas no intervalo entre a publicação dos relatórios e o fechamento do BGE.

Encontramos ainda republicações do RREO (6° bimestre) e do RGF (3°quadrimestre) em órgãos da União e de vários tribunais conforme documentos anexos.

TRT 12ª região - 3º Quad. RGF 2014 Anexo VI (Restos a Pagar) DOU 27.02.2017 pág.98;

TRT 12ª região - 3º Quad. RGF Anexo V (Disp de Caixa) DOU 31.03.2015 pág.61;

TRT 12ª região - 3º Quad. 2015 RGF Anexo I (Pessoal) DOU 29.04.2016 pág.81;

TRT 19ª região - 3º Quad. 2014 RGF Anexo I (Pessoal) DOU 31.03.2015 pág.61;

Governo Federal - 3º Quad. 2015 RGF Anexo 2 (Dívida) DOU 30.05.2016 pág.8 e 9;

Governo Federal - 6º bimestre 2016 RREO Anexo 3 (RCL) DOU 07.06.2017 pág.37;

Governo Federal - 6º bimestre 2016 RREO Anexo 3 (RCL) DOU 07.06.2017 pág.37;

Governo Goiás - 6º bimestre 2016 RREO tudo (12 anexos) DOE 25.04.2017;

Governo Paraná - 6º bimestre 2014 RREO tudo (12 anexos) DOE 25.02.2015.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RREO e RGF publicados no DOE em 30.01.2017, segundo caderno, página 01 a 44.

Recomendação 38: À Secretaria da Fazenda que evidencie em notas explicativas, no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio (anexo 4) do RREO, o valor do aporte financeiro, distinguindo os valores aportados para o FUNAPREV e para o PREVMILITAR, em atendimento à Lei Complementar nº 123/2013.

Análise da Comissão do PASF: Essa Recomendação foi solucionada no 6º bimestre do mesmo ano (2016) com as devidas notas explicativas na publicação do Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio - Anexo 4,

e explicitando a composição dos aportes do Tesouro e a parte relativa ao Plano Financeiro, bem como especificando os valores por Unidade Gestora.

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio - Anexo 4, da LRF exibe os dados consolidados dos fundos previdenciários: Parlamentar, (gestora 010101), Fundo Financeiro FUNAPREV (gestora 460401) e Fundo Financeiro PREVMILITAR (gestora 460501).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2017, publicado no DOE em 30/01/2018.

Recomendação 40: À Secretaria da Fazenda que ao inscrever restos a pagar, processados e não processados, verifique se há disponibilidade financeira suficiente nas fontes de recursos vinculadas e não vinculadas.

Análise da Comissão do PASF: Inicialmente, cabe destacar que o Estado do Ceará tem demonstrado ano a ano que suas contas são equilibradas, conforme se depreende da análise dos indicadores da gestão fiscal.

Sobre a verificação da disponibilidade de caixa insuficiente ou negativa antes da inscrição dos Restos a Pagar não Processados para fazer face a obrigações assumidas, informa-se que somente configuraria ilegalidade nos dois últimos quadrimestres do final de mandato, conforme art.42 da LRF. No mais, eventual insuficiência financeira apurada no final do exercício constitui situação transitória honrada com o fluxo corrente do caixa do exercício seguinte, não trazendo prejuízo a gestão financeira do Estado e nem aos seus fornecedores.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RGF do 3º quadrimestre, publicado no DOE em 30/01/2018.

2.6. Limites Constitucionais e Legais

Recomendação 15: Ao Poder Executivo que promova a operacionalização do FCE com vistas ao cumprimento do Art. 209 da Constituição Estadual.

Análise da Comissão do PASF: Foi enviada à Assembleia em 05/04/2017. Mensagem do Poder Executivo nº 8107, de Emenda Constitucional e da Proposição nº 03/2017. O projeto prevê a extinção do fundo. Na Assembleia o status atual é aguardando providências.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação

Evidências: Mensagem do Poder Executivo nº 8107, de Emenda Constitucional e da Proposição nº 03/2017.

Recomendação 17: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual previsto no art. 3º da Lei Estadual nº 15.064/11, o qual estabelece que o Estado deve utilizar 80% (oitenta por cento) dos recursos destinados ao FUNDEB na remuneração de profissionais do magistério da Educação.

Análise da Comissão do PASF: O entendimento do Poder Executivo é de que o Estado cumpriu todas as exigências legais.

O cálculo a ser efetuado na verificação do cumprimento dos 80% referentes à Lei 15.064/11 é diferente do realizado no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, para a apuração do cumprimento dos 60% preconizados na Legislação Federal, da despesa empenhada com remuneração de professores do magistério da educação básica devem ser deduzidos os Restos a Pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos do FUNDEB.

Usando essa metodologia apurou-se que a despesa chegou a um percentual de 78,36%, batendo, de longe, a meta da legislação federal.

No caso da legislação estadual, esta parcela não deve ser deduzida, visto que a nossa Lei se reporta claramente à despesa executada sem qualquer indicação de descontos. Assim, de acordo com a Tabela 3 a seguir, verifica-se, também, o estrito cumprimento da legislação estadual.

TABELA 3 - CÁLCULO DO PERCENTUAL DE RECURSOS DO FUNDEB APLICADOS NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO

R$ 1,00

Descrição	Considerando os Restos a Pagar	Sem Considerar os Restos a Pagar
Receita do FUNDEB	1.437.595.805,22	1.437.595.805,22
Despesa Empenhada com Pagamento dos Profissionais do Magistério	1.189.255.539,93	1.189.255.539,93
Restos a Pagar inscritos no execício sem disponibilidade financeira de recursos do FUNDEB	8.447.110,93	-
Percentual aplicado na Remuneração do Magistério	**82,14%**	**82,73%**
META	**80,00%**	**80,00%**

FONTE: S2GPR/SEFAZ

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2017, publicado no DOE em 30/01/2018.

Recomendação 18: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual de recursos direcionados à FUNCAP, conforme estabelece o art. 258 da Constituição Estadual.

Análise da Comissão do PASF: A Constituição Estadual de 1989 estabelece no art. 258, que:

> **CE, Art. 258**. O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a **dois por cento** da receita tributária como renda de sua administração privada.
>
> **§1º** A dotação prevista neste artigo será calculada sobre a renda obtida através de **impostos** e transferida em duodécimos, mensalmente, no mesmo exercício.
>
> **§2º** A despesa com pessoal da Fundação de Amparo à Pesquisa não poderá exceder os cinco por cento do seu orçamento global.

A previsão constitucional em comento datada de 1989, trata em seu mérito do apoio do Estado na manutenção de uma fundação de amparo a pesquisa científica e tecnológica, pelo que foi criada a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, nos termos da Lei Estadual nº.11.752, de 12 de novembro de 1990. Em 2017, foram aplicados recursos na FUNCAP, no valor de R$ 54.798.103,13, que corresponde a um percentual de recursos aplicados de 0,6605%, conforme Tabela 4 a seguir:

TABELA 4: PERCENTUAL DE RECURSOS APLICADOS NA FUNCAP EM RELAÇÃO A RECEITA DE IMPOSTOS

R$ 1,00

Descrição	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017
1. RECEITA BRUTA (*)	8.475.674.730,00	9.265.442.547,04	9.799.261.611,44	10.901.805.533,89	11.417.212.567,28
2. TRANSF CONSTITUCIONAIS	(2.345.530.083,07)	(2.556.338.831,27)	(2.681.095.161,30)	(2.837.356.201,23)	(3.121.121.003,51)
3. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1	**6.130.144.646,93**	**6.709.103.715,77**	**7.118.166.450,14**	**8.064.449.332,66**	**8.296.091.563,77**
4. DESPESAS EMPENHADAS	**42.985.419,15**	**35.852.387,67**	**38.292.539,81**	**46.670.150,52**	**54.798.103,13**
5. PERCENTUAL APLICADO (4/3)*100	**0,7012%**	**0,5344%**	**0,5380%**	**0,5787%**	**0,6605%**

(*) Deduzido os valores referente transferências do FUNDEB.

Fonte: S2GPR/SEFAZ

A Tabela 4 demonstra que o Estado não vem, ao longo dos anos, conseguindo alcançar o percentual estabelecido, o que, a princípio pode sugerir que esse volume de recursos estaria mal dimensionado, dada as tantas outras prioridades. Por outro lado, considerando a importância da pesquisa cientifica e tecnológica para a identificação de novos caminhos para o desenvolvimento do Estado, o governo persiste na ideia de alcançar o percentual estabelecido na Constituição. Nesse sentido foi que, mesmo diante do desafiador cenário econômico atual, o Poder Executivo apresentou a este Tribunal proposição para que a recomendação em comento possa ser alcançada de forma paulatina, respeitadas as disponibilidades financeiras, para que não sejam comprometidas outras áreas essenciais de atuação do Estado.

Assim, considerando o contexto econômico e que em 28 (vinte oito) anos passados o Estado não conseguiu atingir o percentual previsto da legislação, a proposição considerou que o horizonte de **10 (dez) anos** (contados a partir do ano de 2018) será o suficiente para que o Estado esteja em total conformidade com o que estabelece a legislação pertinente. O prazo de 10 (dez) anos se mostrou razoável e corresponde a aproximadamente 1/3 (um terço) do período transcorrido desde a previsão constitucional.

As premissas da presente proposta são as seguintes:

[1] Os valores monetários apresentados estão em R$, a preços correntes.

[2] Para calcular o percentual de recursos aplicados na FUNCAP utilizam-se as despesas empenhadas nos exercícios em relação à Receita Líquida dos Impostos. O cálculo da Receita Líquida dos Impostos é igual à Receita Bruta dos Impostos deduzindo-se as Transferências Constitucionais com Impostos e as Transferências do FUNDEB.

[3] No cálculo da estimativa da Receita Líquida dos Impostos, foi utilizada para o período de 2018 a 2020 a previsão apresentada pela LDO, lei nº 16.319, de 14 de agosto de 2017, no Anexo II das Metas Fiscais, no quadro da Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas. Para depois de 2020, foi considerado um incremento anual de 5% ao ano.

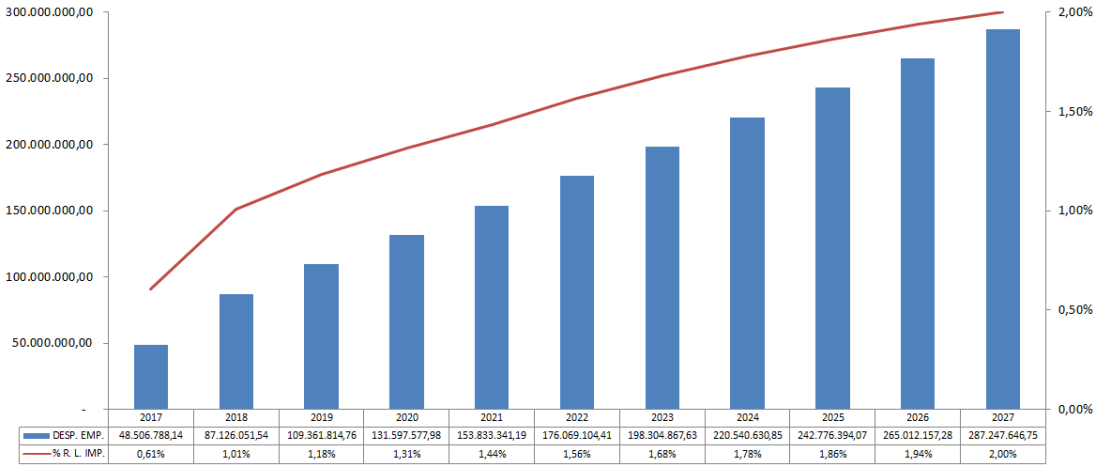
[4] O valor previsto das despesas empenhadas para 2017 foi de R$ 48.506.788,14, conforme o realizado até novembro e estimativas para dezembro do mesmo ano.

[5] O valor previsto das despesas empenhadas para 2018 foi de R$ 87.126.051,54, que consiste na soma do que foi empenhado em 2017 mais o valor de novas propostas feitas pela FUNCAP (ver o Anexo II).

[6] Adotou-se o crescimento linear do valor das despesas até que o percentual de recursos aplicados atinja 2%. Em seguida o crescimento deverá manter o percentual nesse patamar.

Com base nessas premissas, apresenta-se a Figura 4, que mostra como se dará o ajuste e o comportamento do percentual de recursos aplicados na FUNCAP até o ano de 2027.

FIGURA 4: PREVISÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS E DO PERCENTUAL DE RECURSOS APLICADOS NA FUNCAP, DE 2017 A 2027, COM AJUSTE EM 10 ANOS (CONTADOS A PARTIR DE 2018)



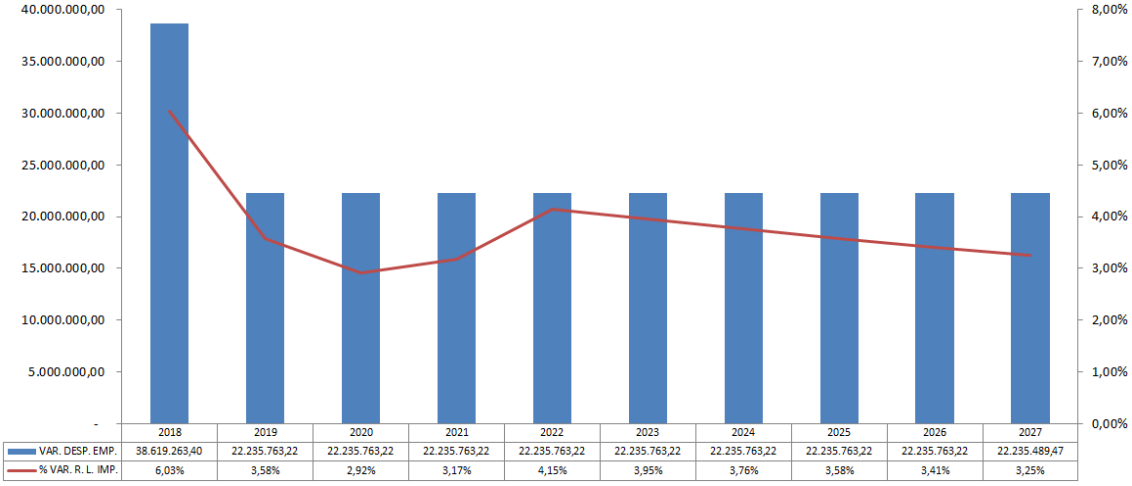
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DESP. EMP.	48.506.788,14	87.126.051,54	109.361.814,76	131.597.577,98	153.833.341,19	176.069.104,41	198.304.867,63	220.540.630,85	242.776.394,07	265.012.157,28	287.247.646,75
% R. L. IMP.	0,61%	1,01%	1,18%	1,31%	1,44%	1,56%	1,68%	1,78%	1,86%	1,94%	2,00%

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se, de acordo com o que foi delineado na Figura 4, que em 2018 o percentual de recursos aplicados aumentaria para 1,01%, crescendo consistentemente até 2027, quando alcançará os 2%.

A Figura 5 mostra, a título de detalhamento, a variação absoluta das despesas empenhadas de um ano em relação ao imediatamente anterior, bem como quanto representa percentualmente esse crescimento das despesas empenhadas no crescimento esperado da Receita Líquida dos Impostos, de 2018 a 2017.

FIGURA 5: VARIAÇÃO PREVISTA DAS DESPESAS EMPENHADAS EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (EM R$) E PARTICIPAÇÃO DESSA VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO ESPERADO DA RECEITA LÍQUIDA DOS IMPOSTOS (%), DE 2018 A 2027, COM AJUSTE EM 10 ANOS (CONTADOS A PARTIR DE 2018)



	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
VAR. DESP. EMP.	38.619.263,40	22.235.763,22	22.235.763,22	22.235.763,22	22.235.763,22	22.235.763,22	22.235.763,22	22.235.763,22	22.235.763,22	22.235.489,47
% VAR. R. L. IMP.	6,03%	3,58%	2,92%	3,17%	4,15%	3,95%	3,76%	3,58%	3,41%	3,25%

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível perceber, em 2018, o acréscimo no valor das despesas empenhadas deverá ser de R$ 38.619.263,40, o que equivale ao montante necessário para financiar os novos projetos propostos pela FUNCAP. Isso representa que será voltado à FUNCAP, o equivalente a 6,03% do aumento da Receita Líquida dos Impostos em 2018 em relação a 2017. A partir de 2019, os incrementos devem ser de R$ 22.235.763,22 para que ao final de 2027 (i.e., em 10 anos contados a partir de 2018), o percentual de 2% seja alcançado.

Finalmente, tem-se que, no período de 2018 a 2027, de acordo com essa proposta, o Estado terá destinado à FUNCAP um total acumulado de R$ 1.871.869.586,46 (a preços correntes) ou de R$ 1.460.047.865,52 (a preços de 2017, considerando uma inflação anual de 4% a.a. a partir de 2018).

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação

Evidências: Proposta apresentada ao TCE/CE com previsão para alcance do percentual em 10 anos.

Recomendação 19: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual previsto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual, o qual estabelece que o Estado deve aplicar no mínimo 20% (vinte por cento) da sua arrecadação tributária com investimentos.

Análise da Comissão do PASF: O Estado do Ceará tem se destacado em nível nacional como exemplo de gestão fiscal eficiente, com medidas que privilegiam os investimentos mesmo em tempos de crise. Evidencia disso, foi o estudo divulgado **em** abril de 2017, pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) sobre a situação fiscal dos entes da federação. Esse estudo teve como objetivo principal efetuar um diagnóstico da situação fiscal dos 27 estados brasileiros. Para essa análise foram escolhidos quatro indicadores calculados a partir das informações disponibilizadas no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como proporção da Receita Corrente Líquida (RCL), quais sejam: Despesas com Pessoal, Dívida, Disponibilidade de Caixa, e **Investimentos**. Assim, com base nessas informações, mesmo diante da retração da atividade econômica que assolou o país nos últimos anos, provocando a queda da receita e consequente redução da execução orçamentária nas diversas unidades da federação, o Estado do Ceará foi identificado como o ente com maior rigor fiscal, maior equilíbrio financeiro **e o que mais investe no País**.

A Tabela 5 a seguir apresenta o Ranking dos indicadores utilizado no estudo da FIRJAN referente ao exercício de 2016.

TABELA 5: CRISE FISCAL DOS ESTADOS (*RANKING*)

UF	Ranking Geral	Pessoal/RCL		Dívida/RCL		(Caixa - RAP)/RCL		Investimentos/RCL	
		Indicador	Ranking	Indicador	Ranking	Indicador	Ranking	Indicador	Ranking
Média Brasil		58,8%		69,5%		14,4%		5,7%	
RS	1º	76,1%	2°	212,9%	2°	-41,9%	1°	1,8%	1°
MG	2º	78,0%	1°	203,1%	3°	-6,8%	3°	2,8%	4°
RJ	3º	72,3%	3°	232,1%	1°	-24,0%	2°	5,4%	13°
SP	4º	66,0%	7°	175,5%	4°	6,4%	8°	5,0%	11°
GO	5º	56,5%	15°	93,8%	6°	2,2%	6°	2,7%	3°
PE	6º	65,8%	8°	57,9%	10°	6,2%	7°	5,4%	15°
AC	7º	61,6%	11°	72,7%	8°	13,6%	15°	5,5%	16°
SE	8º	48,6%	24°	60,4%	9°	-3,4%	4°	5,4%	14°
RN	9º	67,5%	5°	3,1%	27°	-	-	4,5%	9°
DF	10º	51,6%	21°	29,9%	23°	-0,2%	5°	2,8%	5°
MS	11º	54,2%	16°	77,9%	7°	8,3%	9°	8,1%	24°
MT	12º	67,3%	6°	40,5%	18°	14,0%	16°	6,3%	18°
PR	13º	61,1%	13°	38,8%	19°	16,6%	20°	4,0%	8°
BA	14º	63,4%	9°	55,8%	11°	13,5%	14°	11,0%	26°
AM	15º	54,0%	17°	40,5%	17°	9,8%	10°	6,2%	17°
RO	16º	50,1%	22°	50,1%	13°	14,2%	17°	4,9%	10°
PI	17º	62,1%	10°	45,2%	14°	13,0%	13°	10,7%	25°
RR	18º	44,6%	27°	34,8%	20°	11,8%	12°	3,1%	6°
SC	19º	61,5%	12°	50,2%	12°	14,3%	19°	8,0%	23°
TO	20º	67,8%	4°	33,2%	21°	64,4%	25°	6,5%	19°
PB	21º	57,0%	14°	30,2%	22°	10,6%	11°	7,1%	22°
AL	22º	45,9%	26°	102,9%	5°	20,0%	21°	6,8%	21°
ES	23º	51,9%	20°	26,4%	24°	37,7%	23°	4,0%	7°
AP	24º	47,8%	25°	14,4%	25°	51,2%	24°	2,1%	2°
PA	25º	53,0%	18°	9,3%	26°	33,8%	22°	5,2%	12°
MA	26º	52,9%	19°	42,5%	16°	73,6%	26°	6,6%	20°
CE	27º	49,3%	23°	43,6%	15°	14,3%	18°	11,1%	27°

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Elaboração: FIRJAN.

Portanto, os dados apresentados demonstram que o governo do Ceará apesar de não tento atendido ao percentual previsto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual vem se destacando entre os entes da federação.

Status segundo Comissão do PASF: Em implantação

Evidências: Estudo divulgado em abril de 2017 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

2.7. Terceirização

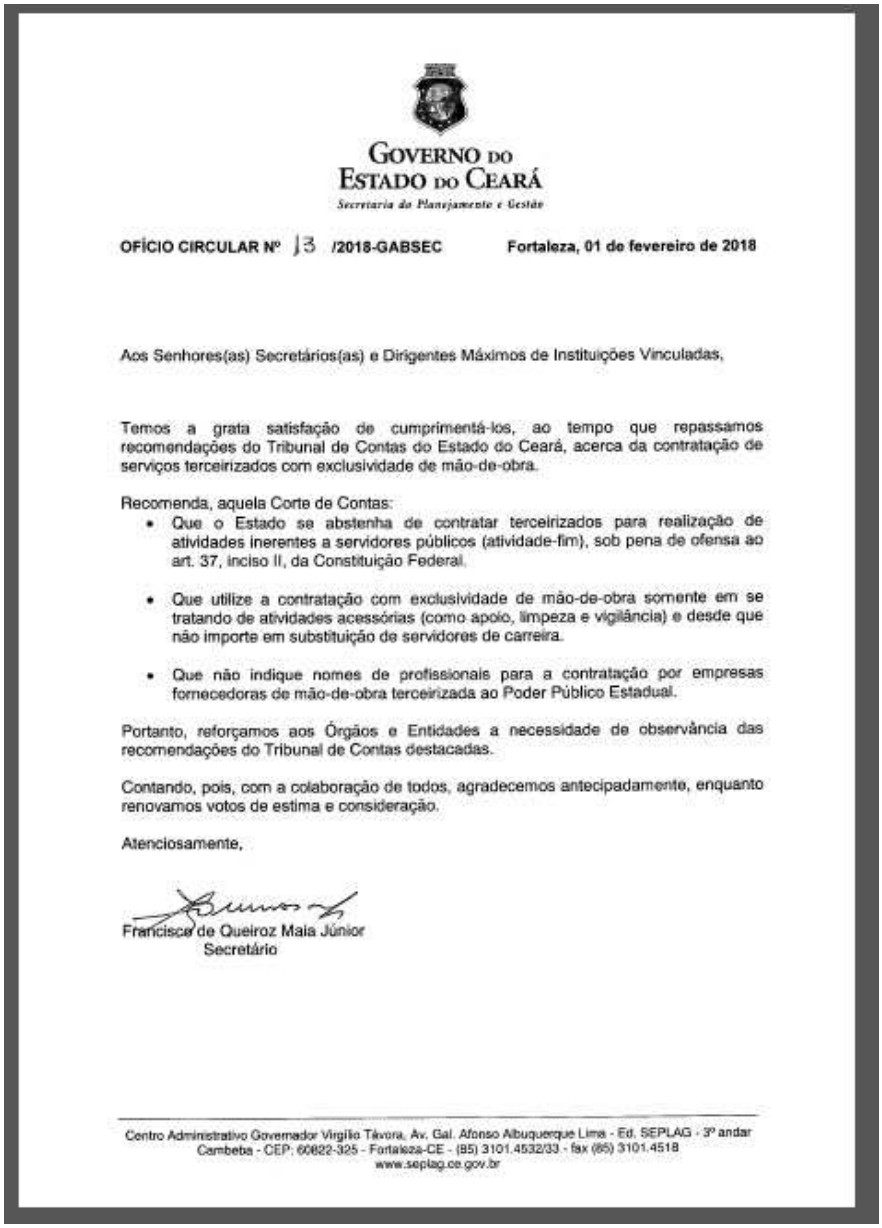
Recomendação 07: A todas as Secretarias do Estado que se abstenham de contratar terceirizados para a realização de atividades inerentes a servidores públicos (atividade-fim), sob pena de ofensa ao art. 37, inciso II, CF/88.

Recomendação 54: A todas as Secretarias do Estado que utilizem a terceirização de mão de obra somente em se tratando de atividades acessórias (como apoio, limpeza e vigilância) e desde que não importe em substituição de servidores de carreira.

Recomendação 55: A todas as Secretarias do Estado que proíbam a indicação de nomes de profissionais para serem contratados por empresas fornecedoras de mão-de-obra terceirizada contratada pelo Poder Público.

> **Análise da Comissão do PASF:** A SEPLAG, considerando a necessidade de planejamento da força de trabalho, redesenhou o processo de mão-de-obra terceirizada, de forma a otimizar a aplicação dos recursos financeiros e facilitar a fiscalização. Além disso, enquanto não concluído o novo processo aquela secretaria implantou uma nova metodologia de controle administrativo, estratégico e financeiro, organizando e otimizando as contratações dos serviços terceirizados do Estado. E ainda, em atenção às recomendações 7, 54 e 55 do Tribunal, acerca da contratação de serviços de terceirização, com exclusividade de mão-de-obra, a SEPLAG enviou, em 01 de fevereiro de 2018, o Ofício Circular nº 13/2018- GAB-SEC, conforme Figura 6, cujo teor trata da necessidade de observância aos órgãos e entidades destas recomendações, a saber: "que o Estado se abstenha de contratar terceirizados para realização de atividades inerentes a servidores públicos (atividade-fim), sob pena de ofensa ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal; que utilize a contratação com exclusividade de mão-de-obra somente em se tratando de atividades acessórias (como apoio, limpeza e vigilância) e desde que não importe em substituição de servidores de carreira; e que não sejam indicados nomes de profissionais a serem contratados por empresas fornecedoras de mão-de-obra terceirizada ao Poder Público Estadual."

Figura 6 - Ofício Circular nº 13/2018- GAB-SEC



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

OFÍCIO CIRCULAR Nº 13 /2018-GABSEC **Fortaleza, 01 de fevereiro de 2018**

Aos Senhores(as) Secretários(as) e Dirigentes Máximos de Instituições Vinculadas,

Temos a grata satisfação de cumprimentá-los, ao tempo que repassamos recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, acerca da contratação de serviços terceirizados com exclusividade de mão-de-obra.

Recomenda, aquela Corte de Contas:

- Que o Estado se abstenha de contratar terceirizados para realização de atividades inerentes a servidores públicos (atividade-fim), sob pena de ofensa ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal.
- Que utilize a contratação com exclusividade de mão-de-obra somente em se tratando de atividades acessórias (como apoio, limpeza e vigilância) e desde que não importe em substituição de servidores de carreira.
- Que não indique nomes de profissionais para a contratação por empresas fornecedoras de mão-de-obra terceirizada ao Poder Público Estadual.

Portanto, reforçamos aos Órgãos e Entidades a necessidade de observância das recomendações do Tribunal de Contas destacadas.

Contando, pois, com a colaboração de todos, agradecemos antecipadamente, enquanto renovamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretário

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima - Ed. SEPLAG - 3º andar
Cambeba - CEP: 60822-325 - Fortaleza-CE - (85) 3101.4532/33 - fax (85) 3101.4518
www.seplag.ce.gov.br

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação

Evidências: Ofício Circular nº 13/2018- GAB-SEC enviado pela SEPLAG, em 01 de fevereiro de 2018.

2.8. Consórcios Públicos

Recomendação 23: À Secretaria da Fazenda que apresente Demonstrativo que evidencie as despesas com saúde executadas em consórcio público de que participa, conforme modelo detalhado no Manual de Demonstrativos Fiscais.

Análise da Comissão do PASF: Essa informação foi atendida com a publicação RREO do 6º bimestre de 2017.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2017, publicado no DOE em 30/01/2018.

Recomendação 27: À Secretaria da Fazenda, que apresente o Anexo de Despesa com Pessoal com Consórcios Públicos nos relatórios de gestão fiscal, ainda que complementado por notas explicativas com informações complementares e envide esforços para que os consórcios de que faz parte elaborem as devidas e completas prestações de contas.

Análise da Comissão: No 2º. Quadrimestre de 2017 foi publicado em 29/09/2017 no DOE o RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I) - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RGF do 2º Quadrimestre de 2017, publicado no DOE em 30/09/2017.

Recomendação 50: À Secretaria da Fazenda que aperfeiçoe o controle sobre a execução dos recursos transferidos para consórcios públicos de saúde, passando a demonstrar, nos seus demonstrativos fiscais, o cumprimento do disposto no art. 11 da Portaria STN nº 72/2012.

Análise da Comissão do PASF: A Portaria STN nº 72/2012 foi revogada pela Portaria STN 274/2016 e a SEFAZ/CE cumprirá rigorosamente a recomendação imposta com a publicação dos Demonstrativos das Receitas e Despesas com Ações de Saúde e Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2017, publicado no DOE em 30/01/2018.

Recomendação 51: À Secretaria da Fazenda que caso não receba tempestivamente do consórcio as informações necessárias à elaboração de seus demonstrativos fiscais, adote, para fins de consolidação das contas, as presunções previstas no art. 12, § 1º, da Portaria STN nº 72/2012.

Análise da Comissão do PASF: Cabe destacar que a Portaria STN nº 72/2012 foi revogada pela Portaria STN 274/2016 e a SEFAZ/CE vai cumprir rigorosamente a recomendação imposta.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2017, publicado no DOE em 30/01/2018.

2.9. Outros Assuntos

Recomendação 04: À Administração Pública Estadual que envide esforços no sentido de dar fiel cumprimento às diretrizes do art. 3º da Lei de Licitações no que toca às chamadas "licitações sustentáveis", de modo a elaborar marco regulatório estadual visando à sua implantação e utilização.

Análise da Comissão do PASF: Sobre a matéria, informa-se que a SEPLAG desenvolveu o "Projeto de Melhoria do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços", no âmbito do Programa para Resultados (PforR Ceará), tendo como um dos produtos o "Relatório e apresentação de modelo (critérios) de classificação e especificação de itens que atendam a padrões de sustentabilidade".

No referido relatório são indicados critérios de sustentabilidade nas compras públicas, abordando setores-chave de bens, materiais e serviços, e, ainda, a aplicabilidade de tais critérios no Catálogo de Itens do Estado. Há previsão, ainda, de constituição de uma "comissão de vinculação de sustentabilidade", de caráter permanente, para avaliação, investigação e identificação de itens que atendam aos critérios de sustentabilidade definidos no modelo.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação

Evidências: http://www.portalcompras.ce.gov.br/index.php/melhoriadocatalogo

Recomendação 12: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê prosseguimento aos trabalhos de reavaliação dos bens móveis e imóveis do Estado e aperfeiçoe os sistemas de controle desses bens de forma a atender aos novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público, a fim de evidenciar o valor real do patrimônio do Estado.

Análise da Comissão do PASF: Com relação ao patrimônio imobiliário foram tomadas as medidas a seguir:

Encontra-se valorado e inserido no Sistema Corporativo denominado Sistema de Gestão de Bens Imóveis – SGBI, inclusive com a implementação da depreciação, em conformidade com as regras consignadas no Decreto n°. 31.340/2013;

A SEPLAG, em conjunto com a Secretaria da Fazenda – SEFAZ, está envidando esforços com o objetivo de compatibilizar o SGBI com o Sistema Contábil do Estado, no caso o S2GPR, a fim de evidenciar o valor real do Patrimônio Estadual;

A SEPLAG iniciou o processo de contratação de uma empresa especializada em avaliação de imóveis para reavaliá-los, no sentido de atender as Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

A SEPLAG, ciosa de suas atribuições, expediu um Ofício Circular n°. 29/2017 – GABSEC, datado de 18/04/2017, com o desiderato de orientar os Órgãos e Entidades do Poder Executivo a procederem a Conciliação Contábil dos Bens Móveis e Imóveis constantes de seu acervo patrimonial, porquanto o prazo para o ajuste contábil dos bens adquiridos em exercícios anteriores ao ano de 2016 é dezembro de 2017, consoante Decreto n°. 32.119/2016.

Com relação ao patrimônio mobiliário a SEPLAG disponibilizou o Sistema de Gestão de Almoxarifado e Bens Móveis – SIGA/SGBM que integrado ao Sistema de Catálogo de Bens Materiais e Serviços possibilita a padronização das taxas de depreciação, vida útil e percentual de valor residual dos bens móveis adquiridos ou em uso pelo Estado.

Como suporte à determinação do decreto estadual nº31.549 de 13/08/2014 que dispõe sobre a utilização obrigatória dos sistemas corporativos de gestão patrimonial pelo

órgãos e entidades do governo Estadual, a SEPLAG realiza treinamentos periódicos por intermédio da Escola de Gestão Pública – EGP, orientando os órgãos e entidades nos procedimentos de implantação e uso do SIGA/SGBM, o qual condiciona que os órgãos realizem inventário do seu acervo e avaliação dos bens adquiridos anteriores ao ano de 2013, estes o SIGA/SGBM não calcula o valor contábil líquido e nem a depreciação acumulada.

À vista do exposto, informamos que a SEPLAG está trabalhando de forma contínua para o aperfeiçoamento de seus sistemas de controle, em consonância com as exigências impostas pelos novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação

Evidências: Os sistemas coorporativos SGBI e SIGA/SGBM e Ofício Circular n°29/2017 – GABSEC, enviado pela SEPLAG em de 18/04/2017.

Recomendação 29: Ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social que observe, quando da utilização dos recursos do FECOP, a proporcionalidade da distribuição da pobreza por macrorregião, a fim de abranger um maior quantitativo de pessoas pobres.

Análise da Comissão do PASF: Sobre esta recomendação cumpre observar que os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, aplicados por região, guardam coerência com a distribuição da população em situação de pobreza do Estado do Ceará. Se compreendermos as informações produzidas no Censo de 2010, tem-se que o Estado do Ceará possui 8.452.381 habitantes. Destes, 4.479.349 possuem renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo, ou seja, mais da metade da população cearense (53%). A Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, embora apresente a menor proporção de pessoas nestas condições (38,75%), concentra, todavia, o maior número de pobres do Estado (31,28%). Registre-se que, no exercício de 2016, a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, juntamente com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, envidou esforço no sentido de realizar estudos iniciais voltados para a elaboração de um Plano Estadual de Combate à Pobreza, a servir como instrumento estratégico, capaz de priorizar a realização de ações mais direcionadas no enfrentamento da pobreza, e, bem assim, na

correção das distorções existentes. Em 2017, a referida Secretaria constituiu um Grupo Técnico Intersetorial de Combate à Pobreza, envolvendo a participação de diversos segmentos do Governo (Gabinete da Primeira Dama, Casa Civil, Secretarias de Estado e sua Vinculadas, Unicef, Universidade, Banco Mundial, dentre outros), o qual, após conclusão dos referidos estudos, sedimentou o Plano, consolidado mediante o estabelecimento de diretrizes, eixos de atuação, critérios para seleção de projetos, formalizado mediante apresentação ao governador. Esta apresentação foi oportunamente levada ao conhecimento do Exmo. Sr. Governador do Estado, o qual pontuou a necessidade de que fossem realizados ajustes, para fins de posterior validação, ainda no presente exercício. A implementação do Plano Estadual de Combate à Pobreza está prevista para o exercício de 2018.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Execução orçamentária por região no SIOF-SEPLAG, conforme link a seguir:

http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta//Paginas/frm_consulta_execucao.aspx

Recomendação 35: Ao Poder Executivo que, para cada Programa de Governo, divulgue os critérios utilizados para a seleção dos municípios que receberão recursos mediante a celebração de Convênios, Acordos, Ajustes, Termos de Responsabilidade e outros instrumentos similares.

Análise da Comissão do PASF: Sobre a questão que se refere ao processo de transferência voluntária de recursos financeiros pelo Estado aos seus municípios, mediante a celebração de Convênios, Acordos, Ajustes, Termos de Responsabilidade e outros instrumentos similares, informa-se que, em geral, o processo de requerimento de verbas estaduais por parte de entidades municipais tem início na identificação por parte dos próprios municípios das necessidades existentes na sua comunidade. As áreas para as quais normalmente os recursos são demandados são: educação, saúde, esporte, saneamento, construção e recuperação de estradas, abastecimento de água, habitação e energia urbana e rural.

A partir da identificação das necessidades e priorização das ações reclamadas para a sua satisfação, o município verifica quais reivindicam uma execução por meio de ação conjunta com o Estado, mediante celebração de parceria, em função do interesse comum das partes no alcance dos objetivos de políticas públicas convergentes. Assim, é recomendável, que o gestor conheça os diversos programas estaduais estabelecidos, em especial as exigências, finalidades e condições de participação.

A proposta para obtenção de recurso estadual deve ser formalizada pelo município em projeto, contemplando as ações mais prioritárias e eficazes dentro de determinada área carente, devendo levar em consideração, entre outros aspectos, a compatibilidade com a estrutura já existente na localidade, o impacto na comunidade, a relação custo-benefício, o valor do projeto e a disponibilidade de recursos próprios para arcar com a contrapartida.

Vale destacar que os programas governamentais para execução das políticas públicas do Governo do Estado são definidos em consonância com estudos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, os quais definem as áreas com maior carência de uma intervenção estatal mais premente.

Ademais, o Estado desde 2012 tem legislação própria sobre o processo de transferência de recursos financeiros por meio de convênios e congêneres, estando todo o arcabouço legal, inclusive modelos de documentos, disponíveis no site da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, sendo ainda, o processo de execução financeira totalmente realizado e acompanhado por meio de ferramenta informatizada, conferindo maior gestão, segurança, controle e transparência ao processo.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Informações no sítio da CGE:

http://www.cge.ce.gov.br/nova-legislacao-de-convenios.

Recomendação 41: Ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará que oriente os órgãos participantes do Projeto PforR no sentido de que somente realizem empenhos na fonte PforR, com a disponibilidade financeira suficiente, visto que o recebimento de recursos é vinculado às metas alcançadas pelo programa.

Análise da Comissão do PASF: O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) juntamente com a Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) - PforR está aperfeiçoando os controles para que as setoriais participantes do projeto PforR somente possam empenhar após solicitar limite ao COGERF, e a UGP verificar o saldo da conta 2247-6 (EC OC SEPLAG PFORR CAT 1 PROG - Fonte 69).

Os recursos da referida conta são de livre alocação pela Gestão Estadual. A UGP PforR apenas verifica as solicitações de limite feitas pelas Setoriais ao COGERF e caso tenha sido liberado tal limite e a Setorial tenha solicitado a liberação da parcela, a UGP verificará a Conta 2247-6 (EC OC SEPLAG PFORR CAT 1 PROG - Fonte 69) para aferir a disponibilidade de caixa e proceder ou não com a validação de parcela no sistema SIAP e posterior empenho.

Para aumentar o controle dos pagamentos das setoriais na conta 2247-6, a SEFAZ, a pedido do IPECE, parametrizou o sistema S2GPR para que a UGP também autorize o pagamento no sistema em consonância com o saldo da conta (anexo 1 e 2).

Além disso, para subsidiar a tomada de decisão dos membros do COGERF no que diz respeito à fonte 69, a UGP envia semanalmente e-mail informando a disponibilidade financeira da conta 2247-6 (fonte 69).

Por fim, ressalta-se que providências cabíveis foram tomadas para o devido cumprimento das recomendações e a correção dos itens apontados pelo Tribunal.

Entende-se, portanto, que as medidas adotadas atendem, convenientemente, a recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Parametrização do sistema S2GPR para que a UGP também autorize o pagamento em consonância com o saldo da conta.

3. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Na análise dos principais programas incluídos no orçamento anual de 2017, verificou-se os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Tema, principais Programas e suas Metas Prioritárias.

3.1. Alocação de Recursos do PPA – 2016-2019

A Lei n° 15.929, de 29 de dezembro de 2015, revisada pela Lei nº 16.450, de 14 de dezembro de 2017, dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, em cumprimento ao que preconiza a Constituição Federal, no §1º do Artigo 165, e a Constituição do Estado do Ceará, no §1º do Artigo 203.

O PPA 2016-2019,apoia-se em três dimensões e sete Eixos Estratégicos (7 Cearás):

- Dimensão Estratégica
- Dimensão Tática
- Dimensão Operacional

Eixos Estratégicos (7 Cearás):

- Ceará da Gestão Democrática por Resultados
- Ceará Acolhedor
- Ceará de Oportunidades
- Ceará Sustentável
- Ceará do Conhecimento
- Ceará Saudável
- Ceará Pacífico

O documento do PPA 2016-2019 é composto por cinco anexos, com informações sobre as destinações dos recursos:

- Anexo I – Demonstrativo de Temas Estratégicos e Programas
- Anexo II – Demonstrativo Consolidado dos Programas por Eixo e Tema
- Anexo III – Demonstrativo de Programas por Região de Planejamento

- Anexo IV – Demonstrativo de Diretrizes Regionais e Programas
- Anexo V – Agendas Transversais

Na Dimensão Estratégica se encontram os sete eixos identificados como “7 Cearás”. Os Programas de Governo fazem parte da Dimensão Tática, e as Ações Orçamentárias na Dimensão Operacional, visualizadas mais especificamente na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Cada Eixo foi construído de modo a priorizar temas estratégicos, sendo representados pelas diversas áreas de atuação do governo na implementação das políticas públicas. A base estratégica do PPA 2016-2019 é definida a partir do Eixo Governamental de Atuação Intersetorial, que representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de tornar o Ceará um Estado com desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

O Tema Estratégico consiste em desdobramento do Eixo, sendo representado pelas diversas áreas de atuação do governo, na implementação das políticas públicas. Estes Temas podem ser classificados em Setorial ou Intersetorial, conforme o envolvimento de uma ou mais setoriais na concretização de seus programas.

Tanto os Eixos, quanto os temas estratégicos possuem os seguintes elementos:

- Resultados: declaram os efeitos de curto e de médio prazos dos programas sobre a melhoria dos indicadores econômicos e sociais; e
- Indicadores: instrumentos que permitem aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada eixo e tema, o que gera subsídios para seu monitoramento e avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

Os Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados, tanto no nível dos temas, quanto dos eixos. Os programas visam solucionar ou amenizar problemas, atender demandas ou criar/aproveitar oportunidades de desenvolvimento para a população cearense e devem ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação. Podem ser classificados em: Finalísticos, Administrativos ou Especiais.

A Tabela 6 apresenta a divisão dos recursos destinados aos 7 Eixos do PPA 2016-2019, assim como a execução orçamentária dos Eixos no exercício de 2017:

TABELA 6 - PERCENTUAL DE RECURSOS A SER GASTO POR EIXO NO PERÍODO DO PPA 2016-2019 – REVISADO PARA 2018-2019

EIXOS	PARTICIPAÇÃO DOS EIXOS NO PPA 2018-2019	EXECUÇÃO DOS EIXOS EM 2017
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	63,44%	64,49%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	10,83%	11,24%
CEARÁ SAUDÁVEL	10,78%	11,37%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	8,31%	7,14%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	3,35%	1,86%
CEARÁ PACÍFICO	2,01%	2,47%
CEARÁ ACOLHEDOR	1,28%	1,43%
TOTAL	100,00%	100,00%

FONTE: SIOF-SEPLAG e S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados recebeu o maior volume de recursos no PPA revisado para 2018 e 2019, totalizando 63,44%. O objetivo do Eixo é buscar o crescimento constante, o equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário e a redução persistente das desigualdades. Em 2017 a execução superou em 1,05% a medida do PPA para esse Eixo. O objetivo, para alcançar o resultado estratégico esperado, é que os serviços públicos estaduais sejam planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, e que as atenções sejam direcionadas às necessidades dos cidadãos, referenciadas na transparência e no equilíbrio fiscal.

O Eixo Ceará do Conhecimento ficou com 10,83% do volume de recursos do PPA revisado para 2018 e 2019 e 11,24% dos recursos totais empenhados em 2017. Caracteriza-se por prover os alicerces da construção de uma sociedade esclarecida, nos quais se sustentam os pilares de uma economia mais avançada, numa especial estratégia de estímulo a um salto de qualidade no perfil socioeconômico do Ceará. Ergue-se neste eixo a determinação de proporcionar à população uma formação integral de qualidade com ênfase na equidade e protagonismo na inovação - uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, na democratização da produção científica e tecnológica, da educação superior, da cultura para todas as classes e camadas sociais.

Logo a seguir, o Ceará Saudável, com 10,78% dos recursos do PPA revisado para 2018 e 2019 e 11,37% dos recursos totais empenhados em 2017, enfatiza em seus 03 Temas e 08 Programas os pressupostos da cidadania, garantia de direitos, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, criação de ambientes favoráveis, do desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida. Com isso, busca consolidar um Estado que fomenta a cultura de paz e compreende ações articuladas e compartilhadas no espectro das políticas públicas de saúde, esporte e lazer, saneamento básico, educação, habitação, e programas relacionados.

Com 8,31% do volume de recursos previstos para 2018 e 2019 e 7,14% do total empenhado em 2017, o Eixo Ceará de Oportunidades se delineia na integração dos temas representativos dos fundamentos de sustentação econômica do desenvolvimento, os quais respondem aos desafios da economia estadual mediante duas formulações de inspiração estratégica: fomento ao crescimento econômico com desenvolvimento territorial; e geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza.

O Eixo Ceará Sustentável, com 3,35% do volume de recursos do PPA para 2018 e 2019 e 1,86% dos recursos totais empenhados em 2017, valoriza em abrangência e contempla a implementação de uma Política Ambiental pautada na preservação e utilização econômica criativa dos recursos naturais.

O Eixo Ceará Pacífico, com 2,01% do volume de recursos do PPA para 2018 e 2019 e 2,47% dos recursos empenhados em 2017, visa uma Sociedade Justa, Solidária e Pacífica, ancorada na compreensão do direito universal à proteção, amparo, defesa e justiça. Neste eixo, não há fronteiras restritivas aos esforços que visam assegurar a toda a sociedade, de forma ampla, qualificada e igualitária, a efetiva segurança cidadã e a justiça dignas de um Estado que aspira a um novo padrão civilizatório.

O Eixo Ceará Acolhedor com 1,28% do volume de recursos do PPA para 2018 e 2019 e 1,43% dos recursos empenhados, em 2017, sustenta-se no respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas, bem como no respeito aos direitos humanos. Almeja assegurar a inclusão das pessoas, priorizando a prevenção e o combate à vulnerabilidade social.

3.2. Execução dos Eixos, Temas e Programas de Governo

Neste item será analisada a execução dos principais programas de Governo organizada por Eixo, Tema e Programas.

3.2.1. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no orçamento de 2017

Conforme a Tabela 7, no exercício de 2017, os recursos orçamentários previstos para o Estado do Ceará totalizaram um montante de R$ 27.135.557 mil, que foram distribuídos nos Eixos da seguinte forma:

TABELA 7 - RECURSOS AUTORIZADOS E EMPENHADOS POR EIXO

(R$ 1.000)

EIXOS	ANO 2017			
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	16.665.399	15.021.236	90,13%	64,49%
CEARÁ SAUDÁVEL	3.017.001	2.648.930	87,80%	11,37%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	2.922.317	2.618.504	89,60%	11,24%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	2.764.687	1.662.583	60,14%	7,14%
CEARÁ PACÍFICO	721.620	575.320	79,73%	2,47%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	653.112	433.971	66,45%	1,86%
CEARÁ ACOLHEDOR	391.420	332.290	84,89%	1,43%
TOTAL	27.135.557	23.292.834	85,84%	100,00%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que houve contenção nos gastos em diversos Eixos em 2017, terminando o ano com 85,84% de execução do total previsto.

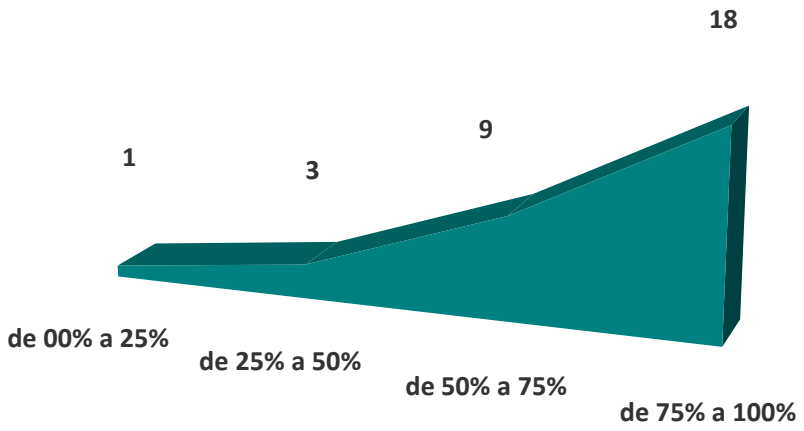
O único Eixo que executou mais de 90% do orçamento previsto para o ano, o Ceará da Gestão Democrática por Resultados, apresenta o maior orçamento do Estado com 64,49% de participação no total empenhado em 2017. Esse Eixo se caracteriza por apresentar os gastos com Gestão e Manutenção das Secretarias e Encargos Gerais do Estado.

Os Eixos Ceará do Conhecimento e Ceará Saudável se equivalem tanto em participação no valor total empenhado (em torno de 11%) quanto percentual empenhado de seu orçamento (em torno de 88%).

Os Eixos Ceará de Oportunidades e Ceará Sustentável se destacam pela baixa execução de seu orçamento, com respectivos 60,14% e 66,45%.

Os 7 Eixos do PPA 2016-2019 foram divididos em 31 Temas e 84 Programas. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de Temas divididos por faixa percentual de execução orçamentária.

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS TEMAS



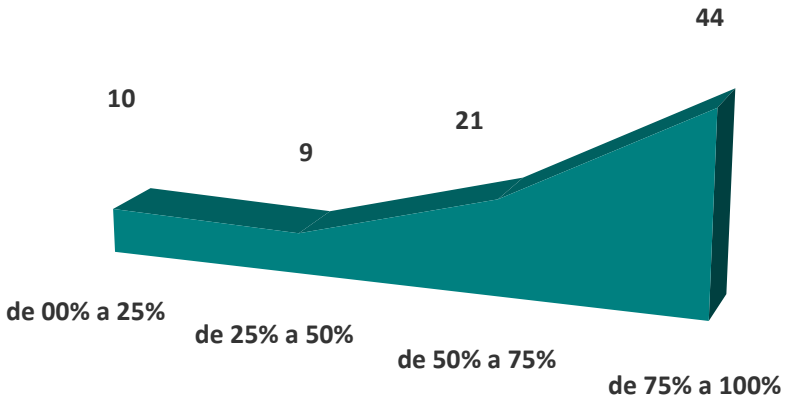
Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que apenas 1 dos 31 Temas executou menos de 25% de seu orçamento previsto, enquanto 3 executaram entre 25% e 50%, 9 executaram entre 50% e 75% e 18 executaram entre 75% e 100%.

Ao todo 27 dos 31 Temas terminaram o ano com execução orçamentária acima de 50%, sendo a maior parte (18) na faixa de execução entre 75% e 100%.

O Gráfico 2 divide 84 Programas dos 7 Eixos do PPA 2016-2019 por faixa percentual de execução orçamentária.

GRÁFICO 2 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que 10 dos 84 Programas de Governo executaram menos de 25% de seu orçamento previsto, 9 executaram entre 25% e 50%, 21 executaram entre 50% e 75% e 44 executaram entre 75% e 100%.

Ao todo 65 dos 84 Programas de Governo terminaram o ano com execução orçamentária acima de 50%, sendo a maior parte (44) na faixa de execução entre 75% e 100%.

Destacam-se na Tabela 8 os Temas com empenho acima de 75% do orçamento anual:

TABELA 8 – TEMAS COM EMPENHO ACIMA DE 75% DO ORÇAMENTO ANUAL.

(R$ 1.000)

DESCRIÇÃO	LEI + CRED	EMPENHADO	PERCENTUAL EMPENHADO
INDÚSTRIA	52.894	52.226	98,74%
EDUCAÇÃO BÁSICA	1.908.558	1.832.262	96,00%
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	54.718	51.555	94,22%
PESCA E AQUICULTURA	1.840	1.734	94,21%
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	95.262	88.744	93,16%
PLANEJAMENTO E GESTÃO	324.973	298.923	91,98%
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	556.527	501.770	90,16%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.205.704	14.603.328	90,11%
SAÚDE	2.704.919	2.437.351	90,11%
INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	179.545	156.852	87,36%
EDUCAÇÃO SUPERIOR	101.181	84.882	83,89%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	109.537	89.470	81,68%
SEGURANÇA PÚBLICA	401.228	327.135	81,53%
RECURSOS HÍDRICOS	404.567	329.016	81,33%
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	60.967	48.385	79,36%
TRABALHO E RENDA	252.188	198.212	78,60%
JUSTIÇA E CIDADANIA	314.560	244.284	77,66%
GESTÃO FISCAL	39.460	30.241	76,64%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os Temas dispostos na Tabela 9 tiveram um alto nível de execução orçamentária em relação à dotação orçamentária disponível, contribuindo para o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019 e para o ano de 2017.

Destacam-se na Tabela 9 os Temas com empenho menor de 75% do orçamento anual:

TABELA 9 – TEMAS COM EMPENHO MENOR QUE 75% DO ORÇAMENTO ANUAL.

(R$ 1.000)

DESCRIÇÃO	LEI + CRED	EMPENHADO	PERCENTUAL EMPENHADO
HABITAÇÃO	47.619	34.413	72,27%
ESPORTE E LAZER	26.712	18.369	68,77%
CULTURA	122.371	82.397	67,33%
POLÍTICA SOBRE DROGAS	5.832	3.901	66,88%
SANEAMENTO BÁSICO	336.287	193.210	57,45%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	2.025.895	1.148.082	56,67%
EMPREENDEDORISMO	2.376	1.279	53,84%
REQUALIFICAÇÃO URBANA	94.303	47.572	50,45%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	233.680	117.193	50,15%
TURISMO	369.112	165.094	44,73%
MEIO AMBIENTE	238.447	101.198	42,44%
ENERGIAS	42.500	3.758	8,84%
SERVIÇOS	0	0	0,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os Temas dispostos na Tabela 9 apresentam o nível de execução orçamentária em relação à dotação orçamentária disponível, podendo prejudicar o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019 e para o ano de 2017.

Entre esses Temas há alguns com orçamento elevado, como Infraestrutura e Mobilidade, Ciência, Tecnologia e Inovação, Saneamento Básico e Turismo, todos com execução abaixo de 60%. O Tema Serviços não recebeu dotação orçamentária no ano de 2017. É necessário que haja maior empenho dos órgãos para adequar o planejamento com a execução desses temas para os anos 2018 e 2019.

Destacam-se na Tabela 10 os Programas de Governo com empenho acima de 90% do orçamento anual:

TABELA 10 – PROGRAMAS DE GOVERNO COM EMPENHO ACIMA DE 90% DO ORÇAMENTO ANUAL

(R$ 1.000)

DESCRIÇÃO	LEI + CRED	EMPENHADO	PERCENTUAL EMPENHADO
DESENVOLVIMENTO DA ACAO PARLAMENTAR	78	77	98,97%
PROMOCAO E DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA CEARENSE	53	52	98,94%
COMUNICACAO INSTITUCIONAL E APOIO AS POLITICAS PUBLICAS	188	185	98,48%
PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	79	77	97,89%
GESTAO E MANUTENCAO DA AL	6.636	6.431	96,90%
GESTAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA	1.838	1.774	96,49%
GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	53	51	96,01%
PROMOCAO DA SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	54	52	95,03%
PREVIDENCIA ESTADUAL	3.280	3.115	94,98%
VIGILANCIA EM SAUDE	53	50	94,18%
PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	38	35	93,91%
SEGURANCA PUBLICA INTEGRADA	330	302	91,67%
ENSINO INTEGRADO A EDUCACAO PROFISSIONAL	514	469	91,32%
GESTAO E DESENVOLVIMENTO ESTRATEGICO DE PESSOAS	98	89	91,26%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os Programas de Governo dispostos na Tabela 10 tiveram um alto nível de execução orçamentária em relação à dotação orçamentária disponível, contribuindo para o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019 para o ano de 2017.

Destacam-se na Tabela 11 os Programas de Governo com empenho menor que 50% do orçamento anual, conforme a seguir:

TABELA 11 – PROGRAMAS DE GOVERNO COM EMPENHO MENOR QUE 50% DO ORÇAMENTO ANUAL.

(R$ 1.000)

DESCRIÇÃO	LEI + CRED	EMPENHADO	PERCENTUAL EMPENHADO
DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO CIENTIFICA, DA DIFUSAO TECNOLOGICA, E DA CULTURA DE INOVACAO	203	90	44,50%
DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDACAO DO DESTINO TURISTICO CEARA	372	165	44,43%
REVITALIZACAO DE AREAS DEGRADADAS	102	41	40,11%
RESIDUOS SOLIDOS	62	20	32,69%
GESTAO DE RISCOS E DESASTRES	64	21	32,28%
MOBILIDADE URBANA	575	135	23,55%
EDUCACAO FISCAL E CIDADANIA	0	0	0,00%
EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTACAO JURISDICIONAL	0	0	0,00%
FORTALECIMENTO DAS RELACOES INSTITUCIONAIS DO PODER EXECUTIVO	0	0	0,00%
FORTALECIMENTO DO SETOR DE SERVICOS	0	0	0,00%
FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARA	0	0	0,00%
GESTAO DA POLITICA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	0	0	0,00%
INTEGRACAO DO SISTEMA DE JUSTICA CRIMINAL (INTEGRA)	0	0	0,00%
PROMOCAO DA INDUSTRIA MINERAL	0	0	0,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os Programas de Governo dispostos na Tabela 11 tiveram um reduzido nível de execução orçamentária em relação à dotação orçamentária disponível, podendo prejudicar o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019 para o ano de 2017. Foram identificados programas sem qualquer previsão orçamentária, o que pode significar falhas no sistema de lançamento e alocação da dotação e empenho orçamentário.

Na Tabela 12 foram selecionados alguns casos que podem significar descompassos entre o planejamento e execução dos Programas de Governo. A coluna “Empenhado %” demonstra o percentual empenhado em relação à despesa autorizada na LOA (Lei + Créditos).

TABELA 12 – PROGRAMAS DE GOVERNO COM ORÇAMENTO AMPLIADO X BAIXO EMPENHO NO EXERCÍCIO

(R$ 1.000)

DESCRIÇÃO	LEI	LEI + CRED	EMPENHADO	EMPENHADO / LEI + CRED	SOBRA DE CRÉDITOS
MOBILIDADE URBANA	504.314	575.025	135.435	23,55%	439.590
INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	946.848	1.142.815	833.691	72,95%	309.123
ATENCAO A SAUDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	2.315.686	2.591.915	2.335.482	90,11%	256.433
DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDACAO DO DESTINO TURISTICO CEARA	381.274	371.612	165.094	44,43%	206.518
DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO CIENTIFICA, DA DIFUSAO TECNOLOGICA, E DA CULTURA DE INOVACAO	242.823	202.775	90.239	44,50%	112.536

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 12 indica que a LOA inicial já possuía dotação suficiente para cobrir a necessidade de empenho desses programas, e mesmo assim, durante o ano, foram abertos créditos adicionais, criando uma sobra desnecessária de créditos para a realização dessas despesas.

Antes da abertura dos novos créditos orçamentários já havia uma diferença de R$ 368.880 mil entre a despesa fixada e a despesa executada no Programa Mobilidade Urbana, após a abertura de novos créditos, a diferença se ampliou para R$ 439.590. Ou seja, a princípio, a dotação inicial já se apresentava muito acima do potencial de gasto do Programa, e, ainda sim, a dotação foi ampliada no decorrer do ano.

O mesmo procedimento se observa nos demais programas da Tabela 12 que, conjugando apenas 5 programas, é apresentada uma distorção de R$ 1.324.201 mil entre o planejado e o executado.

Parte da execução dos Programas de Governo foram prejudicados pela falta de recursos das fontes Operações de Crédito Internas, Operações de Crédito Externas e Convênios Federais. A seguir, a Tabela 13 demonstra o orçamento e sua execução por Eixo dessas três fontes.

TABELA 13 – PROGRAMAS DE GOVERNO COM ORÇAMENTO AMPLIADO X BAIXO EMPENHO NO EXERCÍCIO

(R$ 1.000)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS EIXOS NA FONTES OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA, OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA E CONVÊNIOS FEDERAIS					
EIXOS	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	VALOR NÃO EMPENHADO / ORÇAMENTO TOTAL DO EIXO	FONTES / ORÇAMENTO TOTAL DO EIXO
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	67.175	36.508	54,35%	0,18%	0,40%
CEARÁ SAUDÁVEL	395.621	171.162	43,26%	7,44%	13,11%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	432.359	270.845	62,64%	5,53%	14,80%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	1.726.060	762.990	44,20%	34,83%	62,43%
CEARÁ PACÍFICO	76.161	32.966	43,28%	5,99%	10,55%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	479.590	305.070	63,61%	26,72%	73,43%
CEARÁ ACOLHEDOR	115.249	74.237	64,41%	10,48%	29,44%
TOTAL	**3.292.216**	**1.653.778**	**50,23%**	**6,04%**	**12,13%**

FONTE: S2GPR-SEFAZ

Nas fontes Operações de Crédito Internas, Operações de Crédito Externas e Convênios Federais foram creditados R$ 3.292.216 mil de dotação orçamentária, sendo empenhados apenas 50,23% desse montante.

O reduzido empenho dessas três fontes impacta de forma mais significativa nos Eixos que dependem mais desses recursos em seu orçamento, sendo esses Ceará Sustentável (73,43%), Ceará de Oportunidades (62,43%), e Ceará Acolhedor (29,44%).

A menor execução das três fontes (43,26%) ocorreu no Eixo Ceará Saudável, o que fez com que R$ 224.460 mil deixassem de ser empenhados, cerca de 7,44% do orçamento desse Eixo.

Devido à reduzida execução das três fontes, o Eixo Ceará de Oportunidades foi o mais prejudicado ao deixar de empenhar 34,83% de seu orçamento, seguido do Ceará Sustentável (26,72%) e Ceará Acolhedor (10,48%).

Dentro do Eixo Ceará de Oportunidades, com um orçamento somado de R$ 1.501.145 mil nessas três fontes, os Programas Mobilidade Urbana, Infraestrutura e Logística e Desenvolvimento e Consolidação do Ceará como Destino Turístico empenharam apenas 40,33% desse montante, deixando então de aplicar R$ R$ 895.631 mil do Eixo.

3.2.2. Recursos Aplicados por Eixo, Temas e Programas de Governo em relação ao Orçamento de 2017

EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Conforme Tabela 14, o Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados possui recursos orçamentários no montante de R$ 16.665.399 mil (Lei + Crédito), tendo sido executados 90,13% desse valor autorizado.

TABELA 14 - EXECUÇÃO DO EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

(R$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	2017			
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	**16.665.399**	**15.021.236**	**90,13%**	**100,00%**
ADMINISTRAÇÃO GERAL	**16.205.704**	**14.603.328**	**90,11%**	**97,22%**
GESTÃO E MANUTENÇÃO	6.636.434	6.430.889	96,90%	42,81%
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	6.289.497	5.057.334	80,41%	33,67%
PREVIDÊNCIA ESTADUAL	3.279.774	3.115.105	94,98%	20,74%
PLANEJAMENTO E GESTÃO	**324.973**	**298.923**	**91,98%**	**1,99%**
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	187.709	184.858	98,48%	1,23%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	97.890	89.339	91,26%	0,59%
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS	24.968	13.297	53,26%	0,09%
FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO	8.374	6.453	77,06%	0,04%
GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	4.195	4.148	98,89%	0,03%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL	1.836	827	45,04%	0,01%
FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO PODER EXECUTIVO	0	0	0,00%	0,00%
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	**95.262**	**88.744**	**93,16%**	**0,59%**
DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PARLAMENTAR	78.085	77.283	98,97%	0,51%
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	6.884	3.707	53,85%	0,02%
CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	4.784	4.088	85,45%	0,03%
CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL	3.418	2.131	62,33%	0,01%
REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	1.936	1.382	71,39%	0,01%
CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	155	154	99,58%	0,00%
AUDITORIA GOVERNAMENTAL	0	0	0,00%	0,00%
GESTÃO FISCAL	**39.460**	**30.241**	**76,64%**	**0,20%**
GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA	26.549	22.498	84,74%	0,15%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	12.911	7.742	59,96%	0,05%
EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA	0	0	0,00%	0,00%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados possui 4 Temas e 20 Programas de Governo, havendo 3 programas sem recursos disponibilizados no orçamento do ano.

Contemplando três dos maiores valores autorizados no orçamento (Encargos Gerais, Previdência Estadual e o Gestão e Manutenção das Secretarias), o Tema de Administração Geral executou 62,69% do empenho total do Estado do Ceará. O valor executado desse Tema alcançou 90,11% do valor autorizado.

Considerando o Tema Administração Geral como uma despesa geral de todos os Eixos e independente das ações finalísticas do Estado e o excluindo da análise, avalia-se que o Eixo Gestão Democrática por Resultados possui um orçamento de 459.695 mil, recolocando esse Eixo para o segundo menor entre os demais.

O Tema de Gestão Fiscal executou 76,64% do valor autorizado, tendo os programas de Modernização da Gestão Fiscal e Gestão Fiscal e Financeira executado, respectivamente, 59,96% e 84,74% do previsto para o ano.

Os Programas de Governo Educação Fiscal e Cidadania, Fortalecimento das Relações Institucionais do Poder Executivo, Auditoria Governamental não tiveram créditos orçamentários disponibilizados em 2017.

Ao todo 6 programas em atividade do Eixo apresentaram execução orçamentária menor que 75% do valor autorizado.

A Tabela 15 apresenta o desempenho dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados.

TABELA 15 – INDICADORES ESTRATÉGICOS DO EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

EIXO - CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	**UNIDADE**	**REALIZADO 2016**	**REALIZADO 2017**
Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI)	índice	0,93	ND
Despesa de Pessoal do Poder Executivo / Receita Corrente Líquida	%	40,68	42,68
Despesa Finalística Empenhada / Despesa Total	%	31,01	37,11*
Investimento / Receita Corrente Líquida	%	12,18	13,22*
Nível de Endividamento (Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquda)	Proporção	0,47	0,38

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

* dados parciais sujeitos a revisão.

Em relação a 2016 o Estado do Ceará apresentou resultados positivos com o aumento proporcional da despesa finalística, investimentos e redução do endividamento, porém a despesa de pessoal do Poder Executivo aumentou proporcionalmente, chegando a 42,68% da Receita Corrente Líquida e se aproximando do limite de alerta de 43,74% definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os dados relativos ao índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI) não foram divulgados na Mensagem à Assembléia Legislativa 2018, assim como ainda não estavam disponíveis no momento da produção do presente relatório.

A Tabela 16 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados.

TABELA 16 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS TEMAS

TEMA -PLANEJAMENTO E GESTÃO			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	**UNIDADE DE MEDIDA**	**PROGRAMADO 2017**	**REALIZADO 2017 (*)**
Percentual da despesa executada em relação a despesa autorizada	%	96,54	95,51
Percentual da despesa finalística empenhada em relação à despesa total	%	35,67	37,11
Percentual do valor de ordem de compras emitidas em relação ao valor total da ata de registro de preço do Estado	%	25,00	39,66 (1)
TEMA -TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL			
Índice de satisfação do usuário com as ferramentas de ouvidoria e transparência	%	77,00	82,80
Percentual de implementação de ações propostas para sanar fragilidades	%	42,00	78,08
Percentual de utilização das ferramentas de transparência e de participação social	%	4,60	4,93
TEMA -GESTÃO FISCAL			
Capacidade de investimento do Tesouro.	R$ milhão	621,60	1.169,00
Crescimento nominal do ICMS.	%	6,50	7,91
Resultado Primário / PIB Estadual.	%	0,40	1,20

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

* dados parciais sujeitos a revisão

(1) Considera as atas sob a responsabilidade da Seplag finalizadas no período de 01/01/2017 a 11/12/2017

Com uma execução do orçamento de 90,13% do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados, observa-se que a maioria dos indicadores alcançaram ou se aproximaram do alcance das metas propostas.

Algumas realizações ultrapassaram muito a programação para o ano, o que pode indicar falhas no planejamento ao traçar metas modestas ou fáceis de serem alcançadas.

Apesar do nível de empenho de 76,64% do orçamento do tema Gestão Fiscal, suas 3 metas prioritárias obtiveram resultados muito superiores ao programado.

EIXO CEARÁ SAUDÁVEL

Na Tabela 17, o Eixo Ceará Saudável possui recursos orçamentários no montante de R$ 3.017.001 mil, tendo sidos executados 87,80% desse valor autorizado.

TABELA 17 - EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO CEARÁ DO SAUDÁVEL

(R$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2017			
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ SAUDÁVEL	**3.017.001**	**2.648.930**	**87,80%**	**100,00%**
SAÚDE	**2.704.919**	**2.437.351**	**90,11%**	**92,01%**
ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	2.591.915	2.335.482	90,11%	88,17%
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	52.896	49.818	94,18%	1,88%
FORTALECIMENTO DA GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS	30.178	29.586	98,04%	1,12%
GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE	29.930	22.464	75,06%	0,85%
SANEAMENTO BÁSICO	**285.370**	**193.210**	**67,71%**	**7,29%**
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	159.530	93.046	58,33%	3,51%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	125.840	100.164	79,60%	3,78%
ESPORTE E LAZER	**26.712**	**18.369**	**68,77%**	**0,69%**
ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	21.518	13.712	63,72%	0,52%
CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	5.194	4.657	89,67%	0,18%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Saudável possui 3 Temas e 8 Programas de Governo. Apenas o Tema Saúde apresentou execução orçamentária acima de 75%, porém, dos 8 Programas de Governo 6 apresentaram execução orçamentária acima dessa medida.

Os Temas Esporte e Lazer e Saneamento Básico terminaram o ano com reduzida execução orçamentária, com respectivos 67,71% e 68,77%.

Apesar do elevado valor autorizado para o Programa Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana (R$ 159.530 mil), observa-se reduzida execução orçamentária de apenas 58,33%, assim como o Programa Esporte e Lazer para a População, que executou apenas 63,72% do seu valor autorizado.

A Tabela 18 apresenta o desempenho dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Saudável.

TABELA 18 – INDICADORES ESTRATÉGICOS DO EIXO CEARÁ SAUDÁVEL

CEARÁ SAUDÁVEL			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	**UNIDADE**	**REALIZADO 2016**	**REALIZADO 2017**
Expectativa de vida ao nascer	ano	73,80	ND
Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado	%	79,8 [1 2]	ND
Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado	%	45,2 [1 3]	ND
Razão da mortalidade materna	óbito materno por 100 mil nascidos vivos	60,40	57,7 [4]
Taxa de mortalidade infantil	óbito por 1 mil nascidos vivos	12,70	13,3 [4]

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

[1] informação atualizada pela PNAD contínua 2016, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

[2] Domicílio nos quais a principal fonte de abastecimento de água era a rede geral de distribuição.

[3] Domicílio nos quais o escoamento do esgoto era feito pela rede geral ou fossa ligada à rede.

[4] Dados parciais sujeitos à revisão. Os valores de 2017 são referentes ao período de janeiro a novembro/17.

A razão da mortalidade materna baixou de 60,40 mil em 2016 para 57,7 mil em 2017. Já a taxa de mortalidade infantil vem aumentando todos os anos desde 2014, chegando a 13,3 mil em 2017, porém, o valor ainda se encontra abaixo da meta de 15,0 mil estabelecida pelo Estado.

Os dados relativos Expectativa de vida ao nascer, proporção de domicílios com abastecimento de água adequado e proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado não foram divulgados na Mensagem à Assembléia Legislativa 2018, assim como ainda não estavam disponíveis no momento da produção do presente relatório.

A Tabela 19 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará Saudável.

TABELA 19 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS TEMAS

TEMA -SAÚDE			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	**UNIDADE DE MEDIDA**	**PROGRAMADO 2017**	**REALIZADO 2017 (*)**
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas pré-natal	%	65,00	69,59
Proporção de partos normais	%	43,10	43,40
Taxa de mortalidade específica por dengue	por 100 mil hab	0,48	0,30
TEMA - SANEAMENTO BÁSICO			
Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado	%	32,07	31,52
População rural atendida com abastecimento de água	%	52,00	52,60
Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural	%	52,64	37,42
TEMA -ESPORTE E LAZER			
Quantidade de atletas apoiados em competições esportivas	Nº	80	95
Quantidade de municípios atendidos por núcleos de esporte e lazer	Nº	65	0
Público em eventos e esporte e lazer promovidos pelo Estado	Nº	1.300.000	143.202

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

* dados parciais sujeitos a revisão

Com uma execução de 87,80% do orçamento do Eixo Ceará Saudável, observa-se que 6 das 9 principais metas do Eixo obtiveram realização próxima da meta programada.

A Área Temática Saúde alcançou a meta dos seus 3 indicadores. Já o Tema Saneamento Básico, com empenho de apenas 67,71% do orçamento, obteve realização bem abaixo do programado na meta percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural.

O Tema Esporte e Lazer empenhou apenas 68,77% de seu orçamento, tendo essa reduzida execução orçamentária refletido nos resultados muito aquém do esperado nas metas de quantidade de municípios atendidos por núcleos de esporte e lazer e público em eventos e esporte e lazer promovidos pelo Estado.

EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO

Conforme a Tabela 20, O Eixo Ceará do Conhecimento possui recursos orçamentários no montante de R$ 2.922.317 mil, tendo sidos executados 89,60% desse valor autorizado.

TABELA 20 - EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO

(R$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2017			
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ DO CONHECIMENTO	**2.922.317**	**2.618.504**	**89,60%**	**100,00%**
EDUCAÇÃO BÁSICA	**1.908.558**	**1.832.262**	**96,00%**	**69,97%**
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.838.482	1.773.963	96,49%	67,75%
ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA	55.266	48.363	87,51%	1,85%
INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	14.416	9.543	66,19%	0,36%
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	393	393	99,98%	0,02%
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	**556.527**	**501.770**	**90,16%**	**19,16%**
ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	513.826	469.204	91,32%	17,92%
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	42.701	32.566	76,27%	1,24%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	**233.680**	**117.193**	**50,15%**	**4,48%**
DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO	202.775	90.239	44,50%	3,45%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	30.905	26.954	87,22%	1,03%
CULTURA	**122.371**	**82.397**	**67,33%**	**3,15%**
PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE	117.065	78.774	67,29%	3,01%
TELEDIFUSÃO CULTURAL E INFORMATIVA	2.576	1.649	64,02%	0,06%
PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	2.361	1.973	83,59%	0,08%
FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ	370	0	0,00%	0,00%
ENSINO SUPERIOR	**101.181**	**84.882**	**83,89%**	**3,24%**
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	101.181	84.882	83,89%	3,24%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará de Conhecimento possui 5 Temas e 13 Programas de Governo. Dos 5 Temas, 2 executaram menos de 75% do valor autorizado. Dos 13 Programas de Governo, 8 executaram mais de 75% do valor autorizado e 2 abaixo de 50%.

Os Temas com maior empenho em relação ao autorizado no ano foram Educação Básica (96%) e Educação Profissional (90,16%). O Tema Ciência Tecnologia e Inovação, com orçamento previsto para o ano de R$ 233.680 mil, executou apenas 50,15% do orçamento anual.

A execução do Eixo Ceará do Conhecimento foi prejudicada pelo reduzido empenho dos Programas Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica e da Cultura da Inovação (44,50%), Teledifusão Cultural e Informativa (64,02%), Inclusão e Equidade na Educação (66,19%) e Promoção do Acesso e Fomento à Produção e Difusão da Cultura Cearense (67,29%).

A Tabela 21 apresenta o desempenho dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento.

TABELA 21 – INDICADORES ESTRATÉGICOS DO EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO

CEARÁ DO CONHECIMENTO			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	**UNIDADE**	**REALIZADO 2016**	**REALIZADO 2017**
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	%	15,2 [1]	ND
Escolaridade média das pessoas de 15 anos ou mais de idade	anos de estudo	7,1 [1]	ND
Diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais de idade	anos de estudo	2,89 [1]	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede estadual do Ensino Médio [4]	índice	-	3,52 [2]
Estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho	%	13,60	14,00
Participação de graduados no mercado de trabalho formal	%	20,60	ND

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

[1] informação atualizada pela PNAD contínua 2016, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

[2] O dado do IDEB referente a 2017 é uma previsão.

[3] Esses dados foram considerados preliminares por não terem três anos completos. O corte não foi aplicado, pois os dados não possuem referência à data de inserção no registro ou de admissão do egresso.

[4] O IDEB é um índice medido só nos anos ímpares e divulgados somente no ano posterior.

O IDEB somente é medido em anos ímpares, tendo o Ceará obtido nota 3,45 no ano de 2015 Desse modo, observa-se uma pequena melhora em relação à última medição.

A medição de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho obteve uma pequena melhora saindo de 13,60% em 2016 para 14,00 em 2017, porém, esse indicador apontava 31,30% e, 2014, representando então uma queda dentro da série histórica.

Os dados relativos a taxa de analfabetismo das pessoas acima de 15 anos ou mais de idade, escolaridade média das pessoas de 15 anos ou mais de idade, diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais de idade e Participação de graduados no mercado de trabalho formal não foram divulgados na Mensagem à Assembléia Legislativa 2018, assim como ainda não estavam disponíveis no momento da produção do presente relatório.

A Tabela 22 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará do Conhecimento.

TABELA 22 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS TEMAS

TEMA -EDUCAÇÃO BÁSICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	**UNIDADE DE MEDIDA**	**PROGRAMADO 2017**	**REALIZADO 2017 (*)**
Crianças no 2º ano do ensino fundamental alfabetizados (SPAECE ALFA).	%	88,68	88,70
Percentual de estudantes concludentes do ensino médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no ENEM.	%	70,58	62,97
Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio	%	63,80	60,75
TEMA -EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			
Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho	%	25,00	14,00
Número de concluintes nos cursos de qualificação profissional	Nº	24.962	10.792
Número de tecnólogos diplomados	Nº	230	73
TEMA -CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			
Número de depósitos de propriedade intelectual	Nº	47	28
Número de empresas incubadas	Nº	32	19
Percentual de domicílios com acesso à internet por Banda Larga Fixa (coluna densidade-acesso por 100 hab)	%	22,50	24,65

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

(*) Dados sujeitos à revisão

Com uma execução de 89,60% do orçamento do Eixo Ceará do Conhecimento, observa-se que apenas 2 das 9 metas prioritárias dos Temas foram alcançados. A maioria das realizações terminou muito aquém do programado.

Apesar do empenho de 96% do orçamento, o Tema Educação Básica alcançou a realização programada em apenas 1 das 3 metas prioritárias. O resultado da meta de percentual de estudantes concludentes do ensino médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no ENEM terminou muito abaixo do programado.

O Tema Educação Profissional empenhou 90,16% do orçamento, porém, os resultados alcançados nas 3 metas prioritárias terminaram muito abaixo do programado.

O Tema Ciência, Tecnologia e Informação empenhou apenas 50,15% do orçamento, obtendo resultados reduzidos em 2 das 3 metas programadas. A meta Percentual de domicílios com acesso à internet por Banda Larga Fixa (coluna densidade-acesso por 100 hab), mais ligada ao Programa tecnologia da informação e comunicação estratégica do Ceará, que empenhou 87,22% do orçamento, alcançou com sobra sua meta programada.

EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES

A Tabela 23 demonstra que o Eixo Ceará de Oportunidades possui recursos orçamentários no montante de R$ 2.764.687 mil, tendo sidos executados 60,14% desse valor autorizado.

TABELA 23 - EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES

(R$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2017			
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	**2.764.687**	**1.662.583**	**60,14%**	**100,00%**
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	**1.928.507**	**1.148.082**	**59,53%**	**69,05%**
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.142.815	833.691	72,95%	50,14%
MOBILIDADE URBANA	575.025	135.435	23,55%	8,15%
GESTÃO E DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO	210.667	178.956	84,95%	10,76%
TURISMO	**371.612**	**165.094**	**44,43%**	**9,93%**
DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ	371.612	165.094	44,43%	9,93%
REQUALIFICAÇÃO URBANA	**94.303**	**47.572**	**50,45%**	**2,86%**
MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	94.303	47.572	50,45%	2,86%
TRABALHO E RENDA	**252.188**	**198.212**	**78,60%**	**11,92%**
INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	184.739	142.856	77,33%	8,59%
INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR	59.772	48.904	81,82%	2,94%
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO	7.676	6.452	84,05%	0,39%
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	**60.967**	**48.385**	**79,36%**	**2,91%**
DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	57.909	45.699	78,92%	2,75%
DEFESA AGROPECUÁRIA ATUANTE NO ESTADO DO CEARÁ	2.017	1.722	85,39%	0,10%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	1.042	964	92,50%	0,06%
INDÚSTRIA	**52.894**	**52.226**	**98,74%**	**3,14%**
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CEARENSE	52.784	52.226	98,94%	3,14%
PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA MINERAL	110	0	0,00%	0,00%
EMPREENDEDORISMO	**2.376**	**1.279**	**53,84%**	**0,08%**
EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.364	1.279	93,76%	0,08%
EMPREENDEDORISMO E PROTAGONISMO JUVENIL	1.012	0	0,00%	0,00%
PESCA E AQUICULTURA	**1.840**	**1.734**	**94,21%**	**0,10%**
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	1.840	1.734	94,21%	0,10%
SERVIÇOS	**0**	**0**	**0,00%**	**0,00%**
FORTALECIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS	0	0	0,00%	0,00%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará de Oportunidades possui 9 Temas e 17 Programas de Governo. Desses Temas apenas 4 executaram mais de 75% do valor autorizado. Dos 17 Programas de Governo 10 executaram mais de 75% do valor autorizado.

Os Temas que obtiveram maior execução orçamentária foram Indústria (98,74%) e Pesca e Aquicultura. O Tema Turismo, com orçamento previsto para o ano de R369.112 mil, obteve menor execução com apenas 44,43% do valor autorizado.

A despesa do Tema de Infraestrutura e Mobilidade representou 69,05% do empenho total do Eixo, mesmo tendo executado apenas 59,53%% do autorizado no ano.

O Programa Promoção e Desenvolvimento da Indústria Cearense obteve a maior proporção de execução orçamentária entre os demais, com 98,94% de empenho do valor autorizado, contrastando com o reduzido empenho de 23,55% do orçamento de Mobilidade Urbana.

O Tema Serviços com seu Programa Fortalecimento do Setor de Serviços não recebeu dotação orçamentária, e os Programas Promoção da Indústria Mineral e Empreendedorismo e Economia Solidária não efetuaram empenho apesar de possuírem orçamento autorizado.

A Tabela 24 apresenta o desempenho dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará de Oportunidades.

TABELA 24 – INDICADORES ESTRATÉGICOS DO EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES

CEARÁ DE OPORTUNIDADES			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	**UNIDADE**	**REALIZADO 2016**	**REALIZADO 2017**
Taxa de crescimento do PIB.	%	-5,3 [1]	1,50 [1]
PIB *per capita*.	R$	14.662,58 [1]	15.199,94 [1]
Participação PIB Ceará / PIB Brasil	%	2,10 [1]	2,11 [1]
Razão PIBpc CE / PIBpc Brasil.	proporção	0,48 [1]	0,49 [1]
Índice de Gini da renda domiciliar *per capital*.	índice	0,54 [2 3]	ND
Razão PIB Interior / Grande Fortaleza	proporção	ND	ND
Razão de empregos formais do Interior / Grande Fortaleza	proporção	0,48	ND
Razão entre a renda domiciliar *per capita* rural e a renda domiciliar *per capita* total	%	ND [4]	ND
Participação do Ceará nas exportações brasileiras	%	0,70	0,93 [1]
Valor das exportações cearences (US$ Milhão FOB)	US% milhão FOB	1.294,13	2.030,24 [1]

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

[1] Valor estimado, sujeito a alteração.

[2] informação atualizada pela PNAD contínua 2016, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

[3] Índice Gini do rendimento (efetivo) domiciliar *per capita* (inclusive rendimentos em cartão / Tíquete transporte ou alimentação.

[4] Não Disponível. A PNAD Contínua não permite o cálculo de indicadores para zona rural.

Houve melhora em todos os indicadores divulgados do Eixo Ceará de Oportunidades em relação a 2016, tanto no desempenho isolado, representado pelo crescimento do PIB, PIB *per capita* e exportações cearenses, quanto em relação ao demais Estados do País, como destaca o

aumento da participação do PIB do Ceará no PIB brasileiro e participação do Ceará nas exportações brasileiras.

Os dados relativos a Índice de Gini da renda domiciliar per capital, Razão PIB Interior / Grande Fortaleza, Razão de empregos formais do Interior / Grande Fortaleza e Razão entre a renda domiciliar *per capita* rural e a renda domiciliar per capita total não foram divulgados na Mensagem à Assembléia Legislativa 2018, assim como ainda não estava disponíveis no momento da produção do presente relatório.

A Tabela 25 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará de Oportunidades.

TABELA 25 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS TEMAS

TEMA -INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	**UNIDADE DE MEDIDA**	**PROGRAMADO 2017**	**REALIZADO 2017 (*)**
Número de vítimas fatais por 10.000 veículos	Unidade	8,81	7,11
Participação do número de passageiros transportados por sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF	%	6,20	2,38
Percentual da malha viária em condições "BOA"	%	74,40	74,00
TEMA -TURISMO			
Fluxo Turístico para o Ceará via Fortaleza	Nº	3.400.000	3.384.593
Gasto per capita diário do turista no Estado	R$	190,00	273,31
Número de empregos nas características do turismo	Nº	67.500	78.665
TEMA -TRABALHO E RENDA			
Participação do Sistema Público de Emprego na movimentação do emprego	%	15,50	17,35
Taxa de colocação de jovens (16 a 29 anos) pelo Sistema Público de Emprego	%	61,00	61,62
Número de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de Artesanato	Nº	22.900	20.610

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

* dados parciais sujeitos a revisão

Apesar do baixo empenho de 60,14% do orçamento, o Eixo Ceará de Oportunidades alcançou ou chegou perto do alcance de 7 das 9 metas prioritárias.

Com empenho de apenas 59,53% do orçamento, o Tema Infraestrutura e Mobilidade não alcançou nenhuma de suas metas. Já o Tema Turismo, apesar de ter empenhado 44,43% do orçamento, alcançou suas três metas prioritárias.

O Tema Trabalho e Renda alcançou 2 das 3 metas prioritárias. A meta de Número de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de Artesanato não foi alcançada, porém o resultado não ficou longe do programado.

EIXO CEARÁ PACÍFICO

A Tabela 26 mostra que o Eixo Ceará Pacífico possui recursos orçamentários no montante de R$ 721.620 mil, tendo sidos executados 79,73% desse valor autorizado.

TABELA 26 - EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO CEARÁ PACÍFICO

(R$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2017			
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ PACÍFICO	**721.620**	**575.320**	**79,73%**	**100,00%**
SEGURANÇA PÚBLICA	**401.228**	**327.135**	**81,53%**	**56,86%**
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	329.720	302.260	91,67%	52,54%
GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES	63.692	20.560	32,28%	3,57%
SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ	7.022	3.649	51,96%	0,63%
CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	794	667	84,02%	0,12%
JUSTIÇA E CIDADANIA	**314.560**	**244.284**	**77,66%**	**42,46%**
INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	304.356	241.269	79,27%	41,94%
TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	10.204	3.014	29,54%	0,52%
EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	0	0	0,00%	0,00%
INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	0	0	0,00%	0,00%
POLÍTICA SOBRE DROGAS	**5.832**	**3.901**	**66,88%**	**0,68%**
PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS	5.832	3.901	66,88%	0,68%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Pacífico possui 3 Temas e 9 Programas de Governo. Nenhum dos Temas obteve execução orçamentária acima de 85%. Dos 7 Programas de Governo em operação apenas 3 executaram acima de 75% do valor autorizado.

A execução orçamentária no ano de 2017 foi de 81,53% e o Tema da Segurança Pública obteve o maior percentual de empenho em relação ao previsto no Eixo Ceará Pacífico. Os demais, Justiça e Cidadania e Política sobre Drogas, terminaram o ano com execução orçamentária respectivamente de 77,66% e 66,88%.

Apenas o Programa de Segurança Pública Integrada obteve execução orçamentária acima de 90% do valor autorizado. Os programas Gestão de Riscos e Desastres e Tutela dos

interesses sociais e individuais indisponíveis apresentaram baixa execução, com respectivos 32,28% e 29,54%.

A Tabela 27 apresenta o desempenho dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Pacífico.

TABELA 27 – INDICADORES ESTRATÉGICOS DO EIXO CEARÁ PACÍFICO

CEARÁ PACÍFICO			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	**UNIDADE**	**REALIZADO 2016**	**REALIZADO 2017**
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP)	taxa por 100 mil habitantes	810,62	852,33
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)	taxa por 100 mil habitantes	38,01	51,89
Taxa de reincidência por autuação em flagrante	%	50,26	44,90
Participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada	%	59,10	56,62

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

O Tema Ceará Pacífico apresentou em 2017 uma piora significativa no indicador de Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP), o que pode ser explicado em parte por ações realizadas no sentido de incentivar o cidadão a realizar a notificação dos crimes.

A Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) também apresentou piora, com o aumento da taxa em 13,88 por 100 mil habitantes em relação a 2016. A mensagem à Assembléia Legislativa 2018 ressalva que apesar desses números, houve recorde de apreensão de arma de fogo, apreensão de drogas e prisões em flagrante.

Por outro lado, houve melhora em relação a 2016 dos indicadores de Taxa de Reincidência por Autuação em Flagrante e Participação de Jovens de 18 a 29 anos na População Encarcerada.

A Tabela 28 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará de Pacífico.

TABELA 28 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS TEMAS

TEMA -SEGURANÇA PÚBLICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	**UNIDADE DE MEDIDA**	**PROGRAMADO 2017**	**REALIZADO 2017 (*)**
Número de vítimas de crimes referentes à Lei Maria da Penha	Nº	3.275	19.414
Taxa de adolescentes de 12 a 17 anos apreendidos em flagrante, por 100 mil adolescentes	por 100 mil adolescentes de 12 a 17 anos	743,15	666,05
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVP (roubo) por 100 mil jovens	por 100 mil mil hab	753,80	783,12
TEMA -JUSTIÇA E CIDADANIA			
Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário	%	10,21	6,79
Percentual de pessoas presas com reiterada prática delitiva	%	18,21	33,20
Percentual de pessoas presas de forma provisória sobre a população carcerária	%	35,00	49,13
TEMA - POLÍTICA SOBRE DROGAS			
Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) apreendidos com drogas em relação ao total de adolescentes apreendidos	%	0,03	0,90
Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de adolescentes autuados em flagrante	%	35,00	20,18
Percentual de autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de pessoas autuadas em flagrante.	%	15,30	16,74

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

* dados parciais sujeitos a revisão

Com uma execução de 79,73% do orçamento do Eixo Ceará Pacífico, observa-se que apenas 2 das 9 metas programadas foram alcançadas.

No Tema Segurança Pública destaca-se o elevado número de vítimas de crimes relativos a Lei Maria da Penha, porém, esse fato pode ser explicado em parte por ações realizadas no sentido de incentivar o cidadão a realizar a notificação dos crimes, assim como a Taxa de crimes violentos contra o Patrimônio.

Com empenho de 77,66% do orçamento, o Tema Justiça e Cidadania não obteve nenhum resultado próximo da meta programada.

A reduzida execução de 66,88% do orçamento do Tema Política sobre Drogas repercutiu também nos resultados dos indicadores, que obteve resultado muito aquém do programado na meta de Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) apreendidos com drogas em relação ao total de adolescentes apreendidos.

EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL

A Tabela 29 demonstra que o Eixo Ceará Sustentável possui recursos orçamentários no montante de R$ 653.112 mil, tendo sidos executados 66,45% desse valor autorizado.

TABELA 29 - EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL

(R$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2017			
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ SUSTENTÁVEL	**653.112**	**433.971**	**66,45%**	**100,00%**
RECURSOS HÍDRICOS	**404.567**	**329.016**	**81,33%**	**75,82%**
OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	390.288	319.056	81,75%	73,52%
CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS	7.363	6.439	87,45%	1,48%
GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	6.916	3.521	50,92%	0,81%
MEIO AMBIENTE	**238.447**	**101.198**	**42,44%**	**23,32%**
REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	102.450	41.090	40,11%	9,47%
CEARÁ MAIS VERDE	65.422	34.221	52,31%	7,89%
RESÍDUOS SÓLIDOS	61.899	20.233	32,69%	4,66%
CEARA CONSCIENTE POR NATUREZA	4.769	3.662	76,79%	0,84%
CEARÁ NO CLIMA	3.908	1.992	50,98%	0,46%
ENERGIA	**10.098**	**3.758**	**37,21%**	**0,87%**
MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	10.098	3.758	37,21%	0,87%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará de Sustentável possui 3 Temas e 9 Programas de Governo, tendo apenas Recursos Hídricos empenhado mais de 75% de seu orçamento de 2017. Os demais Temas, Meio Ambiente e Energia, obtiveram baixíssimo nível de execução orçamentária. Dos 9 Programas de Governo, apenas 3 executaram mais de 75% do valor autorizado, enquanto 2 executaram menos de 50%.

A execução do orçamento foi de 81,33%, sendo que o Tema Recursos Hídricos apresentou execução orçamentária acima de 80% em dois dos seus 3 Programas de Governo, ficando o Programa Gestão dos Recursos Hídricos com apenas 50,92% de execução do orçamento.

O Tema Meio Ambiente executou 42,44% do seu orçamento, terminando o ano com apenas 1 dos seus 5 Programas com execução acima de 75% do orçamento.

O Tema Energia, com seu único Programa Matriz Energética do Estado do Ceará, empenhou apenas 37,21% do seu valor autorizado.

A Tabela 30 apresenta o desempenho dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Sustentável.

TABELA 30 – INDICADORES ESTRATÉGICOS DO EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL

CEARÁ SUSTENTÁVEL			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	**UNIDADE**	**REALIZADO 2016**	**REALIZADO 2017**
Índice de qualidade do meio ambiente (IQM)	índice	52,00	42,00
População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	53,45 [1]	53,49
Número de reservatórios com aplicação da metodologia do IQAR	número	21	21
Participação das energias alternativas na matriz energética do Ceará	%	41,58	45,00
Percentual de cobertura vegetal	%	58,00	59,00

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

[1] Valor do indicador alterado de 53,58% para 53,45% em decorrência de correção metolodógica na série histórica, relacionada à atualização da estimativa populacional.

Apesar da baixa execução do orçamento, 5 dos 4 indicadores estratégicos do Eixo Ceará Sustentável apresentaram melhora ou estabilização em relação ao ano de 2016. De forma geral, a Mensagem à Assembléia Legislativa 2018 destaca a finalização de vários investimentos que beneficiaram esse Eixo, como a construção de duas centrais de tratamento de resíduos, conclusão de obras de parques eólicos, além de ações voltadas à coleta seletiva entre outras.

O índice de qualidade do meio ambiente (IQM) apresentou queda de 10% em relação a 2016 e 18,4% em comparação a 2014. A Mensagem à Assembleia Legislativa 2018 destaca que a piora no indicador ocorreu devido ao recuo das iniciativas municipais voltadas à melhoria do meio ambiente.

A Tabela 31 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará Sustentável.

TABELA 31 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS TEMAS

TEMA -RECURSOS HÍDRICOS			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	**UNIDADE DE MEDIDA**	**PROGRAMADO 2017**	**REALIZADO 2017 (*)**
Capacidade de transferência hídrica	m3/s	30,73	30,79
Capacidade hídrica dos açudes estaduais	m3/s	3.192,68	3.178,95
Famílias rurais beneficiadas com abastecimento de água	Nº	25.046	48.245
TEMA -MEIO AMBIENTE			
Área de solos degradados recuperada	ha	2,70	2,70
Índice de qualidade da água bruta	%	80,00	81,21
Municípios certificados com Selo Município Verde	Nº	40	19
TEMA -ENERGIAS			
Participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética do Estado	%	45,00	45,00
Participação do gás natural na matriz energética do Estado	%	19,00	14
Percentual de incremento da produção interna de energia	%	12,00	-7,00

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

* dados parciais sujeitos a revisão

Com uma execução de apenas 66,45% do orçamento do Eixo Ceará Sustentável, observa-se que 6 das 9 metas foram alcançadas ou se aproximaram do resultado programado.

O Tema Recursos Hídricos empenhou 88,33% do orçamento, e como resultado praticamente alcançou todas as metas programadas. No entanto, a meta Famílias rurais beneficiadas com abastecimento de água obteve resultado muito acima do programado, o que pode indicar que a meta estava sub-avaliada.

Com empenho de apenas 42,44%, o Tema Meio Ambiente obteve resultado muito abaixo da meta programada para meta Municípios certificados com Selo Município Verde.

O Tema Energia se destaca pelo baixíssimo empenho de 37,21% e apenas ter alcançado o resultado programado para a meta de Participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética do Estado. A meta de Percentual de incremento da produção interna de energia apresentou resultado muito aquém do programado.

EIXO CEARÁ ACOLHEDOR

A Tabela 32 demonstra que o Eixo Ceará Acolhedor apresentou recursos orçamentários no montante de R$ 391.420 mil e uma execução orçamentária de 84,89% do valor autorizado.

TABELA 32 - EXECUÇÃO DO EIXO CEARÁ ACOLHEDOR

(R$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2017			
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ ACOLHEDOR	**391.420**	**332.290**	**84,89%**	**100,00%**
INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	**179.545**	**156.852**	**87,36%**	**47,20%**
PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	78.591	76.929	97,89%	23,15%
GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	53.133	51.014	96,01%	15,35%
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	29.341	20.168	68,74%	6,07%
PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	15.937	7.377	46,29%	2,22%
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	2.544	1.364	53,62%	0,41%
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0	0	0,00%	0,00%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**109.537**	**89.470**	**81,68%**	**26,93%**
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	70.207	53.238	75,83%	16,02%
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	37.715	35.418	93,91%	10,66%
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.615	814	50,41%	0,25%
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	**54.718**	**51.555**	**94,22%**	**15,52%**
PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	54.249	51.555	95,03%	15,52%
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	470	0	0,00%	0,00%
HABITAÇÃO	**47.619**	**34.413**	**72,27%**	**10,36%**
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	47.619	34.413	72,27%	10,36%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Acolhedor possui 4 Temas e 12 Programas de Governo. Apenas um Tema executou menos de 75%. Dos 11 Programas de Governo com créditos orçamentários disponibilizados, 5 executaram menos de 75% do valor autorizado.

Com execução orçamentária de 87,36% do valor autorizado, o Tema Inclusão Social e Direitos Humanos possui o maior orçamento no Eixo. Esse Tema possui 6 programas, dos quais os dois de maior orçamento executaram mais de 90% do valor autorizado, enquanto os demais apresentaram execução orçamentária inferior a 70% do valor autorizado.

O Tema Assistência Social, segundo maior orçamento do Eixo, apresentou execução orçamentária de 81,68% do valor autorizado. O Programa Proteção Social Especial apresentou elevada execução orçamentária de 93,91%, enquanto dois demais Programas empenharam menos de 75% do orçamento.

O Programa Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional não apresentou empenho de seu orçamento de R$ 470 mil em 2017.

A Tabela 33 apresenta o desempenho dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Acolhedor.

TABELA 33 – INDICADORES ESTRATÉGICOS DO EIXO CEARÁ ACOLHEDOR

CEARÁ ACOLHEDOR			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	**UNIDADE**	**REALIZADO 2016**	**REALIZADO 2017**
Percentual de Pobres (até 1/2 sal. min. *per capita*)	%	49,7 [1] [2]	ND
Percentual de extremamente pobres (até R$ 85 *per capita*)	%	8,0 [1] [3]	ND
Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham	%	28,8 [1] [4]	ND
Percentual de domicílios com inserção alimentar [5]	%	ND	ND
Déficit Habitacional	número	ND	ND

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

[1] informação atualizada pela PNAD contínua 2016, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

[2] Faixa de rendimento (efetivo) domiciliar *per capita* (inclusive rendimentos em cartão/tíquete transporte ou alimentação.

[3] A partir do primeiro semestre de 2018, será possível calcular os valores para o período 2012-2016.

[4] Percentual de jovens desocupados e que não frequentavam a escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional.

[5] Os indicadores de (IN) segurança alimentar e nutricional fazem parte da divulgação de resultados dos levantamentos Suplementares da Pesquisa. Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. O IBGE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, divulgaram as pesquisas nos anos de 2004, 2009 e 2013.

Nenhum dos dados dos indicadores de 2017 do Eixo Ceará Acolhedor foram divulgados na Mensagem à Assembléia Legislativa 2018, assim como ainda não estavam disponíveis no momento da produção do presente relatório.

A Tabela 34 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará Acolhedor.

TABELA 34 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS TEMAS

TEMA -INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	**UNIDADE DE MEDIDA**	**PROGRAMADO 2017**	**REALIZADO 2017 (*)**
Percentual de imóveis rurais com regularização fundiária realizada	%	78,58	78,52
Número de pessoas com direitos humanos sociais violados acolhidos	Nº	2.956	2.732
Percentual de unidades de medidas socioeducativas funcionando em conformidade com o SINASE	%	80,00	80,00
TEMA -ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica cofinanciados.	%	86,41	86,41
Percentual de municípios com Benefícios Eventuais cofinanciados.	%	90,21	90,22
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial cofinanciados	%	50,54	21,20
TEMA -SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
Percentual de pessoas em segurança alimentar e nutricional que são atendidas pelo PAA (programa de aquisição de alimentos) no Ceará	%	1,90	1,60
Número de municípios com o SISAN implementado	Nº	7	5
Número de pessoas capacitadas em Educação Alimentar e Nutricional	Nº	5.860	1.588

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2018.

* dados parciais sujeitos a revisão

Com uma execução de 84,89% do orçamento do Eixo Ceará Acolhedor, observa-se 5 das 9 metas prioritárias alcançaram ou chegaram perto de alcançar o resultado programado.

Com 87,36% de empenho do orçamento, o Tema Inclusão Social e Direitos Humanos alcançou ou chegou perto do resultado programado nas 3 metas prioritárias.

O Tema Assistência Social empenhou 81,68% do orçamento, tendo obtido resultado muito aquém do programado na meta de Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial cofinanciados.

Apesar da elevada execução de 94,22% do orçamento, o Tema Segurança Alimentar e Nutricional não alcançou nenhum resultado dentro do programado, tendo obtido reduzido número de pessoas capacitadas em Educação Alimentar e Nutricional.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da execução orçamentária do Estado utiliza como base os dados extraídos da ferramenta de Serviço Modular da Administração dos Recursos do Tesouro (SMART), cujos dados são extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), disponibilizado pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar os efeitos da inflação.

4.1. Resultado Orçamentário

No montante apresentado pela Receita Orçamentária foram excluídos os valores referentes às Receitas Intraorçamentárias. Da Despesa Orçamentária foram extraídos os valores referentes às empresas que não fazem parte do orçamento fiscal (ADECE, CAGECE, CEARÁPORTOS, CEGÁS, COGERH, CEASA, ZPECEARA E METROFOR) e da modalidade 91 (aplicações diretas entre orçamentos).

Para ser considerada uma execução orçamentária dentro da normalidade, espera-se que haja pouca ou nenhuma diferença entre Receita Prevista e Receita Arrecadada, assim como Dotação de Despesa e Despesa Empenhada. No confronto entre Receita Arrecadada e Despesa Empenhada é preferível um superávit a um déficit, porém, um superávit muito elevado significa que aplicações que poderiam beneficiar a população não foram efetuadas conforme o planejado.

A Tabela 35 demonstra as informações orçamentárias consolidadas, extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do ano de 2017.

TABELA 35 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA DO ESTADO DO CEARÁ NO ANO DE 2017

(R$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Realizado (%)
Receita Corrente	21.455.056	21.594.747	100,65%
Receita de Capital	4.387.475	2.539.452	57,88%
Total das Receitas	**25.842.531**	**24.134.199**	**93,39%**
Descrição	**Dotação Atualizada**	**Despesa Empenhada**	**Empenhado (%)**
Despesa Corrente	20.546.831	19.637.709	95,58%
Despesa de Capital	6.588.726	3.655.124	55,48%
Reserva de Contingência	0	0	0,00%
Total das Despesas	**27.135.557**	**23.292.834**	**85,84%**
Déficit\Superávit Corrente	**908.226**	**1.957.038**	
Déficit\Superávit de Capital	**- 2.201.251**	**- 1.115.673**	
Déficit\Superávit	**- 1.293.026**	**841.366**	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Resultado Orçamentário do ano de 2017 foi um superávit de R$ 841.366 mil, sendo explicado pelo Total da Receita Realizada ter sido superior ao Total da Despesa Empenhada no período. De forma analítica, observa-se que o Superávit Corrente de R$ 1.957.038 mil cobriu o Déficit de Capital de R$1.115.673 mil.

Apesar da frustração de 6,61% da previsão inicial da receita, essa entrada de recursos a menor foi compensada pela contenção de 14,16% da dotação atualizada, fator esse determinante para a situação de superávit no Resultado Orçamentário.

Enquanto a Receita e a Despesa Corrente tiveram arrecadação e execução acima de 95% do previsto no ano, a Receita e a Despesa de Capital demonstraram arrecadação e execução reduzidas, com respectivos 57,88% e 55,48% do previsto.

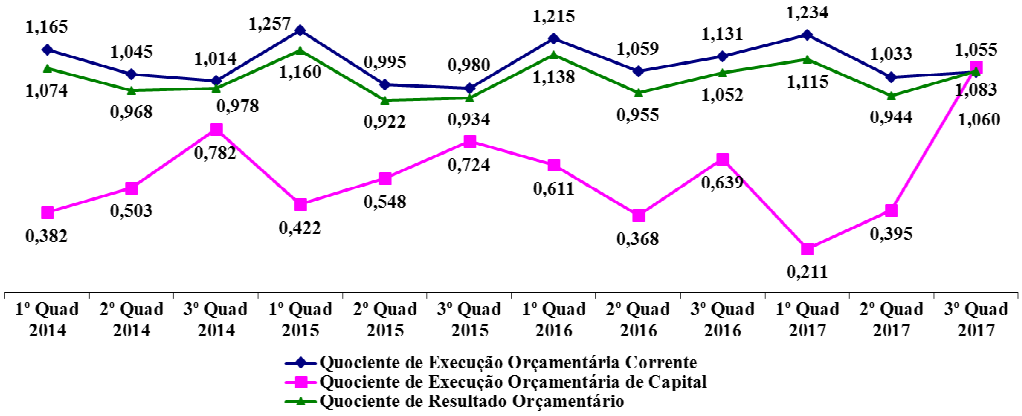
4.1.1. Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária

O Gráfico 3 informa a evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário, Execução Orçamentária Corrente e Execução Orçamentária de Capital, durante os nove últimos Quadrimestres. Os quocientes são extraídos pelo cálculo da Receita dividida pela Despesa. Caso o resultado seja acima de 1, indica superávit, abaixo de 1 indica déficit.

É importante que a administração busque sempre a estabilidade desses quocientes com indicadores próximos de 1 em todos os quadrimestres, o que demonstraria controle do fluxo orçamentário durante o ano inteiro.

A linha de Quociente de Resultado Orçamentário tende a seguir os movimentos da linha de Quociente de Execução Orçamentária Corrente Devido ao elevado volume de recursos desse indicador.

GRÁFICO 3 - QUOCIENTES ORÇAMENTÁRIOS



O Gráfico 3 reflete uma tendência em onda durante os quatro anos observados nos Quocientes de Execução Orçamentária Corrente e de Resultado Orçamentário, com valores próximos de 1. Nestes casos, observa-se controle maior das despesas em relação às receitas nos primeiros quadrimestres, com queda nas linhas nos segundos quadrimestres indicando forte aumento das despesas em relação às receitas nesse período. Nos últimos quadrimestres, no período de 2014 a 2017, verifica-se a recuperação desse quociente, no sentido de obtenção de superávit anual.

Durante os quatro anos observados, o Quociente de Execução Orçamentária de Capital apresentou comportamento instável e bem distante do ideal. No geral, o primeiro quadrimestre apresenta elevada despesa em relação à receita, enquanto nos quadrimestres seguintes recua nas despesas em busca de receita para reduzir o déficit anual. Em todo o período observado, apenas no último quadrimestre de 2017 houve receita para cobrir as despesas realizadas.

4.1.2. Análise da Previsão da Receita e Fixação da Despesa

Conforme indicativos de aumento ou redução de receita ou despesa durante o ano, deve-se ajustar o orçamento inicial para refletir a nova realidade. Ao final do ano espera-se que os ajustes no orçamento tenham refletido adequadamente a realidade e as necessidades do orçamento, de modo a não sobrar ou faltar valores nos orçamentos de despesa e receita.

A Tabela 36 apresenta as alterações realizadas na previsão inicial da Receita e na fixação da Despesa orçamentária durante o exercício de 2017.

TABELA 36 – VARIAÇÃO DA PREVISÃO INICIAL DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EM 2017

(R$ 1.000,00)

Descrição	Previstão Inicial para 2017	Variação no Ano	Previsão Atualizada	Execução	Variação Percentual
Receita Corrente	20.889.571	565.486	21.455.056	21.594.747	2,71%
Receita de Capital	3.967.773	419.702	4.387.475	2.539.452	10,58%
Receita Prevista Total	**24.857.343**	**985.188**	**25.842.531**	**24.134.199**	**3,96%**
Despesa Corrente	19.891.354	655.477	20.546.831	19.637.709	3,30%
Despesa de Capital	5.143.380	1.445.346	6.588.726	3.655.124	28,10%
Reserva de Contingência	54.261	- 54.261	0	0	-100,00%
Despesa Dotada Total	**25.088.995**	**2.046.562**	**27.135.557**	**23.292.834**	**8,16%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Durante o ano de 2017 houve aumento orçamentário de previsão de receita total em 3,96% e dotação da despesa total em 8,16%.

Do lado da receita, observa-se que a previsão inicial de Receita Corrente de R$ 20.889.571 mil não se encontrava suficiente para cobrir a realização do ano, que terminou em R$ 21.594,747 mil, sendo corretamente ajustada. No entanto, a previsão inicial de Receita de Capital de R$ 3.967.773 mil já era suficiente para cobrir a realização de R$ 2.539.452 mil, não necessitando, portanto, do aumento de previsão de R$ 419.702 mil orçada durante o ano. Na realidade, esperava-se uma redução da previsão de Receita de Capital.

Destaca-se também a dotação inicial de despesa de capital de R$ 5.143.380 mil, que foi aumentada em R$ 1.445.346 mil durante o ano, terminando com execução de apenas R$ 3.655.124 mil, demonstrando uma abertura desnecessária de créditos adicionais.

4.2. Receitas

4.2.1. Categoria e Origem das Receitas Orçamentárias

A Tabela 37 apresenta a previsão e a arrecadação das receitas do Estado do Ceará por categoria e origem no exercício de 2017, com os respectivos valores absolutos e percentuais.

TABELA 37 – RECEITAS POR CATEGORIA E ORIGEM

(R$ 1.000,00)

Categoria / Origem	Prevista	Realizada	Percentual Realizado	Participação no Total (%)
Receita Corrente	**21.455.056**	**21.594.747**	**100,65%**	**89,48%**
Receita Tributária	12.118.894	12.197.141	100,65%	50,54%
Receita de Contribuições	600.410	630.917	105,08%	2,61%
Receita Patrimonial	364.027	423.990	116,47%	1,76%
Receita Agropecuária		12	100%	0,00%
Receita de Serviços	70.589	83.341	118,07%	0,35%
Transferências Correntes	7.388.038	7.481.743	101,27%	31,00%
Outras Receitas Correntes	913.099	777.603	85,16%	3,22%
Receita de Capital	**4.387.475**	**2.539.452**	**57,88%**	**10,52%**
Operações de Crédito	3.507.145	2.051.079	58,48%	8,50%
Alienação de Bens	22.433	16.429	73,24%	0,07%
Transferências de Capital	847.817	471.261	55,59%	1,95%
Outras Receitas de Capital	10.080	683	6,78%	0,00%
Amortização de Empréstimos			0,00%	0,00%
Total Geral	**25.842.531**	**24.134.199**	**93,39%**	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Receita Corrente é a principal fonte de recursos do Estado, correspondendo a 89,48% do total da Receita Realizada em 2017. As Receitas Correntes Tributária e Transferências Correntes são as origens de Receita que mais participam do total das Receitas Realizadas, com respectivos 50,54% e 31,00%.

Dentre as origens de Receita Corrente, apenas Outras Receitas Correntes não arrecadou 100% de sua previsão, porém sua arrecadação de 85,16% ainda se considera um bom resultado.

A Receita de Capital participou com 10,52% da Receita Total Realizada, tendo as Receitas de Operações de Crédito e de Transferência de Capital apresentado as maiores participações de arrecadação dentro dessa Categoria.

A Receita de Capital apresentou reduzido percentual de realização com apenas 57,88% da previsão de receita. Com 58,48% de arrecadação da receita prevista, a origem Operações de

Crédito apresentou a maior frustração absoluta de receita para o ano, registrando uma frustração de receita de R$ 1.456.066 mil em relação ao orçado para o ano.

Juntas as subalíneas Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura, Programas de Transportes e Outras Operações de Crédito Externas-Contratuais arrecadaram R$ 967.573 mil a menos que o previsto, contribuindo de forma relevante para o mau desempenho de arrecadação da origem Operações de Crédito.

A Tabela 38 descreve a evolução das principais origens de Receita, levando em consideração informações dos três últimos anos.

TABELA 38 – EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS ORIGENS DE RECEITA

(R$ 1.000,00)

Recurso Espécie	Receita Arrecadada			Acréscimo (%)		
Origens de Receita	2015	2016	2017	2016/2015	2017/2016	2017/2015
Receita Tributária	10.225.183	11.623.754	12.197.141	13,68%	4,93%	19,29%
Transferências Correntes	6.677.266	7.570.667	7.481.743	13,38%	- 1,17%	12,05%
Operações De Crédito	1.539.757	1.109.696	2.051.079	-27,93%	84,83%	33,21%
Transferências De Capital	373.862	638.501	471.261	70,79%	-26,19%	26,05%
Outras Receitas Correntes	566.996	1.058.998	777.603	86,77%	-26,57%	37,14%
Demais Origens de Receita	984.404	1.066.955	1.155.373	8,39%	8,29%	17,37%
Total Geral	**20.367.469**	**23.068.571**	**24.134.199**	**13,26%**	**4,62%**	**18,49%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A arrecadação de Receita obteve crescimento de 18,49% no acumulado dos três últimos anos e 4,62% entre 2017 e 2016.

Destacam-se Receita Tributária e Transferências Correntes, respectivamente primeira e segunda em participação na Receita Total do Estado, ambas com crescimento acima de 12% em relação a 2015. Esse crescimento representou um aumento de R$ 2.776.434 mil no orçamento do Estado.

Entre 2017 e 2016 houve pequena queda de arrecadação (1,17%) nas Transferências Correntes, e ainda forte redução de receita de Transferências de Capital e Outras Receitas Correntes, com respectivos percentuais de 26,19% e 26,57%. Em sentido inverso, entre 2017 e 2016 houve um aumento de receita de Operações de Crédito de R$ 941.382 mil, o que representa um crescimento de 84,83% dessa Origem no período.

4.3. Despesas

4.3.1. Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas

A Tabela 39 apresenta os valores autorizados e empenhados, referentes à Categoria e Grupo de Despesa no exercício de 2017.

TABELA 39 – PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS E GRUPOS DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA.

(R$ 1.000,00)

Categoria/Grupo	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Execução Orçamentária (B/A)	Participação no Total Empenhado
DESPESAS CORRENTES	**20.546.831**	**19.637.709**	**95,58%**	**84,31%**
Pessoal e Encargos Sociais	10.383.767	9.968.360	96,00%	42,80%
Juros e Encargos da Dívida	472.135	452.098	95,76%	1,94%
Outras Despesas Correntes	9.690.928	9.217.251	95,11%	39,57%
DESPESAS DE CAPITAL	**6.588.726**	**3.655.124**	**55,48%**	**15,69%**
Investimentos	4.315.130	2.466.625	57,16%	10,59%
Inversões Financeiras	211.323	199.223	94,27%	0,86%
Amortizações	2.062.273	989.275	47,97%	4,25%
RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	**0**	**0**	**0,00%**	**0,00%**
Reserva de Contingência	0	0	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL	**27.135.557**	**23.292.834**	**85,84%**	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

As Despesas Correntes representam 84,31% do total de empenho do Estado, enquanto as Despesas de Capital participam com 15,69%. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos, com respectivos 42,80% e 10,59% de participação no total empenhado, representam as despesas de maior volume dentro de suas respectivas Categorias.

Os Grupos das Despesas Correntes apresentam execução acima de 95% do autorizado, refletindo boa coordenação de planejamento e execução orçamentária.

O Grupo Investimentos executou 57,16% da dotação autorizada, o que em termos absolutos representa gasto R$ 1.848.505 mil menor que o orçado para o ano. É necessário que ocorram correções no planejamento e na execução dos investimentos, buscando prevenir os riscos de que ocorra a paralisação ou atraso de obras, gerando prejuízos para a sociedade, decorrentes da falta de infraestrutura nas áreas de atuação do Estado.

4.3.2. Comparativo das Despesas por Poder

A Tabela 40 detalha as Despesas por Poder, comparando o percentual empenhado em relação ao total, nos três últimos anos.

TABELA 40 – DESPESAS POR PODER NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

(R$ 1.000,00)

	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
Despesa por Poder	**2015**	**2016**	**2017**	**Total 2017**	**2016/2017**	**2017/2015**
Executivo	18.564.931	20.015.335	21.161.118	90,85%	5,72%	13,98%
Judiciário	980.095	1.041.843	1.061.882	4,56%	1,92%	8,34%
Legislativo	546.800	578.442	580.607	2,49%	0,37%	6,18%
Ministério Publico	323.947	332.256	356.184	1,53%	7,20%	9,95%
Executivo Autônomo	107.592	116.935	133.042	0,57%	13,77%	23,65%
TOTAL	**20.523.365**	**22.084.811**	**23.292.834**	**100,00%**	**5,47%**	**13,49%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Com participação de 90,85% das despesas totais do Estado em 2017, o Poder Executivo obteve um crescimento das despesas de 13,98% nos últimos três anos, fator decisivo para o aumento de 13,49% das despesas totais do Estado no mesmo período.

O Poder Executivo autônomo, especificamente a Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), vêm crescendo bem acima da média dos demais poderes. Os Poderes Judiciário e Legislativo vêm mantendo-se com crescimento reduzido em 2017 e no acumulado dos últimos três anos.

4.3.3. Elementos de Despesa

4.3.3.1. Elementos de Despesa – Pessoal e Encargos Sociais

A Tabela 41 mostra o detalhamento dos 5 elementos de Despesa de maior valor, nos três últimos anos, referentes ao grupo de Despesa Pessoal e Encargos Sociais.

TABELA 41 – PRINCIPAIS ELEMENTOS DE DESPESA DO GRUPO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

(R$ 1.000,00)

Grupo - Pessoal e Encargos Sociais	Despesa Realizada			Partifcipação	Variação (%)	
Análise de Elementos de Despesa	2015	2016	2017	Total 2017	2016/2017	2017/2015
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.659.940	4.805.882	5.023.367	50,39%	4,53%	7,80%
Aposentadorias Do Rpps, Reserva Remunerada E Reformas Dos Mi	2.014.231	2.177.756	2.370.354	23,78%	8,84%	17,68%
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1.044.730	1.118.674	1.162.083	11,66%	3,88%	11,23%
Pensões, Exclusive Do Rgps (52)(A)	697.392	717.879	745.208	7,48%	3,81%	6,86%
Contratação Por Tempo Determinado	356.221	315.306	327.485	3,29%	3,86%	- 8,07%
TOTAL	**8.772.514**	**9.135.497**	**9.628.497**	**96,59%**	**5,40%**	**9,76%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os 5 principais elementos de despesa Pessoal e Encargos Sociais representam R$ 9.628.497 mil de um total de R$ 9.968.360 mil empenhado nesse grupo em 2017. A Despesa Pessoal e Encargos Sociais obteve o maior valor realizado dentro da categoria de Despesas Correntes. No comparativo dos três últimos anos, os 5 elementos desse grupo de Despesa obtiveram um crescimento de 9,76% em 2017 em relação a 2015, e 5,40% em relação a 2016.

O elemento Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil possui o maior volume dos gastos nesse grupo. O referido elemento cresceu 4,53% entre 2017 e 2016 e 7,80% nos últimos três anos.

Nos últimos três anos, os elementos Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar e Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas obtiveram o maior crescimento de Despesa, com respectivamente 11,23% e 17,68%. Entre 2017 e 2016 o aumento foi de, respectivamente, 3,88% e 8,84%.

Com um aumento de 3,86% de seu valor entre 2016 e 2017, apenas o elemento Despesa de Contratação por Tempo Determinado apresentou redução no acumulado dos três últimos anos.

4.3.3.2. Elementos de Despesa – Outras Despesas Correntes

A Tabela 42 detalha os 5 principais elementos de Despesa de maior valor nos três últimos anos, referentes ao Grupo de Outras Despesas Correntes.

TABELA 42 – PRINCIPAIS ELEMENTOS DE DESPESA DO GRUPO OUTRAS DESPESAS CORRENTES

(R$ 1.000,00)

Grupo - Outras Despesas Correntes	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
Análise de Elementos de Despesa	2015	2016	2017	Total 2017	2016/2017	2017/2015
Distribuição Constitucional Ou Legal De Receitas (1)(A)	2.703.962	2.861.888	3.151.522	34,19%	10,12%	16,55%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.780.808	1.955.260	2.190.708	23,77%	12,04%	23,02%
Locação De Mão-De-Obra	688.289	803.113	820.204	8,90%	2,13%	19,17%
Contribuições	465.114	530.514	543.681	5,90%	2,48%	16,89%
Outras Despesas De Pessoal Decorrentes De Contratos De Terce	409.336	503.801	578.299	6,27%	14,79%	41,28%
TOTAL	**6.047.509**	**6.654.577**	**7.284.414**	**79,03%**	**9,46%**	**20,45%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 42 demonstra um elevado aumento das principais despesas do grupo de Outras Despesas Correntes, tendo todas crescido 20,45% nos últimos três anos e 9,46% entre 2017 e 2016.

O elemento Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização apresentou maior aumento de despesas no acumulado dos últimos três anos e entre 2017 e 2016, com respectivas porcentagens de 41,28% e 14,79%.

4.3.3.3. Elementos de Despesa – Investimentos

A Tabela 43 detalha os 5 principais elementos de Despesa de maior valor nos últimos três anos, referentes ao grupo de Investimentos.

TABELA 43 – PRINCIPAIS ELEMENTOS DE DESPESA DO GRUPO INVESTIMENTOS

(R$1000)

Grupo - Investimentos Análise de Elementos de Despesa	Despesa Prevista	Despesa Realizada	Realização (%)
Obras E Instalações	2.573.820	1.317.119	51,17%
Equipamentos E Material Permanente	542.745	285.312	52,57%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	399.277	299.462	75,00%
Despesas De Exercícios Anteriores	188.553	171.816	91,12%
Auxílios	284.457	194.449	68,36%
TOTAL	**3.988.851**	**2.268.159**	**56,86%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que a realização desses 5 principais elementos de despesa do grupo Investimentos foi de apenas 56,86% do previsto para o ano de 2017, significando uma aplicação de R$ 1.720.691 mil menor que a previsão.

O elemento de despesa Obras e Instalações foi responsável pela maior parte dessa reduzida realização de despesa, com uma aplicação R$ 1.256.701 menor que o previsto para o ano.

4.3.3.4. Elementos de Despesa – Amortizações, Juros e Encargos da Dívida

A Tabela 44 detalha os Elementos de Despesa dos últimos três anos, referentes aos grupos de Amortizações e Juros e Encargos da Dívida.

TABELA 44 – ELEMENTOS DE DESPESA DOS GRUPOS AMORTIZAÇÕES E JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS.

(R$ 1.000,00)

Grupo - Outras Despesas Correntes	Despesa Realizada			Variação (%)		
Análise de Elementos de Despesa	2015	2016	2017	2016/2015	2017/2016	2017/2015
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	689.352	846.777	860.435	22,84%	1,61%	24,82%
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	399.469	426.855	393.849	6,86%	- 7,73%	- 1,41%
ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	0	0	156.191	0,00%	0,00%	0,00%
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15.087	19.221	30.898	27,40%	60,75%	104,79%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	**1.103.908**	**1.292.853**	**1.441.373**	**17,12%**	**11,49%**	**30,57%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que os elementos de despesa Amortizações e Juros e Encargos da Dívida estão crescendo em ritmo elevado nos últimos três anos, com aumento acumulado de 30,57% nos últimos três anos e 11,49% entre 2017 e 2016.

Não obstante, há uma redução nas despesas com Juros sobre Encargos da Dívida por Contrato e aumento das despesas de Principal da Dívida Contratual Resgatado, o que demonstra um interesse do Estado em reduzir o montante da dívida e do pagamento de juros.

4.3.4. Despesa por Função

A Tabela 45 analisa a execução da Despesa por Função.

TABELA 45 – DESPESAS POR FUNÇÃO EMPENHADAS

(R$ 1.000,00)

Grupo de Funções	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
	2015	2016	2017	Total 2017	2017/2016	2017/2015
Administracao	934.339	998.575	1.129.465	4,85%	13,11%	20,88%
Agricultura	475.668	354.072	468.187	2,01%	32,23%	- 1,57%
Assistencia Social	192.603	190.734	229.169	0,98%	20,15%	18,98%
Ciencia E Tecnologia	42.364	50.620	109.334	0,47%	115,99%	158,08%
Comercio E Servicos	62.207	52.104	80.600	0,35%	54,69%	29,57%
Comunicacoes	17.874	25.954	28.035	0,12%	8,02%	56,84%
Cultura	63.737	76.573	89.681	0,38%	17,12%	40,71%
Desporto E Lazer	77.594	45.724	25.205	0,11%	-44,88%	-67,52%
Direitos Da Cidadania	436.008	517.494	594.905	2,55%	14,96%	36,44%
Educacao	2.582.753	2.879.224	2.979.073	12,79%	3,47%	15,34%
Encargos Especiais	4.070.018	4.701.125	4.913.993	21,09%	4,53%	20,74%
Energia	5.114	4.634	4.005	0,02%	-13,59%	-21,69%
Essencial A Justica	383.149	396.010	424.657	1,82%	7,23%	10,83%
Gestao Ambiental	144.211	223.296	177.981	0,76%	-20,29%	23,42%
Habitacao	69.672	56.372	37.962	0,16%	-32,66%	-45,51%
Industria	9.380	80.006	61.765	0,27%	-22,80%	558,48%
Judiciaria	979.986	1.041.797	1.061.882	4,56%	1,93%	8,36%
Legislativa	543.000	575.333	574.846	2,47%	- 0,08%	5,86%
Organizacao Agraria	9.258	10.963	14.214	0,06%	29,65%	53,54%
Previdencia Social	2.709.973	2.899.381	3.120.866	13,40%	7,64%	15,16%
Reserva De Contingencia	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Saneamento	266.616	385.072	403.791	1,73%	4,86%	51,45%
Saude	2.815.545	3.049.362	3.188.376	13,69%	4,56%	13,24%
Seguranca Publica	1.812.211	1.905.974	2.162.600	9,28%	13,46%	19,33%
Trabalho	58.984	62.632	56.635	0,24%	- 9,58%	- 3,98%
Transporte	1.546.640	1.253.857	1.175.941	5,05%	- 6,21%	-23,97%
Urbanismo	214.462	247.923	179.666	0,77%	-27,53%	-16,22%
TOTAL GERAL	**20.525.380**	**22.086.827**	**23.294.851**	**100,00%**	**5,47%**	**13,49%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Destacam se na Tabela 45 as funções com orçamento acima de R$ 1.000.000 mil em 2017, sendo essas Administração, Educação, Encargos Especiais, Judiciária, Previdência Social, Saúde, Segurança Pública e Transporte. A maioria dessas funções apresentou aumento

de despesa superior a 10% nos últimos três anos, tendo apenas a função Transporte reduzido despesa.

Com orçamento de R$ 3.120.866 mil em 2017, a função Previdência Social apresentou aumento de 15,16% no acumulado dos três últimos anos, com aumentos crescentes nos dois últimos anos, com respectivos 6,99% e 7,64%. As funções Administração e Segurança Pública também vêm elevando de forma crescente a despesa nos dois últimos anos.

As funções Desporto e Lazer e Habitação tiveram cortes acima de 40% no orçamento no acumulado dos últimos três anos, a maior parte sendo observada entre 2016 e 2017, com respectivos cortes de 44,88% e 32,66%.

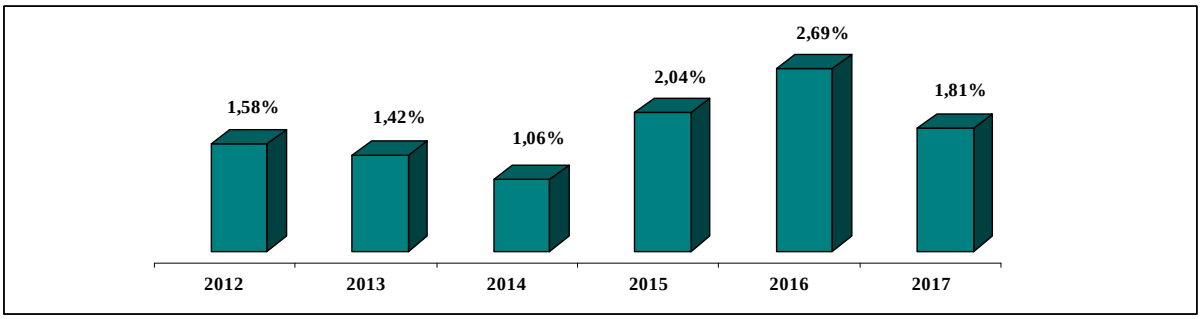
As funções Ciência e Tecnologia e Comércio e Serviços se destacam pelo maior aumento de orçamento em 2017, com respectivos 115,99% e 54,69%.

4.3.5. Despesas de Exercícios Anteriores

O Indicador do DEA em relação à Despesa Total demonstra a qualidade do planejamento. Como as despesas com DEA são aquelas que ocorrem sem registro e não utilizam o orçamento da época, quanto maior for esse indicador, maior será a fragilidade no controle das despesas orçamentárias, tendo o governo que arcar com despesas que não foram previamente inscritas no orçamento do exercício corrente. A STN apresentou esse indicador em seu Boletim das Finanças Públicas editado no final de 2016 e calculou, em relação às capitais brasileiras, uma média de 1,82%.

O Gráfico 4 apresenta o indicador do DEA no período de 2012 a 2017 do poder executivo, onde se pode verificar uma média de 1,77%.

GRÁFICO 4 - INDICADOR DO DEA EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL - PODER EXECUTIVO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Em 2015 e 2016 houve aumento de DEA em relação a despesa total, porém essa tendência foi interrompida em 2017 quando houve recuo para 1,81%, porcentagem essa ainda superior à média dos últimos 6 anos.

A Tabela 46 destaca as principais fontes utilizadas para empenho dos DEA no poder executivo.

TABELA 46 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DE DEA POR FONTE - PODER EXECUTIVO

(R$ 1.000,00)

Fonte	ANO						
	2015	% de Participação	2016	% de Participação	2017	% de Participação	2017/2016
Tesouro	167.655	53,84%	242.189	49,09%	201.373	55,41%	-16,85%
Convênios Federais	50.349	16,17%	113.916	23,09%	34.493	9,49%	-69,72%
Operações de Crédito	57.827	18,57%	62.358	12,64%	59.998	16,51%	-3,78%
SUS	11.389	3,66%	29.723	6,02%	37.618	10,35%	26,56%
Diversas Fontes	24.171	7,76%	45.197	9,16%	29.950	8,24%	-33,73%
TOTAL	**311.391**	**100,00%**	**493.383**	**100,00%**	**363.433**	**100,00%**	**-26,34%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Dentre as quatro maiores fontes de recursos, somente a SUS apresentou aumento de despesas com DEA em 2017 em relação a 2016. Já a fonte Convênios Federais, com variação de -69,72%, obteve a maior redução de DEA em relação a 2016, o que representam R$ 79.424 mil a menos de DEA nessa fonte em 2017.

A Tabela 47 apresenta as Secretarias que mais empenharam DEA nos últimos três anos no Poder Executivo.

TABELA 47 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DE DEA POR SECRETARIA - PODER EXECUTIVO

(R$ 1.000,00)

Secretarias	ANO						
	2015	% de Participação	2016	% de Participação	2017	% de Participação	2017/2016
SESA	79.805	25,63%	96.717	19,60%	72.305	19,89%	-25,24%
SRH	81.994	26,33%	116.451	23,60%	39.547	10,88%	-66,04%
SEINFRA	37.051	11,90%	70.462	14,28%	95.315	26,23%	35,27%
SEDUC	27.562	8,85%	70.115	14,21%	21.191	5,83%	-69,78%
SEJUS	20.853	6,70%	46.334	9,39%	33.869	9,32%	-26,90%
SEPLAG	26.319	8,45%	13.644	2,77%	14.729	4,05%	7,95%
SCIDADES	5.237	1,68%	16.784	3,40%	17.913	4,93%	6,72%
ENCARGOS	9.769	3,14%	9.950	2,02%	9.900	2,72%	-0,51%
SECITECE	6.175	1,98%	8.232	1,67%	12.150	3,34%	47,60%
STDS	2.501	0,80%	2.414	0,49%	14.762	4,06%	511,57%
DIVERSAS SECRETARIAS	14.124	21,06%	42.279	16,95%	31.753	16,95%	-24,90%
TOTAL GERAL	**311.391**	**100,00%**	**493.383**	**100,00%**	**363.433**	**100,00%**	**-26,34%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Destaca-se que a SRH apresentou em 2016 maior volume de DEA com despesa (R$ 116.451 mil), porém reduziu fortemente o montante para R$ 39.547 mil em 2017, variação a menor de 66,04% em relação ao ano anterior. A SESA apresenta segundo maior volume de DEA em 2017 com montante de R$ 72.305 mil, obtendo também boa redução de DEA (25,24%) em relação ao ano anterior.

A SEDUC em 2017 obteve a maior redução de DEA em relação ao ano anterior, com variação de -69,78%, o que representa R$ 48.925 mil menos que em 2016.

A SEINFRA elevou a DEA de 2017 em 35,27% em relação a 2016, obtendo também o maior valor dessa despesa em relação às demais secretarias do Estado.

A Tabela 48 apresenta a variação das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) no Poder Executivo, período de 2015 a 2017.

TABELA 48 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DE DEA POR ITEM DE DESPESA - PODER EXECUTIVO

(R$ 1.000,00)

Itens	ANO						
	2015	% Total	2016	% Total	2017	% Total	2017/2016
Obras e Instalacoes	112.068	35,99%	183.339	37,16%	138.656	38,15%	-24,37%
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	62.883	20,19%	112.476	22,80%	69.852	19,22%	-37,90%
Material de Consumo	22.323	7,17%	25.858	5,24%	17.411	4,79%	-32,67%
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao	8.223	2,64%	31.808	6,45%	19.974	5,50%	-37,21%
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	17.183	5,52%	25.717	5,21%	15.174	4,18%	-41,00%
Locacao de Mao-de-Obra	15.459	4,96%	23.006	4,66%	18.683	5,14%	-18,79%
Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Ativo Civil - RPPS	6.466	2,08%	21.530	4,36%	12.901	3,55%	-40,08%
Transferencias ao FUNDEB - Multas e Juros de Penalidades	9.744	3,13%	9.917	2,01%	9.859	2,71%	-0,59%
Equipamentos e Material Permanente	11.071	3,56%	9.387	1,90%	787	0,22%	-91,62%
Outras Despesas de Exercicios Anteriores	6.138	1,97%	5.965	1,21%	7.198	1,98%	20,66%
Demais Contas	39.834	12,79%	44.378	8,99%	52.938	14,57%	19,29%
TOTAL GERAL	**311.391**	**100,00%**	**493.383**	**100,00%**	**363.433**	**100,00%**	**-26,34%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Entre os anos de 2017 e 2016 constata-se uma variação de -26,34% de gastos com DEA, representando redução no montante de R$ 129.950 mil dessa despesa no período.

Entre 2017 e 2016 os elementos que apresentaram maior redução percentual foram Equipamentos e Material de Expediente, Vencimentos e Vantagens Fixas / Pessoal Ativo - RPPS e Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado, com respectivas variações percentuais de -91,62%, -41,08% e -41,00%.

4.3.6. Contratos de Gestão

A Tabela 49 demonstra a disposição dos recursos por fonte aplicados em Contratos de Gestão no Poder Executivo.

TABELA 49 - APLICAÇÃO DE RECURSOS POR FONTE

(R$ 1.000,00)

FONTES	2015	% de Participação	2016	% de Participação	2017	% de Participação	2017/2016
Tesouro	359.823	50,35%	451.168	57,24%	463.691	55,46%	2,78%
Convênios Federais	14.129	1,98%	13.111	1,66%	4.074	0,49%	-68,92%
SUS	202.217	28,30%	181.700	23,05%	206.387	24,68%	13,59%
Operações de Crédito	18.614	2,60%	16.323	2,07%	25.500	3,05%	56,22%
Diversas Fontes	119.882	16,77%	125.835	15,97%	136.451	16,32%	8,44%
TOTAL	**714.665**	**100,00%**	**788.137**	**100,00%**	**836.103**	**100,00%**	**6,09%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Das quatro principais fontes de aplicação em Contrato de Gestão nos últimos três anos, apenas Convênios Federais apresentou redução de gastos dessa natureza, enquanto Operações de Crédito obteve maior aumento registrado entre 2017 e 2016 (56,22%).

No acumulado dos últimos três anos a variação foi de 29,87%, o que representa R$ 103.868 mil de crescimento no período. No entanto, as despesas com Contratos de Gestão na fonte tesouro entre 2017 e 2016 tiveram um aumento de 2,78%.

A Tabela 50 apresenta a evolução da aplicação dos recursos dos Contratos de Gestão de 2015 a 2017 do poder executivo.

TABELA 50 - APLICAÇÃO DE RECURSOS POR TIPO DE DESPESA

(R$ 1.000,00)

Despesas	2015	% de Participação	2016	% de Participação	2017	% de Participação	2017/2016
PESSOAL	471.302	65,95%	522.452	66,29%	548.866	65,65%	5,06%
CUSTEIO	224.748	31,45%	249.140	31,61%	261.736	31,30%	5,06%
INVESTIMENTOS	18.614	2,60%	16.544	2,10%	25.500	3,05%	54,13%
TOTAL	**714.665**	**100,00%**	**788.137**	**100,00%**	**836.103**	**100,00%**	**6,09%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 50 indica uma predominância da despesa em Pessoal nos Contratos de Gestão, com um percentual em 2017 de 65,65%, logo em seguida vem o custeio, com 31,30%, e por último os investimentos com apenas 3,05%.

A Tabela 50 demonstra dois anos consecutivos de crescimento nos gastos de Contratos de Gestão, tendo aumentado 10,28% entre 2016 e 2015 e 6,09% entre 2017 e 2016. Destaca-se o aumento de 54,13% nos gastos de investimentos nos Contratos de Gestão entre 2017 e 2016.

A Tabela 51, apresenta os gastos com Contratos de Gestão por Secretaria no Poder Executivo.

TABELA 51 - APLICAÇÃO DE RECURSOS POR SECRETARIA - PODER EXECUTIVO

(R$ 1.000,00)

Secretarias / Despesas	2015	% de Participação	2016	% de Participação	2017	% de Participação	2017/2016
SAÚDE	**501.455**	**70,17%**	**561.856**	**71,29%**	**598.566**	**71,59%**	**6,53%**
PESSOAL	339.540	47,51%	380.288	48,25%	405.295	48,47%	6,58%
CUSTEIO	161.915	22,66%	181.347	23,01%	193.272	23,12%	6,58%
INVESTIMENTOS	0	0,00%	221	0,03%	0	0,00%	-100,00%
SEDUC	**83.000**	**11,61%**	**87.614**	**11,12%**	**93.515**	**11,18%**	**6,74%**
PESSOAL	56.200	7,86%	59.324	7,53%	63.320	7,57%	6,74%
CUSTEIO	26.800	3,75%	28.290	3,59%	30.195	3,61%	6,74%
S D A	**42.852**	**6,00%**	**42.717**	**5,42%**	**59.824**	**7,16%**	**40,05%**
PESSOAL	12.604	1,76%	11.053	1,40%	17.266	2,07%	56,22%
CUSTEIO	6.010	0,84%	5.271	0,67%	8.234	0,98%	56,22%
INVESTIMENTOS	24.237	3,39%	26.393	3,35%	34.324	4,11%	30,05%
SECULT	**19.614**	**2,74%**	**30.388**	**3,86%**	**33.520**	**4,01%**	**10,31%**
PESSOAL	13.281	1,86%	20.576	2,61%	22.697	2,71%	10,31%
CUSTEIO	6.333	0,89%	9.812	1,24%	10.823	1,29%	10,31%
STDS	**21.147**	**2,96%**	**19.777**	**2,51%**	**19.260**	**2,30%**	**-2,62%**
PESSOAL	14.319	2,00%	13.391	1,70%	13.041	1,56%	-2,62%
CUSTEIO	6.828	0,96%	6.386	0,81%	6.219	0,74%	-2,62%
DEMAIS SECRETARIAS	**46.597**	**6,52%**	**45.785**	**5,81%**	**31.418**	**3,76%**	**-31,38%**
PESSOAL	31.551	4,41%	31.001	3,93%	21.273	2,54%	-31,38%
CUSTEIO	15.046	2,11%	14.784	1,88%	10.144	1,21%	-31,38%
INVESTIMENTOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
TOTAL	**714.665**	**100,00%**	**788.137**	**100,00%**	**836.103**	**100,00%**	**6,09%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 51 demonstra que SESA, SEDUC, SDA e SECULT concentram 93,94% de todos os gastos com Contratos de Gestão, tendo a SESA participação de 71,59% do total de 2017. Essas quatro secretarias elevaram seus gastos com Contratos de Gestão nos últimos três anos.

Com aumento de 40,05% de gastos com Contratos de Gestão entre 2017 e 2016, a SDA apresenta maior variação dos três últimos anos, elevando em R$ 17.107 mil seus gastos dessa natureza. A SECULT apresentou um aumento de 10,31% no mesmo período, enquanto a SESA e a SEDUC variaram em 6,53% e 6,74%, respectivamente.

5. GESTÃO FISCAL

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados dos exames realizados nos demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos anexos, do período de janeiro a dezembro de 2017, com vistas a verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que aprovou a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.

Além disso, foram avaliados o atendimento das seis metas estabelecidas no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) para o exercício de 2017 e os resultados relativos à aplicação das regras da Emenda à Constituição Estadual nº 88/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, que vigorará por dez exercícios financeiros.

5.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal

O art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165, sendo composto de duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para as despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

A SEFAZ publicou dados dos demonstrativos do RREO e RGF no Diário Oficial do Estado - DOE do dia 30 de janeiro de 2018. As análises realizadas neste capítulo baseiam-se em dados

dos sistemas corporativos que têm números mais atualizados e que constaram na republicação realizada em 05 de fevereiro de 2018 dos citados relatórios fiscais.

5.2. Despesas com Saúde

5.2.1. Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

O art. 198 da Constituição Federal, § 2º, alterado pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/9/2000, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados, no caso dos Estados e do Distrito Federal, sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, e os incisos I e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

O § 3º do art. 198 determinou qual Lei Complementar estabeleceria os percentuais a serem aplicados e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com a área da Saúde. Nesse sentido, foi publicada a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

O art. 6º da Lei Complementar nº 141/2012 estabelece que os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

A Tabela 52 apresenta os dados sobre as despesas com saúde em 2017:

TABELA 52 – DESPESAS COM SAÚDE/RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ANO 2017	%
I. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)	**16.317.702.332**	**100,00%**
(+) Impostos	13.093.424.589	80,24%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos dos Impostos	103.096.416	0,63%
(+) Dívida Ativa dos Impostos	84.821.678	0,52%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	24.671.656	0,15%
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.141.101.780	37,63%
(-) Transferências a Municípios	(3.129.413.787)	-19,18%
II. DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (II=II.1 + II.2)	**2.391.087.817**	**100,00%**
II.1 Despesas Total por Subfunção	**3.260.599.634**	**136,36%**
. Atenção Básica	123.021.237	5,14%
. Assistência Hospitalar e Ambiental	2.045.655.876	85,55%
. Suporte Profilático e Terapêutico	88.954.320	3,72%
. Vigilância Sanitária	33.199.304	1,39%
. Vigilância Epidemiológica	16.721.212	0,70%
. Outras Subfunções	847.150.618	35,43%
. Outras Subfunções (Consórcios Públicos)	105.897.067	4,43%
II.2 (-) Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados à Saúde	**(780.572.324)**	**-32,65%**
. Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	(751.879.294)	-31,45%
. Recursos de Operações de Crédito	-	0,00%
. Outros Recursos	(28.693.029)	-1,20%
II.3 (-) Despesas c/ Assistência à Saúde que não atende ao princípio de acesso universal	**(88.939.494)**	**-3,72%**
III. Restos a Pagar de Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (cancelados em 2016)	-88.939.494	-3,72%
IV. % DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE SOBRE A RLIT	**14,65%**	
. Percentual Mínimo a Aplicar	12,00%	
. Percentual Aplicado Além do Mínimo	2,65%	
V. VALOR APLICADO ALÉM DO MÍNIMO	**432.963.537**	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com o demonstrativo acima, o Estado aplicou 14,65% da RLIT em despesas próprias de saúde, atendendo ao limite mínimo de 12% estabelecido na supracitada legislação, ultrapassando o percentual em 2,65%, o que equivale a um valor de R$ 432.963.537.

O Gráfico 5 e a Tabela 53 mostram os percentuais aplicados da RLIT em despesas próprias de saúde nos últimos seis anos, evidenciando que o Estado vem cumprindo rigorosamente o limite mínimo de 12%, previsto na legislação.

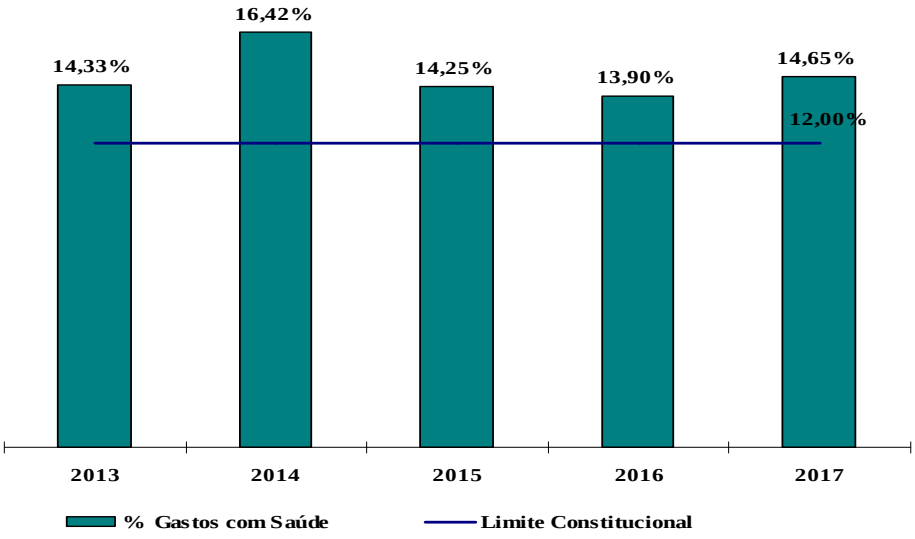
TABELA 53 - DESPESAS COM SAÚDE DO PERÍODO DE 2013 A 2017

(Em R$ 1,00)

Despesas com Saúde	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas com Saúde	1.795.135.998	2.239.936.033	2.053.017.589	2.260.886.593	2.391.087.817
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	12.527.320.087	13.638.612.301	14.403.056.710	16.266.218.230	16.317.702.332
% Despesas com Saúde	**14,33%**	**16,42%**	**14,25%**	**13,90%**	**14,65%**
Limite Constitucional	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 5 - PERCENTUAIS ANUAIS DE DESPESAS APLICADAS COM SAÚDE



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.2.2. Despesas Consórcios Públicos de Saúde

A Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016, estabelece normais gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil em conformidade com a responsabilidade fiscal. No art. 11 da referida Portaria, os entes da federação consorciados irão apresentar no RGF, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e no RREO o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, cujos modelos são apresentados no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 7ª edição.

O Estado do Ceará possui consórcio apenas na área da saúde e publicou seus demonstrativos em 30 de janeiro de 2018. O Demonstrativo da Despesa com Pessoal foi publicado conforme modelo apresentado do Manual da STN. Já o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de saúde publicado ficou incompleto, pois faltou a coluna com os valores inscritos em restos a pagar não processados, que deve fazer parte do demonstrativo no último bimestre. Outro ponto que deve ser observado foi o grupo de Despesa Pessoal e Encargos que no Demonstrativo de Pessoal apresentou um valor de R$ 55.795.146,09 e o mesmo grupo no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos esse valor foi de R$ 59.105.649,45. É importante que a contabilidade procure aprimorar esses demonstrativos para que não ocorram divergências de valores.

5.3. Despesas com Educação

5.3.1. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Os artigos 212, da Constituição Federal, e 216, da Constituição Estadual, determinam que o Estado deva aplicar, no mínimo, 25% da Receita resultante de Impostos e Transferências na manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

De acordo com o demonstrativo apresentado na Tabela 54, a seguir, o Estado aplicou 27,88% da RLIT em despesas próprias com educação, superando em 2,88% o limite mínimo estabelecido nas Constituições Federal e Estadual.

A seguir a Tabela 54 mostra dados sobre as Despesas com Educação em 2017.

TABELA 54 – DESPESAS COM EDUCAÇÃO

(R$ 1,00)

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	
01. RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	19.447.116.118,92
Receita de Impostos	13.306.014.338,96
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	6.141.101.779,96
02.DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-3.129.413.787,33
Receitas Transferidas aos Municípios	-3.129.413.787,33
03. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 - 2)	**16.317.702.331,59**
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	5.196.587,36
05. ENSINO FUNDAMENTAL	164.766.010,35
06. ENSINO MÉDIO	1.686.111.421,09
07. ENSINO SUPERIOR	68.559.347,19
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	119.833.459,20
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	890.279.311,14
10. DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL	**(1.614.802.680,94)**
11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9-10)	**4.549.548.817,27**
12. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULT. DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (12 / 3)	**27,88%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Verifica-se, conforme exposto na Tabela 55 e no Gráfico 6, que o Estado vem cumprindo anualmente o percentual mínimo de aplicação em despesas com educação.

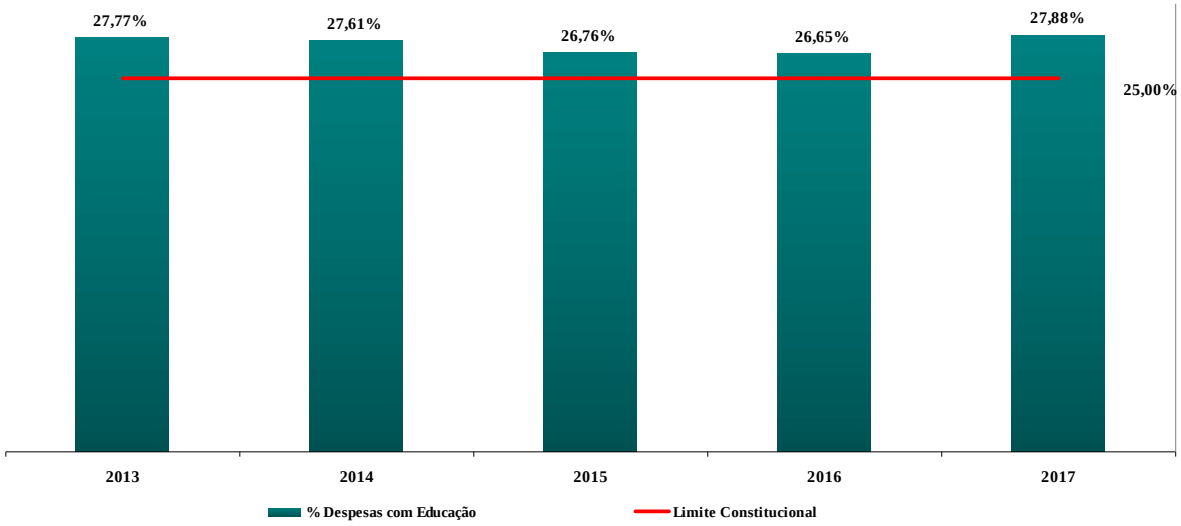
TABELA 55 - DESPESAS COM EDUCAÇÃO DE 2013 A 2017

(Em R$ 1,00)

Gastos com Educação	2013	2014	2015	2016	2017
Gastos com Educação	3.479.087.841	3.765.223.631	3.816.777.302	4.335.674.522	4.549.548.817
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	12.527.206.633	13.638.612.595	14.403.056.728	16.266.219.135	16.317.702.332
% Gastos com Educação	27,77%	27,61%	26,50%	26,65%	27,88%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 6 - PERCENTUAIS ANUAIS DE DESPESAS APLICADAS COM EDUCAÇÃO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 56 demonstra os recursos que são utilizados para despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, onde se destacam os gastos aplicados em Ensino Médio (57,45%), no Ensino Fundamental (5,61%) e no Ensino Profissional não integrado ao Ensino Regular (4,08%).

TABELA 56 - DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

(R$ 1,00)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		(%)
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	5.196.587,36	0,18%
05. ENSINO FUNDAMENTAL	164.766.010,35	5,61%
06. ENSINO MÉDIO	1.686.111.421,09	57,45%
07. ENSINO SUPERIOR	68.559.347,19	2,34%
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	119.833.459,20	4,08%
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	890.279.311,14	30,34%
11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9)	**2.934.746.136,33**	**100,00%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.3.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 53/2006, estabelece que até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação da citada Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos, a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

O art. 1º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, instituiu, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil, nos termos do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

O inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias define que uma proporção, não inferior a sessenta por cento (60%) dos recursos do FUNDEB, será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

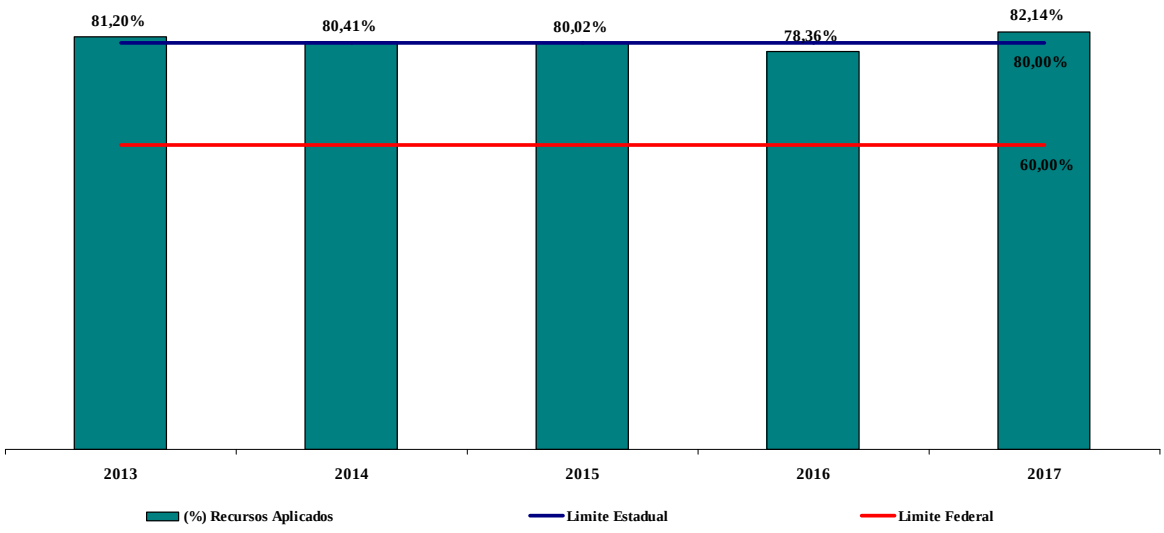
Em consonância com a Constituição Federal, o art. 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, estabelece que pelo menos sessenta por cento (60%) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O Governo do Estado do Ceará estabeleceu um percentual diferenciado por meio da Lei Estadual nº 15.064/2011, conforme artigo 3º transcrito a seguir:

> Art. 3º Quando necessário, lei estadual disciplinará a utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, para garantia do cumprimento dos percentuais a serem comprometidos com pagamento do magistério estadual, conforme especificado abaixo:
>
> I - 77% (setenta e sete por cento) para execução do ano de 2012;
>
> II - 80% (oitenta por cento) para execução dos anos de 2013 e 2014;
>
> II - 80% (oitenta por cento) para execução até o ano de 2020.
>
> (Nova redação dada pela Lei nº 15.576, de 07 de abril de 2014).

No Gráfico 7 estão apresentados os percentuais dos recursos do FUNDEB aplicados com despesa de pessoal do magistério, que em 2017 apresentou o percentual de 82,14% atendendo a legislação federal (60%) e a estadual (80%).

GRÁFICO 7 - PERCENTUAIS ANUAIS DE RECURSOS DO FUNDEB APLICADOS COM DESPESA DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 57 apresenta os montantes pertinentes a essas informações do FUNDEB no exercício de 2017.

TABELA 57 - DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DO FUNDEB DO ANO DE 2017

(R$ 1,00)

RECEITAS DO FUNDEB	
1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB PELO ESTADO	**3.063.037.530,45**
2. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**1.437.595.805,22**
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	1.126.421.748,16
2.2 Complementação da União do FUNDEB	304.282.917,17
2.3 Receita de Restituições ao FUNDEB	202.109,30
2.4 Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	6.689.030,59
3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)	**(1.936.615.782,29)**
4. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	**1.189.255.539,93**
Com Ensino Fundamental	137.197.505,84
Com Ensino Médio	763.915.471,15
Outras (Adm, Geral e EJA)	288.142.562,94
5. OUTRAS DESPESAS	**221.059.368,47**
Com Ensino Fundamental	-
Com Ensino Médio	201.245.508,01
Outras (Adm, Geral, EJA, Educ Especial e Ensino Profissional)	19.813.860,46
6. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS E DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANACEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	**3.584.566,95**
7. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4+5-6)	**1.406.730.341,45**
8. NA LEGISLAÇÃO FEDERAL O MÍNIMO DE 60% E NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL O MÍNIMO É 80% DO FUNDEB APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ((4-6)/2)	**82,48%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com a Tabela 57, a Receita Total do FUNDEB foi de R$ 1.437.595.805,22, enquanto as despesas com pagamento dos profissionais do magistério, com recursos do Fundo, foram de R$ 1.189.255.539,93 mais R$ 3.584.566,95 de restos a pagar com essa rubrica. Comparando-se esses valores, encontra-se o percentual de 82,43% de comprometimento dos recursos do FUNDEB com Despesas de Pessoal, superando em

22,43% o percentual mínimo exigido na Lei Federal (60%), e em 2,48% ao limite da Lei Estadual (80%).

5.4. Receita Corrente Líquida

Na Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 2º, inciso IV, conceitua a Receita Corrente Líquida (RCL) como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes deduzidas das decorrentes de transferências constitucionais e legais, contribuições para o sistema de previdência dos servidores, receita recebida de compensação entre regimes de previdência e valores pagos ao FUNDEB.

A Tabela 58 apresenta a evolução do montante do RCL de 2013 a 2017. A RCL do ano de 2017 foi de R$ 17.779.471.739, demonstrando uma redução de 0,2942% em relação ao ano anterior, que foi de R$ 17.831.937.422.

TABELA 58 - EVOLUÇÃO DA RCL DE 2013 A 2017

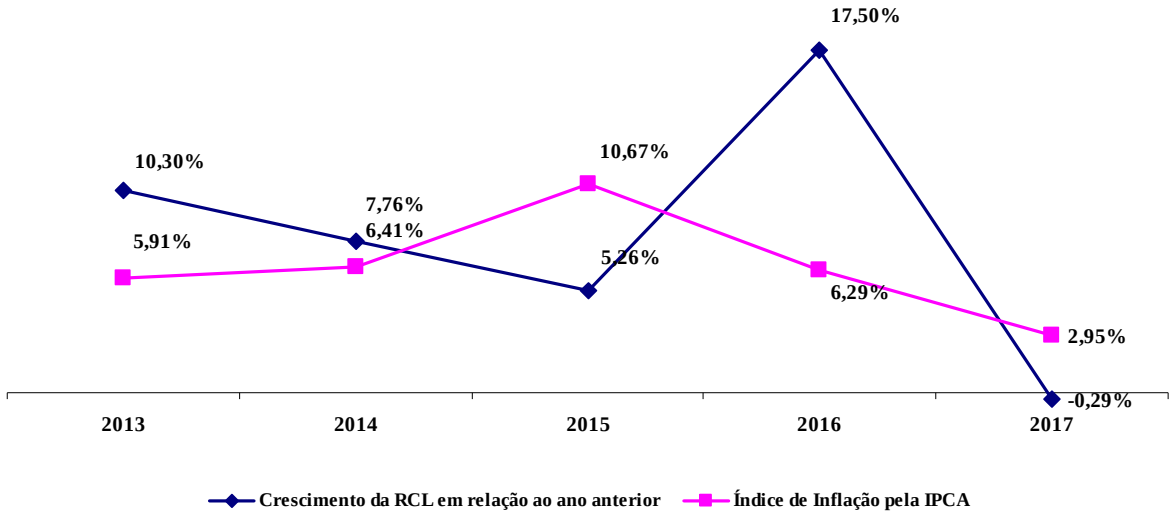
R$ 1,00

ITEM	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Corrente Líquida - RCL	13.379.882.290	14.418.477.504	15.176.440.113	17.831.937.422	17.779.471.739
Variação Acumulada	100%	108%	113%	133%	133%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Embora a Tabela 58 mostre que a RCL vem experimentando crescimentos nominais nos últimos anos, com exceção a ano de 2017, o Gráfico 8 apresenta o comportamento da variação ano a ano da RCL do Estado do Ceará comparativamente com a inflação medida pelo IPCA no período de 2013 a 2017. Nos anos de 2015 e 2017 a RCL obteve um crescimento inferior a inflação. Em 2017 a variação da RCL em relação ao ano anterior foi negativa em 0,29% contra uma inflação de 2,95%, revelando assim um ano de perda real de 0,6895%.

GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA RCL E ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA DE 2013 A 2017



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Apesar da situação se apresentar favorável para o Estado, o cenário econômico e financeiro do país ainda é instável. Isso exige que o Governo continue sendo rigoroso no planejamento da gestão dos recursos, reduzindo os riscos e mantendo a situação fiscal favorável do Estado com o cumprimento dos indicadores fiscais.

5.5. Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, limita a despesa total com pessoal do Estado em 60% da Receita Corrente Líquida, e, no art. 20, faz a repartição desse limite global com os Poderes Executivo (49%), Judiciário (6%) e Legislativo (3%), incluídos nesse os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, além do Ministério Público (2%).

A análise comparativa dessas despesas, em relação ao exercício de 2017, foi feita sempre considerando o percentual sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, que consiste no registro do valor da RCL dos últimos 12 meses após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas as emendas individuais, conforme disciplina o § 13, art. 166 da Constituição Federal/88 e a Emenda Constitucional nº86/2015. Em 2017, a RCL ficou num valor de R$ 17.779.471.739,21 e o montante referente as Transferências obrigatórias da União

relativas as Emendas Individuais foi de R$ 16.902.308,24, resultando numa RCL Ajustada no valor de R$ 17.762.569.430,97.

A Tabela 59 expõe as despesas com pessoal para os Poderes do Estado e o Ministério Público, nos exercícios de 2016 e 2017, e os percentuais desses gastos em relação à RCL Ajustada.

TABELA 59 - DESPESAS COM PESSOAL

(R$ 1,00)

Poderes	Despesas (R$)	Percentual s/ RCL		Limite Prudencial(1)	Limite Máximo
	2017	2017	2016		
Executivo	7.539.771.749	42,45%	40,68%	46,55%	49,00%
Legislativo	444.603.084	2,50%	2,22%	3,23%	3,40%
Judiciário	958.265.252	5,39%	5,21%	5,70%	6,00%
Min. Público	314.667.898	1,77%	1,66%	1,90%	2,00%
Totais	**9.257.307.984**	**52,12%**	**49,77%**	**57,00%**	**60,40%**
RCL Ajustada	**17.762.569.431**				

Fonte: S2GPR-SEFAZ

(1) Limite Prudencial = 95% do Limite Máximo
(2) Inclui Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios

Pela análise da Tabela 59, observa-se que, em 2016 e 2017, o gasto total com pessoal do Estado atingiu 52,12% da RCL ajustada, ficando abaixo dos limites legal e prudencial. Individualmente, os gastos de todos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do Ministério Público ficaram também abaixo dos limites legal e prudencial.

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 20, inciso II, alíneas a), b), c) e d), a repartição dos limites globais de despesas com pessoal do Estado não poderá exceder 60% da Receita Corrente Líquida. Importante ressaltar que, com a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE), por meio da Emenda à Constituição do Estado do Ceará nº92/2017, as funções de Controle Externo foram incorporadas ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE). Considerando ainda o estabelecido no § 4º, do art.20 da LRF, que prevê que nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos para os Poderes Legislativo e Executivo serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento). Assim, com a extinção do TCM/CE, o Poder Executivo passou a ter o limite máximo de 49% (quarenta e nove por cento). No entanto, por ocasião da publicação do RGF do 3º Quadrimestre de 2017, o Poder Executivo registrou o

limite máximo de 49% (quarenta e nove por cento), enquanto o Poder Legislativo registrou 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento). Com isto, o valor máximo global das despesas de pessoal do Estado em 2017 ficou com o percentual de 60,4% (sessenta inteiros e quatro décimos por cento). Apesar da inconsistência no limite máximo global de despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, os valores registrados não atingiram o limite prudencial.

Comparando-se com o resultado de 2016, tem-se que o percentual de Despesa com Pessoal do Estado apresentou um incremento de 2,40%, com o percentual sobre a RCL passando de 49,78% para 52,12%. Especificamente em relação ao Poder Executivo, ocorreu um aumento do gasto em 1,77%, passando de 40,68%, em 2016, para 42,45%, em 2017. A Tabela 60 e o Gráfico 9 mostram o comportamento das despesas com pessoal do Poder Executivo no período 2013 a 2017 e sua relação com a RCL Ajustada.

TABELA 60 - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE 2013 A 2017

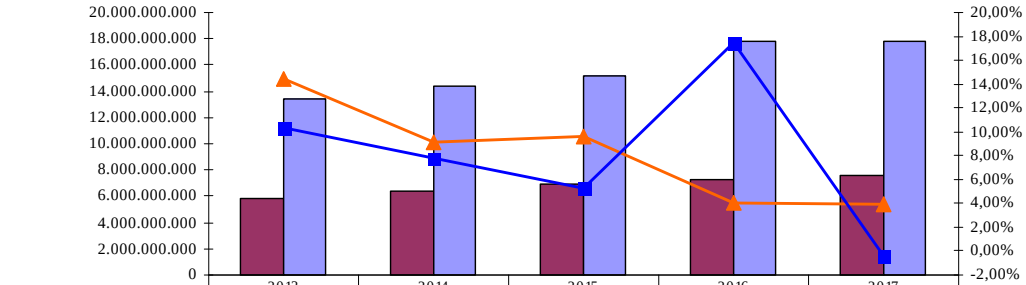
(Em R$ 1,00)

Gastos com Pessoal	2013	2014	2015	2016	2017
Gastos com Pessoal	5.824.556.219	6.357.615.800	6.970.859.881	7.254.728.643	7.539.771.749
% Gastos com Pessoal - P. Executivo	43,53%	44,09%	45,93%	40,68%	42,45%
Limite Prudencial	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%	46,55%
Limite Fiscal	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	49,00%
Limite de Alerta	43,74%	43,74%	43,74%	43,74%	44,10%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Com base no Gráfico 9, verificou-se que a Despesa com Pessoal Ativo do Poder Executivo cresceu numa proporção maior que a Receita Corrente Líquida, principalmente nos anos 2013, 2014, 2015 e 2017. Em 2017 a RCL Ajustada apresentou uma redução em 0,39% contra um crescimento da Despesa com Pessoal Ativo em 3,93%. Isso ocorreu em virtude da convocação de novos concursados; do atendimento de reivindicações, como a média salarial do Nordeste para a Polícia Militar e os Bombeiros, e a descompressão da carreira dos policiais civis; do reajuste o salário pela inflação apenas dos servidores que recebem o salário mínimo e para os demais servidores 2%, além dos reajustes decorrentes da progressão das carreiras.

GRÁFICO 9 - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO X RCL



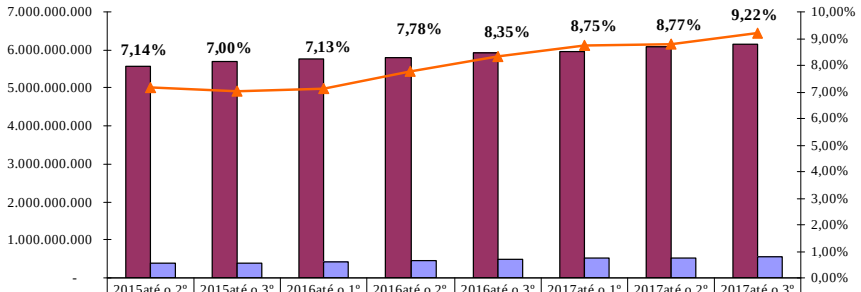
	2013	2014	2015	2016	2017
Gastos com Pessoal	5.824.556.219	6.357.615.800	6.970.859.881	7.254.728.643	7.539.771.749
RCL (*)	13.379.882.290	14.418.477.504	15.176.440.113	17.831.937.422	17.762.569.431
% Gastos com pessoal	14,41%	9,15%	9,65%	4,07%	3,93%
% RCL	10,30%	7,76%	5,26%	17,50%	-0,39%

(*) A partir de 2017 a RCL passou a deduzir o montante referente às Emendas Individuais no valor de R$ 16.902.308,24, conforme Emenda Constitucional no.86/2015.

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Comparando as despesas com pessoal terceirizado em relação às despesas totais com pessoal ativo, nos últimos dois anos, verifica-se que, a partir do 2º quadrimestre de 2015, as despesas com terceirização apresentaram um patamar médio de 7% e vêm apresentando crescimento No 3º. Quad/2016, a despesa já apresentava um percentual de 8,35% e no último quadrimestre de 2017 (3º. Quad/2017) apresentou uma elevação, chegando a 9,22%, conforme Gráfico 10. Com esses incrementos, deve-se analisar o que está ocasionando essa expansão e elaborar medidas para contenção.

GRÁFICO 10 - PERCENTUAIS QUADRIMESTRAIS DAS DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO



	2015até o 2º Quad	2015até o 3º Quad	2016até o 1º Quad	2016até o 2º Quad	2016até o 3º Quad	2017até o 1º Quad	2017até o 2º Quad	2017até o 3º Quad
GASTOS COM PESSOAL ATIVO	5.551.716.43	5.703.661.25	5.767.407.25	5.790.173.80	5.920.452.07	5.943.129.90	6.093.781.29	6.163.518.85
TERCEIRIZADOS	396.546.738	399.290.435	411.409.904	450.189.150	494.094.969	519.861.175	534.683.257	567.997.706
(%) GASTOS COM TERCEIRIZADOS / GASTOS COM PESSOAL ATIVO	7,14%	7,00%	7,13%	7,78%	8,35%	8,75%	8,77%	9,22%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Na Tabela 61 serão apresentadas as principais secretarias que utilizam mão-de-obra terceirizada substituindo servidor. Estes casos impactam diretamente no percentual de gastos com pessoal, pois fazem parte do cálculo do limite de gastos com pessoal, contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal", nos termos do §1º do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

TABELA 61 - DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO SUBSTITUINDO SERVIDOR POR SECRETARIA

(Em R$ 1,00)

SECRETARIAS	ANO 2014	% de Participação	ANO 2015	% de Participação	ANO 2016	% de Participação	2017	% de Participação	Variação de 2017 em relação a 2016
SAÚDE	288.594.605,72	77,66%	310.846.199,35	77,85%	398.586.882,95	80,67%	463.685.695,25	81,64%	16,33%
SEDUC	54.616.278,28	14,70%	58.910.451,37	14,75%	63.504.736,92	12,85%	67.413.154,75	11,87%	6,15%
SECITECE	12.735.838,50	3,43%	14.762.864,65	3,70%	16.750.289,31	3,39%	17.948.711,37	3,16%	7,15%
SEFAZ	8.879.011,29	2,39%	9.131.837,21	2,29%	9.659.426,05	1,95%	10.259.078,42	1,81%	6,21%
DEMAIS SECRETARIAS	6.794.450,08	1,83%	5.639.082,77	1,41%	5.593.633,90	1,13%	8.691.066,32	1,53%	55,37%
TOTAL	371.620.183,87	100,00%	399.290.435,35	100,00%	494.094.969,13	100,00%	567.997.706,11	100,00%	14,96%

Fonte: S2GPR - SEFAZ

A Secretaria da Saúde se destaca devido à contratação de profissionais de saúde por meio de cooperativas (médicos, enfermeiros e auxiliares) e, em seguida, a SEDUC com a contratação de professores temporários.

5.6. Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias

No que concerne aos limites para a Dívida Consolidada Líquida - DCL, as Operações de Crédito contratadas, o Serviço da Dívida e as Garantias e Contragarantias em relação à Receita Corrente Líquida, as Resoluções n^{os} 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal determinam a observância dos seguintes limites para Estados e Municípios:

a) Dívida Consolidada Líquida não pode exceder a duas vezes a RCL (Resolução n.º 40/2001, art. 3.º, inciso I);

b) O montante global das Operações de Crédito, realizadas em um exercício financeiro, não pode ser superior a 16% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso I);

c) O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de créditos já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso II)

d) O saldo global das Garantias Concedidas não pode exceder a 22% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 9.º).

A Tabela 62 apresenta os valores alcançados pelo Estado, em relação a esses limites legais, além das variações no Ativo Disponível e Dívida Consolidada Bruta, nos exercícios de 2016 e 2017:

TABELA 62 - COMPARAÇÃO DOS VALORES ALCANÇADOS PELO ESTADO EM RELAÇÃO ÀS LIMITAÇÕES LEGAIS

(R$ 1,00)

ITEM	VALOR		VARIAÇÃO	% S/RCL		(%) LIMITE MÁXIMO
	2016	2017	2016/2017	2016	2017	
Disponível (*)	2.743.475.897	3.674.141.706	33,92%	15,39%	20,60%	-
Dívida Consolidada	10.518.535.190	11.820.226.140	12,38%	58,99%	66,48%	-
Dívida Consolidada Líquida	7.775.059.293	8.146.084.434	4,77%	43,60%	45,82%	200,00%
Operações de Crédito	1.109.696.044	2.051.078.861	84,83%	6,22%	11,54%	16,00%
Serviço da Dívida	1.292.853.379	1.441.373.414	11,49%	7,25%	8,08%	11,50%
Garantias e Contragarantias	814.720.722	669.087.596	-17,88%	4,57%	3,76%	22,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Analisando a Tabela 62, observa-se que os percentuais obtidos pelo Estado para a Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviço da Dívida e Garantias e Contragarantias, em relação à RCL, obedecem aos limites fixados nas Resoluções n^{os} 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal.

5.6.1. Dívida Consolidada Líquida

O valor total da DCL, em 2017, R$ 8.146.084.434, foi maior que o valor em 2016, R$ 7.775.059.293, perfazendo um incremento de 4,77%. Esse incremento se deve em parte pelo crescimento da dívida contratual que passou de R$ 9.902.548.744,50 em 2016 para R$ 11.295.560.450,27, em razão de novas contratações internas e externas, conforme demonstrativo de operações de crédito de R$ 2.051.078.861 em 2017. O Serviço da Dívida também apresentou um incremento de 11,49%, passando de R$ 1.292.853.379 em 2016 para R$ 1.441.373.414 em 2017. Esse crescimento do serviço da dívida em parte pode ser explicado pelo aumento de amortização do principal, que passou de R$ 846.777.052 em 2016 para R$ 989.275.445 em 2017, um incremento de 16,83%.

Quanto ao comportamento da taxa de juros (TJLP) e da variação do dólar, verificou-se que a taxa de juros na Dívida Contratual interna, que passou de um percentual médio de 7,50% para 7,12%, segundo informações do BNDES, ocorreu devido à redução da meta da inflação em 2017 e a inclusão de um prêmio de risco. Já a Dívida Contratual externa se manteve estável com uma cotação do início de ano, de US$ 3,2723 para US$ 3,3074 no final do ano, conforme informação do site do Banco Central.

Pode-se também perceber que a DCL está distante do limite fiscal de 200%, conforme a Tabela 63 e o Gráfico 11.

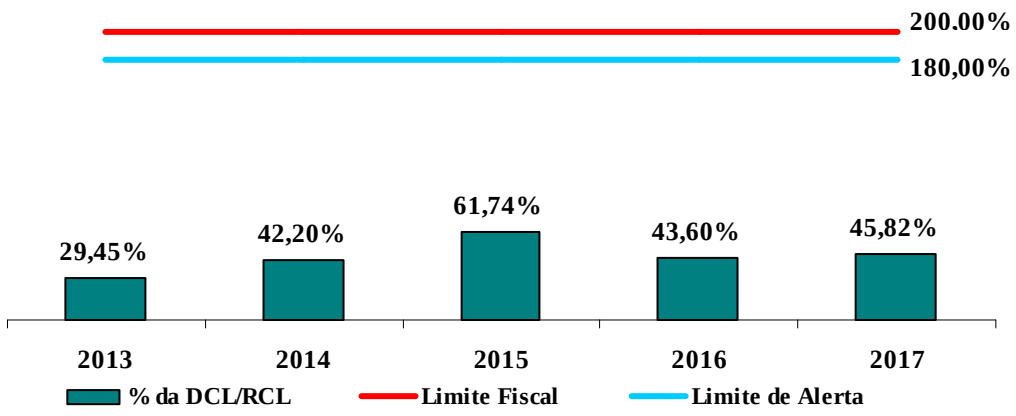
TABELA 63 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE 2013 A 2017

(R$ 1,00)

Dívida Cons. Líquida - DCL	2013	2014	2015	2016	2017
DCL	3.940.902.395	6.084.983.357	9.369.812.566	7.775.059.293	8.146.084.434
% da DCL/RCL	29,45%	42,20%	61,74%	43,60%	45,82%
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%
Limite de Alerta	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE 2013 A 2017



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.6.2. Operações de Crédito

O volume anual das operações de crédito, nos últimos seis anos, manteve-se bem abaixo do limite máximo de 16%, estabelecido pela LRF, conforme demonstrado na Tabela 64 e no Gráfico 12.

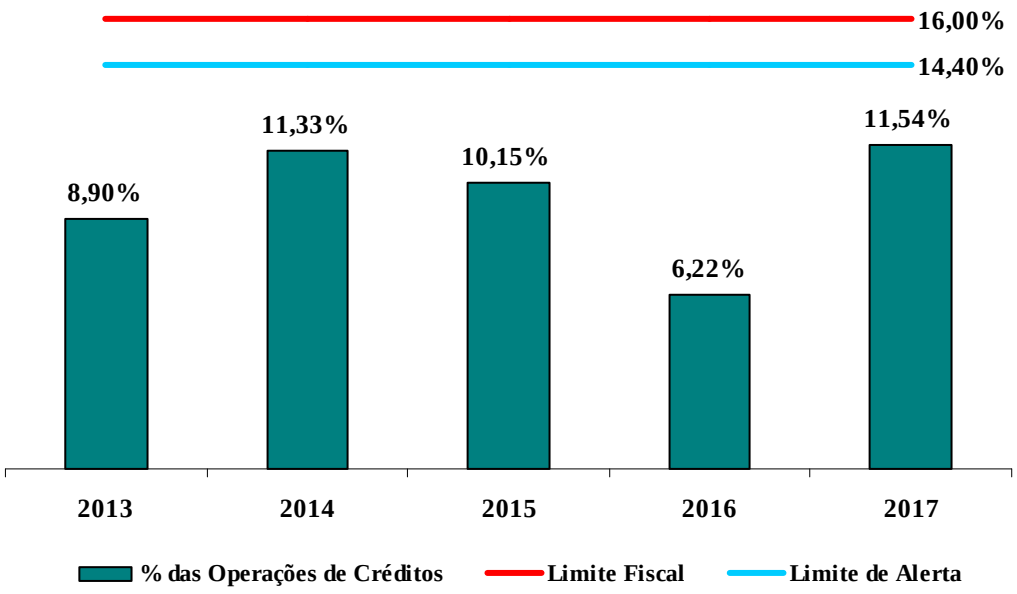
TABELA 64 - EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE 2013 A 2017

(R$ 1,00)

Operações de Créditos	2013	2014	2015	2016	2017
Total das Operações de Créditos Internas e Externas	1.190.525.229	1.633.746.799	1.539.756.897	1.109.696.044	2.051.078.861
% das Operações de Créditos	8,90%	11,33%	10,15%	6,22%	11,54%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite de Alerta	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 12 - EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE 2013 A 2017



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.6.3. Serviços da Dívida

O montante anual do serviço da dívida (amortizações mais juros), nos últimos seis anos, manteve-se abaixo do limite máximo de 11,5% da RCL, estabelecido pela Resolução do Senado nº43/2001, conforme Tabela 65 e Gráfico 13.

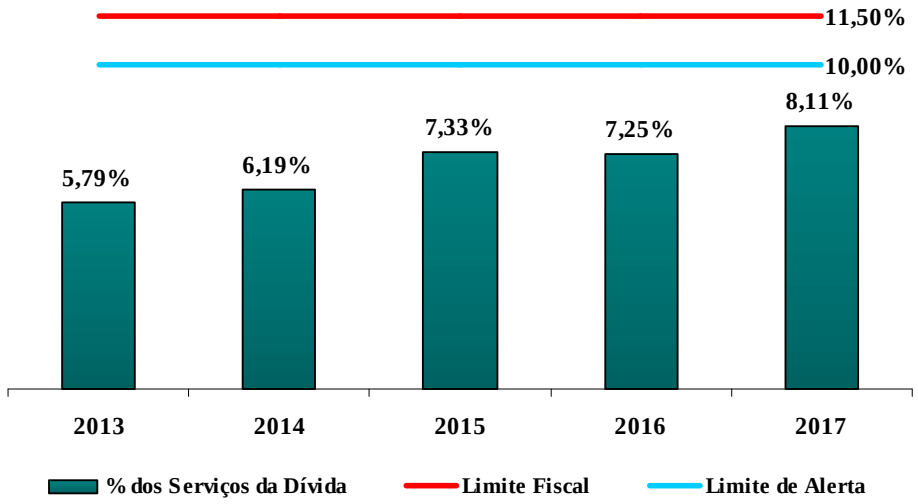
TABELA 65 - EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

(R$ 1,00)

Serviço da Dívida	2013	2014	2015	2016	2017
Total do Serviço da Dívida	774.153.506	892.435.240	1.111.791.292	1.292.853.379	1.441.373.414
% dos Serviços da Dívida	5,79%	6,19%	7,33%	7,25%	8,11%
Limite Fiscal	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Limite de Alerta	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DO SERVIÇO DA DÍVIDA



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.6.4. Garantias e Contragarantias

As Garantias e Contragarantias, nos últimos seis anos, obedeceram ao limite de 22% da RCL, conforme demonstrado na Tabela 66 e no Gráfico 14.

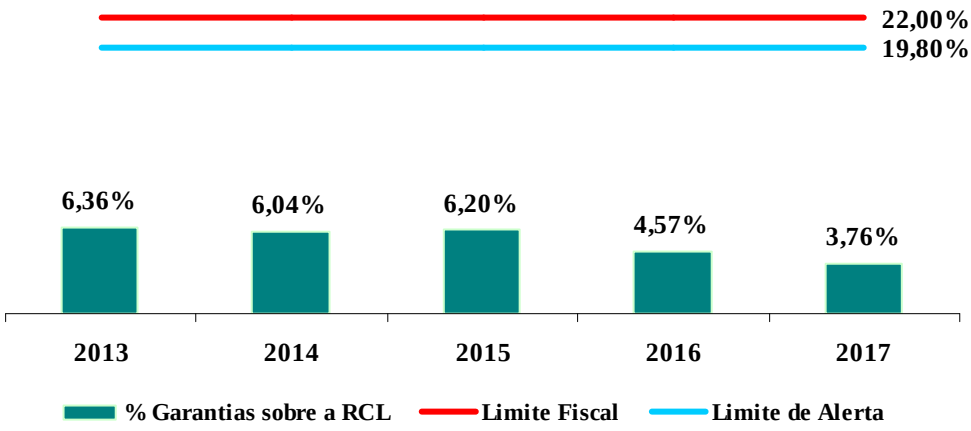
TABELA 66 - EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

(R$ 1,00)

Garantias e Contragarantias	2013	2014	2015	2016	2017
Total das Garantias e Contragarantias	851.191.449	870.955.093	940.560.197	814.720.722	669.087.596
% Garantias sobre a RCL	6,36%	6,04%	6,20%	4,57%	3,76%
Limite Fiscal	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%
Limite de Alerta	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.7. Receitas de Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital

O art. 167, Inciso III, da Constituição Federal, veda a realização de Operações de Créditos que excedam o montante das Despesas de Capital, ressalvadas, as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Ao impedir que o montante das Operações de Crédito em um exercício financeiro exceda o montante das Despesas de Capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. Consequentemente, para que não sejam realizadas Operações de Crédito para pagar juros, é preciso gerar resultado primário capaz de pagar o montante de juros da dívida a cada período. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na

literatura internacional como “regra de ouro”, pois esta é uma boa maneira de controlar o endividamento.

No exercício de 2017, a Receita de Operações de Crédito realizadas foram de R$ 2.051.078.861, enquanto a Despesa de Capital liquida foi no montante de R$ 3.608.125.240.

Conforme Instruções da Portaria n° 577/2008 da STN, para a apuração do cumprimento da regra em comento, deve-se deduzir das Despesas de Capital (R$ 3.315.229,143), aquelas relativas a incentivos fiscais a contribuintes concedidos mediante empréstimos no valor de R$ 48.113.683, com isso, o montante das Despesas de Capital Líquida ficou em R$ 3.267.115.460, de acordo com respectivo demonstrativo apresentado no anexo XI do Relatório Resumido da Execução. Dessa forma, o valor do resultado apurado foi negativo em R$ 1.557.046.379, atendendo a regra de ouro, conforme Tabela 67.

TABELA 67 - DEMONSTRATIVO DA REGRA DE OURO

(R$ 1,00)

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
I. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**2.051.078.861**
DESPESAS	**DESPESAS EXECUTADAS**
II. DESPESAS DE CAPITAL	**3.608.125.240**
LIQUIDADAS	3.267.115.460
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	341.009.780
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO	**(1.557.046.379)**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.8. Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos

O art. 44 da LRF veda a aplicação da Receita de Capital derivada da Alienação de Bens e Direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de Despesa Corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Desse modo, verifica-se que os recursos advindos da alienação de bens e direitos não podem ser aplicados no financiamento de despesa corrente, salvo as exceções destacadas no próprio dispositivo citado.

O art. 53, § 1º, inciso III, da LRF, orienta que o RREO, referente ao último bimestre do exercício, será acompanhado do demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

Posto isso, analisando o demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos, que compõe o Relatório Resumida da Execução Orçamentária relativo ao 6º bimestre do ano de 2017, constatou-se que o mesmo apresentava um saldo de R$ 44.412.982,93 para ser aplicado de acordo com o art. 44 da LRF.

A Tabela 68 apresenta a movimentação dos recursos advindos da alienação de ativos, mostrando os recursos que ingressaram e saíram em 2017.

TABELA 68 - MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS EM 2017

Saldo em 2016 (I)	Receita Realizada 2017 (II)	Despesa Paga 2017 (III)	Restos a Pagar Pago 2017 (IV)	Saldo em 2017 (V) = (I+II-III-IV)
29.329.081,05	16.428.948,44	1.243.242,37	101.804,19	44.412.982,93

Desse modo, percebe-se que em 2017 foi adicionado ao saldo do demonstrativo o valor de R$ 15.083.901,88 (R$ 44.412.982,93 - R$ 29.329.081,05). Porém, analisando as informações de receita realizada e despesa paga, por fonte, obtidas nos sistemas corporativos do Estado, verificou-se que foi computado dentro da receita realizada de 2017 um recurso ingressado sob a fonte 70 no valor de R$ 11.538.689,00, conforme Tabela 69.

TABELA 69 - VALOR ADICIONADO AO SALDO DE RECURSOS ORIUNDOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS EM 2017

Fonte	Receita Realizada 2017 (I)	Despesa Paga 2017 (II)	Restos a Pagar Pago 2017 (III)	Valor Adicionado 2017 (IV) = (I-II-III)
12	4.890.259,44	1.243.242,37	101.804,19	3.545.212,88
70	11.538.689,00	0	0	11.538.689,00
Total	**16.428.948,44**	**1.243.242,37**	**101.804,19**	**15.083.901,88**

Fonte: S2GPR/Sefaz.

Nesse sentido, cumpre-nos destacar que o demonstrativo não permite visualizar as saídas dos recursos ingressados na fonte 70, sendo demonstrada apenas as saídas de recursos da fonte 12, o que certamente está gerando um aumento no saldo de recursos cujas saídas não

estão sendo acompanhadas, com a possibilidade inclusive de que tal saldo esteja superestimado.

Diante do exposto, sugere-se que seja revisado o demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos, que compõe o Relatório Resumida da Execução Orçamentária relativo ao 6º bimestre do ano de 2017, de modo que o mesmo passe a espelhar o real saldo de recursos oriundos de alienação de ativos, inclusive registrando doravante todos ingressos na fonte 12, para que assim possam ser acompanhadas todas as saídas de recursos, inclusive permitindo verificar se tais saídas foram realizadas de acordo com o que dispõe o art. 44 da LRF.

5.9. Disponibilidades de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluídos os depósitos de diversas origens. Da Disponibilidade Bruta são deduzidos os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, os Restos a Pagar Processados, os Restos a Pagar Não-processados, dentre outros. Vale ressaltar que não são deduzidas somente despesas do ponto de vista contábil, mas sim obrigações fiscais. Dessa forma, os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores são também deduzidos.

De acordo com o Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa, integrante do Relatório de Gestão Fiscal de 2017, o Estado apresentou, ao final do exercício, disponibilidade bruta na importância de R$ 4.871.482.290,95.

No campo das obrigações financeiras, utilizando os dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal, foi apurado o valor de R$ 1.453.853.456,16.

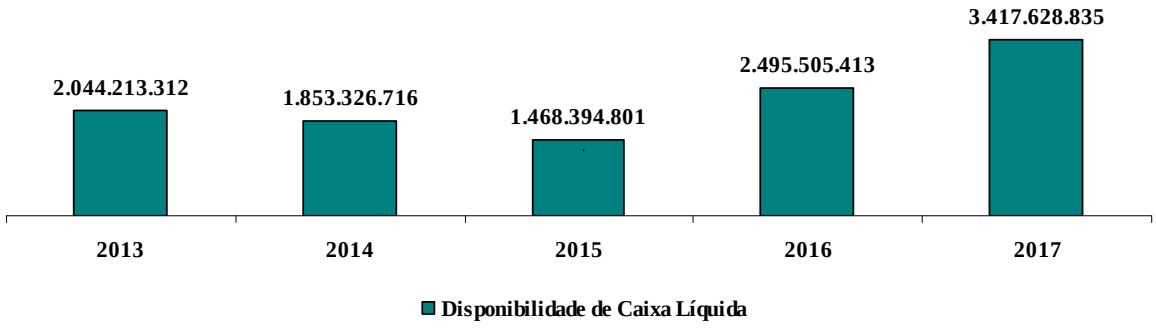
A disponibilidade de caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso.

Em 2017, da importância de R$ 4.871.482.290,95, constam como recursos vinculados o montante de R$ 2.972.910.467,92, tendo como exemplo desses recursos valores do FECOP, as transferências do FUNDEB, do SUS, de convênios, repasse fundo a fundo – FNAS, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2017, auferiu-se o saldo das Disponibilidades Líquidas, que correspondem a R$ 3.417.628.834,79, obtido a partir do valor total de R$ 4.871.482.290,95 das Disponibilidades, deduzidas as Obrigações Financeiras no montante de R$ 1.453.853.456,16.

De acordo com o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, que faz parte do Anexo V dos Relatórios de Gestão Fiscal, o Gráfico 15 demonstra a evolução do saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida, ao final de cada um dos exercícios de 2013 a 2017.

GRÁFICO 15 - SALDO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA NO FINAL DE CADA EXERCÍCIO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Assim, quando se analisa o incremento nominal das Disponibilidades de Caixa entre o ano de 2013 (R$ 2.044.213.312) e o ano de 2017 (R$ 3.417.628.835), chega-se ao percentual de 67,19%. Comparando esse percentual de crescimento com o índice de inflação acumulada do período de 25,96%, conforme Tabela 70, verifica-se que as disponibilidades de caixa apresentam um ganho real de 32,73%.

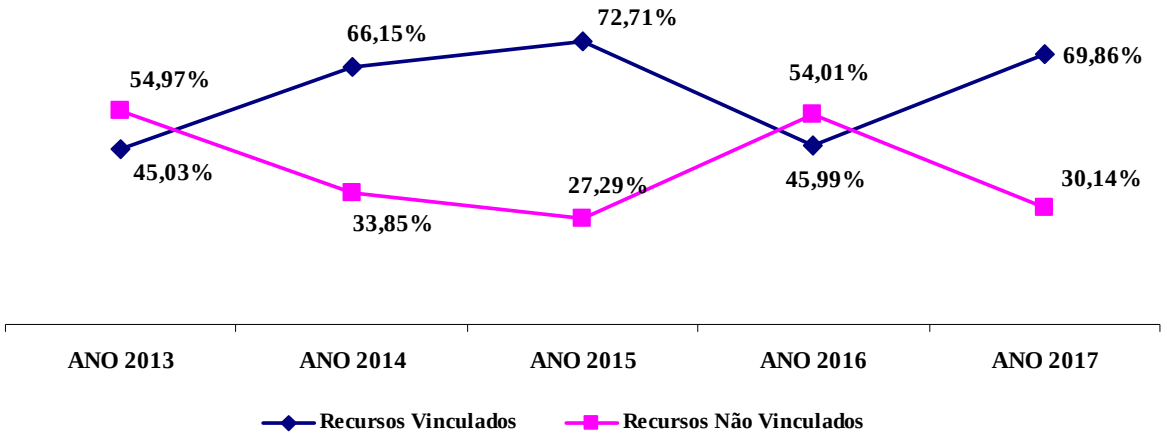
TABELA 70 - ÍNDICES DE INFLAÇÃO - IPCA

	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017
Índice de Inflação IPCA	5,91%	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%
Índice de Inflação Acumulada	5,91%	12,32%	23,01%	29,31%	25,96%

Fonte: BACEN

Por fim, a Disponibilidade de Caixa possui recursos cujas destinações são vinculadas e não vinculadas. O Gráfico 16 demonstra que as destinações não vinculadas apresentaram queda em 2014, 2015 e 2017. A predominância dos recursos vinculados indicam uma redução na autonomia do Estado na gestão dos recursos.

GRÁFICO 16 - DESTINAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA NO FINAL DE CADA EXERCÍCIO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Ressalte-se ainda que ao final do exercício, foram inscritos em restos a pagar não-processados no montante de R$ 285.298.339,58, que deduzidos da disponibilidade indicada no demonstrativo de R$ 1.030.182.091,38, resta o valor líquido de R$ 744.883.751,80. Desta quantia, no que tange à origem dos recursos, R$ 13.804.938,41 correspondem a recursos ordinários do Tesouro, R$ 381.021.808,40 referente à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), R$ 287.359.879,87 de Recursos próprios da Administração Indireta, R$ 44.407.853,83 de Recursos de Alienação de Bens e R$ 18.289.271,29 são decorrentes de arrecadação com venda de selos.

TABELA 71 - DISPONIBILIDADE LÍQUIDA DE CAIXA DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS

R$ 1,00

	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017
Disponibilidade Bruta de Caixa dos Recursos Não Vinculados	1.732.504.319,33	1.223.880.997,60	1.161.730.149,97	2.093.825.801,54	1.898.571.823,03
Disponibilidade Líquida de Caixa dos Recursos Não Vinculados	1.123.745.435,22	627.415.878,97	400.684.019,68	1.347.796.882,45	1.030.182.091,38
% da Disp. Líquida em relação à Disponibilidade Bruta	64,86%	51,26%	34,49%	64,37%	54,26%
Variação Acumulada	100,00%	55,83%	35,66%	119,94%	91,67%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

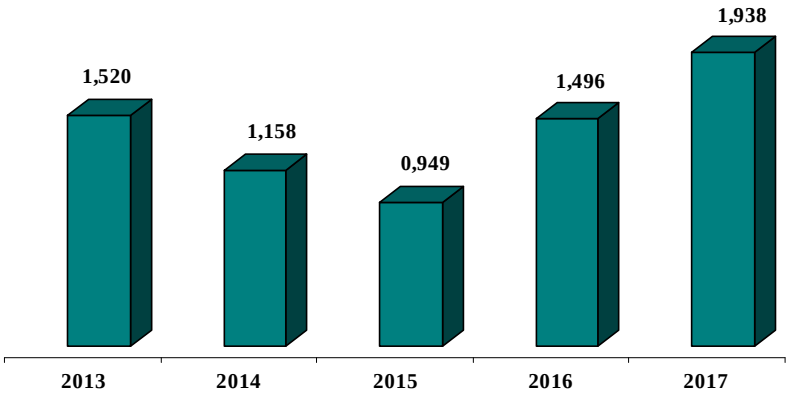
5.9.1. Indicador de Liquidez

O indicador de Liquidez é calculado utilizando a Disponibilidade de Caixa Líquida em relação a Despesa Média Mensal. O objetivo desse indicador é verificar a capacidade de pagamento do Estado, ou seja, para cada R$ 1,00 de despesa quanto ele teria de disponibilidade de caixa para pagar. Para o cálculo do indicador é utilizada a fórmula a seguir:

$$Liquidez = \frac{Disponibilidade\ de\ Caixa\ Líquida}{Despesa\ Mensal\ Liquidada\ Média}$$

O Gráfico 17 demonstra a evolução do indicador por um período de 2013 a 2017, onde se verifica um índice médio de 1,41.

GRÁFICO 17 - INDICADOR DE LIQUIDEZ



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os piores resultados do Indicador de Liquidez ocorreram em 2014 e 2015, quando chegaram a patamares de 1,158 e 0,949, respectivamente. A partir de 2016 verifica-se a

tendência de crescimento, com 1,496, fato confirmado no ano de 2017, com um crescimento das disponibilidades numa proporção maior que das despesas, passando para 1,938. Isso significa que para cada R$ 1,00 de despesas, o Estado possui R$ 1,938 disponível para pagamento.

5.9.2. Indicador de Rigidez das Despesas

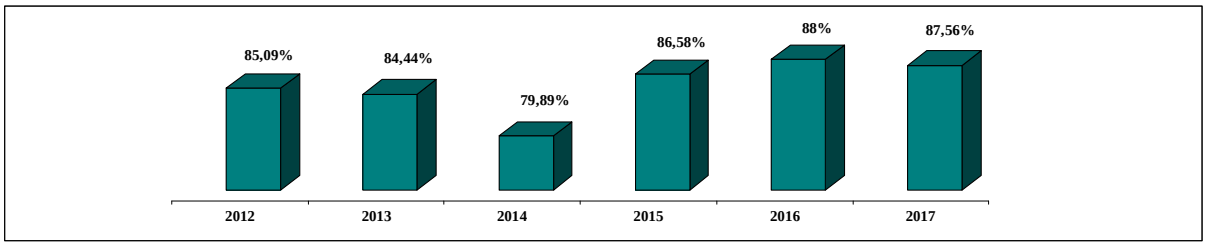
O indicador de Rigidez das Despesas é calculado utilizando a Despesa de Custeio em relação a Despesa Total. Considerando como Despesas de Custeio os gastos com pessoal, o serviço da dívida (juros, encargos financeiros e amortizações da dívida) e outras despesas correntes, esse indicador tem como objetivo identificar a flexibilidade das despesas de custeio em relação a despesa total. Quanto mais esse indicador se aproximar de 100%, mais preocupante será, pois demonstra uma menor flexibilidade fiscal, que é necessária em momentos de crise como o atual e redução no potencial de investimentos.

Para o cálculo do indicador é utilizada a fórmula a seguir:

$$\textit{Rigidez das Despesas} = \frac{\textit{Despesas Rígidas}}{\textit{Despesa Total}} \times 100$$

O Gráfico 18 apresenta o indicador de rigidez das despesas do Estado do Ceará do período de 2012 a 2017.

GRÁFICO 18 - INDICADOR DE RIGIDEZ DAS DEPESAS



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Utilizando a mesma metodologia, calculando para o período de 2012 a 2017 no Estado do Ceará, verificou-se que sua média é de 85,29% e no último ano o indicador apresentou um resultado de 87,56%.

5.10. Resultados Primário e Nominal

5.10.1. Resultado Primário

O Resultado Primário apurado no ano indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias, gerando saldo para pagar as despesas com juros, a fim de evitar o aumento da dívida.

A Tabela 72 demonstra os valores estabelecidos para o Resultado Primário desde a previsão na LDO até a execução no final do exercício.

TABELA 72 - PREVISÃO E EXECUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO

(Em R$ 1.000,00)

Descrição	LDO 2017	LOA 2017	Execução 2017
Receita Primária	22.201.710	22.540.293	22.987.511
Despesa Primária	22.147.693	22.516.583	21.940.118
Resultado Primário	**54.017**	**23.710**	**1.047.393**

Fonte: LDO/LOA/RREO

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2017 (Lei n° 16.084, de 27 de julho de 2016) estabeleceu como meta de Resultado Primário o valor de R$ 460,282 milhões. Posteriormente a Lei nº 16.425, de 30 de novembro de 2017, alterou a meta do Resultado Primário para R$ 54.106 milhões. A Lei Orçamentária Anual para 2017 (Lei n˚ 16.199, de 29 de dezembro de 2016) no seu Demonstrativo dos Ajustes nas Metas Fiscais da LDO 2017 alterou a meta de Resultado Primário para o valor de R$ 23,170 milhões, estando tal situação em consonância com o art. 3º, § 1º da LDO 2017, que disciplina que as metas fiscais poderão ser ajustadas pela Lei Orçamentária Anual. Os principais ajustes nas receitas referem-se à: Receita Tributária com elevação da previsão da arrecadação de impostos em R$ 324 milhões, conforme a perspectiva de melhora dos Índices de Confiança que balizam a atividade econômica, refletindo diretamente em maior arrecadação de ICMS e IPVA do Estado; Demais Receitas Correntes, cujo crescimento se deve majoritariamente ao incremento das receitas do Detran; Transferências de Capital que foram adequadas às novas previsões de convênios com o Governo Federal; e Operações de Crédito que foram alteradas em virtude de ajustes nas negociações de contratações de empréstimos ocorridas após o envio da LDO. Pelo lado da despesa, as principais modificações se referem às: Despesas com pessoal, em razão da

expansão decorrente, principalmente, da anualização de benefícios já concedidos e da destinação de reserva de pessoal para atender possíveis crescimentos vegetativos, revisões de planos de carreiras, concursos ou eventuais melhorias salariais; Outras Despesas Correntes, devido ao início de funcionamento de novos equipamentos, destacando-se os equipamentos ligados à educação e saúde; e Investimentos estruturantes efetuados principalmente com recursos de convênios federais e operações de crédito.

De acordo com o Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, o Resultado Primário do exercício de 2017 foi de R$ 1.047,39 milhões, superando a meta inicialmente prevista. Contribuiu para esse resultado o fato das receitas primárias terem obtido um percentual de realização em relação à previsão inicial maior do que o nível de execução alcançado pelas despesas primárias.

A Tabela 73 e o Gráfico 19 apresentam o comportamento de Resultado Primário do período de 2013 a 2017.

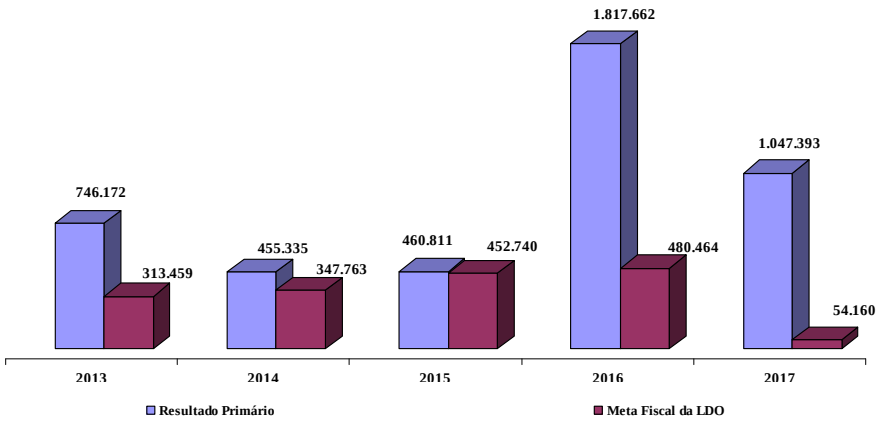
TABELA 73 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO PERÍODO DE 2013 A 2017

(Em R$ 1.000,00)

Resultado Primário	2013	2014	2015	2016	2017
Resultado Primário	746.172	455.335	460.811	1.817.662	1.047.393
Meta Fiscal da LDO	313.459	347.763	452.740	480.464	54.160

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 19 - COMPARATIVO ANO A ANO DO RESULTADO PRIMÁRIO COM A META ANUAL



Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2013 a 2017 e RREO

Da análise deste, constata-se que, neste período, o Estado vem mantendo um histórico favorável no cumprimento das metas estipuladas. Um superávit fiscal evidencia o bom desempenho das receitas, permitindo a cobertura integral de toda a despesa, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e parte do principal da dívida pública, indicando auto-suficiência de recursos públicos para a cobertura do serviço da dívida.

5.10.2. Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida)

A apuração do Resultado Nominal, calculado conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional tem por finalidade medir a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2017 estabeleceu como meta para Resultado Nominal o valor de R$ 1.381,739 milhões. Esse valor representa previsão de aumento no estoque da Dívida Consolidada Líquida do Estado.

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período janeiro a dezembro de 2017, o Resultado Nominal no ano de 2017 demonstrou um aumento no endividamento do Estado, no valor de R$ 371.025 mil, conforme Tabela 74.

TABELA 74 - COMPARATIVO DO RESULTADO NOMINAL

(R$ 1,00)

Ano	Div. Cons. Líquida	Div. Consolidada
2016	7.775.059.293	10.518.535.190
2017	8.146.084.434	11.820.226.140
Resultado Nominal (Variação Anual)	**371.025.141**	**1.301.690.950**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O incremento da Dívida Consolidada Líquida, em 2017, foi proporcionado principalmente pelo aumento da Dívida Contratual junto a Instituições Financeiras (Interna e Externa), que passou do valor de R$ 9.902.548.744,50 em 2016 para R$ 11.295.560.450,27, ou seja, um incremento de 14,07%, em razão de novas contratações de operações de crédito.

A Tabela 75 demonstra o comportamento do Resultado Nominal ao longo dos últimos seis exercícios.

TABELA 75 - RESULTADO NOMINAL DO PERÍODO DE 2013 A 2017

(Em R$ 1.000,00)

Resultado Nominal	2013	2014	2015	2016	2017
Meta da LDO	1.082.354	347.051	556.710	529.436	1.381.739
Estoque da DFL	3.940.902	6.084.983	9.369.813	7.775.059	8.146.084
Resultado Nominal	580.539	2.144.081	3.284.829	-1.594.753	371.025

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Em 2017, o Resultado Nominal foi de R$ 371.025 mil, indicando o incremento no nível de endividamento do Estado abaixo da meta estipulada para o exercício.

5.11. Investimentos Destinados ao Interior do Estado

O art. 210 da Constituição Estadual estabelece que "a Lei de Orçamento do Estado observará, para investimento do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim". O parágrafo único do mesmo artigo define que "excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza."

Atualmente o Estado do Ceará está dividido em 14 regiões de regiões de planejamento, conforme Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro de 2015.

Em 2017, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará – IPECE publicou o livro, "Panorama Socioeconômico das Regiões de Planejamento do Estado do Ceará", que tem como objetivo avaliar indicadores territoriais, demográficos, infraestruturais, sociais e econômicos. Segundo essa publicação o enfoque territorial incorporado no planejamento almeja à descentralização das políticas e a integração da ação governamental nas regiões, estimulando a participação social e o fortalecimento das vocações regionais, tendo como objetivo a redução das desigualdades socioeconômicas entre regiões. E ainda, pode-se verificar que a região do Cariri possui o maior número de municípios, vindo em seguida à Grande Fortaleza e o Sertão de Sobral. As regiões que possuem menores quantitativos de municípios são do Sertão dos Inhamuns, Sertão do Canindé e Litoral Leste. Outro detalhe importante divulgado na publicação é em relação a questão demográfica onde em termos absolutos, a Grande Fortaleza possuía em 2000 o maior número de habitantes, sendo seguida pelas regiões do Cariri, Sertão de Sobral, Centro Sul e Vale do Jaguaribe.

Salienta-se que para o ano de 2010 não houve alteração nas posições das cinco primeiras regiões com maior contingente populacional.

Assim, a atual distribuição dos investimentos do Estado, no exercício de 2017, teve o comportamento evidenciado na Tabela 76.

TABELA 76 - INVESTIMENTOS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO

(R$ 1,00)

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	VR. AUTORIZADO 2017	VR. EMPENHADO 2017	% EMPENHADO	% NO TOTAL EXECUTADO 2017
CARIRI	571.374.060	451.735.074	79,06%	18,31%
CENTRO SUL	155.198.740	119.356.850	76,91%	4,84%
LITORAL LESTE	144.093.727	88.850.724	61,66%	3,60%
LITORAL NORTE	88.185.646	72.685.397	82,42%	2,95%
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	73.975.975	63.172.203	85,40%	2,56%
MACIÇO DO BATURITÉ	101.414.085	73.007.472	71,99%	2,96%
SERRA DA IBIAPABA	115.008.346	45.028.034	39,15%	1,83%
SERTÃO CENTRAL	155.114.802	116.685.543	75,23%	4,73%
SERTÃO DE CANINDÉ	34.524.677	24.701.307	71,55%	1,00%
SERTÃO DE SOBRAL	195.585.241	136.281.279	69,68%	5,53%
SERTÃO DOS CRATEÚS	126.455.064	111.386.973	88,08%	4,52%
SERTÃO DOS INHAMUNS	53.210.671	29.416.215	55,28%	1,19%
VALE DO JAGUARIBE	151.829.039	73.399.794	48,34%	2,98%
Subtotal - Interior	**1.965.970.074**	**1.405.706.865**	**71,50%**	**56,99%**
ESTADO DO CEARÁ	437.682.507	40.723.343	9,30%	1,65%
GRANDE FORTALEZA	2.113.686.137	1.020.195.268	48,27%	41,36%
Total	**4.517.338.718**	**2.466.625.476**	**54,60%**	**100,00%**

Fonte: SIOF/SEPLAG

Pela análise da Tabela 76 é possível identificar que 56,99% do valor total empenhado foi destinado ao interior do Estado, percentual esse que atende ao dispositivo constitucional (50%).

Assim, seguindo os dados divulgados na publicação do IPECE pode-se justificar a distribuição dos investimentos do Estado nas regiões de planejamento, onde a Grande Fortaleza (41,36%) foi beneficiada com um maior volume, seguida pelo Cariri (18,31%) e Sertão de Sobral (5,53%), as demais regiões apresentaram percentuais de investimentos baixo de 5,00%. As regiões que receberam menores percentuais foram o Sertão dos Inhamuns com apenas 1,19% e o Sertão do Canindé com 1,00%.

E ainda, na publicação Enfoque Econômico nº178, do IPECE foi calculado o Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI) que permitirá o monitoramento dos investimentos ao longo dos anos.

Para a análise do ICI deve-se atentar para que no caso, tem-se que ICI Є (0, + ∞) e que:

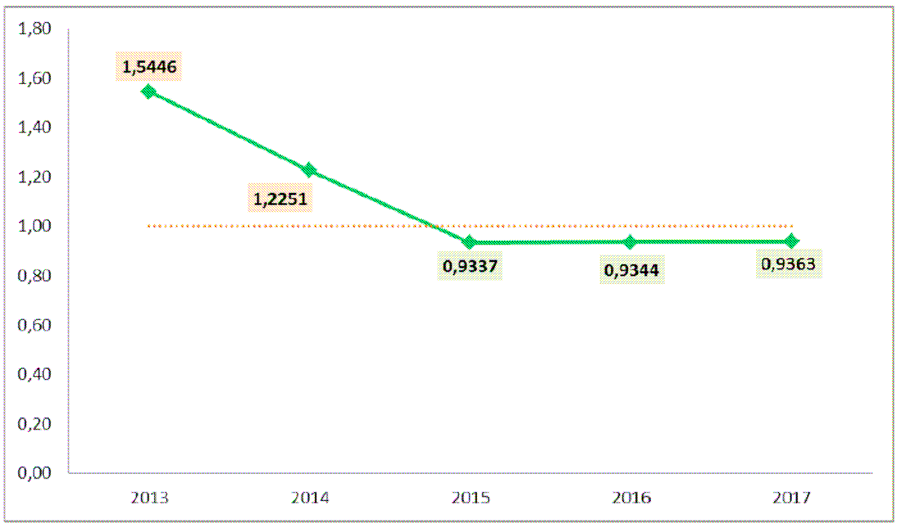
Se 0 ≤ ICI < 1, então, ter-se-á que os investimentos públicos estão relativamente menos concentrados do que a população na Grande Fortaleza, ou que, em termos *per capita* os investimentos são menores na Grande Fortaleza que a média do Estado;

Se ICI = 1, logo a Grande Fortaleza apresenta a mesma concentração de investimentos e de população; e

Se ICI > 1, os investimentos públicos estão relativamente mais concentrados do que a população na Grande Fortaleza, ou que, em termos *per capita*, os investimentos são maiores na Grande Fortaleza que a média do Ceará.

A Figura 07 demonstra a evolução do ICI nos últimos cinco anos, conforme a seguir:

Gráfico 1: Índice de Concentração Regional dos Investimentos Públicos no Ceará (ICI) – 2013 a 2017



Fonte: SIOF/SEPLAG. Estimativa Populacional do IBGE, 2017. Elaboração: IPECE.

E ainda, na publicação do Enfoque Econômico os analistas comentaram:

> Como a economia e a infraestrutura ainda são bastante concentradas na Grande Fortaleza, os resultados do ICI dos últimos três anos são importantes, pois, sinalizam um esforço do Governo do Estado em desconcentrar os investimentos públicos em

favor do interior. Se esse direcionamento for mantido ao longo do tempo, então, será possível vislumbrar no futuro uma redução consistente das disparidades históricas existentes entre o entorno da capital do Estado e as demais regiões do Ceará, sem perda de crescimento para a região da Grande Fortaleza.

5.12. Parcerias Público-Privadas

Na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, com redação alterada pelas Leis nº 12.024, de 2009, e nº 12.766, de 2012, se aplica aos órgãos da Administração Pública estabelece que a União não poderá conceder garantias e realizar transferências voluntárias de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes quando tiver excedido, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida projetada para os respectivos exercícios.

O Estado do Ceará vem atendendo ao limite de 5% das despesas em relação a RCL, pois suas despesas com PPP em relação a RCL apresentam um percentual abaixo de 1%, conforme Tabela 77, que apresenta parte do Demonstrativo das Parcerias Públicos-Privadas, integrante do RREO, publicado no 6º bimestre de 2017:

TABELA 77 - DESPESAS DE PPP EM RELAÇÃO A RCL

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR 2016	EXERCÍCIO CORRENTE 2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado , exceto estatais não dependentes(I)	**41.259.649,01**	**50.509.312,48**	**64.428.617,93**	**153.917.909,46**	**215.748.011,80**	**118.222.547,20**	**167.022.516,53**	**173.983.766,62**	**181.632.092,09**	**190.035.307,29**	**209.411.791,23**
PPP Castelão - Copa 2014	4.443.165,42	6.254.042,61	10.183.405,53	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa VAPT VUPT de Atend. Integrado ao Cidadão	36.816.483,59	44.255.269,87	54.245.212,40	53.178.087,02	58.426.764,21	64.193.485,83	70.529.382,89	77.490.632,98	85.138.958,45	93.542.173,65	112.918.657,59
Hospital Regional Metropolitano (HRM)	-	-	-	100.739.822,44	157.321.247,59	54.029.061,37	96.493.133,64	96.493.133,64	96.493.133,64	96.493.133,64	96.493.133,64
Das Estatais Não-Dependentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	**41.259.649,01**	**50.509.312,48**	**64.428.617,93**	**153.917.909,46**	**215.748.011,80**	**118.222.547,20**	**167.022.516,53**	**173.983.766,62**	**181.632.092,09**	**190.035.307,29**	**209.411.791,23**
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	**17.831.937.421,85**	**17.779.471.739,21**	**17.978.216.273,07**	**18.179.182.435,91**	**18.382.395.061,80**	**18.587.879.262,42**	**18.795.660.430,14**	**19.005.764.241,18**	**19.218.216.658,78**	**19.433.043.936,41**	**19.650.272.621,00**
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE ((IV=I +II)	**41.259.649,01**	**50.509.312,48**	**64.428.617,93**	**153.917.909,46**	**215.748.011,80**	**118.222.547,20**	**167.022.516,53**	**173.983.766,62**	**181.632.092,09**	**190.035.307,29**	**209.411.791,23**
TOTAL DAS DESPESAS/RCL (%) (V=(IV/III)	**0,23%**	**0,28%**	**0,36%**	**0,85%**	**1,17%**	**0,64%**	**0,89%**	**0,92%**	**0,95%**	**0,98%**	**1,07%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.13. Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF)

O Estado do Ceará é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas nº 003/97 STN/COAFI, de 16 de outubro de 1997, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado federal nº 123/97. O programa dá cumprimento ao disposto no referido Contrato e seus termos aditivos. A 19ª revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2017 e estimativas para os exercícios de 2018 e 2019.

O cumprimento das metas ou compromissos do Programa visa manter a classificação da capacidade de pagamento do Estado, tornando elegíveis as operações de crédito de seu interesse à concessão de garantias da União.

Nesse item busca demonstrar quais as Metas ou Compromissos e seus respectivos resultados em 2017, conforme a seguir:

META 1 - RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA (DC) / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: não ultrapassar em 2017 a 69,25% na relação DC/RCL. A Meta 1 estabelecida foi atendida, pois a DC ficou em 68,48% da RCL, conforme Tabela 78 a seguir:

Tabela 78 – META 1

	ANO 2017
META 1	**69,25%**
RESULTADO	**68,48%**

Fonte: RGF-3o. Quadrimestre/2017

META 2 - RESULTADO PRIMÁRIO: superar o resultado primário previsto para o exercício. Para o exercício de 2017 a meta do Resultado Primário previsto no PAF foi de 1.200,00 milhões negativos, mas o realizado foi de 1.047,39 milhões, superando a Meta 2 estabelecida, conforme Tabela 79 a seguir:

Tabela 79 – META 2

R$ Milhões

	ANO 2017
META 2	**-1.200,00**
RESULTADO	**1.047,39**

Fonte: RREO - 6o. Bimestre/2017

META 3 - DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: consiste não ultrapassar o limite definido no art. 19, inciso II, da LRF. Em 2017, a Meta 3 foi atendida, pois o resultado da soma dos percentuais da Despesa com Pessoal de todos os Poderes e Ministério Público ficou em 52,12%, muito abaixo do limite de 60%, conforme Tabela 80 a seguir:

Tabela 80 – META 3

	ANO 2017
META 3	**60,00%**
RESULTADO	**52,12%**

Fonte: RGF-3o. Quadrimestre/2017

META 4 - RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA: superar o montante de receitas de arrecadação própria de R$ 7.326 milhões em 2017. A Meta 4 foi atendida, com o resultado de R$7.853 milhões, conforme apresentado na Tabela 81 a seguir:

Tabela 81 – META 4

R$ Milhões

	ANO 2017
META 4	**7.326,00**
RESULTADO	**7.853,07**

Fonte: S2GPR/2017

META 5 - GESTÃO PÚBLICA: alcançar os seguintes compromissos:

(a) Encaminhar à STN até 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do PAF relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte.

(b) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público os dados e informações relativos ao PAF.

Compromissos sobre a Gestão Publica alcançados, conforme informações apresentadas no sítio da SEFAZ, a seguir:

https://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/paf.asp

META 6 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA: consiste em alcançar em 2017 disponibilidade de caixa de recursos não vinculados maior que o das obrigações financeiras. A Meta 6 foi atendida conforme Anexo V do RGF do 3o. quadrimestre de 2017, conforme Tabela 82 a seguir:

Tabela 82 – META 6

R$ Milhões

	ANO 2017
Recursos Não Vinculados	**1.898,57**
Obrigações Financeiras	**1.453,85**

Fonte: RGF-3o. Quadrimestre/2017

Assim, o governo do Estado do Ceará atendeu todas as Metas (1 a 6) do PAF apresentadas na 19a. Revisão, período 2017 -2019.

5.14. Atendimento a Emenda Constitucional nº 88/2016

A Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará. Esse regime irá vigorar por dez exercícios financeiros, nos termos dos arts. 43 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Tabela 83, a seguir, demonstra que no exercício de 2016 as despesas primárias correntes foram no montante de R$ 8.466.008.938,77, e que acrescidas ao percentual de 7% obteve-se o limite do novo regime fiscal no valor de R$ 9.058.629.564,48,

que poderia ser gasto no exercício de 2017. Assim, em 2017 as despesas primárias correntes do Poder Executivo ficaram no patamar de R$ 8.718.182.527,76 atendendo aos dispositivos estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal.

TABELA 83 - Demonstrativo do Novo Regime Fiscal

R$ 1,00

DEMONSTRATIVO DO NOVO REGIME FISCAL (EC n.º 88/16)	2016 (A)		2017 (B)		Variação (%) (C = B/A)
	Corrente	Restos a Pagar	Corrente	Restos a Pagar	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES BRUTA (I)	**16.944.893.041,51**	**458.472.725,68**	**17.666.906.467,20**	**340.802.676,76**	**3,47%**
Pessoal e Encargos Sociais	8.610.089.305,22	192.746.523,19	9.109.179.816,30	75.597.749,51	4,34%
Outras Despesas Correntes	8.334.803.736,29	265.726.202,49	8.557.726.650,90	265.204.927,25	2,59%
DEDUÇÕES (II)	**-8.661.192.801,52**	**-276.164.026,90**	**-9.033.920.462,64**	**-255.606.153,56**	**3,94%**
(-) Transferências Constitucionais e legais (IPVA e ICMS)	-2.781.867.783,70	-52.780.468,12	-3.040.021.986,91	-55.488.417,53	9,20%
(-) Despesas Relativas à Saúde	-2.975.733.353,87	-109.342.341,49	-3.038.166.360,22	-88.683.892,49	1,35%
(-) Despesas Relativas à Educação	-2.870.999.343,82	-106.051.301,70	-2.918.342.782,55	-103.835.043,94	1,52%
(-) Fundos operacionalizados com recursos exclusivamente próprios	-32.592.320,13	-7.989.915,59	-37.389.332,96	-7.598.799,60	10,86%
TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	**8.466.008.938,77**		**8.718.182.527,76**		**2,98%**
LIMITE NOVO REGIME FISCAL (IV) = (III-A * 1,07)			**9.058.629.564,48**		**7,00%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Nota 1: O demonstrativo evidencia apenas as depesas pagas e os restos a pagar pagos.

Nota 2: Nas deduções relativas às despesas com saúde e educação foram consideradas as despesas pagas na funções orçamentárias da saúde e educação.

Nota 3: Em 2016 foram deduzidas as despesas pagas pelos seguintes fundos: FEC, FDCC, FDAF, FDS, FUNDART, FUNDEJ , FUNPECEPGE e PREVID. Em 2017 foram deduzidas as despesas pagas pelos seguintes fundos: FEC, FDCC, FDAF, FDS, FECA, FEICE, FUNDART, FUNDEJ, FUNPECEPGE e PREVID.

CONCLUSÃO

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE) elaborou o Relatório sobre as Contas Anuais do Governo referente ao exercício financeiro de 2017 em cumprimento às disposições legais. As análises foram norteadas pelos mandamentos constitucionais e pelas orientações contidas na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei Federal nº4.320/1964 e nos demais normativos legais sobre a matéria.

Considera-se importante frisar, ainda, que as análises tomaram como parâmetro as informações consolidadas do Balanço Geral do Estado e da Mensagem Governamental de 2018. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos deve ser realizado por ocasião da análise das contas anuais de gestão.

A atuação da CGE visou fortalecer o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, o Sistema de Ouvidoria, o Sistema de Transparência e Ética e o Sistema de Acesso à Informação, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão e para o fomento ao controle social, ampliando o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público. Em 2017, os indicadores que representam o nível de satisfação dos usuários das ferramentas de ouvidoria e de transparência disponibilizadas pela CGE (Sistema de Ouvidoria, Sistema de Informação ao Cidadão e Portal da Transparência) e o nível de utilização, pelo cidadão, dessas ferramentas, apresentaram o resultado de 82,60% e 4,93%, respectivamente, consolidando a tendência de aumento da satisfação e utilização em relação aos exercícios anteriores. Já o indicador que representa o nível de implementação das ações propostas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, no denominado Plano de Ações para Sanar Fragilidades (PASF), resultado das atividades de controle da CGE (auditorias, controle interno preventivo, orientações técnicas, ouvidoria), apresentou o resultado de 78,08%, acima da meta estabelecida.

Além disso, a CGE buscou disseminar informações e orientações para o fortalecimento da gestão, realizando diversas atividades, desde fóruns e capacitações, abrangendo ainda análises técnicas e auditorias de denúncias, de obras, e de recursos decorrentes de contratos de financiamento com organismos internacionais.

Para analisar as recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2016, a CGE coordenou a Comissão do **PASF Contas de Governo,**

que realizou o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas. A Comissão deu tratamento a todas as questões suscitadas pelo TCE/CE. Como resultado desse trabalho, das 55 recomendações emitidas pelo TCE/CE, 38 foram consideradas atendidas. Para as 17 restantes, foram realizadas ações que ainda estão em processo de implementação. Assim, do total de 55 recomendações, 69,09% foram consideradas atendidas e 30,91% estão em fase de implementação.

Os 7 Eixos Estratégicos (7 Cearás) do PPA 2016-2019 apresentaram resultados variados de desempenho em seus Indicadores Estratégicos, Temas e Programas de Governo, alguns alcançando suas metas, outros com números muito aquém do programado. Notavelmente, os Eixos ligados à economia cearense Ceará da Gestão Democrática por Resultados e Ceará de Oportunidades apresentaram bons resultados nos indicadores estratégicos. Quanto aos resultados negativos, entre outros fatores, foram influenciados diretamente pela reduzida execução de aplicações oriundas das fontes Operações de Crédito Internas e Externas e Convênios Federais. Destaca-se também a quantidade elevada de indicadores de desempenho dos Eixos ainda sem dados disponíveis na Mensagem enviada à Assembleia em 2018.

O superávit orçamentário de 2017 reflete de forma geral a boa gestão dos recursos financeiros do Estado do Ceará. No entanto, ajustes ainda são necessários para manter a execução orçamentária mais próxima dos valores autorizados durante todo o ano, notavelmente nas receitas e despesas de capital. Apesar da redução em relação aos dois últimos anos, o orçamento de 2017 apresentou elevadas despesas de exercícios anteriores, fator que necessita de maior atenção dos gestores. Além disso, as despesas crescentes com Contratos de Gestão elevam a necessidade de controle de gastos e resultados da aplicação desses recursos.

Os demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos anexos, no período de janeiro a dezembro de 2017, foram publicados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que aprovou a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais. O Governo do Estado do Ceará atendeu a todos os limites estabelecidos na Gestão Fiscal (pessoal, dívida, operações de crédito, garantias e contragarantias e serviço da dívida), os limites dos indicadores de Saúde e Educação, o

percentual de aplicação de recursos do FUNDEB (estadual e federal), a regra de ouro, as metas do Resultado Primário e Nominal, o limite do percentual das despesas com PPP, o percentual de Investimentos Destinados ao Interior do Estado, as metas do PAF e o atendimento à Emenda da Constituição Estadual nº 88/2016.

Por fim, espera-se que o presente Relatório fortaleça os processos de controle interno e de *accountability*, contribuindo efetivamente para a integridade das informações e para a transparência na gestão dos recursos públicos.

Fortaleza, 28 de março de 2018.

Adriana Oliveira Nogueira
Auditora de Controle Interno
Assessora Técnica

Vitor Hugo Gaspar Pinto
Auditor de Controle Interno

Carlos Rubens Moreira da Silva
Auditor do Controle Interno
Orientador de Célula

Bruno Jesus Martins Lôbo
Articulador

De acordo:

Marcelo de Sousa Monteiro
Coordenador de Ações Estratégicas

De acordo:

Antônio Marconi Lemos da Silva
Secretário Adjunto da
Controladoria e Ouvidoria Geral

De acordo:

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
Secretário de Estado Chefe da
Controladoria e Ouvidoria Geral

DEMONSTRATIVOS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
11	RECEITAS CORRENTES (I)	18.594.463.650,04	18.938.104.305,91	19.221.953.962,86	283.849.656,95
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	11.340.856.280,03	11.469.474.267,80	11.467.346.426,00	-2.127.841,80
1111	IMPOSTOS	11.324.700.709,01	11.416.918.317,03	11.417.212.567,28	294.250,25
1112	TAXAS	16.155.571,02	52.555.950,77	50.133.858,72	-2.422.092,05
113	RECEITA PATRIMONIAL	248.382.678,00	266.044.891,00	307.255.111,49	41.210.220,49
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	100.407.796,00	100.407.796,00	1.050.268,21	-99.357.527,79
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	146.111.914,00	162.558.477,00	286.491.265,69	123.932.788,69
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	3.295.387,08	3.295.387,08
1136	RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	1.215.650,00	15.216.460,00	14.000.810,00
1139	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.862.968,00	1.862.968,00	1.201.730,51	-661.237,49
116	RECEITA DE SERVIÇOS	13.082.834,00	14.062.834,00	14.239.831,88	176.997,88
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	13.082.834,00	14.062.834,00	14.239.831,88	176.997,88
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.331.160.214,00	6.426.674.852,75	6.621.994.063,82	195.319.211,07
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.285.678.313,00	6.342.011.562,56	6.576.270.772,89	234.259.210,33
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	45.481.901,00	84.663.290,19	45.723.290,93	-38.939.999,26
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	660.981.644,01	761.847.460,36	811.118.529,67	49.271.069,31
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	108.774.041,01	108.774.041,01	188.691.064,51	79.917.023,50
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	137.381.147,00	146.620.345,97	115.806.295,19	-30.814.050,78
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	82.532.178,00	82.532.178,00	80.502.870,69	-2.029.307,31
1199	RECEITAS DIVERSAS	332.294.278,00	423.920.895,38	426.118.299,28	2.197.403,90
12	RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.867.630.292,00	4.273.586.781,39	2.498.664.326,11	-1.774.922.455,28
121	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.077.321.792,00	3.507.144.853,38	2.051.078.860,99	-1.456.065.992,39
1211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	599.212.124,00	1.765.916.765,20	1.220.422.981,59	-545.493.783,61
1212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	2.478.109.668,00	1.741.228.088,18	830.655.879,40	-910.572.208,78
122	ALIENAÇÃO DE BENS	22.030.000,00	22.187.800,00	4.890.259,44	-17.297.540,56
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	22.030.000,00	22.187.800,00	3.609.600,95	-18.578.199,05
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	1.280.658,49	1.280.658,49
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	758.198.500,00	734.174.128,01	442.036.682,86	-292.137.445,15
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	21.266.402,66	21.266.402,66
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	758.198.500,00	734.174.128,01	420.770.280,20	-313.403.847,81
125	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.080.000,00	10.080.000,00	658.522,82	-9.421.477,18
1259	OUTRAS RECEITAS	10.080.000,00	10.080.000,00	658.522,82	-9.421.477,18
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)		**22.462.093.942,04**	**23.211.691.087,30**	**21.720.618.288,97**	**-1.491.072.798,33**

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
Operações de Crédito/Financiamento (IV):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):	**22.462.093.942,04**	**23.211.691.087,30**	**21.720.618.288,97**	**-1.491.072.798,33**
Déficit (VI):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total (VII)=(V + VI):	**22.462.093.942,04**	**23.211.691.087,30**	**21.720.618.288,97**	**-1.491.072.798,33**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		2.509.469.844,63	844.388.701,14	-1.665.081.143,49
Recursos Arrecadados em Exercícios Anterioes		2.509.469.844,63	844.388.701,14	
Superávit Financeiro				
Reabertura de créditos adicionais				

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**12.820.889.950,00**	**13.363.517.148,30**	**12.944.735.261,20**	**12.835.349.106,57**	**12.667.604.862,75**	**418.781.887,10**
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.767.503.749,00	6.708.512.445,06	6.520.918.945,61	6.520.918.945,61	6.481.654.428,59	187.593.499,45
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	460.281.752,00	472.030.202,46	452.097.969,17	452.097.969,17	452.097.969,17	19.932.233,29
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.593.104.449,00	6.182.974.500,78	5.971.718.346,42	5.862.332.191,79	5.733.852.464,99	211.256.154,36
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**3.781.719.501,00**	**5.180.990.407,20**	**2.733.417.422,30**	**2.515.835.689,33**	**2.492.074.905,61**	**2.447.572.984,90**
44 INVESTIMENTOS	2.704.265.412,00	2.960.693.890,81	1.596.173.070,51	1.378.591.337,54	1.354.830.553,82	1.364.520.820,30
45 INVERSÕES FINANCEIRAS	98.444.927,00	159.765.011,61	148.671.258,71	148.671.258,71	148.671.258,71	11.093.752,90
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	979.009.162,00	2.060.531.504,78	988.573.093,08	988.573.093,08	988.573.093,08	1.071.958.411,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	**54.260.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.260.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):	**16.656.869.951,00**	**18.544.507.555,50**	**15.678.152.683,50**	**15.351.184.795,90**	**15.159.679.768,36**	**2.866.354.872,00**

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):	**16.656.869.951,00**	**18.544.507.555,50**	**15.678.152.683,50**	**15.351.184.795,90**	**15.159.679.768,36**	**2.866.354.872,00**
Superávit (XIII):	**5.805.223.991,04**	**4.667.183.531,80**	**6.042.465.605,47**			**-1.375.282.073,67**
Total (XIV)=(XII+XIII):	**22.462.093.942,04**	**23.211.691.087,30**	**21.720.618.288,97**	**15.351.184.795,90**	**15.159.679.768,36**	**1.491.072.798,33**
Reserva do RPPs						

Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**10.666.368,40**	**74.723.397,84**	**385.705,95**	**67.568.294,06**	**9.579.495,40**	**8.241.976,78**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.437.051,05	438.042,79	6.389,38	266.508,74	1.245.515,06	363.070,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.229.317,35	74.285.355,05	379.316,57	67.301.785,32	8.333.980,34	7.878.906,74
DESPESAS DE CAPITAL	**22.006.012,02**	**153.823.288,71**	**2.499.615,69**	**146.832.699,63**	**17.571.808,23**	**11.424.792,87**
INVESTIMENTOS	22.006.012,02	153.163.755,75	2.499.615,69	146.173.166,67	17.571.808,23	11.424.792,87
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	659.532,96	0,00	659.532,96	0,00	0,00
Total:	**32.672.380,42**	**228.546.686,55**	**2.885.321,64**	**214.400.993,69**	**27.151.303,63**	**19.666.769,65**

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**477.895,38**	**160.390.215,56**	**0,00**	**156.452.743,48**	**3.993.189,99**	**422.177,47**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.597,37	76.068.962,10	0,00	75.897.349,31	169.141,83	168.068,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	312.298,01	84.321.253,46	0,00	80.555.394,17	3.824.048,16	254.109,14
DESPESAS DE CAPITAL	**344.599,67**	**10.911.279,42**	**0,00**	**9.049.539,08**	**289.006,44**	**1.917.333,57**
INVESTIMENTOS	344.599,67	10.911.279,42	0,00	9.049.539,08	289.006,44	1.917.333,57
Total:	**822.495,05**	**171.301.494,98**	**0,00**	**165.502.282,56**	**4.282.196,43**	**2.339.511,04**

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	**21.720.618.288,97**	**20.889.164.874,70**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)**	**15.678.152.683,50**	**14.626.454.982,44**
ORDINÁRIA	**16.758.268.359,13**	**16.250.846.242,32**	**ORDINÁRIA**	**12.395.203.986,90**	**11.394.429.626,49**
VINCULADA	**4.962.349.929,84**	**4.638.318.632,38**	**VINCULADA**	**3.282.948.696,60**	**3.232.025.355,95**
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
FECOP	542.259.772,14	531.388.114,82	FECOP	389.032.821,65	358.597.537,06
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	145.103.871,33	123.720.416,65	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	80.502.152,79	83.212.551,21
ALIENAÇÃO DE BENS	4.890.259,44	3.778.364,50	ALIENAÇÃO DE BENS	1.012.005,67	114.594,64
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	40.279.030,93	57.263.092,29	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	21.608.662,62	12.741.329,87
FUNDEB	1.437.595.805,22	1.505.772.798,67	FUNDEB	1.410.314.908,40	1.559.879.844,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.059.072.273,82	1.109.696.044,42	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	771.461.487,65	659.809.454,61
CONVÊNIOS	608.575.371,56	761.010.192,08	CONVÊNIOS	602.761.598,86	552.118.358,90
SUS	0,00	0,00	SUS	0,00	0,00
OUTROS RECURSOS	124.573.545,40	545.689.608,95	OUTROS RECURSOS	6.255.058,96	5.551.685,04
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	**13.397.813.802,84**	**13.246.711.186,84**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)**	**18.863.951.733,23**	**18.755.729.841,97**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13.157.119.051,65	12.856.973.764,86	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18.554.589.574,08	18.282.810.677,32
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	185.099.898,81	335.460.524,39	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	248.719.607,54	416.597.973,66
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	17.941.403,91	20.758.934,06	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	17.941.403,91	20.758.934,06
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	37.653.448,47	33.517.963,53	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	42.701.147,70	35.562.256,93
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	**10.399.684.327,35**	**8.881.989.378,60**	**PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)**	**9.685.692.274,54**	**8.841.007.651,45**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	191.428.082,38	171.301.494,98	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	165.502.282,56	197.154.829,38
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	326.967.887,60	228.581.541,95	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	214.400.993,69	185.924.148,64
VALORES RESTITUÍVEIS	9.877.025.726,96	8.456.980.105,06	VALORES RESTITUÍVEIS	9.304.082.693,03	8.444.232.760,62
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.999.488.990,18	1.903.310.675,35	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.966.104.733,49	1.888.700.308,62
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	76.945,16	8.535,39	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.546.311,99	65.824.228,50
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	7.877.459.791,62	6.553.660.894,32	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	7.322.431.647,55	6.489.708.223,50
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.262.630,41	25.126.236,61	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.706.305,26	13.695.912,81
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	**2.761.249.789,49**	**1.966.576.825,21**	**SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)**	**4.051.569.517,38**	**2.761.249.789,49**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.760.514.968,59	1.964.862.537,68	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.050.626.140,92	2.760.514.968,59
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	734.820,90	1.714.287,53	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	943.376,46	734.820,90
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**48.279.366.208,65**	**44.984.442.265,35**	**TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)**	**48.279.366.208,65**	**44.984.442.265,35**

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.050.626.140,92	2.760.514.968,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	4.050.626.140,92	2.760.514.968,59
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	602.172.059,66	341.186.149,30
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	490.039.627,34	250.420.790,17
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	85.682.184,05	60.087.605,81
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CLIENTES	8.092.095,83	5.841.301,15
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	38.050.024,43	89.209.926,67
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-19.691.871,99	-64.373.474,50
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	293.301.908,13	286.527.963,04
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	1.697.561,78	2.206.241,18
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	482.836,32	482.836,32
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.169.121.934,44	1.343.438.496,66
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-878.000.424,41	-1.059.599.611,12
ESTOQUES	46.458.631,37	203.311.745,14
ALMOXARIFADO	46.458.631,37	203.311.745,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	32.233.286,14	34.795.330,56
DEMAIS VPD A APROPRIAR	32.233.286,14	34.795.330,56
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**5.024.792.026,22**	**3.626.336.156,63**
Ativo Não Circulante		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.037.892.713,59	9.122.665.663,65
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	9.842.618.345,21	8.907.722.252,60
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	195.274.368,38	214.943.411,05
INVESTIMENTOS	3.914.846.730,82	3.755.609.579,73
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	3.910.686.158,15	3.751.449.007,06
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	4.160.572,67	4.160.572,67
IMOBILIZADO	16.777.453.924,37	14.597.253.375,62
BENS MÓVEIS	3.722.052.475,39	3.581.189.550,54
BENS IMÓVEIS	13.075.914.888,64	11.019.564.229,86
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-20.513.439,66	-3.500.404,78
INTANGÍVEL	110.675.227,20	95.471.480,29
SOFTWARES	110.807.092,54	95.400.770,12
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	364.794,02	364.794,02
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-496.659,36	-294.083,85
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**30.840.868.595,98**	**27.571.000.099,29**

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	43.699.352,13	78.353.414,19
PESSOAL A PAGAR	9.914.982,81	64.227.157,53
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	46,24	46,24
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	4.800,00	4.361,25
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	33.779.523,08	14.121.849,17
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	37.910.143,06	20.353.751,67
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	37.910.143,06	20.353.751,67
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	9.447.673,29	8.450.035,28
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	9.360.965,86	8.436.912,17
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	42.470,61	12.928,93
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	44.236,82	194,18
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	81.099.281,37	55.488.417,53
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)	81.099.281,37	55.488.417,53
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.238.868.615,86	585.646.475,61
VALORES RESTITUÍVEIS	1.137.384.465,98	565.476.734,69
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	101.484.149,88	20.169.740,92
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**1.411.025.065,71**	**748.292.094,28**
Passivo Não Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	88.768.653,25	88.669.976,66
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	88.768.653,25	88.669.976,66
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	11.204.775.225,37	9.809.338.359,00
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	11.204.775.225,37	9.809.338.359,00
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	459.092.582,72	615.986.445,86
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	459.092.582,72	615.986.445,86
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**11.752.636.461,34**	**10.513.994.781,52**
Patrimônio Líquido		
DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Líquido		
RESULTADOS ACUMULADOS	22.701.999.095,15	19.935.049.380,12
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	22.701.999.095,15	19.935.049.380,12
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	3.051.755.046,19	4.439.102.491,72
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.935.049.380,12	15.931.186.535,51
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-284.805.331,16	-435.239.647,11
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	**22.701.999.095,15**	**19.935.049.380,12**

Total do Ativo:	**35.865.660.622,20**	**31.197.336.255,92**
(1) Ativo Financeiro:	4.051.569.517,38	2.761.249.789,49
(2) Ativo Permanente:	31.814.091.104,82	28.436.086.466,43
Saldo Patrimonial:	**22.358.249.759,54**	**19.674.083.420,04**

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	**35.865.660.622,20**	**31.197.336.255,92**
(3) Passivo Financeiro:	1.689.201.294,14	1.009.258.054,36
(4) Passivo Permanente:	11.818.209.568,52	10.513.994.781,52

Compensações

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	670.743.612,48	816.349.118,96
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	3.803.942.098,83	3.775.888.956,33
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.674.126,51	19.703.138,01
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**4.494.359.837,82**	**4.611.941.213,30**

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	267.351.194,86	267.351.194,86
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**267.351.194,86**	**267.351.194,86**

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas		**42.742.425.034,27**	**41.701.327.647,60**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**15.811.201.442,19**	**15.191.497.577,78**
4.1.1	IMPOSTOS	15.761.186.228,95	15.145.276.204,24
4.1.2	TAXAS	50.015.213,24	46.221.373,54
4.1.3	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		**0,00**	**0,00**
4.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00
4.2.2	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4	CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**37.498.143,79**	**89.158.082,46**
4.3.1	VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00
4.3.2	VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
4.3.3	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	37.498.143,79	89.158.082,46
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**3.009.554.517,12**	**3.057.550.863,36**
4.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	367.778,38	147.645,77
4.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.755.113.716,49	2.795.919.960,42
4.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	254.054.473,02	261.369.352,02
4.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	18.549,23	113.905,15
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**21.688.406.348,06**	**21.969.138.235,21**
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13.397.813.802,84	13.246.711.186,84
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.286.186.830,62	8.722.421.329,10
4.5.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	5.719,27
4.5.4	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
4.5.5	TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	4.405.714,60	0,00
4.5.7	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
4.5.8	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		**878.737.370,87**	**0,00**
4.6.1	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	878.737.370,87	0,00
4.6.2	GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**1.317.027.212,24**	**1.393.982.888,79**
4.9.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2	RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	42.324.603,88	10.912.256,63
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.274.702.608,36	1.383.070.632,16

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**39.690.669.988,08**	**37.262.225.155,88**
PESSOAL E ENCARGOS		**6.542.958.045,61**	**6.171.218.074,10**
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.346.447.337,31	5.120.676.063,89
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	988.251.811,87	866.288.619,86
3.1.3	BENEFÍCIOS A PESSOAL	164.849.007,90	147.565.609,48
3.1.8	CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	43.409.888,53	36.687.780,87
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**16.527.876,85**	**16.367.503,90**
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	0,00
3.2.2	PENSÕES	15.214.285,54	15.357.251,77
3.2.3	BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**39.690.669.988,08**	**37.262.225.155,88**
3.2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.313.591,31	1.010.252,13
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**1.891.280.084,76**	**1.686.271.448,58**
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	188.620.780,51	135.195.902,05
3.3.2	SERVIÇOS	1.698.213.038,44	1.549.000.957,73
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	4.446.265,81	2.074.588,80
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**3.379.030.602,06**	**2.289.773.757,40**
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	424.747.050,41	422.634.077,32
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	170.743,04	210.179,83
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.949.374.169,03	1.864.625.513,39
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	4.738.639,58	2.303.986,86
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**25.487.916.383,55**	**25.074.624.154,16**
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	18.863.951.733,23	18.755.729.841,97
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.232.139.485,19	6.001.153.167,62
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	391.825.165,13	317.741.144,57
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		**1.463.877.332,77**	**1.267.152.436,08**
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.458.424.407,69	1.267.152.436,08
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
3.6.4	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	5.452.925,08	0,00
TRIBUTÁRIAS		**152.091.463,05**	**162.487.941,86**
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	828.407,54	1.236.520,77
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	151.263.055,51	161.251.421,09
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**756.988.199,43**	**594.329.839,80**
3.9.1	PREMIAÇÕES	29.647.493,56	26.027.288,06
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	1,02	6.760,10
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	5.144.835,99	834.035,48
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	10.654.898,52	5.826.420,38
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.7	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	0,00	0,00
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	711.540.970,34	561.635.335,78

RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:	**3.051.755.046,19**	**4.439.102.491,72**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	**41.354.553.618,58**	**39.991.199.029,95**
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	12.599.959.899,04	12.331.651.405,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	20.019.807.866,66	20.108.384.483,87
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	8.734.785.852,88	7.551.163.140,10
DESEMBOLSOS	**40.057.446.006,69**	**38.700.691.593,63**
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	8.916.382.141,16	8.638.677.981,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	452.097.969,17	422.634.077,32
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	22.527.307.492,87	22.101.963.339,86
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	8.161.658.403,49	7.537.416.194,81
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	**1.297.107.611,89**	**1.290.507.436,32**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	**447.585.465,12**	**586.144.127,27**
ALIENAÇÃO DE BENS	4.890.259,44	3.778.364,50
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	442.036.682,86	582.365.762,77
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	658.522,82	0,00
DESEMBOLSOS	**1.519.251.026,72**	**1.410.388.506,32**
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.518.716.681,23	1.410.388.506,32
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	534.345,49	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	**-1.071.665.561,60**	**-824.244.379,05**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	**2.051.078.860,99**	**1.109.696.044,42**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.051.078.860,99	1.109.696.044,42
DESEMBOLSOS	**988.573.093,08**	**791.716.860,36**
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	988.573.093,08	791.716.860,36
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	**1.062.505.767,91**	**317.979.184,06**
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**1.287.947.818,20**	**784.242.241,33**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.760.514.968,59	1.964.862.537,68
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.050.626.140,92	2.760.514.968,59
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	**1.290.111.172,33**	**795.652.430,91**
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	**-2.163.354,13**	**-11.410.189,58**
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	**2.120.599,61**	**13.716.047,03**
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	**4.283.953,74**	**25.126.236,61**
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	**1.287.947.818,20**	**784.242.241,33**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS		
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.467.346.426,00	10.948.118.088,64
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	210.734.211,62	176.304.451,37
RECEITA PATRIMONIAL	53.211.101,88	10.245.574,01
RECEITA DE SERVIÇOS	14.239.831,88	15.199.681,22
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	600.384.318,05	920.426.295,77
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	254.044.009,61	261.357.314,97
TOTAL DAS RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS	**12.599.959.899,04**	**12.331.651.405,98**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**5.145.566.107,56**	**5.279.014.653,39**
DA UNIÃO	5.145.566.107,56	5.279.014.653,39
MULTIGOVERNAMENTAIS	**1.430.704.665,33**	**1.490.299.742,49**
CONVÊNIOS	**45.723.290,93**	**92.358.901,15**
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	45.723.290,93	92.228.181,88
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	0,00	125.000,00
DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	5.719,27
INTRAGOVERNAMENTAIS	**13.397.813.802,84**	**13.246.711.186,84**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**13.157.119.051,65**	**12.856.973.764,86**
CORRENTE	10.737.782.786,69	10.668.274.899,45
CAPITAL	2.032.971.870,96	1.809.667.311,38
DUODÉCIMO	386.364.394,00	379.031.554,03
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	**185.099.898,81**	**335.460.524,39**
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	**55.594.852,38**	**54.276.897,59**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	**20.019.807.866,66**	**20.108.384.483,87**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**3.271.999.170,72**	**3.024.989.305,36**
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	280.000,00	0,00
A MUNICÍPIOS	3.271.719.170,72	3.024.989.305,36
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	380.752.678,14	308.053.925,31
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	745.000,00	3.273.107,50
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.858.910,78	9.917.159,72
INTRAGOVERNAMENTAIS	**18.863.951.733,23**	**18.755.729.841,97**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**18.554.589.574,08**	**18.282.810.677,32**
CORRENTE	15.499.917.603,27	15.342.893.373,33
CAPITAL	2.668.307.576,81	2.560.885.749,96
DUODÉCIMO	386.364.394,00	379.031.554,03
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	**248.719.607,54**	**416.597.973,66**
REPASSES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	**60.642.551,61**	**56.321.190,99**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	**22.527.307.492,87**	**22.101.963.339,86**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
LEGISLATIVA	612.823.383,75	584.468.175,77
JUDICIÁRIA	1.088.245.877,51	1.045.609.206,08
ESSENCIAL À JUSTIÇA	456.381.285,56	432.276.286,58
ADMINISTRAÇÃO	1.039.492.817,56	910.053.116,99
SEGURANÇA PÚBLICA	2.128.257.337,52	1.978.728.633,94
ASSISTÊNCIA SOCIAL	70.946.602,63	56.438.976,81
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.008.455,85	1.529.612,15
TRABALHO	8.623.625,30	12.199.530,95
EDUCAÇÃO	2.375.830.944,30	2.329.998.643,72
CULTURA	29.552.968,62	21.991.249,16
DIREITOS DA CIDADANIA	563.683.988,99	492.654.072,75
URBANISMO	13.143.007,34	13.721.860,01
HABITAÇÃO	7.135.424,17	7.023.585,07
SANEAMENTO	16.043.136,16	21.044.009,78
GESTÃO AMBIENTAL	25.658.740,22	24.338.914,56
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.899.070,38	8.889.464,34
AGRICULTURA	96.834.803,83	97.522.154,95
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	869.048,69	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	31.254.984,10	26.917.305,45
ENERGIA	4.253.117,26	4.159.469,35
DESPORTO E LAZER	14.087.349,38	16.069.724,58
ENCARGOS ESPECIAIS	322.356.172,04	553.043.988,65
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	**8.916.382.141,16**	**8.638.677.981,64**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	424.747.050,41	422.634.077,32
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	27.350.918,76	0,00
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**452.097.969,17**	**422.634.077,32**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.999.488.990,18	1.903.310.675,35
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	76.945,16	8.535,39
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	6.734.724.112,64	5.645.746.304,80
VALORES A REPASSAR	495.804,90	2.097.624,56
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	**8.734.785.852,88**	**7.551.163.140,10**
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.966.104.733,49	1.888.700.308,62
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.546.311,99	65.824.228,50
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	6.180.191.773,47	5.583.891.258,54
VALORES A RECEBER	-184.415,46	-999.600,85
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	**8.161.658.403,49**	**7.537.416.194,81**

Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas

Ingressos		Dispêndios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.157.686.472,14	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.520.918.945,61
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	452.097.969,17
RECEITA PATRIMONIAL	307.384.352,81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.971.718.346,42
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	14.321.126,49		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.888.792.134,45		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	843.967.264,69		
(-)DEDUÇÕES	2.990.197.387,72		
		SUPERÁVIT	6.277.218.701,66
TOTAL	19.221.953.962,86	TOTAL	19.221.953.962,86
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.051.078.860,99	INVESTIMENTOS	1.596.173.070,51
ALIENAÇÃO DE BENS	4.890.259,44	INVERSÕES FINANCEIRAS	148.671.258,71
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	988.573.093,08
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	442.094.422,79		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	658.522,82		
(-)DEDUÇÕES	57.739,93		
DÉFICIT	234.753.096,19		
TOTAL	2.733.417.422,30	TOTAL	2.733.417.422,30

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	19.221.953.962,86	DESPESAS CORRENTES	12.944.735.261,20
RECEITAS DE CAPITAL	2.498.664.326,11	DESPESAS DE CAPITAL	2.733.417.422,30
		SUPERÁVIT	6.042.465.605,47
TOTAL	21.720.618.288,97	TOTAL	21.720.618.288,97

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				12.944.735.261,20
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			6.520.918.945,61	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		5.622.954.367,86		
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	3.857.617,10			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	296.368.132,77			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	63.805,41			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.930.042.819,67			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.162.083.209,86			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	40.164.487,68			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.449.860,69			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	116.168.282,04			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	29.462.252,94			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	11.304.492,37			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	30.989.407,33			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		897.964.577,75		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	896.542.084,23			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	306.504,69			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.115.988,83			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			452.097.969,17	
3290	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		452.097.969,17		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	393.848.995,68			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	30.898.054,73			
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	27.350.918,76			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.971.718.346,42	
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		280.000,00		
33304100	CONTRIBUIÇÕES	280.000,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		3.223.315.630,16		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	71.793.546,21			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.151.521.819,18			
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	264,77			
33409300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		999.724,19		
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	999.724,19			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		323.361.134,92		
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	202.728.336,05			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	115.423.808,42			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.723.764,14			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.485.226,31			
33509300	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		745.000,00		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	745.000,00			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		42.669.277,47		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP	37.540.463,76			
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.128.813,71			
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		9.858.910,78		
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.858.910,78			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		2.334.378.247,25		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.250.985,90			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	12.636.535,34			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	12.470.702,32			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	4.949.335,99			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	195.500,00			
33902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILIARES	0,00			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	181.512.712,66			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	38.057.618,80			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	21.192.974,47			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16.121.805,73			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	92.755.033,03			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	11.284.789,09			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	126.086.115,62			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	527.409.264,34			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	794.383.821,87			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.042.500,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	164.479.412,34			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	151.634.872,36			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.324.982,88			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	369.841,96			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.356.668,44			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.994.262,06			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.758.769,83			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	115.109.742,22			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		36.110.421,65		
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.201.310,40			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	556.610,12			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.500.875,31			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.851.625,82			
3395	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012		0,00		
33953600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
4	DESPESA DE CAPITAL				2.733.417.422,30
44	INVESTIMENTOS			1.596.173.070,51	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		78.260.535,94		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	1.585.338,25			
44404200	AUXÍLIOS	73.417.594,14			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.257.603,55			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		104.881.302,87		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.499.999,98			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44504200	AUXÍLIOS	79.381.302,89			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00		
44604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44604200	AUXÍLIOS	0,00			
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		7.840.035,01		
44678300	DESP. DECOR. DE CONTRATO PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	7.118.497,63			
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	721.537,38			
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00		

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44704100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00		
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		1.404.082.605,92		
44901400	DIÁRIA-CIVIL	193.668,21			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	3.988.831,75			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	110.336,31			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	81.597.507,57			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	2.720.935,29			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	77.329.360,66			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	632.806,13			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	8.867.398,52			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	243.046,96			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	866.802.280,93			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	189.394.211,81			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	35.842.260,28			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	0,00			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	36.205,23			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	113.723.264,33			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.600.491,94			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		1.108.590,77		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	91.739,79			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	764.887,30			
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	251.963,68			
4493	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL		0,00		
44935100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE		0,00		
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4495	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012		0,00		
44955100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
4496	APLICAÇÕES DIRETAS		0,00		
44969300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			148.671.258,71	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		148.671.258,71		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	148.671.258,71			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			988.573.093,08	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		988.573.093,08		
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	128.840.529,39			
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	859.732.563,69			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
Total Geral:					**15.678.152.683,50**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
110000000 Receitas Correntes	**18.859.170.564,14**	**19.014.492.658,97**	**155.322.094,83**	**0,00**
111000000 Receita Tributária	**11.428.826.526,03**	**11.467.346.426,00**	**38.519.899,97**	**0,00**
111100000 Impostos	**11.416.918.317,03**	**11.417.212.567,28**	**294.250,25**	**0,00**
111120000 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.857.647.926,00	1.817.987.769,26	0,00	39.660.156,74
111120400 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	956.140.547,00	1.002.514.679,32	46.374.132,32	0,00
111120431 Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	922.675.628,00	972.108.819,91	49.433.191,91	0,00
111120431 Restituição de Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	0,00	-1.028.828,32	1.028.828,32	0,00
111120434 Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	33.464.919,00	31.532.317,71	0,00	1.932.601,29
111120434 Restituição de Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	0,00	-97.629,98	97.629,98	0,00
111120500 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	707.638.500,00	735.586.429,21	27.947.929,21	0,00
111120500 Dedução da Receita de IPVA para a Formação do FUNDEB	-78.626.500,00	-81.610.403,53	2.983.903,53	0,00
111120500 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	786.265.000,00	0,00	0,00	786.265.000,00
111120551 IPVA Principal	0,00	817.484.851,26	817.484.851,26	0,00
111120551 Restituições de IPVA Principal	0,00	-288.018,52	288.018,52	0,00
111120700 Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	193.868.879,00	79.886.660,73	0,00	113.982.218,27
111120700 Dedução de Receita de ITCD para a Formação do FUNDEB	-48.467.220,00	-12.279.497,12	0,00	36.187.722,88
111120700 Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	242.336.099,00	0,00	0,00	242.336.099,00
111120751 ITCD Principal	0,00	92.833.297,84	92.833.297,84	0,00
111120751 Restituição de ITCD Principal	0,00	-667.139,99	667.139,99	0,00
111130000 Impostos sobre a Produção e a Circulação	9.559.270.391,03	9.599.224.798,02	39.954.406,99	0,00
111130200 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	9.559.270.391,03	9.599.224.798,02	39.954.406,99	0,00
111130201 Dedução de Receita de ICMS para a Formação do FUNDEB	-1.575.025.200,00	-1.582.322.117,94	7.296.917,94	0,00
111130202 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	541.909.983,00	532.487.808,72	0,00	9.422.174,28
111130202 Restituição de Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	0,00	-52.472,59	52.472,59	0,00
111130251 ICMS Combustivel	2.339.167.564,30	2.551.451.997,39	212.284.433,09	0,00
111130252 ICMS Comércio Atacadista	2.121.045.725,26	2.053.759.366,30	0,00	67.286.358,96
111130252 Restituições de ICMS Comércio Atacadista	0,00	-8.074.107,64	8.074.107,64	0,00
111130253 ICMS Comércio Varejista	1.632.362.770,06	1.532.830.173,79	0,00	99.532.596,27
111130253 Restituição de ICMS Comércio Varejista	0,00	-638.859,65	638.859,65	0,00
111130254 ICMS Comunicação	773.756.973,94	696.440.239,40	0,00	77.316.734,54
111130255 ICMS Construção Civil	34.870.372,03	19.102.811,53	0,00	15.767.560,50
111130256 ICMS Energia Elétrica	1.266.320.462,68	1.247.273.633,63	0,00	19.046.829,05

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111130257 ICMS Indústria	2.144.022.500,82	2.135.388.774,92	0,00	8.633.725,90
111130257 Restituições de ICMS Indústria	0,00	-1.115.538,76	1.115.538,76	0,00
111130258 ICMS Outros Serviços	4.682.197,19	12.654.981,04	7.972.783,85	0,00
111130258 Restituições de ICMS Outros Serviços	0,00	-159.213,58	159.213,58	0,00
111130259 ICMS Pessoa Física	16.788.629,54	7.760.541,45	0,00	9.028.088,09
111130259 Restituições de ICMS Pessoa Física	0,00	-1.583.877,54	1.583.877,54	0,00
111130261 ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	26.532.852,27	168.437.901,37	141.905.049,10	0,00
111130261 Restituições de ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	0,00	-168.568,96	168.568,96	0,00
111130262 Registra as restituições de ICMS Pessoa Jurídica Transporte de Carga	0,00	0,00	0,00	0,00
111130263 ICMS Produtor Agropecuário	8.840.575,55	6.597.892,05	0,00	2.242.683,50
111130263 Registra as restituições de ICMS Produtor Agropecuário	0,00	-5.817,24	5.817,24	0,00
111130265 ICMS Transporte	147.305.602,38	145.825.860,97	0,00	1.479.741,41
111130265 Registra as restituições de ICMS Transporte	0,00	-79.045,25	79.045,25	0,00
111130266 ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	316.248,42	5.403.072,89	5.086.824,47	0,00
111130267 ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	76.373.133,59	78.039.748,62	1.666.615,03	0,00
111130267 Registra as restituições de ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	-30.386,90	30.386,90	0,00
111200000 Taxas	**11.908.209,00**	**50.133.858,72**	**38.225.649,72**	**0,00**
111210000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	280.749,00	18.772.789,52	18.492.040,52	0,00
111213200 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	3.035.078,19	3.035.078,19	0,00
111213200 Restituição de Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	-5.200,72	5.200,72	0,00
111213200 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	3.040.278,91	3.040.278,91	0,00
111213300 Taxa de Habite-se	0,00	8.009.147,26	8.009.147,26	0,00
111213300 Restituição de Taxa de Habite-se	0,00	-127.817,32	127.817,32	0,00
111213300 Taxa de Habite-se	0,00	8.136.964,58	8.136.964,58	0,00
111213400 Taxa de Parecer Técnico	0,00	7.888,48	7.888,48	0,00
111213400 Taxa de Parecer Técnico	0,00	7.888,48	7.888,48	0,00
111219900 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	280.749,00	7.720.675,59	7.439.926,59	0,00
111219953 Restituição de Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	-2.258,78	2.258,78	0,00
111219953 Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	278.727,81	278.727,81	0,00
111219955 Restituição de Taxa de Análise de Projeto	0,00	-480,31	480,31	0,00
111219955 Taxa de Análise de Projeto	0,00	2.366,54	2.366,54	0,00
111219958 Restituição de Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	-191,29	191,29	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111219958 Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	227.478,55	227.478,55	0,00
111219959 Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	0,00	1.695.440,49	1.695.440,49	0,00
111219960 Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	0,00	279.038,90	279.038,90	0,00
111219961 Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	0,00	249.296,43	249.296,43	0,00
111219962 Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	0,00	68.038,59	68.038,59	0,00
111219963 Taxa de Declaração de Não Similiridade por Item\Produto	0,00	1.473.854,76	1.473.854,76	0,00
111219964 Taxa de Aproveitemento de Crédito Extemporâneo	0,00	12.424,37	12.424,37	0,00
111219965 Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	0,00	2.925.607,57	2.925.607,57	0,00
111219968 Restituição de Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	-1.599,91	1.599,91	0,00
111219968 Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	512.931,87	512.931,87	0,00
111219999 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	280.749,00	0,00	0,00	280.749,00
111220000 Taxas pela Prestação de Serviços	11.627.460,00	31.361.069,20	19.733.609,20	0,00
111221900 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	1.180.012,00	1.180.012,00	0,00
111221900 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	1.180.012,00	1.180.012,00	0,00
111222900 Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0,00	498.319,13	498.319,13	0,00
111222952 Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hidricos	0,00	498.270,66	498.270,66	0,00
111222954 Taxa de Realização de Diligencia da Dívida Ativa	0,00	48,47	48,47	0,00
111229900 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	11.627.460,00	29.682.738,07	18.055.278,07	0,00
111229951 Taxa de Administração Fazendária	1.164.782,00	0,00	0,00	1.164.782,00
111229952 Restituição de Taxa de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
111229952 Taxa de Saúde	220.923,00	0,00	0,00	220.923,00
111229953 Taxa de Serviços Educacionais	21.657,00	0,00	0,00	21.657,00
111229960 Taxa Anual de Prevenção Contra Incêndio	10.029,00	0,00	0,00	10.029,00
111229967 Restituição de Taxa pela Emissão de Documentos	0,00	-464,30	464,30	0,00
111229967 Taxa pela Emissão de Documentos	0,00	5.758.920,27	5.758.920,27	0,00
111229970 Contribuição do FERMOJU - Corrente	0,00	119.569,01	119.569,01	0,00
111229970 Restituição de Contribuição do FERMOJU - Corrente	0,00	-510,00	510,00	0,00
111229971 Editorial e Gráfica	10.034.084,00	22.649.632,36	12.615.548,36	0,00
111229975 Taxa de Registro ou Validação de Documentos	0,00	117.971,43	117.971,43	0,00
111229976 Taxa pela Fornecimento de Cópia\Download de Documentos	0,00	732.534,51	732.534,51	0,00
111229977 Taxa de Consulta Escrita da Interpretação\Aplicação da Legislação Tributária	0,00	232.530,53	232.530,53	0,00
111229978 Taxa de Retificação de Dados em Documentos Fiscais e Escrita Fiscal	0,00	26.081,92	26.081,92	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111229980 Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	46.472,34	46.472,34	0,00
111229999 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	175.985,00	0,00	0,00	175.985,00
113000000 Receita Patrimonial	**266.044.891,00**	**307.255.111,49**	**41.210.220,49**	**0,00**
113100000 Receitas Imobiliárias	**100.407.796,00**	**1.050.268,21**	**0,00**	**99.357.527,79**
113110000 Aluguéis	407.796,00	1.050.268,21	642.472,21	0,00
113110000 Aluguéis	407.796,00	1.050.268,21	642.472,21	0,00
113190000 Outras Receitas Imobiliárias	100.000.000,00	0,00	0,00	100.000.000,00
113199900 Outras Receitas Imobiliárias	100.000.000,00	0,00	0,00	100.000.000,00
113199900 Outras Receitas Imobiliárias	100.000.000,00	0,00	0,00	100.000.000,00
113200000 Receitas de Valores Mobiliários	**162.558.477,00**	**286.491.265,69**	**123.932.788,69**	**0,00**
113210000 Juros de Títulos de Renda	66.895.161,00	192.223.915,30	125.328.754,30	0,00
113210000 Juros de Títulos de Renda	66.895.161,00	192.223.915,30	125.328.754,30	0,00
113220000 Dividendos	6.081.989,00	32.418.243,44	26.336.254,44	0,00
113220000 Dividendos	6.081.989,00	32.418.243,44	26.336.254,44	0,00
113250000 Remuneração de Depósitos Bancários	89.551.327,00	61.830.557,72	0,00	27.720.769,28
113250100 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	89.551.327,00	61.820.094,31	0,00	27.731.232,69
113250102 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FUNDEB Obs: Fonte 50.	19.985.809,00	6.689.030,59	0,00	13.296.778,41
113250109 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	1.446.563,00	289.655,69	0,00	1.156.907,31
113250152 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos FECOP. Fonte 10	23.198.092,00	6.456.303,90	0,00	16.741.788,10
113250154 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Direta - Fonte 82	37.614.562,00	31.057.799,97	0,00	6.556.762,03
113250154 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Direta - Fonte 82	0,00	-119.550,19	119.550,19	0,00
113250156 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Municipal - Adm. Direta - Fonte 86	0,00	362.894,85	362.894,85	0,00
113250156 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Municipal - Adm. Direta - Fonte 86	0,00	-9.691,13	9.691,13	0,00
113250158 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Privado - Adm. Direta - Fonte 88	0,00	3.669,27	3.669,27	0,00
113250165 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Compensação Ambiental - FT 16	0,00	4.730.309,51	4.730.309,51	0,00
113250166 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Salário Educação - FT 07	4.345.866,00	640.651,82	0,00	3.705.214,18
113250168 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências Diretas do FNDE	0,00	3.389.422,89	3.389.422,89	0,00
113250169 Registra o rendimento de aplicação financeira de recursos do FDI - Fonte 76	2.752.249,00	849.628,64	0,00	1.902.620,36

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113250170 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Cota-Parte Royalties - FT 44	0,00	145.078,49	145.078,49	0,00
113250171 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Operaçãoes de Créditos Internas	0,00	7.334.890,01	7.334.890,01	0,00
113250199 Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	208.186,00	0,00	0,00	208.186,00
113250200 Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	0,00	10.463,41	10.463,41	0,00
113250201 Receita de Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	10.463,41	10.463,41	0,00
113290000 Outras Receitas de Valores Mobiliários	30.000,00	18.549,23	0,00	11.450,77
113299900 Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	18.549,23	18.549,23	0,00
113299900 Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	18.549,23	18.549,23	0,00
113290000 Outras Receitas de Valores Mobiliários	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
113300000 Receita de Concessões e Permissões	**0,00**	**3.295.387,08**	**3.295.387,08**	**0,00**
113310000 Receita de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	90.615,15	90.615,15	0,00
113319900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	90.615,15	90.615,15	0,00
113319900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	90.615,15	90.615,15	0,00
113330000 Receita de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	0,00	2.105.122,88	2.105.122,88	0,00
113339900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	0,00	2.105.122,88	2.105.122,88	0,00
113339952 Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	0,00	2.105.122,88	2.105.122,88	0,00
113390000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	1.099.649,05	1.099.649,05	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	1.050.745,56	1.050.745,56	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	1.050.745,56	1.050.745,56	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	48.903,49	48.903,49	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	48.903,49	48.903,49	0,00
113600000 Receita da Cessão de Direitos	**1.215.650,00**	**15.216.460,00**	**14.000.810,00**	**0,00**
113610000 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	1.215.650,00	15.216.460,00	14.000.810,00	0,00
113615100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	1.215.650,00	4.816.460,00	3.600.810,00	0,00
113615100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	1.215.650,00	4.816.460,00	3.600.810,00	0,00
113615200 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Conta única	0,00	10.400.000,00	10.400.000,00	0,00
113615200 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Conta única	0,00	10.400.000,00	10.400.000,00	0,00
113900000 Outras Receitas Patrimoniais	**1.862.968,00**	**1.201.730,51**	**0,00**	**661.237,49**
113905100 Recuperação de Ativos	1.862.968,00	1.201.730,51	0,00	661.237,49
113905100 Recuperação de Ativos	1.862.968,00	1.201.730,51	0,00	661.237,49
116000000 Receita de Serviços	**14.062.834,00**	**14.239.831,88**	**176.997,88**	**0,00**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
116000500 Serviços de Saúde	0,00	468,50	468,50	0,00
116000503 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	0,00	468,50	468,50	0,00
116001300 Serviços Administrativos	0,00	3.430,73	3.430,73	0,00
116001301 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0,00	340,84	340,84	0,00
116001302 Serviços de Venda de Editais	0,00	3.089,89	3.089,89	0,00
116001900 Serviços Recreativos e Culturais	11.774.551,00	8.148.392,09	0,00	3.626.158,91
116001951 Equipam. Turísticos - Centro de Convenções	130.828,00	0,00	0,00	130.828,00
116001952 Equipam. Turísticos - Centro de Turismo	654.142,00	447.193,02	0,00	206.948,98
116001956 Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	10.989.581,00	7.756.080,14	0,00	3.233.500,86
116001956 Restituição Receita de Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	0,00	-54.881,07	54.881,07	0,00
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	2.288.283,00	6.087.540,56	3.799.257,56	0,00
116005000 Restituição de Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	-26.413,54	26.413,54	0,00
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	2.288.283,00	6.113.954,10	3.825.671,10	0,00
117000000 Transferências Correntes	**6.426.674.852,75**	**6.621.994.063,82**	**195.319.211,07**	**0,00**
117200000 Transferências Intergovernamentais	**6.342.011.562,56**	**6.576.270.772,89**	**234.259.210,33**	**0,00**
117210000 Transferências da União	4.866.870.798,56	5.145.566.107,56	278.695.309,00	0,00
117210100 Participação na Receita da União	4.722.048.930,62	4.958.890.441,96	236.841.511,34	0,00
117210101 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	5.757.788.822,00	6.084.109.296,16	326.320.474,16	0,00
117210101 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPE	-1.142.185.562,00	-1.216.821.858,93	74.636.296,93	0,00
117210112 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	53.523.956,00	33.171.137,52	0,00	20.352.818,48
117210112 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI Exportação	-8.028.593,00	-4.975.670,45	0,00	3.052.922,55
117210113 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	60.950.307,62	62.168.441,90	1.218.134,28	0,00
117210151 FEX - Auxilio Financeiro para Fomento Exportações	0,00	1.239.095,76	1.239.095,76	0,00
117212200 Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	33.398.112,00	28.003.174,50	0,00	5.394.937,50
117212220 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.364.262,00	1.739.489,01	375.227,01	0,00
117212230 Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	7.981.014,00	5.775.278,48	0,00	2.205.735,52
117212240 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	5.170.126,00	3.684.680,25	0,00	1.485.445,75
117212270 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	18.882.710,00	16.803.726,76	0,00	2.078.983,24
117213500 Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	92.366.678,94	139.615.413,98	47.248.735,04	0,00
117213501 Transferências do Salário-Educação	54.127.950,94	55.070.070,76	942.119,82	0,00
117213502 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	2.440,00	2.440,00	0,00
117213503 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	34.746.156,76	34.746.156,76	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
117213504 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	0,00	1.417.479,11	1.417.479,11	0,00
117213599 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	38.238.728,00	48.379.267,35	10.140.539,35	0,00
117213600 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	19.057.077,00	19.057.077,12	0,12	0,00
117213600 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS Desoneração - L.C 87/96	-4.764.269,00	-4.764.269,16	0,16	0,00
117213600 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	23.821.346,00	23.821.346,28	0,28	0,00
117240000 Transferências Multigovernamentais	1.475.140.764,00	1.430.704.665,33	0,00	44.436.098,67
117240100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.091.604.165,00	1.126.421.748,16	34.817.583,16	0,00
117240100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.091.604.165,00	1.126.421.748,16	34.817.583,16	0,00
117240200 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	383.536.599,00	304.282.917,17	0,00	79.253.681,83
117240251 Complementação do FUNDEB do Exercício	383.536.599,00	295.329.513,71	0,00	88.207.085,29
117240252 Complementação do FUNDEB de Exercícios anteriores	0,00	49.113.188,51	49.113.188,51	0,00
117240252 Restituição de Complementação do FUNDEB de Exercícios anteriores	0,00	-40.159.785,05	40.159.785,05	0,00
117600000 Transferências de Convênios	**84.663.290,19**	**45.723.290,93**	**0,00**	**38.939.999,26**
117610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	84.663.290,19	45.723.290,93	0,00	38.939.999,26
117610200 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	29.241.432,00	6.248.421,82	0,00	22.993.010,18
117610200 Restituição de Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	0,00	-10.612,74	10.612,74	0,00
117610200 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	29.241.432,00	6.259.034,56	0,00	22.982.397,44
117610300 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	8.013.000,00	0,00	0,00	8.013.000,00
117610300 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	8.013.000,00	0,00	0,00	8.013.000,00
117610500 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	3.300.000,00	0,00	0,00	3.300.000,00
117610500 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	3.300.000,00	0,00	0,00	3.300.000,00
117619900 Outras Transferências de Convênios da União	44.108.858,19	39.474.869,11	0,00	4.633.989,08
117619900 Outras Transferências de Convênios da União	44.108.858,19	39.540.743,41	0,00	4.568.114,78
117619900 Restituição de Outras Transferências de Convênios da União	0,00	-65.874,30	65.874,30	0,00
117640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
117640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
119000000 Outras Receitas Correntes	**723.561.460,36**	**603.657.225,78**	**0,00**	**119.904.234,58**
119100000 Multas e Juros de Mora	**108.774.041,01**	**188.691.064,51**	**79.917.023,50**	**0,00**
119110000 Multas e Juros de Mora dos Tributos	70.003.360,02	87.378.911,82	17.375.551,80	0,00
119112000 Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	1.751.476,00	2.761.746,34	1.010.270,34	0,00
119112051 Dedução de Multas e Juros de Mora - ITCD para o FUNDEB	-437.869,00	-690.436,59	252.567,59	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119112051 Multas e Juros de Mora - ITCD	2.189.345,00	3.452.182,93	1.262.837,93	0,00
119114100 Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	17.638.895,00	27.408.442,90	9.769.547,90	0,00
119114151 Dedução de Multas e Juros de Mora - IPVA para o FUNDEB	-1.959.877,00	-3.045.382,54	1.085.505,54	0,00
119114151 Multas e Juros de Mora - IPVA	19.598.772,00	30.453.825,44	10.855.053,44	0,00
119114200 Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	50.612.989,02	57.208.722,58	6.595.733,56	0,00
119114251 Dedução de Multas e Juros de Mora - ICMS para o FUNDEB	-5.271.661,00	-5.919.767,96	648.106,96	0,00
119114251 Multas e Juros de Mora do ICMS Combustível	990.550,92	1.910.527,30	919.976,38	0,00
119114252 Dedução de Multas e Juros de Penalidade - ICMS para o FUNDEB	0,00	-6.061.916,58	6.061.916,58	0,00
119114252 Multas e Juros de Mora do ICMS Comércio Atacadista	6.577.628,66	8.863.002,37	2.285.373,71	0,00
119114253 Multas e Juros de Mora do ICMS Varejista	8.802.639,05	11.547.630,02	2.744.990,97	0,00
119114254 Multas e Juros de Mora do ICMS Comunicação	171.948,05	1.413.004,26	1.241.056,21	0,00
119114255 Multas e Juros de Mora do ICMS Construção Civil	610.045,81	435.770,13	0,00	174.275,68
119114256 Multas e Juros de Mora do ICMS Energia Elétrica	2.746.440,65	3.011.763,42	265.322,77	0,00
119114257 Multas e Juros de Mora do ICMS Indústria	12.155.485,20	8.546.167,69	0,00	3.609.317,51
119114258 Multas e Juros de Mora do ICMS Outros Serviços	80.536,89	115.020,79	34.483,90	0,00
119114259 Multas e Juros de Mora do ICMS Pessoa Física	138.601,11	79.251,60	0,00	59.349,51
119114261 Multas e Juros de Mora do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	88.888,77	349.354,87	260.466,10	0,00
119114263 Multas e Juros de Mora do ICMS Produtor Agropecuário	112.893,88	108.150,21	0,00	4.743,67
119114265 Multas e Juros de Mora do ICMS Transporte	1.601.377,98	1.682.986,32	81.608,34	0,00
119114266 Multas e Juros de Mora do ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	4.970,84	1.564,86	0,00	3.405,98
119114267 Multas e Juros de Mora do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	1.062.401,21	1.400.925,87	338.524,66	0,00
119114268 Multas e Juros de Mora do ICMS - FECOP	0,00	1.439.701,11	1.439.701,11	0,00
119114270 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Combustivel	1.157.321,89	185.723,03	0,00	971.598,86
119114271 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comércio Atacadista	2.243.941,76	5.027.932,55	2.783.990,79	0,00
119114272 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comércio Varejista	2.187.509,94	4.563.357,66	2.375.847,72	0,00
119114273 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comunicação	181.768,87	457.334,30	275.565,43	0,00
119114274 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Construção Civil	99.591,57	92.973,56	0,00	6.618,01
119114275 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Energia Elétrica	510.176,61	288.149,95	0,00	222.026,66
119114276 Dedução de Multas e Juros de Penalidade do ICMS Indústria	-2.196.025,80	0,00	0,00	2.196.025,80
119114276 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Indústria	10.054.478,70	4.379.388,08	0,00	5.675.090,62
119114277 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Outros Serviços	16.186,39	44.930,93	28.744,54	0,00
119114278 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Pessoa Física	1.082.741,38	668.691,44	0,00	414.049,94

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119114280 Dedução de Multas e Juros de Penalidade do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	-1.464.017,20	0,00	0,00	1.464.017,20
119114280 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	5.536.839,93	10.756.205,15	5.219.365,22	0,00
119114282 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Produtor Agropecuário	102.402,85	178.543,21	76.140,36	0,00
119114284 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Transporte	1.177.226,91	1.382.754,51	205.527,60	0,00
119114286 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	50.097,20	259.601,93	209.504,73	0,00
119130000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	1.939.985,99	20.417.646,67	18.477.660,68	0,00
119131400 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.849.943,00	3.162.767,22	1.312.824,22	0,00
119131400 Dedução de Multas e Juros da Dívida Ativa do IPVA para o FUNDEB	-730.862,00	0,00	0,00	730.862,00
119131451 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA para o FUNDEB	-286.756,00	-351.418,58	64.662,58	0,00
119131451 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA	2.867.561,00	3.514.185,80	646.624,80	0,00
119131500 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	-2.604.633,01	16.751.653,17	14.147.020,16	0,00
119131500 Dedução de Multas e Juros da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	-9.374.335,00	0,00	0,00	9.374.335,00
119131551 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	-689.748,00	-960.231,52	270.483,52	0,00
119131551 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Combustível	2.464,63	65.334,53	62.869,90	0,00
119131552 Dedução de Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	0,00	-2.816.552,96	2.816.552,96	0,00
119131552 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Comércio Atacadista	465.262,96	618.109,65	152.846,69	0,00
119131553 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Varejista	1.049.283,85	1.379.117,98	329.834,13	0,00
119131554 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	3.451,99	66.752,41	63.300,42	0,00
119131555 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	7.713,20	22.763,25	15.050,05	0,00
119131556 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	931,37	3.673,90	2.742,53	0,00
119131557 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Indústria	2.058.958,71	2.235.724,52	176.765,81	0,00
119131558 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	14.166,53	25.777,50	11.610,97	0,00
119131561 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	230.222,88	644.375,33	414.152,45	0,00
119131563 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	28.281,77	13.649,82	0,00	14.631,95
119131565 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Transporte	570.482,09	1.069.740,84	499.258,75	0,00
119131567 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	167.099,01	256.523,71	89.424,70	0,00
119131570 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Combustivel	0,00	7.311,06	7.311,06	0,00
119131571 Dedução de Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Atacadista	-227.207,25	0,00	0,00	227.207,25
119131571 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Atacadista	1.009.810,80	9.461.604,39	8.451.793,59	0,00
119131572 Dedução de Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Varejista	-277.697,75	0,00	0,00	277.697,75
119131572 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Varejista	1.346.414,40	1.359.958,96	13.544,56	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119131573 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	0,00	27,43	27,43	0,00
119131574 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	0,00	11.057,55	11.057,55	0,00
119131575 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	0,00	17.577,08	17.577,08	0,00
119131576 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Indústria	841.509,00	2.142.314,05	1.300.805,05	0,00
119131577 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	0,00	38.354,07	38.354,07	0,00
119131578 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Física	0,00	13.112,46	13.112,46	0,00
119131580 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	168.301,80	746.537,70	578.235,90	0,00
119131582 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	114.800,46	114.800,46	0,00
119131584 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Transporte	0,00	176.270,94	176.270,94	0,00
119131586 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	37.968,06	37.968,06	0,00
119132000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	-542.818,00	503.226,28	0,00	39.591,72
119132000 Dedução de Multas e Juros da Dívida Ativa do ITCD para o FUNDEB	-943.998,00	0,00	0,00	943.998,00
119132051 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITCD para o FUNDEB	-100.295,00	-125.806,57	25.511,57	0,00
119132051 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITCD	501.475,00	629.032,85	127.557,85	0,00
119139900 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	3.237.494,00	0,00	0,00	3.237.494,00
119139900 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	3.237.494,00	0,00	0,00	3.237.494,00
119150000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00	5.980.097,07	5.980.097,07	0,00
119159900 Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00	5.980.097,07	5.980.097,07	0,00
119159903 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Repasses FAADEP	0,00	897,24	897,24	0,00
119159951 Multas decorrentes da Dívida Ativa	0,00	5.979.199,83	5.979.199,83	0,00
119180000 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	36.830.695,00	0,00	0,00	36.830.695,00
119189900 Outras Multas e Juros de Mora	36.830.695,00	0,00	0,00	36.830.695,00
119189900 Outras Multas e Juros de Mora	36.830.695,00	0,00	0,00	36.830.695,00
119190000 Multas de Outras Origens	0,00	74.914.408,95	74.914.408,95	0,00
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	16.800,00	16.800,00	0,00
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	16.800,00	16.800,00	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	53.443,55	53.443,55	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	53.443,55	53.443,55	0,00
119194800 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	883.852,34	883.852,34	0,00
119194800 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	0,00	0,00	0,00
119194851 Multas TCM	0,00	379.755,33	379.755,33	0,00
119194852 Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	366.881,14	366.881,14	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119194852 Restituição de Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	-17.520,12	17.520,12	0,00
119194853 Multas do TCE	0,00	159.076,32	159.076,32	0,00
119194853 Restituição de Multas do TCE	0,00	-4.340,33	4.340,33	0,00
119195100 Multas do TCM-CE	0,00	0,00	0,00	0,00
119195100 Multas do TCM-CE	0,00	0,00	0,00	0,00
119195700 Multas advindas da ARCE	0,00	163.409,81	163.409,81	0,00
119195700 Multas advindas da ARCE	0,00	163.409,81	163.409,81	0,00
119199900 Outras Multas	0,00	73.796.903,25	73.796.903,25	0,00
119199951 Multas de Obrigações Acessórias	0,00	73.624.527,03	73.624.527,03	0,00
119199951 Registra as restituições de Multas de Obrigações Acessórias	0,00	-1.318,05	1.318,05	0,00
119199999 Outras Multas Contratuais	0,00	173.694,27	173.694,27	0,00
119200000 Indenizações e Restituições	**146.036.345,97**	**112.762.101,01**	**0,00**	**33.274.244,96**
119210000 Indenizações	15.009.000,00	35.554.375,06	20.545.375,06	0,00
119210500 Indenizações previstas na Legislação sobre Defesa de Direitos Difusos	15.009.000,00	35.548.380,94	20.539.380,94	0,00
119210551 Compensação Ambiental	15.009.000,00	35.548.380,94	20.539.380,94	0,00
119219900 Outras Indenizações	0,00	5.994,12	5.994,12	0,00
119219900 Outras Indenizações	0,00	5.994,12	5.994,12	0,00
119220000 Restituições	131.027.345,97	77.207.725,95	0,00	53.819.620,02
119220100 Restituições de Convênios	0,00	13.528.777,51	13.528.777,51	0,00
119220100 Restituição de Restituições de Convênios	0,00	-15.839,77	15.839,77	0,00
119220100 Restituições de Convênios	0,00	13.544.617,28	13.544.617,28	0,00
119220300 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	247.364,52	247.364,52	0,00
119220300 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	247.364,52	247.364,52	0,00
119229900 Outras Restituições	131.027.345,97	63.431.583,92	0,00	67.595.762,05
119229951 Restituições ao FUNDEB	0,00	202.109,30	202.109,30	0,00
119229952 Restituições de Folha de Pagamento	0,00	3.845.656,24	3.845.656,24	0,00
119229953 Restituições de Vale-Transporte	0,00	4.340.755,36	4.340.755,36	0,00
119229956 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	0,00	38.180.986,08	38.180.986,08	0,00
119229956 Restituição de Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	0,00	-10.354,08	10.354,08	0,00
119229957 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	225.153,52	225.153,52	0,00
119229960 Rembolso p/ Processamento de Dados	0,00	74.326,21	74.326,21	0,00
119229963 Devolução de diárias	0,00	191.768,26	191.768,26	0,00
119229964 Registra as Receitas de Restituições Diversas - FECOP	0,00	2.209,19	2.209,19	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119229999 Outras Restituições	131.027.345,97	16.579.987,69	0,00	114.447.358,28
119229999 Restituição de Outras Restituições	0,00	-201.013,85	201.013,85	0,00
119300000 Receita da Dívida Ativa	**82.532.178,00**	**80.502.870,69**	**0,00**	**2.029.307,31**
119310000 Receita da Dívida Ativa Tributária	74.524.171,00	72.281.669,20	0,00	2.242.501,80
119310700 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	0,00	62.898,18	62.898,18	0,00
119310700 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	0,00	62.898,18	62.898,18	0,00
119311400 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	7.308.617,00	7.422.913,82	114.296,82	0,00
119311400 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do IPVA	0,00	-824.768,20	824.768,20	0,00
119311400 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	7.308.617,00	8.247.682,02	939.065,02	0,00
119311500 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	62.495.563,00	60.123.224,46	0,00	2.372.338,54
119311500 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do ICMS	0,00	-10.609.980,79	10.609.980,79	0,00
119311551 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS Combustível	2.145.989,00	3.917.104,79	1.771.115,79	0,00
119311552 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Comércio Atacadista	8.812.830,00	27.408.986,29	18.596.156,29	0,00
119311553 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Comércio Varejista	15.518.272,00	10.996.528,29	0,00	4.521.743,71
119311554 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	1.147.411,00	369.563,95	0,00	777.847,05
119311555 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	124.977,00	141.482,31	16.505,31	0,00
119311556 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	2.301.100,00	79.010,38	0,00	2.222.089,62
119311557 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Indústria	20.203.497,00	17.472.643,39	0,00	2.730.853,61
119311558 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	643.459,00	306.137,88	0,00	337.321,12
119311559 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Física	98.355,00	54.922,94	0,00	43.432,06
119311561 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	3.256.776,00	3.390.568,15	133.792,15	0,00
119311563 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	333.537,00	246.948,69	0,00	86.588,31
119311565 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Transporte	5.794.567,00	5.002.136,65	0,00	792.430,35
119311567 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	2.114.793,00	1.347.171,54	0,00	767.621,46
119312000 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	4.719.991,00	4.672.632,74	0,00	47.358,26
119312000 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do ITCD	0,00	-1.168.158,18	1.168.158,18	0,00
119312000 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	4.719.991,00	5.840.790,92	1.120.799,92	0,00
119320000 Receita da Dívida Ativa não tributária	8.008.007,00	8.221.201,49	213.194,49	0,00
119323900 Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União	0,00	4.099,35	4.099,35	0,00
119323900 Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União	0,00	4.099,35	4.099,35	0,00
119329900 Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	8.008.007,00	8.217.102,14	209.095,14	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119329901 Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Principal	7.607.607,00	7.855.916,64	248.309,64	0,00
119329902 Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	400.400,00	343.507,00	0,00	56.893,00
119329952 Dívida Ativa - Repasses de Emolumentos FAADEP	0,00	17.678,50	17.678,50	0,00
119900000 Receitas Diversas	**386.218.895,38**	**221.701.189,57**	**0,00**	**164.517.705,81**
119902200 Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	492.996,00	492.996,00	0,00
119902200 Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	492.996,00	492.996,00	0,00
119909900 Outras Receitas	386.218.895,38	221.208.193,57	0,00	165.010.701,81
119909953 Retorno do FDI	15.336.995,00	20.190.863,22	4.853.868,22	0,00
119909954 Encargos do FDI / PROAPI	11.804.904,00	1.801.530,23	0,00	10.003.373,77
119909955 Participação nos Encargos do FDI - Diferido	23.830.430,00	18.275.817,72	0,00	5.554.612,28
119909957 Restituição de Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	-350,11	350,11	0,00
119909957 Saldo de Exercícios Anteriores	2.080.000,00	1.920.294,18	0,00	159.705,82
119909958 Superávit Financeiro das Autarquias	70.709.174,89	0,00	0,00	70.709.174,89
119909960 Rendas	0,00	157.270,20	157.270,20	0,00
119909962 Receita de Apontamentos, Protestos e Cancelamentos	0,00	79.525,90	79.525,90	0,00
119909962 Restituição de Receita de Apontamentos, Protestos e Cancelamentos	0,00	-880,00	880,00	0,00
119909967 Recursos de Empresas Consignatárias	0,00	2.234,97	2.234,97	0,00
119909968 Ressarcimento	0,00	2.765.150,81	2.765.150,81	0,00
119909968 Restituição de Ressarcimento	0,00	-22.591,89	22.591,89	0,00
119909978 Depósitos Judiciais - Lei 15.878	50.000.000,00	9.256.798,74	0,00	40.743.201,26
119909979 Recursos Provenientes do FEEF	0,00	71.116.371,80	71.116.371,80	0,00
119909980 Depósitos Judiciais - LC Federal 151	100.000.000,00	0,00	0,00	100.000.000,00
119909981 Depósitos Judiciais - EC 94/2016	0,00	95.242.040,58	95.242.040,58	0,00
119909998 Outras Receita FECOP	0,00	312.136,25	312.136,25	0,00
119909998 Restituição de Outras Receita FECOP	0,00	-106,35	106,35	0,00
119909999 Outras Receitas	112.457.391,49	112.087,32	0,00	112.345.304,17
120000000 Receitas de Capital	**4.273.586.781,39**	**2.498.664.326,11**	**0,00**	**1.774.922.455,28**
121000000 Operações de Crédito	**3.507.144.853,38**	**2.051.078.860,99**	**0,00**	**1.456.065.992,39**
121100000 Operações de Crédito Internas	**1.765.916.765,20**	**1.220.422.981,59**	**0,00**	**545.493.783,61**
121140000 Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.765.916.765,20	1.220.422.981,59	0,00	545.493.783,61
121140100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	25.355.460,00	5.617.442,68	0,00	19.738.017,32
121140100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	25.355.460,00	5.617.442,68	0,00	19.738.017,32

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
121140200 Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	13.247.000,00	0,00	0,00	13.247.000,00
121140200 Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	13.247.000,00	0,00	0,00	13.247.000,00
121140300 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	17.759.669,20	5.278.744,40	0,00	12.480.924,80
121140300 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	17.759.669,20	5.278.744,40	0,00	12.480.924,80
121140500 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	8.000.000,00	0,00	0,00	8.000.000,00
121140500 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	8.000.000,00	0,00	0,00	8.000.000,00
121140600 Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	1.150.000.000,00	0,00	0,00	1.150.000.000,00
121140600 Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	1.150.000.000,00	0,00	0,00	1.150.000.000,00
121140700 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	34.938.791,00	8.154.109,80	0,00	26.784.681,20
121140700 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	34.938.791,00	8.154.109,80	0,00	26.784.681,20
121149900 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	516.615.845,00	1.201.372.684,71	684.756.839,71	0,00
121149952 Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura	354.550.249,00	1.530.172,28	0,00	353.020.076,72
121149953 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	132.922.646,00	11.208.845,12	0,00	121.713.800,88
121149954 Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	0,00	9.938.468,07	9.938.468,07	0,00
121149958 Operações de Crédito Internas - BNDES - ESTADOS	8.507.000,00	28.695.199,24	20.188.199,24	0,00
121149959 Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
121149960 Operações de Crédito Internas para Amortização da Dívida	0,00	1.150.000.000,00	1.150.000.000,00	0,00
121149999 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	5.635.950,00	0,00	0,00	5.635.950,00
121200000 Operações de Crédito Externas	**1.741.228.088,18**	**830.655.879,40**	**0,00**	**910.572.208,78**
121230000 Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.741.228.088,18	830.655.879,40	0,00	910.572.208,78
121230200 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	112.796.406,00	0,00	0,00	112.796.406,00
121230200 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	112.796.406,00	0,00	0,00	112.796.406,00
121230300 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	57.761.615,76	323.168,75	0,00	57.438.447,01
121230300 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	57.761.615,76	323.168,75	0,00	57.438.447,01
121230400 Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	9.450.000,00	0,00	0,00	9.450.000,00
121230400 Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	9.450.000,00	0,00	0,00	9.450.000,00
121230500 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	3.505.000,00	0,00	0,00	3.505.000,00
121230500 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	3.505.000,00	0,00	0,00	3.505.000,00
121230700 Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
121230700 Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
121239900 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.557.715.066,42	830.332.710,65	0,00	727.382.355,77
121239900 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
121239951 Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	58.198.795,00	145.410.753,68	87.211.958,68	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
121239952 Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	541.345.883,00	62.369.400,00	0,00	478.976.483,00
121239953 Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	103.773.026,00	246.397.136,14	142.624.110,14	0,00
121239954 Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	33.297.000,00	74.118.800,80	40.821.800,80	0,00
121239956 Operações de Crédito Externas - SWAP	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
121239957 Contribuição do FERMOJU - Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
121239958 Operações de Crédito Externas - PfoRCeará	276.605.221,83	252.380.606,06	0,00	24.224.615,77
121239999 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	542.490.140,59	49.656.013,97	0,00	492.834.126,62
122000000 Alienação de Bens	**22.187.800,00**	**4.890.259,44**	**0,00**	**17.297.540,56**
122100000 Alienação de Bens Móveis	**22.187.800,00**	**3.609.600,95**	**0,00**	**18.578.199,05**
122100000 Alienação de Bens Móveis	22.187.800,00	3.609.600,95	0,00	18.578.199,05
122200000 Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**1.280.658,49**	**1.280.658,49**	**0,00**
122240000 Alienação de Imóveis Rurais	0,00	652.903,49	652.903,49	0,00
122240000 Alienação de Imóveis Rurais	0,00	652.903,49	652.903,49	0,00
122250000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	627.755,00	627.755,00	0,00
122250000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	627.755,00	627.755,00	0,00
122200000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
124000000 Transferências de Capital	**734.174.128,01**	**442.036.682,86**	**0,00**	**292.137.445,15**
124200000 Transferências Intergovernamentais	**0,00**	**21.266.402,66**	**21.266.402,66**	**0,00**
124210000 Transferências da União	0,00	21.266.402,66	21.266.402,66	0,00
124210200 Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00	21.266.402,66	21.266.402,66	0,00
124210251 Transferências do FNDE para Programa de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral	0,00	21.266.402,66	21.266.402,66	0,00
124700000 Transferências de Convênios	**734.174.128,01**	**420.770.280,20**	**0,00**	**313.403.847,81**
124710000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	725.873.934,78	412.849.007,63	0,00	313.024.927,15
124710200 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	118.900.000,00	61.107.810,10	0,00	57.792.189,90
124710200 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	118.900.000,00	61.107.810,10	0,00	57.792.189,90
124710300 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	227.831.841,00	228.279.087,48	447.246,48	0,00
124710300 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	227.831.841,00	228.279.087,48	447.246,48	0,00
124710400 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00	148.694,00	148.694,00	0,00
124710400 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00	148.694,00	148.694,00	0,00
124710500 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	9.662.335,40	0,00	0,00	9.662.335,40
124710500 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	9.662.335,40	0,00	0,00	9.662.335,40
124719900 Outras Transferências de Convênios da União	369.479.758,38	123.313.416,05	0,00	246.166.342,33
124719900 Outras Transferências de Convênios da União	369.479.758,38	123.371.155,98	0,00	246.108.602,40

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
124719900 Restituição de Outras Transferências de Convênios da União	0,00	-57.739,93	57.739,93	0,00
124730000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	5.300.193,23	3.515.557,97	0,00	1.784.635,26
124730200 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	2.400.000,00	0,00	0,00	2.400.000,00
124730200 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	2.400.000,00	0,00	0,00	2.400.000,00
124739900 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	3.515.557,97	3.515.557,97	0,00
124739999 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	3.515.557,97	3.515.557,97	0,00
124730000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	2.900.193,23	0,00	0,00	2.900.193,23
124750000 Transferências de Convênios do Exterior	3.000.000,00	4.405.714,60	1.405.714,60	0,00
124750000 Transferências de Convênios do Exterior	3.000.000,00	4.405.714,60	1.405.714,60	0,00
125000000 Outras Receitas de Capital	**10.080.000,00**	**658.522,82**	**0,00**	**9.421.477,18**
125900000 Outras Receitas	**10.080.000,00**	**658.522,82**	**0,00**	**9.421.477,18**
125905100 Outras Restituições	10.080.000,00	658.522,82	0,00	9.421.477,18
125905100 Outras Restituições	10.080.000,00	658.522,82	0,00	9.421.477,18
170000000 Receitas Correntes	**78.933.741,77**	**207.461.303,89**	**128.527.562,12**	**0,00**
171000000 Receita Tributária	**40.647.741,77**	**0,00**	**0,00**	**40.647.741,77**
171200000 Taxas	**40.647.741,77**	**0,00**	**0,00**	**40.647.741,77**
171220000 Taxas pela Prestação de Serviços	40.647.741,77	0,00	0,00	40.647.741,77
171229900 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	40.647.741,77	0,00	0,00	40.647.741,77
171229971 Editorial e Gráfica	4.247.362,02	0,00	0,00	4.247.362,02
171229999 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	36.400.379,75	0,00	0,00	36.400.379,75
179000000 Outras Receitas Correntes	**38.286.000,00**	**207.461.303,89**	**169.175.303,89**	**0,00**
179200000 Indenizações e Restituições	**584.000,00**	**3.044.194,18**	**2.460.194,18**	**0,00**
179220000 Restituições	584.000,00	3.044.194,18	2.460.194,18	0,00
179229900 Outras Restituições	584.000,00	3.044.194,18	2.460.194,18	0,00
179229956 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	584.000,00	22.475,90	0,00	561.524,10
179229999 Outras Restituições	0,00	3.021.718,28	3.021.718,28	0,00
179900000 Receitas Diversas	**37.702.000,00**	**204.417.109,71**	**166.715.109,71**	**0,00**
179909900 Outras Receitas	37.702.000,00	204.417.109,71	166.715.109,71	0,00
179909958 Superávit Financeiro das Autarquias	37.702.000,00	204.417.109,71	166.715.109,71	0,00
TOTAL GERAL:	**23.211.691.087,30**	**21.720.618.288,97**	**0,00**	**1.491.072.798,33**

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 15/03/2018 08:49

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3	DESPESA CORRENTE	13.362.288.751,20	1.228.397,10	13.363.517.148,30	12.944.735.261,20	418.781.887,10
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.707.284.047,96	1.228.397,10	6.708.512.445,06	6.520.918.945,61	187.593.499,45
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	5.799.057.247,10	1.228.397,10	5.800.285.644,20	5.622.954.367,86	177.331.276,34
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	3.911.000,00	0,00	3.911.000,00	3.857.617,10	53.382,90
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	302.825.966,44	0,00	302.825.966,44	296.368.132,77	6.457.833,67
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	358.634,00	0,00	358.634,00	63.805,41	294.828,59
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.968.626.797,52	0,00	3.968.626.797,52	3.930.042.819,67	38.583.977,85
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.170.898.076,10	0,00	1.170.898.076,10	1.162.083.209,86	8.814.866,24
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	41.153.047,10	1.015.741,95	42.168.789,05	40.164.487,68	2.004.301,37
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.709.041,63	0,00	2.709.041,63	2.449.860,69	259.180,94
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	227.202.131,21	0,00	227.202.131,21	116.168.282,04	111.033.849,17
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	37.540.150,65	182.154,68	37.722.305,33	29.462.252,94	8.260.052,39
31909300	INDENIZAÇÕES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	11.428.402,04	30.500,47	11.458.902,51	11.304.492,37	154.410,14
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	32.391.000,41	0,00	32.391.000,41	30.989.407,33	1.401.593,08
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	908.226.800,86	0,00	908.226.800,86	897.964.577,75	10.262.223,11
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	906.125.067,46	0,00	906.125.067,46	896.542.084,23	9.582.983,23
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	934.733,40	0,00	934.733,40	306.504,69	628.228,71
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.167.000,00	0,00	1.167.000,00	1.115.988,83	51.011,17
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	472.030.202,46	0,00	472.030.202,46	452.097.969,17	19.932.233,29
3290	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	472.030.202,46	0,00	472.030.202,46	452.097.969,17	19.932.233,29
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	402.869.795,44	0,00	402.869.795,44	393.848.995,68	9.020.799,76
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	40.936.934,87	0,00	40.936.934,87	30.898.054,73	10.038.880,14
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	28.223.472,15	0,00	28.223.472,15	27.350.918,76	872.553,39
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.182.974.500,78	0,00	6.182.974.500,78	5.971.718.346,42	211.256.154,36
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	280.000,00	0,00	280.000,00	280.000,00	0,00
33304100	CONTRIBUIÇÕES	280.000,00	0,00	280.000,00	280.000,00	0,00
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	3.247.448.205,84	0,00	3.247.448.205,84	3.223.315.630,16	24.132.575,68
33404100	CONTRIBUIÇÕES	72.926.666,65	0,00	72.926.666,65	71.793.546,21	1.133.120,44
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.174.521.274,42	0,00	3.174.521.274,42	3.151.521.819,18	22.999.455,24
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	264,77	0,00	264,77	264,77	0,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33409300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	999.724,19	0,00	999.724,19	999.724,19	0,00
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	999.724,19	0,00	999.724,19	999.724,19	0,00
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	356.319.513,09	0,00	356.319.513,09	323.361.134,92	32.958.378,17
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	227.866.713,34	0,00	227.866.713,34	202.728.336,05	25.138.377,29
33504100	CONTRIBUIÇÕES	121.171.573,37	0,00	121.171.573,37	115.423.808,42	5.747.764,95
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	4.633.235,86	0,00	4.633.235,86	2.723.764,14	1.909.471,72
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.490.226,38	0,00	2.490.226,38	2.485.226,31	5.000,07
33509300	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	157.764,14	0,00	157.764,14	0,00	157.764,14
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	778.820,00	0,00	778.820,00	745.000,00	33.820,00
33604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	778.820,00	0,00	778.820,00	745.000,00	33.820,00
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	42.894.418,22	0,00	42.894.418,22	42.669.277,47	225.140,75
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP	37.765.604,23	0,00	37.765.604,23	37.540.463,76	225.140,47
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.128.813,99	0,00	5.128.813,99	5.128.813,71	0,28
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.891.735,00	0,00	9.891.735,00	9.858.910,78	32.824,22
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.891.735,00	0,00	9.891.735,00	9.858.910,78	32.824,22
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.484.176.571,88	0,00	2.484.176.571,88	2.334.378.247,25	149.798.324,63
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.273.576,79	0,00	1.273.576,79	1.250.985,90	22.590,89
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	13.675.242,42	0,00	13.675.242,42	12.636.535,34	1.038.707,08
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	12.797.002,62	0,00	12.797.002,62	12.470.702,32	326.300,30
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.140.118,94	0,00	5.140.118,94	4.949.335,99	190.782,95
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	226.000,00	0,00	226.000,00	195.500,00	30.500,00
33902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILIARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	194.254.453,81	0,00	194.254.453,81	181.512.712,66	12.741.741,15
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	39.177.462,87	0,00	39.177.462,87	38.057.618,80	1.119.844,07
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	21.457.924,11	0,00	21.457.924,11	21.192.974,47	264.949,64
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17.002.934,03	0,00	17.002.934,03	16.121.805,73	881.128,30
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	100.081.990,52	0,00	100.081.990,52	92.755.033,03	7.326.957,49
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	23.593.433,37	0,00	23.593.433,37	11.284.789,09	12.308.644,28

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	130.255.076,20	0,00	130.255.076,20	126.086.115,62	4.168.960,58
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	565.206.093,31	0,00	565.206.093,31	527.409.264,34	37.796.828,97
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	843.060.725,10	0,00	843.060.725,10	794.383.821,87	48.676.903,23
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.042.500,00	0,00	1.042.500,00	1.042.500,00	0,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	173.652.794,11	0,00	173.652.794,11	164.479.412,34	9.173.381,77
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	152.447.257,37	0,00	152.447.257,37	151.634.872,36	812.385,01
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	4.155.079,35	0,00	4.155.079,35	1.324.982,88	2.830.096,47
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	559.561,55	0,00	559.561,55	369.841,96	189.719,59
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.487.799,00	0,00	11.487.799,00	11.356.668,44	131.130,56
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	3.994.262,06	5.737,94
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	46.399.954,59	0,00	46.399.954,59	44.758.769,83	1.641.184,76
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	123.229.591,82	0,00	123.229.591,82	115.109.742,22	8.119.849,60
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	40.185.512,56	0,00	40.185.512,56	36.110.421,65	4.075.090,91
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.003.431,44	0,00	20.003.431,44	17.201.310,40	2.802.121,04
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.005.238,72	0,00	1.005.238,72	556.610,12	448.628,60
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.528.150,40	0,00	3.528.150,40	3.500.875,31	27.275,09
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.648.692,00	0,00	15.648.692,00	14.851.625,82	797.066,18
3395	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33953600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	DESPESA DE CAPITAL	5.180.269.224,34	721.182,86	5.180.990.407,20	2.733.417.422,30	2.447.572.984,90
44	INVESTIMENTOS	2.959.972.707,95	721.182,86	2.960.693.890,81	1.596.173.070,51	1.364.520.820,30
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44204200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	116.123.203,87	721.182,86	116.844.386,73	78.260.535,94	38.583.850,79
44404100	CONTRIBUIÇÕES	1.676.145,48	0,00	1.676.145,48	1.585.338,25	90.807,23
44404200	AUXÍLIOS	110.685.648,95	721.182,86	111.406.831,81	73.417.594,14	37.989.237,67
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.761.409,44	0,00	3.761.409,44	3.257.603,55	503.805,89
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	137.764.528,54	0,00	137.764.528,54	104.881.302,87	32.883.225,67
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.114.366,98	0,00	26.114.366,98	25.499.999,98	614.367,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44504100	CONTRIBUIÇÕES	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
44504200	AUXÍLIOS	111.591.625,66	0,00	111.591.625,66	79.381.302,89	32.210.322,77
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	54.435,90	0,00	54.435,90	0,00	54.435,90
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	900.000,00	0,00	900.000,00	0,00	900.000,00
44604100	CONTRIBUIÇÕES	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
44604200	AUXÍLIOS	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	7.840.035,01	0,00	7.840.035,01	7.840.035,01	0,00
44678300	DESP. DECOR. DE CONTRATO PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	7.118.497,63	0,00	7.118.497,63	7.118.497,63	0,00
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	721.537,38	0,00	721.537,38	721.537,38	0,00
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44704100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	2.694.723.726,99	0,00	2.694.723.726,99	1.404.082.605,92	1.290.641.121,07
44901400	DIÁRIA-CIVIL	219.505,46	0,00	219.505,46	193.668,21	25.837,25
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	5.719.689,36	0,00	5.719.689,36	3.988.831,75	1.730.857,61
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	113.495,36	0,00	113.495,36	110.336,31	3.159,05
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	119.523.875,00	0,00	119.523.875,00	81.597.507,57	37.926.367,43
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	705.000,00	0,00	705.000,00	0,00	705.000,00
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	2.761.323,28	0,00	2.761.323,28	2.720.935,29	40.387,99
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	154.043.043,91	0,00	154.043.043,91	77.329.360,66	76.713.683,25
44904100	CONTRIBUIÇÕES	932.806,13	0,00	932.806,13	632.806,13	300.000,00
44904200	AUXÍLIOS	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	11.978.796,94	0,00	11.978.796,94	8.867.398,52	3.111.398,42
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	310.031,14	0,00	310.031,14	243.046,96	66.984,18
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.806.520.191,57	0,00	1.806.520.191,57	866.802.280,93	939.717.910,64
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	362.811.423,46	0,00	362.811.423,46	189.394.211,81	173.417.211,65
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	50.966.079,09	0,00	50.966.079,09	35.842.260,28	15.123.818,81
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	2.888.422,00	0,00	2.888.422,00	0,00	2.888.422,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	59.350,00	0,00	59.350,00	36.205,23	23.144,77
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	128.447.934,06	0,00	128.447.934,06	113.723.264,33	14.724.669,73
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	46.720.660,23	0,00	46.720.660,23	22.600.491,94	24.120.168,29
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.591.213,54	0,00	2.591.213,54	1.108.590,77	1.482.622,77
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	139.790,00	0,00	139.790,00	91.739,79	48.050,21
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.199.459,86	0,00	2.199.459,86	764.887,30	1.434.572,56
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	251.963,68	0,00	251.963,68	251.963,68	0,00
4493	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44935100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
4495	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44955100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4496	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44969300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	159.765.011,61	0,00	159.765.011,61	148.671.258,71	11.093.752,90
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	159.765.011,61	0,00	159.765.011,61	148.671.258,71	11.093.752,90
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	159.745.011,61	0,00	159.745.011,61	148.671.258,71	11.073.752,90
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.060.531.504,78	0,00	2.060.531.504,78	988.573.093,08	1.071.958.411,70
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	2.060.531.504,78	0,00	2.060.531.504,78	988.573.093,08	1.071.958.411,70
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	129.008.967,10	0,00	129.008.967,10	128.840.529,39	168.437,71
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.931.522.537,68	0,00	1.931.522.537,68	859.732.563,69	1.071.789.973,99
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral:		**18.542.557.975,54**	**1.949.579,96**	**18.544.507.555,50**	**15.678.152.683,50**	**2.866.354.872,00**

Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	437.908.212,69	0,00	437.908.212,69	433.782.660,33	4.125.552,36
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	135.139.452,03	0,00	135.139.452,03	130.624.366,11	4.515.085,92
030001-TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS	56.117.288,55	1.228.397,10	57.345.685,65	57.194.385,42	151.300,23
040001-TRIBUNAL DE JUSTICA	1.090.577.285,89	0,00	1.090.577.285,89	1.089.921.446,38	655.839,51
060001-DEFENSORIA PUBLICA GERAL	140.924.141,96	0,00	140.924.141,96	132.199.626,52	8.724.515,44
080001-SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	841.255.528,10	0,00	841.255.528,10	336.841.391,90	504.414.136,20
100001-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	70.083.621,22	0,00	70.083.621,22	67.922.917,39	2.160.703,83
101021-SUPERINTENDENCIA DA POLICIA CIVIL	424.975.264,95	0,00	424.975.264,95	419.555.919,13	5.419.345,82
101031-POLICIA MILITAR DO CEARA	1.443.368.449,65	0,00	1.443.368.449,65	1.424.265.088,50	19.103.361,15
101041-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARA	176.469.818,30	0,00	176.469.818,30	169.105.231,28	7.364.587,02
101071-PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARA	81.663.438,06	0,00	81.663.438,06	77.774.795,79	3.888.642,27
101081-ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA DO CEARA	24.895.988,52	0,00	24.895.988,52	18.128.474,38	6.767.514,14
110001-GABINETE DO GOVERNADOR	145.224.327,09	0,00	145.224.327,09	140.118.046,67	5.106.280,42
120001-GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	13.495.010,05	0,00	13.495.010,05	13.225.368,35	269.641,70
130001-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	71.827.305,81	0,00	71.827.305,81	69.749.823,39	2.077.482,42
140001-CASA MILITAR	3.519.466,10	0,00	3.519.466,10	3.515.751,33	3.714,77
150001-PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	406.860.029,22	0,00	406.860.029,22	393.855.825,15	13.004.204,07
170001-CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	5.490.925,42	0,00	5.490.925,42	5.149.519,66	341.405,76
180001-SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA	536.772.423,51	0,00	536.772.423,51	483.966.206,34	52.806.217,17
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	748.901.904,39	0,00	748.901.904,39	731.117.185,65	17.784.718,74
191011-ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	6.161.320.533,43	0,00	6.161.320.533,43	4.928.826.826,58	1.232.493.706,85
210001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	424.633.818,25	0,00	424.633.818,25	349.992.374,66	74.641.443,59
220001-SECRETARIA DA EDUCACAO	2.855.858.736,52	0,00	2.855.858.736,52	2.719.191.946,41	136.666.790,11
225001-CENTRO DE EDUCACAO A DISTANCIA DO ESTADO DO CEARA	4.608.621,00	0,00	4.608.621,00	3.111.960,05	1.496.660,95
270001-SECRETARIA DA CULTURA	91.754.033,00	0,00	91.754.033,00	71.906.183,59	19.847.849,41
290001-SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	349.872.148,43	0,00	349.872.148,43	280.916.021,88	68.956.126,55
300001-CASA CIVIL	102.942.491,75	0,00	102.942.491,75	100.128.491,84	2.813.999,91
310001-SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	212.439.779,66	0,00	212.439.779,66	97.067.626,37	115.372.153,29
360001-SECRETARIA DO TURISMO	359.905.010,89	0,00	359.905.010,89	159.194.866,73	200.710.144,16
410001-CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	30.608.337,40	0,00	30.608.337,40	25.044.643,54	5.563.693,86
420001-SECRETARIA DO ESPORTE	24.480.150,30	0,00	24.480.150,30	16.409.718,34	8.070.431,96

Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
430001-SECRETARIA DAS CIDADES	631.272.949,11	721.182,86	631.994.131,97	364.040.323,79	267.953.808,18
460001-SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	91.989.331,00	0,00	91.989.331,00	80.765.822,70	11.223.508,30
461031-ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	3.172.507,00	0,00	3.172.507,00	2.999.190,31	173.316,69
470001-SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	173.999.050,54	0,00	173.999.050,54	147.026.037,88	26.973.012,66
470104-SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	76.962.780,40	0,00	76.962.780,40	73.382.166,45	3.580.613,95
510001-SECRETARIA DA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA	6.635.505,28	0,00	6.635.505,28	6.361.452,10	274.053,18
530001-CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA E SISTEMA PENITENCIARIO	10.002.233,57	0,00	10.002.233,57	9.514.933,96	487.299,61
540001-SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	423.984,82	0,00	423.984,82	423.462,54	522,28
550001-SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	10.384.761,00	0,00	10.384.761,00	8.093.499,02	2.291.261,98
560001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	3.686.795,73	0,00	3.686.795,73	3.457.641,08	229.154,65
570001-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	60.134.534,95	0,00	60.134.534,95	32.283.464,01	27.851.070,94
Total Geral:	**18.542.557.975,54**	**1.949.579,96**	**18.544.507.555,50**	**15.678.152.683,50**	**2.866.354.872,00**

					CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS															
1	CEF	ESTADO DO CEARA	CTN-22786-04	06/06/1991	25,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	159.204,00	650.764,25	0,00	3.540,04	187.702,13	34.094,24	0,00	466.602,16
2	CEF	ESTADO DO CEARA	CTN-22793-41	06/06/1991	25,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	194.985,00	1.037.802,59	0,00	5.645,49	299.336,93	54.371,58	0,00	744.111,15
3	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 31466-20/CEF	17/11/1994	22,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	112.267,92	386.216,24	0,00	1.975,26	180.121,77	18.362,72	0,00	208.069,73
4	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-5986256/122689/88	17/06/1998	18,08	5,00	UNID.PAD.REFIN.	232.533,59	169.754,64	251.593,38	780,48	126.772,30	5.640,31	1.128,07	295.356,20
5	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59863-71.122419-1	17/06/1998	17,92	5,00	UNID.PAD.REFIN.	232.774,05	121.688,26	0,00	519,73	112.554,79	3.550,37	710,08	9.653,20
6	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59.864-96	17/06/1998	17,17	5,10	UNID.PAD.REFIN.	94.004,48	46.162,87	0,00	99,62	46.262,49	591,15	115,92	0,00
7	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-59846/122702-51	17/06/1998	17,33	5,10	UNID.PAD.REFIN.	99.268,69	95.805,89	0,00	325,91	96.131,80	1.990,21	390,24	0,00
8	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.855-18	17/06/1998	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	214.431,30	1.538.499,59	0,00	8.779,62	218.778,32	73.712,57	14.453,43	1.328.500,89
9	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.856-33	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	288.665,51	1.830.653,89	0,00	10.342,83	316.949,50	116.833,04	23.366,61	1.524.047,22
10	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.857-59	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	364.579,75	3.112.929,91	0,00	17.843,48	399.344,66	147.205,31	29.441,06	2.731.428,73
11	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156663-07	30/04/2004	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	293.151,71	2.142.657,06	0,00	11.850,59	510.007,80	95.976,78	76.781,41	1.644.499,85
12	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156665-26	30/04/2004	14,33	5,00	UNID.PAD.REFIN.	124.200,27	753.208,15	0,00	4.194,22	163.807,09	34.090,57	27.272,44	593.595,28
13	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156666-30	30/04/2004	14,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	1.017.091,41	4.415.039,79	0,00	24.585,05	960.179,23	199.826,86	159.861,46	3.479.445,61
14	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156669-63	30/06/2004	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	390.907,38	3.193.268,01	0,00	17.875,53	643.284,43	156.829,08	125.463,25	2.567.859,11
15	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156670-91	30/12/2003	13,83	8,00	UNID.PAD.REFIN.	55.967,20	171.669,38	0,00	931,05	51.335,52	11.932,60	5.966,29	121.264,91
16	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156671-04	30/12/2003	13,25	8,00	UNID.PAD.REFIN.	13.904,93	52.064,53	0,00	274,90	19.670,78	3.470,58	1.735,29	32.668,65
17	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156672-18	30/12/2003	13,83	8,00	UNID.PAD.REFIN.	63.125,26	242.207,07	0,00	1.313,59	72.428,88	16.835,63	8.417,81	171.091,78
18	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156674-36	30/12/2003	13,42	8,00	UNID.PAD.REFIN.	27.140,89	41.969,05	0,00	223,58	14.763,70	2.837,14	1.418,55	27.428,93
19	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156675-41	30/12/2003	13,67	8,00	UNID.PAD.REFIN.	35.262,75	134.169,37	0,00	722,97	42.708,35	9.232,43	4.616,17	92.183,99
20	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156677-60	30/12/2003	14,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	74.506,34	139.527,84	0,00	761,13	39.311,19	9.785,77	4.892,85	100.977,78
21	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156681-29	30/12/2003	14,75	6,50	UNID.PAD.REFIN.	126.958,73	1.190.030,48	0,00	6.687,59	226.542,82	70.991,62	43.687,18	970.175,25
22	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156691-44	30/12/2003	15,00	6,50	UNID.PAD.REFIN.	113.725,27	1.042.268,77	0,00	5.878,55	186.726,91	62.521,31	38.474,62	861.420,41
23	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0287955 RIO COCÓ	30/06/2010	20,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	10.433.966,26	94.344.683,09	5.278.744,40	579.498,82	3.570.638,22	5.838.660,03	2.238.516,10	96.632.288,09
24	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0294815 FAV DENDÊ	30/06/2010	20,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	3.628.625,58	23.953.532,23	7.902.516,42	148.795,21	1.052.327,16	1.304.885,18	600.971,38	30.952.516,70
25	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0319197-16-VLT	08/10/2010	20,00	5,50	UNID.PAD.REFIN.	8.387.312,46	78.838.703,37	10.966.835,90	465.231,67	2.894.907,24	4.324.387,13	1.967.326,90	87.375.863,70
26	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0319199-34-METRÔ	08/10/2010	20,00	5,50	UNID.PAD.REFIN.	1.637.992,79	12.324.479,24	242.009,22	72.727,45	448.299,21	672.502,56	307.309,88	12.190.916,70
27	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0404511-20 CPAC-M	06/12/2013	8,00	8,10	314-URTJLP	36.792.194,07	55.864.619,30	2.601.267,35	-50.207.675,66	8.258.210,99	4.259.092,78	60.036,76	0,00
28	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0418298-34 CPAC	06/03/2014	8,00	8,10	314-URTJLP	61.040.248,10	90.405.326,87	7.337.200,72	-84.411.151,13	13.331.376,46	7.145.384,12	102.255,89	0,00
29	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-404511-MARANG-AD	22/12/2017	11,92	8,10	314-URTJLP	36.792.194,07	0,00	0,00	50.784.145,92	0,00	0,00	0,00	50.784.145,92
30	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-418298-PMCMV-AD	22/12/2017	12,17	8,10	314-URTJLP	61.040.248,10	0,00	0,00	85.375.866,35	0,00	0,00	0,00	85.375.866,35
31	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 0820155.1018	06/06/2008	12,00	8,00	314-URTJLP	72.286.635,42	81.450.842,00	0,00	816.894,26	12.603.884,50	5.961.532,25	0,00	69.663.851,76
32	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-820358-1011/1119	14/01/2009	7,50	8,00	314-URTJLP	139.829.382,48	78.116.933,32	0,00	656.847,87	37.714.522,74	4.798.865,90	0,00	41.059.258,45
33	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020010-1010 CEV.	19/04/2010	6,00	8,80	314-URTJLP	75.984.762,52	37.043.081,46	0,00	269.894,04	26.300.949,80	2.399.573,65	0,00	11.012.025,70
34	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561015 TSIDA	19/04/2010	7,50	7,90	314-URTJLP	952.342,36	871.885,25	0,00	8.142,83	256.672,22	58.733,24	0,00	623.355,86
35	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561023/1368B	19/04/2010	7,50	7,90	314-URTJLP	5.229.113,82	4.787.340,53	0,00	44.710,69	1.409.333,89	322.492,02	0,00	3.422.717,33
36	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561031/1376C	19/04/2010	7,50	4,50	REAL	87.267.840,00	39.755.349,36	0,00	0,00	11.635.711,77	1.539.738,24	0,00	28.119.637,59
37	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561040 SC D	19/04/2010	7,50	4,50	REAL	21.097.023,00	9.610.866,00	0,00	0,00	2.812.936,20	372.232,12	0,00	6.797.929,80
38	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020304.1108PEFII	11/06/2010	8,00	7,10	314-URTJLP	222.997.041,66	196.352.243,87	0,00	-139.924.846,78	56.427.397,09	11.972.343,57	731.594,87	0,00
39	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020246.1103 CEIS	22/06/2010	6,50	7,90	314-URTJLP	48.630.248,01	21.726.817,04	5.617.442,68	221.125,09	6.652.226,37	1.594.749,69	0,00	20.913.158,44
40	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 1021701.1010-AC	07/12/2010	12,00	7,90	314-URTJLP	178.080.498,26	268.412.409,76	0,00	2.748.987,82	29.997.307,46	19.817.277,03	0,00	241.164.090,12

					CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS															
41	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1221129/1017	21/12/2012	18,00	7,10	314-URTJLP	126.984.426,39	228.023.173,14	0,00	-213.762.989,60	14.260.183,54	15.540.902,29	1.085.464,04	0,00
42	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671/019-SubA	28/11/2013	8,00	7,90	314-URTJLP	299.844.332,55	483.893.795,86	28.695.199,24	4.921.094,40	69.997.982,51	35.410.390,34	0,00	447.512.106,99
43	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671/027.SubB	28/11/2013	11,00	3,40	143-UMSELIC	98.181.421,49	157.430.338,19	0,00	15.022.355,01	16.606.841,08	5.279.715,84	0,00	155.845.852,12
44	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13211911-P.PECEM2	26/02/2014	9,00	7,90	314-URTJLP	319.383.883,51	585.887.339,49	0,00	6.147.266,11	49.174.252,68	44.395.360,49	0,00	542.860.352,92
45	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14.2.0412.1LLMETR	19/09/2014	24,00	7,10	314-URTJLP	506.565.083,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14206291019 TS2ªE	29/09/2014	9,00	8,00	314-URTJLP	96.244.212,06	188.339.929,72	1.530.172,28	1.938.452,78	21.579.956,87	14.147.711,86	0,00	170.228.597,91
47	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10203041-PEFII-AD	15/12/2017	8,42	7,10	314-URTJLP	222.997.041,66	0,00	0,00	141.765.451,43	0,00	0,00	0,00	141.765.451,43
48	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-12211291-PROIN-AD	15/12/2017	21,00	7,10	314-URTJLP	126.984.426,39	0,00	0,00	216.153.774,19	0,00	0,00	0,00	216.153.774,19
49	BB	ESTADO DO CEARA	PROINVESTE - BB	21/12/2012	18,00	7,10	314-URTJLP	424.958.652,47	765.290.266,94	0,00	-717.430.158,62	47.860.108,32	52.160.723,83	0,00	0,00
50	BB	ESTADO DO CEARA	CT20/5-7CPAC-MCMV-BB	04/07/2014	8,00	8,10	314-URTJLP	34.574.789,27	65.533.383,90	0,00	-56.847.931,75	8.685.452,15	4.907.377,05	0,00	0,00
51	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Amort. Dívida	22/11/2017	9,00	8,40	REAL	1.150.000.000,00	0,00	1.150.000.000,00	0,00	0,00	0,00	11.503.000,00	1.150.000.000,00
52	BB	ESTADO DO CEARA	PROINVESTE - BB - AD	22/12/2017	21,08	7,10	314-URTJLP	424.958.652,47	0,00	0,00	725.469.654,39	0,00	0,00	0,00	725.469.654,39
53	BB	ESTADO DO CEARA	CT-5-7-CPAC-MCMV-AD	22/12/2017	12,58	8,10	314-URTJLP	34.574.789,27	0,00	0,00	57.515.187,05	0,00	0,00	0,00	57.515.187,05
54	BNB	ESTADO DO CEARA	CT- 96000101-001	04/01/1996	21,00	4,58	DÓLAR	12.602.000,00	7.597.539,84	0,00	10.571,42	2.432.417,58	268.737,01	67.833,70	5.175.693,68
55	BNB	ESTADO DO CEARA	CT- 96000101-002	04/01/1996	22,42	4,58	DÓLAR	30.000.000,00	16.546.385,34	0,00	19.350,68	5.371.381,55	573.610,87	147.370,23	11.194.354,47
56	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/0001 -1º	13/01/1998	21,50	4,58	DÓLAR	9.100.000,00	5.184.291,88	0,00	6.204,18	1.683.095,53	179.723,00	46.032,77	3.507.400,53
57	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002- 3º	19/01/1998	20,67	4,58	DÓLAR	6.011.131,36	3.664.549,33	0,00	3.533,09	1.188.864,67	141.922,29	77.682,82	2.479.217,75
58	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002- 2º	19/01/1998	20,00	4,58	DÓLAR	839.018,79	545.156,59	0,00	819,02	170.009,23	19.014,37	11.623,83	375.966,38
59	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002- 4º	19/01/1998	21,17	4,58	DÓLAR	6.187.250,66	2.283.798,21	0,00	1.651,91	740.370,84	89.424,23	48.962,23	1.545.079,28
60	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002- 5º	26/03/1998	20,00	4,58	DÓLAR	74.688,20	47.128,72	0,00	45,33	15.289,31	1.845,37	999,16	31.884,74
61	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002 - 6º	26/03/1998	20,92	4,58	DÓLAR	140.771,74	85.973,01	0,00	81,84	27.890,19	3.366,37	1.823,53	58.164,66
62	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002 - 7º	24/04/1998	20,92	4,58	DÓLAR	293.201,10	177.196,85	0,00	167,57	57.482,65	6.938,32	3.759,58	119.881,77
63	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002 - 8º	04/05/1998	21,33	4,58	DÓLAR	117.354,61	69.317,88	0,00	68,13	22.405,83	2.715,94	1.472,32	46.980,18
64	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002 - 9º	06/05/1998	20,00	4,58	DÓLAR	823.156,21	516.702,75	0,00	498,69	167.628,53	20.232,04	10.952,76	349.572,91
65	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002 -10º	18/06/1998	21,33	4,58	DÓLAR	46.860,11	27.727,51	0,00	25,88	8.994,45	1.085,70	588,63	18.758,94
66	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/002 -11º	18/06/1998	20,42	4,58	DÓLAR	579.800,15	295.536,48	0,00	246,69	95.839,29	11.572,06	6.303,14	199.943,88
67	BNB	ESTADO DO CEARA	CT- 98000101/002-12º	01/09/1998	20,00	4,58	DÓLAR	9.461.580,27	6.912.443,94	0,00	7.141,89	2.244.747,59	270.628,06	145.967,93	4.674.838,24
68	BNB	ESTADO DO CEARA	CT- 98000101/002-14º	10/11/1998	20,00	4,58	DÓLAR	416.643,54	73.090,82	0,00	-39,82	23.601,51	2.861,96	1.659,68	49.449,49
69	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003 -15º	23/03/1999	20,00	4,58	DÓLAR	1.215.666,45	295.867,86	0,00	15,26	95.715,01	11.585,03	6.541,94	200.168,11
70	BNB	ESTADO DO CEARA	CT- 98000101/003-16º	22/03/1999	20,00	4,58	DÓLAR	1.123.000,00	560.916,68	0,00	458,06	181.889,11	21.963,27	11.973,27	379.485,63
71	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003- 18º	11/06/1999	20,00	4,58	DÓLAR	1.310.663,57	916.701,12	0,00	939,16	297.450,27	35.894,40	19.377,32	620.190,01
72	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003- 19º	11/06/1999	20,00	4,58	DÓLAR	1.762.416,01	118.600,64	0,00	-472,37	37.889,53	4.643,94	3.100,88	80.238,74
73	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-98000101/003 -20º	17/11/1999	19,33	4,58	DÓLAR	4.576.279,56	2.997.679,06	0,00	4.627,63	974.240,42	117.377,29	61.808,69	2.028.066,27
74	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-2000101/001AD.01	04/07/2002	15,92	4,58	DÓLAR	7.000.000,00	4.033.950,32	0,00	6.227,34	1.311.027,32	157.953,57	83.175,38	2.729.150,34
75	BNB	ESTADO DO CEARA	CT- SUBC/01 PROD.II	25/08/2005	20,33	2,33	DÓLAR	21.900.000,00	42.146.780,03	0,00	110.393,82	3.632.170,68	821.621,90	819.972,69	38.625.003,17
76	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-SUBC/02-PRODET.II	20/10/2005	20,33	2,33	DÓLAR	38.100.000,00	74.136.956,53	0,00	193.903,45	6.389.093,83	1.444.345,89	1.377.662,00	67.941.766,15
77	STN	ESTADO DO CEARA	FEDER. BEC-LC 148/14	12/11/1998	30,00	4,00	URCAM	954.224.000,00	879.405.132,61	0,00	-810.951.928,61	68.453.204,00	35.279.925,13	632.695,99	0,00
78	STN	ESTADO DO CEARA	FEDER. BEC-LC 156/16	22/12/2017	29,83	4,00	URCAM	954.224.000,00	0,00	0,00	851.280.703,75	0,00	0,00	0,00	851.280.703,75
								TOTAL GERAL	**4.639.405.121,56**	**1.220.422.981,59**	**89.361.735,04**	**544.068.898,78**	**284.844.301,09**	**22.754.009,02**	**5.405.120.939,41**

NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO: DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO: VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO															
1	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP Lei 12.810	14/06/2002	25,25	0,00	SELIC	2.412.050,17	54.626.023,93	0,00	3.865.140,61	3.780.773,07	0,00	0,00	54.710.391,47
2	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-INSS-PARC.12.810	31/08/2001	20,00	0,00	314-URTJLP	14.884.787,22	34.043.952,73	0,00	-32.820.198,81	1.223.753,92	0,00	0,00	0,00
3	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-INSS-GECE.-MP778	25/07/2017	16,58	0,00	SELIC	3.790.223,08	0,00	0,00	31.255.922,37	1.002.950,63	0,00	0,00	30.252.971,74
4	RFB	ESTADO DO CEARA	INSS-GECE-Lei13496	27/10/2017	0,33	0,00	SELIC	33.277,49	0,00	271.211,57	-23.038,01	26.150,17	0,00	0,00	222.023,39
5	RFB	SECRETARIA DA FAZENDA	INSS-SEFAZ-Lei13496	27/10/2017	0,33	0,00	SELIC	27.625,05	0,00	225.144,12	-18.992,40	21.303,01	0,00	0,00	184.848,71
6	PGFN	ESTADO DO CEARA	INSS-GECE-MP778-ISSE	25/07/2017	16,58	0,00	SELIC	381.814,22	0,00	3.493.600,12	77.351,80	172.533,98	0,00	0,00	3.398.417,94
								TOTAL GERAL	**88.669.976,66**	**3.989.955,81**	**2.336.185,56**	**6.227.464,78**	**0,00**	**0,00**	**88.768.653,25**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO INDIRETO															
1	RFB	INSTITUTO DE SAÚDE DOS	CT- ISSEC/PASEP	23/08/2013	19,58	0,00	SELIC	71.891,93	732.664,51	0,00	-703.406,41	29.258,10	0,00	0,00	0,00
2	RFB	INSTITUTO DE SAÚDE DOS	CT- ISSEC/INSS	01/07/2014	4,50	0,00	SELIC	582.809,30	2.364.105,32	0,00	-1.878.381,43	485.723,89	0,00	0,00	0,00
3	RFB	INSTITUTO DE SAÚDE DOS	ISSEC/PASEP/MP783	22/08/2017	12,50	0,00	SELIC	75.368,82	0,00	0,00	703.406,41	55.779,06	0,00	0,00	647.627,35
4	RFB	AGÊNCIA REG. DE SERV.	CT- ARCE/PASEP	16/08/2013	19,58	0,00	SELIC	21.438,52	161.698,72	0,00	0,00	18.098,73	0,00	0,00	143.599,99
5	RFB	AGÊNCIA DE DEFESA	CT- ADAGRI/PASEP	23/08/2013	19,58	0,00	SELIC	65.018,36	593.820,43	0,00	0,00	65.653,58	0,00	0,00	528.166,85
6	RFB	ESCOLA DE SAÚDE	CT- ESP/PASEP	23/08/2013	19,58	0,00	SELIC	76.475,90	688.119,86	0,00	56.896,47	47.838,87	0,00	0,00	697.177,46
								TOTAL GERAL	**4.540.408,84**	**0,00**	**-1.821.484,96**	**702.352,23**	**0,00**	**0,00**	**2.016.571,65**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PRECATORIOS															
1		ESTADO DO CEARA	CT-TRT/TJ-PRECATORIO	09/12/2009	8,50	0,00	REAL	406.147.962,85	615.986.445,86	18.721.723,15	4.738.639,86	114.781.118,95	0,00	0,00	524.665.689,92
								TOTAL GERAL	**615.986.445,86**	**18.721.723,15**	**4.738.639,86**	**114.781.118,95**	**0,00**	**0,00**	**524.665.689,92**
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS															
1	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7321-BR SWAP I	18/10/2005	9,00	1,71	DÓLAR	149.750.000,00	155.007.766,29	0,00	-1.106.421,58	67.307.084,31	2.037.162,54	2.841,30	86.594.260,40
2	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- Nº 7387-BR	07/07/2006	12,00	1,71	DÓLAR	37.500.000,00	66.155.656,49	0,00	668.130,75	10.021.291,81	886.043,55	2.857,18	56.802.495,43
3	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7600-BR SWAP II	19/03/2009	18,00	2,21	DÓLAR	240.000.000,00	778.102.666,58	0,00	10.726.725,97	18.681.414,89	15.850.435,57	0,00	770.147.977,66
4	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7630-BR	22/09/2009	15,00	2,48	DÓLAR	103.000.000,00	286.117.220,59	0,00	3.296.324,56	21.316.852,40	6.286.925,46	0,00	268.096.692,75
5	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-7654-BR -CIDADES	22/12/2009	15,00	2,38	DÓLAR	46.000.000,00	149.918.600,00	0,00	2.249.400,00	0,00	3.204.491,11	0,00	152.168.000,00
6	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-8124-BR SJOSÉ III	03/10/2012	20,00	2,46	DÓLAR	100.000.000,00	204.418.092,11	26.141.056,06	4.020.817,99	11.054.952,71	4.495.309,87	0,00	223.525.013,45
7	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-PforR-BIRD-8302BR	19/12/2013	24,00	2,11	DÓLAR	350.000.000,00	794.478.628,84	252.380.606,06	25.974.877,72	0,00	15.209.156,91	0,00	1.072.834.112,62
8	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-695/OC-BR	09/12/1992	19,00	4,58	DÓLAR	159.300.000,00	32.153.240,20	0,00	216.058,40	32.369.298,60	1.153.342,46	4.318,02	0,00
9	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-892/SF-BR	09/12/1992	16,00	3,00	DÓLAR	39.900.000,00	8.127.380,63	0,00	45.261,56	8.172.642,19	183.608,49	0,00	0,00
10	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-955/0C-BR	21/05/1997	18,00	4,33	DÓLAR	42.000.000,00	48.935.588,79	0,00	708.983,92	9.005.624,70	2.062.865,87	4.325,46	40.638.948,01
11	BID	ESTADO DO CEARA	CTE- 1019/OC-BR	19/12/1997	13,00	3,05	DÓLAR	115.000.000,00	28.830.500,19	0,00	538.730,83	29.369.231,02	628.550,80	2.889,60	0,00
12	BID	ESTADO DO CEARA	CT- 2044/OC-BR	20/05/2009	16,00	2,33	DÓLAR	41.000.000,00	113.927.757,46	0,00	1.677.228,01	9.218.811,38	2.441.882,22	0,00	106.386.174,09
13	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2137/OC-BR-SAÚDE	22/12/2009	20,00	2,33	DÓLAR	77.000.000,00	226.024.620,89	0,00	2.940.518,53	12.294.542,19	4.451.222,00	1.089,34	216.670.597,23
14	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2169/OC-BR CE III	22/12/2009	20,00	2,33	DÓLAR	158.620.000,00	465.262.597,83	0,00	5.809.060,95	25.063.942,75	9.472.340,84	0,00	446.007.716,03
15	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2230/OC-BR.PROAII	22/12/2009	20,00	2,33	DÓLAR	45.000.000,00	125.524.686,19	8.791.944,58	1.680.466,09	6.592.460,58	2.403.841,11	60.488,55	129.404.636,28

ANEXO 16

NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO: DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO: SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS															
16	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2321/OC-BR PNC	25/11/2010	20,00	2,33	DÓLAR	150.000.000,00	217.619.984,48	68.924.177,43	4.458.563,66	12.020.332,48	4.505.235,61	1.095.654,46	278.982.393,09
17	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2826-BR.CIDADESII	02/09/2013	11,00	2,33	DÓLAR	66.500.000,00	62.900.630,00	62.369.400,00	3.080.370,00	0,00	1.464.583,18	731.652,15	128.350.400,00
18	BID	ESTADO DO CEARA	CT-P.V.CE-IV-A-2964	27/12/2013	20,00	2,33	DÓLAR	400.000.000,00	1.061.102.743,24	219.731.754,86	17.139.840,68	0,00	21.133.629,83	1.177.117,13	1.297.974.338,78
19	BID	ESTADO DO CEARA	CT3395-PVIA.CE-IV-2F	01/06/2016	20,00	2,33	DÓLAR	200.000.000,00	0,00	26.665.381,28	-64.331,44	0,00	0,00	3.146.507,06	26.601.049,84
20	BID	ESTADO DO CEARA	CT3408-PROARESIII-1F	01/06/2016	20,00	2,33	DÓLAR	50.000.000,00	0,00	5.360.833,50	285.922,50	0,00	60.746,28	775.677,19	5.646.756,00
21	BID	ESTADO DO CEARA	CT-3703- SAÚDE CE II	28/12/2017	20,00	2,33	DÓLAR	123.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	KFW	ESTADO DO CEARA	CT-199966169/KFW	07/12/2005	15,00	4,50	EURO	8.691.961,98	17.518.412,74	323.168,75	2.704.562,39	2.235.900,00	882.556,53	138,53	18.310.243,88
23	OECF	ESTADO DO CEARA	CTE-BZ-P12/B	01/08/1997	18,50	2,30	IENE	778.000.000,00	1.913.078,40	0,00	86.163,90	320.502,30	42.334,02	4.193,38	1.678.740,00
24	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-01	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.244.875,00	10.736.189,10	0,00	1.260.438,80	3.143.848,49	396.428,60	70.577,47	8.852.779,41
25	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-02	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.921.250,00	15.337.413,07	0,00	1.801.901,35	4.492.486,59	565.359,85	100.168,78	12.646.827,83
26	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-03	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.858.434,75	10.071.820,90	0,00	1.183.278,26	2.950.140,39	371.262,32	65.779,16	8.304.958,77
27	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-04	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.045.455,75	6.954.947,43	0,00	817.095,36	2.037.175,97	256.369,71	45.422,84	5.734.866,82
28	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-07	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.439.469,47	8.722.669,66	0,00	1.081.993,86	2.252.555,09	327.436,57	57.788,18	7.552.108,43
29	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-06	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.779.222,54	11.355.016,45	0,00	1.376.941,06	2.900.756,93	421.730,80	74.564,93	9.831.200,58
30	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-05	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.369.192,50	16.443.789,51	0,00	2.136.894,00	4.343.610,89	631.531,37	111.563,88	14.237.072,62
31	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-08	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.342.099,98	12.460.956,56	0,00	1.751.823,70	3.424.054,09	498.547,72	88.067,32	10.788.726,17
32	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-PROMOTEC II-TCP01	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	0,00	14.136.183,87	728.314,38	1.062.420,47	217.158,73	38.322,13	13.802.077,78
33	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-PROMOTEC II-TCP02	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	0,00	14.538.362,99	325.413,08	0,00	0,00	0,00	14.863.776,07
34	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-PROMOTEC II-TCP03	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	0,00	20.981.467,11	252.498,73	0,00	0,00	0,00	21.233.965,84
35	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-SN-PROMOTEC II	11/05/2016	9,00	2,92	EURO	44.799.581,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	CAF	ESTADO DO CEARA	CT-8262-P.VALTUR.CAF	28/08/2013	8,00	2,98	DÓLAR	112.000.000,00	216.395.181,23	76.486.576,25	6.282.847,97	0,00	6.085.305,08	482.041,66	299.164.605,45
37	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-I-882-BR-FIDA-SDR	28/06/2013	15,00	2,08	SDR	20.624.403,00	14.015.531,72	28.616.000,68	1.519.265,64	6.281.678,34	332.505,98	0,00	37.869.119,70
38	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-E-17-BR-FIDA-EURO	28/06/2013	15,00	0,95	EURO	5.948.482,00	3.399.869,87	5.208.965,98	845.407,68	1.502.588,58	44.793,61	0,00	7.951.654,95
							TOTAL GERAL		**5.169.933.237,44**	**830.655.879,40**	**108.501.369,26**	**309.436.200,14**	**109.004.694,59**	**8.144.045,70**	**5.799.654.285,96**
							TOTAL CONTRATOS / PARCELAMENTOS / PRECATÓRIOS		**10.518.535.190,36**	**2.073.790.539,95**	**203.116.444,76**	**975.216.034,88**	**393.848.995,68**	**30.898.054,72**	**11.820.226.140,19**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - GARANTIAS															
1	STN	COHAB	CT-CDV-02/COHAB	28/01/1994	28,75	3,17	UNID.PAD.REFIN.	58.052.672.993,55	599.007.232,67	0,00	-3.059.647,60	128.840.529,39	26.811.361,58	539.557,18	467.107.055,68
							TOTAL GERAL		**599.007.232,67**	**0,00**	**-3.059.647,60**	**128.840.529,39**	**26.811.361,58**	**539.557,18**	**467.107.055,68**
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - GARANTIAS															
1	BID	CAGECE - CIA.DE AGUAS E	CTE-1502/OC-BR	22/10/2004	20,00	4,11	DÓLAR	100.000.000,00	215.713.489,35	0,00	2.344.437,02	16.077.386,12	8.416.152,62	0,00	201.980.540,25
							TOTAL GERAL		**215.713.489,35**	**0,00**	**2.344.437,02**	**16.077.386,12**	**8.416.152,62**	**0,00**	**201.980.540,25**
							TOTAL GARANTIAS INTERNA E EXTERNA		**814.720.722,02**	**0,00**	**-715.210,58**	**144.917.915,51**	**35.227.514,20**	**539.557,18**	**669.087.595,93**

516

Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	228.546.686,55	0,00	208.879.916,90	19.666.769,65
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	32.672.380,42	0,00	32.672.380,42	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	326.967.887,60	0,00	326.967.887,60
SUBTOTAL	**261.219.066,97**	**326.967.887,60**	**241.552.297,32**	**346.634.657,25**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	171.301.494,98	-76.945,16	168.961.983,94	2.262.565,88
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	822.495,05	0,00	822.495,05	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	191.505.027,54	0,00	191.505.027,54
SUBTOTAL	**172.123.990,03**	**191.428.082,38**	**169.784.478,99**	**193.767.593,42**
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	575.914.997,36	10.060.207.156,68	9.487.323.110,57	1.148.799.043,47
SUBTOTAL	**575.914.997,36**	**10.060.207.156,68**	**9.487.323.110,57**	**1.148.799.043,47**
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total:	**1.009.258.054,36**	**10.578.603.126,66**	**9.898.659.886,88**	**1.689.201.294,14**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS DEPENDENTES E FUNDOS

Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
11	RECEITAS CORRENTES (I)	3.307.277.606,00	3.642.793.004,67	3.647.549.133,84	4.756.129,17
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	654.437.291,00	708.668.698,00	730.217.777,64	21.549.079,64
1112	TAXAS	654.437.291,00	708.668.698,00	730.217.777,64	21.549.079,64
112	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.485.624.788,00	1.602.564.788,00	1.665.813.347,42	63.248.559,42
1121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.485.624.788,00	1.602.564.788,00	1.665.813.347,42	63.248.559,42
113	RECEITA PATRIMONIAL	94.947.498,00	98.006.145,59	116.920.380,00	18.914.234,41
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	7.341.570,00	10.391.570,00	4.543.526,82	-5.848.043,18
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	85.625.928,00	85.634.575,59	99.881.844,11	14.247.268,52
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.980.000,00	1.980.000,00	8.132.373,93	6.152.373,93
1136	RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	4.362.635,14	4.362.635,14
114	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	12.344,35	12.344,35
1142	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	12.344,35	12.344,35
116	RECEITA DE SERVIÇOS	68.340.609,00	81.653.319,66	92.237.148,08	10.583.828,42
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	68.340.609,00	81.653.319,66	92.237.148,08	10.583.828,42
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	815.428.318,00	961.362.860,05	859.748.631,86	-101.614.228,19
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	739.479.444,00	889.596.888,00	809.580.502,33	-80.016.385,67
1173	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	39.000.000,00	39.000.000,00	16.215.879,13	-22.784.120,87
1175	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	1.664.452,00	1.664.452,00	891.927,76	-772.524,24
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	35.284.422,00	31.101.520,05	33.060.322,64	1.958.802,59
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	188.499.102,00	190.537.193,37	182.599.504,49	-7.937.688,88
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	137.773.517,00	137.773.517,00	119.316.810,55	-18.456.706,45
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	39.276.571,00	40.762.448,37	36.527.882,75	-4.234.565,62
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	211.742,46	211.742,46
1199	RECEITAS DIVERSAS	11.449.014,00	12.001.228,00	26.543.068,73	14.541.840,73
12	RECEITAS DE CAPITAL (II)	100.142.447,00	113.887.971,22	40.787.380,98	-73.100.590,24
122	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	245.110,57	11.538.689,00	11.293.578,43
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	245.110,57	0,00	-245.110,57
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	11.538.689,00	11.538.689,00
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.142.447,00	113.642.860,65	29.223.942,24	-84.418.918,41
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	35.991.086,00	35.991.086,00	7.516.266,00	-28.474.820,00
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	64.151.361,00	77.651.774,65	21.707.676,24	-55.944.098,41
125	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	24.749,74	24.749,74
1259	OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	24.749,74	24.749,74
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)		**3.407.420.053,00**	**3.756.680.975,89**	**3.688.336.514,82**	**-68.344.461,07**

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
Operações de Crédito/Financiamento (IV):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):	**3.407.420.053,00**	**3.756.680.975,89**	**3.688.336.514,82**	**-68.344.461,07**
Déficit (VI):	**5.805.223.991,00**	**6.175.065.387,35**	**5.241.862.984,44**	**-933.202.402,91**
Total (VII)=(V + VI):	**9.212.644.044,00**	**9.931.746.363,24**	**8.930.199.499,26**	**-1.001.546.863,98**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anterioes		0,00	0,00	
Superávit Financeiro				
Reabertura de créditos adicionais				

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**8.003.602.422,00**	**8.521.340.205,41**	**8.007.377.998,55**	**7.812.479.813,00**	**7.787.036.082,74**	**513.962.206,86**
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.670.173.242,00	4.744.355.232,09	4.502.417.605,96	4.502.417.605,96	4.489.039.828,43	241.937.626,13
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	125.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.333.304.180,00	3.776.879.973,32	3.504.960.392,59	3.310.062.207,04	3.297.996.254,31	271.919.580,73
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**1.209.041.622,00**	**1.410.406.157,83**	**922.821.500,71**	**799.393.454,11**	**798.094.425,88**	**487.584.657,12**
44 INVESTIMENTOS	1.190.884.622,00	1.357.106.490,21	871.567.080,82	748.139.034,22	746.840.005,99	485.539.409,39
45 INVERSÕES FINANCEIRAS	15.732.000,00	51.558.330,54	50.552.067,68	50.552.067,68	50.552.067,68	1.006.262,86
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.425.000,00	1.741.337,08	702.352,21	702.352,21	702.352,21	1.038.984,87
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):	**9.212.644.044,00**	**9.931.746.363,24**	**8.930.199.499,26**	**8.611.873.267,11**	**8.585.130.508,62**	**1.001.546.863,98**

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):	**9.212.644.044,00**	**9.931.746.363,24**	**8.930.199.499,26**	**8.611.873.267,11**	**8.585.130.508,62**	**1.001.546.863,98**
Superávit (XIII):	**0,00**	**0,00**	**0,00**			**0,00**
Total (XIV)=(XII+XIII):	**9.212.644.044,00**	**9.931.746.363,24**	**8.930.199.499,26**	**8.611.873.267,11**	**8.585.130.508,62**	**1.001.546.863,98**
Reserva do RPPs						

Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas dep. de Tesouro

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar

Exercício 2017
Anexos 1/2

Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**12.693.696,70**	**131.043.466,31**	**18.485,44**	**122.935.672,60**	**14.421.506,00**	**6.379.984,41**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84.157,64	21.170,11	0,00	21.674,54	83.652,74	0,47
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.609.539,06	131.022.296,20	18.485,44	122.913.998,06	14.337.853,26	6.379.983,94
DESPESAS DE CAPITAL	**3.915.964,15**	**41.436.288,68**	**15.108,45**	**38.510.230,64**	**2.541.746,80**	**4.300.275,39**
INVESTIMENTOS	3.915.964,15	41.436.288,68	15.108,45	38.510.230,64	2.541.746,80	4.300.275,39
Total:	**16.609.660,85**	**172.479.754,99**	**33.593,89**	**161.445.903,24**	**16.963.252,80**	**10.680.259,80**

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**129.644,58**	**8.215.581,37**	**0,00**	**7.816.261,81**	**76.259,30**	**452.704,84**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	104,93	4.706.635,31	0,00	4.661.592,10	1.804,12	43.344,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	129.539,65	3.508.946,06	0,00	3.154.669,71	74.455,18	409.360,82
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**750.996,82**	**0,00**	**750.996,82**	**0,00**	**0,00**
INVESTIMENTOS	0,00	750.996,82	0,00	750.996,82	0,00	0,00
Total:	**129.644,58**	**8.966.578,19**	**0,00**	**8.567.258,63**	**76.259,30**	**452.704,84**

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	**3.688.336.514,82**	**3.393.091.751,27**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)**	**8.930.199.499,26**	**8.640.460.776,15**
ORDINÁRIA	**1.044.353.591,67**	**954.462.544,96**	**ORDINÁRIA**	**5.867.584.241,26**	**5.097.931.797,83**
VINCULADA	**2.643.982.923,15**	**2.438.629.206,31**	**VINCULADA**	**3.062.615.258,00**	**3.542.528.978,32**
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.747.864.945,20	1.645.824.057,97	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.559.852.268,90	1.467.090.376,10
FECOP	0,00	0,00	FECOP	179.671.268,31	212.635.456,95
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	65.191.948,97	54.547.043,30
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS	236.365,80	0,00
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	0,00	11.518.498,64	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	9.030.877,37	50.856.654,35
FUNDEB	0,00	0,00	FUNDEB	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	351.374.957,84	455.526.171,63
CONVÊNIOS	64.759.634,98	83.411.556,44	CONVÊNIOS	78.684.949,41	49.106.731,85
SUS	744.404.454,15	663.066.108,22	SUS	765.763.022,46	663.015.119,21
OUTROS RECURSOS	86.953.888,82	34.808.985,04	OUTROS RECURSOS	52.809.598,94	589.751.424,93
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	**5.832.949.522,06**	**5.801.321.929,14**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)**	**366.811.591,67**	**292.303.274,01**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.725.976.530,72	5.715.693.296,74	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	328.506.008,29	289.857.812,28
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	101.283.814,80	83.584.339,00	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	37.664.106,07	2.445.461,73
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.689.176,54	2.044.293,40	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	641.477,31	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	**1.804.548.506,23**	**1.569.638.313,22**	**PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)**	**1.595.472.613,77**	**1.611.741.993,62**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.742.645,34	8.966.578,19	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.567.258,63	32.904.641,66
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	318.326.232,15	172.480.183,60	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	161.445.903,24	157.944.850,23
VALORES RESTITUÍVEIS	1.453.153.762,90	1.381.084.760,72	VALORES RESTITUÍVEIS	1.418.567.751,75	1.412.021.895,12
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.252.460.372,98	1.195.347.356,92	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.229.234.741,86	1.192.216.702,81
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-4.366,05	2.231,84	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.811.204,62	43.560.113,97
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	200.697.755,97	185.735.171,96	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	186.521.805,27	176.245.078,34
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.325.865,84	7.106.790,71	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.891.700,15	8.870.606,61
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	**1.005.610.988,83**	**786.065.038,98**	**SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)**	**1.438.961.827,24**	**1.005.610.988,83**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	993.601.034,17	778.957.328,07	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.427.510.160,96	993.601.034,17
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	12.009.954,66	7.107.710,91	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	11.451.666,28	12.009.954,66
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**12.331.445.531,94**	**11.550.117.032,61**	**TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)**	**12.331.445.531,94**	**11.550.117.032,61**

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.427.510.160,96	993.601.034,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.427.510.160,96	993.601.034,17
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	12.681.709,63	16.707.708,82
CLIENTES	1.766.821,91	4.791.071,06
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	10.914.887,72	11.916.637,76
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.500.563,48	976.799,04
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	723.782,94	666.248,12
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	239.509,76	216.741,80
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	404,59	404,59
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	536.866,19	93.404,53
ESTOQUES	871.131.658,49	628.205.882,98
MERCADORIAS PARA REVENDA	2.432.371,86	1.961.851,89
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	939.085,61	939.085,61
ALMOXARIFADO	867.760.201,02	625.304.945,48
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	12.913.217,35	13.496.451,93
DEMAIS VPD A APROPRIAR	12.913.217,35	13.496.451,93
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**2.325.737.309,91**	**1.652.987.876,94**
Ativo Não Circulante		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	17.604.271,06	13.198.371,74
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	17.604.271,06	13.198.371,74
INVESTIMENTOS	36.199,76	36.199,76
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	2,91	2,91
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	36.196,85	36.196,85
IMOBILIZADO	2.859.780.736,37	2.345.364.799,38
BENS MÓVEIS	368.661.172,88	338.923.824,53
BENS IMÓVEIS	2.492.832.117,30	2.006.841.497,81
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-1.712.553,81	-400.522,96
INTANGÍVEL	8.192.761,59	2.981.234,75
SOFTWARES	8.205.741,45	2.982.887,24
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-12.979,86	-1.652,49
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**2.885.613.968,78**	**2.361.580.605,63**

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	13.846.215,82	5.079.200,05
PESSOAL A PAGAR	321.106,58	833.257,74
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	9.219.398,26	103.608,81
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	937,00	3.078,07
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	4.304.773,98	4.139.255,43
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	253.012,88	1.135.503,10
PARCELA A CURTO PRAZO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	253.012,88	1.135.503,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.120.014,04	1.262.210,43
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	3.120.014,04	1.262.210,43
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	912.178,67	1.008.728,59
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	869.723,95	851.017,32
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	42.454,72	157.711,27
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	170.329.973,44	125.562.021,32
VALORES RESTITUÍVEIS	159.990.884,88	121.586.748,76
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	10.339.088,56	3.975.272,56
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**188.461.394,85**	**134.047.663,49**
Passivo Não Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	1.763.558,77	3.404.905,74
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.763.558,77	3.404.905,74
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	185.183.949,86	28.992.501,71
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	185.183.949,86	28.992.501,71
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	504.094.564,47	0,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	504.094.564,47	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**691.042.073,10**	**32.397.407,45**
Patrimônio Líquido		
DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Líquido		
RESULTADOS ACUMULADOS	4.331.847.810,74	3.848.123.411,63
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	4.243.146.568,49	3.741.083.868,62
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	999.242.267,40	1.170.533.008,48
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.741.083.868,62	3.052.626.061,74
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-497.179.567,53	-482.075.201,60
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	88.701.242,25	107.039.543,01
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	-18.338.300,76	54.665.144,63
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	107.039.543,01	52.222.557,08
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	151.841,30
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	**4.331.847.810,74**	**3.848.123.411,63**

Total do Ativo:	**5.211.351.278,69**	**4.014.568.482,57**
(1) Ativo Financeiro:	1.438.961.827,24	1.005.610.988,83
(2) Ativo Permanente:	3.772.389.451,45	3.008.957.493,74
Saldo Patrimonial:	**4.002.874.912,68**	**3.659.234.419,84**

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	**5.211.351.278,69**	**4.014.568.482,57**
(3) Passivo Financeiro:	439.694.882,21	248.132.879,33
(4) Passivo Permanente:	768.781.483,80	107.201.183,40

Compensações

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	678.502,99	630.886,80
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	544.513.133,15	534.817.923,83
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**545.191.636,14**	**535.448.810,63**

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	64.903.236,13	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.368.246,22	3.368.246,22
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**68.271.482,35**	**68.271.482,35**

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas		**9.527.883.148,56**	**9.197.492.875,08**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**730.219.638,84**	**676.394.649,14**
4.1.1	IMPOSTOS	0,00	0,00
4.1.2	TAXAS	730.219.638,84	676.394.649,14
4.1.3	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		**1.665.813.347,42**	**1.573.816.246,83**
4.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.665.813.347,42	1.573.816.246,83
4.2.2	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4	CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**121.480.709,94**	**92.653.399,01**
4.3.1	VENDA DE MERCADORIAS	1.159.066,88	1.111.018,61
4.3.2	VENDA DE PRODUTOS	12.344,35	16.895,45
4.3.3	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	120.309.298,71	91.525.484,95
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**100.098.469,09**	**115.131.348,76**
4.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	68.810,56	224.028,26
4.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00
4.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	99.881.844,11	114.867.362,49
4.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	147.814,42	39.958,01
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**6.721.922.096,16**	**6.566.430.433,47**
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.832.949.522,06	5.801.321.929,14
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	866.511.236,80	749.704.416,64
4.5.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	21.548.009,54	14.281.062,27
4.5.4	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
4.5.5	TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	21.400,00	0,00
4.5.7	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
4.5.8	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	891.927,76	1.123.025,42
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		**5.117,97**	**0,00**
4.6.1	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	5.117,97	0,00
4.6.2	GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**188.343.769,14**	**173.066.797,87**
4.9.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2	RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	188.343.769,14	173.066.797,87

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**8.546.979.181,92**	**7.972.294.721,97**
PESSOAL E ENCARGOS		**1.383.515.614,27**	**1.379.163.697,80**
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.141.294.920,81	1.135.483.906,32
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	220.992.517,89	218.369.233,10
3.1.3	BENEFÍCIOS A PESSOAL	15.139.975,04	17.611.485,90
3.1.8	CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	6.088.200,53	7.699.072,48
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**3.114.738.125,05**	**2.894.330.769,52**
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.370.354.342,92	2.177.756.380,57
3.2.2	PENSÕES	741.373.622,61	713.650.977,23
3.2.3	BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**8.546.979.181,92**	**7.972.294.721,97**
3.2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.010.159,52	2.923.411,72
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**1.884.676.692,70**	**1.682.830.410,12**
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	264.296.338,43	153.919.409,58
3.3.2	SERVIÇOS	1.618.254.728,97	1.527.489.831,00
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.007.336,27	149.868,67
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.118.289,03	1.271.300,87
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**27.689.398,90**	**30.653.442,36**
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	27.350.918,76	30.034.972,62
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	183.671,16	111.092,72
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	154.808,98	507.377,02
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**1.476.687.133,48**	**1.409.799.719,09**
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	366.811.591,67	292.303.274,01
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	330.343.228,30	311.302.073,37
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	672.058.058,70	691.282.636,78
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	107.474.254,81	114.911.734,93
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		**297.521,83**	**0,00**
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	0,00
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
3.6.4	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	297.521,83	0,00
TRIBUTÁRIAS		**27.340.230,74**	**45.799.408,69**
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.811.310,28	19.744.350,13
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	20.528.920,46	26.055.058,56
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**632.034.464,95**	**529.717.274,39**
3.9.1	PREMIAÇÕES	190.313,80	173.974,70
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	42.792.378,44	40.078.712,63
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	3.900.480,48	5.588.007,25
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.7	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	192.530.405,82	0,00
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	392.620.886,41	483.876.579,81

RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:	**980.903.966,64**	**1.225.198.153,11**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	**10.932.796.568,08**	**10.519.108.806,03**
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2.787.800.501,98	2.627.708.854,94
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	6.692.698.153,92	6.510.315.190,37
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.452.297.912,18	1.381.084.760,72
DESEMBOLSOS	**9.741.093.773,18**	**9.466.907.813,45**
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	6.844.008.897,61	6.594.909.559,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	23.442.249,70
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.480.363.424,58	1.431.725.182,51
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.416.721.450,99	1.416.830.821,97
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	**1.191.702.794,90**	**1.052.200.992,58**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	**40.787.380,98**	**56.389.635,10**
ALIENAÇÃO DE BENS	11.538.689,00	223.800,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	29.223.942,24	56.135.243,10
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	24.749,74	30.592,00
DESEMBOLSOS	**796.880.700,91**	**837.029.597,24**
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	747.682.133,87	765.242.349,44
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	49.198.567,04	71.787.247,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	**-756.093.319,93**	**-780.639.962,14**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
DESEMBOLSOS	**702.352,21**	**55.060.191,54**
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	702.352,21	55.060.191,54
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	**-702.352,21**	**-55.060.191,54**
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**434.907.122,76**	**216.500.838,90**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	993.601.034,17	778.957.328,07
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.427.510.160,96	993.601.034,17
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	**433.909.126,79**	**214.643.706,10**
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	**997.995,97**	**1.857.132,80**
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	**5.897.409,71**	**8.048.410,36**
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	**5.937.696,23**	**5.222.106,38**
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)	**569.649,92**	**1.971.156,34**
ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS (VII)	**1.607.932,41**	**1.001.985,16**
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	**434.907.122,76**	**216.500.838,90**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS		
RECEITA TRIBUTÁRIA	730.217.777,64	676.397.551,33
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.665.813.347,42	1.573.816.246,83
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	150.714.958,23	142.257.776,46
RECEITA PATRIMONIAL	17.038.544,15	19.909.615,58
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.344,35	16.895,45
RECEITA DE SERVIÇOS	92.237.148,08	67.366.017,05
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	31.884.546,26	33.077.389,75
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	99.881.835,85	114.867.362,49
TOTAL DAS RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS	**2.787.800.501,98**	**2.627.708.854,94**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**809.580.502,33**	**670.559.192,31**
DA UNIÃO	714.053.811,52	619.706.134,36
DE MUNICÍPIOS	95.526.690,81	50.853.057,95
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	**16.215.879,13**	**12.509.293,43**
PESSOAS	**891.927,76**	**1.123.025,42**
CONVÊNIOS	**33.060.322,64**	**24.801.750,07**
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	27.619.696,67	22.902.082,02
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	87.095,56	127.899,21
DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.332.130,41	1.771.768,84
DO EXTERIOR	21.400,00	0,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	**5.832.949.522,06**	**5.801.321.929,14**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**5.725.976.530,72**	**5.715.693.296,74**
CORRENTE	5.085.329.057,79	4.963.838.201,15
CAPITAL	640.647.472,93	751.855.095,59
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	**101.283.814,80**	**83.584.339,00**
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	**5.689.176,54**	**2.044.293,40**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	**6.692.698.153,92**	**6.510.315.190,37**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**330.363.022,36**	**312.612.699,32**
A MUNICÍPIOS	330.363.022,36	312.612.699,32
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	671.814.075,26	706.292.347,00
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	3.900.480,48	5.605.127,25
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	107.474.254,81	114.911.734,93
INTRAGOVERNAMENTAIS	**366.811.591,67**	**292.303.274,01**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**328.506.008,29**	**289.857.812,28**
CORRENTE	323.194.241,21	289.236.195,27
CAPITAL	5.311.767,08	621.617,01
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	**37.664.106,07**	**2.445.461,73**
REPASSES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	**641.477,31**	**0,00**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	**1.480.363.424,58**	**1.431.725.182,51**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
JUDICIÁRIA	112.644.099,92	122.207.459,72
ESSENCIAL À JUSTIÇA	11.914.007,32	12.095.796,27
ADMINISTRAÇÃO	119.064.828,89	108.269.457,34
SEGURANÇA PÚBLICA	124.717.650,25	132.896.563,66
ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.816.526,93	15.677.970,68
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.111.750.419,23	2.899.231.077,11
SAÚDE	2.126.294.673,78	2.072.244.599,09
TRABALHO	110.668,06	8.249,20
EDUCAÇÃO	451.156.969,27	414.582.726,39
CULTURA	11.895.455,52	7.864.934,46
DIREITOS DA CIDADANIA	24.220.609,48	21.273.406,71
URBANISMO	0,00	277.190,59
HABITAÇÃO	3.970.789,47	22.240.054,75
SANEAMENTO	221.764,97	180.638,85
GESTÃO AMBIENTAL	83.006.810,18	114.800.024,68
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	32.728.973,43	29.432.031,03
AGRICULTURA	117.725.659,33	124.529.550,07
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.749.356,05	3.686.060,18
INDÚSTRIA	9.394.195,75	5.924.930,50
COMÉRCIO E SERVIÇOS	15.561.083,96	11.100.991,38
COMUNICAÇÕES	24.311.398,34	23.526.172,12
ENERGIA	265.080,30	466.623,50
TRANSPORTE	240.017.525,84	248.661.048,30
DESPORTO E LAZER	3.567.271,40	3.882.002,63
ENCARGOS ESPECIAIS	202.903.079,94	199.850.000,06
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	**6.844.008.897,61**	**6.594.909.559,27**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	0,00	23.442.249,70
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**0,00**	**23.442.249,70**

Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

Exercício 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.252.460.372,98	1.195.347.356,92
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-4.366,05	2.231,84
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	200.656.724,93	184.879.321,24
VALORES A REPASSAR	-814.819,68	855.850,72
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	**1.452.297.912,18**	**1.381.084.760,72**
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.229.234.741,86	1.192.216.702,81
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.811.204,62	43.560.113,97
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	185.665.954,55	176.245.078,34
VALORES A RECEBER	-990.450,04	4.808.926,85
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	**1.416.721.450,99**	**1.416.830.821,97**

Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas dep. de Tesouro

Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas

Exercício 2017
Anexo 1

Ingressos		Dispêndios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	734.288.150,08	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.502.417.605,96
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.667.062.805,43	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	118.898.596,66	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.504.960.392,59
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.344,35		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	92.892.698,40		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	860.308.644,03		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	195.098.435,36		
(-)DEDUÇÕES	21.012.540,47		
DÉFICIT	4.359.828.864,71		
TOTAL	8.007.377.998,55	TOTAL	8.007.377.998,55
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	INVESTIMENTOS	871.567.080,82
ALIENAÇÃO DE BENS	11.538.689,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	50.552.067,68
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	702.352,21
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	29.223.942,24		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	24.749,74		
(-)DEDUÇÕES	0,00		
DÉFICIT	882.034.119,73		
TOTAL	922.821.500,71	TOTAL	922.821.500,71

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	3.647.549.133,84	DESPESAS CORRENTES	8.007.377.998,55
RECEITAS DE CAPITAL	40.787.380,98	DESPESAS DE CAPITAL	922.821.500,71
DÉFICIT	5.241.862.984,44		
TOTAL	8.930.199.499,26	TOTAL	8.930.199.499,26

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				8.007.377.998,55
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.502.417.605,96	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		4.345.405.914,10		
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.370.354.342,92			
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	741.350.010,21			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	31.116.367,48			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.288.558,25			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	4.014.194,66			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.093.324.098,72			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	56.425.155,50			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	19.935.218,93			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	460.711,55			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	21.065.629,89			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	90.443,67			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	5.981.182,32			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		157.011.691,86		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	157.011.691,86			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			0,00	
3290	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00			
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.504.960.392,59	
3320	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
33204100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		28.453.327,46		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	28.453.327,46			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		267.522.919,67		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	261.252.571,68			
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.270.347,99			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		686.032.143,38		
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	601.211.215,62			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	66.477.811,95			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.638.836,90			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.704.278,91			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		3.900.480,48		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	3.900.480,48			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		106.242.654,81		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	106.242.654,81			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		2.189.491.740,74		
33900300	PENSÕES	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.737.530,27			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	7.679.317,60			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	92.403,75			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	34.687.395,42			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	8.064.834,40			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	312.781.236,23			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	180.813,80			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	212.583.909,30			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.124.552,35			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	485.543.609,84			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.170.250,82			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	56.618.762,61			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	292.795.093,99			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	592.384.271,68			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	14.557.344,73			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	25.294.645,50			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15.308.836,25			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	582.630,31			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	23.612,40			
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	243.530,00			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	682.824,90			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	75.552.435,51			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.801.899,08			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		223.317.126,05		

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.293.169,61			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	202.267.109,52			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.772.931,71			
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.775.980,90			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.207.934,31			
3393	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL		0,00		
33933900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
4	DESPESA DE CAPITAL				922.821.500,71
44	INVESTIMENTOS			871.567.080,82	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		39.454.374,34		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44404200	AUXÍLIOS	39.388.548,93			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	65.825,41			
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		0,00		
44414100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		2.261.493,52		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44504200	AUXÍLIOS	2.261.493,52			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		0,00		
44678300	DESP. DECOR. DE CONTRATO PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	0,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		70.000,00		
44715200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	70.000,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		829.775.128,46		
44901400	DIÁRIA-CIVIL	0,00			
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.441.178,58			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	8.170.444,89			
44903200	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	25.918,98			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	14.690.473,93			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	148.070,00			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	196.633.107,10			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	450.316.947,58			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	95.918.126,35			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.953.123,66			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.694.010,78			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	54.048.022,03			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.735.704,58			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		6.084,50		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.993,50			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00			
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.091,00			
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
4494	APLICAÇÕES DIRETAS		0,00		
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			50.552.067,68	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		50.552.067,68		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00			
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.353.500,64			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	49.198.567,04			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			702.352,21	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		702.352,21		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	702.352,21			
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
Total Geral:					**8.930.199.499,26**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
110000000 Receitas Correntes	**2.595.885.538,31**	**2.580.254.832,00**	**0,00**	**15.630.706,31**
111000000 Receita Tributária	**690.067.678,00**	**729.794.862,70**	**39.727.184,70**	**0,00**
111200000 Taxas	**690.067.678,00**	**729.794.862,70**	**39.727.184,70**	**0,00**
111210000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	39.501.653,00	39.775.457,69	273.804,69	0,00
111211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	108.519,99	108.519,99	0,00
111211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	108.519,99	108.519,99	0,00
111212100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	14.703.331,00	23.227.560,92	8.524.229,92	0,00
111212151 Restituição de Taxa Ambientais	0,00	-306.735,13	306.735,13	0,00
111212151 Taxa Ambientais	12.603.331,00	9.846.105,14	0,00	2.757.225,86
111212153 Taxa de Licenciamento Ambiental	2.100.000,00	13.688.190,91	11.588.190,91	0,00
111213000 Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	9.120.000,00	0,00	0,00	9.120.000,00
111213000 Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	9.120.000,00	0,00	0,00	9.120.000,00
111213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	2.208.000,00	40.847,82	0,00	2.167.152,18
111213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	2.208.000,00	40.847,82	0,00	2.167.152,18
111213700 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	540.000,00	678.460,83	138.460,83	0,00
111213700 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	540.000,00	678.460,83	138.460,83	0,00
111219900 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	12.930.322,00	15.720.068,13	2.789.746,13	0,00
111219954 Taxa de Vistoria	0,00	191.808,29	191.808,29	0,00
111219955 Taxa de Análise de Projeto	0,00	126.846,40	126.846,40	0,00
111219956 Restituição de Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	0,00	-2.238,31	2.238,31	0,00
111219956 Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	4.617.360,00	7.187.968,11	2.570.608,11	0,00
111219957 Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	8.312.962,00	8.215.680,72	0,00	97.281,28
111219967 Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	0,00	2,92	2,92	0,00
111220000 Taxas pela Prestação de Serviços	650.566.025,00	690.019.405,01	39.453.380,01	0,00
111220800 Emolumentos e Custas Judiciais	85.734.421,00	93.414.328,50	7.679.907,50	0,00
111220800 Emolumentos e Custas Judiciais	85.734.421,00	96.756.103,04	11.021.682,04	0,00
111220800 Restituição de Emolumentos e Custas Judiciais	0,00	-3.341.774,54	3.341.774,54	0,00
111221200 Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	30.029.898,00	0,00	0,00	30.029.898,00
111221200 Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	30.029.898,00	0,00	0,00	30.029.898,00
111222100 Taxas de Serviços Cadastrais	64.000,00	165.883,16	101.883,16	0,00
111222100 Restituição de Taxas de Serviços Cadastrais	0,00	-19.285,00	19.285,00	0,00
111222100 Taxas de Serviços Cadastrais	64.000,00	185.168,16	121.168,16	0,00
111222900 Emolumentos e Custas Extrajudiciais	28.883.982,00	63.397.263,50	34.513.281,50	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111222951 Restituição da Venda de Selos de Autenticidade	0,00	-8.937,48	8.937,48	0,00
111222951 Venda de Selos de Autenticidade	28.883.982,00	30.388.770,01	1.504.788,01	0,00
111222953 Emolumentos Extrajudiciais	0,00	174.227,57	174.227,57	0,00
111222999 Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0,00	32.844.120,63	32.844.120,63	0,00
111222999 Restituição de Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0,00	-917,23	917,23	0,00
111229900 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	505.853.724,00	533.041.929,85	27.188.205,85	0,00
111229953 Restituição de Taxa de Serviços Educacionais	0,00	-25.037,10	25.037,10	0,00
111229953 Taxa de Serviços Educacionais	5.522.790,00	2.766.537,47	0,00	2.756.252,53
111229955 Taxa da Loteria Estadual do Ceará	4.404.000,00	0,00	0,00	4.404.000,00
111229958 Restituição de Taxas de Fiscalização e Prestação de Serviços Públicos	0,00	-8.445,00	8.445,00	0,00
111229958 Taxas de Fiscalização e Prestação de Serviços Públicos	5.751.000,00	4.272.385,22	0,00	1.478.614,78
111229962 Taxa pela Prestação de Serviços Técnicos	460.000,00	9.228,96	0,00	450.771,04
111229963 Restituição de Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	0,00	-357.002,65	357.002,65	0,00
111229963 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	485.922.492,00	522.714.281,07	36.791.789,07	0,00
111229967 Taxa pela Emissão de Documentos	30.500,00	142,00	0,00	30.358,00
111229972 Taxa de Concessão de Licenças	0,00	282.979,40	282.979,40	0,00
111229973 Taxa de Transporte Animal e Vegetal	1.638.000,00	1.661.644,09	23.644,09	0,00
111229974 Taxa de Serviços Hemoterápicos	0,00	1.592.897,76	1.592.897,76	0,00
111229999 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	2.124.942,00	132.318,63	0,00	1.992.623,37
112000000 Receitas de Contribuições	**600.409.600,00**	**630.917.296,19**	**30.507.696,19**	**0,00**
112100000 Contribuições Sociais	**600.409.600,00**	**630.917.296,19**	**30.507.696,19**	**0,00**
112102900 Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	596.076.280,00	626.632.552,61	30.556.272,61	0,00
112102907 Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	402.134.688,00	423.814.345,90	21.679.657,90	0,00
112102907 Restituição de Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00	-1.172.582,29	1.172.582,29	0,00
112102908 Contribuição de Servidor Ativo Militar	106.638.162,00	110.189.078,09	3.550.916,09	0,00
112102909 Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	58.896.845,00	63.445.627,24	4.548.782,24	0,00
112102910 Contribuições de Servidor Inativo Militar	5.726.930,00	6.963.328,30	1.236.398,30	0,00
112102911 Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	20.907.284,00	21.186.854,69	279.570,69	0,00
112102912 Contribuições de Pensionista Militar	1.772.371,00	2.205.900,68	433.529,68	0,00
112109900 Outras Contribuições Sociais	4.333.320,00	4.284.743,58	0,00	48.576,42
112109951 Contribuição Patronal para o FPP	0,00	620.783,60	620.783,60	0,00
112109952 Contribuição dos Deputados - Obrigatórios e Facultativos	4.248.009,00	2.554.047,46	0,00	1.693.961,54

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
112109953 Contribuição dos pensionistas do FPP	0,00	334.240,84	334.240,84	0,00
112109954 Contribuição dos Serventuários da Justiça	85.311,00	50.347,94	0,00	34.963,06
112109959 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	0,00	725.323,74	725.323,74	0,00
112109969 Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
113000000 Receita Patrimonial	**97.982.145,59**	**116.734.754,37**	**18.752.608,78**	**0,00**
113100000 Receitas Imobiliárias	**10.367.570,00**	**4.357.901,19**	**0,00**	**6.009.668,81**
113110000 Aluguéis	1.396.970,00	1.287.264,77	0,00	109.705,23
113110000 Aluguéis	1.396.970,00	1.455.129,01	58.159,01	0,00
113110000 Restituição de Aluguéis	0,00	-167.864,24	167.864,24	0,00
113130000 Foros	0,00	71,06	71,06	0,00
113130000 Foros	0,00	71,06	71,06	0,00
113140000 Laudêmios	55.000,00	5.755,16	0,00	49.244,84
113140000 Laudêmios	55.000,00	5.755,16	0,00	49.244,84
113190000 Outras Receitas Imobiliárias	8.915.600,00	3.064.810,20	0,00	5.850.789,80
113195100 Taxa de Vistoria	7.680.600,00	1.188.901,65	0,00	6.491.698,35
113195100 Taxa de Vistoria	7.680.600,00	1.188.901,65	0,00	6.491.698,35
113195200 Taxa de Anuência	20.000,00	876.251,83	856.251,83	0,00
113195200 Taxa de Anuência	20.000,00	876.251,83	856.251,83	0,00
113199900 Outras Receitas Imobiliárias	1.215.000,00	999.656,72	0,00	215.343,28
113199900 Outras Receitas Imobiliárias	1.215.000,00	999.656,72	0,00	215.343,28
113200000 Receitas de Valores Mobiliários	**85.634.575,59**	**99.881.844,11**	**14.247.268,52**	**0,00**
113210000 Juros de Títulos de Renda	19.413.826,00	28.717.845,37	9.304.019,37	0,00
113210000 Juros de Títulos de Renda	19.413.826,00	29.091.871,38	9.678.045,38	0,00
113210000 Restituição de Juros de Títulos de Renda	0,00	-374.026,01	374.026,01	0,00
113250000 Remuneração de Depósitos Bancários	66.220.749,59	71.163.998,74	4.943.249,15	0,00
113250100 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	66.220.749,59	71.163.990,48	4.943.240,89	0,00
113250103 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Saúde	0,00	9.664.507,60	9.664.507,60	0,00
113250110 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,00	198.236,49	198.236,49	0,00
113250151 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos do RPPS. Fonte 03	34.160.459,00	38.749.248,70	4.588.789,70	0,00
113250153 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Depósitos Judiciais - Lei 14.415/09 . Fonte 15	0,00	181.883,63	181.883,63	0,00
113250155 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Indireta - Fonte 83	29.337.924,59	8.990.203,25	0,00	20.347.721,34

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113250155 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm.Indireta - Fonte 83	0,00	-228.373,53	228.373,53	0,00
113250157 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com órgão Municipal - Adm. Indireta - Fonte 87	0,00	8.870,83	8.870,83	0,00
113250159 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Privado - Adm. Indireta - Fonte 89	1.170.000,00	685.801,16	0,00	484.198,84
113250161 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Internacional - Adm. Indireta - Fonte 81	44.366,00	23.524,49	0,00	20.841,51
113250162 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Defesa Civil - FT 79	630.000,00	549.658,88	0,00	80.341,12
113250163 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FPP - FT 05	0,00	10.401.727,51	10.401.727,51	0,00
113250165 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Compensação Ambiental - FT 16	0,00	1.206.674,20	1.206.674,20	0,00
113250165 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Compensação Ambiental - FT 16	0,00	-1.206.674,20	1.206.674,20	0,00
113250167 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Selos de Autenticidade - FT 29	878.000,00	1.745.212,66	867.212,66	0,00
113250173 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos de Transferências do Fundo Penitenciário Nacional FT 92.01	0,00	193.488,81	193.488,81	0,00
113250200 Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	0,00	8,26	8,26	0,00
113250201 Receita de Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	8,26	8,26	0,00
113300000 Receita de Concessões e Permissões	**1.980.000,00**	**8.132.373,93**	**6.152.373,93**	**0,00**
113310000 Receita de Concessões e Permissões - Serviços	920.000,00	0,00	0,00	920.000,00
113310100 Receita de Concessões e Permissões - Serviços de Transporte	920.000,00	0,00	0,00	920.000,00
113310105 Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Coletivo Local e Intermunicipal	920.000,00	0,00	0,00	920.000,00
113330000 Receita de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	1.060.000,00	2.160.555,70	1.100.555,70	0,00
113339900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	1.060.000,00	2.160.555,70	1.100.555,70	0,00
113339951 Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	77.063,67	77.063,67	0,00
113339953 Permissão de Uso de Faixa de Domínio	1.060.000,00	2.030.100,48	970.100,48	0,00
113339953 Restituição de Permissão de Uso de Faixa de Domínio	0,00	-1.278,68	1.278,68	0,00
113339954 Permissão de Uso de Área Aeroportuária	0,00	54.670,23	54.670,23	0,00
113339954 Restituição de Permissão de Uso de Área Aeroportuária	0,00	0,00	0,00	0,00
113390000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	5.971.818,23	5.971.818,23	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	5.954.224,68	5.954.224,68	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	5.954.224,68	5.954.224,68	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	17.593,55	17.593,55	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	17.593,55	17.593,55	0,00
113600000 Receita da Cessão de Direitos	**0,00**	**4.362.635,14**	**4.362.635,14**	**0,00**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113610000 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	0,00	4.362.635,14	4.362.635,14	0,00
113610100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	0,00	4.362.635,14	4.362.635,14	0,00
113610100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	0,00	4.362.635,14	4.362.635,14	0,00
114000000 Receita Agropecuária	**0,00**	**12.344,35**	**12.344,35**	**0,00**
114200000 Receita da Produção Animal e Derivados	**0,00**	**12.344,35**	**12.344,35**	**0,00**
114200000 Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	12.344,35	12.344,35	0,00
116000000 Receita de Serviços	**56.526.061,30**	**69.100.959,24**	**12.574.897,94**	**0,00**
116000100 Serviços Comerciais	2.448.000,00	1.143.662,77	0,00	1.304.337,23
116000102 Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	0,00	149,86	149,86	0,00
116000199 Outros Serviços Comerciais	2.448.000,00	1.143.512,91	0,00	1.304.487,09
116000200 Serviços Financeiros	0,00	147.814,42	147.814,42	0,00
116000299 Outros Serviços Financeiros	0,00	147.814,42	147.814,42	0,00
116000400 Serviços de Comunicação	526.211,00	655.279,26	129.068,26	0,00
116000403 Outros Serviços de Comunicação	526.211,00	655.279,26	129.068,26	0,00
116000500 Serviços de Saúde	2.732.670,52	962.782,28	0,00	1.769.888,24
116000502 Serviços de Registro de Análise e de Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	23.820,47	23.820,47	0,00
116000503 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	2.732.670,52	938.961,81	0,00	1.793.708,71
116000800 Serviços de Processamento de Dados	2.150.000,00	1.989.439,39	0,00	160.560,61
116000852 Serviço de Acesso à Internet	1.250.000,00	270.010,13	0,00	979.989,87
116000853 Serviço de Tráfego de Dados	900.000,00	1.289.048,68	389.048,68	0,00
116000855 Alocação de Endereço IP	0,00	0,00	0,00	0,00
116000860 Serviços em Nuvem	0,00	430.380,58	430.380,58	0,00
116001200 Serviços Tecnológicos	1.426.000,00	1.000.486,86	0,00	425.513,14
116001200 Serviços Tecnológicos	1.426.000,00	1.000.486,86	0,00	425.513,14
116001300 Serviços Administrativos	495.000,00	705.797,12	210.797,12	0,00
116001301 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
116001304 Serviços de Expedição de Certificados	120.000,00	611.598,90	491.598,90	0,00
116001399 Outros Serviços Administrativos	175.000,00	94.198,22	0,00	80.801,78
116001500 Serviços de Meteorologia	50.000,00	13.717,50	0,00	36.282,50
116001500 Serviços de Meteorologia	50.000,00	13.717,50	0,00	36.282,50
116001600 Serviços Educacionais	400.000,00	84.912,00	0,00	315.088,00
116001600 Serviços Educacionais	400.000,00	84.912,00	0,00	315.088,00
116002000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	1.324.000,00	275.977,30	0,00	1.048.022,70

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
116002002 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	1.324.000,00	275.977,30	0,00	1.048.022,70
116002100 Serviços de Hospedagem e Alimentação	0,00	150.804,94	150.804,94	0,00
116002100 Serviços de Hospedagem e Alimentação	0,00	150.804,94	150.804,94	0,00
116002200 Serviços de Estudos e Pesquisas	600.000,00	1.029.833,60	429.833,60	0,00
116002200 Serviços de Estudos e Pesquisas	600.000,00	1.029.833,60	429.833,60	0,00
116002400 Serviços de Registro do Comércio	8.675.179,78	10.277.034,48	1.601.854,70	0,00
116002400 Restituição de Serviços de Registro do Comércio	0,00	-655.450,32	655.450,32	0,00
116002400 Serviços de Registro do Comércio	8.675.179,78	10.932.484,80	2.257.305,02	0,00
116003100 Tarifa e Adicional sobre Tarifa Aeroportuária	0,00	382.103,40	382.103,40	0,00
116003101 Tarifa Aeroportuária	0,00	382.103,40	382.103,40	0,00
116003900 Serviços Veterinários	85.000,00	204.343,00	119.343,00	0,00
116003900 Serviços Veterinários	85.000,00	204.343,00	119.343,00	0,00
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	800.000,00	12.791.675,35	11.991.675,35	0,00
116005000 Restituição de Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	-100,00	100,00	0,00
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	800.000,00	12.791.775,35	11.991.775,35	0,00
116009900 Outros Serviços	34.814.000,00	37.285.295,57	2.471.295,57	0,00
116009951 Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elética	1.000.000,00	1.075.112,49	75.112,49	0,00
116009953 Fornecimento de Refeições	595.000,00	654.270,15	59.270,15	0,00
116009954 Serviço de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos	1.165.000,00	3.100.000,00	1.935.000,00	0,00
116009955 Venda de Produtos Consignáveis	0,00	15.553,97	15.553,97	0,00
116009957 Serviços de Exames Laboratoriais	0,00	187.635,03	187.635,03	0,00
116009958 Serviços de Cadastro em Geral	0,00	625.446,81	625.446,81	0,00
116009959 Registra o valor do serviço de credenciamento para atuar como despachante e outros serviços junto a órgãos públicos.	0,00	8.000,01	8.000,01	0,00
116009960 Registra a receita de serviço pelo uso da estrutura arrecadatória de órgãos do Estado	17.600.000,00	22.168.002,00	4.568.002,00	0,00
116009964 Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	0,00	1.462,25	1.462,25	0,00
116009999 Outros Serviços	14.454.000,00	9.449.812,86	0,00	5.004.187,14
117000000 Transferências Correntes	**961.362.860,05**	**859.748.631,86**	**0,00**	**101.614.228,19**
117200000 Transferências Intergovernamentais	**889.596.888,00**	**809.580.502,33**	**0,00**	**80.016.385,67**
117210000 Transferências da União	877.986.127,00	714.053.811,52	0,00	163.932.315,48
117213300 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	786.568.077,97	629.485.601,32	0,00	157.082.476,65
117213336 Atenção Básica - Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	0,00	1.288.508,79	1.288.508,79	0,00
117213339 Atenção Básica - Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	1.733.261,00	0,00	0,00	1.733.261,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
117213341 MAC TF - Teto financeiro	681.226.640,97	439.106.151,10	0,00	242.120.489,87
117213342 MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	0,00	15.766.019,00	15.766.019,00	0,00
117213343 MAC TF - CEO - Centro Espec. Odontológica	5.000,00	8.450.200,00	8.445.200,00	0,00
117213345 MAC TF - CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	130.609,00	0,00	0,00	130.609,00
117213349 MAC TF - Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	85.361.900,12	85.361.900,12	0,00
117213358 MAC FAEC - Transplantes - Outros	0,00	3.705.514,90	3.705.514,90	0,00
117213359 MAC FAEC - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	3.919.058,98	3.919.058,98	0,00
117213361 V SAÚDE - Vigilância Epidmiológica e Ambiental em Saúde	12.407.100,00	0,00	0,00	12.407.100,00
117213362 V SAÚDE - Vigilância Sanitária	20.479.900,00	10.322.151,12	0,00	10.157.748,88
117213363 V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	11.871.680,00	11.871.680,00	0,00
117213371 A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	49.051.784,00	31.682.247,44	0,00	17.369.536,56
117213373 A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	17.450.749,23	17.450.749,23	0,00
117213379 A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	21.533.783,00	431.420,64	0,00	21.102.362,36
117213389 G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	130.000,00	130.000,00	0,00
117213400 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	23.401.049,03	4.894.792,81	0,00	18.506.256,22
117213400 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	23.401.049,03	4.894.792,81	0,00	18.506.256,22
117219900 Outras Transferências da União	68.017.000,00	79.673.417,39	11.656.417,39	0,00
117219951 Restituição de Transferências ao Fundo de Defesa Civil	0,00	-560.000,00	560.000,00	0,00
117219951 Transferências ao Fundo de Defesa Civil	62.911.000,00	32.842.010,00	0,00	30.068.990,00
117219952 Transferências Oriundas da Lei Pelé	5.106.000,00	2.606.962,95	0,00	2.499.037,05
117219953 Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	0,00	44.784.444,44	44.784.444,44	0,00
117230000 Transferências dos Municípios	11.610.761,00	95.526.690,81	83.915.929,81	0,00
117230100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	11.610.761,00	95.526.690,81	83.915.929,81	0,00
117230100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	11.610.761,00	95.526.690,81	83.915.929,81	0,00
117300000 Transferências de Instituições Privadas	**39.000.000,00**	**16.215.879,13**	**0,00**	**22.784.120,87**
117300000 Transferências de Instituições Privadas	39.000.000,00	16.215.879,13	0,00	22.784.120,87
117500000 Transferências de Pessoas	**1.664.452,00**	**891.927,76**	**0,00**	**772.524,24**
117500000 Transferências de Pessoas	1.664.452,00	891.927,76	0,00	772.524,24
117600000 Transferências de Convênios	**31.101.520,05**	**33.060.322,64**	**1.958.802,59**	**0,00**
117610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	29.134.512,00	27.619.696,67	0,00	1.514.815,33
117610100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	10.054.955,00	68.500,00	0,00	9.986.455,00
117610100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	10.054.955,00	68.500,00	0,00	9.986.455,00
117610200 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	3.241.057,00	0,00	0,00	3.241.057,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
117610200 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	3.241.057,00	0,00	0,00	3.241.057,00
117610300 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	1.001.000,00	0,00	0,00	1.001.000,00
117610300 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	1.001.000,00	0,00	0,00	1.001.000,00
117619900 Outras Transferências de Convênios da União	14.837.500,00	27.551.196,67	12.713.696,67	0,00
117619900 Outras Transferências de Convênios da União	14.837.500,00	27.551.208,84	12.713.708,84	0,00
117619900 Restituição de Outras Transferências de Convênios da União	0,00	-12,17	12,17	0,00
117630000 Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	489.778,09	87.095,56	0,00	402.682,53
117630100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	489.778,09	87.095,56	0,00	402.682,53
117630100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	489.778,09	87.095,56	0,00	402.682,53
117640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	1.477.229,96	5.332.130,41	3.854.900,45	0,00
117640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	1.477.229,96	5.332.130,41	3.854.900,45	0,00
117650000 Transferência de Convênios do Exterior	0,00	21.400,00	21.400,00	0,00
117650000 Transferência de Convênios do Exterior	0,00	21.400,00	21.400,00	0,00
119000000 Outras Receitas Correntes	**189.537.193,37**	**173.945.983,29**	**0,00**	**15.591.210,08**
119100000 Multas e Juros de Mora	**137.773.517,00**	**119.316.810,55**	**0,00**	**18.456.706,45**
119180000 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	203.517,00	68.810,56	0,00	134.706,44
119189900 Outras Multas e Juros de Mora	203.517,00	68.810,56	0,00	134.706,44
119189900 Outras Multas e Juros de Mora	203.517,00	68.810,56	0,00	134.706,44
119190000 Multas de Outras Origens	137.570.000,00	119.247.999,99	0,00	18.322.000,01
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	770.000,00	266.790,40	0,00	503.209,60
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	770.000,00	267.122,88	0,00	502.877,12
119191000 Restituição de Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	-332,48	332,48	0,00
119191500 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	118.000.000,00	106.635.117,65	0,00	11.364.882,35
119191500 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	118.000.000,00	107.157.359,51	0,00	10.842.640,49
119191500 Restituição de Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	-522.241,86	522.241,86	0,00
119192600 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	300.000,00	2.160.956,15	1.860.956,15	0,00
119192602 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	300.000,00	2.529.335,30	2.229.335,30	0,00
119192602 Restituição de Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	0,00	-368.379,15	368.379,15	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	98.584,34	98.584,34	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	98.584,34	98.584,34	0,00
119192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	700.000,00	6.909.379,44	6.209.379,44	0,00
119192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	700.000,00	6.909.379,44	6.209.379,44	0,00
119193200 Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	0,00	235.712,77	235.712,77	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119193220 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	0,00	235.712,77	235.712,77	0,00
119193500 Multas por Danos ao Meio Ambiente	500.000,00	1.271.872,28	771.872,28	0,00
119193500 Multas por Danos ao Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00
119193510 Multas Administrativas por Danos Ambientais	500.000,00	1.272.772,28	772.772,28	0,00
119193510 Registra a restituição de Multas Administrativas por Danos Ambientais por pagamento indevido, a maior ou em duplicidade.	0,00	-900,00	900,00	0,00
119195500 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	35.013,67	35.013,67	0,00
119195500 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	35.013,67	35.013,67	0,00
119195600 Multas por danos ao consumidor	17.300.000,00	1.634.009,59	0,00	15.665.990,41
119195600 Multas por danos ao consumidor	17.300.000,00	3.068.322,03	0,00	14.231.677,97
119195600 Restituição de Multas por Danos ao Consumidor	0,00	-1.434.312,44	1.434.312,44	0,00
119199900 Outras Multas	0,00	563,70	563,70	0,00
119199998 Outras Multas	0,00	563,70	563,70	0,00
119200000 Indenizações e Restituições	**40.762.448,37**	**36.527.882,75**	**0,00**	**4.234.565,62**
119210000 Indenizações	9.042.345,37	148.274,78	0,00	8.894.070,59
119210500 Indenizações previstas na Legislação sobre Defesa de Direitos Difusos	8.990.877,37	79.550,98	0,00	8.911.326,39
119210551 Compensação Ambiental	8.990.877,37	7.570.834,24	0,00	1.420.043,13
119210551 Restituição de Compensação Ambiental	0,00	-7.570.834,24	7.570.834,24	0,00
119210553 Registra a receita orçamentária com medidas conciliatórias ambientais.	0,00	79.550,98	79.550,98	0,00
119215100 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	4.322,48	4.322,48	0,00
119215100 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	4.322,48	4.322,48	0,00
119219900 Outras Indenizações	51.468,00	64.401,32	12.933,32	0,00
119219900 Outras Indenizações	51.468,00	64.401,32	12.933,32	0,00
119220000 Restituições	31.720.103,00	36.379.607,97	4.659.504,97	0,00
119220100 Restituições de Convênios	0,00	511.609,90	511.609,90	0,00
119220100 Restituições de Convênios	0,00	511.609,90	511.609,90	0,00
119220700 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	563.152,55	563.152,55	0,00
119220700 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	563.152,55	563.152,55	0,00
119221000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	31.720.103,00	32.836.371,62	1.116.268,62	0,00
119221001 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	31.720.103,00	32.836.371,62	1.116.268,62	0,00
119229900 Outras Restituições	0,00	2.468.473,90	2.468.473,90	0,00
119229953 Restituições de Vale-Transporte	0,00	17.742,38	17.742,38	0,00
119229957 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	20.568,78	20.568,78	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119229960 Rembolso p/ Processamento de Dados	0,00	1.921.429,48	1.921.429,48	0,00
119229963 Devolução de diárias	0,00	5.039,25	5.039,25	0,00
119229965 Dedução de Restituições de Compensação Ambiental	0,00	-45.579,14	45.579,14	0,00
119229965 Restituições de Compensação Ambiental	0,00	45.579,14	45.579,14	0,00
119229999 Outras Restituições	0,00	504.009,37	504.009,37	0,00
119229999 Restituição de Outras Restituições	0,00	-315,36	315,36	0,00
119300000 Receita da Dívida Ativa	**0,00**	**211.742,46**	**211.742,46**	**0,00**
119320000 Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00	211.742,46	211.742,46	0,00
119325700 Receita da Dívida Ativa - Outras Receitas Correntes	0,00	211.742,46	211.742,46	0,00
119325735 Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	211.742,46	211.742,46	0,00
119900000 Receitas Diversas	**11.001.228,00**	**17.889.547,53**	**6.888.319,53**	**0,00**
119900200 Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	0,00	137.754,08	137.754,08	0,00
119900201 Receita de Honorários de Advogados	0,00	69.924,81	69.924,81	0,00
119900202 Receita de Ônus de Sucumbência	0,00	67.829,27	67.829,27	0,00
119905200 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	7.072.214,00	0,00	0,00	7.072.214,00
119905200 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	7.072.214,00	0,00	0,00	7.072.214,00
119909800 Outras Receitas Eventuais	0,00	1.684.449,83	1.684.449,83	0,00
119909800 Outras Receitas Eventuais	0,00	1.684.449,83	1.684.449,83	0,00
119909900 Outras Receitas	3.929.014,00	16.067.343,62	12.138.329,62	0,00
119909951 Depósitos Judiciais	1.000.000,00	3.826.346,61	2.826.346,61	0,00
119909956 Receita sobre Programa de Sementes	2.514.014,00	1.289,00	0,00	2.512.725,00
119909959 Restituição de Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	0,00	-2.556.036,20	2.556.036,20	0,00
119909959 Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	0,00	7.543.438,22	7.543.438,22	0,00
119909969 Doações em Dinheiro	0,00	60.056,21	60.056,21	0,00
119909972 Receita de Leilão de Bens Apreendidos	0,00	6.349.005,34	6.349.005,34	0,00
119909975 Receita de Apoio Cultural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
119909977 Encargos do FDI / PROADE	0,00	832.105,23	832.105,23	0,00
119909999 Outras Receitas	405.000,00	1.139,21	0,00	403.860,79
120000000 Receitas de Capital	**113.887.971,22**	**40.787.380,98**	**0,00**	**73.100.590,24**
122000000 Alienação de Bens	**245.110,57**	**11.538.689,00**	**11.293.578,43**	**0,00**
122100000 Alienação de Bens Móveis	**245.110,57**	**0,00**	**0,00**	**245.110,57**
122100000 Alienação de Bens Móveis	245.110,57	0,00	0,00	245.110,57
122200000 Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**11.538.689,00**	**11.538.689,00**	**0,00**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
122240000 Alienação de Imóveis Rurais	0,00	11.538.689,00	11.538.689,00	0,00
122240000 Alienação de Imóveis Rurais	0,00	11.538.689,00	11.538.689,00	0,00
124000000 Transferências de Capital	**113.642.860,65**	**29.223.942,24**	**0,00**	**84.418.918,41**
124200000 Transferências Intergovernamentais	**35.991.086,00**	**7.516.266,00**	**0,00**	**28.474.820,00**
124210000 Transferências da União	35.991.086,00	7.516.266,00	0,00	28.474.820,00
124210100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	35.991.086,00	7.516.266,00	0,00	28.474.820,00
124210100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	35.991.086,00	7.516.266,00	0,00	28.474.820,00
124700000 Transferências de Convênios	**77.651.774,65**	**21.707.676,24**	**0,00**	**55.944.098,41**
124710000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	71.566.684,41	21.628.964,62	0,00	49.937.719,79
124710100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	2.009.839,00	707.629,18	0,00	1.302.209,82
124710100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	2.009.839,00	707.629,18	0,00	1.302.209,82
124710200 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	7.283.581,41	0,00	0,00	7.283.581,41
124710200 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	7.283.581,41	0,00	0,00	7.283.581,41
124710400 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	9.600,00	0,00	0,00	9.600,00
124710400 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	9.600,00	0,00	0,00	9.600,00
124710500 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	53.164.860,00	20.713.535,44	0,00	32.451.324,56
124710500 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	53.164.860,00	20.713.535,44	0,00	32.451.324,56
124719900 Outras Transferências de Convênios da União	9.098.804,00	207.800,00	0,00	8.891.004,00
124719900 Outras Transferências de Convênios da União	9.098.804,00	207.800,00	0,00	8.891.004,00
124730000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	200.000,00	78.711,62	0,00	121.288,38
124739900 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	200.000,00	78.711,62	0,00	121.288,38
124739999 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	200.000,00	78.711,62	0,00	121.288,38
124740000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	5.880.090,24	0,00	0,00	5.880.090,24
124740000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	5.880.090,24	0,00	0,00	5.880.090,24
124750000 Transferências de Convênios do Exterior	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
124750000 Transferências de Convênios do Exterior	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
125000000 Outras Receitas de Capital	**0,00**	**24.749,74**	**24.749,74**	**0,00**
125900000 Outras Receitas	**0,00**	**24.749,74**	**24.749,74**	**0,00**
125905100 Outras Restituições	0,00	24.749,74	24.749,74	0,00
125905101 Registra o recebimento de restituições de seguradoras por prêmio de seguro por sinistro de veículos	0,00	24.749,74	24.749,74	0,00
170000000 Receitas Correntes	**1.046.907.466,36**	**1.067.294.301,84**	**20.386.835,48**	**0,00**
171000000 Receita Tributária	**18.601.020,00**	**422.914,94**	**0,00**	**18.178.105,06**
171200000 Taxas	**18.601.020,00**	**422.914,94**	**0,00**	**18.178.105,06**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
171210000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	7.474.820,00	3.169,60	0,00	7.471.650,40
171211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
171211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
171212100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	7.281.820,00	0,00	0,00	7.281.820,00
171212151 Taxa Ambientais	7.281.820,00	0,00	0,00	7.281.820,00
171213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	0,00	3.169,60	3.169,60	0,00
171213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	0,00	3.169,60	3.169,60	0,00
171219900 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	43.000,00	0,00	0,00	43.000,00
171219954 Taxa de Vistoria	43.000,00	0,00	0,00	43.000,00
171220000 Taxas pela Prestação de Serviços	11.126.200,00	419.745,34	0,00	10.706.454,66
171222100 Taxas de Serviços Cadastrais	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
171222100 Taxas de Serviços Cadastrais	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
171229900 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	11.120.200,00	419.745,34	0,00	10.700.454,66
171229963 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	4.197.508,00	419.745,34	0,00	3.777.762,66
171229999 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	6.922.692,00	0,00	0,00	6.922.692,00
172000000 Receitas de Contribuições	**1.002.155.188,00**	**1.034.896.051,23**	**32.740.863,23**	**0,00**
172100000 Contribuições Sociais	**1.002.155.188,00**	**1.034.896.051,23**	**32.740.863,23**	**0,00**
172102900 Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	999.796.610,00	1.032.743.061,99	32.946.451,99	0,00
172102901 Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	788.202.718,00	813.009.107,86	24.806.389,86	0,00
172102901 Restituição de Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00	-76.875,72	76.875,72	0,00
172102902 Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar	211.593.892,00	219.810.829,85	8.216.937,85	0,00
172109900 Outras Contribuições Sociais	2.358.578,00	2.152.989,24	0,00	205.588,76
172109951 Contribuição Patronal para o FPP	1.823.803,00	1.914.456,86	90.653,86	0,00
172109959 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	534.775,00	238.532,38	0,00	296.242,62
172109969 Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
173000000 Receita Patrimonial	**24.000,00**	**185.625,63**	**161.625,63**	**0,00**
173100000 Receitas Imobiliárias	**24.000,00**	**185.625,63**	**161.625,63**	**0,00**
173190000 Outras Receitas Imobiliárias	24.000,00	185.625,63	161.625,63	0,00
173195100 Taxa de Vistoria	24.000,00	185.625,63	161.625,63	0,00
173195100 Taxa de Vistoria	24.000,00	185.625,63	161.625,63	0,00
176000000 Receita de Serviços	**25.127.258,36**	**23.136.188,84**	**0,00**	**1.991.069,52**
176000800 Serviços de Processamento de Dados	25.068.578,36	22.937.988,84	0,00	2.130.589,52
176000852 Serviço de Acesso à Internet	1.636.000,00	0,00	0,00	1.636.000,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
176000853 Serviço de Tráfego de Dados	23.432.578,36	22.937.988,84	0,00	494.589,52
176009900 Outros Serviços	58.680,00	198.200,00	139.520,00	0,00
176009954 Serviço de Elaboração de Concursos e P. Seletivos Intra Orçamentária	58.680,00	198.200,00	139.520,00	0,00
179000000 Outras Receitas Correntes	**1.000.000,00**	**8.653.521,20**	**7.653.521,20**	**0,00**
179900000 Receitas Diversas	**1.000.000,00**	**8.653.521,20**	**7.653.521,20**	**0,00**
179905100 Receita de Encargos Legais sobre a Dívida Ativa	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
179905100 Receita de Encargos Legais sobre a Dívida Ativa	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
179909900 Outras Receitas	0,00	8.653.521,20	8.653.521,20	0,00
179909973 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	0,00	8.653.521,20	8.653.521,20	0,00
TOTAL GERAL:	**3.756.680.975,89**	**3.688.336.514,82**	**0,00**	**68.344.461,07**

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 15/03/2018 08:50

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3	DESPESA CORRENTE	8.519.740.205,41	1.600.000,00	8.521.340.205,41	8.007.377.998,55	513.962.206,86
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.744.355.232,09	0,00	4.744.355.232,09	4.502.417.605,96	241.937.626,13
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	4.583.481.490,25	0,00	4.583.481.490,25	4.345.405.914,10	238.075.576,15
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.529.447.431,38	0,00	2.529.447.431,38	2.370.354.342,92	159.093.088,46
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	745.678.673,62	0,00	745.678.673,62	741.350.010,21	4.328.663,41
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	32.337.387,24	0,00	32.337.387,24	31.116.367,48	1.221.019,76
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.801.784,00	0,00	1.801.784,00	1.288.558,25	513.225,75
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.699.071,86	0,00	6.699.071,86	4.014.194,66	2.684.877,20
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.130.658.545,78	0,00	1.130.658.545,78	1.093.324.098,72	37.334.447,06
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	65.935.017,60	0,00	65.935.017,60	56.425.155,50	9.509.862,10
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	23.111.701,03	0,00	23.111.701,03	19.935.218,93	3.176.482,10
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.288.747,23	0,00	2.288.747,23	460.711,55	1.828.035,68
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.137.356,83	0,00	27.137.356,83	21.065.629,89	6.071.726,94
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	153.285,00	0,00	153.285,00	90.443,67	62.841,33
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	18.232.488,68	0,00	18.232.488,68	5.981.182,32	12.251.306,36
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	160.873.741,84	0,00	160.873.741,84	157.011.691,86	3.862.049,98
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160.853.741,84	0,00	160.853.741,84	157.011.691,86	3.842.049,98
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	105.000,00	0,00	105.000,00	0,00	105.000,00
3290	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	105.000,00	0,00	105.000,00	0,00	105.000,00
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	105.000,00	0,00	105.000,00	0,00	105.000,00
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.775.279.973,32	1.600.000,00	3.776.879.973,32	3.504.960.392,59	271.919.580,73
3320	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
33204100	CONTRIBUIÇÕES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	34.742.391,68	0,00	34.742.391,68	28.453.327,46	6.289.064,22
33404100	CONTRIBUIÇÕES	34.742.391,68	0,00	34.742.391,68	28.453.327,46	6.289.064,22
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	271.224.458,46	0,00	271.224.458,46	267.522.919,67	3.701.538,79
33414100	CONTRIBUIÇÕES	264.006.175,85	0,00	264.006.175,85	261.252.571,68	2.753.604,17
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.218.282,61	0,00	7.218.282,61	6.270.347,99	947.934,62
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	712.572.427,00	0,00	712.572.427,00	686.032.143,38	26.540.283,62
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	611.184.391,23	0,00	611.184.391,23	601.211.215,62	9.973.175,61
33504100	CONTRIBUIÇÕES	83.037.937,26	0,00	83.037.937,26	66.477.811,95	16.560.125,31
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.645.819,60	0,00	2.645.819,60	2.638.836,90	6.982,70
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.704.278,91	0,00	15.704.278,91	15.704.278,91	0,00
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	5.800.569,05	0,00	5.800.569,05	3.900.480,48	1.900.088,57
33604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	5.800.569,05	0,00	5.800.569,05	3.900.480,48	1.900.088,57
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	107.604.478,04	0,00	107.604.478,04	106.242.654,81	1.361.823,23
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	107.604.478,04	0,00	107.604.478,04	106.242.654,81	1.361.823,23
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.414.589.912,57	1.600.000,00	2.416.189.912,57	2.189.491.740,74	226.698.171,83
33900300	PENSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.796.921,10	0,00	1.796.921,10	1.737.530,27	59.390,83
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	11.962.834,74	0,00	11.962.834,74	7.679.317,60	4.283.517,14
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	130.830,00	0,00	130.830,00	92.403,75	38.426,25
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	36.421.274,70	0,00	36.421.274,70	34.687.395,42	1.733.879,28
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	10.212.649,33	0,00	10.212.649,33	8.064.834,40	2.147.814,93
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	334.399.724,29	0,00	334.399.724,29	312.781.236,23	21.618.488,06
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	274.859,80	0,00	274.859,80	180.813,80	94.046,00
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	217.735.521,92	0,00	217.735.521,92	212.583.909,30	5.151.612,62
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.217.363,92	0,00	12.217.363,92	9.124.552,35	3.092.811,57
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	522.862.207,03	0,00	522.862.207,03	485.543.609,84	37.318.597,19
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	11.111.424,69	0,00	11.111.424,69	2.170.250,82	8.941.173,87
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	77.725.316,54	0,00	77.725.316,54	56.618.762,61	21.106.553,93
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	314.133.419,07	0,00	314.133.419,07	292.795.093,99	21.338.325,08
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	675.778.477,61	1.600.000,00	677.378.477,61	592.384.271,68	84.994.205,93
33904100	CONTRIBUIÇÕES	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	776.196,00	0,00	776.196,00	0,00	776.196,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	14.820.874,32	0,00	14.820.874,32	14.557.344,73	263.529,59
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	27.205.111,40	0,00	27.205.111,40	25.294.645,50	1.910.465,90
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	18.688.396,00	0,00	18.688.396,00	15.308.836,25	3.379.559,75
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	638.207,13	0,00	638.207,13	582.630,31	55.576,82
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	23.612,40	0,00	23.612,40	23.612,40	0,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	400.000,00	0,00	400.000,00	243.530,00	156.470,00
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.117.946,87	0,00	1.117.946,87	682.824,90	435.121,97
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	80.328.988,20	0,00	80.328.988,20	75.552.435,51	4.776.552,69
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	43.827.255,51	0,00	43.827.255,51	40.801.899,08	3.025.356,43
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	228.740.736,52	0,00	228.740.736,52	223.317.126,05	5.423.610,47
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.721.306,85	0,00	14.721.306,85	11.293.169,61	3.428.137,24
33914100	CONTRIBUIÇÕES	203.027.140,36	0,00	203.027.140,36	202.267.109,52	760.030,84
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.901.256,08	0,00	3.901.256,08	2.772.931,71	1.128.324,37
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.804.817,20	0,00	3.804.817,20	3.775.980,90	28.836,30
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.286.216,03	0,00	3.286.216,03	3.207.934,31	78.281,72
3393	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33933900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	DESPESA DE CAPITAL	1.394.092.380,05	16.313.777,78	1.410.406.157,83	922.821.500,71	487.584.657,12
44	INVESTIMENTOS	1.340.792.712,43	16.313.777,78	1.357.106.490,21	871.567.080,82	485.539.409,39
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
44204200	AUXÍLIOS	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	56.303.239,30	0,00	56.303.239,30	39.454.374,34	16.848.864,96
44404100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44404200	AUXÍLIOS	56.237.413,89	0,00	56.237.413,89	39.388.548,93	16.848.864,96
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	65.825,41	0,00	65.825,41	65.825,41	0,00
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
44414100	CONTRIBUIÇÕES	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	5.124.155,10	0,00	5.124.155,10	2.261.493,52	2.862.661,58
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44504100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44504200	AUXÍLIOS	4.813.783,10	0,00	4.813.783,10	2.261.493,52	2.552.289,58
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	210.372,00	0,00	210.372,00	0,00	210.372,00
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	6.068.790,00	0,00	6.068.790,00	0,00	6.068.790,00
44678300	DESP. DECOR. DE CONTRATO PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	6.068.790,00	0,00	6.068.790,00	0,00	6.068.790,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	70.000,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00
44715200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	70.000,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	1.272.772.343,53	16.313.777,78	1.289.086.121,31	829.775.128,46	459.310.992,85
44901400	DIÁRIA-CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	3.054.143,00	0,00	3.054.143,00	2.441.178,58	612.964,42
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	8.533.576,42	0,00	8.533.576,42	8.170.444,89	363.131,53
44903200	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	25.918,98	0,00	25.918,98	25.918,98	0,00
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	45.959.743,83	0,00	45.959.743,83	14.690.473,93	31.269.269,90
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	257.669,67	0,00	257.669,67	148.070,00	109.599,67
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	219.119.163,38	0,00	219.119.163,38	196.633.107,10	22.486.056,28
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	42.840,79	0,00	42.840,79	0,00	42.840,79
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	754.422.068,10	12.777.777,78	767.199.845,88	450.316.947,58	316.882.898,30
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	176.132.377,44	3.536.000,00	179.668.377,44	95.918.126,35	83.750.251,09
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	3.834.335,49	0,00	3.834.335,49	1.953.123,66	1.881.211,83
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	2.694.010,78	305.989,22
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	55.555.808,79	0,00	55.555.808,79	54.048.022,03	1.507.786,76
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.834.697,64	0,00	2.834.697,64	2.735.704,58	98.993,06
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	49.184,50	0,00	49.184,50	6.084,50	43.100,00
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.993,50	0,00	4.993,50	4.993,50	0,00
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.091,00	0,00	1.091,00	1.091,00	0,00
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	43.100,00	0,00	43.100,00	0,00	43.100,00
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	51.558.330,54	0,00	51.558.330,54	50.552.067,68	1.006.262,86
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	51.558.330,54	0,00	51.558.330,54	50.552.067,68	1.006.262,86
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.860.000,00	0,00	1.860.000,00	1.353.500,64	506.499,36
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	49.698.330,54	0,00	49.698.330,54	49.198.567,04	499.763,50

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.741.337,08	0,00	1.741.337,08	702.352,21	1.038.984,87
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	1.741.337,08	0,00	1.741.337,08	702.352,21	1.038.984,87
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.741.337,08	0,00	1.741.337,08	702.352,21	1.038.984,87
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral:		**9.913.832.585,46**	**17.913.777,78**	**9.931.746.363,24**	**8.930.199.499,26**	**1.001.546.863,98**

Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	172.479.754,99	0,00	161.799.495,19	10.680.259,80
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	16.609.660,85	0,00	16.609.660,85	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	318.326.232,15	0,00	318.326.232,15
SUBTOTAL	**189.089.415,84**	**318.326.232,15**	**178.409.156,04**	**329.006.491,95**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	8.966.578,19	0,00	8.513.986,50	452.591,69
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	129.644,58	-113,15	129.531,43	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	26.742.758,49	0,00	26.742.758,49
SUBTOTAL	**9.096.222,77**	**26.742.645,34**	**8.643.517,93**	**27.195.350,18**
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	49.947.240,72	1.497.999.738,79	1.464.465.239,43	83.481.740,08
SUBTOTAL	**49.947.240,72**	**1.497.999.738,79**	**1.464.465.239,43**	**83.481.740,08**
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total:	**248.132.879,33**	**1.843.068.616,28**	**1.651.517.913,40**	**439.683.582,21**

Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI

Relação das Empresas Beneficiadas pelo PROAPI, PROVIN E PROADE com CNPJ e respectivos valores.

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROAPI

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
BERMAS MARACANAU INDUSTRIA E COMERCIO DE COURO	08.386.287/0001-41	06.270.923-2	3.301.852,57	0,00	23.640.052,86	**26.941.905,43**
CALCADOS KASCHELI DO NORDESTE LTDA	01.870.243/0001-43	06.989.505-8	0,00	1.174.778,34	0,00	**1.174.778,34**
CALCADOS SENADOR POMPEU LTDA	04.358.307/0001-10	06.314.959-1	22.603,13	0,00	193.215,27	**215.818,40**
CANINDE CALCADOS LTDA	00.765.760/0001-90	06.960.088-0	0,00	9.321.604,25	0,00	**9.321.604,25**
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0003-19	06.948.668-9	127.964,93	0,00	908.193,67	**1.036.158,60**
DEMOCRATA CALCADOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA	52.241.635/0019-03	06.995.058-0	333.380,42	0,00	2.585.691,17	**2.919.071,59**
GRENDENE S/A	89.850.341/0001-60	06.916.113-5	2.511.319,93	0,00	21.467.160,89	**23.978.480,82**
H BETTARELLO CURTIDORA E CALCADOS LTDA	47.953.526/0002-30	06.987.346-1	580,98	0,00	3.875,98	**4.456,96**
JBS S/A	02.916.265/0217-52	06.264.234-0	13.820.024,26	4.338.091,79	98.896.195,12	**117.054.311,17**
ORQUIDEA NORDESTE LTDA	02.902.818/0002-06	06.313.823-9	0,00	1.205,12	0,00	**1.205,12**
PAQUETA CALCADOS LTDA.	01.098.983/0005-37	06.293.061-3	2.441.978,50	0,00	20.054.851,83	**22.496.830,33**
PE DE FERRO NORDESTE LTDA	02.469.730/0001-61	06.265.256-7	0,00	603.870,25	0,00	**603.870,25**
		Total Geral	**22.559.704,72**	**15.439.549,75**	**167.749.236,79**	**205.748.491,26**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
AARON INDUSTRIA DE ROTULOS E ETIQUETAS ADESIVAS LTDA	03.884.180/0001-00	06.304.353-0	897.104,36	0,00	2.444.315,38	**3.341.419,74**
ADEL COCO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	10.567.693/0001-52	06.377.505-0	1.925.926,73	0,00	7.024.860,66	**8.950.787,39**
AGATEK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	07.157.605/0001-30	06.138.039-3	185.771,38	0,00	950.379,71	**1.136.151,09**
AGROINDUSTRIAL DEMETER LTDA	06.698.853/0003-97	06.362.815-5	0,00	41.312,81	0,00	**41.312,81**
AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S/A	05.373.212/0009-95	06.198.201-6	2.374.713,27	0,00	6.204.352,73	**8.579.066,00**
AGUIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	04.611.905/0001-59	06.314.875-7	28.156,66	0,00	102.046,55	**130.203,21**
ALLIANCE QUÍMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	14.980.121/0001-51	06.611.395-4	14.624,26	0,00	43.472,40	**58.096,66**
ALUMINIO LUZIE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	01.483.689/0002-04	06.982.803-2	289.747,12	0,00	775.692,09	**1.065.439,21**
AMAZON TEMPER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS TEMPERADOS LTDA	09.177.724/0001-80	06.355.290-6	81.787,28	0,00	218.354,70	**300.141,98**
AMBEV S.A. - FILIAL AQUIRAZ	07.526.557/0008-86	06.315.393-9	64.829.739,56	0,00	175.592.485,63	**240.422.225,19**
AMPLIATTO INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	20.250.243/0001-95	06.379.193-5	35.274,85	3.983,19	286.036,00	**325.294,04**
ANIGER CALÇADOS SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	94.316.999/0009-83	06.695.441-0	973.962,32	0,00	82.802.157,81	**83.776.120,13**
ARCELORMITTAL BRASIL S/A	17.469.701/0072-60	06.177.313-1	935.440,57	0,00	2.375.000,73	**3.310.441,30**
ARGAMASSAS COLAMIX EIRELI	21.499.024/0001-07	06.433.597-6	575.777,46	0,00	1.650.391,17	**2.226.168,63**
ASFALTOS NORDESTE LTDA	01.791.741/0001-09	06.988.652-0	683.165,10	0,00	1.848.135,85	**2.531.300,95**
ATIVA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	09.487.770/0001-85	06.361.148-1	25.728,54	0,00	67.310,68	**93.039,22**
AVCO POLÍMEROS DO BRASIL S.A.	13.923.945/0001-27	06.568.733-7	312.464,91	0,00	816.076,73	**1.128.541,64**
BAKOF INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBERGLASS LTDA	91.967.067/0003-17	06.725.416-0	299.478,53	0,00	958.107,01	**1.257.585,54**
BANDEIRA INDÚSTRIA DE ALUMÍNIO LTDA	09.643.536/0001-08	06.369.944-3	19.644,26	791,90	1.759.644,21	**1.780.080,37**
BEATRIZ TEXTIL S/A	23.464.852/0001-35	06.887.780-3	214.740,45	0,00	595.890,44	**810.630,89**
BECOPEL BENEFICIAMENTO DE COUROS E PELES LTDA	08.927.217/0001-53	06.213.278-4	0,00	75.255,16	0,00	**75.255,16**
BEPLAST NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	02.313.082/0001-50	06.997.773-9	56.547,37	0,00	143.464,69	**200.012,06**
BERACA SABARA QUIMICOS E INGREDIENTES LTDA	12.884.672/0003-58	06.902.917-2	135.117,36	0,00	334.541,37	**469.658,73**
BHS NORD LTDA	02.957.781/0001-32	06.276.301-6	0,00	355.543,02	0,00	**355.543,02**
BIOQUIMICA INDUSTRIAL LTDA	01.411.096/0001-43	06.978.039-0	0,00	32.945,28	0,00	**32.945,28**
BONEBRAS IND COM IMP EXP DE BONES	00.253.018/0001-03	06.898.323-9	0,00	108.364,18	0,00	**108.364,18**
BRANYL INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL DO CEARÁ LTDA	20.385.401/0001-14	06.337.614-8	313.470,74	0,00	7.739.602,31	**8.053.073,05**
BRASIL KIRIN BEBIDAS LTDA	02.864.417/0018-76	06.201.571-0	1.761.166,30	0,00	29.936.342,72	**31.697.509,02**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
BUNDY REFRIGERAÇÃO BRASIL INDÚSTRIA	08.320.017/0006-42	06.557.908-9	181.236,91	0,00	485.895,86	**667.132,77**
C & L INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	02.005.599/0001-81	06.990.530-4	854.351,48	0,00	2.322.410,17	**3.176.761,65**
C P N CHAPAS PERFURADAS DO NORDESTE LTDA	02.535.927/0001-51	06.267.882-5	325.006,16	0,00	867.410,25	**1.192.416,41**
CALCADOS SENADOR POMPEU LTDA	04.358.307/0001-10	06.314.959-1	75.335,75	0,00	676.621,50	**751.957,25**
CALCADOS VIA FASHION LTDA	04.503.776/0001-85	06.313.650-3	47.273,75	0,00	383.598,43	**430.872,18**
CAMERINO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	07.487.381/0001-24	06.200.974-5	0,00	5.400,29	0,00	**5.400,29**
CAPIVARA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	63.401.137/0001-78	06.864.548-1	0,00	44.351,57	0,00	**44.351,57**
CARBOMIL QUIMICA S/A	07.645.062/0001-08	06.036.482-3	0,00	1.652.299,06	0,00	**1.652.299,06**
CARIRI ARGAMASSAS EIRELI	22.428.398/0001-02	06.458.925-0	155.029,97	0,00	446.809,96	**601.839,93**
CARIRI INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA	11.801.784/0001-73	06.083.715-2	0,00	361.834,27	0,00	**361.834,27**
CARROPEL CARR0CERIAS PERY INDUSTRIA, COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	73.554.537/0002-58	06.604.221-6	152.396,34	0,00	411.760,96	**564.157,30**
CARTOGRAF-EMBALAGENS E SERV GRAF LT	00.513.938/0001-05	06.951.083-0	0,00	39.322,29	0,00	**39.322,29**
CATATAU ACO LTDA	04.191.295/0002-62	06.584.266-9	14.442,21	0,00	43.261,52	**57.703,73**
CBL ALIMENTOS S/A	10.483.444/0002-60	06.871.946-9	1.150.602,45	0,00	20.002.615,04	**21.153.217,49**
CBL COLCHOES BRASILEIRO LEITE LTDA	11.184.543/0001-22	06.395.388-9	557.826,99	2.183.041,49	1.393.701,46	**4.134.569,94**
CEARA EMBALAGENS IND E COM LTDA	02.223.161/0001-70	06.995.422-4	0,00	19.445,69	0,00	**19.445,69**
CERAMICA BRASILEIRA CERBRAS LTDA	35.029.057/0001-06	06.878.979-3	12.427.658,14	0,00	33.715.968,27	**46.143.626,41**
CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A	19.900.000/0019-03	06.973.440-2	13.277.756,35	0,00	35.434.838,14	**48.712.594,49**
CESDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA	00.153.282/0001-67	06.963.189-1	5.060.164,37	0,00	13.894.027,48	**18.954.191,85**
CGTF CENTRAL GERADORA TERMELETRICA FORTALEZA S/A	04.659.917/0001-53	06.666.801-8	1.098.664,59	0,00	92.685.372,18	**93.784.036,77**
CHRIS BERTHON LINGERIE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.274.697/0001-14	06.996.823-3	4.328,74	129.804,37	10.682,20	**144.815,31**
CIA BRASILEIRA DE MODA	07.206.741/0001-72	06.110.084-6	0,00	6.004.624,06	0,00	**6.004.624,06**
CIA DE FIACAO E TECIDOS ERNESTO DEO	07.210.156/0002-27	06.321.816-0	0,00	521.262,48	0,00	**521.262,48**
CIA INDUSTRIAL BRASILEIRA DE ALIMEN	07.998.164/0001-07	06.800.880-5	0,00	30.350,17	0,00	**30.350,17**
CIA METALIC NORDESTE	01.183.070/0001-95	06.977.499-4	150.152,21	0,00	12.968.147,94	**13.118.300,15**
CIGEL INDUSTRIAL LTDA	03.773.027/0001-05	06.299.907-9	533.669,57	0,00	1.458.323,11	**1.991.992,68**
CIGRAMA CIA INDUL DE GRA E MARMORES	23.464.530/0001-96	06.092.711-9	0,00	135.395,23	0,00	**135.395,23**
CNV COMPANHIA NACIONAL DO VESTUARIA	06.571.822/0001-09	06.825.221-8	0,00	532.799,75	0,00	**532.799,75**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
COBAP COMERCIO E BENEFICIAMENTO DE ARTEFATOS DE PAPEL LTDA	07.329.386/0001-29	06.095.443-4	2.297.550,54	0,00	6.051.302,82	**8.348.853,36**
COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM	09.325.874/0001-93	06.372.418-9	180.933,86	17.173,30	449.178,57	**647.285,73**
COMPANHIA ELETROCERAMICA DO NORDESTE CELENE	07.271.307/0001-76	06.804.251-5	149.024,61	0,00	401.241,52	**550.266,13**
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0002-70	06.385.676-0	3.694.857,81	0,00	9.800.869,44	**13.495.727,25**
CONFECCAO S JOAQUIM DE JACAREI LTDA	73.131.427/0001-00	06.986.787-9	0,00	1.391.856,35	0,00	**1.391.856,35**
CONFECCOES FINAS S/A - COFISA	07.188.055/0001-16	06.142.002-6	0,00	36.040,31	0,00	**36.040,31**
CONTINENTAL ELECTRIC IMP EXP IND	00.880.040/0001-75	06.962.713-4	0,00	132.793,19	0,00	**132.793,19**
COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DE MARANGUAPE LTDA	07.634.785/0001-01	06.115.186-6	658.893,78	0,00	1.808.073,13	**2.466.966,91**
COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE ALGODÃO E ALIMENTOS LTDA	07.039.472/0001-05	06.150.969-8	294.663,52	0,00	766.107,73	**1.060.771,25**
COOPERSHOES COOPERATIVA DE TRABALHO E INDUSTRIA DE CALÇADOS JOANETENSE	02.675.611/0007-50	06.424.223-4	14.209,85	0,00	1.404.661,77	**1.418.871,62**
COTECE S/A	06.054.647/0001-82	06.840.757-2	97.997,66	0,00	8.307.749,53	**8.405.747,19**
CTB-COMPANHIA TÊXTIL DO BRASIL EIRELI	12.877.146/0001-07	06.617.994-7	14.890,84	0,00	1.372.511,44	**1.387.402,28**
D R LING INDUSTRIA E COMERCIO S/A	00.119.633/0001-13	06.958.971-2	8.213.822,42	0,00	20.911.503,91	**29.125.326,33**
DAISA INDUSTRIAL LTDA	10.193.957/0001-55	06.369.946-0	8.405,52	12.630,28	687.385,40	**708.421,20**
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0001-57	06.264.013-5	458.909,49	0,00	41.066.063,80	**41.524.973,29**
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0003-19	06.948.668-9	311.953,09	0,00	27.838.212,04	**28.150.165,13**
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0002-38	06.987.373-9	257.156,71	0,00	22.953.808,21	**23.210.964,92**
DAKOTA NORDESTE S/A FILIAL 4	00.465.813/0005-80	06.195.910-3	117.591,20	0,00	10.521.407,83	**10.638.999,03**
DALKA DO BRASIL LTDA.	04.120.719/0010-08	06.620.320-1	408.097,97	348.438,08	1.024.073,36	**1.780.609,41**
DANCOR S/A IND MECANICA (FILIAL)	33.561.853/0005-85	06.263.941-2	457.952,81	0,00	1.239.710,46	**1.697.663,27**
DANONE LTDA	23.643.315/0098-85	06.978.628-3	2.853.177,24	0,00	22.965.092,27	**25.818.269,51**
DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A	01.287.588/0002-50	06.280.596-7	373.291,38	0,00	31.440.673,56	**31.813.964,94**
DELFA INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS DO VESTUARIO LTDA	06.037.585/0001-09	06.687.030-5	7.435,58	0,00	735.846,54	**743.282,12**
DELTA INDUSTRIA E COMERCIO DE GIZ LTDA	01.280.018/0001-57	06.978.095-1	511.313,44	0,00	1.341.599,59	**1.852.913,03**
DELTA INDUSTRIAL VEICULOS ALTERNATIVOS LTDA	03.482.520/0001-76	06.288.675-4	0,00	9.767,90	0,00	**9.767,90**
DEMOCRATA CALCADOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA	52.241.635/0021-28	06.189.125-8	302.779,62	0,00	27.252.006,24	**27.554.785,86**
DEMOCRATA CALCADOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA	52.241.635/0020-47	06.209.039-9	9.727,23	0,00	357.282,29	**367.009,52**
DESTAK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	07.169.369/0005-03	06.391.879-0	0,00	2.496,93	0,00	**2.496,93**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
DICOCO AGROINDUSTRIAL LTDA	05.635.589/0001-18	06.682.346-3	217.175,00	0,00	613.884,01	**831.059,01**
DILLY NORDESTE INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	15.836.348/0001-90	06.707.590-8	5.857,39	0,00	579.663,54	**585.520,93**
DOAL PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	71.619.928/0002-88	06.383.712-9	317.422,09	0,00	850.192,62	**1.167.614,71**
DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S/A	56.992.951/0005-72	06.185.163-9	2.917.836,34	0,00	10.516.272,70	**13.434.109,04**
DUCOCO PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A	09.426.032/0001-28	06.822.452-4	133.029,75	0,00	386.384,07	**519.413,82**
DURAMETAL LTDA	07.041.007/0001-09	06.011.003-1	3.837.643,98	0,00	10.385.823,06	**14.223.467,04**
DUVALE INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA	07.379.558/0001-79	06.181.127-0	0,00	17.705,46	0,00	**17.705,46**
EBESA EMPRESA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS S/A	23.560.717/0001-93	06.915.895-9	14.728,64	0,00	38.381,96	**53.110,60**
ELETRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDIDORES ELETRICOS LTDA	12.115.480/0001-15	06.412.814-8	10.932.262,54	0,00	29.888.617,08	**40.820.879,62**
EMBALAGENS CEARA LTDA	01.788.591/0002-57	06.318.547-4	17.625,50	0,00	52.836,75	**70.462,25**
EMBORNORD EMP DE BORD DO NORD LTDA	74.103.292/0001-24	06.913.998-9	0,00	4.814,60	0,00	**4.814,60**
EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S/A	07.604.556/0006-40	06.001.876-3	369.287,37	0,00	1.095.508,01	**1.464.795,38**
ERCOPOL NORDESTE COMERCIAL & INDUSTRIAL LTDA	04.142.052/0001-53	06.303.593-6	0,00	56.262,52	0,00	**56.262,52**
ESMALTEC S/A	02.948.030/0002-30	06.305.053-6	6.511.949,69	0,00	110.990.235,84	**117.502.185,53**
ETIQUETAS DO NORDESTE LTDA	41.301.391/0001-61	06.895.994-0	0,00	44.902,36	0,00	**44.902,36**
EUROFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA	01.918.378/0001-31	06.989.138-9	2.865.251,71	0,00	7.703.302,80	**10.568.554,51**
EVA BRASIL INDUSTRIA DE COMPONENTES E CALÇADOS LTDA	08.397.578/0001-35	06.212.070-0	918.567,16	0,00	2.496.152,61	**3.414.719,77**
EVAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE BORRACHA E PLASTICOS LTD	04.665.587/0001-09	06.665.024-0	10.107,39	0,00	75.887,95	**85.995,34**
EVER GREEN DO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	11.586.009/0001-42	06.393.474-4	226.343,31	0,00	616.465,74	**842.809,05**
F MILERIO CONFECCOES LTDA	63.458.624/0001-77	06.885.675-0	0,00	500.709,61	0,00	**500.709,61**
FACEPA FABRICA PAPEL AMAZONIA S/A	04.909.479/0005-68	06.982.620-0	1.480.138,92	0,00	4.440.353,58	**5.920.492,50**
FAE FERRAGENS E INDUSTRIA DE HIDRÔMETROS S/A	07.281.413/0001-30	06.109.160-0	854.875,88	157.593,55	2.155.715,28	**3.168.184,71**
FARMACE-INDUSTRIA QUIMICO FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	06.628.333/0001-46	06.848.007-5	9.754.410,04	0,00	25.995.972,76	**35.750.382,80**
FEEL COLOR INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA	11.510.135/0001-13	06.578.026-4	0,00	1.797,69	0,00	**1.797,69**
FIBRAVESTE S/A - INDUSTRIA TEXTIL	06.893.119/0001-17	06.003.604-4	0,00	604.198,16	0,00	**604.198,16**
FILATI INDUSTRIA DE MALHAS S/A	08.823.011/0001-83	06.208.218-3	11.924,28	0,00	33.352,17	**45.276,45**
FILIPPSEN COMPONENTES PARA CALCADOS NORDESTE LTDA	09.645.311/0001-82	06.364.720-6	0,00	30.860,48	0,00	**30.860,48**
FITAS ELÁSTICAS ESTRELAS DO NORDESTE LTDA	11.283.192/0001-07	06.393.029-3	52.095,29	0,00	4.699.351,15	**4.751.446,44**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
FIVELTEC INDUSTRIA DE METAIS LTDA	00.601.672/0003-14	06.731.207-1	2.825,60	0,00	7.810,65	**10.636,25**
FLOEMA INDUSTRIA DE PRODUTOS NATURAIS LTDA	69.366.433/0001-61	06.953.599-0	204.075,96	0,00	564.318,69	**768.394,65**
FORTEX INDUSTRIA QUIMICA LTDA	35.092.238/0001-79	06.858.131-9	1.028.168,01	0,00	2.801.561,10	**3.829.729,11**
FRANCE INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA	01.056.854/0001-52	06.969.137-1	0,00	198.397,19	0,00	**198.397,19**
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	49.324.221/0008-80	06.843.694-7	1.562.050,82	0,00	26.553.163,45	**28.115.214,27**
FRESNOMAQ INDUSTRIA DE MÁQUINAS S/A	06.337.280/0003-76	06.415.162-0	79.147,53	0,00	200.506,70	**279.654,23**
FRUT NAT AGRO INDUSTRIA E COM LTDA	00.075.874/0001-08	06.934.058-7	0,00	7.115,14	0,00	**7.115,14**
FRUTAGRO FRUTAS AGRO-INDUSTRIAL LTDA	00.733.992/0001-66	06.983.102-5	0,00	30.241,50	0,00	**30.241,50**
FUJITA GRANITOS S/A	35.028.539/0001-33	06.868.475-4	0,00	135.342,57	0,00	**135.342,57**
GERDAU ACOS LONGOS S/A	07.358.761/0013-00	06.844.703-5	3.372.697,31	0,00	10.118.091,86	**13.490.789,17**
GIASSETTI ENGENHARIA E CONSTR LTDA	47.506.597/0004-57	06.921.625-8	0,00	79.948,80	0,00	**79.948,80**
GLOBALPACK DO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.385.898/0003-50	06.567.917-2	874.340,03	0,00	2.367.484,79	**3.241.824,82**
GRANDE MOINHO CEARENSE S/A	07.199.805/0001-55	06.102.281-0	553.995,82	0,00	50.811.191,18	**51.365.187,00**
GRANISTONE S/A	35.034.537/0001-57	06.914.361-7	58.559,36	0,00	162.745,81	**221.305,17**
GREIF EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA	59.320.820/0004-56	06.206.548-3	982.565,05	0,00	3.606.928,61	**4.589.493,66**
GRENDENE S/A	89.850.341/0014-84	06.910.514-6	33.393,11	0,00	3.304.675,17	**3.338.068,28**
GRENDENE S/A	89.850.341/0001-60	06.916.113-5	133.127,58	0,00	13.174.676,96	**13.307.804,54**
GRENDENE S/A	89.850.341/0016-46	06.973.678-2	15.787,76	0,00	1.562.401,11	**1.578.188,87**
GUARARAPES CONFECCOES S/A	08.402.943/0014-77	06.820.942-8	15.563,47	0,00	1.540.204,45	**1.555.767,92**
GVS SPORT NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	14.947.696/0001-72	06.610.559-5	814.251,71	0,00	4.172.369,46	**4.986.621,17**
H BETTARELLO CURTIDORA E CALCADOS LTDA	47.953.526/0006-64	06.274.227-2	14.354,82	0,00	1.075.161,94	**1.089.516,76**
HACO ETIQUETAS DO NORDESTE LTDA	02.179.938/0001-46	06.995.348-1	526.833,45	0,00	3.443.749,95	**3.970.583,40**
HIDROTINTAS INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	05.477.054/0001-66	06.822.972-0	236.449,73	0,00	656.169,93	**892.619,66**
HNR NORDESTE COMPONENTES INDUSTRIAIS LTDA	07.580.546/0001-08	06.186.746-2	0,00	279.938,28	0,00	**279.938,28**
HOPE DO NORDESTE LTDA	03.007.414/0001-30	06.277.072-1	248.267,83	0,00	22.536.501,96	**22.784.769,79**
HYDROSTEC TUBOS E EQUIPAMENTOS LTDA	12.066.286/0001-97	06.373.228-9	2.633.307,89	0,00	7.447.492,06	**10.080.799,95**
IBEL INDUSTRIA DE BORRACHA EVA LTDA	01.632.154/0001-69	06.982.152-6	1.180.015,95	0,00	3.214.351,63	**4.394.367,58**
IBEVA - IND BARBALHENSE DE EVA LTDA	63.489.652/0001-51	06.870.553-0	0,00	174.674,95	0,00	**174.674,95**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
IBK INDUSTRIA DE BORRACHA E CALCADOS KAIANA LTDA	01.752.556/0001-05	06.985.470-0	493.215,32	0,00	1.336.283,73	**1.829.499,05**
IDECAL INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	07.276.332/0001-42	06.191.151-8	39.063,62	0,00	106.053,18	**145.116,80**
ILPEA DO BRASIL LTDA	02.547.509/0005-08	06.504.897-0	291.028,89	0,00	801.957,28	**1.092.986,17**
INBAT INDUSTRIA DE BOTOES LTDA	01.755.870/0001-33	06.985.918-3	414.500,44	0,00	1.116.992,44	**1.531.492,88**
INBOP INDUSTRIA DE BORRACHA E POLIMEROS LTDA	02.939.384/0001-38	06.280.520-7	41.189,80	0,00	684.203,64	**725.393,44**
INCA INDUSTRIA DE CALCADOS CARIRI L	07.471.821/0001-55	06.183.584-6	0,00	2.310,82	0,00	**2.310,82**
INCAR INDUSTRIA DE CALCADOS E RECICLAGEM LTDA	05.230.447/0001-70	06.674.969-7	0,00	14.701,02	0,00	**14.701,02**
INCOEX INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA	02.258.550/0001-30	06.998.611-8	0,00	39.744,77	0,00	**39.744,77**
INCOLIMP INDUSTRIAL E COMERCIAL DE PRODUTOS DE LIMPEZA E ALIMENTOS LTD	05.784.458/0001-00	06.683.032-0	0,00	19.404,91	0,00	**19.404,91**
INCOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS E LOGISTICA LTDA	06.176.339/0001-20	06.696.235-8	938.566,60	0,00	2.504.084,25	**3.442.650,85**
INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA	00.048.785/0028-92	06.566.459-0	104.460,65	0,00	9.827.823,73	**9.932.284,38**
INDUSTRIA BRASILEIRA DE ARTEFATOS PLASTICOS S/A-IBAP	07.367.055/0001-83	06.820.475-2	0,00	1.019.545,99	0,00	**1.019.545,99**
INDUSTRIA DE BEBIDAS ASA BRANCA LTDA	11.354.086/0001-77	06.412.094-5	16.143,30	0,00	47.921,45	**64.064,75**
INDUSTRIA DE CAFE OJUARA LTDA	41.553.769/0001-14	06.873.787-4	167.133,49	0,00	453.387,18	**620.520,67**
INDUSTRIA DE CALCADOS BALLINA LTDA	10.911.860/0001-30	06.392.386-6	2.860,86	0,00	240.274,88	**243.135,74**
INDUSTRIA DE CALCADOS VIA BEACH LTDA	05.098.354/0001-34	06.667.432-8	20.808,44	3.836,08	894.733,65	**919.378,17**
INDUSTRIA DE POSTES INDASUL LTDA	03.791.069/0002-50	06.201.753-5	0,00	60.463,64	0,00	**60.463,64**
INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO NORDESTE LTDA	02.191.904/0001-77	06.265.931-6	0,00	296.511,21	0,00	**296.511,21**
INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS HORIZONTE LTDA	00.306.229/0001-59	06.979.875-3	0,00	92.646,52	0,00	**92.646,52**
INDUSTRIA TEXTIL ITAJAI DO NORDESTE LTDA	02.135.560/0001-89	06.993.902-0	0,00	139.895,70	0,00	**139.895,70**
INDUSTRIAS REUNIDAS DE MOVEIS DO NORDESTE LTDA	02.224.846/0002-11	06.696.822-4	281.840,08	171.286,56	2.187.068,53	**2.640.195,17**
INDUSTRIAS REUNIDAS M NORDESTE LTDA	02.224.846/0001-30	06.263.823-8	449.016,60	437.976,65	3.464.813,91	**4.351.807,16**
INDUVALE INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	09.596.200/0001-23	06.367.616-8	49.648,39	144.978,62	125.647,04	**320.274,05**
INGRA INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	05.307.123/0001-93	06.676.673-7	36.069,55	0,00	300.686,12	**336.755,67**
ISOFARMA INDUSTRIAL FARMACEUTICA LTDA	02.281.006/0001-00	06.997.195-1	4.448.566,37	0,00	22.727.294,68	**27.175.861,05**
ISOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	72.273.436/0001-65	06.906.559-4	34.839,49	0,00	104.479,20	**139.318,69**
ITAITINGA INDUSTRIA DE AUTO PECAS LTDA	07.333.733/0001-97	06.180.964-0	0,00	41.654,62	0,00	**41.654,62**
ITAUEIRA AGROPECUARIA S/A	07.231.103/0014-26	06.380.308-9	92.712,57	0,00	255.277,82	**347.990,39**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
IVT INDUSTRIA DE VIDROS TEMPERADOS LTDA	07.961.142/0001-64	06.357.307-5	17.089,25	0,00	82.941,17	**100.030,42**
J L MAUS & CIA LTDA	02.724.729/0001-36	06.270.663-2	23.355,44	0,00	190.113,85	**213.469,29**
J LIMA CONFECCAO INDUSTRIAL LTDA	63.556.575/0001-05	06.893.392-4	0,00	477.351,35	0,00	**477.351,35**
J M ZANATTA E CIA LTDA	92.366.442/0003-36	06.669.889-8	271.249,66	0,00	731.244,50	**1.002.494,16**
J MACEDO S/A	14.998.371/0024-05	06.104.063-0	930.738,62	0,00	37.336.908,62	**38.267.647,24**
JAGUATEXTIL JAGUARUANA TEXTIL LTDA	63.302.376/0001-70	06.879.733-8	37.249,14	0,00	3.353.504,96	**3.390.754,10**
JB JEANS DO BRASIL LTDA	01.368.855/0001-32	06.975.641-4	350.122,29	0,00	968.384,24	**1.318.506,53**
JELLY INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	97.348.890/0001-69	06.920.579-5	0,00	1.258,71	0,00	**1.258,71**
JUOZAS S/A INDUSTRIA TEXTIL	06.630.941/0001-95	06.832.108-2	0,00	3.397.894,28	0,00	**3.397.894,28**
KAOPIPE-CONSULTORIA IND E CO	00.206.065/0001-98	06.939.349-4	0,00	266.800,08	0,00	**266.800,08**
KILLING CEARA TINTAS ADESIVOS LTDA	01.939.787/0001-14	06.989.249-0	41.105,60	0,00	103.293,03	**144.398,63**
KINCCAL-KAIANA INDUSTRIA DE COMPONENTES E CALÇADOS LTDA	04.396.417/0001-76	06.312.739-3	29.525,04	0,00	243.102,81	**272.627,85**
KING PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.198.119/0001-71	06.306.660-2	15.249,96	0,00	245.299,91	**260.549,87**
L & P COMERCIO E INDUSTRIA DE FRUTAS LTDA	10.267.323/0001-08	06.366.431-3	457.140,55	0,00	1.248.143,96	**1.705.284,51**
LAM CONFECCOES S/A	23.505.233/0001-41	06.894.340-7	0,00	564.412,30	0,00	**564.412,30**
LERMA NORDESTE IND E COMERCIO LTDA	03.264.899/0001-48	06.283.164-0	0,00	385.534,79	0,00	**385.534,79**
LEY INDUSTRIA DE COLCHOES LTDA	18.363.125/0001-41	06.526.526-2	365.586,29	0,00	998.277,74	**1.363.864,03**
LIKO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	02.014.328/0001-92	06.990.628-9	232.311,11	0,00	644.754,97	**877.066,08**
LINGERIE ROYALE S/A	06.083.737/0001-00	06.845.055-9	0,00	336.859,14	0,00	**336.859,14**
LIZ ELECTRIC INDUSTRIAL LTDA	10.674.531/0001-13	06.375.464-9	21.516,45	0,00	102.891,21	**124.407,66**
LUNELLI TEXTIL NORDESTE LTDA.	10.220.089/0001-55	06.374.606-9	295.918,26	0,00	26.967.834,32	**27.263.752,58**
M DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	06.102.615-8	639.277,66	0,00	58.862.484,42	**59.501.762,08**
M DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0024-01	06.864.554-6	926.818,91	0,00	85.408.938,21	**86.335.757,12**
M DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0028-35	06.983.867-4	6.390.334,40	0,00	19.013.534,43	**25.403.868,83**
MADRESSILVA IMPORTAÇÕES, INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA	73.584.245/0001-87	06.884.496-4	79.377,40	0,00	301.157,03	**380.534,43**
MALIBRU AGRO INDÚSTRIA, DISTRIBUIÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A	02.974.336/0004-23	06.588.849-9	315.013,63	0,00	793.625,88	**1.108.639,51**
MALWEE MALHAS LTDA	84.429.737/0003-86	06.396.022-2	99.492,61	0,00	8.940.174,14	**9.039.666,75**
MARIA DALME DA SILVA	02.068.743/0001-29	06.992.774-0	250.250,87	8.293,66	669.991,38	**928.535,91**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
MARINHO TEXTIL LTDA	02.211.610/0001-60	06.286.954-0	43.859,75	59.388,83	111.660,24	**214.908,82**
MARISOL VESTUARIO S.A. - FILIAL	02.045.487/0009-01	06.998.043-8	17.548,99	0,00	1.734.739,56	**1.752.288,55**
MARTEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	08.175.053/0001-55	06.197.411-0	623.999,63	0,00	1.775.404,02	**2.399.403,65**
MASSA FALIDA FRANCO CONFECCOES LTDA	07.186.273/0001-11	06.138.593-0	0,00	22.604,44	0,00	**22.604,44**
MASSA FALIDA VILEJACK INDUSTRIAL S	07.190.283/0001-20	06.138.447-0	0,00	2.363.854,60	0,00	**2.363.854,60**
MDM-MODULADOS DANILO MARQUES,MARMOR	35.085.257/0001-78	06.864.479-5	0,00	3.384,43	0,00	**3.384,43**
MECANICA INDUSTRIAL ORION LTDA	63.291.900/0001-55	06.097.099-5	0,00	54.985,11	0,00	**54.985,11**
MECESA EMBALAGENS S/A	04.794.651/0001-51	06.318.956-9	1.125.788,47	313.611,07	2.972.170,39	**4.411.569,93**
MEDEIROS EMBALAGENS DO NORDEST LTDA	01.733.225/0001-10	06.985.318-5	0,00	461.280,52	0,00	**461.280,52**
METALGRAFICA CEARENSE S/A MECESA	07.203.615/0001-64	06.102.041-9	1.509.637,49	509.951,26	3.814.054,46	**5.833.643,21**
METALMECANICA MAIA LTDA	01.397.886/0001-11	06.976.298-8	3.428.699,92	0,00	9.248.500,51	**12.677.200,43**
MICREL BENFIO TEXTIL LTDA	35.027.945/0001-81	06.089.463-6	87,64	2.993,12	7.114,80	**10.195,56**
MIL MINERIOS INDUSTRIAIS LTDA	02.673.780/0001-66	06.270.024-3	5.510,55	0,00	14.037,81	**19.548,36**
MIX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	09.137.485/0006-49	06.709.249-7	32.210,01	0,00	83.633,78	**115.843,79**
MOAGEIRA SERRA GRANDE LTDA	07.815.640/0001-07	06.322.067-9	681.307,65	0,00	1.876.402,75	**2.557.710,40**
MOB-RAIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS S/A	22.568.532/0001-62	06.399.274-4	436,95	0,00	1.308,40	**1.745,35**
MOVEIS ATLANTIDA LTDA	09.441.940/0001-90	06.831.759-0	0,00	49.695,24	0,00	**49.695,24**
MOVENORD - MOVEIS DO NORDESTE LTDA	05.111.625/0001-44	06.681.404-9	601.221,43	0,00	1.614.946,71	**2.216.168,14**
MULTICOR - INDUSTRIA TEXTIL LTDA	02.656.686/0001-07	06.269.677-7	55.384,18	0,00	4.917.522,03	**4.972.906,21**
MULTIMALHAS INDUSTRIAL LTDA	11.826.237/0001-42	06.028.588-5	0,00	317.126,06	0,00	**317.126,06**
MUNDICA PAULA S/A CONFECCOES	05.219.340/0001-21	06.815.499-2	0,00	245.614,03	0,00	**245.614,03**
NACIONAL ARCO-IRIS INDUSTRIA E COMERCIO TINTAS LTDA	09.320.639/0002-00	06.366.107-1	1.538.347,22	0,00	4.178.412,06	**5.716.759,28**
NATURAL WAX INDUSTRIA DE CERA LTDA	07.194.824/0001-99	06.180.936-5	390.568,11	0,00	1.040.813,57	**1.431.381,68**
NEORUBBER INDUSTRIA DE SANDALIAS LTDA	11.909.814/0004-02	06.526.601-3	128.813,38	0,00	515.059,87	**643.873,25**
NEW FORM - INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES TÊXTIL LTDA	12.051.456/0001-60	06.407.682-2	100.243,41	0,00	264.610,50	**364.853,91**
NEW PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	20.593.185/0001-00	06.354.724-4	214.031,87	0,00	632.302,40	**846.334,27**
NEW WAY INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA	02.662.887/0001-09	06.272.898-9	53.675,98	0,00	148.177,67	**201.853,65**
NEWPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA	01.570.311/0001-59	06.980.967-4	0,00	143.096,05	0,00	**143.096,05**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
NOPERFIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP	10.741.756/0001-45	06.378.587-0	7.744,48	0,00	20.999,06	**28.743,54**
NORDESTE DIGITAL LINE S/A	01.247.965/0001-46	06.265.123-4	0,00	37.276,15	0,00	**37.276,15**
NORDESTE INDUSTRIA DE EMBALAGENS E RECICLAGEM LTDA	11.714.227/0001-15	06.700.700-7	0,00	13.244,84	0,00	**13.244,84**
NORSA REFRIGERANTES S/A	07.196.033/0021-41	06.003.667-2	25.809.809,72	0,00	92.790.197,98	**118.600.007,70**
NORTEC INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	21.098.008/0001-02	06.353.663-3	16.209,15	0,00	44.565,08	**60.774,23**
NOSSA FRUTA BRASIL INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	10.417.944/0001-12	06.384.088-0	575.964,68	0,00	3.533.049,95	**4.109.014,63**
NOVA FIACAO INDUSTRIA TEXTIL LTDA	18.067.083/0001-00	06.512.989-0	1.966,28	0,00	133.896,79	**135.863,07**
NSG IND EMB N SRA DAS GRACAS LTDA	35.094.069/0001-06	06.856.809-6	0,00	156.763,79	0,00	**156.763,79**
NUFARM INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S/A	07.467.822/0001-26	06.109.046-8	8.567.341,91	0,00	23.142.777,46	**31.710.119,37**
NUTRIMED INDUSTRIAL LTDA	72.563.158/0001-80	06.926.103-2	349.367,96	0,00	917.659,45	**1.267.027,41**
NYELLE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	03.950.812/0001-96	06.302.604-0	0,00	600.269,96	0,00	**600.269,96**
O C S MINERACAO EMPREENDIMENTOS LTDA	07.323.439/0001-02	06.112.386-2	57.274,51	529.229,86	271.020,76	**857.525,13**
OKYTA MINERACAO LTDA	09.140.853/0001-01	06.354.980-8	143.321,82	0,00	366.063,93	**509.385,75**
OSASUNA PARTICIPACOES LTDA	03.941.904/0001-00	06.698.640-0	525.359,12	0,00	40.010.703,39	**40.536.062,51**
PACEL-PAPEL CARTAO EMBALAGENS LTDA	01.397.485/0001-61	06.315.827-2	528.366,37	0,00	1.497.449,77	**2.025.816,14**
PAEMA EMBALAGENS DO CEARA LTDA	02.500.041/0001-72	06.266.017-9	868.678,94	0,00	2.303.963,06	**3.172.642,00**
PAQUETA CALCADOS LTDA.	01.098.983/0007-07	06.690.169-3	487.323,90	0,00	38.111.874,57	**38.599.198,47**
PAQUETA CALCADOS LTDA.	01.098.983/0001-03	06.970.255-1	112.945,74	0,00	9.581.566,78	**9.694.512,52**
PASCHOAL CALVANO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	00.937.107/0001-60	06.966.165-0	0,00	387.810,91	0,00	**387.810,91**
PASSAMANARIA DO NORDESTE SA	07.295.413/0001-90	06.109.123-5	4.108,09	0,00	363.082,35	**367.190,44**
PE DE FERRO NORDESTE LTDA	02.469.730/0001-61	06.265.256-7	0,00	68.626,85	0,00	**68.626,85**
PECEM AGROINDUSTRIAL S/A	06.604.714/0002-76	06.017.804-3	2.496.494,12	0,00	6.726.887,96	**9.223.382,08**
PEMALEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	07.945.652/0001-48	06.152.900-1	33.610,69	0,00	3.022.489,48	**3.056.100,17**
PEREZ CRISMAR LTDA ME	03.538.180/0001-58	06.290.054-4	0,00	172.332,52	0,00	**172.332,52**
PERFIL PERFIS DE ACO LTDA	72.453.236/0001-94	06.910.623-1	0,00	16.714,73	0,00	**16.714,73**
PERFISUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.759.697/0001-04	06.280.540-1	398.577,95	0,00	1.080.721,39	**1.479.299,34**
PERSEU PVC INDUSTRIA LTDA	03.316.935/0001-70	06.285.049-0	461.167,50	0,00	1.225.767,88	**1.686.935,38**
PINUS-PAINEIS INDUSTRIAIS DO NE S/A	07.760.663/0001-53	06.060.612-6	0,00	79.911,98	0,00	**79.911,98**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
PLAST SUTURE DO BRASIL IND, COM E REPRESENTAÇÃO DE FIOS CIRURGICOS LTD	05.937.544/0001-06	06.691.732-8	0,00	31.171,86	0,00	**31.171,86**
PLASTSAN PLASTICOS DO NORDESTE LTDA	04.872.931/0001-30	06.320.274-3	12.567,76	883,91	32.097,52	**45.549,19**
PLASTSPUMA INDUSTRIA COMERCIO LTDA	05.504.945/0001-64	06.676.151-4	47.074,50	1.921.776,09	115.879,18	**2.084.729,77**
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS LTDA	12.340.717/0001-61	06.093.064-0	659.064,37	0,00	1.786.964,23	**2.446.028,60**
POLICLASS INDUSTRIA DE ASSENTOS E ACESSORIOS PARA BANHO LTDA	02.060.568/0001-23	06.992.073-7	344.948,11	0,00	945.386,41	**1.290.334,52**
POLINOR IND DE PLAST DO NORDES LTDA	03.031.826/0001-06	06.277.528-6	0,00	308.075,28	0,00	**308.075,28**
POLYNEWS INDUSTRIA DE LENTES LTDA	00.166.039/0001-83	06.951.134-9	0,00	209.850,62	0,00	**209.850,62**
POLYSPACE INDUSTRIA DE ACESSORIOS PARA CASA E BANHO LTDA.	23.159.702/0001-18	06.472.668-1	29.028,19	0,00	542.544,97	**571.573,16**
PORCELANE S/A	07.390.461/0001-67	06.017.167-7	0,00	38.249,14	0,00	**38.249,14**
PQVIRK INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	03.085.541/0001-58	06.278.578-8	148.839,18	0,00	410.976,54	**559.815,72**
PREMAZON PREMOLDADOS DE CONCRETO LTDA	01.532.081/0002-14	06.321.422-9	321.700,04	0,00	879.977,80	**1.201.677,84**
PROJEART INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA	41.632.928/0001-76	06.911.241-0	1.422.651,05	0,00	7.110.649,83	**8.533.300,88**
PUERI IND E COM DE CONFECCOES S/A	12.215.224/0001-08	06.925.509-1	0,00	528.009,35	0,00	**528.009,35**
PVC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	01.141.531/0001-67	06.970.291-8	122.934,87	0,00	1.010.626,22	**1.133.561,09**
QUIMIL-INDUSTRIA E COMERCIO DE RESINAS, CARGAS MINERAIS E TINTAS LTDA	07.740.790/0001-90	06.385.848-7	360.044,44	0,00	976.831,75	**1.336.876,19**
QUIMIPLAST INDUSTRIA DE FORRO DE PVC LTDA	11.444.580/0001-22	06.412.350-2	173.320,60	0,00	457.396,34	**630.716,94**
R & A INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA	13.345.280/0001-11	06.556.502-9	0,00	693,95	0,00	**693,95**
R M EMBALAGENS E BRINDES LTDA ME	10.746.009/0001-08	06.382.600-3	4.980,30	0,00	13.021,55	**18.001,85**
RANCO EMBALAGENS S/A	07.284.656/0001-22	06.108.749-1	2.062.036,92	0,00	5.617.359,92	**7.679.396,84**
RB CALCADOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	08.845.922/0001-01	06.211.192-2	5.217,94	0,00	479.185,75	**484.403,69**
REDUCTO IND DE CONFECCOES LTDA-EPP	02.590.035/0001-53	06.267.606-7	0,00	27.833,07	0,00	**27.833,07**
REN ULIS IND COM IMP E EXP MAT EXPO	00.203.493/0001-67	06.898.322-0	0,00	5.487,94	0,00	**5.487,94**
RESOL DO BRASIL INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	09.344.349/0001-15	06.359.696-2	0,00	2.457,15	0,00	**2.457,15**
RIGESA DO NORDESTE INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA	00.310.707/0001-02	06.946.310-7	3.042.369,03	0,00	7.706.618,43	**10.748.987,46**
RIO DO PEIXE INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA	08.472.909/0001-54	06.202.064-1	181.152,90	0,00	498.940,27	**680.093,17**
RNS INDUSTRIA DE MODA LTDA	01.879.841/0001-83	06.988.825-6	0,00	8.746,96	0,00	**8.746,96**
ROBERTO LEANDRO DE DEUS - ME	02.642.475/0001-07	06.282.247-0	0,00	17.653,43	0,00	**17.653,43**
ROCHETEC TECNOLOGIA EM ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA	02.696.104/0002-99	06.291.439-1	0,00	37.558,26	0,00	**37.558,26**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
ROMAZI COMERCIO E INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	73.770.273/0001-99	06.913.943-1	172.123,73	0,00	486.298,62	**658.422,35**
RT IND DE EQUIP DE TELECOM LTDA	02.445.210/0001-19	06.265.937-5	0,00	682,46	0,00	**682,46**
RUAH INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	03.875.890/0001-73	06.298.989-8	605.136,53	0,00	2.126.198,87	**2.731.335,40**
RUBBERLOSS INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA	07.861.712/0002-25	06.506.316-3	80.907,31	0,00	221.094,02	**302.001,33**
SABAO JUA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.770.484/0001-09	06.317.641-6	885.602,65	0,00	2.398.623,02	**3.284.225,67**
SAGIAN ACESSORIOS LTDA	02.820.746/0001-77	06.279.984-3	0,00	59.777,05	0,00	**59.777,05**
SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.	61.064.838/0131-11	06.558.269-1	203.248,33	0,00	598.750,66	**801.998,99**
SAMARINA INDUSTRIA DE MASSAS ALIMENTICIAS E RACOES LTDA	03.973.127/0001-85	06.301.534-0	0,00	1.412,56	0,00	**1.412,56**
SANGATI BERGA S/A	41.426.487/0001-56	06.897.588-0	1.608.631,00	0,00	4.232.711,88	**5.841.342,88**
SANTANA TEXTIL S/A	72.418.478/0001-47	06.922.113-8	117.865,29	0,00	9.917.057,05	**10.034.922,34**
SAO BRAZ INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA	05.997.125/0001-51	06.687.014-3	1.127.428,98	0,00	3.091.549,72	**4.218.978,70**
SCHNEIDER ELETRIC IT BRASIL IND E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRON LTD	07.108.509/0001-00	06.847.699-0	566.224,34	0,00	2.732.745,86	**3.298.970,20**
SILVEIRA & RUPPENTHAL LTDA	72.460.074/0002-00	06.960.285-9	0,00	29.977,58	0,00	**29.977,58**
SIMONE L D DE ANDRADE ME	00.187.748/0001-45	06.939.725-2	0,00	102.283,90	0,00	**102.283,90**
SINGER DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	61.432.506/0002-45	06.984.793-2	35.020,91	0,00	3.177.863,31	**3.212.884,22**
SIRIUS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A	10.843.139/0001-50	06.284.953-0	101.531,34	0,00	277.032,99	**378.564,33**
SITEC TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01.752.475/0001-05	06.985.532-3	44.256,48	0,00	131.279,41	**175.535,89**
SOAGRO/SOC AGRO INDL DO NE LTDA	07.796.931/0001-97	06.018.271-7	0,00	49.541,59	0,00	**49.541,59**
SOBRAL PRODUTORA DE ARTEFATOS TEXTEIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.343.608/0001-44	06.998.720-3	292.124,38	0,00	793.420,77	**1.085.545,15**
SPN IND DE PALMILHAS NORDESTE LTDA	01.743.512/0001-00	06.984.918-8	0,00	2.680,68	0,00	**2.680,68**
SPOT INDUSTRIA & COMERCIO DE TELHAS LTDA	41.653.692/0001-54	06.906.399-0	6.991,44	0,00	17.503,16	**24.494,60**
SPT INDUSTRIA DE CALÇADOS LTDA	17.062.868/0001-19	06.439.739-4	220.180,30	0,00	628.732,52	**848.912,82**
STARPET RECICLAGENS LTDA	04.801.160/0001-90	06.318.456-7	0,00	157.971,65	0,00	**157.971,65**
STEIN INDUSTRIA E COMERCIO DO NORDESTE LTDA	02.518.869/0001-58	06.266.310-0	12.459,57	0,00	33.611,39	**46.070,96**
SUCOS DO BRASIL S/A	05.919.420/0001-90	06.684.424-0	580.913,89	1.000.285,59	1.459.946,11	**3.041.145,59**
T & A CONSTRUCAO PRE-FABRICADA S/A	01.301.612/0001-87	06.974.856-0	916.441,04	0,00	2.335.052,32	**3.251.493,36**
TBM TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A	07.671.092/0011-52	06.307.837-6	17.710,57	0,00	1.457.818,72	**1.475.529,29**
TBM TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A	07.671.092/0001-80	06.813.599-8	100.645,56	0,00	8.546.948,54	**8.647.594,10**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
TEBASA S/A	07.298.995/0001-68	06.006.495-1	0,00	7.742.384,66	0,00	**7.742.384,66**
TECBRITA TECNOLOGIA BRITAGEM LTDA	07.112.014/0001-46	06.005.852-8	83.725,68	0,00	232.637,77	**316.363,45**
TECNO INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA	07.272.825/0001-04	06.178.970-4	6.865,54	0,00	32.549,51	**39.415,05**
TECNOLITY DO NORDESTE LTDA	02.538.983/0001-40	06.267.648-2	639.649,84	0,00	10.750.064,99	**11.389.714,83**
TECNOQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.439.228/0001-33	06.311.835-1	231.390,87	0,00	612.616,95	**844.007,82**
TERMISA INDUSTRIAL S/A	12.233.284/0001-45	06.095.679-8	68.647,91	0,00	187.383,62	**256.031,53**
TERMOPLASTYC INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA	11.300.189/0001-54	06.388.440-2	42.082,13	0,00	3.750.646,91	**3.792.729,04**
TERRA DO SOL INDUSTRIA DE CADERNOS LTDA	07.600.706/0001-33	06.186.173-1	184.407,40	0,00	493.909,99	**678.317,39**
TERRAMARIS INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS INJETADOS LTDA	08.311.517/0001-03	06.212.071-9	162.885,14	28.482,86	560.306,51	**751.674,51**
TEXTIL HORIZONTE ETIQUETAS LTDA	41.596.800/0001-02	06.922.101-4	0,00	199.067,81	0,00	**199.067,81**
TINTAS HIDRACOR S/A	04.706.416/0001-80	06.822.956-9	4.557.584,14	0,00	12.586.033,24	**17.143.617,38**
TRÊS CORAÇÕES ALIMENTOS S.A.	63.310.411/0001-01	06.864.509-0	4.420.460,38	0,00	12.144.662,55	**16.565.122,93**
TREVO INDUSTRIAL DE ACARTONADOS S/A	06.956.391/0001-07	06.366.722-3	954.328,79	0,00	2.503.915,23	**3.458.244,02**
TRISOFT MANTAS DE POLIESTER LTDA	11.198.594/0003-75	06.620.877-7	121.076,55	0,00	328.845,43	**449.921,98**
TROPICAL RAFIA IND E COM S A	11.801.099/0001-47	06.072.720-9	0,00	1.413.251,97	0,00	**1.413.251,97**
TUBOARTE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - ME	01.802.541/0001-04	06.986.761-5	11.623,67	0,00	1.146.249,41	**1.157.873,08**
TUBOTECNICO IND COM EMBALAGENS LTDA	03.466.523/0001-16	06.288.223-6	54.673,86	0,00	155.622,56	**210.296,42**
UNIFLEX INDUSTRIA TINTAS LTDA - EPP	69.372.415/0001-92	06.915.846-0	0,00	6.703,45	0,00	**6.703,45**
UNILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS OFTALMOLOGICOS LTDA	08.038.666/0001-40	06.201.988-0	30.472,42	0,00	89.850,18	**120.322,60**
UNITEXTIL UNIAO INDUSTRIAL TEXT S/A	07.203.904/0001-63	06.163.432-8	115.500,33	0,00	10.447.580,82	**10.563.081,15**
VCA IND E COM DE CALCADOS	07.582.916/0001-46	06.186.368-8	0,00	4.923,42	0,00	**4.923,42**
VERONA GARDEN LTDA	02.305.054/0001-90	06.266.565-0	0,00	1.027.594,78	0,00	**1.027.594,78**
VICUNHA IND DE IMPL RODOVIARIOS LTD	12.976.890/0002-31	06.998.309-7	291.625,60	617.635,69	737.872,67	**1.647.133,96**
VILLAS BOAS RADIOFÁRMACOS BRASIL S/A	08.944.601/0002-45	06.613.654-7	9.939,85	0,00	29.368,46	**39.308,31**
VINILFORTE LAM PLAST DO NORDST S A	01.453.895/0001-82	06.995.540-9	0,00	18.841,50	0,00	**18.841,50**
VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A	10.656.452/0071-92	06.216.549-6	2.516.882,14	0,00	6.761.825,65	**9.278.707,79**
VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A	10.656.452/0053-00	06.321.979-4	14.132.099,65	0,00	37.400.695,74	**51.532.795,39**
VULCABRAS AZALEIA - CE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A	00.954.394/0001-17	06.966.258-4	2.195.398,52	0,00	197.116.243,61	**199.311.642,13**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
WILAPLAST INDUSTRIA DE INJETADOS LT	90.108.184/0004-43	06.364.104-6	362.396,94	0,00	965.605,69	**1.328.002,63**
YAMACOM NORDESTE S/A	41.298.134/0001-18	06.099.666-8	0,00	28.269,87	0,00	**28.269,87**
YOSHIDA NORDESTE S/A IND E COMERCIO	23.598.865/0001-05	06.967.790-5	527.285,08	0,00	1.430.556,70	**1.957.841,78**
YPIOCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS S.A	15.209.980/0001-04	06.599.740-9	443.199,44	0,00	38.506.040,15	**38.949.239,59**
YPLASTIC EMBALAGENS PLÁSTICAS S/A	15.293.108/0001-97	06.519.188-9	54.508,48	0,00	161.022,05	**215.530,53**
ZANOTTI PACATUBA IND COM ARTIG TEXT	10.892.699/0001-03	06.392.764-0	124.486,12	0,00	11.097.708,76	**11.222.194,88**
ZIPPY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01.154.438/0001-97	06.970.086-9	0,00	578.571,86	0,00	**578.571,86**
		Total Geral	**311.432.356,06**	**47.295.741,17**	**2.133.462.081,54**	**2.492.190.178,77**

BANCO BRADESCO S/A

DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO OPERACIONAL COM CLIENTES - DEROC

EXTENSÃO FORTALEZA

PROGRAMA FDI PROADE

Cliente	CNPJ	CGF	Retornável Vincendo	Retornável Vencido	Fundo Perdido	Total Valores Brutos a Receber
ACO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA	00.990.842/0003-08	06.188.473-1	856.291,80	0,00	76.085.971,46	**76.942.263,26**
ACO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA	00.990.842/0001-38	06.965.086-1	720.441,60	0,00	60.818.981,95	**61.539.423,55**
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0003-51	06.420.483-9	522.484,83	0,00	46.684.526,39	**47.207.011,22**
CSP - COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM	09.509.535/0001-67	06.369.166-3	104.567,43	0,00	10.072.448,04	**10.177.015,47**
FARMACE-INDUSTRIA QUIMICO FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	06.628.333/0001-46	06.848.007-5	83.955,57	0,00	8.218.243,81	**8.302.199,38**
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	49.324.221/0008-80	06.843.694-7	49.346,18	0,00	4.815.576,89	**4.864.923,07**
OSASUNA PARTICIPACOES LTDA	03.941.904/0001-00	06.698.640-0	992.420,74	0,00	86.777.678,95	**87.770.099,69**
VICUNHA TEXTIL S/A	07.332.190/0012-46	06.820.628-3	912.332,45	0,00	83.289.388,58	**84.201.721,03**
VICUNHA TEXTIL S/A	07.332.190/0008-60	06.915.931-9	443.942,50	0,00	39.654.245,33	**40.098.187,83**
		Total Geral	**4.685.783,10**	**0,00**	**416.417.061,40**	**421.102.844,50**

EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEI Nº 6.404/76 E SUAS ALTERAÇÕES (LEIS Nº 11.638/07 E 11.941/09

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO 2017

(R$ 1,00)

ATIVO	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL
ATIVO CIRCULANTE	**23.192.632**	**393.408.000**	**64.482.885**	**4.176.896**	**210.977.827**	**21.183.000**	**84.350.905**	**2.198.157**	**3.008.263**	**10.083.181**	**9.410.409**	**35.481.082**	**861.953.238**
DISPONIBILIDADES	13.978.260	1.088.000	29.284.848	515.414	111.247.895	16.439.000	59.793.928	875.847	2.027.046	9.655.622	4.731.446	27.790.560	277.427.865
DIREITOS REALIZÁVEIS	9.177.205	379.425.000	34.867.491	3.300.619	99.044.036	4.714.000	23.415.084	1.315.024	825.641	423.400	4.427.750	1.510.954	562.446.204
ESTOQUES	36.767	12.895.000	139.360	360.863	454.271	30.000	1.138.873	7.287	109.852		205.702	6.177.718	21.555.693
DESPESAS ANTECIPADAS	400		191.186		231.625		3.020		45.725	4.159	45.511	1.850	523.476
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**88.579.842**	**3.310.201.000**	**40.284.157**	**5.757.989**	**235.329.697**	**36.044.000**	**287.574.793**	**406.162.275**	**18.108.055**	**2.755.448**	**3.661.087**	**1.854.865.055**	**6.289.323.398**
REALIZÁVEL LONGO PRAZO		456.160.000	2.278.134	4.882	113.391.365	974.000	14.112.142	398.267.335	5.088.165	806	40.678	6.672.460	996.989.967
INVESTIMENTOS	84.330.473		23.175	42.916	13.961	34.645.000		16.994	31.878	497.231		1.000	119.602.627
IMOBILIZADO	1.513.586	41.934.000	37.368.795	5.710.191		424.000	272.381.706	7.877.946	12.988.013	751.128	2.800.371	1.820.127.618	2.203.877.353
INTANGÍVEL	2.735.783	2.812.107.000	593.918		121.924.371	1.000	1.080.945			1.506.284	820.038	27.508	2.940.796.847
DIFERIDO			20.135									28.036.469	28.056.604
TOTAL DO ATIVO	**111.772.474**	**3.703.609.000**	**104.767.043**	**9.934.885**	**446.307.524**	**57.227.000**	**371.925.698**	**408.360.432**	**21.116.317**	**12.838.630**	**13.071.496**	**1.890.346.137**	**7.151.276.636**
PASSIVO													
PASSIVO CIRCULANTE	**10.564.001**	**352.951.000**	**22.430.579**	**1.463.687**	**136.300.102**	**878.000**	**37.027.800**	**13.573.293**	**21.507.010**	**2.889.308**	**3.463.020**	**13.341.085**	**616.388.885**
FORNECEDORES	65.935	124.007.000	6.083.272	601.980	47.083.054	283.000	4.532.781	1.400	244.013	345.380	475.637	10.389.071	194.112.522
OBRIG. SOCIAS/TRIBUTÁRIA	863.775	63.390.000	4.932.862	320.562	3.490.785	334.000	11.608.343	81.151	14.258.554	1.020.969	856.251	1.869.424	103.026.675
CONVÊNIOS	7.561.238						17.592.134					24.901	25.178.273
EMPRÉST./FINANCIAMENTOS		56.061.000			15.260.716			13.419.680					84.741.396
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.073.053	26.420.000	9.364.046	53.401	70.465.547	261.000	3.294.542		7.004.443	1.216.081	2.442	419.087	120.573.642
PROVISÕES		83.073.000	2.050.399	487.744				71.063		306.878	2.128.691	638.603	88.756.378
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	**0**	**923.974.000**	**17.207.781**	**1.621.147**	**129.696.901**	**28.287.000**	**137.671.719**	**640.867.128**	**107.135.304**	**0**	**2.244.504**	**743.954.677**	**2.732.660.160**
FORNECEDORES													
EMPRÉST./FINANCIAMENTOS		357.741.000		1.610.772	41.320.598			640.867.128					1.041.539.498
OUTRAS OBRIGAÇÕES		566.233.000	17.207.781	10.376	88.376.303	28.287.000	137.671.719		107.135.304		2.244.504	743.954.677	1.691.120.662
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**101.208.473**	**2.426.684.000**	**65.128.683**	**6.850.051**	**180.310.521**	**28.062.000**	**197.226.179**	**-246.079.990**	**-107.525.996**	**9.949.321**	**7.363.973**	**1.133.050.375**	**3.802.227.591**
CAPITAL SOCIAL	105.460.145	1.760.097.000	53.414.326	823.759	113.782.475	15.489.000	141.540.334	29.404.405	2.511.584	5.373.714	50.000	1.700.405.000	3.928.351.743
RESERVAS		75.911.000	26.497.034	781.304	35.046.070	10.500.000	55.026.312				7.313.973		211.075.692
AJUSTES / OUTROS		511.457.000	357.561	1.092.209	31.481.976		659.533	4.256.991	15.363.395	1.119.943		132.586.937	698.375.544
LUCRO/PREJ. ACUMULADO	-4.251.672	79.219.000	-15.140.238	4.152.780		2.073.000		-279.741.386	-125.400.975	3.455.664		-699.941.562	-1.035.575.388
TOTAL DO PASSIVO	**111.772.474**	**3.703.609.000**	**104.767.043**	**9.934.885**	**446.307.524**	**57.227.000**	**371.925.698**	**408.360.432**	**21.116.317**	**12.838.630**	**13.071.496**	**1.890.346.137**	**7.151.276.636**

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS,SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE DEZEMBRO DE 1999, CONFORME LEI N° 12.961 /1999.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
EXERCÍCIO 2017

(R$ 1,00)

GRUPOS \ COMPAHIAS	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**-10.306.780**			**2.767.612**		**-5.141.000**	**-17.509.827**	**-250.188.710**	**-122.176.008**	**-1.607.482**		**-532.600.257**	**-936.762.452**
AJUSTE DE EXERC. ANTERIOR		27.686.000	-15.140.238					50.449					12.596.211
SALDO AJUST. E CORRIGIDO	**-10.306.780**	**27.686.000**	**-15.140.238**	**2.767.612**	**0**	**-5.141.000**	**-17.509.827**	**-250.138.262**	**-122.176.008**	**-1.607.482**	**0**	**-532.600.257**	**-924.166.241**
REVERSÃO DE RESERVAS													0
LUCRO(PREJ.) LÍQ. EXERCÍCIO	6.055.108	51.533.000	27.267.253	1.385.168	61.633.224	5.504.000	59.501.424	-29.603.124	-3.224.967	5.063.146	667.730	-167.341.305	18.440.656
FORMAÇÃO DE RESERVAS			-606.351		-14.955.536		-41.991.597				-667.730		-58.221.214
DIVIDENDOS			-26.660.902		-37.139.529								-63.800.431
OUTROS					-9.538.159	1.710.000							-7.828.159
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	**-4.251.672**	**79.219.000**	**-15.140.238**	**4.152.780**	**0**	**2.073.000**	**0**	**-279.741.386**	**-125.400.975**	**3.455.664**	**0**	**-699.941.562**	**-1.035.575.388**

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS,SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI N° 12.961 /99.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO 2017

(R$ 1,00)

GRUPOS / COMPANHIAS	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**17.223.462**	**1.261.816.000**	**144.012.460**	**21.867.340**	**441.070.055**	**11.539.000**	**185.172.199**	**1.247.251**	**88.436.170**	**39.975.331**	**55.235.245**	**18.906.692**	**2.286.501.204**
(-)DEDUÇÕES			20.108.875	1.207.067			18.499.936		32.789		2.142.247	380.066	42.370.980
RECEITA LÍQUIDA	**17.223.462**	**1.261.816.000**	**123.903.585**	**20.660.273**	**441.070.055**	**11.539.000**	**166.672.263**	**1.247.251**	**88.403.381**	**39.975.331**	**53.092.998**	**18.526.626**	**2.244.130.224**
(-)CUSTOS DE VENDA	110.259	766.397.000	39.681.433		366.795.013	3.090.000	80.494.357		56.916.932	22.082.081	48.935.254	110.784.638	1.495.286.966
LUCRO BRUTO	**17.113.203**	**495.419.000**	**84.222.152**	**20.660.273**	**74.275.042**	**8.449.000**	**86.177.906**	**1.247.251**	**31.486.449**	**17.893.250**	**4.157.744**	**-92.258.012**	**748.843.258**
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	12.918.517	426.846.000	40.660.912	19.390.542	21.186.574	7.052.000	21.078.147	4.467.958	34.756.815	10.618.469	3.741.182	101.430.290	704.147.406
(+)RECEITAS OPERACIONAIS	1.890.260		2.793.900		10.319.262	4.781.000	615.698			1.013.172	19.364		21.432.656
RESULTADO OPERACIONAL	**6.084.946**	**68.573.000**	**46.355.141**	**1.269.731**	**63.407.730**	**6.178.000**	**65.715.457**	**-3.220.707**	**-3.270.367**	**8.287.953**	**435.926**	**-193.688.302**	**66.128.508**
(-)OUTRAS DESPESAS	13.925	59.861.000	624.977		4.904.863	1.016.000	7.956	29.807.746		114.780	7.107	10.761	96.369.114
(+)OUTRAS RECEITAS	1.316.191	58.223.000	3.449.515	147.299	11.128.226	2.052.000	10.520.800	3.425.330	45.400	35.888	538.253	26.357.757	117.239.659
(-)PROVISÕES	1.332.104	15.402.000	21.912.426	31.862	7.997.869	1.710.000	16.726.877			3.145.916	299.343		68.558.397
RESULT. LÍQ. DO EXERCÍCIO	**6.055.108**	**51.533.000**	**27.267.253**	**1.385.168**	**61.633.224**	**5.504.000**	**59.501.424**	**-29.603.124**	**-3.224.967**	**5.063.146**	**667.730**	**-167.341.305**	**18.440.656**

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS,SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI N° 12.961 /99.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO 2017

(R$ 1,00)

FLUXOS \ COMPANHIAS	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2.216.057**	**164.367.000**	**22.556.079**	**622.752**	**75.066.034**	**4.580.000**	**63.928.442**	**0**	**12.782.745**	**7.560.770**	**-113.266**	**-87.851.359**	**265.715.254**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	6.055.108	51.533.000	27.267.253	1.385.168	61.633.224	5.504.000	59.501.424		-3.224.967	5.063.146	667.730	-167.341.305	48.043.780
VALORES QUE NÃO AFETAM CAIXA	462.040	143.203.000	-13.604.717	392.890	12.776.860	51.000	13.338.974		15.317.727	444.902	1.037.102	78.350.031	251.769.808
VARIAÇÃO NO ATIVO/PASSIVO	-4.301.091	-30.369.000	8.893.544	-1.155.306	655.950	-975.000	-8.911.956		689.984	2.052.723	-1.818.098	1.139.916	-34.098.334
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-2.964.498**	**-142.047.000**	**-7.627.105**	**-1.926.556**	**-18.741.245**	**2.898.000**	**-20.969.165**		**-12.062.962**	**-1.623.262**	**-1.165.903**	**-59.300.543**	**-265.530.239**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**-25.240.000**	**-8.231.375**		**-49.643.052**		**2.761.226**					**146.445.408**	**66.092.207**
TOTAL DE FLUXO DE CAIXA	**-748.441**	**-2.920.000**	**6.697.600**	**-1.303.804**	**6.681.737**	**7.478.000**	**45.720.503**	**0**	**719.782**	**5.937.508**	**-1.279.169**	**-706.494**	**66.277.222**
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	14.726.701	4.008.000	22.587.248	1.819.218	104.566.158	8.961.000	14.073.425		1.307.263	3.718.114	6.010.615	28.497.055	210.274.796
CAIXA NO FIM DO PERÍODO	13.978.260	1.088.000	29.284.848	515.414	111.247.895	16.439.000	59.793.928		2.027.046	9.655.622	4.731.446	27.790.560	276.552.018
SALDO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	**-748.441**	**-2.920.000**	**6.697.600**	**-1.303.804**	**6.681.737**	**7.478.000**	**45.720.503**	**0**	**719.782**	**5.937.508**	**-1.279.169**	**-706.494**	**66.277.222**

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS,SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.
(*)COMPANHIA DESOBRIGADA À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, § 6°(REDAÇÃO DADA PELA LEI N° 11.638 /2007).

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO 2017

(R$ 1,00)

ELEMENTOS / COMPANHIAS	ADECE*	CAGECE	CIPP S/A	CEASA*	CEGÁS	CODECE*	COGERH*	COHAB*	EMATERCE*	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR*	TOTAL
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO													
RECEITA BRUTA		1.346.405.000	146.166.268		592.121.229						55.254.609		**2.139.947.106**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		-680.284.000	-56.503.573		-475.442.702						-22.966.613		**-1.235.196.888**
TRANSFERÊNCIA DE OUTRAS SOCIEDADES		59.941.000	3.449.515		11.128.226						538.253		**75.056.994**
RETENÇÕES		-138.160.000	-2.220.294		-12.744.386						-1.037.102		**-154.161.782**
TOTAL DO VALOR ADICIONADO GERADO	**0**	**587.902.000**	**90.891.915**	**0**	**115.062.367**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**31.789.147**	**0**	**825.645.429**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO													
PESSOAL		280.664.000	20.737.867		9.442.084						28.586.271		**339.430.222**
GOVERNO		176.598.000	35.808.456		24.349.396						2.528.039		**239.283.891**
FINANCIADORES		79.107.000	624.977		19.637.663						7.107		**99.376.746**
ACIONISTAS			6.453.362										**6.453.362**
RETENÇÃO PARA INVESTIMENTOS		51.533.000	27.267.253		61.633.224						667.730		**141.101.207**
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**0**	**587.902.000**	**90.891.915**	**0**	**115.062.367**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**31.789.147**	**0**	**825.645.429**

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS,SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.
(*)COMPANHIAS DESOBRIGADAS À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, INCISO V (INCLUÍDO PELA LEI N° 11.638/2007).

DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
11	RECEITAS CORRENTES (I)	21.901.741.256,04	22.580.897.310,58	22.869.503.096,70	288.605.786,12
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	11.995.293.571,03	12.178.142.965,80	12.197.564.203,64	19.421.237,84
1111	IMPOSTOS	11.324.700.709,01	11.416.918.317,03	11.417.212.567,28	294.250,25
1112	TAXAS	670.592.862,02	761.224.648,77	780.351.636,36	19.126.987,59
112	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.485.624.788,00	1.602.564.788,00	1.665.813.347,42	63.248.559,42
1121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.485.624.788,00	1.602.564.788,00	1.665.813.347,42	63.248.559,42
113	RECEITA PATRIMONIAL	343.330.176,00	364.051.036,59	424.175.491,49	60.124.454,90
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	107.749.366,00	110.799.366,00	5.593.795,03	-105.205.570,97
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	231.737.842,00	248.193.052,59	386.373.109,80	138.180.057,21
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.980.000,00	1.980.000,00	11.427.761,01	9.447.761,01
1136	RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	1.215.650,00	19.579.095,14	18.363.445,14
1139	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.862.968,00	1.862.968,00	1.201.730,51	-661.237,49
114	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	12.344,35	12.344,35
1142	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	12.344,35	12.344,35
116	RECEITA DE SERVIÇOS	81.423.443,00	95.716.153,66	106.476.979,96	10.760.826,30
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	81.423.443,00	95.716.153,66	106.476.979,96	10.760.826,30
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.146.588.532,00	7.388.037.712,80	7.481.742.695,68	93.704.982,88
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.025.157.757,00	7.231.608.450,56	7.385.851.275,22	154.242.824,66
1173	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	39.000.000,00	39.000.000,00	16.215.879,13	-22.784.120,87
1175	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	1.664.452,00	1.664.452,00	891.927,76	-772.524,24
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.766.323,00	115.764.810,24	78.783.613,57	-36.981.196,67
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	849.480.746,01	952.384.653,73	993.718.034,16	41.333.380,43
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	246.547.558,01	246.547.558,01	308.007.875,06	61.460.317,05
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	176.657.718,00	187.382.794,34	152.334.177,94	-35.048.616,40
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	82.532.178,00	82.532.178,00	80.714.613,15	-1.817.564,85
1199	RECEITAS DIVERSAS	343.743.292,00	435.922.123,38	452.661.368,01	16.739.244,63
12	RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.967.772.739,00	4.387.474.752,61	2.539.451.707,09	-1.848.023.045,52
121	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.077.321.792,00	3.507.144.853,38	2.051.078.860,99	-1.456.065.992,39
1211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	599.212.124,00	1.765.916.765,20	1.220.422.981,59	-545.493.783,61
1212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	2.478.109.668,00	1.741.228.088,18	830.655.879,40	-910.572.208,78
122	ALIENAÇÃO DE BENS	22.030.000,00	22.432.910,57	16.428.948,44	-6.003.962,13
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	22.030.000,00	22.432.910,57	3.609.600,95	-18.823.309,62
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	12.819.347,49	12.819.347,49
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	858.340.947,00	847.816.988,66	471.260.625,10	-376.556.363,56
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	35.991.086,00	35.991.086,00	28.782.668,66	-7.208.417,34

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
1247 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	822.349.861,00	811.825.902,66	442.477.956,44	-369.347.946,22
125 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.080.000,00	10.080.000,00	683.272,56	-9.396.727,44
1259 OUTRAS RECEITAS	10.080.000,00	10.080.000,00	683.272,56	-9.396.727,44
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)	**25.869.513.995,04**	**26.968.372.063,19**	**25.408.954.803,79**	**-1.559.417.259,40**
Operações de Crédito/Financiamento (IV):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):	**25.869.513.995,04**	**26.968.372.063,19**	**25.408.954.803,79**	**-1.559.417.259,40**
Défict (VI):	**0,00**	**1.507.881.855,55**	**0,00**	**-1.507.881.855,55**
Total (VII)=(V + VI):	**25.869.513.995,04**	**28.476.253.918,74**	**25.408.954.803,79**	**-3.067.299.114,95**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		2.509.469.844,63	844.388.701,14	-1.665.081.143,49
Recursos Arrecadados em Exercícios Anterioes		2.509.469.844,63	844.388.701,14	
Superávit Financeiro				
Reabertura de créditos adicionais				

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**20.824.492.372,00**	**21.884.857.353,71**	**20.952.113.259,75**	**20.647.828.919,57**	**20.454.640.945,49**	**932.744.093,96**
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.437.676.991,00	11.452.867.677,15	11.023.336.551,57	11.023.336.551,57	10.970.694.257,02	429.531.125,58
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	460.406.752,00	472.135.202,46	452.097.969,17	452.097.969,17	452.097.969,17	20.037.233,29
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.926.408.629,00	9.959.854.474,10	9.476.678.739,01	9.172.394.398,83	9.031.848.719,30	483.175.735,09
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**4.990.761.123,00**	**6.591.396.565,03**	**3.656.238.923,01**	**3.315.229.143,44**	**3.290.169.331,49**	**2.935.157.642,02**
44 INVESTIMENTOS	3.895.150.034,00	4.317.800.381,02	2.467.740.151,33	2.126.730.371,76	2.101.670.559,81	1.850.060.229,69
45 INVERSÕES FINANCEIRAS	114.176.927,00	211.323.342,15	199.223.326,39	199.223.326,39	199.223.326,39	12.100.015,76
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	981.434.162,00	2.062.272.841,86	989.275.445,29	989.275.445,29	989.275.445,29	1.072.997.396,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	**54.260.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.260.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):	**25.869.513.995,00**	**28.476.253.918,74**	**24.608.352.182,76**	**23.963.058.063,01**	**23.744.810.276,98**	**3.867.901.735,98**
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):	**25.869.513.995,00**	**28.476.253.918,74**	**24.608.352.182,76**	**23.963.058.063,01**	**23.744.810.276,98**	**3.867.901.735,98**
Superávit (XIII):	**0,04**	**0,00**	**800.602.621,03**			**-800.602.621,03**
Total (XIV)=(XII+XIII):	**25.869.513.995,04**	**28.476.253.918,74**	**25.408.954.803,79**	**23.963.058.063,01**	**23.744.810.276,98**	**3.067.299.114,95**
Reserva do RPPs						

Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**23.360.065,10**	**205.766.864,15**	**404.191,39**	**190.503.966,66**	**24.001.001,40**	**14.621.961,19**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.521.208,69	459.212,90	6.389,38	288.183,28	1.329.167,80	363.070,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.838.856,41	205.307.651,25	397.802,01	190.215.783,38	22.671.833,60	14.258.890,68
DESPESAS DE CAPITAL	**25.921.976,17**	**195.259.577,39**	**2.514.724,14**	**185.342.930,27**	**20.113.555,03**	**15.725.068,26**
INVESTIMENTOS	25.921.976,17	194.600.044,43	2.514.724,14	184.683.397,31	20.113.555,03	15.725.068,26
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	659.532,96	0,00	659.532,96	0,00	0,00
Total:	**49.282.041,27**	**401.026.441,54**	**2.918.915,53**	**375.846.896,93**	**44.114.556,43**	**30.347.029,45**

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**607.539,96**	**168.605.796,93**	**0,00**	**164.269.005,29**	**4.069.449,29**	**874.882,31**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.702,30	80.775.597,41	0,00	80.558.941,41	170.945,95	211.412,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	441.837,66	87.830.199,52	0,00	83.710.063,88	3.898.503,34	663.469,96
DESPESAS DE CAPITAL	**344.599,67**	**11.662.276,24**	**0,00**	**9.800.535,90**	**289.006,44**	**1.917.333,57**
INVESTIMENTOS	344.599,67	11.662.276,24	0,00	9.800.535,90	289.006,44	1.917.333,57
Total:	**952.139,63**	**180.268.073,17**	**0,00**	**174.069.541,19**	**4.358.455,73**	**2.792.215,88**

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	**25.408.954.803,79**	**24.282.256.625,97**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)**	**24.608.352.182,76**	**23.266.915.758,59**
ORDINÁRIA	**17.802.621.950,80**	**17.205.308.787,28**	**ORDINÁRIA**	**18.262.788.228,16**	**16.492.361.424,32**
VINCULADA	**7.606.332.852,99**	**7.076.947.838,69**	**VINCULADA**	**6.345.563.954,60**	**6.774.554.334,27**
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.747.864.945,20	1.645.824.057,97	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.559.852.268,90	1.467.090.376,10
FECOP	542.259.772,14	531.388.114,82	FECOP	568.704.089,96	571.232.994,01
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	145.103.871,33	123.720.416,65	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	145.694.101,76	137.759.594,51
ALIENAÇÃO DE BENS	4.890.259,44	3.778.364,50	ALIENAÇÃO DE BENS	1.248.371,47	114.594,64
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	40.279.030,93	68.781.590,93	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	30.639.539,99	63.597.984,22
FUNDEB	1.437.595.805,22	1.505.772.798,67	FUNDEB	1.410.314.908,40	1.559.879.844,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.059.072.273,82	1.109.696.044,42	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.122.836.445,49	1.115.335.626,24
CONVÊNIOS	673.335.006,54	844.421.748,52	CONVÊNIOS	681.446.548,27	601.225.090,75
SUS	744.404.454,15	663.066.108,22	SUS	765.763.022,46	663.015.119,21
OUTROS RECURSOS	211.527.434,22	580.498.593,99	OUTROS RECURSOS	59.064.657,90	595.303.109,97
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	**19.230.763.324,90**	**19.048.033.115,98**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)**	**19.230.763.324,90**	**19.048.033.115,98**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18.883.095.582,37	18.572.667.061,60	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18.883.095.582,37	18.572.668.489,60
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	286.383.713,61	419.044.863,39	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	286.383.713,61	419.043.435,39
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	17.941.403,91	20.758.934,06	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	17.941.403,91	20.758.934,06
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	43.342.625,01	35.562.256,93	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	43.342.625,01	35.562.256,93
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	**12.204.232.833,58**	**10.451.627.691,82**	**PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)**	**11.281.164.888,31**	**10.452.749.645,07**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	218.170.727,72	180.268.073,17	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	174.069.541,19	230.059.471,04
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	645.294.119,75	401.061.725,55	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	375.846.896,93	343.868.998,87
VALORES RESTITUÍVEIS	11.330.179.489,86	9.838.064.865,78	VALORES RESTITUÍVEIS	10.722.650.444,78	9.856.254.655,74
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.251.949.363,16	3.098.658.032,27	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.195.339.475,35	3.080.917.011,43
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	72.579,11	10.767,23	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.357.516,61	109.384.342,47
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	8.078.157.547,59	6.739.396.066,28	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	7.508.953.452,82	6.665.953.301,84
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	10.588.496,25	32.233.027,32	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	8.598.005,41	22.566.519,42
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	**3.766.860.778,32**	**2.752.641.864,19**	**SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)**	**5.490.531.344,62**	**3.766.860.778,32**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.754.116.002,76	2.743.819.865,75	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.478.136.301,88	3.754.116.002,76
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	12.744.775,56	8.821.998,44	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	12.395.042,74	12.744.775,56
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**60.610.811.740,59**	**56.534.559.297,96**	**TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)**	**60.610.811.740,59**	**56.534.559.297,96**

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.478.136.301,88	3.754.116.002,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	5.478.136.301,88	3.754.116.002,76
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	614.853.769,29	357.893.858,12
CLIENTES	1.766.821,91	4.791.071,06
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	500.954.515,06	262.337.427,93
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	85.682.184,05	60.087.605,81
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CLIENTES	8.092.095,83	5.841.301,15
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	38.050.024,43	89.209.926,67
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-19.691.871,99	-64.373.474,50
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	294.802.471,61	287.504.762,08
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	2.421.344,72	2.872.489,30
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	239.509,76	216.741,80
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	483.240,91	483.240,91
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.169.658.800,63	1.343.531.901,19
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-878.000.424,41	-1.059.599.611,12
ESTOQUES	917.590.289,86	831.517.628,12
MERCADORIAS PARA REVENDA	2.432.371,86	1.961.851,89
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	939.085,61	939.085,61
ALMOXARIFADO	914.218.832,39	828.616.690,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	45.146.503,49	48.291.782,49
DEMAIS VPD A APROPRIAR	45.146.503,49	48.291.782,49
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**7.350.529.336,13**	**5.279.324.033,57**
Ativo Não Circulante		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.055.496.984,65	9.135.864.035,39
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	9.860.222.616,27	8.920.920.624,34
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	195.274.368,38	214.943.411,05
INVESTIMENTOS	3.914.882.930,58	3.755.645.779,49
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	3.910.686.161,06	3.751.449.009,97
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	4.196.769,52	4.196.769,52
IMOBILIZADO	19.637.234.660,74	16.942.618.175,00
BENS MÓVEIS	4.090.713.648,27	3.920.113.375,07
BENS IMÓVEIS	15.568.747.005,94	13.026.405.727,67
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-22.225.993,47	-3.900.927,74
INTANGÍVEL	118.867.988,79	98.452.715,04
SOFTWARES	119.012.833,99	98.383.657,36

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	57.545.567,95	83.432.614,24
PESSOAL A PAGAR	10.236.089,39	65.060.415,27
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	9.219.444,50	103.655,05
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	5.737,00	7.439,32
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	38.084.297,06	18.261.104,60
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	253.012,88	1.135.503,10
PARCELA A CURTO PRAZO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	253.012,88	1.135.503,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	41.030.157,10	21.615.962,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	41.030.157,10	21.615.962,10
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	10.359.851,96	9.458.763,87
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	10.230.689,81	9.287.929,49
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	84.925,33	170.640,20
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	44.236,82	194,18
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	81.099.281,37	55.488.417,53
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)	81.099.281,37	55.488.417,53
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.409.198.589,30	711.208.496,93
VALORES RESTITUÍVEIS	1.297.375.350,86	687.063.483,45
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	111.823.238,44	24.145.013,48
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**1.599.486.460,56**	**882.339.757,77**
Passivo Não Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	90.532.212,02	92.074.882,40
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	90.532.212,02	92.074.882,40
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	11.389.959.175,23	9.838.330.860,71
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	11.389.959.175,23	9.838.330.860,71
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	504.094.564,47	0,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	504.094.564,47	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	459.092.582,72	615.986.445,86
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	459.092.582,72	615.986.445,86
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**12.443.678.534,44**	**10.546.392.188,97**

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Não Circulante		
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	364.794,02	364.794,02
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-509.639,22	-295.736,34
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**33.726.482.564,76**	**29.932.580.704,92**

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Líquido		
DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	27.033.846.905,89	23.783.172.791,75
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	26.945.145.663,64	23.676.133.248,74
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	4.050.997.313,59	5.609.635.500,20
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.676.133.248,74	18.983.812.597,25
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-781.984.898,69	-917.314.848,71
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	88.701.242,25	107.039.543,01
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	-18.338.300,76	54.665.144,63
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	107.039.543,01	52.222.557,08
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	151.841,30
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	**27.033.846.905,89**	**23.783.172.791,75**

597

Total do Ativo:	**41.077.011.900,89**	**35.211.904.738,49**
(1) Ativo Financeiro:	5.490.531.344,62	3.766.860.778,32
(2) Ativo Permanente:	35.586.480.556,27	31.445.043.960,17
Saldo Patrimonial:	**26.361.124.672,22**	**23.333.317.839,88**

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	**41.077.011.900,89**	**35.211.904.738,49**
(3) Passivo Financeiro:	2.128.896.176,35	1.257.390.933,69
(4) Passivo Permanente:	12.586.991.052,32	10.621.195.964,92

Compensações

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	671.422.115,47	816.980.005,76
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	4.348.455.231,98	4.310.706.880,16
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.674.126,51	19.703.138,01
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**5.039.551.473,96**	**5.147.390.023,93**

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	64.903.236,13	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	270.719.441,08	270.719.441,08
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**335.622.677,21**	**335.622.677,21**

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas		**52.270.308.182,83**	**50.898.820.522,68**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**16.541.421.081,03**	**15.867.892.226,92**
4.1.1	IMPOSTOS	15.761.186.228,95	15.145.276.204,24
4.1.2	TAXAS	780.234.852,08	722.616.022,68
4.1.3	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		**1.665.813.347,42**	**1.573.816.246,83**
4.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.665.813.347,42	1.573.816.246,83
4.2.2	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4	CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**158.978.853,73**	**181.811.481,47**
4.3.1	VENDA DE MERCADORIAS	1.159.066,88	1.111.018,61
4.3.2	VENDA DE PRODUTOS	12.344,35	16.895,45
4.3.3	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	157.807.442,50	180.683.567,41
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**3.109.652.986,21**	**3.172.682.212,12**
4.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	436.588,94	371.674,03
4.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.755.113.716,49	2.795.919.960,42
4.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	353.936.317,13	376.236.714,51
4.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	166.363,65	153.863,16
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**28.410.328.444,22**	**28.535.568.668,68**
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	19.230.763.324,90	19.048.033.115,98
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.152.698.067,42	9.472.125.745,74
4.5.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	21.548.009,54	14.286.781,54
4.5.4	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
4.5.5	TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	4.427.114,60	0,00
4.5.7	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
4.5.8	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	891.927,76	1.123.025,42
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		**878.742.488,84**	**0,00**
4.6.1	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	878.742.488,84	0,00
4.6.2	GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**1.505.370.981,38**	**1.567.049.686,66**
4.9.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2	RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	42.324.603,88	10.912.256,63
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.463.046.377,50	1.556.137.430,03

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**48.237.649.170,00**	**45.234.519.877,85**
PESSOAL E ENCARGOS		**7.926.473.659,88**	**7.550.381.771,90**
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	6.487.742.258,12	6.256.159.970,21
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	1.209.244.329,76	1.084.657.852,96
3.1.3	BENEFÍCIOS A PESSOAL	179.988.982,94	165.177.095,38
3.1.8	CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	49.498.089,06	44.386.853,35
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**3.131.266.001,90**	**2.910.698.273,42**
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.370.354.342,92	2.177.756.380,57
3.2.2	PENSÕES	756.587.908,15	729.008.229,00
3.2.3	BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**48.237.649.170,00**	**45.234.519.877,85**
3.2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.323.750,83	3.933.663,85
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**3.775.956.777,46**	**3.369.101.858,70**
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	452.917.118,94	289.115.311,63
3.3.2	SERVIÇOS	3.316.467.767,41	3.076.490.788,73
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	5.453.602,08	2.224.457,47
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.118.289,03	1.271.300,87
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**3.406.720.000,96**	**2.320.427.199,76**
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	452.097.969,17	452.669.049,94
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	354.414,20	321.272,55
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.949.528.978,01	1.865.132.890,41
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	4.738.639,58	2.303.986,86
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**26.964.603.517,03**	**26.484.423.873,25**
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	19.230.763.324,90	19.048.033.115,98
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.562.482.713,49	6.312.455.240,99
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.063.883.223,83	1.009.023.781,35
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	107.474.254,81	114.911.734,93
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		**1.464.174.854,60**	**1.267.152.436,08**
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.458.424.407,69	1.267.152.436,08
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
3.6.4	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	5.750.446,91	0,00
TRIBUTÁRIAS		**179.431.693,79**	**208.287.350,55**
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.639.717,82	20.980.870,90
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	171.791.975,97	187.306.479,65
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**1.389.022.664,38**	**1.124.047.114,19**
3.9.1	PREMIAÇÕES	29.837.807,36	26.201.262,76
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	1,02	6.760,10
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	47.937.214,43	40.912.748,11
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	14.555.379,00	11.414.427,63
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.7	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	192.530.405,82	0,00
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.104.161.856,75	1.045.511.915,59

RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:	**4.032.659.012,83**	**5.664.300.644,83**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	**52.287.350.186,66**	**50.510.307.835,98**
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	15.387.760.401,02	14.959.360.260,92
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	26.712.506.020,58	26.618.699.674,24
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	10.187.083.765,06	8.932.247.900,82
DESEMBOLSOS	**49.798.539.779,87**	**48.167.599.407,08**
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	15.760.391.038,77	15.233.587.540,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	452.097.969,17	446.076.327,02
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	24.007.670.917,45	23.533.688.522,37
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	9.578.379.854,48	8.954.247.016,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	**2.488.810.406,79**	**2.342.708.428,90**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	**488.372.846,10**	**642.533.762,37**
ALIENAÇÃO DE BENS	16.428.948,44	4.002.164,50
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	471.260.625,10	638.501.005,87
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	683.272,56	30.592,00
DESEMBOLSOS	**2.316.131.727,63**	**2.247.418.103,56**
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.266.398.815,10	2.175.630.855,76
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	49.732.912,53	71.787.247,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	**-1.827.758.881,53**	**-1.604.884.341,19**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	**2.051.078.860,99**	**1.109.696.044,42**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.051.078.860,99	1.109.696.044,42
DESEMBOLSOS	**989.275.445,29**	**846.777.051,90**
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	989.275.445,29	846.777.051,90
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	**1.061.803.415,70**	**262.918.992,52**
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**1.722.854.940,96**	**1.000.743.080,23**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	3.754.116.002,76	2.743.819.865,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.478.136.301,88	3.754.116.002,76
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	**1.724.020.299,12**	**1.010.296.137,01**
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	**-1.165.358,16**	**-9.553.056,78**
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	**8.018.009,32**	**21.764.457,39**
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	**10.221.649,97**	**30.348.342,99**
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)	**569.649,92**	**1.971.156,34**
ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS (VII)	**1.607.932,41**	**1.001.985,16**
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	**1.722.854.940,96**	**1.000.743.080,23**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS		
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.197.564.203,64	11.624.515.639,97
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.665.813.347,42	1.573.816.246,83
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	361.449.169,85	318.562.227,83
RECEITA PATRIMONIAL	70.249.646,03	30.155.189,59
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.344,35	16.895,45
RECEITA DE SERVIÇOS	106.476.979,96	82.565.698,27
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	632.268.864,31	953.503.685,52
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	353.925.845,46	376.224.677,46
TOTAL DAS RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS	**15.387.760.401,02**	**14.959.360.260,92**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**5.955.146.609,89**	**5.949.573.845,70**
DA UNIÃO	5.859.619.919,08	5.898.720.787,75
DE MUNICÍPIOS	95.526.690,81	50.853.057,95
MULTIGOVERNAMENTAIS	**1.430.704.665,33**	**1.490.299.742,49**
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	**16.215.879,13**	**12.509.293,43**
PESSOAS	**891.927,76**	**1.123.025,42**
CONVÊNIOS	**78.783.613,57**	**117.160.651,22**
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	73.342.987,60	115.130.263,90
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	87.095,56	252.899,21
DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.332.130,41	1.777.488,11
DO EXTERIOR	21.400,00	0,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	**19.230.763.324,90**	**19.048.033.115,98**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**18.883.095.582,37**	**18.572.667.061,60**
CORRENTE	15.823.111.844,48	15.632.113.100,60
CAPITAL	2.673.619.343,89	2.561.522.406,97
DUODÉCIMO	386.364.394,00	379.031.554,03
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	**286.383.713,61**	**419.044.863,39**
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	**61.284.028,92**	**56.321.190,99**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	**26.712.506.020,58**	**26.618.699.674,24**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**3.602.362.193,08**	**3.337.602.004,68**
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	280.000,00	0,00
A MUNICÍPIOS	3.602.082.193,08	3.337.602.004,68
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.052.566.753,40	1.014.346.272,31
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	4.645.480,48	8.878.234,75
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.858.910,78	9.917.159,72
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	107.474.254,81	114.911.734,93
INTRAGOVERNAMENTAIS	**19.230.763.324,90**	**19.048.033.115,98**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**18.883.095.582,37**	**18.572.668.489,60**
CORRENTE	15.823.111.844,48	15.632.129.568,60
CAPITAL	2.673.619.343,89	2.561.507.366,97
DUODÉCIMO	386.364.394,00	379.031.554,03
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	**286.383.713,61**	**419.043.435,39**
REPASSES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	**61.284.028,92**	**56.321.190,99**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	**24.007.670.917,45**	**23.533.688.522,37**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
LEGISLATIVA	612.823.383,75	584.468.175,77
JUDICIÁRIA	1.200.889.977,43	1.167.816.665,80
ESSENCIAL À JUSTIÇA	468.295.292,88	444.372.082,85
ADMINISTRAÇÃO	1.158.557.646,45	1.018.322.574,33
SEGURANÇA PÚBLICA	2.252.974.987,77	2.111.625.197,60
ASSISTÊNCIA SOCIAL	85.763.129,56	72.116.947,49
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.113.758.875,08	2.900.760.689,26
SAÚDE	2.126.294.673,78	2.072.244.599,09
TRABALHO	8.734.293,36	12.207.780,15
EDUCAÇÃO	2.826.987.913,57	2.744.581.370,11
CULTURA	41.448.424,14	29.856.183,62
DIREITOS DA CIDADANIA	587.904.598,47	513.927.479,46
URBANISMO	13.143.007,34	13.999.050,60
HABITAÇÃO	11.106.213,64	29.263.639,82
SANEAMENTO	16.264.901,13	21.224.648,63
GESTÃO AMBIENTAL	108.665.550,40	139.138.939,24
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	41.628.043,81	38.321.495,37
AGRICULTURA	214.560.463,16	222.051.705,02
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.618.404,74	3.686.060,18
INDÚSTRIA	9.394.195,75	5.924.930,50
COMÉRCIO E SERVIÇOS	46.816.068,06	38.018.296,83
COMUNICAÇÕES	24.311.398,34	23.526.172,12
ENERGIA	4.518.197,56	4.626.092,85
TRANSPORTE	240.017.525,84	248.661.048,30
DESPORTO E LAZER	17.654.620,78	19.951.727,21
ENCARGOS ESPECIAIS	525.259.251,98	752.893.988,71
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	**15.760.391.038,77**	**15.233.587.540,91**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	424.747.050,41	446.076.327,02
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	27.350.918,76	0,00
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**452.097.969,17**	**446.076.327,02**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.251.949.363,16	3.098.658.032,27
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	72.579,11	10.767,23
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	6.935.380.837,57	5.830.625.626,04
VALORES A REPASSAR	-319.014,78	2.953.475,28
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	**10.187.083.765,06**	**8.932.247.900,82**
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.195.339.475,35	3.080.917.011,43
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.357.516,61	109.384.342,47
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	6.365.857.728,02	5.760.136.336,88
VALORES A RECEBER	-1.174.865,50	3.809.326,00
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	**9.578.379.854,48**	**8.954.247.016,78**

Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
Estado do Ceará

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido*

Exercício 2017

Contas / Especificação	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**44.893.405**	**10.500.000**			**-4.218.009**	**-255.329.710**	**-204.154.314**
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							0
AUMENTO DE CAPITAL							
FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							0
RESULTADO DO EXERCICIO						-22.389.124	-22.389.124
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			8.475.000				8.475.000
DIVIDENDOS							
OUTROS							
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	**44.893.405**	**10.500.000**	**8.475.000**		**-4.218.009**	**-277.718.834**	**-218.068.438**

NOTA: * DADOS EXTRAÍDOS APENAS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS DEPENDENTES CONSTITUIDAS SOB A FORMA DE SOCIEDADES ANÔNIMAS: COHAB E CODECE.

Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
Estado do Ceará

Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas

Exercício 2017
Anexo 1

Ingressos		Dispêndios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.891.974.622,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.023.336.551,57
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.667.062.805,43	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	452.097.969,17
RECEITA PATRIMONIAL	426.282.949,47	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.476.678.739,01
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.344,35		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	107.213.824,89		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.749.100.778,48		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.039.065.700,05		
(-)DEDUÇÕES	3.011.209.928,19		
		SUPERÁVIT	1.917.389.836,95
TOTAL	22.869.503.096,70	TOTAL	22.869.503.096,70
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.051.078.860,99	INVESTIMENTOS	2.467.740.151,33
ALIENAÇÃO DE BENS	16.428.948,44	INVERSÕES FINANCEIRAS	199.223.326,39
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	989.275.445,29
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	471.318.365,03		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	683.272,56		
(-)DEDUÇÕES	57.739,93		
DÉFICIT	1.116.787.215,92		
TOTAL	3.656.238.923,01	TOTAL	3.656.238.923,01

607

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	22.869.503.096,70	DESPESAS CORRENTES	20.952.113.259,75
RECEITAS DE CAPITAL	2.539.451.707,09	DESPESAS DE CAPITAL	3.656.238.923,01
		SUPERÁVIT	800.602.621,03
TOTAL	25.408.954.803,79	TOTAL	25.408.954.803,79

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				20.952.113.259,75
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			11.023.336.551,57	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		9.968.360.281,96		
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.370.354.342,92			
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	745.207.627,31			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	327.484.500,25			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.352.363,66			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	4.014.194,66			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.023.366.918,39			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.162.083.209,86			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	96.589.643,18			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	22.385.079,62			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	116.628.993,59			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.527.882,83			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	11.394.936,04			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	36.970.589,65			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		1.054.976.269,61		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.053.553.776,09			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	306.504,69			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.115.988,83			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			452.097.969,17	
3290	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		452.097.969,17		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	393.848.995,68			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	30.898.054,73			
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	27.350.918,76			
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			9.476.678.739,01	
3320	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
33204100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		280.000,00		
33304100	CONTRIBUIÇÕES	280.000,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		3.251.768.957,62		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	100.246.873,67			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.151.521.819,18			
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	264,77			
33409300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		268.522.643,86		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	261.252.571,68			
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.270.072,18			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		1.009.393.278,30		
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	803.939.551,67			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	181.901.620,37			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.362.601,04			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.189.505,22			
33509300	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		4.645.480,48		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.645.480,48			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		42.669.277,47		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP	37.540.463,76			
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.128.813,71			
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		9.858.910,78		
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.858.910,78			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		106.242.654,81		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	106.242.654,81			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		4.523.869.987,99		
33900300	PENSÕES	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.988.516,17			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	20.315.852,94			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	12.563.106,07			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	39.636.731,41			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	8.260.334,40			
33902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILIARES	0,00			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	494.293.948,89			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	38.238.432,60			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	233.776.883,77			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	25.246.358,08			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	578.298.642,87			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	13.455.039,91			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	182.704.878,23			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	820.204.358,33			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.386.768.093,55			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.042.500,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	179.036.757,07			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	176.929.517,86			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16.633.819,13			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	952.472,27			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.380.280,84			
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	243.530,00			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	4.677.086,96			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	120.311.205,34			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	155.911.641,30			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		259.427.547,70		
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.494.480,01			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	202.267.109,52			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.329.541,83			
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.276.856,21			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	18.059.560,13			
3393	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL		0,00		
33933900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
3395	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012		0,00		
33953600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
4	DESPESA DE CAPITAL				3.656.238.923,01
44	INVESTIMENTOS			2.467.740.151,33	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		117.714.910,28		

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44404100	CONTRIBUIÇÕES	1.585.338,25			
44404200	AUXÍLIOS	112.806.143,07			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.323.428,96			
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		0,00		
44414100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		107.142.796,39		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.499.999,98			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44504200	AUXÍLIOS	81.642.796,41			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00		
44604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44604200	AUXÍLIOS	0,00			
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		7.840.035,01		
44678300	DESP. DECOR. DE CONTRATO PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	7.118.497,63			
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	721.537,38			
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00		
44704100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		70.000,00		
44715200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	70.000,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		2.233.857.734,38		
44901400	DIÁRIA-CIVIL	193.668,21			
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.441.178,58			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	12.159.276,64			
44903200	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	136.255,29			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	96.287.981,50			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	148.070,00			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	2.720.935,29			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	273.962.467,76			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	632.806,13			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	8.867.398,52			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	243.046,96			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.317.119.228,51			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	285.312.338,16			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	37.795.383,94			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	0,00			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.730.216,01			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	167.771.286,36			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.336.196,52			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		1.114.675,27		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	96.733,29			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	764.887,30			
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	251.963,68			
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.091,00			
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
4493	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL		0,00		
44935100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE		0,00		
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4495	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012		0,00		
44955100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4496	APLICAÇÕES DIRETAS		0,00		
44969300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			199.223.326,39	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		199.223.326,39		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00			
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.353.500,64			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	148.671.258,71			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	49.198.567,04			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			989.275.445,29	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		989.275.445,29		
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	128.840.529,39			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	860.434.915,90			
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
Total Geral:					**24.608.352.182,76**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
110000000 Receitas Correntes	**21.455.056.102,45**	**21.594.747.490,97**	**139.691.388,52**	**0,00**
111000000 Receita Tributária	**12.118.894.204,03**	**12.197.141.288,70**	**78.247.084,67**	**0,00**
111100000 Impostos	**11.416.918.317,03**	**11.417.212.567,28**	**294.250,25**	**0,00**
111120000 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.857.647.926,00	1.817.987.769,26	0,00	39.660.156,74
111120400 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	956.140.547,00	1.002.514.679,32	46.374.132,32	0,00
111120431 Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	922.675.628,00	972.108.819,91	49.433.191,91	0,00
111120431 Restituição de Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	0,00	-1.028.828,32	1.028.828,32	0,00
111120434 Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	33.464.919,00	31.532.317,71	0,00	1.932.601,29
111120434 Restituição de Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	0,00	-97.629,98	97.629,98	0,00
111120500 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	707.638.500,00	735.586.429,21	27.947.929,21	0,00
111120500 Dedução da Receita de IPVA para a Formação do FUNDEB	-78.626.500,00	-81.610.403,53	2.983.903,53	0,00
111120500 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	786.265.000,00	0,00	0,00	786.265.000,00
111120551 IPVA Principal	0,00	817.484.851,26	817.484.851,26	0,00
111120551 Restituições de IPVA Principal	0,00	-288.018,52	288.018,52	0,00
111120700 Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	193.868.879,00	79.886.660,73	0,00	113.982.218,27
111120700 Dedução de Receita de ITCD para a Formação do FUNDEB	-48.467.220,00	-12.279.497,12	0,00	36.187.722,88
111120700 Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	242.336.099,00	0,00	0,00	242.336.099,00
111120751 ITCD Principal	0,00	92.833.297,84	92.833.297,84	0,00
111120751 Restituição de ITCD Principal	0,00	-667.139,99	667.139,99	0,00
111130000 Impostos sobre a Produção e a Circulação	9.559.270.391,03	9.599.224.798,02	39.954.406,99	0,00
111130200 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	9.559.270.391,03	9.599.224.798,02	39.954.406,99	0,00
111130201 Dedução de Receita de ICMS para a Formação do FUNDEB	-1.575.025.200,00	-1.582.322.117,94	7.296.917,94	0,00
111130202 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	541.909.983,00	532.487.808,72	0,00	9.422.174,28
111130202 Restituição de Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	0,00	-52.472,59	52.472,59	0,00
111130251 ICMS Combustivel	2.339.167.564,30	2.551.451.997,39	212.284.433,09	0,00
111130252 ICMS Comércio Atacadista	2.121.045.725,26	2.053.759.366,30	0,00	67.286.358,96
111130252 Restituições de ICMS Comércio Atacadista	0,00	-8.074.107,64	8.074.107,64	0,00
111130253 ICMS Comércio Varejista	1.632.362.770,06	1.532.830.173,79	0,00	99.532.596,27
111130253 Restituição de ICMS Comércio Varejista	0,00	-638.859,65	638.859,65	0,00
111130254 ICMS Comunicação	773.756.973,94	696.440.239,40	0,00	77.316.734,54
111130255 ICMS Construção Civil	34.870.372,03	19.102.811,53	0,00	15.767.560,50
111130256 ICMS Energia Elétrica	1.266.320.462,68	1.247.273.633,63	0,00	19.046.829,05

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111130257 ICMS Indústria	2.144.022.500,82	2.135.388.774,92	0,00	8.633.725,90
111130257 Restituições de ICMS Indústria	0,00	-1.115.538,76	1.115.538,76	0,00
111130258 ICMS Outros Serviços	4.682.197,19	12.654.981,04	7.972.783,85	0,00
111130258 Restituições de ICMS Outros Serviços	0,00	-159.213,58	159.213,58	0,00
111130259 ICMS Pessoa Física	16.788.629,54	7.760.541,45	0,00	9.028.088,09
111130259 Restituições de ICMS Pessoa Física	0,00	-1.583.877,54	1.583.877,54	0,00
111130261 ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	26.532.852,27	168.437.901,37	141.905.049,10	0,00
111130261 Restituições de ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	0,00	-168.568,96	168.568,96	0,00
111130262 Registra as restituições de ICMS Pessoa Jurídica Transporte de Carga	0,00	0,00	0,00	0,00
111130263 ICMS Produtor Agropecuário	8.840.575,55	6.597.892,05	0,00	2.242.683,50
111130263 Registra as restituições de ICMS Produtor Agropecuário	0,00	-5.817,24	5.817,24	0,00
111130265 ICMS Transporte	147.305.602,38	145.825.860,97	0,00	1.479.741,41
111130265 Registra as restituições de ICMS Transporte	0,00	-79.045,25	79.045,25	0,00
111130266 ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	316.248,42	5.403.072,89	5.086.824,47	0,00
111130267 ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	76.373.133,59	78.039.748,62	1.666.615,03	0,00
111130267 Registra as restituições de ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	-30.386,90	30.386,90	0,00
111200000 Taxas	**701.975.887,00**	**779.928.721,42**	**77.952.834,42**	**0,00**
111210000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	39.782.402,00	58.548.247,21	18.765.845,21	0,00
111211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	108.519,99	108.519,99	0,00
111211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	108.519,99	108.519,99	0,00
111212100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	14.703.331,00	23.227.560,92	8.524.229,92	0,00
111212151 Restituição de Taxa Ambientais	0,00	-306.735,13	306.735,13	0,00
111212151 Taxa Ambientais	12.603.331,00	9.846.105,14	0,00	2.757.225,86
111212153 Taxa de Licenciamento Ambiental	2.100.000,00	13.688.190,91	11.588.190,91	0,00
111213000 Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	9.120.000,00	0,00	0,00	9.120.000,00
111213000 Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	9.120.000,00	0,00	0,00	9.120.000,00
111213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	2.208.000,00	40.847,82	0,00	2.167.152,18
111213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	2.208.000,00	40.847,82	0,00	2.167.152,18
111213200 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	3.035.078,19	3.035.078,19	0,00
111213200 Restituição de Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	-5.200,72	5.200,72	0,00
111213200 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	3.040.278,91	3.040.278,91	0,00
111213300 Taxa de Habite-se	0,00	8.009.147,26	8.009.147,26	0,00
111213300 Restituição de Taxa de Habite-se	0,00	-127.817,32	127.817,32	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111213300 Taxa de Habite-se	0,00	8.136.964,58	8.136.964,58	0,00
111213400 Taxa de Parecer Técnico	0,00	7.888,48	7.888,48	0,00
111213400 Taxa de Parecer Técnico	0,00	7.888,48	7.888,48	0,00
111213700 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	540.000,00	678.460,83	138.460,83	0,00
111213700 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	540.000,00	678.460,83	138.460,83	0,00
111219900 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	13.211.071,00	23.440.743,72	10.229.672,72	0,00
111219953 Restituição de Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	-2.258,78	2.258,78	0,00
111219953 Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	278.727,81	278.727,81	0,00
111219954 Taxa de Vistoria	0,00	191.808,29	191.808,29	0,00
111219955 Restituição de Taxa de Análise de Projeto	0,00	-480,31	480,31	0,00
111219955 Taxa de Análise de Projeto	0,00	129.212,94	129.212,94	0,00
111219956 Restituição de Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	0,00	-2.238,31	2.238,31	0,00
111219956 Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	4.617.360,00	7.187.968,11	2.570.608,11	0,00
111219957 Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	8.312.962,00	8.215.680,72	0,00	97.281,28
111219958 Restituição de Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	-191,29	191,29	0,00
111219958 Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	227.478,55	227.478,55	0,00
111219959 Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	0,00	1.695.440,49	1.695.440,49	0,00
111219960 Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	0,00	279.038,90	279.038,90	0,00
111219961 Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	0,00	249.296,43	249.296,43	0,00
111219962 Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	0,00	68.038,59	68.038,59	0,00
111219963 Taxa de Declaração de Não Similiridade por Item\Produto	0,00	1.473.854,76	1.473.854,76	0,00
111219964 Taxa de Aproveitemento de Crédito Extemporâneo	0,00	12.424,37	12.424,37	0,00
111219965 Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	0,00	2.925.607,57	2.925.607,57	0,00
111219967 Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	0,00	2,92	2,92	0,00
111219968 Restituição de Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	-1.599,91	1.599,91	0,00
111219968 Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	512.931,87	512.931,87	0,00
111219999 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	280.749,00	0,00	0,00	280.749,00
111220000 Taxas pela Prestação de Serviços	662.193.485,00	721.380.474,21	59.186.989,21	0,00
111220800 Emolumentos e Custas Judiciais	85.734.421,00	93.414.328,50	7.679.907,50	0,00
111220800 Emolumentos e Custas Judiciais	85.734.421,00	96.756.103,04	11.021.682,04	0,00
111220800 Restituição de Emolumentos e Custas Judiciais	0,00	-3.341.774,54	3.341.774,54	0,00
111221200 Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	30.029.898,00	0,00	0,00	30.029.898,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111221200 Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	30.029.898,00	0,00	0,00	30.029.898,00
111221900 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	1.180.012,00	1.180.012,00	0,00
111221900 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	1.180.012,00	1.180.012,00	0,00
111222100 Taxas de Serviços Cadastrais	64.000,00	165.883,16	101.883,16	0,00
111222100 Restituição de Taxas de Serviços Cadastrais	0,00	-19.285,00	19.285,00	0,00
111222100 Taxas de Serviços Cadastrais	64.000,00	185.168,16	121.168,16	0,00
111222900 Emolumentos e Custas Extrajudiciais	28.883.982,00	63.895.582,63	35.011.600,63	0,00
111222951 Restituição da Venda de Selos de Autenticidade	0,00	-8.937,48	8.937,48	0,00
111222951 Venda de Selos de Autenticidade	28.883.982,00	30.388.770,01	1.504.788,01	0,00
111222952 Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hidricos	0,00	498.270,66	498.270,66	0,00
111222953 Emolumentos Extrajudiciais	0,00	174.227,57	174.227,57	0,00
111222954 Taxa de Realização de Diligencia da Dívida Ativa	0,00	48,47	48,47	0,00
111222999 Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0,00	32.844.120,63	32.844.120,63	0,00
111222999 Restituição de Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0,00	-917,23	917,23	0,00
111229900 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	517.481.184,00	562.724.667,92	45.243.483,92	0,00
111229951 Taxa de Administração Fazendária	1.164.782,00	0,00	0,00	1.164.782,00
111229952 Restituição de Taxa de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
111229952 Taxa de Saúde	220.923,00	0,00	0,00	220.923,00
111229953 Restituição de Taxa de Serviços Educacionais	0,00	-25.037,10	25.037,10	0,00
111229953 Taxa de Serviços Educacionais	5.544.447,00	2.766.537,47	0,00	2.777.909,53
111229955 Taxa da Loteria Estadual do Ceará	4.404.000,00	0,00	0,00	4.404.000,00
111229958 Restituição de Taxas de Fiscalização e Prestação de Serviços Públicos	0,00	-8.445,00	8.445,00	0,00
111229958 Taxas de Fiscalização e Prestação de Serviços Públicos	5.751.000,00	4.272.385,22	0,00	1.478.614,78
111229960 Taxa Anual de Prevenção Contra Incêndio	10.029,00	0,00	0,00	10.029,00
111229962 Taxa pela Prestação de Serviços Técnicos	460.000,00	9.228,96	0,00	450.771,04
111229963 Restituição de Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	0,00	-357.002,65	357.002,65	0,00
111229963 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	485.922.492,00	522.714.281,07	36.791.789,07	0,00
111229967 Restituição de Taxa pela Emissão de Documentos	0,00	-464,30	464,30	0,00
111229967 Taxa pela Emissão de Documentos	30.500,00	5.759.062,27	5.728.562,27	0,00
111229970 Contribuição do FERMOJU - Corrente	0,00	119.569,01	119.569,01	0,00
111229970 Restituição de Contribuição do FERMOJU - Corrente	0,00	-510,00	510,00	0,00
111229971 Editorial e Gráfica	10.034.084,00	22.649.632,36	12.615.548,36	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111229972 Taxa de Concessão de Licenças	0,00	282.979,40	282.979,40	0,00
111229973 Taxa de Transporte Animal e Vegetal	1.638.000,00	1.661.644,09	23.644,09	0,00
111229974 Taxa de Serviços Hemoterápicos	0,00	1.592.897,76	1.592.897,76	0,00
111229975 Taxa de Registro ou Validação de Documentos	0,00	117.971,43	117.971,43	0,00
111229976 Taxa pela Fornecimento de Cópia\Download de Documentos	0,00	732.534,51	732.534,51	0,00
111229977 Taxa de Consulta Escrita da Interpretação\Aplicação da Legislação Tributária	0,00	232.530,53	232.530,53	0,00
111229978 Taxa de Retificação de Dados em Documentos Fiscais e Escrita Fiscal	0,00	26.081,92	26.081,92	0,00
111229980 Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	46.472,34	46.472,34	0,00
111229999 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	2.300.927,00	132.318,63	0,00	2.168.608,37
112000000 Receitas de Contribuições	**600.409.600,00**	**630.917.296,19**	**30.507.696,19**	**0,00**
112100000 Contribuições Sociais	**600.409.600,00**	**630.917.296,19**	**30.507.696,19**	**0,00**
112102900 Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	596.076.280,00	626.632.552,61	30.556.272,61	0,00
112102907 Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	402.134.688,00	423.814.345,90	21.679.657,90	0,00
112102907 Restituição de Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00	-1.172.582,29	1.172.582,29	0,00
112102908 Contribuição de Servidor Ativo Militar	106.638.162,00	110.189.078,09	3.550.916,09	0,00
112102909 Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	58.896.845,00	63.445.627,24	4.548.782,24	0,00
112102910 Contribuições de Servidor Inativo Militar	5.726.930,00	6.963.328,30	1.236.398,30	0,00
112102911 Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	20.907.284,00	21.186.854,69	279.570,69	0,00
112102912 Contribuições de Pensionista Militar	1.772.371,00	2.205.900,68	433.529,68	0,00
112109900 Outras Contribuições Sociais	4.333.320,00	4.284.743,58	0,00	48.576,42
112109951 Contribuição Patronal para o FPP	0,00	620.783,60	620.783,60	0,00
112109952 Contribuição dos Deputados - Obrigatórios e Facultativos	4.248.009,00	2.554.047,46	0,00	1.693.961,54
112109953 Contribuição dos pensionistas do FPP	0,00	334.240,84	334.240,84	0,00
112109954 Contribuição dos Serventuários da Justiça	85.311,00	50.347,94	0,00	34.963,06
112109959 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	0,00	725.323,74	725.323,74	0,00
112109969 Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
113000000 Receita Patrimonial	**364.027.036,59**	**423.989.865,86**	**59.962.829,27**	**0,00**
113100000 Receitas Imobiliárias	**110.775.366,00**	**5.408.169,40**	**0,00**	**105.367.196,60**
113110000 Aluguéis	1.804.766,00	2.337.532,98	532.766,98	0,00
113110000 Aluguéis	1.804.766,00	2.505.397,22	700.631,22	0,00
113110000 Restituição de Aluguéis	0,00	-167.864,24	167.864,24	0,00
113130000 Foros	0,00	71,06	71,06	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113130000 Foros	0,00	71,06	71,06	0,00
113140000 Laudêmios	55.000,00	5.755,16	0,00	49.244,84
113140000 Laudêmios	55.000,00	5.755,16	0,00	49.244,84
113190000 Outras Receitas Imobiliárias	108.915.600,00	3.064.810,20	0,00	105.850.789,80
113195100 Taxa de Vistoria	7.680.600,00	1.188.901,65	0,00	6.491.698,35
113195100 Taxa de Vistoria	7.680.600,00	1.188.901,65	0,00	6.491.698,35
113195200 Taxa de Anuência	20.000,00	876.251,83	856.251,83	0,00
113195200 Taxa de Anuência	20.000,00	876.251,83	856.251,83	0,00
113199900 Outras Receitas Imobiliárias	101.215.000,00	999.656,72	0,00	100.215.343,28
113199900 Outras Receitas Imobiliárias	101.215.000,00	999.656,72	0,00	100.215.343,28
113200000 Receitas de Valores Mobiliários	**248.193.052,59**	**386.373.109,80**	**138.180.057,21**	**0,00**
113210000 Juros de Títulos de Renda	86.308.987,00	220.941.760,67	134.632.773,67	0,00
113210000 Juros de Títulos de Renda	86.308.987,00	221.315.786,68	135.006.799,68	0,00
113210000 Restituição de Juros de Títulos de Renda	0,00	-374.026,01	374.026,01	0,00
113220000 Dividendos	6.081.989,00	32.418.243,44	26.336.254,44	0,00
113220000 Dividendos	6.081.989,00	32.418.243,44	26.336.254,44	0,00
113250000 Remuneração de Depósitos Bancários	155.772.076,59	132.994.556,46	0,00	22.777.520,13
113250100 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	155.772.076,59	132.984.084,79	0,00	22.787.991,80
113250102 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FUNDEB Obs: Fonte 50.	19.985.809,00	6.689.030,59	0,00	13.296.778,41
113250103 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Saúde	0,00	9.664.507,60	9.664.507,60	0,00
113250109 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	1.446.563,00	289.655,69	0,00	1.156.907,31
113250110 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,00	198.236,49	198.236,49	0,00
113250151 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos do RPPS. Fonte 03	34.160.459,00	38.749.248,70	4.588.789,70	0,00
113250152 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos FECOP. Fonte 10	23.198.092,00	6.456.303,90	0,00	16.741.788,10
113250153 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Depósitos Judiciais - Lei 14.415/09 . Fonte 15	0,00	181.883,63	181.883,63	0,00
113250154 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Direta - Fonte 82	37.614.562,00	31.057.799,97	0,00	6.556.762,03
113250154 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Direta - Fonte 82	0,00	-119.550,19	119.550,19	0,00
113250155 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Indireta - Fonte 83	29.337.924,59	8.990.203,25	0,00	20.347.721,34
113250155 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios	0,00	-228.373,53	228.373,53	0,00

Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
	Federal Adm.Indireta - Fonte 83				
113250156	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Municipal - Adm. Direta - Fonte 86	0,00	362.894,85	362.894,85	0,00
113250156	Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Municipal - Adm. Direta - Fonte 86	0,00	-9.691,13	9.691,13	0,00
113250157	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com órgão Municipal - Adm. Indireta - Fonte 87	0,00	8.870,83	8.870,83	0,00
113250158	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Privado - Adm. Direta - Fonte 88	0,00	3.669,27	3.669,27	0,00
113250159	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Privado - Adm. Indireta - Fonte 89	1.170.000,00	685.801,16	0,00	484.198,84
113250161	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Internacional - Adm. Indireta - Fonte 81	44.366,00	23.524,49	0,00	20.841,51
113250162	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Defesa Civil - FT 79	630.000,00	549.658,88	0,00	80.341,12
113250163	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FPP - FT 05	0,00	10.401.727,51	10.401.727,51	0,00
113250165	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Compensação Ambiental - FT 16	0,00	5.936.983,71	5.936.983,71	0,00
113250165	Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Compensação Ambiental - FT 16	0,00	-1.206.674,20	1.206.674,20	0,00
113250166	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Salário Educação - FT 07	4.345.866,00	640.651,82	0,00	3.705.214,18
113250167	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Selos de Autenticidade - FT 29	878.000,00	1.745.212,66	867.212,66	0,00
113250168	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências Diretas do FNDE	0,00	3.389.422,89	3.389.422,89	0,00
113250169	Registra o rendimento de aplicação financeira de recursos do FDI - Fonte 76	2.752.249,00	849.628,64	0,00	1.902.620,36
113250170	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Cota-Parte Royalties - FT 44	0,00	145.078,49	145.078,49	0,00
113250171	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Operaçãoes de Créditos Internas	0,00	7.334.890,01	7.334.890,01	0,00
113250173	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos de Transferências do Fundo Penitenciário Nacional FT 92.01	0,00	193.488,81	193.488,81	0,00
113250199	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	208.186,00	0,00	0,00	208.186,00
113250200	Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	0,00	10.471,67	10.471,67	0,00
113250201	Receita de Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	10.471,67	10.471,67	0,00
113290000	Outras Receitas de Valores Mobiliários	30.000,00	18.549,23	0,00	11.450,77
113299900	Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	18.549,23	18.549,23	0,00
113299900	Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	18.549,23	18.549,23	0,00
113290000	Outras Receitas de Valores Mobiliários	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
113300000	**Receita de Concessões e Permissões**	**1.980.000,00**	**11.427.761,01**	**9.447.761,01**	**0,00**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113310000 Receita de Concessões e Permissões - Serviços	920.000,00	90.615,15	0,00	829.384,85
113310100 Receita de Concessões e Permissões - Serviços de Transporte	920.000,00	0,00	0,00	920.000,00
113310105 Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Coletivo Local e Intermunicipal	920.000,00	0,00	0,00	920.000,00
113319900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	90.615,15	90.615,15	0,00
113319900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	90.615,15	90.615,15	0,00
113330000 Receita de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	1.060.000,00	4.265.678,58	3.205.678,58	0,00
113339900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	1.060.000,00	4.265.678,58	3.205.678,58	0,00
113339951 Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	77.063,67	77.063,67	0,00
113339952 Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	0,00	2.105.122,88	2.105.122,88	0,00
113339953 Permissão de Uso de Faixa de Domínio	1.060.000,00	2.030.100,48	970.100,48	0,00
113339953 Restituição de Permissão de Uso de Faixa de Domínio	0,00	-1.278,68	1.278,68	0,00
113339954 Permissão de Uso de Área Aeroportuária	0,00	54.670,23	54.670,23	0,00
113339954 Restituição de Permissão de Uso de Área Aeroportuária	0,00	0,00	0,00	0,00
113390000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	7.071.467,28	7.071.467,28	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	7.004.970,24	7.004.970,24	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	7.004.970,24	7.004.970,24	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	66.497,04	66.497,04	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	66.497,04	66.497,04	0,00
113600000 Receita da Cessão de Direitos	**1.215.650,00**	**19.579.095,14**	**18.363.445,14**	**0,00**
113610000 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	1.215.650,00	19.579.095,14	18.363.445,14	0,00
113610100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	0,00	4.362.635,14	4.362.635,14	0,00
113610100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	0,00	4.362.635,14	4.362.635,14	0,00
113615100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	1.215.650,00	4.816.460,00	3.600.810,00	0,00
113615100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	1.215.650,00	4.816.460,00	3.600.810,00	0,00
113615200 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Conta única	0,00	10.400.000,00	10.400.000,00	0,00
113615200 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Conta única	0,00	10.400.000,00	10.400.000,00	0,00
113900000 Outras Receitas Patrimoniais	**1.862.968,00**	**1.201.730,51**	**0,00**	**661.237,49**
113905100 Recuperação de Ativos	1.862.968,00	1.201.730,51	0,00	661.237,49
113905100 Recuperação de Ativos	1.862.968,00	1.201.730,51	0,00	661.237,49
114000000 Receita Agropecuária	**0,00**	**12.344,35**	**12.344,35**	**0,00**
114200000 Receita da Produção Animal e Derivados	**0,00**	**12.344,35**	**12.344,35**	**0,00**
114200000 Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	12.344,35	12.344,35	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
116000000 Receita de Serviços	**70.588.895,30**	**83.340.791,12**	**12.751.895,82**	**0,00**
116000100 Serviços Comerciais	2.448.000,00	1.143.662,77	0,00	1.304.337,23
116000102 Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	0,00	149,86	149,86	0,00
116000199 Outros Serviços Comerciais	2.448.000,00	1.143.512,91	0,00	1.304.487,09
116000200 Serviços Financeiros	0,00	147.814,42	147.814,42	0,00
116000299 Outros Serviços Financeiros	0,00	147.814,42	147.814,42	0,00
116000400 Serviços de Comunicação	526.211,00	655.279,26	129.068,26	0,00
116000403 Outros Serviços de Comunicação	526.211,00	655.279,26	129.068,26	0,00
116000500 Serviços de Saúde	2.732.670,52	963.250,78	0,00	1.769.419,74
116000502 Serviços de Registro de Análise e de Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	23.820,47	23.820,47	0,00
116000503 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	2.732.670,52	939.430,31	0,00	1.793.240,21
116000800 Serviços de Processamento de Dados	2.150.000,00	1.989.439,39	0,00	160.560,61
116000852 Serviço de Acesso à Internet	1.250.000,00	270.010,13	0,00	979.989,87
116000853 Serviço de Tráfego de Dados	900.000,00	1.289.048,68	389.048,68	0,00
116000855 Alocação de Endereço IP	0,00	0,00	0,00	0,00
116000860 Serviços em Nuvem	0,00	430.380,58	430.380,58	0,00
116001200 Serviços Tecnológicos	1.426.000,00	1.000.486,86	0,00	425.513,14
116001200 Serviços Tecnológicos	1.426.000,00	1.000.486,86	0,00	425.513,14
116001300 Serviços Administrativos	495.000,00	709.227,85	214.227,85	0,00
116001301 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	200.000,00	340,84	0,00	199.659,16
116001302 Serviços de Venda de Editais	0,00	3.089,89	3.089,89	0,00
116001304 Serviços de Expedição de Certificados	120.000,00	611.598,90	491.598,90	0,00
116001399 Outros Serviços Administrativos	175.000,00	94.198,22	0,00	80.801,78
116001500 Serviços de Meteorologia	50.000,00	13.717,50	0,00	36.282,50
116001500 Serviços de Meteorologia	50.000,00	13.717,50	0,00	36.282,50
116001600 Serviços Educacionais	400.000,00	84.912,00	0,00	315.088,00
116001600 Serviços Educacionais	400.000,00	84.912,00	0,00	315.088,00
116001900 Serviços Recreativos e Culturais	11.774.551,00	8.148.392,09	0,00	3.626.158,91
116001951 Equipam. Turísticos - Centro de Convenções	130.828,00	0,00	0,00	130.828,00
116001952 Equipam. Turísticos - Centro de Turismo	654.142,00	447.193,02	0,00	206.948,98
116001956 Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	10.989.581,00	7.756.080,14	0,00	3.233.500,86
116001956 Restituição Receita de Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	0,00	-54.881,07	54.881,07	0,00
116002000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	1.324.000,00	275.977,30	0,00	1.048.022,70

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
116002002 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	1.324.000,00	275.977,30	0,00	1.048.022,70
116002100 Serviços de Hospedagem e Alimentação	0,00	150.804,94	150.804,94	0,00
116002100 Serviços de Hospedagem e Alimentação	0,00	150.804,94	150.804,94	0,00
116002200 Serviços de Estudos e Pesquisas	600.000,00	1.029.833,60	429.833,60	0,00
116002200 Serviços de Estudos e Pesquisas	600.000,00	1.029.833,60	429.833,60	0,00
116002400 Serviços de Registro do Comércio	8.675.179,78	10.277.034,48	1.601.854,70	0,00
116002400 Restituição de Serviços de Registro do Comércio	0,00	-655.450,32	655.450,32	0,00
116002400 Serviços de Registro do Comércio	8.675.179,78	10.932.484,80	2.257.305,02	0,00
116003100 Tarifa e Adicional sobre Tarifa Aeroportuária	0,00	382.103,40	382.103,40	0,00
116003101 Tarifa Aeroportuária	0,00	382.103,40	382.103,40	0,00
116003900 Serviços Veterinários	85.000,00	204.343,00	119.343,00	0,00
116003900 Serviços Veterinários	85.000,00	204.343,00	119.343,00	0,00
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	3.088.283,00	18.879.215,91	15.790.932,91	0,00
116005000 Restituição de Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	-26.513,54	26.513,54	0,00
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	3.088.283,00	18.905.729,45	15.817.446,45	0,00
116009900 Outros Serviços	34.814.000,00	37.285.295,57	2.471.295,57	0,00
116009951 Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elética	1.000.000,00	1.075.112,49	75.112,49	0,00
116009953 Fornecimento de Refeições	595.000,00	654.270,15	59.270,15	0,00
116009954 Serviço de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos	1.165.000,00	3.100.000,00	1.935.000,00	0,00
116009955 Venda de Produtos Consignáveis	0,00	15.553,97	15.553,97	0,00
116009957 Serviços de Exames Laboratoriais	0,00	187.635,03	187.635,03	0,00
116009958 Serviços de Cadastro em Geral	0,00	625.446,81	625.446,81	0,00
116009959 Registra o valor do serviço de credenciamento para atuar como despachante e outros serviços junto a órgãos públicos.	0,00	8.000,01	8.000,01	0,00
116009960 Registra a receita de serviço pelo uso da estrutura arrecadatória de órgãos do Estado	17.600.000,00	22.168.002,00	4.568.002,00	0,00
116009964 Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	0,00	1.462,25	1.462,25	0,00
116009999 Outros Serviços	14.454.000,00	9.449.812,86	0,00	5.004.187,14
117000000 Transferências Correntes	**7.388.037.712,80**	**7.481.742.695,68**	**93.704.982,88**	**0,00**
117200000 Transferências Intergovernamentais	**7.231.608.450,56**	**7.385.851.275,22**	**154.242.824,66**	**0,00**
117210000 Transferências da União	5.744.856.925,56	5.859.619.919,08	114.762.993,52	0,00
117210100 Participação na Receita da União	4.722.048.930,62	4.958.890.441,96	236.841.511,34	0,00
117210101 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	5.757.788.822,00	6.084.109.296,16	326.320.474,16	0,00
117210101 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPE	-1.142.185.562,00	-1.216.821.858,93	74.636.296,93	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
117210112 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	53.523.956,00	33.171.137,52	0,00	20.352.818,48
117210112 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI Exportação	-8.028.593,00	-4.975.670,45	0,00	3.052.922,55
117210113 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	60.950.307,62	62.168.441,90	1.218.134,28	0,00
117210151 FEX - Auxilio Financeiro para Fomento Exportações	0,00	1.239.095,76	1.239.095,76	0,00
117212200 Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	33.398.112,00	28.003.174,50	0,00	5.394.937,50
117212220 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.364.262,00	1.739.489,01	375.227,01	0,00
117212230 Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	7.981.014,00	5.775.278,48	0,00	2.205.735,52
117212240 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	5.170.126,00	3.684.680,25	0,00	1.485.445,75
117212270 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	18.882.710,00	16.803.726,76	0,00	2.078.983,24
117213300 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	786.568.077,97	629.485.601,32	0,00	157.082.476,65
117213336 Atenção Básica - Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	0,00	1.288.508,79	1.288.508,79	0,00
117213339 Atenção Básica - Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	1.733.261,00	0,00	0,00	1.733.261,00
117213341 MAC TF - Teto financeiro	681.226.640,97	439.106.151,10	0,00	242.120.489,87
117213342 MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	0,00	15.766.019,00	15.766.019,00	0,00
117213343 MAC TF - CEO - Centro Espec. Odontológica	5.000,00	8.450.200,00	8.445.200,00	0,00
117213345 MAC TF - CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	130.609,00	0,00	0,00	130.609,00
117213349 MAC TF - Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	85.361.900,12	85.361.900,12	0,00
117213358 MAC FAEC - Transplantes - Outros	0,00	3.705.514,90	3.705.514,90	0,00
117213359 MAC FAEC - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	3.919.058,98	3.919.058,98	0,00
117213361 V SAÚDE - Vigilância Epidmiológica e Ambiental em Saúde	12.407.100,00	0,00	0,00	12.407.100,00
117213362 V SAÚDE - Vigilância Sanitária	20.479.900,00	10.322.151,12	0,00	10.157.748,88
117213363 V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	11.871.680,00	11.871.680,00	0,00
117213371 A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	49.051.784,00	31.682.247,44	0,00	17.369.536,56
117213373 A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	17.450.749,23	17.450.749,23	0,00
117213379 A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	21.533.783,00	431.420,64	0,00	21.102.362,36
117213389 G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	130.000,00	130.000,00	0,00
117213400 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	23.401.049,03	4.894.792,81	0,00	18.506.256,22
117213400 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	23.401.049,03	4.894.792,81	0,00	18.506.256,22
117213500 Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	92.366.678,94	139.615.413,98	47.248.735,04	0,00
117213501 Transferências do Salário-Educação	54.127.950,94	55.070.070,76	942.119,82	0,00
117213502 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	2.440,00	2.440,00	0,00
117213503 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	34.746.156,76	34.746.156,76	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
117213504 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	0,00	1.417.479,11	1.417.479,11	0,00
117213599 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	38.238.728,00	48.379.267,35	10.140.539,35	0,00
117213600 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	19.057.077,00	19.057.077,12	0,12	0,00
117213600 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS Desoneração - L.C 87/96	-4.764.269,00	-4.764.269,16	0,16	0,00
117213600 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	23.821.346,00	23.821.346,28	0,28	0,00
117219900 Outras Transferências da União	68.017.000,00	79.673.417,39	11.656.417,39	0,00
117219951 Restituição de Transferências ao Fundo de Defesa Civil	0,00	-560.000,00	560.000,00	0,00
117219951 Transferências ao Fundo de Defesa Civil	62.911.000,00	32.842.010,00	0,00	30.068.990,00
117219952 Transferências Oriundas da Lei Pelé	5.106.000,00	2.606.962,95	0,00	2.499.037,05
117219953 Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	0,00	44.784.444,44	44.784.444,44	0,00
117230000 Transferências dos Municípios	11.610.761,00	95.526.690,81	83.915.929,81	0,00
117230100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	11.610.761,00	95.526.690,81	83.915.929,81	0,00
117230100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	11.610.761,00	95.526.690,81	83.915.929,81	0,00
117240000 Transferências Multigovernamentais	1.475.140.764,00	1.430.704.665,33	0,00	44.436.098,67
117240100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.091.604.165,00	1.126.421.748,16	34.817.583,16	0,00
117240100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.091.604.165,00	1.126.421.748,16	34.817.583,16	0,00
117240200 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	383.536.599,00	304.282.917,17	0,00	79.253.681,83
117240251 Complementação do FUNDEB do Exercício	383.536.599,00	295.329.513,71	0,00	88.207.085,29
117240252 Complementação do FUNDEB de Exercícios anteriores	0,00	49.113.188,51	49.113.188,51	0,00
117240252 Restituição de Complementação do FUNDEB de Exercícios anteriores	0,00	-40.159.785,05	40.159.785,05	0,00
117300000 Transferências de Instituições Privadas	**39.000.000,00**	**16.215.879,13**	**0,00**	**22.784.120,87**
117300000 Transferências de Instituições Privadas	39.000.000,00	16.215.879,13	0,00	22.784.120,87
117500000 Transferências de Pessoas	**1.664.452,00**	**891.927,76**	**0,00**	**772.524,24**
117500000 Transferências de Pessoas	1.664.452,00	891.927,76	0,00	772.524,24
117600000 Transferências de Convênios	**115.764.810,24**	**78.783.613,57**	**0,00**	**36.981.196,67**
117610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	113.797.802,19	73.342.987,60	0,00	40.454.814,59
117610100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	10.054.955,00	68.500,00	0,00	9.986.455,00
117610100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	10.054.955,00	68.500,00	0,00	9.986.455,00
117610200 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	32.482.489,00	6.248.421,82	0,00	26.234.067,18
117610200 Restituição de Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	0,00	-10.612,74	10.612,74	0,00
117610200 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	32.482.489,00	6.259.034,56	0,00	26.223.454,44

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
117610300 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	9.014.000,00	0,00	0,00	9.014.000,00
117610300 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	9.014.000,00	0,00	0,00	9.014.000,00
117610500 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	3.300.000,00	0,00	0,00	3.300.000,00
117610500 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	3.300.000,00	0,00	0,00	3.300.000,00
117619900 Outras Transferências de Convênios da União	58.946.358,19	67.026.065,78	8.079.707,59	0,00
117619900 Outras Transferências de Convênios da União	58.946.358,19	67.091.952,25	8.145.594,06	0,00
117619900 Restituição de Outras Transferências de Convênios da União	0,00	-65.886,47	65.886,47	0,00
117630000 Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	489.778,09	87.095,56	0,00	402.682,53
117630100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	489.778,09	87.095,56	0,00	402.682,53
117630100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	489.778,09	87.095,56	0,00	402.682,53
117640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	1.477.229,96	5.332.130,41	3.854.900,45	0,00
117640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	1.477.229,96	5.332.130,41	3.854.900,45	0,00
117650000 Transferência de Convênios do Exterior	0,00	21.400,00	21.400,00	0,00
117650000 Transferência de Convênios do Exterior	0,00	21.400,00	21.400,00	0,00
119000000 Outras Receitas Correntes	**913.098.653,73**	**777.603.209,07**	**0,00**	**135.495.444,66**
119100000 Multas e Juros de Mora	**246.547.558,01**	**308.007.875,06**	**61.460.317,05**	**0,00**
119110000 Multas e Juros de Mora dos Tributos	70.003.360,02	87.378.911,82	17.375.551,80	0,00
119112000 Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	1.751.476,00	2.761.746,34	1.010.270,34	0,00
119112051 Dedução de Multas e Juros de Mora - ITCD para o FUNDEB	-437.869,00	-690.436,59	252.567,59	0,00
119112051 Multas e Juros de Mora - ITCD	2.189.345,00	3.452.182,93	1.262.837,93	0,00
119114100 Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	17.638.895,00	27.408.442,90	9.769.547,90	0,00
119114151 Dedução de Multas e Juros de Mora - IPVA para o FUNDEB	-1.959.877,00	-3.045.382,54	1.085.505,54	0,00
119114151 Multas e Juros de Mora - IPVA	19.598.772,00	30.453.825,44	10.855.053,44	0,00
119114200 Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	50.612.989,02	57.208.722,58	6.595.733,56	0,00
119114251 Dedução de Multas e Juros de Mora - ICMS para o FUNDEB	-5.271.661,00	-5.919.767,96	648.106,96	0,00
119114251 Multas e Juros de Mora do ICMS Combustível	990.550,92	1.910.527,30	919.976,38	0,00
119114252 Dedução de Multas e Juros de Penalidade - ICMS para o FUNDEB	0,00	-6.061.916,58	6.061.916,58	0,00
119114252 Multas e Juros de Mora do ICMS Comércio Atacadista	6.577.628,66	8.863.002,37	2.285.373,71	0,00
119114253 Multas e Juros de Mora do ICMS Varejista	8.802.639,05	11.547.630,02	2.744.990,97	0,00
119114254 Multas e Juros de Mora do ICMS Comunicação	171.948,05	1.413.004,26	1.241.056,21	0,00
119114255 Multas e Juros de Mora do ICMS Construção Civil	610.045,81	435.770,13	0,00	174.275,68
119114256 Multas e Juros de Mora do ICMS Energia Elétrica	2.746.440,65	3.011.763,42	265.322,77	0,00
119114257 Multas e Juros de Mora do ICMS Indústria	12.155.485,20	8.546.167,69	0,00	3.609.317,51

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119114258 Multas e Juros de Mora do ICMS Outros Serviços	80.536,89	115.020,79	34.483,90	0,00
119114259 Multas e Juros de Mora do ICMS Pessoa Física	138.601,11	79.251,60	0,00	59.349,51
119114261 Multas e Juros de Mora do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	88.888,77	349.354,87	260.466,10	0,00
119114263 Multas e Juros de Mora do ICMS Produtor Agropecuário	112.893,88	108.150,21	0,00	4.743,67
119114265 Multas e Juros de Mora do ICMS Transporte	1.601.377,98	1.682.986,32	81.608,34	0,00
119114266 Multas e Juros de Mora do ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	4.970,84	1.564,86	0,00	3.405,98
119114267 Multas e Juros de Mora do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	1.062.401,21	1.400.925,87	338.524,66	0,00
119114268 Multas e Juros de Mora do ICMS - FECOP	0,00	1.439.701,11	1.439.701,11	0,00
119114270 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Combustivel	1.157.321,89	185.723,03	0,00	971.598,86
119114271 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comércio Atacadista	2.243.941,76	5.027.932,55	2.783.990,79	0,00
119114272 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comércio Varejista	2.187.509,94	4.563.357,66	2.375.847,72	0,00
119114273 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comunicação	181.768,87	457.334,30	275.565,43	0,00
119114274 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Construção Civil	99.591,57	92.973,56	0,00	6.618,01
119114275 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Energia Elétrica	510.176,61	288.149,95	0,00	222.026,66
119114276 Dedução de Multas e Juros de Penalidade do ICMS Indústria	-2.196.025,80	0,00	0,00	2.196.025,80
119114276 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Indústria	10.054.478,70	4.379.388,08	0,00	5.675.090,62
119114277 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Outros Serviços	16.186,39	44.930,93	28.744,54	0,00
119114278 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Pessoa Física	1.082.741,38	668.691,44	0,00	414.049,94
119114280 Dedução de Multas e Juros de Penalidade do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	-1.464.017,20	0,00	0,00	1.464.017,20
119114280 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	5.536.839,93	10.756.205,15	5.219.365,22	0,00
119114282 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Produtor Agropecuário	102.402,85	178.543,21	76.140,36	0,00
119114284 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Transporte	1.177.226,91	1.382.754,51	205.527,60	0,00
119114286 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	50.097,20	259.601,93	209.504,73	0,00
119130000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	1.939.985,99	20.417.646,67	18.477.660,68	0,00
119131400 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.849.943,00	3.162.767,22	1.312.824,22	0,00
119131400 Dedução de Multas e Juros da Dívida Ativa do IPVA para o FUNDEB	-730.862,00	0,00	0,00	730.862,00
119131451 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA para o FUNDEB	-286.756,00	-351.418,58	64.662,58	0,00
119131451 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA	2.867.561,00	3.514.185,80	646.624,80	0,00
119131500 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	-2.604.633,01	16.751.653,17	14.147.020,16	0,00
119131500 Dedução de Multas e Juros da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	-9.374.335,00	0,00	0,00	9.374.335,00
119131551 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	-689.748,00	-960.231,52	270.483,52	0,00

Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119131551	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Combustível	2.464,63	65.334,53	62.869,90	0,00
119131552	Dedução de Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	0,00	-2.816.552,96	2.816.552,96	0,00
119131552	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Comércio Atacadista	465.262,96	618.109,65	152.846,69	0,00
119131553	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Varejista	1.049.283,85	1.379.117,98	329.834,13	0,00
119131554	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	3.451,99	66.752,41	63.300,42	0,00
119131555	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	7.713,20	22.763,25	15.050,05	0,00
119131556	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	931,37	3.673,90	2.742,53	0,00
119131557	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Indústria	2.058.958,71	2.235.724,52	176.765,81	0,00
119131558	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	14.166,53	25.777,50	11.610,97	0,00
119131561	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	230.222,88	644.375,33	414.152,45	0,00
119131563	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	28.281,77	13.649,82	0,00	14.631,95
119131565	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Transporte	570.482,09	1.069.740,84	499.258,75	0,00
119131567	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	167.099,01	256.523,71	89.424,70	0,00
119131570	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Combustivel	0,00	7.311,06	7.311,06	0,00
119131571	Dedução de Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Atacadista	-227.207,25	0,00	0,00	227.207,25
119131571	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Atacadista	1.009.810,80	9.461.604,39	8.451.793,59	0,00
119131572	Dedução de Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Varejista	-277.697,75	0,00	0,00	277.697,75
119131572	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Varejista	1.346.414,40	1.359.958,96	13.544,56	0,00
119131573	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	0,00	27,43	27,43	0,00
119131574	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	0,00	11.057,55	11.057,55	0,00
119131575	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	0,00	17.577,08	17.577,08	0,00
119131576	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Indústria	841.509,00	2.142.314,05	1.300.805,05	0,00
119131577	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	0,00	38.354,07	38.354,07	0,00
119131578	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Física	0,00	13.112,46	13.112,46	0,00
119131580	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	168.301,80	746.537,70	578.235,90	0,00
119131582	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	114.800,46	114.800,46	0,00
119131584	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Transporte	0,00	176.270,94	176.270,94	0,00
119131586	Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	37.968,06	37.968,06	0,00
119132000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	-542.818,00	503.226,28	0,00	39.591,72
119132000	Dedução de Multas e Juros da Dívida Ativa do ITCD para o FUNDEB	-943.998,00	0,00	0,00	943.998,00
119132051	Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITCD para o FUNDEB	-100.295,00	-125.806,57	25.511,57	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119132051 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITCD	501.475,00	629.032,85	127.557,85	0,00
119139900 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	3.237.494,00	0,00	0,00	3.237.494,00
119139900 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	3.237.494,00	0,00	0,00	3.237.494,00
119150000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00	5.980.097,07	5.980.097,07	0,00
119159900 Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00	5.980.097,07	5.980.097,07	0,00
119159903 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Repasses FAADEP	0,00	897,24	897,24	0,00
119159951 Multas decorrentes da Dívida Ativa	0,00	5.979.199,83	5.979.199,83	0,00
119180000 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	37.034.212,00	68.810,56	0,00	36.965.401,44
119189900 Outras Multas e Juros de Mora	37.034.212,00	68.810,56	0,00	36.965.401,44
119189900 Outras Multas e Juros de Mora	37.034.212,00	68.810,56	0,00	36.965.401,44
119190000 Multas de Outras Origens	137.570.000,00	194.162.408,94	56.592.408,94	0,00
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	770.000,00	283.590,40	0,00	486.409,60
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	770.000,00	283.922,88	0,00	486.077,12
119191000 Restituição de Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	-332,48	332,48	0,00
119191500 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	118.000.000,00	106.635.117,65	0,00	11.364.882,35
119191500 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	118.000.000,00	107.157.359,51	0,00	10.842.640,49
119191500 Restituição de Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	-522.241,86	522.241,86	0,00
119192600 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	300.000,00	2.160.956,15	1.860.956,15	0,00
119192602 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	300.000,00	2.529.335,30	2.229.335,30	0,00
119192602 Restituição de Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	0,00	-368.379,15	368.379,15	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	152.027,89	152.027,89	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	152.027,89	152.027,89	0,00
119192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	700.000,00	6.909.379,44	6.209.379,44	0,00
119192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	700.000,00	6.909.379,44	6.209.379,44	0,00
119193200 Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	0,00	235.712,77	235.712,77	0,00
119193220 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	0,00	235.712,77	235.712,77	0,00
119193500 Multas por Danos ao Meio Ambiente	500.000,00	1.271.872,28	771.872,28	0,00
119193500 Multas por Danos ao Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00
119193510 Multas Administrativas por Danos Ambientais	500.000,00	1.272.772,28	772.772,28	0,00
119193510 Registra a restituição de Multas Administrativas por Danos Ambientais por pagamento indevido, a maior ou em duplicidade.	0,00	-900,00	900,00	0,00
119194800 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	883.852,34	883.852,34	0,00
119194800 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	0,00	0,00	0,00
119194851 Multas TCM	0,00	379.755,33	379.755,33	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119194852 Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	366.881,14	366.881,14	0,00
119194852 Restituição de Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	-17.520,12	17.520,12	0,00
119194853 Multas do TCE	0,00	159.076,32	159.076,32	0,00
119194853 Restituição de Multas do TCE	0,00	-4.340,33	4.340,33	0,00
119195100 Multas do TCM-CE	0,00	0,00	0,00	0,00
119195100 Multas do TCM-CE	0,00	0,00	0,00	0,00
119195500 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	35.013,67	35.013,67	0,00
119195500 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	35.013,67	35.013,67	0,00
119195600 Multas por danos ao consumidor	17.300.000,00	1.634.009,59	0,00	15.665.990,41
119195600 Multas por danos ao consumidor	17.300.000,00	3.068.322,03	0,00	14.231.677,97
119195600 Restituição de Multas por Danos ao Consumidor	0,00	-1.434.312,44	1.434.312,44	0,00
119195700 Multas advindas da ARCE	0,00	163.409,81	163.409,81	0,00
119195700 Multas advindas da ARCE	0,00	163.409,81	163.409,81	0,00
119199900 Outras Multas	0,00	73.797.466,95	73.797.466,95	0,00
119199951 Multas de Obrigações Acessórias	0,00	73.624.527,03	73.624.527,03	0,00
119199951 Registra as restituições de Multas de Obrigações Acessórias	0,00	-1.318,05	1.318,05	0,00
119199998 Outras Multas	0,00	563,70	563,70	0,00
119199999 Outras Multas Contratuais	0,00	173.694,27	173.694,27	0,00
119200000 Indenizações e Restituições	**186.798.794,34**	**149.289.983,76**	**0,00**	**37.508.810,58**
119210000 Indenizações	24.051.345,37	35.702.649,84	11.651.304,47	0,00
119210500 Indenizações previstas na Legislação sobre Defesa de Direitos Difusos	23.999.877,37	35.627.931,92	11.628.054,55	0,00
119210551 Compensação Ambiental	23.999.877,37	43.119.215,18	19.119.337,81	0,00
119210551 Restituição de Compensação Ambiental	0,00	-7.570.834,24	7.570.834,24	0,00
119210553 Registra a receita orçamentária com medidas conciliatórias ambientais.	0,00	79.550,98	79.550,98	0,00
119215100 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	4.322,48	4.322,48	0,00
119215100 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	4.322,48	4.322,48	0,00
119219900 Outras Indenizações	51.468,00	70.395,44	18.927,44	0,00
119219900 Outras Indenizações	51.468,00	70.395,44	18.927,44	0,00
119220000 Restituições	162.747.448,97	113.587.333,92	0,00	49.160.115,05
119220100 Restituições de Convênios	0,00	14.040.387,41	14.040.387,41	0,00
119220100 Restituição de Restituições de Convênios	0,00	-15.839,77	15.839,77	0,00
119220100 Restituições de Convênios	0,00	14.056.227,18	14.056.227,18	0,00
119220300 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	247.364,52	247.364,52	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119220300 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	247.364,52	247.364,52	0,00
119220700 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	563.152,55	563.152,55	0,00
119220700 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	563.152,55	563.152,55	0,00
119221000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	31.720.103,00	32.836.371,62	1.116.268,62	0,00
119221001 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	31.720.103,00	32.836.371,62	1.116.268,62	0,00
119229900 Outras Restituições	131.027.345,97	65.900.057,82	0,00	65.127.288,15
119229951 Restituições ao FUNDEB	0,00	202.109,30	202.109,30	0,00
119229952 Restituições de Folha de Pagamento	0,00	3.845.656,24	3.845.656,24	0,00
119229953 Restituições de Vale-Transporte	0,00	4.358.497,74	4.358.497,74	0,00
119229956 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	0,00	38.180.986,08	38.180.986,08	0,00
119229956 Restituição de Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	0,00	-10.354,08	10.354,08	0,00
119229957 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	245.722,30	245.722,30	0,00
119229960 Rembolso p/ Processamento de Dados	0,00	1.995.755,69	1.995.755,69	0,00
119229963 Devolução de diárias	0,00	196.807,51	196.807,51	0,00
119229964 Registra as Receitas de Restituições Diversas - FECOP	0,00	2.209,19	2.209,19	0,00
119229965 Dedução de Restituições de Compensação Ambiental	0,00	-45.579,14	45.579,14	0,00
119229965 Restituições de Compensação Ambiental	0,00	45.579,14	45.579,14	0,00
119229999 Outras Restituições	131.027.345,97	17.083.997,06	0,00	113.943.348,91
119229999 Restituição de Outras Restituições	0,00	-201.329,21	201.329,21	0,00
119300000 Receita da Dívida Ativa	**82.532.178,00**	**80.714.613,15**	**0,00**	**1.817.564,85**
119310000 Receita da Dívida Ativa Tributária	74.524.171,00	72.281.669,20	0,00	2.242.501,80
119310700 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	0,00	62.898,18	62.898,18	0,00
119310700 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	0,00	62.898,18	62.898,18	0,00
119311400 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	7.308.617,00	7.422.913,82	114.296,82	0,00
119311400 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do IPVA	0,00	-824.768,20	824.768,20	0,00
119311400 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	7.308.617,00	8.247.682,02	939.065,02	0,00
119311500 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	62.495.563,00	60.123.224,46	0,00	2.372.338,54
119311500 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do ICMS	0,00	-10.609.980,79	10.609.980,79	0,00
119311551 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS Combustível	2.145.989,00	3.917.104,79	1.771.115,79	0,00
119311552 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Comércio Atacadista	8.812.830,00	27.408.986,29	18.596.156,29	0,00
119311553 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Comércio Varejista	15.518.272,00	10.996.528,29	0,00	4.521.743,71
119311554 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	1.147.411,00	369.563,95	0,00	777.847,05

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119311555 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	124.977,00	141.482,31	16.505,31	0,00
119311556 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	2.301.100,00	79.010,38	0,00	2.222.089,62
119311557 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Indústria	20.203.497,00	17.472.643,39	0,00	2.730.853,61
119311558 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	643.459,00	306.137,88	0,00	337.321,12
119311559 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Física	98.355,00	54.922,94	0,00	43.432,06
119311561 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	3.256.776,00	3.390.568,15	133.792,15	0,00
119311563 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	333.537,00	246.948,69	0,00	86.588,31
119311565 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Transporte	5.794.567,00	5.002.136,65	0,00	792.430,35
119311567 Receita da da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	2.114.793,00	1.347.171,54	0,00	767.621,46
119312000 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	4.719.991,00	4.672.632,74	0,00	47.358,26
119312000 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do ITCD	0,00	-1.168.158,18	1.168.158,18	0,00
119312000 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	4.719.991,00	5.840.790,92	1.120.799,92	0,00
119320000 Receita da Dívida Ativa não tributária	8.008.007,00	8.432.943,95	424.936,95	0,00
119323900 Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União	0,00	4.099,35	4.099,35	0,00
119323900 Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União	0,00	4.099,35	4.099,35	0,00
119325700 Receita da Dívida Ativa - Outras Receitas Correntes	0,00	211.742,46	211.742,46	0,00
119325735 Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	211.742,46	211.742,46	0,00
119329900 Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	8.008.007,00	8.217.102,14	209.095,14	0,00
119329901 Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Principal	7.607.607,00	7.855.916,64	248.309,64	0,00
119329902 Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	400.400,00	343.507,00	0,00	56.893,00
119329952 Dívida Ativa - Repasses de Emolumentos FAADEP	0,00	17.678,50	17.678,50	0,00
119900000 Receitas Diversas	**397.220.123,38**	**239.590.737,10**	**0,00**	**157.629.386,28**
119900200 Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	0,00	137.754,08	137.754,08	0,00
119900201 Receita de Honorários de Advogados	0,00	69.924,81	69.924,81	0,00
119900202 Receita de Ônus de Sucumbência	0,00	67.829,27	67.829,27	0,00
119902200 Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	492.996,00	492.996,00	0,00
119902200 Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	492.996,00	492.996,00	0,00
119905200 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	7.072.214,00	0,00	0,00	7.072.214,00
119905200 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	7.072.214,00	0,00	0,00	7.072.214,00
119909800 Outras Receitas Eventuais	0,00	1.684.449,83	1.684.449,83	0,00
119909800 Outras Receitas Eventuais	0,00	1.684.449,83	1.684.449,83	0,00
119909900 Outras Receitas	390.147.909,38	237.275.537,19	0,00	152.872.372,19

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119909951 Depósitos Judiciais	1.000.000,00	3.826.346,61	2.826.346,61	0,00
119909953 Retorno do FDI	15.336.995,00	20.190.863,22	4.853.868,22	0,00
119909954 Encargos do FDI / PROAPI	11.804.904,00	1.801.530,23	0,00	10.003.373,77
119909955 Participação nos Encargos do FDI - Diferido	23.830.430,00	18.275.817,72	0,00	5.554.612,28
119909956 Receita sobre Programa de Sementes	2.514.014,00	1.289,00	0,00	2.512.725,00
119909957 Restituição de Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	-350,11	350,11	0,00
119909957 Saldo de Exercícios Anteriores	2.080.000,00	1.920.294,18	0,00	159.705,82
119909958 Superávit Financeiro das Autarquias	70.709.174,89	0,00	0,00	70.709.174,89
119909959 Restituição de Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	0,00	-2.556.036,20	2.556.036,20	0,00
119909959 Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	0,00	7.543.438,22	7.543.438,22	0,00
119909960 Rendas	0,00	157.270,20	157.270,20	0,00
119909962 Receita de Apontamentos, Protestos e Cancelamentos	0,00	79.525,90	79.525,90	0,00
119909962 Restituição de Receita de Apontamentos, Protestos e Cancelamentos	0,00	-880,00	880,00	0,00
119909967 Recursos de Empresas Consignatárias	0,00	2.234,97	2.234,97	0,00
119909968 Ressarcimento	0,00	2.765.150,81	2.765.150,81	0,00
119909968 Restituição de Ressarcimento	0,00	-22.591,89	22.591,89	0,00
119909969 Doações em Dinheiro	0,00	60.056,21	60.056,21	0,00
119909972 Receita de Leilão de Bens Apreendidos	0,00	6.349.005,34	6.349.005,34	0,00
119909975 Receita de Apoio Cultural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
119909977 Encargos do FDI / PROADE	0,00	832.105,23	832.105,23	0,00
119909978 Depósitos Judiciais - Lei 15.878	50.000.000,00	9.256.798,74	0,00	40.743.201,26
119909979 Recursos Provenientes do FEEF	0,00	71.116.371,80	71.116.371,80	0,00
119909980 Depósitos Judiciais - LC Federal 151	100.000.000,00	0,00	0,00	100.000.000,00
119909981 Depósitos Judiciais - EC 94/2016	0,00	95.242.040,58	95.242.040,58	0,00
119909998 Outras Receita FECOP	0,00	312.136,25	312.136,25	0,00
119909998 Restituição de Outras Receita FECOP	0,00	-106,35	106,35	0,00
119909999 Outras Receitas	112.862.391,49	113.226,53	0,00	112.749.164,96
120000000 Receitas de Capital	**4.387.474.752,61**	**2.539.451.707,09**	**0,00**	**1.848.023.045,52**
121000000 Operações de Crédito	**3.507.144.853,38**	**2.051.078.860,99**	**0,00**	**1.456.065.992,39**
121100000 Operações de Crédito Internas	**1.765.916.765,20**	**1.220.422.981,59**	**0,00**	**545.493.783,61**
121140000 Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.765.916.765,20	1.220.422.981,59	0,00	545.493.783,61
121140100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	25.355.460,00	5.617.442,68	0,00	19.738.017,32

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
121140100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	25.355.460,00	5.617.442,68	0,00	19.738.017,32
121140200 Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	13.247.000,00	0,00	0,00	13.247.000,00
121140200 Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	13.247.000,00	0,00	0,00	13.247.000,00
121140300 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	17.759.669,20	5.278.744,40	0,00	12.480.924,80
121140300 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	17.759.669,20	5.278.744,40	0,00	12.480.924,80
121140500 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	8.000.000,00	0,00	0,00	8.000.000,00
121140500 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	8.000.000,00	0,00	0,00	8.000.000,00
121140600 Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	1.150.000.000,00	0,00	0,00	1.150.000.000,00
121140600 Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	1.150.000.000,00	0,00	0,00	1.150.000.000,00
121140700 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	34.938.791,00	8.154.109,80	0,00	26.784.681,20
121140700 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	34.938.791,00	8.154.109,80	0,00	26.784.681,20
121149900 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	516.615.845,00	1.201.372.684,71	684.756.839,71	0,00
121149952 Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura	354.550.249,00	1.530.172,28	0,00	353.020.076,72
121149953 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	132.922.646,00	11.208.845,12	0,00	121.713.800,88
121149954 Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	0,00	9.938.468,07	9.938.468,07	0,00
121149958 Operações de Crédito Internas - BNDES - ESTADOS	8.507.000,00	28.695.199,24	20.188.199,24	0,00
121149959 Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	15.000.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00
121149960 Operações de Crédito Internas para Amortização da Dívida	0,00	1.150.000.000,00	1.150.000.000,00	0,00
121149999 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	5.635.950,00	0,00	0,00	5.635.950,00
121200000 Operações de Crédito Externas	**1.741.228.088,18**	**830.655.879,40**	**0,00**	**910.572.208,78**
121230000 Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.741.228.088,18	830.655.879,40	0,00	910.572.208,78
121230200 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	112.796.406,00	0,00	0,00	112.796.406,00
121230200 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	112.796.406,00	0,00	0,00	112.796.406,00
121230300 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	57.761.615,76	323.168,75	0,00	57.438.447,01
121230300 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	57.761.615,76	323.168,75	0,00	57.438.447,01
121230400 Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	9.450.000,00	0,00	0,00	9.450.000,00
121230400 Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	9.450.000,00	0,00	0,00	9.450.000,00
121230500 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	3.505.000,00	0,00	0,00	3.505.000,00
121230500 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	3.505.000,00	0,00	0,00	3.505.000,00
121230700 Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
121230700 Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
121239900 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.557.715.066,42	830.332.710,65	0,00	727.382.355,77
121239900 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
121239951 Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	58.198.795,00	145.410.753,68	87.211.958,68	0,00
121239952 Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	541.345.883,00	62.369.400,00	0,00	478.976.483,00
121239953 Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	103.773.026,00	246.397.136,14	142.624.110,14	0,00
121239954 Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	33.297.000,00	74.118.800,80	40.821.800,80	0,00
121239956 Operações de Crédito Externas - SWAP	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
121239957 Contribuição do FERMOJU - Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
121239958 Operações de Crédito Externas - PfoRCeará	276.605.221,83	252.380.606,06	0,00	24.224.615,77
121239999 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	542.490.140,59	49.656.013,97	0,00	492.834.126,62
122000000 Alienação de Bens	**22.432.910,57**	**16.428.948,44**	**0,00**	**6.003.962,13**
122100000 Alienação de Bens Móveis	**22.432.910,57**	**3.609.600,95**	**0,00**	**18.823.309,62**
122100000 Alienação de Bens Móveis	22.432.910,57	3.609.600,95	0,00	18.823.309,62
122200000 Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**12.819.347,49**	**12.819.347,49**	**0,00**
122240000 Alienação de Imóveis Rurais	0,00	12.191.592,49	12.191.592,49	0,00
122240000 Alienação de Imóveis Rurais	0,00	12.191.592,49	12.191.592,49	0,00
122250000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	627.755,00	627.755,00	0,00
122250000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	627.755,00	627.755,00	0,00
122200000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
124000000 Transferências de Capital	**847.816.988,66**	**471.260.625,10**	**0,00**	**376.556.363,56**
124200000 Transferências Intergovernamentais	**35.991.086,00**	**28.782.668,66**	**0,00**	**7.208.417,34**
124210000 Transferências da União	35.991.086,00	28.782.668,66	0,00	7.208.417,34
124210100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	35.991.086,00	7.516.266,00	0,00	28.474.820,00
124210100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	35.991.086,00	7.516.266,00	0,00	28.474.820,00
124210200 Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00	21.266.402,66	21.266.402,66	0,00
124210251 Transferências do FNDE para Programa de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral	0,00	21.266.402,66	21.266.402,66	0,00
124700000 Transferências de Convênios	**811.825.902,66**	**442.477.956,44**	**0,00**	**369.347.946,22**
124710000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	797.440.619,19	434.477.972,25	0,00	362.962.646,94
124710100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	2.009.839,00	707.629,18	0,00	1.302.209,82
124710100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	2.009.839,00	707.629,18	0,00	1.302.209,82
124710200 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	126.183.581,41	61.107.810,10	0,00	65.075.771,31
124710200 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	126.183.581,41	61.107.810,10	0,00	65.075.771,31
124710300 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	227.831.841,00	228.279.087,48	447.246,48	0,00
124710300 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	227.831.841,00	228.279.087,48	447.246,48	0,00
124710400 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	9.600,00	148.694,00	139.094,00	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
124710400 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	9.600,00	148.694,00	139.094,00	0,00
124710500 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	62.827.195,40	20.713.535,44	0,00	42.113.659,96
124710500 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	62.827.195,40	20.713.535,44	0,00	42.113.659,96
124719900 Outras Transferências de Convênios da União	378.578.562,38	123.521.216,05	0,00	255.057.346,33
124719900 Outras Transferências de Convênios da União	378.578.562,38	123.578.955,98	0,00	254.999.606,40
124719900 Restituição de Outras Transferências de Convênios da União	0,00	-57.739,93	57.739,93	0,00
124730000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	5.500.193,23	3.594.269,59	0,00	1.905.923,64
124730200 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	2.400.000,00	0,00	0,00	2.400.000,00
124730200 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	2.400.000,00	0,00	0,00	2.400.000,00
124739900 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	200.000,00	3.594.269,59	3.394.269,59	0,00
124739999 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	200.000,00	3.594.269,59	3.394.269,59	0,00
124730000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	2.900.193,23	0,00	0,00	2.900.193,23
124740000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	5.880.090,24	0,00	0,00	5.880.090,24
124740000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	5.880.090,24	0,00	0,00	5.880.090,24
124750000 Transferências de Convênios do Exterior	3.005.000,00	4.405.714,60	1.400.714,60	0,00
124750000 Transferências de Convênios do Exterior	3.005.000,00	4.405.714,60	1.400.714,60	0,00
125000000 Outras Receitas de Capital	**10.080.000,00**	**683.272,56**	**0,00**	**9.396.727,44**
125900000 Outras Receitas	**10.080.000,00**	**683.272,56**	**0,00**	**9.396.727,44**
125905100 Outras Restituições	10.080.000,00	683.272,56	0,00	9.396.727,44
125905100 Outras Restituições	10.080.000,00	658.522,82	0,00	9.421.477,18
125905101 Registra o recebimento de restituições de seguradoras por prêmio de seguro por sinistro de veículos	0,00	24.749,74	24.749,74	0,00
170000000 Receitas Correntes	**1.125.841.208,13**	**1.274.755.605,73**	**148.914.397,60**	**0,00**
171000000 Receita Tributária	**59.248.761,77**	**422.914,94**	**0,00**	**58.825.846,83**
171200000 Taxas	**59.248.761,77**	**422.914,94**	**0,00**	**58.825.846,83**
171210000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	7.474.820,00	3.169,60	0,00	7.471.650,40
171211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
171211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
171212100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	7.281.820,00	0,00	0,00	7.281.820,00
171212151 Taxa Ambientais	7.281.820,00	0,00	0,00	7.281.820,00
171213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	0,00	3.169,60	3.169,60	0,00
171213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	0,00	3.169,60	3.169,60	0,00
171219900 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	43.000,00	0,00	0,00	43.000,00
171219954 Taxa de Vistoria	43.000,00	0,00	0,00	43.000,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
171220000 Taxas pela Prestação de Serviços	51.773.941,77	419.745,34	0,00	51.354.196,43
171222100 Taxas de Serviços Cadastrais	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
171222100 Taxas de Serviços Cadastrais	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
171229900 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	51.767.941,77	419.745,34	0,00	51.348.196,43
171229963 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	4.197.508,00	419.745,34	0,00	3.777.762,66
171229971 Editorial e Gráfica	4.247.362,02	0,00	0,00	4.247.362,02
171229999 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	43.323.071,75	0,00	0,00	43.323.071,75
172000000 Receitas de Contribuições	**1.002.155.188,00**	**1.034.896.051,23**	**32.740.863,23**	**0,00**
172100000 Contribuições Sociais	**1.002.155.188,00**	**1.034.896.051,23**	**32.740.863,23**	**0,00**
172102900 Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	999.796.610,00	1.032.743.061,99	32.946.451,99	0,00
172102901 Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	788.202.718,00	813.009.107,86	24.806.389,86	0,00
172102901 Restituição de Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00	-76.875,72	76.875,72	0,00
172102902 Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar	211.593.892,00	219.810.829,85	8.216.937,85	0,00
172109900 Outras Contribuições Sociais	2.358.578,00	2.152.989,24	0,00	205.588,76
172109951 Contribuição Patronal para o FPP	1.823.803,00	1.914.456,86	90.653,86	0,00
172109959 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	534.775,00	238.532,38	0,00	296.242,62
172109969 Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
173000000 Receita Patrimonial	**24.000,00**	**185.625,63**	**161.625,63**	**0,00**
173100000 Receitas Imobiliárias	**24.000,00**	**185.625,63**	**161.625,63**	**0,00**
173190000 Outras Receitas Imobiliárias	24.000,00	185.625,63	161.625,63	0,00
173195100 Taxa de Vistoria	24.000,00	185.625,63	161.625,63	0,00
173195100 Taxa de Vistoria	24.000,00	185.625,63	161.625,63	0,00
176000000 Receita de Serviços	**25.127.258,36**	**23.136.188,84**	**0,00**	**1.991.069,52**
176000800 Serviços de Processamento de Dados	25.068.578,36	22.937.988,84	0,00	2.130.589,52
176000852 Serviço de Acesso à Internet	1.636.000,00	0,00	0,00	1.636.000,00
176000853 Serviço de Tráfego de Dados	23.432.578,36	22.937.988,84	0,00	494.589,52
176009900 Outros Serviços	58.680,00	198.200,00	139.520,00	0,00
176009954 Serviço de Elaboração de Concursos e P. Seletivos Intra Orçamentária	58.680,00	198.200,00	139.520,00	0,00
179000000 Outras Receitas Correntes	**39.286.000,00**	**216.114.825,09**	**176.828.825,09**	**0,00**
179200000 Indenizações e Restituições	**584.000,00**	**3.044.194,18**	**2.460.194,18**	**0,00**
179220000 Restituições	584.000,00	3.044.194,18	2.460.194,18	0,00
179229900 Outras Restituições	584.000,00	3.044.194,18	2.460.194,18	0,00
179229956 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	584.000,00	22.475,90	0,00	561.524,10

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
179229999 Outras Restituições	0,00	3.021.718,28	3.021.718,28	0,00
179900000 Receitas Diversas	**38.702.000,00**	**213.070.630,91**	**174.368.630,91**	**0,00**
179905100 Receita de Encargos Legais sobre a Dívida Ativa	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
179905100 Receita de Encargos Legais sobre a Dívida Ativa	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
179909900 Outras Receitas	37.702.000,00	213.070.630,91	175.368.630,91	0,00
179909958 Superávit Financeiro das Autarquias	37.702.000,00	204.417.109,71	166.715.109,71	0,00
179909973 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	0,00	8.653.521,20	8.653.521,20	0,00
TOTAL GERAL:	**26.968.372.063,19**	**25.408.954.803,79**	**0,00**	**1.559.417.259,40**

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 15/03/2018 08:49

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3	DESPESA CORRENTE	21.882.028.956,61	2.828.397,10	21.884.857.353,71	20.952.113.259,75	932.744.093,96
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.451.639.280,05	1.228.397,10	11.452.867.677,15	11.023.336.551,57	429.531.125,58
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	10.382.538.737,35	1.228.397,10	10.383.767.134,45	9.968.360.281,96	415.406.852,49
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.529.447.431,38	0,00	2.529.447.431,38	2.370.354.342,92	159.093.088,46
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	749.589.673,62	0,00	749.589.673,62	745.207.627,31	4.382.046,31
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	335.163.353,68	0,00	335.163.353,68	327.484.500,25	7.678.853,43
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	2.160.418,00	0,00	2.160.418,00	1.352.363,66	808.054,34
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.699.071,86	0,00	6.699.071,86	4.014.194,66	2.684.877,20
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.099.285.343,30	0,00	5.099.285.343,30	5.023.366.918,39	75.918.424,91
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.170.898.076,10	0,00	1.170.898.076,10	1.162.083.209,86	8.814.866,24
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	107.088.064,70	1.015.741,95	108.103.806,65	96.589.643,18	11.514.163,47
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	25.820.742,66	0,00	25.820.742,66	22.385.079,62	3.435.663,04
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	229.490.878,44	0,00	229.490.878,44	116.628.993,59	112.861.884,85
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	64.677.507,48	182.154,68	64.859.662,16	50.527.882,83	14.331.779,33
31909300	INDENIZAÇÕES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	11.581.687,04	30.500,47	11.612.187,51	11.394.936,04	217.251,47
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	50.623.489,09	0,00	50.623.489,09	36.970.589,65	13.652.899,44
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	1.069.100.542,70	0,00	1.069.100.542,70	1.054.976.269,61	14.124.273,09
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.066.978.809,30	0,00	1.066.978.809,30	1.053.553.776,09	13.425.033,21
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	954.733,40	0,00	954.733,40	306.504,69	648.228,71
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.167.000,00	0,00	1.167.000,00	1.115.988,83	51.011,17
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	472.135.202,46	0,00	472.135.202,46	452.097.969,17	20.037.233,29
3290	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	472.135.202,46	0,00	472.135.202,46	452.097.969,17	20.037.233,29
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	402.974.795,44	0,00	402.974.795,44	393.848.995,68	9.125.799,76
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	40.936.934,87	0,00	40.936.934,87	30.898.054,73	10.038.880,14
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	28.223.472,15	0,00	28.223.472,15	27.350.918,76	872.553,39
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.958.254.474,10	1.600.000,00	9.959.854.474,10	9.476.678.739,01	483.175.735,09
3320	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
33204100	CONTRIBUIÇÕES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	280.000,00	0,00	280.000,00	280.000,00	0,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33304100	CONTRIBUIÇÕES	280.000,00	0,00	280.000,00	280.000,00	0,00
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	3.282.190.597,52	0,00	3.282.190.597,52	3.251.768.957,62	30.421.639,90
33404100	CONTRIBUIÇÕES	107.669.058,33	0,00	107.669.058,33	100.246.873,67	7.422.184,66
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.174.521.274,42	0,00	3.174.521.274,42	3.151.521.819,18	22.999.455,24
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	264,77	0,00	264,77	264,77	0,00
33409300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	272.224.182,65	0,00	272.224.182,65	268.522.643,86	3.701.538,79
33414100	CONTRIBUIÇÕES	264.006.175,85	0,00	264.006.175,85	261.252.571,68	2.753.604,17
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.218.006,80	0,00	8.218.006,80	7.270.072,18	947.934,62
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.068.891.940,09	0,00	1.068.891.940,09	1.009.393.278,30	59.498.661,79
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	839.051.104,57	0,00	839.051.104,57	803.939.551,67	35.111.552,90
33504100	CONTRIBUIÇÕES	204.209.510,63	0,00	204.209.510,63	181.901.620,37	22.307.890,26
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	7.279.055,46	0,00	7.279.055,46	5.362.601,04	1.916.454,42
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.194.505,29	0,00	18.194.505,29	18.189.505,22	5.000,07
33509300	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	157.764,14	0,00	157.764,14	0,00	157.764,14
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	6.579.389,05	0,00	6.579.389,05	4.645.480,48	1.933.908,57
33604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.579.389,05	0,00	6.579.389,05	4.645.480,48	1.933.908,57
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	42.894.418,22	0,00	42.894.418,22	42.669.277,47	225.140,75
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP	37.765.604,23	0,00	37.765.604,23	37.540.463,76	225.140,47
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.128.813,99	0,00	5.128.813,99	5.128.813,71	0,28
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.891.735,00	0,00	9.891.735,00	9.858.910,78	32.824,22
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.891.735,00	0,00	9.891.735,00	9.858.910,78	32.824,22
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	107.604.478,04	0,00	107.604.478,04	106.242.654,81	1.361.823,23
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	107.604.478,04	0,00	107.604.478,04	106.242.654,81	1.361.823,23
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	4.898.766.484,45	1.600.000,00	4.900.366.484,45	4.523.869.987,99	376.496.496,46
33900300	PENSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.070.497,89	0,00	3.070.497,89	2.988.516,17	81.981,72
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	25.638.077,16	0,00	25.638.077,16	20.315.852,94	5.322.224,22
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	12.927.832,62	0,00	12.927.832,62	12.563.106,07	364.726,55

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	41.561.393,64	0,00	41.561.393,64	39.636.731,41	1.924.662,23
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	10.438.649,33	0,00	10.438.649,33	8.260.334,40	2.178.314,93
33902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILIARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	528.654.178,10	0,00	528.654.178,10	494.293.948,89	34.360.229,21
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	39.452.322,67	0,00	39.452.322,67	38.238.432,60	1.213.890,07
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	239.193.446,03	0,00	239.193.446,03	233.776.883,77	5.416.562,26
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	29.220.297,95	0,00	29.220.297,95	25.246.358,08	3.973.939,87
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	622.944.197,55	0,00	622.944.197,55	578.298.642,87	44.645.554,68
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	34.704.858,06	0,00	34.704.858,06	13.455.039,91	21.249.818,15
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	207.980.392,74	0,00	207.980.392,74	182.704.878,23	25.275.514,51
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	879.339.512,38	0,00	879.339.512,38	820.204.358,33	59.135.154,05
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.518.839.202,71	1.600.000,00	1.520.439.202,71	1.386.768.093,55	133.671.109,16
33904100	CONTRIBUIÇÕES	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.818.696,00	0,00	1.818.696,00	1.042.500,00	776.196,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	188.473.668,43	0,00	188.473.668,43	179.036.757,07	9.436.911,36
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	179.652.368,77	0,00	179.652.368,77	176.929.517,86	2.722.850,91
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	22.843.475,35	0,00	22.843.475,35	16.633.819,13	6.209.656,22
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.197.768,68	0,00	1.197.768,68	952.472,27	245.296,41
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.511.411,40	0,00	11.511.411,40	11.380.280,84	131.130,56
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	400.000,00	0,00	400.000,00	243.530,00	156.470,00
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.117.946,87	0,00	5.117.946,87	4.677.086,96	440.859,91
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	126.728.942,79	0,00	126.728.942,79	120.311.205,34	6.417.737,45
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	167.056.847,33	0,00	167.056.847,33	155.911.641,30	11.145.206,03
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	268.926.249,08	0,00	268.926.249,08	259.427.547,70	9.498.701,38
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	34.724.738,29	0,00	34.724.738,29	28.494.480,01	6.230.258,28
33914100	CONTRIBUIÇÕES	203.027.140,36	0,00	203.027.140,36	202.267.109,52	760.030,84
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.906.494,80	0,00	4.906.494,80	3.329.541,83	1.576.952,97
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.332.967,60	0,00	7.332.967,60	7.276.856,21	56.111,39
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	18.934.908,03	0,00	18.934.908,03	18.059.560,13	875.347,90
3393	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33933900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3395	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33953600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	DESPESA DE CAPITAL	6.574.361.604,39	17.034.960,64	6.591.396.565,03	3.656.238.923,01	2.935.157.642,02
44	INVESTIMENTOS	4.300.765.420,38	17.034.960,64	4.317.800.381,02	2.467.740.151,33	1.850.060.229,69
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
44204200	AUXÍLIOS	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	172.426.443,17	721.182,86	173.147.626,03	117.714.910,28	55.432.715,75
44404100	CONTRIBUIÇÕES	1.676.145,48	0,00	1.676.145,48	1.585.338,25	90.807,23
44404200	AUXÍLIOS	166.923.062,84	721.182,86	167.644.245,70	112.806.143,07	54.838.102,63
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.827.234,85	0,00	3.827.234,85	3.323.428,96	503.805,89
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
44414100	CONTRIBUIÇÕES	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	142.888.683,64	0,00	142.888.683,64	107.142.796,39	35.745.887,25
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.114.366,98	0,00	26.114.366,98	25.499.999,98	614.367,00
44504100	CONTRIBUIÇÕES	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
44504200	AUXÍLIOS	116.405.408,76	0,00	116.405.408,76	81.642.796,41	34.762.612,35
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.100,00	0,00	100.100,00	0,00	100.100,00
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	264.807,90	0,00	264.807,90	0,00	264.807,90
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	900.000,00	0,00	900.000,00	0,00	900.000,00
44604100	CONTRIBUIÇÕES	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
44604200	AUXÍLIOS	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	13.908.825,01	0,00	13.908.825,01	7.840.035,01	6.068.790,00
44678300	DESP. DECOR. DE CONTRATO PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	13.187.287,63	0,00	13.187.287,63	7.118.497,63	6.068.790,00
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	721.537,38	0,00	721.537,38	721.537,38	0,00
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44704100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	70.000,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00
44715200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	70.000,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	3.967.496.070,52	16.313.777,78	3.983.809.848,30	2.233.857.734,38	1.749.952.113,92
44901400	DIÁRIA-CIVIL	219.505,46	0,00	219.505,46	193.668,21	25.837,25
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	3.054.143,00	0,00	3.054.143,00	2.441.178,58	612.964,42
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	14.253.265,78	0,00	14.253.265,78	12.159.276,64	2.093.989,14
44903200	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	139.414,34	0,00	139.414,34	136.255,29	3.159,05
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	165.483.618,83	0,00	165.483.618,83	96.287.981,50	69.195.637,33
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	962.669,67	0,00	962.669,67	148.070,00	814.599,67
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	2.761.323,28	0,00	2.761.323,28	2.720.935,29	40.387,99
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	373.162.207,29	0,00	373.162.207,29	273.962.467,76	99.199.739,53
44904100	CONTRIBUIÇÕES	932.806,13	0,00	932.806,13	632.806,13	300.000,00
44904200	AUXÍLIOS	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	11.978.796,94	0,00	11.978.796,94	8.867.398,52	3.111.398,42
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	352.871,93	0,00	352.871,93	243.046,96	109.824,97
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.560.942.259,67	12.777.777,78	2.573.720.037,45	1.317.119.228,51	1.256.600.808,94
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	538.943.800,90	3.536.000,00	542.479.800,90	285.312.338,16	257.167.462,74
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	54.800.414,58	0,00	54.800.414,58	37.795.383,94	17.005.030,64
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	2.888.422,00	0,00	2.888.422,00	0,00	2.888.422,00
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.059.350,00	0,00	3.059.350,00	2.730.216,01	329.133,99
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	184.003.742,85	0,00	184.003.742,85	167.771.286,36	16.232.456,49
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	49.555.357,87	0,00	49.555.357,87	25.336.196,52	24.219.161,35
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.640.398,04	0,00	2.640.398,04	1.114.675,27	1.525.722,77
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	144.783,50	0,00	144.783,50	96.733,29	48.050,21
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.199.459,86	0,00	2.199.459,86	764.887,30	1.434.572,56
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	251.963,68	0,00	251.963,68	251.963,68	0,00
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.091,00	0,00	1.091,00	1.091,00	0,00
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	43.100,00	0,00	43.100,00	0,00	43.100,00
4493	DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44935100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
4495	APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44955100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4496	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44969300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	211.323.342,15	0,00	211.323.342,15	199.223.326,39	12.100.015,76
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	211.323.342,15	0,00	211.323.342,15	199.223.326,39	12.100.015,76
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.860.000,00	0,00	1.860.000,00	1.353.500,64	506.499,36
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	159.745.011,61	0,00	159.745.011,61	148.671.258,71	11.073.752,90
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	49.698.330,54	0,00	49.698.330,54	49.198.567,04	499.763,50
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.062.272.841,86	0,00	2.062.272.841,86	989.275.445,29	1.072.997.396,57
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	2.062.272.841,86	0,00	2.062.272.841,86	989.275.445,29	1.072.997.396,57
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	129.008.967,10	0,00	129.008.967,10	128.840.529,39	168.437,71
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.933.263.874,76	0,00	1.933.263.874,76	860.434.915,90	1.072.828.958,86
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral:		**28.456.390.561,00**	**19.863.357,74**	**28.476.253.918,74**	**24.608.352.182,76**	**3.867.901.735,98**

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
00-RECURSOS ORDINÁRIOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	3.857.617,10	3.857.617,10	0,00
	400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	37.303.043,09	36.688.869,33	614.173,76
	500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.219.652,75	1.219.652,75	0,00
	700-CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	4.014.194,66	4.014.194,66	0,00
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.870.558.457,31	3.868.300.986,64	2.257.470,67
	200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.162.083.209,86	1.162.083.209,86	0,00
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	70.012.260,75	66.430.214,82	3.582.045,93
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	9.628.178,05	9.627.659,00	519,05
	700-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00	0,00	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	2.507.495,28	1.878.916,68	628.578,60
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39.361.518,18	38.716.797,20	644.720,98
	300-INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	400-INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	11.394.936,04	9.794.512,96	1.600.423,08
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	33.242.243,74	32.282.686,11	959.557,63
	Total Modalidade: 3190	5.245.182.806,81	5.234.895.317,11	10.287.489,70
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	832.602.075,28	822.633.849,02	9.968.226,26
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	306.504,69	306.504,69	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.115.988,83	1.028.733,45	87.255,38
	Total Modalidade: 3191	834.024.568,80	823.969.087,16	10.055.481,64
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	30.856.167,99	30.856.167,99	0,00
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	25.309.734,19	25.309.734,19	0,00
	Total Modalidade: 3290	56.165.902,18	56.165.902,18	0,00
3330-TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
	100-CONTRIBUIÇÕES	280.000,00	280.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3330	280.000,00	280.000,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	38.668.289,83	36.539.739,03	2.128.550,80
	100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.129.413.787,33	3.048.314.505,96	81.099.281,37

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	264,77	264,77	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	3.168.082.341,93	3.084.854.509,76	83.227.832,17
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	7.341.804,57	7.341.804,57	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	999.724,19	999.724,19	0,00
	Total Modalidade: 3341	8.341.528,76	8.341.528,76	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	71.198.347,31	71.198.347,31	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	93.590.496,95	92.672.780,65	917.716,30
	300-SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.723.764,14	1.566.000,00	157.764,14
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.209.546,12	7.209.546,12	0,00
	300-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	173.722.154,52	172.646.674,08	1.075.480,44
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	0,00	0,00	0,00
	3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP			
	300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP	32.218.807,52	32.218.807,52	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.128.813,71	5.128.813,71	0,00
	Total Modalidade: 3367	37.347.621,23	37.347.621,23	0,00
	3370-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS			
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.858.910,78	9.858.910,78	0,00
	Total Modalidade: 3370	9.858.910,78	9.858.910,78	0,00
	3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3371	0,00	0,00	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	300-PENSÕES	0,00	0,00	0,00
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.313.510,33	1.309.910,33	3.600,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	400-DIÁRIAS - CIVIL	12.192.546,28	12.036.203,16	156.343,12
	500-DIÁRIAS - MILITAR	12.470.702,32	12.444.696,14	26.006,18
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15.517.918,53	15.517.918,53	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.255.147,00	1.255.147,00	0,00
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILIARES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	114.745.965,99	104.906.501,32	9.839.464,67
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	18.058.826,28	17.887.330,56	171.495,72
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	22.858.643,50	16.598.221,51	6.260.421,99
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16.272.801,93	15.778.025,41	494.776,52
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	113.796.947,81	110.376.483,92	3.420.463,89
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.933.381,92	1.551.225,92	382.156,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	96.071.568,63	95.832.602,64	238.965,99
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	409.669.655,20	398.497.832,86	11.171.822,34
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	639.815.578,00	587.199.220,84	52.616.357,16
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	141.775.723,70	138.993.743,67	2.781.980,03
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	23.650.145,41	20.642.491,63	3.007.653,78
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	698.163,68	698.163,68	0,00
	900-AUXÍLIO-TRANSPORTE	641.645,51	639.606,71	2.038,80
	900-PENSÕES ESPECIAIS	23.612,40	23.612,40	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	1.358.275,21	1.241.869,17	116.406,04
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	54.031.533,29	52.737.224,63	1.294.308,66
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	46.396.654,30	45.865.890,57	530.763,73
	Total Modalidade: 3390	1.744.548.947,22	1.652.033.922,60	92.515.024,62
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.808.905,74	13.451.552,67	3.357.353,07
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.409.901,03	1.290.729,30	119.171,73
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.383.805,51	6.377.597,62	6.207,89
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	24.602.612,28	21.119.879,59	3.482.732,69

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	3395-APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012			
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3395	0,00	0,00	0,00
	4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO			
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	49.911.936,31	42.922.002,61	6.989.933,70
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.481.045,74	1.652.791,84	828.253,90
	Total Modalidade: 4440	52.392.982,05	44.574.794,45	7.818.187,60
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	791.801,07	791.801,07	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	791.801,07	791.801,07	0,00
	4467-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP			
	300-DESP. DECOR. DE CONTRATO PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	6.341.510,23	6.341.154,25	355,98
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	721.537,38	721.537,38	0,00
	Total Modalidade: 4467	7.063.047,61	7.062.691,63	355,98
	4470-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4470	0,00	0,00	0,00
	4471-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4471	0,00	0,00	0,00
	4480-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4480	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIA-CIVIL	8.201,10	8.201,10	0,00
	000-AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	4.883.170,91	1.161.804,11	3.721.366,80
	300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	18.830,77	18.830,77	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	4.373.510,44	3.076.302,87	1.297.207,57
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	619.404,33	619.404,33	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	36.143.948,39	30.958.195,55	5.185.752,84
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	23.868,40	23.868,40	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	137.716.055,53	128.336.913,39	9.379.142,14
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	38.591.798,14	22.786.295,43	15.805.502,71
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	36.310,00	36.310,00	0,00
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	0,00	0,00	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	35.729,23	35.729,23	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43.437.771,81	43.153.133,13	284.638,68
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.182.789,00	6.377.114,04	805.674,96
	Total Modalidade: 4490	273.071.388,05	236.592.102,35	36.479.285,70
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.189,00	12.189,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	423.449,24	423.449,24	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	251.963,68	251.963,68	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.091,00	1.091,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	688.692,92	688.692,92	0,00
4494-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE				
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4494	0,00	0,00	0,00
4496-APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATA O ART. 25 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012				
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4496	0,00	0,00	0,00
	4590-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	93.358.809,29	93.358.809,29	0,00
	600-CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	26.090.000,00	26.090.000,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4590	119.448.809,29	119.448.809,29	0,00
	4690-APLICAÇÕES DIRETAS			
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	11.616.824,38	11.616.824,38	0,00
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	294.399.600,97	294.399.600,97	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4690	306.016.425,35	306.016.425,35	0,00
	9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
	900-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 00	12.061.630.540,85	11.816.688.670,31	244.941.870,54
01-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	946.713.984,06	946.713.984,06	0,00
	300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	603.198.171,02	600.998.227,36	2.199.943,66
	400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.183.824,51	1.962.302,63	221.521,88
	500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	34.414,34	34.414,34	0,00
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303.364.743,88	303.364.743,88	0,00
	200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	0,00	0,00	0,00
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.081.943,11	22.795.412,77	2.286.530,34
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	979.341,15	979.341,15	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	114.027.204,15	114.027.204,15	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.965.335,09	4.778.142,74	187.192,35
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	3.702.405,23	3.196.640,41	505.764,82
	Total Modalidade: 3190	2.004.251.366,54	1.998.850.413,49	5.400.953,05
	3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	52.071.031,55	49.528.712,55	2.542.319,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3191	52.071.031,55	49.528.712,55	2.542.319,00
	3290-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	362.992.827,69	362.992.827,69	0,00
	200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	30.898.054,73	30.898.054,73	0,00
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	2.041.184,57	2.041.184,57	0,00
	Total Modalidade: 3290	395.932.066,99	395.932.066,99	0,00
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	26.769.166,67	25.188.750,67	1.580.416,00
	Total Modalidade: 3340	26.769.166,67	25.188.750,67	1.580.416,00
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	228.888.178,62	228.857.610,55	30.568,07
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.591.533,87	301.829,55	3.289.704,32
	Total Modalidade: 3341	232.479.712,49	229.159.440,10	3.320.272,39
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	392.492.501,52	392.492.501,52	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	27.161.730,27	27.106.399,27	55.331,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.340.583,74	3.340.583,74	0,00
	Total Modalidade: 3350	422.994.815,53	422.939.484,53	55.331,00
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	0,00	0,00	0,00
	3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP			
	300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP	5.321.656,24	5.321.656,24	0,00
	Total Modalidade: 3367	5.321.656,24	5.321.656,24	0,00
	3370-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS			
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3370	0,00	0,00	0,00
	3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	92.358.926,76	92.358.926,76	0,00
	Total Modalidade: 3371	92.358.926,76	92.358.926,76	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	1.642.391,67	1.582.019,87	60.371,80
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	554.407,50	554.407,50	0,00
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILIARES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	11.958.884,24	9.848.649,98	2.110.234,26
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	2.562.727,52	2.352.175,52	210.552,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	109.266.035,31	90.681.188,14	18.584.847,17
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	549.840,73	545.909,09	3.931,64
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	401.716.763,44	401.521.870,76	194.892,68
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17.577.499,97	17.464.532,52	112.967,45
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	183.191.902,05	181.957.188,87	1.234.713,18
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	228.119.911,46	209.268.531,10	18.851.380,36
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	16.645.520,07	16.645.520,07	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	136.684.871,75	128.584.871,75	8.100.000,00
	900-AUXÍLIO-TRANSPORTE	213,20	213,20	0,00
	900-PENSÕES ESPECIAIS	11.356.668,44	11.356.668,44	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	3.241.839,14	3.241.839,14	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.690.487,30	27.689.535,35	951,95
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.111.448,52	23.099.061,04	12.387,48
	Total Modalidade: 3390	1.175.871.412,31	1.126.394.182,34	49.477.229,97
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.163.367,62	1.014.352,79	149.014,83
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.615,75	1.615,75	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	417.841,37	417.841,37	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.037.841,85	15.037.841,85	0,00
	Total Modalidade: 3391	16.620.666,59	16.471.651,76	149.014,83
	4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO			
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	53.946.714,97	44.964.452,14	8.982.262,83
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	453.678,94	453.678,94	0,00
	Total Modalidade: 4440	54.400.393,91	45.418.131,08	8.982.262,83
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	146.399,89	0,00	146.399,89
	Total Modalidade: 4450	146.399,89	0,00	146.399,89
4467-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP				
	300-DESP. DECOR. DE CONTRATO PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	776.987,40	776.987,40	0,00
	Total Modalidade: 4467	776.987,40	776.987,40	0,00
4471-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	70.000,00	70.000,00	0,00
	Total Modalidade: 4471	70.000,00	70.000,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-MATERIAL DE CONSUMO	441,75	441,75	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.507.902,28	4.996.302,28	511.600,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	83.600.556,28	81.036.087,81	2.564.468,47
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.842.561,46	22.548.610,05	8.293.951,41
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.600.000,00	1.566.925,26	33.074,74
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.254.343,49	12.254.343,49	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.098.989,76	2.098.989,76	0,00
	Total Modalidade: 4490	135.904.795,02	124.501.700,40	11.403.094,62
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		0,00	0,00	0,00
600-CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		22.023.683,40	22.023.683,40	0,00
	Total Modalidade: 4590	22.023.683,40	22.023.683,40	0,00
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES		117.223.705,01	117.223.705,01	0,00
100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		476.466.262,03	476.466.262,03	0,00
	Total Modalidade: 4690	593.689.967,04	593.689.967,04	0,00
	Total Fonte: 01	5.231.683.048,33	5.148.625.754,75	83.057.293,58
02-SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		638.278,55	629.645,22	8.633,33
	Total Modalidade: 4490	638.278,55	629.645,22	8.633,33
	Total Fonte: 02	638.278,55	629.645,22	8.633,33
03-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES		533.528.002,57	526.705.098,04	6.822.904,53
300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS		74.422.393,34	74.420.689,29	1.704,05
500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR		77.690,33	77.690,33	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.150.621,87	1.148.669,73	1.952,14
	Total Modalidade: 3190	609.178.708,11	602.352.147,39	6.826.560,72
	Total Fonte: 03	609.178.708,11	602.352.147,39	6.826.560,72
04-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES		877.088.567,95	877.088.567,95	0,00
300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS		63.453.888,92	63.453.888,92	0,00
500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR		20.606,24	13.049,40	7.556,84
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.351.678,96	4.324.653,50	27.025,46
	Total Modalidade: 3190	944.914.742,07	944.880.159,77	34.582,30
	Total Fonte: 04	944.914.742,07	944.880.159,77	34.582,30

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
05-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.086.009,00	2.086.009,00	0,00
	300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	220.000,00	220.000,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	2.306.009,00	2.306.009,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.295.235,33	1.295.235,33	0,00
	Total Modalidade: 3390	1.295.235,33	1.295.235,33	0,00
	Total Fonte: 05	3.601.244,33	3.601.244,33	0,00
06-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	1.680.980,60	1.680.980,60	0,00
	300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	32.835,96	32.835,96	0,00
	Total Modalidade: 3190	1.713.816,56	1.713.816,56	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	443.757,83	443.757,83	0,00
	Total Modalidade: 3390	443.757,83	443.757,83	0,00
	Total Fonte: 06	2.157.574,39	2.157.574,39	0,00
07-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	18.360.620,38	18.360.620,38	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	18.360.620,38	18.360.620,38	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	117.993,41	117.993,41	0,00
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	94.800,14	94.800,14	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	38.000,00	38.000,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	342.925,95	335.872,10	7.053,85
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.083,47	14.083,47	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	484.082,92	484.082,92	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.601.544,79	1.998.419,31	1.603.125,48
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.414.216,95	25.054.875,07	359.341,88
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	170.236,39	170.236,39	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	244.426,93	244.426,93	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	144.449,40	144.449,40	0,00
	Total Modalidade: 3390	30.666.760,35	28.697.239,14	1.969.521,21
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	18.743,50	18.743,50	0,00
	Total Modalidade: 3391	18.743,50	18.743,50	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	29.260,98	29.260,98	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	509.240,32	350.340,32	158.900,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.803.545,13	8.322.486,08	481.059,05
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	5.950,28	5.950,28	0,00
	Total Modalidade: 4490	9.347.996,71	8.708.037,66	639.959,05
	Total Fonte: 07	58.394.120,94	55.784.640,68	2.609.480,26
10-RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP				
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	0,00	0,00	0,00
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	9.330.315,21	9.330.315,21	0,00
	Total Modalidade: 3341	9.330.315,21	9.330.315,21	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	115.667.290,42	110.992.603,18	4.674.687,24
	100-CONTRIBUIÇÕES	45.791.223,96	45.730.723,96	60.500,00
	300-SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.638.836,90	2.638.836,90	0,00
	Total Modalidade: 3350	164.097.351,28	159.362.164,04	4.735.187,24
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	745.000,00	745.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	745.000,00	745.000,00	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	11.519.308,50	11.519.308,50	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	100.066.958,79	89.626.395,30	10.440.563,49
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	17.281.065,00	9.243.827,00	8.037.238,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.740.840,46	4.609.685,46	131.155,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	605.117,56	605.117,56	0,00
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	801.113,20	801.113,20	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	198.660,00	0,00	198.660,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	41.310.536,85	40.159.833,15	1.150.703,70
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	698.095,99	698.095,99	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.313.513,94	29.448.174,32	865.339,62
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.042.500,00	1.042.500,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	43.410,99	43.410,99	0,00
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	4.205.770,00	4.187.370,00	18.400,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.654.550,16	1.645.171,32	9.378,84
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.585.759,54	23.585.759,54	0,00
	Total Modalidade: 3390	238.067.200,98	217.215.762,33	20.851.438,65
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	77.126,40	77.126,40	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	13.280,26	13.280,26	0,00
	Total Modalidade: 3391	90.406,66	90.406,66	0,00
	4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO			
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	846.345,48	846.345,48	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-AUXÍLIOS	2.339.591,93	2.339.591,93	0,00
	Total Modalidade: 4440	3.185.937,41	3.185.937,41	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	200-AUXÍLIOS	3.777.497,36	3.626.756,45	150.740,91
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	3.777.497,36	3.626.756,45	150.740,91
	4480-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4480	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	2.357.088,74	2.357.088,74	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	1.697.576,72	1.697.576,71	0,01
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.411.686,03	3.988.282,91	1.423.403,12
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	74.892.634,83	63.848.240,25	11.044.394,58
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.028.607,88	4.799.646,35	4.228.961,53
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	34.601.823,92	33.786.817,01	815.006,91
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	0,00	0,00	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.377.572,29	15.377.572,29	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.904.435,27	5.861.103,55	43.331,72
	Total Modalidade: 4490	149.271.425,68	131.716.327,81	17.555.097,87
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	138.955,38	138.955,38	0,00
	Total Modalidade: 4491	138.955,38	138.955,38	0,00
	4493-DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4493	0,00	0,00	0,00
	4495-APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4495	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 10	568.704.089,96	525.411.625,29	43.292.464,67
11-COTA-PARTE DA CIDE				
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	15.542.110,47	15.542.110,47	0,00
	Total Modalidade: 3340	15.542.110,47	15.542.110,47	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	46.247.158,94	46.247.158,94	0,00
	Total Modalidade: 4490	46.247.158,94	46.247.158,94	0,00
	Total Fonte: 11	61.789.269,41	61.789.269,41	0,00
12-ALIENAÇÃO DE BENS				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.250,00	5.250,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	243.121,47	237.992,37	5.129,10
	Total Modalidade: 4490	1.248.371,47	1.243.242,37	5.129,10
	Total Fonte: 12	1.248.371,47	1.243.242,37	5.129,10
14-RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	9.256.798,74	9.256.798,74	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	9.256.798,74	9.256.798,74	0,00
	Total Fonte: 14	9.256.798,74	9.256.798,74	0,00
15-DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	673.918,97	673.918,97	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.028,77	48.028,77	0,00
	Total Modalidade: 3390	721.947,74	721.947,74	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	212.334,54	29.825,39	182.509,15
	Total Modalidade: 4490	212.334,54	29.825,39	182.509,15
	Total Fonte: 15	934.282,28	751.773,13	182.509,15
16-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	155.087,48	129.824,63	25.262,85
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	155.000,00	155.000,00	0,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.800,00	9.800,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	6.876.410,15	6.851.454,88	24.955,27
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.084.336,60	2.686.090,14	3.398.246,46
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	81,53	81,53	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.384,63	60.384,63	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.006.403,43	8.997.086,25	9.317,18
	Total Modalidade: 3390	22.347.503,82	18.889.722,06	3.457.781,76
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.216,27	5.216,27	0,00
	Total Modalidade: 3391	5.216,27	5.216,27	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	7.578.162,67	7.578.162,67	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	582.456,18	511.274,71	71.181,47
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	476,00	476,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	125.725,05	125.725,05	0,00
	Total Modalidade: 4490	8.286.819,90	8.215.638,43	71.181,47
	Total Fonte: 16	30.639.539,99	27.110.576,76	3.528.963,23
29-RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.589.654,50	4.567.493,53	22.160,97
	200-AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	243.530,00	243.530,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	414.599,16	414.599,16	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.595.390,93	23.547.249,83	48.141,10
	Total Modalidade: 3390	28.843.174,59	28.772.872,52	70.302,07
	Total Fonte: 29	28.843.174,59	28.772.872,52	70.302,07
36-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 36	0,00	0,00	0,00
37-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	7.337.200,72	7.337.200,72	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	7.337.200,72	7.337.200,72	0,00
	Total Fonte: 37	7.337.200,72	7.337.200,72	0,00
38-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MARANGUAPINHO				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.966.670,36	1.966.670,36	0,00
	Total Modalidade: 4490	1.966.670,36	1.966.670,36	0,00
	Total Fonte: 38	1.966.670,36	1.966.670,36	0,00
39-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - BB				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 39	0,00	0,00	0,00
40-OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO CONDICIONADA				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	4.412,40	4.167,29	245,11

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4490	4.412,40	4.167,29	245,11
	Total Fonte: 40	4.412,40	4.167,29	245,11
44-INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		6.565.921,38	6.565.921,38	0,00
	Total Modalidade: 3340	6.565.921,38	6.565.921,38	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		642.677,88	539.015,51	103.662,37
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		432.486,91	432.486,91	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.096.570,63	1.090.432,75	6.137,88
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		101.643,47	101.643,47	0,00
	Total Modalidade: 3390	2.273.378,89	2.163.578,64	109.800,25
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		3.236.134,07	3.236.134,07	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		13.389.330,71	12.957.003,42	432.327,29
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		45.946,36	45.946,36	0,00
	Total Modalidade: 4490	16.671.411,14	16.239.083,85	432.327,29
	Total Fonte: 44	25.510.711,41	24.968.583,87	542.127,54
45-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES				
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
200-AUXÍLIOS		1.110.256,46	952.100,11	158.156,35
	Total Modalidade: 4440	1.110.256,46	952.100,11	158.156,35
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		7.348.355,04	7.186.864,02	161.491,02
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.538.223,97	1.538.223,97	0,00
	Total Modalidade: 4490	8.886.579,01	8.725.087,99	161.491,02
	Total Fonte: 45	9.996.835,47	9.677.188,10	319.647,37

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
47-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS				
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
	200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3290	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILIARES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.104.670,25	4.104.670,25	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	8.156.430,39	7.970.455,28	185.975,11
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.017.892,43	3.017.892,43	0,00
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	15.278.993,07	15.093.017,96	185.975,11
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4690	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 47	15.278.993,07	15.093.017,96	185.975,11
48-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	451.977,79	431.355,53	20.622,26
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	90.395,53	86.271,08	4.124,45
	Total Modalidade: 3390	542.373,32	517.626,61	24.746,71
4441-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO				
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4441	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		28.318.394,82	24.185.057,60	4.133.337,22
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.632.964,06	1.632.964,06	0,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		83.221,36	83.221,36	0,00
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		79.474,20	79.474,20	0,00
	Total Modalidade: 4490	30.114.054,44	25.980.717,22	4.133.337,22
	Total Fonte: 48	30.656.427,76	26.498.343,83	4.158.083,93
50-RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		287.997.632,65	283.900.397,79	4.097.234,86
500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR		0,00	0,00	0,00
100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		646.734.112,02	646.734.112,02	0,00
600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	934.731.744,67	930.634.509,81	4.097.234,86
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		161.687.984,26	148.332.380,72	13.355.603,54
	Total Modalidade: 3191	161.687.984,26	148.332.380,72	13.355.603,54
	Total Fonte: 50	1.096.419.728,93	1.078.966.890,53	17.452.838,40
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		92.835.811,00	92.835.811,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	92.835.811,00	92.835.811,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		16.335.636,00	16.335.636,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	16.335.636,00	16.335.636,00	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		19.813.860,46	15.600.975,95	4.212.884,51

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3350	19.813.860,46	15.600.975,95	4.212.884,51
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	137.580,00	136.283,57	1.296,43
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	34.517.952,37	34.517.952,37	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	9.335.233,41	7.061.271,51	2.273.961,90
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	100.624.955,91	100.624.955,91	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.001.809,12	22.988.576,53	13.232,59
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	15.541.113,06	15.541.097,29	15,77
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	955.466,71	955.466,71	0,00
	Total Modalidade: 3390	184.114.110,58	181.825.603,89	2.288.506,69
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	795.761,43	795.761,43	0,00
	Total Modalidade: 3391	795.761,43	795.761,43	0,00
	Total Fonte: 51	313.895.179,47	307.393.788,27	6.501.391,20
54-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BB				
	3290-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3290	0,00	0,00	0,00
	4690-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	89.485.300,59	89.485.300,59	0,00
	Total Modalidade: 4690	89.485.300,59	89.485.300,59	0,00
	Total Fonte: 54	89.485.300,59	89.485.300,59	0,00
56-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	19.203.067,29	19.164.137,01	38.930,28
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.134.171,27	5.134.171,27	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	24.337.238,56	24.298.308,28	38.930,28

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	4590-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	242.009,22	242.009,22	0,00
	Total Modalidade: 4590	242.009,22	242.009,22	0,00
	Total Fonte: 56	24.579.247,78	24.540.317,50	38.930,28
57-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	323.168,75	323.168,75	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	323.168,75	323.168,75	0,00
	Total Fonte: 57	323.168,75	323.168,75	0,00
58-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD				
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	0,00	0,00	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	65.234.900,82	26.513.686,69	38.721.214,13
	Total Modalidade: 4450	83.234.900,82	44.513.686,69	38.721.214,13
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIA-CIVIL	5.769,12	5.769,12	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	69.140,85	31.846,10	37.294,75
	300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	39.554,05	39.554,05	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1.302.365,76	1.302.365,73	0,03
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.827.494,15	7.813.755,99	2.013.738,16
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	9.357,40	9.357,40	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	38.756.458,88	27.629.041,69	11.127.417,19
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.959.502,02	645.582,02	1.313.920,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.200.337,18	1.200.337,18	0,00
	Total Modalidade: 4490	53.169.979,41	38.677.609,28	14.492.370,13
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	76.189,42	76.189,42	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	202.482,68	133.966,17	68.516,51
	Total Modalidade: 4491	278.672,10	210.155,59	68.516,51
	Total Fonte: 58	136.683.552,33	83.401.451,56	53.282.100,77
59-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BID				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	138.992,77	138.992,77	0,00
	200-AUXÍLIOS	5.045.143,40	4.970.566,62	74.576,78
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	388.704,28	388.704,28	0,00
	Total Modalidade: 4440	5.572.840,45	5.498.263,67	74.576,78
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
	4467-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP			
	300-DESP. DECOR. DE CONTRATO PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4467	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIA-CIVIL	125.746,70	125.746,70	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	81.757,89	81.757,89	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	29.205.695,41	28.369.207,25	836.488,16
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.831.793,22	15.258.743,43	573.049,79
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	126.599,80	116.063,16	10.536,64
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	377.574.975,38	360.502.752,79	17.072.222,59
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.070.035,37	909.861,41	2.160.173,96
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.369.232,60	1.369.232,60	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	134.511,78	134.511,78	0,00
	Total Modalidade: 4490	427.520.348,15	406.867.877,01	20.652.471,14
	Total Fonte: 59	433.093.188,60	412.366.140,68	20.727.047,92
64-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA				
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.499.999,98	7.499.999,95	0,03
	200-AUXÍLIOS	9.319.398,22	4.446.384,17	4.873.014,05
	Total Modalidade: 4450	16.819.398,20	11.946.384,12	4.873.014,08
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIA-CIVIL	5.406,80	5.406,80	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	22.942,00	20.692,00	2.250,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	3.840,95	3.840,95	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	12.554.567,94	10.390.405,46	2.164.162,48
	700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	799.165,20	799.165,20	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.163.713,52	3.744.730,58	3.418.982,94
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.294.785,71	2.579.782,71	715.003,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36.414,38	36.414,38	0,00
	Total Modalidade: 4490	23.880.836,50	17.580.438,08	6.300.398,42
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.361,37	3.361,37	0,00
	Total Modalidade: 4491	3.361,37	3.361,37	0,00
	Total Fonte: 64	40.703.596,07	29.530.183,57	11.173.412,50
65-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	15.172.005,10	13.455.679,31	1.716.325,79
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	290.308,20	283.634,68	6.673,52
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	25.516.973,32	16.614.041,24	8.902.932,08
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	40.979.286,62	30.353.355,23	10.625.931,39
	Total Fonte: 65	40.979.286,62	30.353.355,23	10.625.931,39

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
67-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	49.656.013,97	49.656.013,97	0,00
	Total Modalidade: 4490	49.656.013,97	49.656.013,97	0,00
	Total Fonte: 67	49.656.013,97	49.656.013,97	0,00
69-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORR				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.365.126,00	0,00	4.365.126,00
	Total Modalidade: 3390	4.365.126,00	0,00	4.365.126,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	600.000,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	600.000,00	600.000,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	1.720.000,00	1.683.506,87	36.493,13
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.174.122,76	5.285.008,28	1.889.114,48
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.530.197,80	1.530.197,80	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	80.034.253,95	78.787.624,20	1.246.629,75
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34.433.712,83	13.882.363,86	20.551.348,97
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.250.966,10	1.250.966,10	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.251.694,77	50.251.694,77	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.666.448,99	5.666.448,99	0,00
	Total Modalidade: 4490	182.061.397,20	158.337.810,87	23.723.586,33
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
	4494-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4494	0,00	0,00	0,00
	4590-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	55.070.440,20	55.070.440,20	0,00
	Total Modalidade: 4590	55.070.440,20	55.070.440,20	0,00
	Total Fonte: 69	242.096.963,40	214.008.251,07	28.088.712,33
70-RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	22.720,97	22.720,97	0,00
	500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	0,00	0,00	0,00
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.304.462,71	60.303.494,56	968,15
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.305.075,98	1.283.150,92	21.925,06
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.336.006,87	7.336.006,87	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	94.294,16	94.294,16	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	236.792,23	236.792,23	0,00
	400-INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	25.940,68	25.940,68	0,00
	Total Modalidade: 3190	69.325.293,60	69.302.400,39	22.893,21
	3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.192.685,00	7.192.685,00	0,00
	Total Modalidade: 3191	7.192.685,00	7.192.685,00	0,00
	3320-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3320	0,00	0,00	0,00
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	113.160,79	113.160,79	0,00
	Total Modalidade: 3340	113.160,79	113.160,79	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.271.042,22	1.271.042,22	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	12.375.496,36	11.193.362,98	1.182.133,38
	Total Modalidade: 3350	13.646.538,58	12.464.405,20	1.182.133,38
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	300-PENSÕES	0,00	0,00	0,00
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	9.019,84	9.019,84	0,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	4.471.081,52	4.467.780,17	3.301,35
	500-DIÁRIAS - MILITAR	92.403,75	92.403,75	0,00
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	206.483,26	204.178,00	2.305,26
	000-MATERIAL DE CONSUMO	16.573.845,12	14.136.305,08	2.437.540,04
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	176.354,00	153.774,00	22.580,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.855.368,00	590.839,00	2.264.529,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.939.182,50	2.795.162,86	144.019,64
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.483.240,63	955.080,63	528.160,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.589.669,18	9.546.261,95	43.407,23
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	94.860.015,02	94.725.564,68	134.450,34
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	286.838.403,75	253.279.194,10	33.559.209,65
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.074.400,24	5.071.876,12	2.524,12
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.868.969,33	13.896.996,43	971.972,90
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	11.466.866,25	10.268.819,64	1.198.046,61
	900-AUXÍLIO-TRANSPORTE	310.613,56	308.467,16	2.146,40
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	76.972,61	76.972,61	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.405.110,90	10.142.872,69	262.238,21
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.572.466,81	2.572.466,81	0,00
	Total Modalidade: 3390	464.870.466,27	423.294.035,52	41.576.430,75
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.462.292,32	9.260.283,28	202.009,04
	100-CONTRIBUIÇÕES	202.267.109,52	202.267.109,52	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.880.370,27	1.774.144,49	106.225,78
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	475.209,33	475.209,33	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.021.718,28	3.021.718,28	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3391	217.106.699,72	216.798.464,90	308.234,82
	3393-DECORRENTE ORGÃOS DO ORÇ FISCAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3393	0,00	0,00	0,00
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	200-AUXÍLIOS	452.500,00	452.500,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	452.500,00	452.500,00	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	200-AUXÍLIOS	242.017,18	242.017,18	0,00
	Total Modalidade: 4450	242.017,18	242.017,18	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	248.673,65	201.566,96	47.106,69
	200-MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	106.939.241,82	54.298.282,86	52.640.958,96
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	19.331.756,16	14.725.328,57	4.606.427,59
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	36.490.856,19	12.484.807,42	24.006.048,77
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.076.747,89	1.076.747,89	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	430.000,00	430.000,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	164.517.275,71	83.216.733,70	81.300.542,01
	4590-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
	200-AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.353.500,64	1.353.500,64	0,00
	600-CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.084.883,64	1.084.883,64	0,00
	Total Modalidade: 4590	2.438.384,28	2.438.384,28	0,00
	4690-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	83.752,31	83.752,31	0,00
	Total Modalidade: 4690	83.752,31	83.752,31	0,00
	Total Fonte: 70	939.988.773,44	815.598.539,27	124.390.234,17
76-RECURSOS PROVENIENTES DO FIT				
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	0,00	0,00	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	632.300,00	632.300,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	632.300,00	632.300,00	0,00
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.683.847,57	2.683.847,57	0,00
	Total Modalidade: 3360	2.683.847,57	2.683.847,57	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	5.314,78	5.314,78	0,00
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	8.371.472,50	8.371.472,50	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	3.031.104,75	2.881.104,75	150.000,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	72.542,16	0,00	72.542,16
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.307,54	12.307,54	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.060.670,00	1.060.670,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.173.592,67	1.173.592,67	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.685.304,70	2.411.048,55	274.256,15
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	98.596,26	98.596,26	0,00
	Total Modalidade: 3390	16.510.905,36	16.014.107,05	496.798,31
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	84.933,60	84.933,60	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	84.933,60	84.933,60	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIA-CIVIL	0,00	0,00	0,00
	000-AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.004.806,53	405.274,47	599.532,06
	000-MATERIAL DE CONSUMO	43.110,25	43.110,25	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	148.070,00	148.070,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.786,02	180.316,02	20.470,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	293.569,20	165.862,11	127.707,09
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.504.798,25	2.005.338,06	1.499.460,19
	Total Modalidade: 4490	5.195.140,25	2.947.970,91	2.247.169,34
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.993,50	4.993,50	0,00
	Total Modalidade: 4491	4.993,50	4.993,50	0,00
	Total Fonte: 76	25.112.120,28	22.368.152,63	2.743.967,65
79-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.138.019,35	1.138.019,35	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	36.922,70	36.922,70	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	162.468,30	162.468,30	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	298.570,98	298.570,98	0,00
	Total Modalidade: 3390	1.635.981,33	1.635.981,33	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	3.627.989,72	3.627.989,72	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.229.541,50	1.228.977,50	564,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	8.631.089,00	8.631.089,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.305.450,49	5.305.450,49	0,00
	Total Modalidade: 4490	18.794.070,71	18.793.506,71	564,00
	Total Fonte: 79	20.430.052,04	20.429.488,04	564,00
80-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	4.369.800,61	4.369.800,61	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	4.369.800,61	4.369.800,61	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Fonte: 80	4.369.800,61	4.369.800,61	0,00
81-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.230,00	22.230,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	22.230,00	22.230,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 81	22.230,00	22.230,00	0,00
82-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.940.635,29	1.940.635,29	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	145.023,26	145.023,26	0,00
	300-SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	3.085.658,55	3.085.658,55	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	631.060,78	624.476,38	6.584,40
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.665.196,00	1.561.288,75	103.907,25
	000-MATERIAL DE CONSUMO	54.099.070,04	42.454.335,44	11.644.734,60
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16.266.960,50	10.590.253,49	5.676.707,01
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	76.682,29	76.682,29	0,00
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	3.990.388,67	3.948.917,99	41.470,68
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.199.730,00	1.618.214,75	581.515,25
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	4.643.043,29	4.632.124,22	10.919,07
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.096.355,08	8.872.170,32	7.224.184,76

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	83.490,00	35.054,61	48.435,39
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	178.969,20	178.969,20	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	56.093,63	56.093,63	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.160.154,34	20.809.649,44	1.350.504,90
	Total Modalidade: 3390	122.147.193,82	95.458.230,51	26.688.963,31
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	0,00	0,00	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	200-AUXÍLIOS	2.130.781,87	2.130.781,87	0,00
	Total Modalidade: 4450	2.130.781,87	2.130.781,87	0,00
	4460-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4460	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIA-CIVIL	48.544,49	48.544,49	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	2.360,88	2.360,88	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	48.110,54	48.110,54	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	10.097,00	10.097,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.378.038,04	8.610.379,49	2.767.658,55
	100-CONTRIBUIÇÕES	632.806,13	632.806,13	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	387.657.161,82	338.305.365,41	49.351.796,41
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	33.392.022,57	21.000.285,30	12.391.737,27
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	34.056.564,44	32.806.445,14	1.250.119,30
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	542.818,74	215.741,71	327.077,03
	Total Modalidade: 4490	467.768.524,65	401.680.136,09	66.088.388,56
	4494-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4494	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 82	595.132.158,89	502.354.807,02	92.777.351,87
83-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.176.180,33	2.176.180,33	0,00
	Total Modalidade: 3350	2.176.180,33	2.176.180,33	0,00
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.216.632,91	1.216.632,91	0,00
	Total Modalidade: 3360	1.216.632,91	1.216.632,91	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	612.672,38	612.406,88	265,50
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.684.914,98	1.684.078,98	836,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	3.936.082,65	3.403.207,11	532.875,54
	000-MATERIAL DE CONSUMO	830.737,24	575.082,67	255.654,57
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	48.333,60	48.333,60	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	369.080,31	364.602,62	4.477,69
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.324.653,77	7.242.349,77	82.304,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.373.494,34	2.373.454,34	40,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.661.477,54	1.421.189,34	4.240.288,20
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	39.910,00	39.910,00	0,00
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	84.050,00	84.050,00	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	203.566,05	203.566,05	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.127.772,70	3.127.772,70	0,00
	Total Modalidade: 3390	26.296.745,56	21.180.004,06	5.116.741,50
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	0,00	0,00	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.436.372,05	450.000,00	986.372,05
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.455.256,89	1.455.256,89	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	30.473.628,02	29.260.455,15	1.213.172,87
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.062.616,74	7.108.095,25	954.521,49
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	300.333,64	300.333,64	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	2.694.010,78	2.694.010,78	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	176.701,15	176.701,15	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.283.807,57	1.283.807,57	0,00
	Total Modalidade: 4490	45.882.726,84	42.728.660,43	3.154.066,41
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 83	75.572.285,64	67.301.477,73	8.270.807,91
86-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	165.976,34	165.976,34	0,00
	Total Modalidade: 3390	165.976,34	165.976,34	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	3.047.587,14	1.972.059,30	1.075.527,84
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	46.075,88	40.281,31	5.794,57
	Total Modalidade: 4490	3.093.663,02	2.012.340,61	1.081.322,41
	Total Fonte: 86	3.259.639,36	2.178.316,95	1.081.322,41
87-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	0,00	0,00	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	169.085,89	153.584,54	15.501,35
	Total Modalidade: 3390	169.085,89	153.584,54	15.501,35
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	65.805,67	65.805,67	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.851,17	12.851,17	0,00
	Total Modalidade: 4490	78.656,84	78.656,84	0,00
	Total Fonte: 87	247.742,73	232.241,38	15.501,35
88-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 88	0,00	0,00	0,00
89-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	29.006,18	29.006,18	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	580.000,00	0,00	580.000,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	383.657,71	383.657,71	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	34.485,44	33.220,54	1.264,90
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	126.424,96	126.424,96	0,00
	Total Modalidade: 3390	1.153.574,29	572.309,39	581.264,90
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	000-MATERIAL DE CONSUMO	822.600,00	822.600,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	25.918,98	25.918,98	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	564.993,52	564.993,52	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	275.604,25	155.130,17	120.474,08
	Total Modalidade: 4490	1.689.116,75	1.568.642,67	120.474,08
	Total Fonte: 89	2.842.691,04	2.140.952,06	701.738,98
91-RECURSOS PROVENIENTES DO SUS				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.569.331,47	49.567.831,47	1.500,00
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	190.363,34	172.686,81	17.676,53
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.441.553,55	4.441.553,55	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	461.936,50	461.936,50	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	54.663.184,86	54.644.008,33	19.176,53
	3290-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3290	0,00	0,00	0,00
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	0,00	0,00	0,00
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	15.692.273,28	15.492.273,28	200.000,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.678.814,12	2.678.814,12	0,00
	Total Modalidade: 3341	18.371.087,40	18.171.087,40	200.000,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	198.747.394,12	182.634.269,84	16.113.124,28
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.639.375,36	7.639.375,36	0,00
	Total Modalidade: 3350	206.386.769,48	190.273.645,20	16.113.124,28

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	0,00	0,00	0,00
3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	13.883.728,05	13.883.728,05	0,00
	Total Modalidade: 3371	13.883.728,05	13.883.728,05	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.665.986,00	1.649.120,00	16.866,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	527.109,44	496.445,12	30.664,32
	000-MATERIAL DE CONSUMO	193.731.080,83	147.411.972,15	46.319.108,68
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	4.459,80	4.459,80	0,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	77.726.618,93	60.060.344,32	17.666.274,61
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.790.789,05	3.782.788,21	8.000,84
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	23.475.477,38	22.168.898,36	1.306.579,02
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	52.546,16	52.546,16	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.817.418,73	2.789.911,73	27.507,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15.277.049,09	15.254.359,28	22.689,81
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	111.916.128,93	101.944.691,79	9.971.437,14
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	180.071,92	180.071,92	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.102.210,07	24.999.042,93	103.167,14
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	81.150,61	81.150,61	0,00
	Total Modalidade: 3390	456.348.096,94	380.875.802,38	75.472.294,56
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	102.092,90	0,00	102.092,90
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	414,75	414,75	0,00
	Total Modalidade: 3391	102.507,65	414,75	102.092,90
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	469.092,34	469.092,34	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.802.465,18	9.968.415,51	3.834.049,67

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.736.090,56	1.578.454,31	157.636,25
	Total Modalidade: 4490	16.007.648,08	12.015.962,16	3.991.685,92
	Total Fonte: 91	765.763.022,46	669.864.648,27	95.898.374,19
92-REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	2.837.649,57	2.837.649,57	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	2.837.649,57	2.837.649,57	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	86.676,50	86.676,50	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	187.507,28	187.394,60	112,68
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	146.473,25	139.037,23	7.436,02
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.766,96	3.572,47	194,49
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	24.379,24	24.311,98	67,26
	Total Modalidade: 3390	448.803,23	440.992,78	7.810,45
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	44.951,76	44.951,76	0,00
	Total Modalidade: 4490	44.951,76	44.951,76	0,00
	Total Fonte: 92	3.331.404,56	3.323.594,11	7.810,45
Total Geral:		**24.608.352.182,76**	**23.744.810.276,98**	**863.541.905,78**

Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	401.026.441,54	0,00	370.679.412,09	30.347.029,45
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	49.282.041,27	0,00	49.282.041,27	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	645.294.119,75	0,00	645.294.119,75
SUBTOTAL	**450.308.482,81**	**645.294.119,75**	**419.961.453,36**	**675.641.149,20**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	180.268.073,17	-76.945,16	177.475.970,44	2.715.157,57
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	952.139,63	-113,15	952.026,48	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	218.247.786,03	0,00	218.247.786,03
SUBTOTAL	**181.220.212,80**	**218.170.727,72**	**178.427.996,92**	**220.962.943,60**
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	625.862.238,08	11.558.206.895,47	10.951.788.350,00	1.232.280.783,55
SUBTOTAL	**625.862.238,08**	**11.558.206.895,47**	**10.951.788.350,00**	**1.232.280.783,55**
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total:	**1.257.390.933,69**	**12.421.671.742,94**	**11.550.177.800,28**	**2.128.884.876,35**

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

VOLUME I

PODER LEGISLATIVO

- Assembléia Legislativa
- Tribunal de Contas do Estado
- Tribunal de Contas dos Municípios (Extinto EC nº 92, 16/08/2017)

PODER JUDICIÁRIO

- Tribunal de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO

- Procuradoria-Geral da Justiça - PGJ

PODER EXECUTIVO

- Defensoria Pública Geral - DPGE
- Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA
- Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS
- Superintendência da Polícia Civil
- Polícia Militar do Ceará
- Corpo de Bombeiros Militar do Ceará
- Perícia Forense do Estado do Ceará
- Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará
- Gabinete do Governador
- Gabinete do Vice-Governador

- Procuradoria-Geral do Estado - PGE
- Casa Militar (Integrou ao Gabinete do Governador Lei 16.230/2017)
- Conselho Estadual de Educação
- Secretaria da Justiça e Cidadania - SEJUS
- Secretaria da Fazenda - SEFAZ
- Encargos Gerais do Estado
- Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
- Secretaria da Educação - SEDUC
- Centro de Educação à Distância do Estado do Ceará - CED
- Secretaria da Saúde - SESA
- Secretaria da Cultura - SECULT
- Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH
- Casa Civil
- Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE
- Secretaria do Turismo - SETUR
- Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado - CGE
- Secretaria do Esporte - SESPORTE
- Secretaria das Cidades
- Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
- Escola de Gestão Pública
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
- Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
- Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SPA
- Controladoria-Geral de Disciplina dos Órgãos de Seg Pública - CGD
- Secretaria de Relações Institucionais - SRI (Extinta - Lei nº 16.230/2017)
- Secretaria Especial de Política sobre Drogas - SEPD
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE
- Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

VOLUME II

PODER EXECUTIVO

TIPO	UNIDADE GESTORA
AUTARQUIAS	- Departamento de Edificações e Rodovias - DER
	- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
	- Departamento de Arquitetura e Engenharia - DAE
	- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE
	- Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC
	- Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE
	- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - ADAGRI
	- Escola de Saúde Pública - ESP
	- Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA
	- Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará - IDECI (Extinto Lei nº 16.230/2017)
	- Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC
	- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE
	- Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE
FUNDAÇÕES	- Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC
	- Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE
	- Fundação Universidade Vale do Acaraú - UVA
	- Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA
	- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME
	- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP
	- Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC
FUNDOS	- Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP
	- Fundo de Defesa Social - FDS
	- Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará - FDCC
	- Fundo de Modernização e Reaparelhamento da PGE - FUNPECEPGE
	- Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF
	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
	- Fundo Estadual de Saúde - FUNDES
	- Fundo Estadual da Cultura - FEC
	- Fundo Estadual do Idoso do Ceará - FEICE
	- Fundo de Inovação Tecnológica - FIT
	- Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude - FUNDEJ
	- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS
	- Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente - FECA
	- Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS
	- Fundo Especial do Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato - FUNDART
	- Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas - FCE
	- Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI
	- Fundo de Incentivo à Eficiência Energética - FIEE (Remoneado Lei Comp. nº 170/2016 - Antigo FIES)
	- Fundo Penitenciário do Estado do Ceará - FUNPEN

PODER EXECUTIVO

TIPO	UNIDADE GESTORA
FUNDOS	- Fundo Financeiro da Previdência - FUNAPREV
	- Fundo Financeiro da Previdência Militar - PREVMILITAR
	- Fundo Previdenciário - PREVID
	- Fundo Estadual de Políticas Sobre Álcool e Outras Drogas - FEPAD
EMPRESAS PÚBLICAS	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE
	- Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	- Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE
	- Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS
	- Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR
	- Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém S.A - CIPP S.A (Alterado denominação Lei nº 16.372/2017)
	- Companhia de Habitação do Ceará - COHAB
	- Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA
	- Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE
	- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH
	- Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE
	- Zona de Processamento de Exportação do Pecém S/A -ZPE-CE

PODER LEGISLATIVO

TIPO	UNIDADE GESTORA
FUNDO	- Fundo de Previdência Parlamentar - FPP

PODER JUDICIÁRIO

TIPO	UNIDADE GESTORA
FUNDO	- Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU
	- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG
	- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça - FECDOJ

MINISTÉRIO PÚBLICO

TIPO	UNIDADE GESTORA
FUNDO	- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará - FDID
	- Fundo de Manutenção da Escola Superior do Ministério Público - FESMP/PGJ
	- Fundo de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado do Ceará - FUNSIT/PGJ
	- Fundo de Reaparelhamento e Manutenção do Ministério Público do Estado do Ceará - FRMMP

RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA - TODAS AS FONTES

CÓDIGO FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
1.00.00	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS	1
1.00.02	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	1
1.01.00	TESOURO, COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE	1
1.10.00	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	1
1.12.00	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS	1
1.14.00	TESOURO, DEPÓSITOS JUDICIAIS	1
1.44.00	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1
2.03.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SERVIDOR	2
2.04.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	2
2.05.00	OUTRAS FONTES,RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	2
2.06.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	2
2.07.00	OUTRAS FONTES, COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0
2.11.00	OUTRAS FONTES, CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO- CIDE	1
2.14.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	1
2.14.01	DEPÓSITOS JUDICIAIS FAZENDÁRIOS	1
2.15.00	OUTRAS FONTES, DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	2
2.16.00	OUTRAS FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	2
2.29.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	2
2.46.36	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF	1
2.46.37	OUTRAS FONTES,OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	1
2.46.38	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - MARANGUAPINHO	1
2.46.39	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - BB	1
2.46.43	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES - PEF	1
2.46.45	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES	1

2.46.46	OUTRAS FONTES,OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	1
2.46.47	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS- BNDES/ESTADOS	1
2.46.52	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC	1
2.46.53	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE	1
2.46.54	OUTRAS FONTES , OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS -TESOURO/BB	0
2.46.55	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS -TESOURO/BNB	1
2.46.56	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF	0
2.46.68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE FINANCIAMENTO	1
2.46.71	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2
2.48.40	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - SWAP - NÃO CONDICIONADA	1
2.48.47	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - REFINANCIAMENTO	1
2.48.48	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	1
2.48.57	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW	1
2.48.58	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS -TESOURO/ BIRD	1
2.48.59	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS -TESOURO/ BID	1
2.48.63	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/EX-IM	0
2.48.64	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS -TESOURO/ FIDA	1
2.48.65	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	1
2.48.67	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS -TESOURO/ MLW	1
2.48.69	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	1
2.48.72	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	2
2.50.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0
2.51.00	OUTRAS FONTES , COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0
2.70.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2
2.70.01	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS- MECENATO	2
2.70.02	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MULTAS DE TRÂNSITO	2
2.73.01	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	0
2.73.02	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - TRANSPORTE ESCOLAR	0

2.76.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	1
2.79.00	OUTRAS FONTES, TRANSF. AO FUNDO DE DEFESA CIVIL - FDCC	2
2.80.80	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.80.81	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADM. INDIRETA	2
2.82.82	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.82.83	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2
2.82.90	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.86.86	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADM DIRETA	0
2.86.87	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2
2.88.88	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.88.89	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2
2.91.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	2
2.92.00	OUTRAS FONTES, REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	2
2.92.01	REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNPEN	2
2.95.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO AUMENTO DE CAPITAL DO TESOURO	1
3.00.00	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERC. ANTERIORES	1
3.00.02	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS - EXERC. ANTERIORES	1
3.01.00	TESOURO, COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO ESTADOS - EXERC. ANTERIORES	1
3.10.00	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP - EXERC. ANTERIORES	1
3.12.00	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS - EXERC. ANTERIORES	1
6.07.00	OUTRAS FONTES, SALÁRIO-EDUCAÇÃO - EXERC. ANTERIORES	0
6.16.00	OUTRAS FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - EXERC. ANTERIORES	1
6.48.69	OUTRAS FONTES, OP DE CRÉDITO EXT - PforR/ESTADOS - EXERC. ANTERIORES	1
6.50.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB - EXERC. ANTERIORES	0
6.51.00	OUTRAS FONTES, COMPL. DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB - EXERC. ANTERIORES	0
6.70.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - EXERC. ANTERIORES	2
6.76.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT - EXERC. ANTERIORES	1

Fonte: SEFAZ

Obs: Situação 0 = Administração Direta
Situação 1 = Administração Direta e Indireta
Situação 2 = Administração Indireta

RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - TODAS AS FONTES

CÓDIGO FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	1
1.00.02	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	1
1.01.00	COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE	1
1.10.00	RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	1
1.12.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1
1.14.00	TESOURO, DEPÓSITOS JUDICIAIS	1
1.44.00	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1
2.07.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0
2.11.00	OUTRAS FONTES, CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO- CIDE	1
2.14.00	OUTRAS FONTES RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	1
2.14.01	DEPÓSITOS JUDICIAIS FAZENDÁRIOS	1
2.46.36	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF	1
2.46.37	OUTRAS FONTES,OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	1
2.46.38	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - MARANGUAPINHO	1
2.46.39	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - BB	1
2.46.43	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES - PEF	1
2.46.45	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES	1
2.46.46	OUTRAS FONTES,OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	1
2.46.47	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS- BNDES/ESTADOS	1
2.46.52	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC	1
2.46.53	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE	1
2.46.54	OUTRAS FONTES , OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS -TESOURO/BB	0
2.46.55	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS -TESOURO/BNB	1

2.46.56	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF	0
2.46.68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE FINANCIAMENTO	1
2.48.40	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - SWAP - NÃO CONDICIONADA	1
2.48.47	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - REFINANCIAMENTO	1
2.48.48	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	1
2.48.57	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW	1
2.48.58	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS -TESOURO/ BIRD	1
2.48.59	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS -TESOURO/ BID	1
2.48.63	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/EX-IM	0
2.48.64	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS -TESOURO/ FIDA	1
2.48.65	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	1
2.48.67	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS -TESOURO/ MLW	1
2.48.69	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	1
2.50.00	RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0
2.51.00	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0
2.73.01	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	0
2.73.02	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - TRANSPORTE ESCOLAR	0
2.76.00	RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	1
2.80.80	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.82.82	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.82.90	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.86.86	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADM DIRETA	0
2.88.88	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.95.00	RECURSOS PROVENIENTES DO AUMENTO DE CAPITAL DO TESOURO	1
3.00.02	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS - EXERC. ANTERIORES	1
3.01.00	TESOURO, COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO ESTADOS - EXERC. ANTERIORES	1
3.10.00	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP - EXERC. ANTERIORES	1
3.12.00	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS - EXERC. ANTERIORES	1

6.07.00	**OUTRAS FONTES, SALÁRIO-EDUCAÇÃO - EXERC. ANTERIORES**	**0**
6.16.00	**OUTRAS FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - EXERC. ANTERIORES**	**1**
6.48.69	**OUTRAS FONTES, OP DE CRÉDITO EXT - PforR/ESTADOS - EXERC. ANTERIORES**	**1**
6.50.00	**OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB - EXERC. ANTERIORES**	**0**
6.51.00	**OUTRAS FONTES, COMPL. DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB - EXERC. ANTERIORES**	**0**
3.00.02	**TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS - EXERC. ANTERIORES**	**1**
6.76.00	**OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT - EXERC. ANTERIORES**	**1**

Fonte: SEFAZ

Obs: Situação 0 = Administração Direta

Situação 1 = Administração Direta e Indireta